

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**WEVERSON DADALTO**

**VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO NA LITERATURA TESTEMUNHAL  
DE BERNARDO KUCINSKI**

**VITÓRIA  
2023**

**WEVERSON DADALTO**

**VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO NA LITERATURA TESTEMUNHAL  
DE BERNARDO KUCINSKI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Letras, na área de concentração em Estudos Literários.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Fabíola Simão Padilha Trefzger

**VITÓRIA  
2023**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

D121v Dadalto, Weverson, 1980-  
Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de  
Bernardo Kucinski / Weverson Dadalto. - 2023.  
341 f.

Orientadora: Fabíola Simão Padilha Trefzger.  
Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Literatura brasileira. 2. Literatura - História e crítica. 3.  
Violência. 4. Autoritarismo. 5. Testemunhas na literatura. 6.  
Memória na literatura. I. Trefzger, Fabíola Simão Padilha. II.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências  
Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 82

---

# Weverson Dadalto


## **“Violência e autoritarismo na literatura testemunhal de Bernardo Kucinski”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor em Letras.

Aprovada em 03 de agosto de 2023.


Comissão Examinadora:

**Profª Drª Fabíola Simão Padilha Trefzger (UFES)**  
Orientadora e Presidente da Comissão


Documento assinado digitalmente  
 NELSON MARTINELLI FILHO  
Data: 04/08/2023 08:37:09-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Nelson Martinelli Filho (UFES)**  
Examinador Interno

**Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES)**  
Examinador Interno

Documento assinado digitalmente  
 MARIA ZILDA FERREIRA CURY  
Data: 07/08/2023 10:03:20-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Profª Drª Maria Zilda Cury (UFMG)**  
Examinadora Externa

Documento assinado digitalmente  
 JAIME GINZBURG  
Data: 09/08/2023 20:46:51-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Prof. Dr. Jaime Ginzburg (USP)**  
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
FABIOLA SIMAO PADILHA TREFZGER - SIAPE 3324080  
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN  
Em 03/08/2023 às 19:22

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/763720?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
WILBERTH CLAYTHON FERREIRA SALGUEIRO - MATRÍCULA 1172737  
Membro - Programa de Pós-Graduação em Letras  
Em 04/08/2023 às 18:03

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/764335?tipoArquivo=O>

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido concluída sem o afastamento para capacitação concedido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes) – Campus Vitória. Também foram imprescindíveis as condições propiciadas pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGL-Ufes). A investigação foi orientada pela professora Fabíola Padilha, que – com sugestões inspiradoras, aulas extraordinárias, acompanhamento motivador, leituras argutas, críticas pertinentes e colaborações decisivas – participou ativamente desde a concepção do projeto até a redação final desta tese. Os professores Jaime Ginzburg e Wilberth Salgueiro generosamente leram e comentaram os dois primeiros capítulos, ocasião em que apresentaram sugestões valiosas para o desenvolvimento dos demais. Nos últimos quatro anos, pesquisadores atuantes na Universidade Federal do Espírito Santo forneceram, direta ou indiretamente, ideias e referências que contribuíram para a análise da obra de Bernardo Kucinski: Adriano Correia Silva, Brunela Vieira de Vincenzi, Daniel Arruda Nascimento, Jorge Luiz do Nascimento, Luciana Molina Queiroz, Robson Loureiro, Sérgio da Fonseca Amaral e Vitor Cei Santos. Na defesa de tese para conclusão do Doutorado em Letras, a avaliação do texto conta com a lisonjeadora participação de – mais do que importantes pesquisadores – companheiros de resistência à violência e ao autoritarismo: Fabíola Padilha, Jaime Ginzburg, Luciana Paiva Coronel, Maria Mirtis Caser, Maria Zilda Ferreira Cury, Nelson Martinelli Filho e Wilberth Salgueiro. É claro que esta pesquisa não existiria e o debate crítico-teórico brasileiro contemporâneo seria empobrecido sem a necessária produção literária de um dos melhores escritores da atualidade, Bernardo Kucinski. A amizade afetuosa de pessoas muito estimadas tem sido fortalecedora nos últimos anos, especialmente o carinho e a atenção de Darcy Alcantara, Francielli Noya e Wolmyr Alcantara. São diariamente confortantes a convivência, o apoio e o incentivo do querido irmão Diego Dadalto. Os estudos se tornaram menos árduos, os dias mais felizes e o futuro mais esperançoso com a certeza do amor, do cuidado e da parceria contínua do muito amado Carlos Eduardo Deoclecio. A todas(os) fica guardada a memória da mais sincera gratidão.

el violento autorizado se mete en sus metales en sus  
fortalezas semovientes en su noche expugnable  
pero como deja un huequito para respirar por  
ahí se cuele no la bala perdida sino el guijarro

tiene miedo y lo bien que hace

el violento autorizado posee una formidable computadora  
electrónica capaz de informarle qué violencia es  
buena y qué violencia es mala y por eso prohíbe  
nombrar la violencia execrable

Mario Benedetti, “Con permiso”

Nessa noite parada sobrevivemos.  
Sobreviveremos.  
Ficou-nos a crença, de resto, inextinguível  
na manhã proibida.

Pedro Tierra, “Sobreviveremos”

Se uma ética da não violência deve pressupor e afirmar o valor igual das vidas, a distribuição diferencial do direito ao luto deve ser enfrentada. Portanto, essa distribuição desigual poderia ser um quadro de referência para a compreensão da produção diferencial de seres humanos e outras criaturas em uma estrutura de desigualdade, talvez uma estrutura violenta de denegação violenta. Afirmar que a igualdade se estende formalmente a todos os seres humanos é esquivar-se da questão fundamental a respeito de como o humano é produzido, ou melhor, quem é produzido como ser humano reconhecível e valioso e quem não o é. Para que faça sentido como conceito, a igualdade deve implicar essa extensão formal a todos os seres humanos, mas, mesmo nesse caso, fazemos uma suposição de quem é integralmente incluído, de quem é parcialmente incluído e de quem é totalmente excluído da categoria de ser humano; quem está totalmente vivo ou parcialmente morto; quem será digno de luto se perder a vida e quem não o será por estar morto social e efetivamente.

Judith Butler, *A força da não violência*



## RESUMO

O conjunto da obra de Bernardo Kucinski testemunha o autoritarismo do regime militar (1964-1985) como uma manifestação paradigmática da barbárie que persiste na sociedade brasileira, a qual é fundada e mantida pela violência. O desenvolvimento da análise de romances e contos do autor, que constitui o principal objetivo desta tese, sugere a associação entre o horror da ditadura e as catástrofes disseminadas no mundo moderno, que são inseparáveis de ordenações político-econômicas desumanizadoras e que foram levadas ao extremo no terror indizível do Holocausto. A partir da década de 1970, Kucinski produz vasta bibliografia não literária dedicada principalmente à denúncia dos crimes do Estado, à política, à economia e ao jornalismo. Esta pesquisa introduz os livros mais representativos dessa fase, que fornecem elementos teórico-críticos e historiográficos para o exame de sua literatura posterior. Kucinski estreia na ficção publicando o folhetim *Mataram o presidente* (2010). Seu principal romance, *K.* (2011), é objeto de notáveis estudos críticos. Até o lançamento de *O congresso dos desaparecidos* (2023), a intensa dedicação do escritor à atividade literária resulta na publicação de doze títulos. O comentário de cada uma dessas obras ficcionais, proposto nesta investigação, identifica as principais marcas do conjunto e ressalta aspectos relacionados ao testemunho de vítimas da repressão. A seguir, tais leituras remetem à discussão teórica sobre as delimitações instáveis dos conceitos de violência e de autoritarismo. Contribuem para o debate certas proposições de Walter Benjamin e estudos de filósofos que, com posicionamentos distintos ou até divergentes, buscam compreender esses problemas, entre os quais se destacam Hannah Arendt, Jacques Derrida, Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han, Judith Butler e Theodor Adorno. Argumentos desses pensadores são posteriormente retomados, nesta pesquisa, para a análise particular de relatos ficcionais selecionados, a qual mostra que Kucinski resiste ao esquecimento dos efeitos inenarráveis do totalitarismo nazista e do intenso antissemitismo na Polônia na época da Segunda Guerra Mundial. Os textos analisados apresentam o sofrimento inexprimível de sobreviventes da catástrofe a partir da perspectiva de imigrantes judeus refugiados no Brasil. A compreensão dessa face da produção kucinskiana encontra fundamentos teóricos e historiográficos em pesquisas de Paul Ricoeur, Marianne Hirsch, Nachman Falbel e Regina Igel, entre outros. Por fim, esta tese demonstra que a escrita de Kucinski, ao relacionar a ditadura no Brasil a outros eventos violentos, assume atitude solidária ao testemunho das vítimas e denuncia a permanência do autoritarismo em períodos supostamente democráticos. A necessidade de elaboração da memória e a impossibilidade de representação de experiências traumáticas demandam a superação de formas narrativas convencionais e a tematização de impasses éticos e estéticos enfrentados pela testemunha. Nesse sentido, estudos de críticos literários como Márcio Seligmann-Silva e Jaime Ginzburg, por exemplo, são pertinentes para a interpretação da ficção kucinskiana. A recepção politicamente comprometida da literatura testemunhal de Kucinski mobiliza os estudos literários para a participação na elaboração do passado e para a resistência ao autoritarismo que persiste na contemporaneidade.

Palavras-chave: Bernardo Kucinski; Violência; Autoritarismo; Testemunho; Memória.

## ABSTRACT

The collection of Bernardo Kucinski's work witnesses the military regime authoritarianism (1964-1985) as a paradigmatic manifestation of the barbarism that persists in Brazilian society, a society that has been founded and sustained by violence. This study proposes an analysis of the novels and short stories of the author while it suggests the association between the horror of dictatorship and the widespread catastrophes in the modern world, which cannot be dissociated from dehumanizing political-economic orders and which have been pushed to the extreme in the unspeakable terror of the Holocaust. From the 1970s onwards, Kucinski produced a vast non-literary bibliography devoted primarily to reporting state crimes, politics, economics, and journalism. This research introduces the most representative books of this phase, which provide theoretical, critical and historiographical elements to examine his later literature. Kucinski debuts in fiction by publishing the serial *Mataram o presidente* (2010). His major novel, *K.* (2011), is the subject of notable critical studies. Until the release of *O congresso dos desaparecidos* (2023), the writer's intense dedication to literary activity results in the publication of twelve works. Throughout this dissertation, comments are made to each of these fictional works, identifying the main marks of the collection and highlighting aspects related to the testimony of repression victims. Afterwards, such interpretations refer to the theoretical discussion on the unstable delimitations of violence and authoritarianism concepts. Certain propositions contribute to the debate, such as the ones of Walter Benjamin, along with investigations of philosophers who differently or even divergently seek to understand these problems; among which Hannah Arendt, Jacques Derrida, Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han, Judith Butler and Theodor Adorno stand out. The contributions of these thinkers are brought to the particular analysis of the selected fictional works. Analyzed texts show that Kucinski defies forgetting both the unspeakable effects of Nazi totalitarianism and the intense anti-Semitism in Poland at the time of World War II. These works present the inexpressible suffering of survivors of the catastrophe from the perspective of Jewish immigrant refugees in Brazil. The understanding of this face of Kucinski's production establishes theoretical and historiographical foundations in the research of Paul Ricoeur, Marianne Hirsch, Nachman Falbel and Regina Igel, among others. Finally, this thesis seeks to demonstrate that, by relating the dictatorship in Brazil to other violent events, Kucinski's writing takes a sympathetic stand regarding the testimony of the victims and denounces the continuity of authoritarianism in supposedly democratic periods. The need to elaborate on memory and the impossibility of representing traumatic experiences through conventional languages demand the overcoming of traditional narrative forms and the thematization of ethical and aesthetic impasses faced by the witness. In this sense, studies by literary critics such as Márcio Seligmann-Silva and Jaime Ginzburg are pertinent to the interpretation of Kucinskian fiction. The politically compromised reception of Kucinski's testimonial literature mobilizes literary studies to participate in the elaboration of the past and to resist the authoritarianism that persists in contemporary times.

Keywords: Bernardo Kucinski; Violence; Authoritarianism; Testimony; Memory.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>1 O JORNALISTA, O MILITANTE E O PESQUISADOR</b> .....	18
1.1 A denúncia internacional da ditadura militar: <i>Pau de arara</i> (1971) .....	18
1.2 A esperança ressurge: <i>Abertura</i> (1982) e <i>O fim da ditadura militar</i> (2001) .....	21
1.3 Mas a dominação continua: <i>A ditadura da dívida</i> (1987) .....	23
1.4 A imprensa que resiste: <i>Jornalistas e revolucionários</i> (1991) .....	25
1.5 E a imprensa subserviente: <i>Jornalismo econômico</i> (1996) .....	27
1.6 A atuação política: <i>As cartas ácidas</i> (2000) e <i>Cartas a Lula</i> (2014) .....	30
1.7 Outras publicações.....	32
<b>2 O ESCRITOR: TESTEMUNHO E POLÍTICA, LITERATURA E MEMÓRIA</b> .....	36
2.1 A estreia na ficção: <i>Mataram o presidente</i> (2010) .....	36
2.2 Memória e testemunho da barbárie: <i>K.</i> (2011) .....	41
2.3 A ciência para o crime: <i>Alice</i> (2014) .....	49
2.4 Histórias da opressão e do terror: <i>Você vai voltar pra mim e outros contos</i> (2014) .....	54
2.5 Rememorações da infância para novas gerações: <i>Imigrantes e mascates</i> (2016) .....	60
2.6 A ficção diante do espelho: <i>Os visitantes</i> (2016) .....	66
2.7 A paternidade culpada: <i>Pretérito imperfeito</i> (2017).....	73
2.8 Retorno do passado e totalitarismo distópico: <i>A nova ordem</i> (2019).....	80
2.9 Um romance-síntese da ficção kucinskiana: <i>Júlia</i> (2020).....	86
2.10 Um catálogo da violência e do autoritarismo: <i>A cicatriz e outras histórias</i> (2021) .....	92
2.11 A continuidade da ameaça totalitária: <i>O colapso da nova ordem</i> (2022).....	98
2.12 A marcha nas ruínas das catástrofes: <i>O congresso dos desaparecidos</i> (2023).....	105
<b>3 A DIFÍCIL DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DE VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO</b> .....	118
3.1 Questões iniciais sobre uma definição problemática.....	118
3.2 Walter Benjamin e a crítica da violência.....	122
3.3 A distinção entre violência e poder em Hannah Arendt .....	128
3.4 Algumas reverberações da concepção benjaminiana de violência .....	132
3.5 A violência ética e a possibilidade da não violência em Judith Butler.....	148
3.6 E o que é o autoritarismo? .....	168
3.7 Theodor W. Adorno e a personalidade autoritária.....	173

<b>4 TOTALITARISMO, ANTISSEMITISMO E JUDEUS REFUGIADOS NO BRASIL ....</b>	<b>180</b>
4.1 A memória do Holocausto e a continuidade das catástrofes em <i>K</i> .....	180
4.2 O pai escritor da língua ídiche: a obra literária de Meir Kucinski .....	194
4.3 A disrupção familiar pelo totalitarismo nazista em <i>Imigrantes e mascates</i> .....	204
4.4 “Bialystok, a jornada” e a resistência aos “poços de esquecimento” .....	214
4.5 Figuras do testemunho.....	225
4.6 Uma difícil história de ódio e perdição .....	236
<b>5 ESTADO DE EXCEÇÃO: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA .....</b>	<b>244</b>
5.1 Os crimes do aparelho repressivo da ditadura em <i>K</i> .....	244
5.2 O testemunho e a resistência ao “mal de Alzheimer nacional” .....	260
5.3 Apresentação literária de eventos históricos e recepção do testemunho em <i>Os visitantes</i> . ..	274
5.4 “Você vai voltar pra mim” e a necessidade de elaboração do passado violento .....	290
5.5 Um fantástico “Encontro no porão”: a inelutável reivindicação do luto .....	298
5.6 “Um software avançado” e o “sistema” do “totalitarismo institucional” .....	305
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>316</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>325</b>

## INTRODUÇÃO

Bernardo Kucinski se tornou um dos principais nomes da literatura brasileira contemporânea a partir da publicação de *K.*, em 2011, depois intitulado *K.: relato de uma busca*. Por meio da ficção, esse romance tematiza os crimes da ditadura militar brasileira (1964-1985) e aborda especialmente os efeitos da violência do regime sobre as famílias dos desaparecidos políticos. Na recepção crítica, *K.* frequentemente provoca debates sobre a participação da literatura na vida social, despertando análises que geralmente enfatizam a memória do passado violento, o testemunho, os traumas decorrentes da catástrofe, a necessidade de elaboração do passado e a impossibilidade do trabalho de luto devida à ocultação continuada dos corpos e à omissão de informações sobre as circunstâncias dos desaparecimentos.

A estreia de Kucinski na literatura ocorrera um ano antes, com a publicação de um folhetim, intitulado *Mataram o presidente*, no jornal *ABCD Maior*. Depois de *K.*, Kucinski produziu vários outros romances e volumes de contos: são doze obras literárias publicadas em menos de treze anos, de outubro de 2010 até abril de 2023, quando o escritor lançou *O congresso dos desaparecidos*. Todos esses títulos foram produzidos depois de Kucinski se aposentar de suas atividades profissionais como jornalista, professor universitário da USP e assessor especial da Presidência da República (durante o primeiro mandato do presidente Lula). Essa carreira profissional ocasionou o acúmulo de intensa experiência política e vasta produção bibliográfica não ficcional. Antes da estreia na literatura, Kucinski publicou dezenas de títulos, que percorrem a política, a economia e a comunicação, incluindo livros sobre a ditadura. Portanto, a obra literária de Kucinski é o corolário de uma história de pesquisas e de lutas, que passou ativamente pelo jornalismo, pela docência, pela pesquisa científica e pela militância política. A ficção de Kucinski resulta ainda de experiências pessoais e familiares, já que o escritor toma a literatura como um meio privilegiado para a elaboração da memória.

O conjunto dessa obra é atravessado pela tematização da persistência da violência e do autoritarismo na sociedade brasileira. Muitos textos de Kucinski são dedicados à difícil apresentação da tortura, dos assassinatos, dos desaparecimentos, da censura e do ambiente de medo generalizado durante os anos da ditadura, assim como dos efeitos nefastos que o autoritarismo legou à sociedade contemporânea, supostamente democrática. A crítica literária tem razão em destacar a denúncia da ditadura – fortemente repressora e assassina – como tema predominante na ficção kucinskiana. Por outro lado, é importante observar que o autor se volta também a outras terríveis manifestações da violência, que não se limitam ao horror dos anos de chumbo. Não são poucos os textos em que Kucinski se reporta ao genocídio de milhões de

judeus e de outros grupos minorizados durante a Segunda Guerra Mundial. O escritor aborda frequentemente esse evento a partir da perspectiva dos descendentes de refugiados no Brasil, herdeiros não só da “memória impedida” (conforme expressão de Paul Ricoeur), mas também da lembrança dos terrores vividos por pais, tios e avós. Além disso, muitos textos de Kucinski remetem à discussão de formas difusas de violência, contínuas na sociedade brasileira, que incluem a exploração econômica, a exposição de milhares de pessoas à miséria, a brutalidade de ações policiais contra grupos sociais fragilizados, o aparelhamento ideológico da grande imprensa em favor de elites detentoras de poder, o machismo, o racismo, o preconceito e outros variados modos de permanência do autoritarismo na sociedade brasileira, que determinam desde as ordenações político-econômicas até as relações sociais cotidianas.

As diversas formas de violência e de autoritarismo testemunhadas por Bernardo Kucinski no conjunto de sua ficção constituem o objeto desta pesquisa. A principal hipótese a ser estudada é que a literatura kucinskiana apresenta a ditadura como uma manifestação paradigmática da barbárie persistente que atravessa a história da sociedade brasileira, a qual é continuamente marcada pelo autoritarismo violento que a funda e que a sustenta. Além disso, na obra de Kucinski, a ditadura está associada às grandes catástrofes que se disseminam pelo mundo moderno e que tiveram a expressão máxima no horror indizível do Holocausto.

Se os temas da violência e do autoritarismo perpassam o conjunto da ficção do autor, a análise das obras literárias mais conhecidas pode ser enriquecida e ampliada pela consideração de textos ficcionais menos lidos ou até ignorados por parte dos críticos. Narrativas como *Mataram o presidente*, *Imigrantes e mascates* e *O congresso dos desaparecidos* oferecem chaves interpretativas que abrem novas possibilidades de leitura de obras como *K.*, *Você vai voltar pra mim e outros contos* e *A nova ordem*. Não obstante, as obras menos estudadas têm valor literário próprio e expõem diferentes faces da ficção de Kucinski, que, além da denúncia da ditadura, explora ampla variedade de temas, técnicas narrativas e gêneros textuais.

Este estudo recorre à pesquisa bibliográfica para produzir a análise e a interpretação crítica das obras literárias de Kucinski. Os principais procedimentos desse percurso, que aparecem simultaneamente no texto desta tese, são a leitura criteriosa das obras do escritor, o estudo dos principais artigos já publicados a respeito da ficção de Kucinski e a investigação teórica sobre os conceitos fundamentais de violência, autoritarismo e testemunho, bem como a consideração de noções intrinsecamente relacionadas aos problemas principais, como totalitarismo, estado de exceção, memória, esquecimento, forma literária e ficção, entre outras. A elaboração das análises, nesta tese, resulta de estudos ideologicamente orientados e politicamente engajados, que não pretendem esconder a participação nas lutas contra o

autoritarismo, na resistência à violência, na defesa da democracia, na superação dos preconceitos opressores, no combate às desigualdades e na esperança de transformação social.

A tese está organizada em dois movimentos complementares. A primeira parte é voltada para a síntese geral da obra de Kucinski. Os dois primeiros capítulos buscam introduzir brevemente alguns livros representativos da produção não literária do autor e apresentar uma a uma, em ordem cronológica, suas recentes publicações dedicadas à ficção. Nesse movimento são identificados os principais problemas e alguns traços característicos da vasta obra de Kucinski, embora a leitura esteja previamente condicionada pela atenção privilegiada aos problemas da violência e do autoritarismo. O segundo movimento, nos dois últimos capítulos, é a análise de textos literários selecionados do conjunto, os quais foram escolhidos por terem sido considerados representativos de marcas decisivas e inter-relacionadas na ficção do autor: o testemunho dos sobreviventes das catástrofes históricas do totalitarismo nazista e da ditadura militar brasileira. O capítulo do meio liga os movimentos, aprofundando os problemas identificados na primeira metade e preparando as análises da segunda. Nesses movimentos, o texto busca levantar e explorar hipóteses interpretativas e, ao mesmo tempo, deixa abertas outras possibilidades de leitura para as obras comentadas.

O objetivo principal do primeiro capítulo é introduzir brevemente a vasta obra não literária de Kucinski, que ainda carece de estudo sistemático e detalhado. São brevemente resenhados os principais livros do autor dedicados ao jornalismo, às pesquisas acadêmicas, à docência universitária, à militância política e à oposição ao autoritarismo. Como a produção de Kucinski é complexa e variada, foi preciso selecionar, entre as obras principais, aquelas mais diretamente relacionadas à literatura produzida a partir de 2010. O objeto desta pesquisa privilegia os textos ficcionais de Kucinski; por isso o primeiro capítulo é desproporcionalmente curto em relação aos demais. Não obstante, a leitura introdutória da obra não ficcional foi mantida porque ela fornece pertinente suporte teórico-crítico e historiográfico para a análise da literatura posterior. Apesar do que Kucinski costuma afirmar em entrevistas, há continuidade entre sua produção não ficcional e sua escrita literária: a visão do conjunto das obras demonstra uma retomada de problemas similares e complementares, embora com linguagem e abordagem diferentes. É ainda possível notar, nesse conjunto, que o progressivo aperfeiçoamento do estilo narrativo do autor não afasta certas marcas peculiares recorrentes em sua escrita, tanto acadêmica quanto literária. Os livros apresentados nesse capítulo inicial servem como fundamentação teórica e fonte historiográfica para os capítulos posteriores: mesmo quando não são citados explicitamente, eles permanecem como pano de fundo imprescindível para a análise crítica da literatura de Kucinski.

O segundo capítulo é mais longo por abordar horizontalmente toda a produção literária kucinskiana. O principal objetivo é apresentar introdutoriamente cada uma das publicações ficcionais do autor, ressaltando as linhas principais do conjunto e observando a recorrência de aspectos que fornecem chaves pertinentes para a posterior leitura particular dos textos. Ao mesmo tempo, nesta parte são brevemente elencados os principais estudos já publicados a respeito da literatura kucinskiana, com destaque para críticos como Eurídice Figueiredo, Fabíola Padilha, Jaime Ginzburg, Luciana Paiva Coronel, Maria Zilda Ferreira Cury, Mariana Scaramucci, Nelson Martinelli Filho e Vincenzo Russo, entre outros. Esses estudos têm aumentando vertiginosamente, o que tornou imperioso o estabelecimento de algum critério de seleção: são considerados, na medida do possível, os livros, capítulos de livros e artigos publicados em revistas científicas; infelizmente não há espaço para identificar o grande número de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso, resenhas e matérias jornalísticas dedicadas a textos literários de Kucinski. Tampouco foram estudados os muitos artigos e outros textos acadêmicos voltados a algum aspecto específico da obra não literária do autor. É claro que uma pretensão ambiciosa como a desse segundo capítulo está fadada à omissão de aspectos relevantes, à síntese niveladora, à superficialidade das análises e ao esquecimento de textos importantes. Mesmo assim, esse risco foi assumido porque a visão do contexto amplo da produção de Kucinski abre possibilidades para o posterior estudo crítico, mais verticalizado e mais direcionado, de alguns desses romances e contos. Por isso há, nesse capítulo, notas que remetem a outros trechos da tese. Como não seria possível analisar pormenorizadamente cada uma das narrativas do escritor, as obras que não serão retomadas nesta tese sugerem pesquisas futuras, ainda não desenvolvidas; aqui, elas contribuem para a compreensão do conjunto da ficção do escritor e para a observação da recorrência de traços formais, temas, problemas e modos de abordagem. Preliminarmente norteadas pela atenção ao testemunho de sobreviventes da ditadura, a leitura do conjunto corrobora a hipótese de que a literatura de Kucinski é prioritariamente dedicada à crítica da violência e do autoritarismo, sobretudo nas manifestações da violência de Estado. Por fim, esse capítulo ainda não propõe um aprofundamento teórico ou recorte temático delimitado porque pretende primeiro identificar nos textos literários os problemas que serão depois recuperados pelo estudo teórico e pelas análises específicas; isso justifica por que alguns conceitos são mencionados apenas superficialmente por enquanto.

O terceiro capítulo interrompe a leitura da obra de Kucinski e se volta quase integralmente para a consideração das instáveis definições de violência e de autoritarismo. Essa parte central da tese divide os dois movimentos de síntese e de análise. O longo parêntese teórico tem como objetivo estabelecer as bases para o estudo dos principais problemas



identificados na primeira metade da tese e analisados na segunda. O ponto de partida é o ensaio “Para a crítica da violência”, de Walter Benjamin, publicado originalmente em 1921. A seguir, é apontada, sem preocupação exaustiva, a recepção desse texto por filósofos que se dedicaram ao tema da violência em alguma parte de sua obra: Hannah Arendt, Jacques Derrida, Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han e Judith Butler. Posicionados em épocas e contextos distintos, defendendo ideias conflitantes e, em alguns momentos, até antagônicas, esses pensadores, por um lado, expõem as complexidades da violência e as múltiplas possibilidades de delimitá-la; por outro lado, procuram formas de resistência e de superação da violência. O norteador desse percurso é a interpretação do ensaio de Benjamin. Não obstante, a menção aos filósofos oportuniza rápidas leituras de algumas de suas contribuições originais para o debate, notadamente na seção dedicada às ideias de Butler. Na parte final do capítulo, o conceito de autoritarismo é tomado como subordinado e intrinsecamente relacionado ao de violência. As ideias destacadas, nesse momento, são as proposições da pesquisa liderada por Theodor W. Adorno sobre a personalidade autoritária. Também oferecem valiosas contribuições algumas noções expostas por Vladimir Safatle, Marilena Chaui, Lilia Moritz Schwarcz e Jaime Ginzburg. É importante enfatizar que esse capítulo – que é predominantemente teórico e está voltado para a preparação das análises desenvolvidas nos capítulos seguintes – não pretende elaborar um estudo sistemático da recepção do ensaio de Benjamin e da pesquisa de Adorno, muito menos resolver as difíceis questões discutidas pelos pensadores selecionados para a discussão. Tanto nesse capítulo quanto nos seguintes, tampouco há intenção de expor sinteticamente a totalidade da produção teórica dos autores citados, nem de resolver as muitas diferenças e contradições entre eles, muito menos de criticar seus possíveis acertos ou falhas: o propósito, mais modesto, é contextualizar a problematização de noções relevantes para a compreensão da ficção de Kucinski. São leituras parciais e interessadas, pois essa parte procura fornecer fundamentos para a análise da literatura testemunhal kucinskiana. Esta tese não é prioritariamente dedicada à teoria, muito menos procura na ficção de Kucinski algum tipo de exemplificação de conceitos abstratos. Portanto, os problemas discutidos nesse terceiro capítulo são demandados pela anterior apresentação geral da obra kucinskiana e colaboram nas posteriores análises específicas. De qualquer modo, sentiu-se a necessidade de estabelecer, desde já, o diálogo entre conceitos filosóficos e narrativas literárias, o que justifica a alternância, no texto, entre leituras teóricas e anotações de passagens literárias.

O quarto capítulo analisa obras de Kucinski que testemunham a violência extrema do totalitarismo nazista e o intenso antissemitismo na Polônia nos anos imediatamente anteriores e contemporâneos à Segunda Guerra Mundial. O sofrimento indizível causado às

vítimas dessa catástrofe é testemunhado, na obra de Kucinski, a partir da perspectiva de imigrantes judeus refugiados no Brasil. Nessa parte da tese, o objetivo principal é rastrear e compreender os vários momentos em que Kucinski apresenta, por meio da literatura testemunhal, o passado terrível de sua família judaica e dos conterrâneos poloneses de seus pais e avós, em grande parte dizimados pelos nazistas ou paralisados pelo trauma. Para isso, inicialmente é analisado o romance *K.*, destacando-se nele os aspectos que remetem ao Holocausto. São também objeto particular de estudo o livro infantojuvenil memorialístico *Imigrantes e mascates* e os contos “Bialystok, a jornada” e “Uma singela história de amor e salvação”, ambos publicados em *A cicatriz e outras histórias*. Outras narrativas de Kucinski também são consideradas nesse percurso, embora não constituam o centro da atenção. O capítulo também observa as significativas relações intertextuais entre a obra ficcional de Bernardo Kucinski e a de seu pai, o escritor da língua iídiche Meir Kucinski, do qual foram destacados três contos que integram a seção “Ecos do Holocausto”, de *Imigrantes, mascates & doutores*. A obra de Meir Kucinski merece atenção especial porque fornece indícios muito pertinentes para a interpretação de importantes personagens de Bernardo Kucinski. Em vários textos, o filho escritor se refere explicitamente à literatura produzida pelo pai e às histórias que ele contava; em certos momentos, Bernardo Kucinski se apropria da história familiar transmitida especialmente pelas histórias orais e pelos textos paternos (mas também por outras vias), reaviva essa memória, assume o lugar da testemunha solidária e chega até a transcrever literalmente trechos de obras do pai. É preciso buscar compreender tal apropriação. Além disso, o necessário estudo comparativo da literatura testemunhal de Meir Kucinski e a de Bernardo Kucinski ainda não foi sequer iniciado pela crítica literária, de modo que as análises parciais propostas nesse capítulo abrem possibilidades para pesquisas futuras. No contexto do estudo da violência e do autoritarismo, o problema principal que guia as análises é o do testemunho. A ele se associam outras questões, principalmente aquelas relacionadas à memória, ao esquecimento e ao estado de exceção. Nesse sentido, são recuperadas as discussões do capítulo anterior e introduzidos novos estudos teórico-críticos e historiográficos, com destaque para Giorgio Agamben, Hannah Arendt, Judith Butler, Marianne Hirsch, Nachman Falbel, Paul Ricoeur e Regina Igel, entre outros.

O quinto capítulo se concentra na apresentação da violência da ditadura militar brasileira na ficção de Kucinski. A partir dos principais estudos críticos já desenvolvidos a esse respeito, pretende-se revisar e aprofundar alguns aspectos já bastante discutidos, considerando também algumas publicações literárias recentes ainda pouco contempladas pela crítica. Nessa perspectiva, o romance *K.* é novamente tomado como especial objeto de estudo, agora com

ênfase ao testemunho das vítimas dos crimes perpetrados pela ditadura militar brasileira, particularmente a tortura e os desaparecimentos forçados. São também discutidas as insistentes – e polêmicas – comparações que o narrador faz entre a ditadura militar brasileira e o totalitarismo nazista. Depois, são analisados a novela *Os visitantes* e os contos “Você vai voltar pra mim” (que intitula o volume *Você vai voltar pra mim e outros contos*), “Encontro no porão” e “Um software avançado” (ambos publicados em *A cicatriz e outras histórias*). Ao discutir os sentidos do termo “sistema” e da expressão “totalitarismo institucional”, empregados na ficção de Kucinski, o final do capítulo explicita a preocupação que aparece já na primeira publicação do autor, ainda no início da década de 1970: a continuidade da violência opressiva que funda a sociedade brasileira. O fim da ditadura não implicou uma transformação estrutural da ordenação social injusta e excludente, que continua a se repetir sob novos modos de operação. As narrativas de Kucinski mostram que toda a história sociopolítica brasileira está permeada pela barbárie, que ainda parece estar longe de terminar. Além disso, a inserção de “Um software avançado” na seção intitulada “Kafkianas”, de *A cicatriz e outras histórias*, oportuniza a interpretação de relações intertextuais estabelecidas por Kucinski com Franz Kafka, notável também em outras obras. A partir das proposições de filósofos já mencionados anteriormente, especialmente Walter Benjamin, Giorgio Agamben e Judith Butler, esse capítulo está principalmente voltado às noções de literatura e testemunho, com atenção especial aos problemas relacionados à forma narrativa e à apresentação ficcional de catástrofes, sem desconsiderar, mais uma vez, problemas intrínsecos à literatura testemunhal, como a memória, o trauma e o luto. Para isso, nesse momento, o amparo crítico-teórico provém principalmente de críticos literários brasileiros que desenvolvem pesquisas importantes nesse campo, com destaque para Jaime Ginzburg, Márcio Seligmann-Silva, Maria Zilda Ferreira Cury e Wilberth Salgueiro, entre outros.

Kucinski costuma conceder numerosas entrevistas sobre sua obra literária, sua carreira como jornalista e seus posicionamentos a respeito de variadas questões atuais. Essas entrevistas são muito relevantes para esta pesquisa, sobretudo por fornecerem informações valiosas sobre a trajetória profissional e familiar do autor, cuja produção literária em vários momentos recorre à memória e à autoficção. Além disso, em entrevistas, Kucinski frequentemente dá testemunho de acontecimentos históricos decisivos tanto para sua literatura quanto para a sociedade brasileira contemporânea. Mesmo assim, as informações da biografia do autor foram levadas em conta apenas quando interessam à compreensão das obras. Foram evitadas as menções a informações biográficas que não podem ser verificadas, ao menos indiretamente, nos textos (literários ou não) do autor. Suas declarações a respeito da própria

obra literária também foram respeitadas porque frequentemente contribuem para a elucidação semântica dos textos, oferecem interessantes pistas para a interpretação e enriquecem seus significados. Por outro lado, essas declarações não podem ser tomadas como verdades impositivas, que impediriam interpretações distintas daquelas sinalizadas pelo autor. A recepção da ficção literária – que frequentemente é aberta e plurissignificativa – extrapola supostos propósitos e percepções do escritor, e, muitas vezes, subverte significados que ele atribui aos próprios textos. Conforme Kucinski encena em *Os visitantes*, escapa ao escritor o poder de controlar a recepção de seus textos e os sentidos atribuídos a sua literatura testemunhal. Nesse contexto, pode ocorrer que algumas das análises propostas nesta tese se orientem em sentidos autônomos, ou até antagônicos, àqueles declarados por Kucinski.

O recorte amplo do *corpus* literário estudado nesta pesquisa, o direcionamento da leitura para problemas centrais previamente definidos (violência, autoritarismo e testemunho) e a opção por considerações crítico-teóricas provenientes sobretudo dos estudos literários e da filosofia, embora sejam produtivos em certos aspectos, acarretam numerosas ausências no texto final desta tese. Entre tais limitações, vale antecipar a baixa exploração da ampla intertextualidade que Kucinski estabelece com outras obras literárias e com produções científicas. Parte dessas relações intertextuais é apenas anotada, mas falta explorar os sentidos que elas geram. Tampouco há espaço, aqui, para o importante estudo da posição da ficção de Kucinski no cenário da literatura brasileira contemporânea e as linhas de força do expressivo contexto poético e artístico recente, no qual a obra kucinskiana está inserida, especialmente no que se refere a escritores que significativamente têm colaborado, com sua literatura, para o trabalho de elaboração da memória e para a crítica das relações político-sociais. É importante ainda ressaltar que a ênfase concedida a críticos literários e a pensadores vinculados principalmente à filosofia não pretende negar a relevância de áreas imprescindíveis que são aqui insuficientemente abordadas ou sequer citadas, notadamente a psicanálise, a história e a sociologia, bem como os debates recentes associados à Teoria Crítica, aos estudos culturais, aos estudos de gênero e sexualidade e às questões raciais, entre muitos outros. Por fim, as análises operam com certos termos aos quais não é dada a devida atenção porque são altamente complexos e exigiriam incursões teóricas que escapam aos propósitos desta pesquisa: merecem cuidado noções como trauma, memória, culpa, luto, melancolia, sujeito, gênero, representação, ficção, autoficção, personagem, realidade, autoria, modernidade, Estado-nação etc. A esse respeito há extensa bibliografia especializada, em parte elencada pelos críticos literários brasileiros que se empenham em estudar o testemunho; dentre eles, nomes representativos são citados nas referências bibliográficas, como Marcelo Ferraz de Paula, Mariana Scaramucci e

Nelson Martinelli Filho, por exemplo. Tais termos apontam para problemas que ainda merecem aprofundamento no que se refere ao estudo do conjunto da obra de Kucinski.

Obras ficcionais como as de Kucinski são imprescindíveis por colaborarem na elaboração da memória do passado violento e autoritário, que não pode ser deixado no esquecimento. A análise da literatura testemunhal participa do debate sobre a conjuntura social, política e cultural do Brasil contemporâneo. Desse modo, a crítica literária pode integrar movimentos de resistência que denunciam a permanência de muitas formas de opressão e alertam para a urgência de ações que impeçam novas ocorrências de regimes políticos semelhantes à ditadura. Ou seja, os estudos literários podem colaborar tanto na luta para que as vítimas da violência, que perderam o direito à palavra, recobrem a voz, quanto na resistência à continuação da catástrofe, que produz sempre novas vítimas. Esta pesquisa, nesse sentido, busca se aproximar daquilo que Jeanne Marie Gagnebin, em *Lembrar escrever esquecer*, propõe para o trabalho do historiador, trabalho aqui estendido também ao escritor e ao crítico literário: “tarefa altamente política: lutar contra o esquecimento e a denegação é também lutar contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)”; além disso, trata-se de “tarefa igualmente ética e, num sentido amplo, especificamente psíquica: as palavras do historiador [bem como as do escritor e as do crítico] ajudam a enterrar os mortos do passado e a cavar um túmulo para aqueles que dele foram privados” (2009, p. 47). Como testemunha da história, o escritor de literatura apresenta um ponto de vista singular sobre as relações sociais. A recepção de seu testemunho, por parte do leitor dedicado à teoria e à análise crítica, pode ser politicamente mobilizada para a elaboração da memória, a denúncia de formas contemporâneas de violência e a resistência aos discursos autoritários, sempre à espreita no Brasil e no restante do mundo.

## 1 O JORNALISTA, O MILITANTE E O PESQUISADOR

### 1.1 A denúncia internacional da ditadura militar: *Pau de arara* (1971)

*Pau de arara: a violência militar no Brasil* é o primeiro livro de Bernardo Kucinski, escrito em coautoria com Ítalo Tronca. Essa obra inaugural, corajosamente engajada na denúncia da violência e na luta por justiça, dá o tom à profícua produção jornalística, acadêmica e literária de Kucinski nas cinco décadas seguintes. Ele testemunhou a barbárie da ditadura já nos primeiros momentos, e desde o início usou a escrita como meio de resistência. A literatura produzida pelo autor quarenta anos depois é o ápice de um histórico de lutas e memórias.

O livro foi escrito para divulgar internacionalmente a tortura institucionalizada pela ditadura militar.<sup>1</sup> No final da década de 1960, Kucinski e Tronca integravam a equipe da revista *Veja*, que publicou reportagens de capa sobre as violações dos direitos humanos perpetradas pelo aparelho repressivo (edições de 3 e 10 de dezembro de 1969). O material coletado para a *Veja* foi retomado em *Pau de arara*, concluído em 1970. A primeira edição do texto, traduzido para o francês, saiu anonimamente na França, em 1971. No ano seguinte, o livro foi reeditado no México, em espanhol. Somente em 2013 foi retraduzido para o português, pois os originais se perderam, e publicado no Brasil pela Fundação Perseu Abramo, agora com a indicação da autoria. Em entrevista, Kucinski diz que o objetivo específico da publicação foi humanitário – a urgência de denunciar os crimes do regime –, mas a motivação maior foi política, já que o livro é uma forma de participação na luta de resistência à ditadura (2021b, p. 87).

Os muitos casos de prisões arbitrárias, tortura e assassinatos registrados por Kucinski e Tronca ocorreram antes da criação dos DOI-CODI, da Casa da Morte de Petrópolis, do extermínio deliberado de guerrilheiros no Araguaia e da implantação da política de desaparecimentos sistemáticos de militantes. Segundo Kucinski, as práticas criminosas adotadas pelo regime alcançariam depois uma proporção ainda maior: “*Pau de Arara* empalidece frente ao que viria a acontecer” (2021b, p. 87). O desaparecimento da irmã e do cunhado de Bernardo Kucinski, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva, ocorreu em 1974, depois da publicação do livro: um dos autores sequer suspeitava que a violência que combatia alcançaria sua própria família.

---

<sup>1</sup> De maneira geral, nesta tese são adotados os termos propostos por Marcos Napolitano no livro *1964: história do regime militar brasileiro*. O historiador opta pelo emprego das expressões “golpe civil-militar” e “ditadura militar” (ou “regime militar”), justificando que o golpe de 1964 “foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista”, ao passo que “os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder” do regime político subsequente, mesmo que tal ditadura “tenha tido entre seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna” (2021, p. 9-11).

Na introdução do livro, elaborada num período de intensa censura e precariedade de dados, os autores afirmam que, até 1970, 4.382 pessoas foram despojadas de seus direitos políticos. Havia no Brasil 1.300 presos políticos e cinco mil cidadãos eram procurados pelas forças da repressão. Segundo os autores, mais de dez mil pessoas acusadas de crimes políticos haviam passado por prisões e 21 militantes tinham sido assassinados. A então recente edição do AI-5 suprimiu ainda mais as garantias individuais e sociais, institucionalizou indiretamente a tortura sistemática, “assegurando ao aparato repressivo o silêncio de uma imprensa censurada e uma absoluta tranquilidade e impunidade dos torturadores”, autorizando detenções secretas e impedindo o recurso do *habeas corpus* (2013, p. 19).<sup>2</sup> A violência não se limitava à repressão, já que também ocorria na ordem econômica: “o desenvolvimento do país, que em 1969 alcançara a cifra recorde de 8% de crescimento, nada mais fez que acentuar as diferenças entre as classes e regiões”, embora os documentos oficiais omitissem dados estatísticos (2013, p. 17).

Kucinski e Tronca compreendem que a violência da ditadura não é episódica na história do Brasil. Ao invés, afirmam que “a história da chamada *democracia* brasileira não é nada mais que uma série de golpes de estado ‘brancos’, promovidos pela oligarquia local aliada a um punhado de generais”, que reprimem o povo violentamente e liquidam fisicamente seus líderes políticos (2013, p. 17). Os autores estão convictos de que “a violência é a marca mais profunda da história política brasileira” (2013, p. 17). Além do mais, “os tempos modernos não amenizaram a violência no Brasil, ao contrário, aperfeiçoaram-na” (2013, p. 18).

Na primeira parte do livro, Kucinski e Tronca revisam a história política brasileira para contextualizar as movimentações políticas e sociais que desembocaram na ditadura militar, demonstrando a continuidade da violência e destacando a abundância de sublevações golpistas e práticas autoritárias durante o século 20. Sobressai, nesse percurso historiográfico, a crítica à ditadura do Estado Novo, na qual os autores veem o triunfo do nazifascismo no Brasil, quando “o terror policial, a repressão violenta e, finalmente, as deportações, eliminavam qualquer tentativa de reação” (2013, p. 30). Nem os períodos supostamente democráticos suspenderam o autoritarismo: “havia grande esperança de redemocratização, mas tudo isso não passava de ilusão: a ditadura de Getúlio continuava, agora sem ele. Em 1946, enquanto o Congresso discutia a nova Constituição, a polícia de Dutra ocupava as ruas do Rio de Janeiro” (2013, p. 33). A partir daí, os autores seguem analisando os movimentos sociais, as organizações militares, os embates ideológicos e as tensões políticas durante as duas décadas que antecederam o golpe de 1964. Esse golpe teve um perfil de vingança, de intimidação e de

---

<sup>2</sup> Em toda esta tese, a fim de evitar a repetição desnecessária do sobrenome do escritor, a obra kucinskiana em análise (explicitada no título do subcapítulo) será indicada apenas pelo ano e pela página da edição consultada.

desmantelamento das estruturas populares e sindicais; acima de tudo, era resultado de uma estratégia: “a inflação e a crise econômica seriam superadas à custa dos trabalhadores assalariados” (2013, p. 68). Assim, “o terror sistemático era parte da preparação necessária para a implantação da futura *nova ordem*. A eliminação dos líderes populares e das organizações de massa era parte essencial desse programa” (2013, p. 68).

Na segunda parte, Kucinski e Tronca se detêm nos fatos políticos a partir de 1964, caracterizados pela “profunda militarização do aparelho de Estado” e pela brutalidade das ações de repressão (2013, p. 135). Eles também descrevem as ações de resistência e as tentativas de reorganização das forças populares, estudantis e operárias, contra as quais o regime reagiu com a promulgação do AI-5. Nesse contexto surgiram organizações políticas revolucionárias que apostavam na luta armada, como a Ação Popular (AP), o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e o Comando de Libertação Nacional (Colina). Conforme os autores, elas “nasceram praticamente em decorrência da decretação do AI-5, ou pouco antes” (2013, p. 103). Ou seja, a luta armada era uma reação ao endurecimento do regime, e não o contrário. Essas organizações foram ferozmente perseguidas, como qualquer grupo social que fosse caracterizado como “inimigo interno” ou “subversivo”, conceito que abarca “todos os órgãos que opinam, falam ou pensam no país” (2013, p. 112). Kucinski e Tronca descrevem pormenorizadamente o que chamam de “Operação tortura”. Eles declaram que, “a partir de fevereiro de 1969, a tortura se tornou uma rotina, como método de terror e como elemento essencial para a ‘formação de culpa’ na instrução do processo” (2013, p. 109-110). Utilizada de forma generalizada, ela é “mais intensa que qualquer poder e define a própria essência do poder” (2013, p. 114). A tortura se torna o “fundamento único, indiscutível e intangível do sistema repressivo” (2013, p. 122). Na época, a instituição policial mais representativa da tortura era a OBAN (Operação Bandeirantes), que contava com financiamento de empresários de São Paulo e que “nunca descansa nem para, não se preocupa com formalidades, não se subordina a nenhum juiz, não prepara autos para os processos formais” (2013, p. 123, 126).

A terceira parte é uma coletânea de 23 documentos transcritos pelos autores para comprovar as denúncias. Há muitos testemunhos de presos políticos, que falam em primeira pessoa sobre o que ocorria nas instalações da repressão e nas prisões políticas (por exemplo, relatos de Ronaldo Duarte e Frei Tito de Alencar Lima). O material inclui documentos variados, como declarações, cartas individuais e coletivas, manifestos, auto de interrogatório, atestado de óbito, laudo de exame de corpo de delito e discurso político. Esses textos, produzidos pelas vítimas, nomeiam diretamente os torturadores e descrevem com detalhes os instrumentos de



tortura. As mulheres também denunciavam os crimes sexuais a que foram submetidas.

Nesse sentido, o título escolhido por Kucinski e Tronca, *Pau de arara*, é muito expressivo porque elege um símbolo que aglutina a imagem das sevícias e violações praticadas pelos agentes da repressão e, ao mesmo tempo, remete à particularidade da repressão brasileira: conforme Kucinski, “você enuncia a palavra e está tudo dito, um universo inteiro de crueldades. O símbolo da repressão na ditadura brasileira é o pau de arara” (2021b, p. 89).

## 1.2 A esperança ressurge: *Abertura* (1982) e *O fim da ditadura militar* (2001)

Em 1982, Kucinski publicou *Abertura: a história de uma crise* pela editora Brasil Debates. Baseado tanto na cobertura jornalística do autor para os jornais estrangeiros *The Guardian* e *Latin America Political Report* quanto em contribuições para os periódicos da imprensa alternativa brasileira *Opinião*, *Movimento* e *Em tempo*, o livro foi reelaborado e reeditado pela editora Contexto, em 2001, com o título *O fim da ditadura militar*.

Nessa retomada da narração da história da ditadura militar, Kucinski se concentra na segunda metade do período. Além da face mais diretamente repressiva da ditadura, o autor abarca também aspectos econômicos, políticos e sociais. Para Kucinski, a ditadura se sustentava em um tripé econômico formado pelos empresários nacionais, pelas grandes empresas multinacionais e pelo Estado: “o regime militar, na ótica dessa aliança dominante, havia alcançado nível supremo de qualidade ao excluir o povo, em especial os trabalhadores, da condição de participantes ativos do processo de decisão” (2001, p. 9). Por isso, Kucinski indica a verdadeira motivação da abertura política que começa a ser proposta pelos próprios quadros dirigentes durante o governo Geisel. Não haveria uma mudança do sistema, mas sim seu aperfeiçoamento, “eliminando o que ele tinha de muito criticável”: “por um preço pequeno, as elites ganhariam respeitabilidade política; aumentaria a segurança dos políticos de carreira e seria interrompida a tendência natural de aumento do grau de autoritarismo do regime” (2001, p. 10). Nessa fase, já chegara ao fim “a luta contra as guerrilhas urbanas e rurais deflagradas pelas esquerdas nos primeiros anos da ditadura” e o poder militar era exercido por meio da vigilância policial: “o famoso ‘regime militar’ era, na verdade, um estado policial, consequência natural da primazia da luta contra o ‘inimigo interno’. Subversão combate-se muito mais com vigilância, delação, espionagem e tortura, do que com tanques e canhões” (2001, p. 11).

Entretanto, dois acontecimentos abalaram a solidez do regime, segundo Kucinski: a alta no preço do petróleo, que “minou a base econômica do milagre brasileiro, encerrando uma fase de expansão espetacular do capitalismo”, e a vitória dos candidatos de oposição nas

eleições ao Senado, que “trincou a fachada do regime, acabando com suas tentativas de legitimação política” (2001, p. 15). Em 1974, o pacto entre a burguesia e os militares começou a se desintegrar e os empresários passaram a reivindicar o fim do “predomínio do Estado sobre o capital privado no processo de produção” e “da influência dos militares na definição das políticas econômicas” (2001, p. 19). O que preocupava as elites empresariais e financeiras era primeiramente o cenário econômico, não questões democráticas: a burguesia tinha pressa por causa da “dramática situação em que se viu, de repente, em decorrência da redução substancial de todas as previsões de crescimento a longo prazo” (2001, p. 21). Enquanto isso, os serviços públicos pioravam ainda mais, aumentavam a pobreza e a desigualdade, surgiam epidemias: “o milagre tinha sido erguido sobre a miséria das grandes massas” (2001, p. 28).

Não obstante, permanecia a violência da repressão. De acordo com Kucinski, os militares que a comandavam temiam que a prometida distensão levasse à revelação de suas práticas criminosas. Por causa disso, os primeiros boatos da abertura coincidiram com a intensificação da política de desaparecimentos: os órgãos da repressão política “fazem com que os corpos dos presos políticos assassinados desapareçam sem deixar vestígios, e que a própria operação de prisão e liquidação desses militantes clandestinos não deixe nenhum registro” (2001, p. 31). Permaneciam também a mentira institucionalizada, as cassações de mandatos, as intervenções políticas nos estados e municípios, as prisões de jornalistas e intelectuais, os assassinatos dissimulados como suicídios, as execuções sumárias de opositores e guerrilheiros. O Congresso foi novamente fechado em 1977 para que o governo promulgasse pacotes de reformas por decreto (2001, p. 29-42).

Também são tematizadas pelo autor as diversas ações de resistência à ditadura e de luta pela democracia, que incluem o desempenho do partido legal de oposição nas eleições (o MDB), a campanha pela anistia de presos políticos e exilados e as atividades de setores da Igreja Católica que, entre outras ações, apoiavam os familiares das vítimas e promoviam um “desnudamento ideológico do regime militar” (2001, p. 75). Nos últimos capítulos do livro, Kucinski narra as lutas dos operários e a reorganização do movimento sindical nos anos finais da ditadura, com atenção especial à nascente liderança de Luís Inácio da Silva, o Lula. Aos poucos, os trabalhadores assumem o protagonismo da luta política: “a entrada em cena da classe operária expulsa do centro do palco os liberais e suas propostas tão vistosas de reformas políticas e econômicas” (2001, p. 94). As grandes greves da classe operária no final da década de 1970 e início da década de 1980 são entusiasticamente descritas por Kucinski; os movimentos dos trabalhadores assalariados são apontados como a mais importante das forças sociais que atuaram no processo de derrubada da ditadura.

Merece destaque, por fim, a crítica de Kucinski ao projeto de anistia decretado em 1979: “era uma anistia pela metade”, pensada para atender aos propósitos do próprio governo, que resolveu permitir o retorno de antigos líderes políticos “visando implodir a frente oposicionista, sem que fossem necessariamente anistiados antigos integrantes da luta armada, ou permitida a volta à política de todo parlamentar cassado” (2001, p. 106). De acordo com Kucinski, a abertura atendia ao “acordo não escrito entre as diversas facções do estabelecimento militar, de que a abertura não levará à investigação do passado, de que o aparelho de repressão não será investigado e julgado, de que o passado não será exumado” (2001, p. 107). Para isso, foram inseridas no projeto “duas extravagâncias”: foram anistiados os responsáveis por torturas e outras violações dos direitos humanos e foram fornecidas “declarações de ausência” aos familiares dos desaparecidos em vez da certidão de óbito, “uma tentativa do governo de sepultar juridicamente os cadáveres insepultos” (2001, p. 108). Para Kucinski, a anistia foi “irrestrita para os torturadores, mas muito restrita para os militantes de esquerda” (2001, p. 108).

Vários outros temas são abordados pelo autor, como o êxodo rural e o inchamento das grandes cidades, os pacotes de reformas de 1977 e 1978, os conflitos internos entre militares e a crise da dívida externa. No epílogo, Kucinski afirma que, até a eleição do primeiro presidente por voto direto, em 1989, “a transição ‘lenta, gradual e segura’ levou 15 anos para ser completada”, mas não destruiu o poder das elites econômicas que sustentaram a ditadura. Apesar da força das grandes greves de trabalhadores e da campanha das Diretas Já, “as elites dominantes e seus aliados militares nunca perderam o controle do processo de abertura. A abertura reafirmou a tradição política brasileira da conciliação entre as elites” (2001, p. 139).

### 1.3 Mas a dominação continua: *A ditadura da dívida* (1987)

A aliança entre governos autoritários e elites econômicas nacionais e estrangeiras é tematizada por Kucinski em *A ditadura da dívida*, escrito em coautoria com Sue Branford e editado pela Brasiliense em 1987. O livro foi também publicado em inglês, *The debt squads*, pela Zed Books, em 1988. Nele, os autores analisam os efeitos devastadores da crise da dívida externa que explodiu no início da década de 1980, considerando o contexto político-econômico da América Latina e os modos de funcionamento do capitalismo global.

O livro está dividido em quatro partes: “Um continente a serviço dos bancos”, “Da supremacia do dólar à anarquia do eurodólar”, “Da crise do petróleo à crise da dívida” e “A extorsão organizada”. Com abundância de dados estatísticos, retrospectivas históricas e análises econômicas, são detalhados os custos sociais da transferência de renda para os bancos credores

e os mecanismos que forçavam os países latino-americanos a continuarem os pagamentos de juros exorbitantes e imprevisíveis. Para Kucinski e Branford, “o serviço da dívida claramente monopolizou os recursos que poderiam ter sido usados para atender aos mais urgentes problemas sociais, e transformou um modelo de desenvolvimento socialmente injusto numa sociedade intolerável” (1987, p. 58).

Os autores descrevem detalhadamente o crescimento da dívida, decorrente da grande crise na economia norte-americana a partir de 1968 e da alta dos preços do petróleo a partir de 1974, que afetaram particularmente os países mais pobres: “através da inflação do dólar, do aprofundamento da recessão e da elevação dos juros, o centro industrializado transferiu a conta do petróleo para a periferia” (1987, p. 119). Os protagonistas do endividamento latino-americano foram, por um lado, os banqueiros internacionais e, por outro, “os ditadores da dívida, os generais que, doutrinados por Washington e emulados pelas classes locais, tomaram o poder em escala continental” (1987, p. 8). Os autores também descrevem as devastadoras consequências do serviço da dívida nas economias latino-americanas: “o confisco de renda, a queda dos níveis de vida e dos níveis de investimento no continente” (1987, p. 7). Isso contribuiu para o agravamento de problemas como a hiperinflação, a desigualdade, a miséria, a superexploração dos trabalhadores, o desemprego crônico e a deterioração dos serviços públicos na saúde, na educação e nos transportes. Para os autores, a dívida é um instrumento da dominação que os países do centro do capitalismo impõem sobre os povos latino-americanos, com cumplicidade ativa das oligarquias dos países sujeitados.

Não se trata de fenômeno inédito na história latino-americana, já que, para Kucinski e Branford, as forças que dominam o continente são descendentes dos conquistadores “que implantaram uma economia mercantil altamente concentradora de renda, até hoje inalterada”, e, além disso, são aliadas ao capital estrangeiro, “especialmente o grande capital norte-americano, que tem uma relação predatória com a região ao sul do Rio Grande [fronteira entre os Estados Unidos e o México]” (1987, p. 83). Essa coligação é ora paternalista e populista, nas fases benignas, ora ditatorial e cruel, “quando desafiada pela ascensão das organizações populares” (1987, p. 83). Ela embasa o golpe militar de 1964 no Brasil, que, segundo os autores, foi organizado pelos líderes da burguesia nacional, “que prepararam antecipadamente todo um programa de abertura ao capital estrangeiro e desmantelamento dos movimentos populares, contando com o apoio do governo americano e das empresas multinacionais” (1987, p. 94).

Kucinski e Branford destacam que, durante a ditadura instalada após o golpe, “a dívida externa brasileira salta de US\$ 2,9 bilhões em 1964 para US\$ 103 bilhões em 1984” (1987, p. 98). Como ocorreu em outros países, esses empréstimos não se converteram em

investimentos relevantes para a sociedade, pois a maior parte foi empregada em reservas internacionais, serviço da dívida e fuga de capital. O que sobrou do dinheiro, efetivamente investido na região, geralmente se perdeu em projetos elaborados às pressas, “frequentemente grandes demais, às vezes megalomaniacos”, que, mesmo se fossem bem-sucedidos, “trariam benefícios discutíveis à população local e danos ao meio ambiente” (1987, p. 167). Além disso, esse endividamento era continuamente crescente: “os pagamentos de juros foram consumindo parcelas cada vez maiores das receitas de exportação, forçando os países a se endividarem ainda mais, transformando o endividamento num processo de bola-de-neve” (1987, p. 102).

Ao final do livro, Kucinski e Branford expõem enfaticamente o posicionamento indicado desde as páginas iniciais: defendem que os povos latino-americanos têm obrigação moral de repudiar a dívida, pois essa é a única forma de pôr fim à drenagem de recursos. Eles argumentam que “a dívida foi contraída em sua maior parte por ditaduras, que não tinham, portanto, legitimidade para assumir compromissos em nome dos povos que diziam representar, mas que na verdade oprimiam” (1987, p. 221-222). Além disso, dizem que, mesmo em países com governos eleitos, “as dívidas foram acumuladas com a conivência dos bancos, cúmplices diretos nas fugas de capital” e que os juros exorbitantes provocaram enormes prejuízos aos países devedores, que arcavam sozinhos com o custo da crise (1987, p. 222). Ao examinar a situação econômica dos países latino-americanos, Kucinski e Branford denunciam firmemente os modos opressivos de funcionamento do capitalismo global, baseados em alianças entre os poderosos grupos econômicos internacionais e os autoritários representantes das elites locais.

#### 1.4 A imprensa que resiste: *Jornalistas e revolucionários* (1991)

As obras anteriores abordam principalmente as graves violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura militar, bem como seus aspectos políticos e econômicos. Em *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*, Kucinski se concentra em outra forma de violência praticada pelos governos autoritários no Brasil: a censura aos jornais e às revistas. O estudo demonstra que o jornalismo constituiu uma das principais formas de organização política e de resistência à ditadura. O livro foi produzido a partir da tese de doutorado do autor – defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) em 1991 – e publicado pela editora Página Aberta no mesmo ano, com reedições revistas e ampliadas em 2003 e 2018, pela Edusp.

A obra está dividida em três partes. Na primeira, Kucinski expõe um amplo panorama dos cerca de 150 periódicos alternativos publicados no Brasil entre 1964 e 1980,

caracterizados e classificados por critérios como a linha editorial, a tendência ideológica, os principais profissionais envolvidos e a fase da ditadura em que surgiram e declinaram. A segunda parte conta as histórias de cinco jornais alternativos do período, cuja motivação era, segundo o autor, essencialmente jornalística: *O Pasquim*, *Bondinho*, *Versus*, *Coojornal* e *Repórter*. Três outros jornais vinculados a partidos ou frentes políticas ocupam a terceira parte: *Opinião*, *Movimento* e *Em tempo*. O próprio Kucinski trabalhou, como jornalista ou editor, em várias dessas publicações. Num texto predominantemente narrativo, Kucinski não se exime de analisar criticamente os jornais estudados e argumentar sobre as circunstâncias sociopolíticas da época. A edição também exhibe muitas imagens com reproduções de capas e reportagens.

O traço comum a esses jornais, segundo Kucinski, era “a oposição intransigente ao regime militar” (2018, p. 11). Também chamados de “nanicos”, esses jornais eram alternativos, segundo o autor, porque não se ligavam a políticas dominantes, apresentavam uma opção ao leitor em relação à imprensa hegemônica, ofereciam possibilidades de saída para a situação difícil e protagonizavam as transformações sociais que pregavam (2018, p. 11). A grande imprensa da época era muitas vezes complacente com a ditadura militar, quando não colaboracionista e até cúmplice do regime (2018, p. 79). “Os jornais alternativos”, ao contrário, “cobravam com veemência a restauração da democracia e do respeito aos direitos humanos e faziam a crítica ao modelo econômico” (2018, p. 12). As formas de atuação, entretanto, eram distintas: enquanto alguns jornais eram predominantemente políticos, com raízes no nacionalismo, no marxismo ou no movimento estudantil, outros estavam mais relacionados aos movimentos de contracultura e, através deles, ao orientalismo, ao anarquismo ou ao existencialismo. Também eram diferentes os momentos em que cada jornal atuou mais significativamente, já que a ditadura não foi um período homogêneo: primeiro, os jornais alternativos eram vistos como “instrumentos de *resistência* ou de uma revolução supostamente em marcha”; depois, como “caminho de trânsito da política clandestina para a política de espaço público durante o período de abertura”; por fim, numa articulação mais desdobrada, eram “parte do movimento popular de base” (2018, p. 14). A imprensa alternativa se tornou, segundo Kucinski, “o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas nas condições específicas do autoritarismo” (2018, p. 15).

Mas o projeto do jornalismo crítico e politizado era implacavelmente reprimido pela censura imposta pelo regime, que declarara guerra aos jornais que considerava subversivos: “a censura era objetivamente necessária ao regime militar, um instrumento normal de ação no conceito de guerra subversiva, que considera o campo do jornalismo como área preferencial de penetração do inimigo interno” (2018, p. 316). Para citar só um exemplo, a censura causou a

“lenta e dolorosa agonia” do jornal *Opinião*, de acordo com Kucinski: “em suas 231 edições, do seu nascimento em outubro de 1972 até sua extinção, em abril de 1977, foram cortadas total ou parcialmente pela censura cerca de 4.800 laudas, volume quase igual ao das laudas que conseguiram passar pela censura”; três edições foram apreendidas integralmente e outras duas foram impedidas de circular (2018, p. 325-326). Outros jornais, cujas histórias são narradas por Kucinski, passaram por situações similares. A censura afetava até a grande imprensa, que, segundo o autor, regredia a funções mercantis estritas. Alguns jornais, como *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*, sofriam censura prévia regular. Todavia, para Kucinski, a maior parte dos veículos da imprensa hegemônica, que se identificava com as classes sociais dominantes, não sofreu censura prévia formal e continuada porque optou pela omissão ou pela autocensura, atendendo previamente às diretrizes da ditadura: “estabelecida a relação de complacência recíproca entre o regime e as empresas jornalísticas, não foi preciso generalizar a censura prévia como instrumento de controle da informação” (2018, p. 79).

A censura foi um importante motivo para o fim de muitos jornais alternativos, mas não foi o único. “Como se tivesse ocorrido um cataclismo, quase todos os jornais alternativos que circulavam entre 1977 e 1979 deixaram de existir a partir de 1980-1981”, afirma Kucinski (2018, p. 71). Vários fatores contribuíram para o fim da imprensa alternativa. Entre eles, Kucinski narra as intermináveis divergências entre as tendências da esquerda, na forma de segmentações ideológicas, aparelhamentos partidários, brigas internas e cisões: “o propósito dos grupos de esquerda era sempre o de assumir o controle do jornal e depois usá-lo para organizar e ampliar a sua organização política. [...] Ao invés de unir, aproximar, as discussões tinham a função sociopolítica de dividir, de separar” (2018, p. 123). Outro motivo era o repúdio ao lucro; esse princípio era coerente com a crítica ao capitalismo, mas frequentemente acarretava a debilidade financeira e a falência do periódico. Também decisivos, de acordo com Kucinski, foram os atentados terroristas às bancas de jornal a partir de 1977, a institucionalização da atividade jornalística alternativa e a migração das atividades políticas para os espaços legais criados após a abertura, entre outros motivos.

### 1.5 E a imprensa subserviente: *Jornalismo econômico* (1996)

A interseção entre imprensa e economia é tema de outra importante obra de Kucinski, elaborada a partir de sua tese de livre-docência, cujo texto foi adaptado para uso didático em cursos de Jornalismo e publicado pela Edusp, em 1996, sob o título *Jornalismo econômico*, com reedições revistas em 2000 e 2007.

O livro apresenta uma introdução geral a assuntos relevantes para a compreensão dos processos econômicos mundiais e nacionais, visando à formação de jornalistas preparados não apenas para compreender os fenômenos a serem noticiados, mas também para analisar criticamente os modos de organização da sociedade capitalista. Os capítulos passam por temas como a desigualdade monetária internacional, as teorias do subdesenvolvimento, a ideologia e o formato do balanço de pagamentos, os paradoxos do investimento estrangeiro, os mitos do produto interno bruto, os ciclos econômicos, a inflação, o desemprego e os salários, entre outros. Nos capítulos finais, o autor se concentra em tópicos mais restritos ao jornalismo, como a linguagem, a ética e a ideologia do jornalismo econômico.

Como nas publicações anteriores, Kucinski dirige especialmente sua atenção à realidade social, especialmente à desigualdade, à opressão e à violência. Ele argumenta que a economia brasileira é marcada por três paradoxos: o contraste entre a abundância e a indigência, o repetido estrangulamento por falta de uma moeda forte e a falta de acúmulo de capitais necessários para uma industrialização autossustentada. Para ele, na sociedade brasileira, caracterizada por uma “economia dependente e cultura autoritária e elitista”, “o Estado é direcionado por interesses privados” e “a formulação de políticas econômicas por parte do Estado também se dá com grande autonomia em relação a classes sociais, sendo determinada a partir de relações clientelistas diretas com anéis empresariais” (2007, p. 22).

Ao abordar problemas sociais persistentes no Brasil – como a exploração dos trabalhadores, a enorme desigualdade de renda, o desemprego e a miséria urbana –, Kucinski geralmente os contextualiza em uma perspectiva histórica ampla, remontando-os à herança do colonialismo, da escravidão, da ditadura militar e da globalização capitalista. Em meio às explicações introdutórias sobre os temas abordados, Kucinski enfatiza as relações de dominação que integram a própria natureza do capitalismo. Por exemplo, ao descrever as bases econômicas do mercantismo e a exploração das colônias pelos países europeus, o autor fala em “violência monetária”: “nesse tipo de transação involuntária, forçada, o comprador é a vítima de uma espoliação e a troca se constitui num ato de violência monetária, uma violência invisível, operada no bojo de uma relação de dominação” (2007, p. 42).

Nesse contexto, Kucinski não poupa críticas ao jornalismo econômico praticado pela grande imprensa, subserviente aos interesses dos grupos poderosos. Ele afirma que os jornalistas da imprensa hegemônica geralmente são mal preparados e comprometidos ideologicamente com as elites dominantes. Eles com frequência empregam propositalmente uma linguagem inacessível e abstrata, propagando valores neoliberais e impedindo que leitores e telespectadores compreendam a dinâmica da economia: “assim, a disfunção de sua linguagem



talvez tenha uma função ideológica. Um jornalismo que não se propõe a explicar e sim a seduzir” (2007, p. 15). Para Kucinski, os veículos da imprensa hegemônica geralmente reproduzem os discursos parciais de governos, de agências de notícias estrangeiras ou de grandes empresas, sem analisá-los criticamente e sem marcar os interesses com que foram produzidos (2007, p. 54, 69, 79, 160). Além disso, a antiga imposição da ditadura prevalece nas redações: a autocensura “tornou-se uma cultura tão dominante que os jornalistas que rompem com esse padrão bem-comportado são mal vistos ou relegados ao ostracismo” (2007, p. 177-178). Essa não é a única herança do período autoritário: “ainda vigoram leis, normas e hábitos herdados do regime militar; o setor de comunicação se tornou fortemente oligopolizado e não foram instituídos mecanismos de democratização do jornalismo, como os conselhos de redação e a cláusula de consciência” (2007, p. 179). *Jornalismo econômico* tenta romper com esse padrão por meio da oferta de um percurso formativo capaz de garantir a visão crítica das ideias econômicas e o comprometimento com as classes desfavorecidas.

O estilo do texto de Kucinski é claro e didático, repleto de exemplos, estatísticas e contextualizações históricas, o que já se verificava em obras anteriores. *Jornalismo econômico* recebeu o Prêmio Jabuti em 1997, na categoria Economia, Administração, Negócios e Direito. É interessante observar os conselhos que Kucinski dá aos novos jornalistas: “o bom jornalista procura ter uma boa narrativa, ser um bom contador de histórias” (2007, p. 167). Segundo Kucinski, o texto deve relacionar organicamente a forma ao conteúdo, empregar vocabulário claro e estabelecer um diálogo com o leitor, permitindo que ele chegue a conclusões próprias (2007, p. 167). Além disso, “os atributos da boa linguagem jornalística podem ser sintetizados sob o qualificativo geral da *objetividade*”, no sentido de “adesão à honestidade intelectual e de propósitos e de primazia dos fatos” (2007, p. 168). O autor ainda diferencia atributos de fundo e de estilo: entre os primeiros “estão a pertinência e importância social do tema, a hierarquização apropriada dos fatos, sua boa concatenação e contextualização, e a distinção, quando necessário, entre opinião e informação”; já “entre os atributos de estilo estão clareza, simplicidade, concisão e precisão”. Por fim, Kucinski recomenda que o texto busque a expressividade, o destaque no conjunto do jornal e a sensibilização dos leitores: “a narrativa deve fluir naturalmente e ser absorvida sem que o leitor tenha de se deter para decodificar o que está lendo” (2007, p. 168). Como se vê, Kucinski buscou aplicar esses princípios em sua própria produção acadêmica e, depois, em suas obras literárias.

## 1.6 A atuação política: *As cartas ácidas* (2000) e *Cartas a Lula* (2014)

Na campanha eleitoral de 1994, Kucinski elaborava boletins diários, com sínteses das principais matérias veiculadas por jornais e telejornais, e os enviava para o então candidato à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva. Isso se repetiu na campanha de 1998, por solicitação do próprio Lula. A compilação desses textos originou o livro *As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998*, publicado pela editora Ateliê no ano 2000. O próprio autor explica o adjetivo empregado no título: “por que ácidas? Porque eu sou ácido, mal-humorado, reclamão, sempre de cara fechada. ‘Se você passar uma toalha no Kucinski e depois espremer, aposto que sai vinagre’, disse uma vez o Lula” (2000, p. 16). No prefácio, assinado por Lula, fica demonstrada a relevância desse material. “Toda vez que eu ia conversar com alguém, eu estava mais ou menos vacinado pelas *Cartas Ácidas*”, diz Lula, que acrescenta: “para fazer as *Cartas Ácidas*, era preciso alguém que não só tivesse consciência do papel do jornalismo na política nacional, mas que tivesse capacidade para fazer uma análise ideológica do conteúdo dessas matérias jornalísticas durante uma campanha eleitoral” (2000, p. 12).

A despeito do título, os textos, datados entre 27 de julho e 1º de outubro de 1998, não são típicos exemplares de carta, já que não obedecem à estrutura comum desse gênero textual. São, antes, resumos comentados dos principais acontecimentos e debates que pautaram a campanha eleitoral. Para o leitor de hoje, são interessantes por disponibilizarem um panorama dos principais problemas socioeconômicos e políticos daquele período. Elas também oferecem um excelente exemplo prático de análise do discurso midiático. Além do comportamento da mídia, os temas mais frequentes são as privatizações de empresas estatais, a situação da moeda brasileira, a inflação, o comportamento da economia, o desemprego, os preços e as falsificações de medicamentos, as acusações difamatórias contra o candidato de oposição, os programas exibidos no horário eleitoral gratuito e as pesquisas de intenção de voto, entre muitos outros. Evidentemente, não faltam críticas ao presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, que disputava a reeleição, e ao modelo econômico neoliberal que seu governo implementava no Brasil. Além das notícias, o autor também não se eximia de argumentar sobre seu ponto de vista particular a respeito dos acontecimentos e de apresentar a Lula muitas sugestões e críticas sobre a campanha eleitoral. Dessa forma, Kucinski participava ativamente da vida política do país, com capacidade de influenciar diretamente um de seus principais protagonistas.

Lula não saiu vitorioso da campanha de 1998, mas voltou a concorrer na eleição seguinte, em 2002, contando de novo com os boletins informativos. Dessa vez o Partido dos Trabalhadores venceu, e Lula convidou Kucinski para trabalhar no governo como assessor

especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Durante quase todo o primeiro mandato de Lula, Kucinski e sua pequena equipe analisavam os jornais do dia, produziam as sínteses comentadas e as enviavam diretamente para Lula e para alguns ministros. Eram “cartas curtas, objetivas, sem papas na língua, sem medo de criticar o próprio governo. E, espertamente, nunca óbvias” (2014b, p. 8). Uma parte desses quase mil textos, datados entre janeiro de 2003 e junho de 2006, foi depois publicada em *Cartas a Lula: o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil*. Na introdução, Kucinski relata que esses boletins eram lidos “religiosamente” pelo presidente e influenciavam suas decisões, embora o autor também se queixe de que muitas de suas propostas não eram encaminhadas.

Dessa vez, os capítulos estão organizados por assuntos, e em seu interior as cartas (reproduzidas parcial ou integralmente) são ordenadas cronologicamente. Também aqui o livro dá conta de uma grande variedade de problemas que pautavam a vida sociopolítica e econômica do Brasil da época. As cartas discorrem, por exemplo, sobre os programas Fome Zero e Bolsa Família, a macroeconomia, as crises políticas e as denúncias enfrentadas pelo governo, o cenário internacional e as relações com a mídia, entre muitos outros temas.

Um dos assuntos abordados nas cartas é a questão dos mortos e desaparecidos durante o regime militar, especialmente os militantes assassinados na Guerrilha do Araguaia. Kucinski vê um paradoxo no fato de que “muitos dos presos ou torturados durante a ditadura estavam agora no governo”, sem que isso acarretasse “a revisão dos horrores da ditadura”, pois ainda predominava a avaliação de que essa revisão poderia “arriscar uma crise na relação com os militares” (2014b, p. 10-11). Ele diz que essa foi uma das razões para sua saída do governo em 2006: “sentia crescente desconforto por estar no coração de um aparelho de Estado que a rigor não abjurara seus crimes, cometidos pouco tempo antes” (2014b, p. 11).

Comentando uma matéria da revista *IstoÉ*, que localizara “coronéis que exterminaram guerrilheiros do Araguaia e que ainda estão vivos e lúcidos”, Kucinski nota que o próprio governo poderia tê-los encontrado: “esses militares não são obrigados a falar onde estão enterrados os corpos dos desaparecidos do Araguaia, já que foram anistiados, mas o governo poderia convidá-los a colaborar” (2014b, p. 288). Kucinski também critica uma nota do Exército sobre a ditadura e observa que as Forças Armadas ainda sustentavam a Doutrina da Segurança Nacional. Elas falseavam a história, já que a nota tentava “justificar o golpe militar como uma reação à luta armada, quando o oposto é o verdadeiro” (2014b, p. 289). Antecipando, ainda em 2004, uma aliança decisiva na década seguinte, o autor observa: “sabe-se que já há um movimento de aproximação entre a extrema-direita civil e ex-militares, inconformados com a presença, no aparelho de Estado, de tantos ex-combatentes da luta armada” (2014b, p. 290).

Quando a imprensa reacende a discussão sobre o assassinato de Vladimir Herzog, Kucinski lamenta que o Brasil tenha optado “pelo caminho fácil do não esclarecimento dos fatos” (2014b, p. 292). Ele sentencia: “a memória dos mortos e desaparecidos vai nos perseguir para sempre. Só o pleno esclarecimento – o que não significa necessariamente punição física dos culpados – poderia aplacar nossas culpas” (2014b, p. 292). Sobre os desaparecimentos, ele observa: “esse foi de todos o mais doloroso método de repressão política, porque perpetuou o sofrimento. Todos os povos possuem um mito no qual as almas dos mortos não sepultados perseguem os vivos eternamente” (2014b, p. 294). As cartas de Kucinski, além de sintetizarem o debate público em torno da questão, pressionam pela abertura dos arquivos secretos do regime militar e cobram do governo Lula ações firmes em defesa dos direitos humanos.

### 1.7 Outras publicações

O estudo do conjunto completo da vasta obra não literária de Kucinski não consta entre os objetivos desta tese. Foram selecionados acima alguns livros relevantes para a compreensão da trajetória intelectual do autor e para a interpretação de seus textos literários. Kucinski escreveu vários outros livros, capítulos e artigos, sem contar a enorme contribuição para revistas e jornais. Dentre essas obras, mais algumas serão brevemente mencionadas abaixo.

Em 1981, Kucinski publicou *O que são multinacionais* pela editora Brasiliense (coleção Primeiros Passos). Ele didaticamente explica o surgimento e a atuação das grandes empresas multinacionais, especialmente as norte-americanas, direcionando a ênfase crítica ao papel dessas corporações nas relações de exploração propiciadas pelo capitalismo global, bem como em sua interferência em questões de poder próprias dos países onde atuam. Não é a primeira vez que ele aborda essa temática, pois já havia publicado, em 1976, pela Brasiliense, em coautoria com Robert J. Ledogar, o título *Fome de lucros*, que trata da atuação das multinacionais de alimentos e remédios na América Latina.<sup>3</sup> Esse livro foi publicado em inglês no mesmo ano, com o título *Hungry for profits*, pela editora IDOC. Logo depois, Kucinski lançou *Petróleo: contratos de risco e dependência*, de 1977, também pela editora Brasiliense.

---

<sup>3</sup> Em mensagem privada enviada por *e-mail* no dia 02 de agosto de 2023, Kucinski fornece as informações transcritas a seguir, que atestam a relevância política de sua obra: “Aproveito para informar: *Fome de lucros*, o livro-reportagem sobre os abusos da indústria farmacêutica, e reportagens sobre o tema que então publiquei em *Opinião*, deram origem a uma CPI de defesa do consumidor e outra de medicamentos. Em decorrência, surgiu o primeiro Procon, em São Paulo, ainda em 1976, e depois o Código de Defesa do Consumidor, etc. etc. As tarjas vermelhas nos medicamentos que exigem receita também se originam desses episódios. O livro *Jornalismo econômico* foi também pioneiro, dado que criei a primeira disciplina Jornalismo Econômico, então, na ECA/USP, depois adotada em outros cursos de jornalismo”.

As análises da política e da sociedade brasileira resultaram em outros dois livros que Kucinski escreveu em coautoria com Sue Branford, publicados em inglês. O primeiro, intitulado *Brazil: carnival of the oppressed*, saiu em 1995, pela Latin America Bureau. Nele, os autores estudam a história, os ideais e a atuação do Partido dos Trabalhadores. Ao fazer isso, descrevem o contexto dos grandes problemas sociais e políticos daquela década e destacam a trajetória da principal liderança desse novo partido, Lula. Esse tema é retomado e atualizado alguns anos depois em *Politics transformed: Lula and the Workers' Party in Brazil*, publicado em 2003 pela mesma editora. Agora com colaboração também de Hilary Wainwright, esse novo livro acrescenta à versão anterior um exame crítico do legado dos governos de Fernando Henrique Cardoso, entre outros tópicos.

Restam ainda vários títulos sobre jornalismo. Em 1998, Kucinski lançou *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*, pela Fundação Perseu Abramo. Entre os vários temas abordados nos ensaios que compõem o livro, estão os meios de comunicação de massa e a constituição dos espaços públicos de debate, a autocensura no jornalismo e a participação da mídia nas eleições presidenciais brasileiras. *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*, coeditado pela Unesp e pela Fundação Perseu Abramo, em 2005, reúne textos em que Kucinski trata de ética, práxis e discurso jornalísticos, direito à saúde, denúncias de corrupção, propaganda neoliberal e inovações da internet, entre outros temas. Essa discussão reaparece ainda em um trabalho em coautoria com Venício A. de Lima: em *Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*, publicado em 2009 pela Fundação Perseu Abramo, em que os dois autores conversam sobre problemas contemporâneos do jornalismo, como a cultura autoritária, a questão da exigência de diploma para jornalistas, a liberdade de expressão e de imprensa, a internet e a mídia virtual, entre outros assuntos.

O currículo de Kucinski inclui ainda outras obras.<sup>4</sup> São elas: *Brasil em exame*, publicado pela editora Abril em 1981; *Brasil, state and struggle*, escrito em coautoria com Ítalo Tronca, publicado em Londres pela Latin America Bureau em 1982; *The privatization of electricity sector in Brazil*, editado em Nova Iorque pela Latin American Information Services em 1995; e *The privatization of public services in Brazil: an analytical guide for investors and suppliers*, pela editora Latin American Information Services, em 1996. Consta também que Kucinski organizou, em parceria com E. S. Corrêa, C. Lerner e L. M. Sakamoto, o livro *Em alta: o primeiro guia online de jornalismo econômico*, publicado pela editora Plêiade em 1998.

Kucinski produziu ainda dezenas de capítulos de livros e artigos acadêmicos.

---

<sup>4</sup> Como os livros mencionados neste parágrafo estão esgotados, não foram encontrados exemplares para a realização desta pesquisa. Por isso eles não constam na seção de referências bibliográficas, ao final desta tese.

Participou de incontáveis entrevistas, tanto como entrevistador quanto como entrevistado. Ele se pronunciou em palestras, mesas redondas e outros eventos, alguns gravados e disponíveis. São inesgotáveis as matérias jornalísticas que produziu para grandes veículos de comunicação e para a imprensa alternativa. Todo esse material merece estudo sistemático e aprofundado, pois constitui importante fonte de pesquisa para a crítica das relações políticas e sociais no Brasil da segunda metade do século 20 e do início do século 21. O exame de toda essa vasta produção intelectual ainda está por ser feito, bem como o estudo aprofundado das obras apenas apresentadas neste capítulo. Esses textos versam majoritariamente sobre autoritarismo, jornalismo, economia e política. No contexto desta tese, vale destacar, pelo menos, os capítulos de livros “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar” e “Alguma memória”.

Em 1997, Kucinski participou do colóquio internacional Direitos Humanos no Limiar do Século XXI, sediado na USP. Um dos resultados desse evento foi a publicação, em 2002, do livro organizado por Maria Luiza Tucci Carneiro e intitulado *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*, reeditado em 2020, no qual Kucinski assina o capítulo “A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar” (2020b, p. 533-551). Segundo o autor, a censura prévia aplicada pela ditadura pós-1964 contra jornais e revistas era pontual e desprovida de regras claras, o que gerava imprevisibilidade e intimidação. Os proprietários dos meios de comunicação permaneciam continuamente receosos de que, a qualquer momento, uma edição inteira fosse interdita. Para evitar os prejuízos financeiros e editoriais que o confisco acarretaria, os empresários impunham a autocensura às redações: “antecipando-se a essas represálias, imprevisíveis, tentando adivinhar as idiosincrasias do sistema, jornalistas, editores e donos de jornais esmeravam-se na autocensura, no controle antecipado e voluntário das informações” (2020b, p. 536). Para Kucinski, há dois tipos de autocensura: aquela praticada pelo próprio jornalista (a “primeira vítima”), forçado a ceder à coação, e aquela praticada sistematicamente pelas empresas jornalísticas que colaboraram com a repressão (2022b, p. 538, 542). Kucinski deduz que “a autocensura como prática que visa minimizar o conhecimento da verdade é característica tão exclusiva do jornalismo das culturas autoritárias que pode ser usada como critério de demarcação das formações autoritárias, como são as latino-americanas” (2020b, p. 440). Ele também percebe que o longo período repressivo e o alto número de jornalistas expurgados das redações criaram um hábito que permanece após o fim da ditadura: “é a autocensura como estratégia de sobrevivência num ambiente redacional autoritário, e já incorporada ao *éthos* jornalístico na democracia pós-autoritária brasileira” (2020b, p. 543).

Já o capítulo “Alguma memória” integra o livro *Fragmentos de memórias*, organizado por Avraham Milgram (2010a). Trata-se de um relato autobiográfico no qual

Kucinski narra a imigração de sua família judaica na época da Segunda Guerra Mundial (da Polônia para o Brasil), sua infância e sua adolescência em São Paulo, seus primeiros ideais políticos em torno do sionismo socialista, sua emigração para Israel aos 21 anos e o retorno dois anos depois, a graduação em Física na USP, o início das atividades profissionais no jornalismo e o período da ditadura, entre outros eventos. Essa memória foi depois amplamente retomada em seus textos ficcionais, que serão apresentados no próximo capítulo desta tese.

## 2 O ESCRITOR: TESTEMUNHO E POLÍTICA, LITERATURA E MEMÓRIA

### 2.1 A estreia na ficção: *Mataram o presidente* (2010)

O folhetim *Mataram o presidente*, uma narrativa de investigação policial, marca a estreia de Bernardo Kucinski na ficção.<sup>5</sup> A obra é dividida em nove partes, publicadas no jornal *ABCD Maior*, em edições que vão de 26 de outubro a 22 de dezembro de 2010.<sup>6</sup> Em cada parte há uma ilustração produzida por Enio Squeff.

Nas primeiras linhas, o narrador informa que o presidente foi encontrado morto em seu quarto no Palácio do Planalto, que a imprensa associa o suposto suicídio ao de Getúlio Vargas e que o morto sofrera uma intensa campanha midiática de difamação. A cena realmente lembra a da morte de Getúlio: o tiro no coração, a carta sobre a mesa de cabeceira, o cenário de perda de apoio político. Ainda no primeiro capítulo, surge o delegado Mauro Nascimento, chefe da Polícia Federal, que conduz as investigações. Esse personagem intui que o suicídio foi forjado para esconder um crime político relacionado a um golpe contra a democracia. Nos capítulos seguintes, à medida que as investigações avançam, o leitor é gradativamente informado de que o assassinato era parte de uma conspiração entre empresários do setor financeiro, das maiores empresas de comunicação e de políticos da ultradireita, com os objetivos de empossar o presidente da Câmara dos Deputados como o presidente da República, impedir um leilão de capitalização da Petrobrás e interromper as políticas sociais do governo. Com apoio dos principais ministros do governo do presidente assassinado, uma rede de comunicação alternativa é rapidamente organizada para reagir à desinformação veiculada pelos conglomerados midiáticos. Graças à atuação do grupo liderado por Mauro, o golpe fracassa, o vice-presidente é empossado, os planos dos conservadores são frustrados e os programas sociais são mantidos. Os articuladores do crime são identificados, mas não punidos; somente os executantes do crime, funcionários subalternos, são responsabilizados.

A história é coerente e a investigação policial é verossímil. Os personagens, sem muita complexidade, são inseridos em uma trama linear e, em alguns momentos, previsível. O enredo é simples e recorre pouco a estratégias propiciadoras de plurissignificação. A obra

<sup>5</sup> Nessa publicação e nas obras ficcionais posteriores, o autor usa a assinatura literária “B. Kucinski”. Diferenciam-se assim seus livros de ficção de sua obra não ficcional anterior. Contudo, o uso do primeiro nome por extenso, que aparece nas fichas catalográficas e que foi adotado neste estudo, já foi consagrado pela crítica literária.

<sup>6</sup> O folhetim foi publicado nas seguintes edições do jornal *ABCD Maior*, de São Bernardo do Campo: nº 257, de 26 a 28/10/2010 (parte 1); nº 259, de 01 a 04/11/2010 (parte 2); nº 261, de 09 a 11/11/2010 (parte 3); nº 263, de 16 a 18/11/2010 (parte 4); nº 265, de 23 a 25/11/2010 (parte 5); nº 267, de 30/11 a 02/12/2010 (parte 6); nº 269, de 07 a 09/12/2010 (parte 7); nº 271, de 14 a 16/12/2010 (parte 8); nº 273, de 21 e 22/12/2010 (parte 9 – final), sempre na página 7 (seção de cultura). Adiante, as citações indicam apenas o número da parte dessa obra.



passou inteiramente ignorada pela crítica acadêmica, e assim permanece, talvez devido à circulação restrita em um jornal de público relativamente reduzido, o *ABCD Maior*. Não obstante, ela merece atenção em razão da bem-elaborada sátira da sociedade contemporânea. O folhetim traça uma caricatura ficcional de práticas políticas recorrentes, da fragilidade da democracia e do elitismo golpista, sempre à espreita no Brasil. O tom da narrativa é simples e bem-humorado, embora aborde problemas sérios. Além disso, essa publicação é interessante por mostrar os indícios iniciais do projeto literário kucinskiano, antecipando assuntos e aspectos formais que serão desenvolvidos em obras posteriores. Já o título, *Mataram o presidente*, introduz dois problemas que perpassam toda a ficção do autor: a violência e a política. O folhetim também antecipa outras tendências da obra kucinskiana: a proximidade entre ficção e realidade, a ditadura militar, o jornalismo e a mídia, a investigação policial e o estilo objetivo.

A violência, que não se reduz ao assassinato do presidente, é apresentada pelo narrador como uma marca permanente na sociedade brasileira: “alguns poucos ousaram acrescentar que a campanha da mídia viera das mesmas forças conservadoras que meio século antes levaram Getúlio a dar um tiro no peito” (parte 1). O assassinato está vinculado a uma campanha midiática, por sua vez promovida pelas elites econômicas. Ou seja, o crime é apenas a face mais visível de uma violência contínua e estrutural, entranhada na constituição histórica do país. Como o presidente era ligado a movimentos sociais e sindicais, o ato violento atinge todos os grupos por ele representados: o crime é a manifestação das forças elitistas que atuam pela continuidade da exclusão e da exploração de boa parte da população brasileira. Não restam dúvidas quanto a isso depois de o narrador enumerar os responsáveis pelo planejamento do atentado: “Jafite Brotas, presidente da Federação Brasileira dos Jornais Diários, Vitória Cidade, dono do grupo Maio de comunicação, José Meirinho, dono da Rede Global, o banqueiro Gustavo Pituba, do conglomerado financeiro IAU, um senhor não identificado, de cerca de 50 anos, branco” (parte 6). Pouco adiante, o quinto homem é nomeado: “muito conhecido nos meios empresariais como representante no Brasil do grupo Britanic Petroleum/Shall, um tal de Peter Sullivan, um inglês ou escocês” (parte 6). A impunidade final desses poderosos – bem como a rápida readequação do presidente da Câmara ao novo governo do vice-presidente – indica a manutenção da ordem social violenta, embora a aparência de democracia tenha sido resguardada. Tal desfecho repete a impunidade de ditadores e torturadores brasileiros e a conservação da ordem capitalista que patrocinou a ditadura e dela se beneficiou.

O “golpe sujo contra a democracia” (parte 3) envolve as principais instituições do país, inclusive o Judiciário e o Legislativo: os golpistas haviam envolvido juízes do supremo (parte 4), buscando empossar o presidente da Câmara. O investigador cria uma sala de situação

escondida até da polícia, porque entende que é preciso desconfiar de todos. Isto é, o princípio do compromisso com a democracia é muito menos importante, para os grupos retratados na trama, do que a participação no poder. O folhetim encena, portanto, a fragilidade da democracia no Brasil, a despeito da comemorada abertura democrática ao final da ditadura. Além disso, a ficção de Kucinski tematiza os embates políticos que escondem, sob uma superfície de normalidade institucional, um sistema corrompido e controlado pelos detentores do poder financeiro e dos grandes meios de comunicação. A democracia (ou sua ausência) e a política serão depois temas constantes na ficção do autor.

Outra marca típica da literatura kucinskiana é a proximidade entre ficção e realidade, ou melhor, a problematização implícita dos limites entre essas duas esferas. No caso do folhetim, o personagem presidente, não nomeado, em tudo lembra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que se despedia do cargo justamente no ano da publicação de *Mataram o presidente*: ambos atuaram como dirigentes sindicais, não tinham algum dos dedos das mãos, sofreram intensos ataques midiáticos e foram insistentemente caluniados pela grande mídia. Por exemplo, o folhetim afirma que o personagem presidente teria ficado muito deprimido após ler em um jornal um artigo de um ex-companheiro de prisão que o acusava de tentar estuprar um terceiro encarcerado. Essa passagem alude a um artigo, realmente publicado pela *Folha de S.Paulo*, cujo autor, César Benjamin, diz ter ouvido do próprio Lula um relato de uma suposta tentativa de violentar sexualmente um jovem militante de esquerda, em uma cela do Dops, em 1980.<sup>7</sup> O artigo provocou forte repúdio de diversas testemunhas e do próprio presidente, que desmentiram veementemente a calúnia.<sup>8</sup> Um outro exemplo: o narrador afirma que “até o maior poeta nacional e um dos principais escritores desqualificavam semanalmente o presidente em colunas de jornal” (parte 1); o folhetim alude a crônicas e artigos publicados por alguns intelectuais, como Ferreira Gullar<sup>9</sup> e João Ubaldo Ribeiro<sup>10</sup>, que de fato usaram seu espaço na mídia para atacar os governos do PT. As personalidades reais a que outros personagens remetem também são facilmente identificáveis em alguns casos, já que o autor manteve nomes com sonoridade sugestiva: o secretário do presidente, Dagoberto Carvalho, remete a Gilberto Carvalho, chefe do gabinete presidencial durante os dois mandatos de Lula; o presidente da Câmara, Romão Malheiros, faz possível alusão ao senador Renan Calheiros; o nome do vice-presidente fictício, Josias Alencastro, lembra o do vice-presidente entre 2003 e 2010, José

<sup>7</sup> Artigo intitulado “Os filhos do Brasil”, de César Benjamin, publicado na edição impressa da *Folha de S.Paulo* em 27 de novembro de 2009. Disponível em <https://bit.ly/3KO1BVe>. Acesso em 27/01/2022.

<sup>8</sup> Conforme *O Estado de S. Paulo* em 27/11/2009. Disponível em <https://bit.ly/33XDYsL>. Acesso em 27/01/2022.

<sup>9</sup> Por exemplo, “A arte de enganar”, de 27/06/2010. Disponível em <https://bit.ly/3g9k9kT>. Acesso em 31/01/2022.

<sup>10</sup> Por exemplo, a crônica “Se tivesse estudado...”, de 09/04/2006, republicada em RIBEIRO, 2006, p. 215-218.

Alencar; a personagem acusada de comandar o atentado, Jafite Brotas, presidente da Federação Brasileira dos Jornais Diários, parece fazer referência a Judith Brito, presidente da Associação Nacional de Jornais no biênio 2010 – 2012. Há muitas outras alusões desse tipo. É claro, além dos políticos e empresários mencionados na ficção, importa observar a caricatura do panorama sociopolítico brasileiro: a ficção é mobilizada para ironicamente interpretar e criticar a sociedade. A publicação do folhetim em veículo jornalístico, logo após as eleições presidenciais, no calor do debate político, realça ainda mais a íntima relação estabelecida por Kucinski entre a invenção ficcional e a leitura da realidade.

O folhetim também menciona várias vezes as Forças Armadas, mesmo que não haja nenhum militar diretamente envolvido no atentado ou na investigação, nem com algum outro papel expressivo na trama. Como é comum no gênero policial, grupos de personagens sem função clara no enredo poderiam aumentar a lista de suspeitos e despistar o leitor, de forma que aumentasse o suspense pela solução da investigação. Mas não é o caso: desde o início, o investigador tem hipóteses precisas, que vão se confirmando linearmente à medida que a narração avança. Mesmo assim, os militares estão presentes em quase todo o texto. Já na primeira parte, Mauro ordena a Dagoberto: “tente levar uma avaliação da situação entre os militares, mas sem fazer onda”. Mais adiante, Mauro questiona o ministro da Casa Civil: “alguma chance dos militares estarem envolvidos no golpe? Podemos ter uma avaliação?” E explica que a cúpula militar tinha como prioridade “afastar a imagem de golpistas e torturadores” e que resistia “à abertura dos arquivos”: “eu não duvido que algum grupo pequeno entre eles favoreça um golpe, de medo que o nosso governo acabe abrindo os arquivos, mas a estratégia da cúpula é apagar o passado, não é reavivar o passado. Um novo golpe militar poria tudo isso a perder” (parte 3). Há várias outras passagens nesse sentido. Mas por que essas referências aos militares, se o enredo não oferece indícios contundentes de que eles poderiam ter relação com o golpe? Do ponto de vista estritamente composicional, essas partes poderiam ser dispensadas, sem prejuízo para a trama. Mas na apresentação ficcional da fragilidade da democracia brasileira, esses trechos são fundamentais: eles apontam para o passado não resolvido e mostram que os militares nunca foram punidos por seus crimes na ditadura, não abriram os arquivos que esclareceriam os acontecimentos e tutelaram a transição para o novo regime, na década de 1980. Dessa maneira, eles remetem a sofrimentos ainda não superados que assombram a narrativa quando se fala em golpe. Eles são a face mais visível do autoritarismo violento que nunca deixou de ameaçar o país. Não pode haver no presente uma democracia efetiva sem a elaboração do passado. Esse resto do passado, que continua a ameaçar no presente, é mais um dos problemas a que Kucinski retornará diversas vezes em suas obras.

Ainda em relação ao autoritarismo, é interessante observar como o escritor associa a atuação da Polícia Federal ao jogo político. O delegado Mauro comanda não somente a investigação, mas a resistência ao golpe. Ele trabalha junto com o núcleo duro do governo e deflagra uma operação de combate à corrupção com objetivo declarado de intimidar o presidente da Câmara e integrantes do Judiciário. Ou seja, a polícia é instrumentalizada em favor de objetivos políticos, mesmo que, no caso, estejam a favor da democracia. Mas bastaria que o chefe de polícia estivesse em outro espectro político para que o resultado fosse completamente diferente, como o próprio Mauro declara: “podemos amanhecer com um novo presidente, um novo ministro da Justiça e o um outro chefe da Polícia Federal e aí acaba nossa capacidade de resistência” (parte 3). Dessa maneira, o folhetim desconstrói, pela ficção, a ideia de uma polícia e de um judiciário isentos e apartados dos embates políticos. Ao contrário, eles são apresentados como partícipes dos conflitos de interesses.

A ideia de imparcialidade é ainda mais ridicularizada quando a narração se refere ao jornalismo e à mídia em geral. Na ficção, o âncora da Central Brasileira de Rádio, a CBR, Carlos Roberto Alembert, coordena a narrativa do assassinato, forjada para favorecer os golpistas. Já a apresentação do espetáculo fica a cargo de “um quadro de rede Global, obviamente, o âncora do Jornal Nacional, Nilson Bondas” (parte 2). “Parecia tudo bem articulado: a quem entrevistar, que perguntas formular, em que ponto da resposta cortar e devolver a condução da narrativa ao Bondas”, afirma o narrador, tudo com “muita clareza sobre os efeitos almejados” (parte 2). Se em outras obras do autor, especialmente *Júlia* e *A nova ordem*, o jornalismo é mostrado como vítima da censura dos governos autoritários, aqui outros setores da mídia são expostos: aqueles que não só são coniventes com o autoritarismo golpista, mas até participam dele diretamente. Os grandes meios de comunicação aparecem altamente comprometidos com interesses privados, e não com a verdade ou com o bem público.

Quanto ao gênero literário, o folhetim se filia à narrativa policial: há um crime misterioso, um investigador, um estudo das pistas, uma aproximação gradual dos principais suspeitos, um esclarecimento final. Esse gênero será retomado por Kucinski no romance *Alice*, e, parcialmente, em *Júlia*. O investigador Magno, comum a esses dois romances, se parece muito com o delegado Mauro. Aliás, a própria narração de *Mataram o presidente* remete ao núcleo do enredo de *Alice*, embora os personagens tenham nomes diferentes: “o delegado Mauro Nascimento ganhara fama ao desvendar um assassinato em que foi usada pela primeira vez no mundo, como arma, uma cápsula radioativa” (parte 2). De forma mais complexa, a investigação de um crime ocupa também o centro da trama de *K.*, em que o protagonista desesperadamente busca rastros de sua filha desaparecida. Mas, nesse caso, a barbárie do

desaparecimento e o teor testemunhal do romance fazem com que ele extrapole o gênero policial, já que não há nenhuma solução para o mistério. Além do mais, em *K.* o protagonista e investigador, pai da vítima, evidentemente não pode manter a frieza de um investigador policial.

Por fim, o folhetim já mostra a linguagem objetiva que será posteriormente aperfeiçoada por Kucinski. O texto, muito concentrado nos fatos, é narrado em terceira pessoa, com poucas descrições e poucos adjetivos, quase ausência de figuras de linguagem, frases predominantemente curtas e claras. O discurso indireto livre, muito explorado depois pelo autor, aparece timidamente no folhetim, especialmente na oitava parte (“Juntando as peças do quebra-cabeças”), em que Mauro pensa na solução do crime. Tanto o estilo quanto os temas tornam *Mataram o presidente* um ensaio e um prenúncio da literatura kucinskiana posterior.

## 2.2 Memória e testemunho da barbárie: *K.* (2011)

Em 2011, pela editora Expressão Popular, Bernardo Kucinski publica *K.*, seu primeiro romance, depois intitulado *K.: relato de uma busca*.<sup>11</sup> A trama principal trata da procura desesperada de um pai por sua filha desaparecida. O protagonista é denominado apenas pela letra K., e sua filha não é nomeada, a não ser pela inicial A. na assinatura de uma carta. Depois de perceber o silêncio e a ausência da filha há dez dias, K. passa a procurá-la obstinadamente, mobilizando todos os contatos possíveis, desde seus vizinhos e as colegas de trabalho da filha até importantes instituições e organizações nacionais e internacionais. Mas a busca não tem sucesso, e K. vai descobrindo aos poucos o que o leitor sabe desde o início: a filha, que militava em uma organização de resistência armada, “foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar” (2011, p. 17). Sem esperanças, o pai quer ao menos encontrar o corpo dela para realizar os rituais fúnebres, mas nem isso lhe é concedido. A investigação malograda exaure suas forças e ele se vê incapaz de seguir a vida e se dedicar às ocupações anteriores, especialmente a de escritor. A narração sugere que também ele falece ao final. O sofrimento, porém, permanece para os familiares e amigos da militante desaparecida.

---

<sup>11</sup> Esta tese toma a primeira edição como referência para as citações. Mesmo assim, em alguns momentos o título será citado com o subtítulo, já que essa forma é a mais conhecida. As transcrições também considerarão as pequenas correções feitas nas edições posteriores. A terceira edição introduz alterações significativas, além da revisão gramatical: mudança da capa e do projeto gráfico, exclusão das ilustrações de Enio Squef, exclusão de uma terceira epígrafe retirada de Fernando Pessoa, redução da advertência ao leitor apenas à primeira frase, mudança de uma fala do personagem prof. Gottlieb (2014c, p. 157), substituição do pseudônimo Pedro Tierra pelo nome Hamilton Pereira [dos Santos] (2014c, p. 174), inclusão de notas de rodapé sobre Olga Benario Prestes (2014c, p. 31) e sobre os pogroms (2014c, p. 58), exclusão de notas sobre o tahará (2011, p. 80), Joaquim Câmara Ferreira (2011, p. 171), Charles Burke Elbrick (2011, p. 171) e Carlos Marighella (2011, p. 172), entre outras. Em 2022, a editora Companhia das Letras lançou, em parceria com o clube de leitura TAG, uma edição especial de *K.* em que o subtítulo foi retirado e o título voltou a se constituir por apenas uma letra.

A essa história se articulam outras, destacadamente a da vida de K. e de sua esposa como imigrantes judeus refugiados no Brasil e as terríveis consequências do nazismo em suas famílias. Também são narradas as lutas do genro de K. e a dor decorrente de seu desaparecimento. Os perigos e as questões enfrentadas pelas organizações de resistência à ditadura perpassam vários capítulos. Por fim, há episódios em que se mostram os colaboradores da repressão e outros agentes sociais, por exemplo os professores do departamento universitário onde A. trabalhava, que aprovaram sua demissão por abandono de emprego.

No contexto da luta pela memória e pela justiça, é significativo o fato de que a primeira edição do romance tenha sido publicada no mesmo ano em que a presidenta Dilma Rousseff promulgou a Lei nº 12.528/2011, que criou a Comissão Nacional da Verdade (CNV). O romance apresenta uma elaboração ficcional da história real de Ana Rosa Kucinski, irmã do autor e filha de judeus poloneses que imigraram para o Brasil na década de 1930, o escritor da língua ídiche Majer Kucinski (também grafado Meir Kucinski) e sua esposa, Ester Kucinski. Segundo o relatório da CNV, Ana Rosa era graduada em Química, doutora em Filosofia e professora do Instituto de Química da USP. Como seu marido, Wilson Silva, militava na Ação Libertadora Nacional (ALN). Ambos foram presos por agentes da ditadura em 22 de abril 1974, em São Paulo (SP). Suas famílias imediatamente iniciaram buscas extenuantes por informações e acionaram tanto instituições jurídicas e militares brasileiras quanto órgãos internacionais, mas não alcançaram sucesso. Mais tarde, Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva foram reconhecidos pelo Estado brasileiro como desaparecidos políticos por meio da Lei nº 9.140/1995 (BRASIL, 1995). Embora diferentes versões para o desaparecimento dos dois militantes tenham sido divulgadas ao longo dos anos, seus corpos nunca foram encontrados e sua história ainda não foi completamente esclarecida (BRASIL, 2014c, p. 1646-1652).

K. foi celebrado pela crítica literária, que se concentra, em geral, na análise temática, estabelecendo frequentes relações com outras áreas do conhecimento, especialmente a história, a psicanálise e a filosofia. A imensa maioria desses estudos enfatiza o testemunho das práticas e dos crimes da ditadura, suas consequências para os familiares das vítimas e para a sociedade brasileira, bem como o imperativo de memória e de elaboração do passado. Uma das mais importantes leituras de K. é a de Eurídice Figueiredo (2017), que, em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, contextualiza a obra de Kucinski em meio ao panorama geral da produção literária sobre o período do regime militar. Para a autora, os textos literários constituem uma indispensável forma de arquivo da ditadura, porque “só a literatura é capaz de recriar o ambiente de terror vivido por personagens afetados diretamente pela arbitrariedade, pela tortura, pela humilhação”; além disso, a literatura difere de escritas objetivas como as do

documento e do monumento, já que, “pelo viés da subjetividade, mostra resíduos de experiências fraturadas pela violência do vivido” (2017, p. 43-44). Outra contribuição importante é a análise desenvolvida por Fabíola Padilha (2018), intitulada “Ficção e testemunho em *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, que destaca a “força política” de *K.* e afirma que, “ao trazer à tona, em forma de romance, o relato do desaparecimento de sua irmã, Kucinski investe na memória histórica e contra o apagamento dos horrores da ditadura militar brasileira” (2018, p. 83). A obra de Kucinski, segundo Padilha, suscita questões que “mostram a força de uma literatura que não passa incólume pela história, que recusa a passividade diante dos eventos e que, portanto, não é indiferente às manobras perversas utilizadas na tentativa de apagamento da face mais cruel e abjeta de sua marcha” (2018, p. 86).

Os desaparecimentos forçados de adversários do regime militar constituem o tema central de *K.* Esse assunto atravessa o conjunto da literatura kucinskiana e culmina na última publicação, *O congresso dos desaparecidos* (2023). No posfácio desse livro, Kucinski afirma que a expressão “desaparecidos políticos”, embora designe um fenômeno antigo, “só passou a definir um ente no imaginário social depois que esse sinistro método de extermínio foi adotado no Sul das Américas, entre os anos sessenta e setenta do século passado” (2023, p. 135). Como o título do posfácio indica, as ditaduras latino-americanas converteram “desaparecer” em um “verbo transitivo”, isto é, uma ação com sujeito e objeto: os agentes da ditadura desapareciam os adversários. Segundo Kucinski, “por meio de aparatos complexos e clandestinos, Estados delinquentes logravam a tripla invisibilidade”: “de seus crimes, de suas vítimas e da extensão da política de extermínio” (2023, p. 135). Mas o autor protesta contra a naturalização do desaparecimento: “objetos desaparecem, nuvens desaparecem, pessoas não desaparecem, podem fugir, podem se esconder, podem ser mortas, porém involuntariamente não desaparecem. O desaparecido não se esfuma, foi sequestrado e então desaparecido” (2023, p. 137). Em consonância com a CNV, que emprega a expressão “desaparecimentos forçados” no primeiro volume dos relatórios (BRASIL, 2014a, 499-592), Kucinski afirma categoricamente: “o desaparecer dos personagens dessa narrativa [bem como o das pessoas reais] é mais do que morrer. É ser sequestrado, ser torturado, privado de toda e qualquer comunicação com o mundo exterior, assassinado e só então ser desaparecido” (2023, p. 139).

A crítica literária recorrentemente destaca o tema do desaparecimento em *K.* No artigo “O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto”, Roberto Vecchi (2014) insere esse romance na problematização mais ampla da desapareção forçada, da qual a Guerrilha do Araguaia é evento paradigmático. O drama dos familiares dos desaparecidos e o direito ao corpo para a realização de rituais fúnebres são destacados também por Maria Zilda

Ferreira Cury (2020a), em “*Non habeas corpus: direito ao corpo na ficção de Bernardo Kucinski*”. Marianna Scaramucci, em “Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em *K.: relato de uma busca*”, afirma que “a catástrofe identitária da desapareição forçada aparece assim como uma estratificação de ausências, que impede aos familiares cumprir os ritos funerários necessários para dar começo e completar a elaboração do luto” (2020, p. 3); como outros críticos, ela defende que a própria obra literária se torna uma lápide de papel e “configura-se como tentativa de dar finalmente ao luto a sua colocação física” (2020, p. 13).<sup>12</sup>

Nesse sentido, o romance de Kucinski apresenta forte teor testemunhal,<sup>13</sup> já que elabora ficcionalmente a história real dos sofrimentos provocados pela ditadura militar para as famílias das vítimas e para toda a sociedade brasileira. O romance testemunha as graves violações dos direitos humanos praticadas no Brasil durante o período de repressão. Desde os primeiros estudos, *K.* foi inscrito no campo que se convencionou chamar de testemunho (ou literatura de testemunho). Márcio Seligmann-Silva, em “Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil”, observa que Kucinski “embaralha as cartas do testemunho e do romance” e “põe o dedo na ferida ao reclamar da falta de repercussão na esfera pública de um debate sobre a elaboração da violência da época da ditadura” (2014, p. 31). No livro *Narrações da ditadura: por uma ecologia das memórias*, Scaramucci afirma: “Kucinski não só atua – a ação concreta de dar vida ao romance –, mas também encena a aporia da representação do trauma, criando um protagonista em luta com a sua própria língua, o ídiche, e com a sua forma expressiva de eleição, a literatura” (2022, p. 24).<sup>14</sup>

Ainda nesse campo, surgem com frequência discussões relacionadas à memória individual e coletiva, assim como à resistência ao esquecimento.<sup>15</sup> Essas questões, que se

---

<sup>12</sup> Diversos outros artigos apresentam contribuições relevantes nesse sentido, entre os quais se destacam os seguintes: “Jornalismo, ficção e memória no Brasil: um olhar sobre os desaparecidos da ditadura de 1964”, de Alice Mitika Koshiyama (2016); “Memória do desaparecimento: a ditadura no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, de Joachim Michael (2016); “O entre-lugar dos desaparecidos políticos em *K. Relato de uma busca* e *Você vai voltar pra mim e outros contos*, de Bernardo Kucinski”, de Cristina Napp dos Santos e Cláudia Lorena Fonseca (2018); “A experiência traumática e o luto inconcluso em *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, de Sandra de Fátima Kalinoski (2020); “Vestígios inapagáveis: a busca pelos desaparecidos políticos na ficção de B. Kucinski”, de André Luis Rodrigues (2021); “Os desaparecidos políticos da ditadura militar, as utopias e a arte: três mortes em *Avanti Popolo*, de Michael Wahrmann, e *K.*, de Bernardo Kucinski”, de Weverson Dadalto e Fabíola Padilha (2021); “Ditadura militar e justiça de transição no Brasil: uma análise a partir de ‘*K, o relato de uma busca*’, de Bernardo Kucinski”, de Amanda Machado Sorgi, Vitor Gabriel Garnica e Sergio Alves Gomes (2022); “A barbárie como regra da ditadura: mentiras, enganos e corrupção em *K. – Relato de uma busca*”, de Antônio Schimeneck (2022).

<sup>13</sup> Esse conceito, desenvolvido por Márcio Seligmann-Silva, será retomado especialmente na seção 5.2 desta tese.

<sup>14</sup> Muitos críticos analisam o testemunho kucinskiano, por ex. Ana Paula Teixeira Porto, em “Literatura, memória e resistência em *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski” (2018), e Rafael Nunes Ferreira, em “Literatura em tempos sombrios: a ditadura civil-militar no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski” (2021).

<sup>15</sup> A memória e a resistência são enfatizadas, por ex., nos trabalhos “A memória como empresa: os empresários da memória em *K.*, de Bernardo Kucinski”, de Leila Lehnen (2014); “Memória e resistência: figuras da ditadura



relacionam à dificuldade em lidar com a experiência traumática, são explicitadas pelo próprio autor no texto completo da advertência, conforme a primeira edição de *K.*:

Caro leitor:

Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu.<sup>16</sup> Deixei que lembranças fluíssem diretamente da memória, na forma como lá estavam, há décadas soterradas, sem confrontá-las com pesquisas, sem tentar completá-las ou lapidá-las com registros da época. Há referências a documentos em apenas duas histórias e somente como recurso narrativo.

Depois, valendo-me da fabulação, levei essas recordações a cenários imaginados; juntei situações ocorridas em tempos diferentes, algumas idealizei do quase nada e preenchi com lacunas de esquecimento e os bloqueios do subconsciente com soluções inventadas.

Cada fragmento ganhou forma independente dos demais, não na ordem cronológica dos fatos e sim na exumação imprevisível desses despojos de memória, o que de novo obrigou-me a tratar os fatos como literatura, e não como História.

A unidade se deu através de *K.* Por isso, o fragmento que introduz inicia o conjunto, logo após a abertura. E o que encerra suas atribulações está quase no final. A ordem dos demais fragmentos é arbitrária, apenas uma entre as várias possibilidades de ordenamento dos textos (2011, p. 13).

A relação entre ficção e história, já apontada nessa advertência, é um aspecto muito destacado pela crítica. São frequentemente notados os muitos pontos de contato entre os enredos literários e a história real, tanto no caso particular de Ana Rosa Kucinski quanto na descrição geral da violência do regime militar. No artigo “A ficção no labirinto da história: memória e resistência em *K.: relato de uma busca*, de Kucinski”, Luciana Coronel observa que o romance *K.* realiza “o cruzamento entre a dor privada de uma família e a circunstância política mais ampla de um país [...], sendo o plano da História, onde se origina a tragédia, inserido com maestria na trama ficcional, tornando-se elemento interno de sua composição” (2020, p. 215).<sup>17</sup>

Em alguns casos, a crítica literária tende a realçar a história em detrimento dos aspectos ficcionais da obra. Da primeira frase da advertência (“Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”), a segunda oração certamente é mais enfatizada nas análises. Ou seja, aponta-se o conflito ou a confluência entre realidade e ficção, mas frequentemente se supervaloriza apenas o primeiro termo do par. Há uma ânsia por realidade nas leituras dos livros de Kucinski. Entretanto, existem importantes diferenças nas histórias das personagens e das pessoas reais. Por exemplo, o relatório da CNV registra, depois de informar a data do

---

na literatura brasileira contemporânea”, de Maria Zilda Ferreira Cury (2020b); e “Literatura e resistência no Brasil hoje”, de Regina Dalcastagnè (2020).

<sup>16</sup> A partir da terceira edição, a advertência é interrompida neste ponto.

<sup>17</sup> Outros trabalhos críticos discutem a problemática distinção entre ficção e história, tais como: “A questão do realismo em *K.*, de Bernardo Kucinski: o sequestro da vida cotidiana no regime de exceção”, de Antônio Marcos Vieira Sanseverino (2020); “Rejeição da verdade em *K. Relato de uma busca*”, de Felipe Bruno da Silva Cruz e Mayara Ribeiro Guimarães (2021); e “O irmão/pai de uma desaparecida política”, de Grazielle Frederico (2021).

desaparecimento de Ana Rosa e Wilson Silva: “no mesmo dia, as famílias Silva e Kucinski, alertadas pelos colegas de trabalho de Ana Rosa, tomaram providências no intuito de localizar os dois militantes” (BRASIL, 2014c, p. 1647). Logo, os familiares (que não se limitam ao pai) começam a procurá-los imediatamente. Já no romance, K. só inicia a busca (sozinho) dez dias depois do desaparecimento. Outro exemplo: a personagem A. e seu marido são capturados em um beco durante uma caminhada com a cachorrinha de estimação. Na prisão, A. evita a tortura ingerindo antes uma cápsula de veneno. Já as circunstâncias da morte de Ana Rosa Kucinski não são precisamente conhecidas. Conforme a principal versão, ratificada por Cláudio Guerra, ela foi torturada e morta; seu corpo foi incinerado no forno de uma usina (BRASIL, 2014c, p. 1647-1649). Apesar disso, algumas análises inadvertidamente se referem aos personagens pelos nomes das pessoas reais, como se fossem exatamente idênticos.<sup>18</sup> É claro que A. foi inspirada em Ana Rosa Kucinski e que há mais similaridades do que diferenças entre ambas. Mas não se pode reduzir a pessoa real à sua problemática configuração literária, forçosamente limitada ao ponto de vista narrativo e posta sob suspeita pela própria impossibilidade de representação. De fato, K. e o narrador admitem desconhecer boa parte da vida da personagem A. Quanto mais desconheceriam o pai e irmão de Ana Rosa Kucinski? O romance, portanto, não dá conta de (nem se propõe a) expor todas as preocupações, os ideais e as lutas da guerrilheira Ana Rosa. Personagens, por mais que sejam bem-elaborados ou fieis ao seu modelo na vida real, são sempre restritos frente à complexidade de pessoas humanas (cf. CANDIDO, 2007).

Além disso, é preciso atentar para os expedientes críticos da desconfiança na narração e da consideração de pontos de vista por ela omitidos (e traídos). Por exemplo, mesmo que o narrador mostre que K. se sente culpado pela morte da filha, deve-se levar em conta que essa culpa é autoimputada, não tem correspondência com os acontecimentos e está relacionada ao trauma do sobrevivente. Não se pode passar do sentimento de culpa do personagem pai à admissão irrefletida de que ele de fato era culpado pelo desaparecimento da filha.

A advertência inicial também chama a atenção para a forma fragmentária do romance. O comentário sobre a impossibilidade de relatar o trauma e sobre as estratégias narrativas de que Kucinski lança mão é outro ponto comum entre a maioria dos críticos. Merecem destaque, nesse sentido, os trabalhos “Como narrar o horror da ditadura civil-militar brasileira? Uma leitura de *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski”, de Paulo Roberto Tonani do Patrocínio (2020), e “‘K relato de uma busca’, de Kucinski, e ‘Reflexos do Baile’, de Callado: autoritarismo e violência na literatura brasileira”, de Ana Paula Macedo Cartapatti

---

<sup>18</sup> Um exemplo dessa indiferenciação pode ser encontrado no artigo “Memória e ditadura em *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, de Luiza Gomes dos Santos Bessa e Renata Farias de Felipe (2022).

Kaimoti (2021), além dos autores já mencionados acima, que analisam especialmente a fragmentação narrativa, a pluralidade de vozes, os avanços e recuos temporais, as elipses, as alusões intertextuais e a diversidade de subgêneros textuais inseridos no romance.

De fato, os capítulos não obedecem a uma sequência linear ordenada, de forma que frequentemente a narração é interrompida, a perspectiva muda bruscamente e são introduzidos eventos sem continuidade direta em relação aos anteriores. Há muitas lacunas e elipses na história narrada. Alguns fragmentos, que têm estrutura relativamente autônoma, podem ser lidos como se fossem pequenos contos. Tal forma narrativa mantém íntima relação com o caráter testemunhal do romance e com as tentativas de apresentação da violência.<sup>19</sup>

Os capítulos inicial e final, que são grafados em itálico e datados, se diferenciam dos demais: nesses dois trechos, a voz é a do irmão da desaparecida, que, escrevendo em primeira pessoa décadas depois dos acontecimentos, participa ao leitor a permanência do sofrimento e anula qualquer expectativa de um final feliz. Nos demais fragmentos, predomina a narração em terceira pessoa, com narrador onisciente, colocado em uma perspectiva bem próxima ao protagonista K. Em alguns momentos, mesmo mantendo a terceira pessoa, o narrador se aproxima muito do ponto de vista de outros personagens: por exemplo, do genro de K. em “A queda do ponto” e “Ele roubava livros”, do agente duplo Souza em “Dois informes” e dos professores participantes da reunião no Instituto de Química em “A reunião da Congregação”. Mas a narração passa abruptamente para a primeira pessoa em outros capítulos. Assumem a voz narrativa um agente da repressão, em “A cadela”, e o pai do jovem desaparecido (ou seja, o sogro de A.), em “Os desamparados”. O próprio torturador Fleury fala em primeira pessoa em “A abertura”, numa sequência de diálogos cortados em que somente suas falas são expostas, omitindo-se as respostas dos interlocutores. Recurso similar é empregado para dar voz à amante de Fleury, em “Paixão, compaixão”, em que ela fala com uma interlocutora cujas respostas são omitidas. No capítulo “A terapia”, o narrador se limita a uma participação discreta ao relatar o diálogo entre uma terapeuta e uma funcionária da Casa da Morte, Jesuína, cuja voz fica em evidência. Já em “O livro da vida militar” as citações diretas de falas de um militar cassado pela ditadura são seguidas por comentários, nos quais não é possível distinguir com clareza o que é do personagem e o que é do narrador.<sup>20</sup>

Essas mudanças de ponto de vista são realçadas pela inserção de outros gêneros

---

<sup>19</sup> Esse aspecto de *K.* será analisado no quinto capítulo desta tese. A forma fragmentária de *K.* também remete a *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, conforme análise publicada no ensaio “Estado de exceção e violência policial em *K: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos” (DADALTO, 2020).

<sup>20</sup> A análise dessa pluralidade de vozes será retomada no quinto capítulo desta tese.

textuais no romance. Há uma carta assinada por A., único momento em que ela assume a primeira pessoa: em um relato do cotidiano, ela revela o terror em que vive enquanto presente a derrota das organizações de resistência. Outra carta é escrita por seu marido, assinada com o codinome Rodriguez, em que ele faz uma autocrítica a respeito da recusa, por parte da militância armada, em recuar frente à brutalidade da ditadura. Ele também aponta outros erros graves da organização. Além das cartas, há os relatórios escritos em primeira pessoa pelo agente duplo Souza em “Dois informes” e trechos de ata em “A reunião da congregação”. Por fim, o capítulo “Sobreviventes, uma reflexão” deixa momentaneamente de lado o modo narrativo e assume um tom ensaístico, em que a primeira pessoa parece remeter, novamente, ao irmão de A.

Nos capítulos escritos em terceira pessoa, especialmente nos protagonizados por K., a subjetividade das personagens é elaborada por meio do amplo uso do discurso indireto livre. Por meio desse modo de narrar, o pai, que não compreende o mistério absurdo que envolve o desaparecimento da filha nem encontra os termos adequados para expressar sua angústia, é socorrido pelo narrador, que lhe empresta as palavras. O recurso é reforçado pelo abundante emprego de frases interrogativas, que atestam a perturbação que aflige o personagem.

De maneira geral, a narração está temporalmente distante dos fatos narrados, mas muito ligada a eles emocionalmente, dada a permanência da situação de sofrimento para as famílias das vítimas, a impunidade dos crimes da ditadura e a indiferença (quando não a conivência) de parte da sociedade brasileira em relação ao passado autoritário. Tal face do romance – ou seja, a memória dessa fase extremamente violenta e autoritária da história brasileira, bem como a denúncia do “mal de Alzheimer nacional” (2011, p. 17) em que vive o país – será estudada mais minuciosamente no quinto capítulo desta tese.

A dor provocada pela violência da ditadura assume contornos ainda mais terríveis para K. porque o desaparecimento da filha reaviva o sofrimento de outra catástrofe: o intenso antissemitismo e a perseguição aos comunistas na Polônia, a imigração forçada e o genocídio de milhões de judeus nos campos de concentração. Em *K.*, não são gratuitas as recorrentes comparações entre a ditadura militar brasileira e o horror do período nazista: para o pai, “a tragédia da filha era continuação do Holocausto” (2011, p. 81). O desaparecimento da filha é seguido pelo abandono da literatura em língua iídiche, que para K. era signo de judaicidade e de resistência. São ainda poucas as pesquisas relacionadas à memória do Holocausto (ou da Shoah) na obra de Kucinski, embora existam trabalhos importantes nesse sentido. No artigo “Rastros da Shoah na recente literatura brasileira”, Marcelo Ferraz de Paula, observando as passagens de *K.* em que a ditadura militar é comparada à catástrofe dos judeus na Europa sob jugo nazista, afirma que “Kucinski explora o ‘excesso’ de memória da Shoah como provocação

ao esquecimento da sociedade brasileira em relação às mazelas da ditadura” (2020, p. 171) e que “em *K. Relato de uma busca* a Shoah comparece como a figuração de um horror que não pode ser esquecido, mas que não se esgota em si mesmo” (2020, p. 172).<sup>21</sup> Esse problema será retomado no quarto capítulo desta tese.

### 2.3 A ciência para o crime: *Alice* (2014)

Com o romance *Alice: não mais que de repente*, lançado em 2014 pela editora Rocco, Kucinski volta à narrativa policial. Nas primeiras cenas, a professora Alice é encontrada morta no Instituto de Física da USP, onde lecionava e desenvolvia pesquisas científicas no início dos anos 1990. Todo o restante da trama gira em torno da investigação sobre as causas de sua morte, inicialmente atribuída a um AVC e logo depois a um envenenamento. A primeira metade da obra é quase toda protagonizada pelo delegado Magno, que conduz o inquérito, ainda sem muitos resultados. À medida que os personagens surgem na trama, são também apresentados os principais suspeitos: Hernany Silas, o diretor do Instituto de Física; Akira Takeda, chefe do Departamento de Física Nuclear; Rogério Batista, estudante de doutorado; Peter Gallup, físico nuclear norte-americano; Bruno Figueiroa, administrador do Instituto; Percival Teixeira, professor e namorado misterioso de Alice; Bárbara Schiavonni, professora e ex-amante de Percival. As principais pistas examinadas inicialmente são os cacos da xícara e a garrafa térmica do café consumido por Alice, além de uma folha em que ela escrevera a letra P, com o próprio sangue, pouco antes de morrer. Enquanto isso, a narração descreve também o contexto universitário onde ocorreu o crime e informa sobre a história de vida de Alice.

A partir da segunda metade do romance, assume maior importância outro personagem: o professor Zimmerwald, que já não atua no Instituto de Física por ter sido cassado pela ditadura. Com ajuda de Rogério, ele inicia uma averiguação paralela e extraoficial, considerando principalmente algumas pistas antes desprezadas por Magno: os bombons consumidos por Alice, o material das gavetas e o conteúdo da lixeira da sala onde ela trabalhava, os arquivos de seu computador, as cartas encontradas em seu apartamento. As duas investigações, de Magno e de Zimmerwald, só se juntam no último terço do romance, quando a competência policial do delegado se alia ao conhecimento científico do físico. Nas cenas finais, são revelados o nome do assassino e o motivo do crime. O meio para o homicídio foi o

---

<sup>21</sup> Os artigos “Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, de Vincenzo Russo (2017), e “Representações do passado traumático em obras de Roberto Drummond e Bernardo Kucinski”, de Sandra Assunção (2021), também oferecem importantes considerações a esse respeito.

uso clandestino do polônio 210, um elemento químico “altamente venenoso”, do qual “um grama pode matar um milhão de pessoas” (2014a, p. 101). Depois o criminoso é preso.

Para a criação do enredo, Kucinski aproveitou conhecimentos de sua história pessoal, já que é graduado em Física e por muitos anos atuou como professor da USP. Mas sua principal referência é a literatura policial: há, em *Alice*, alusões intertextuais a Arthur Conan Doyle, Georges Simenon, Agatha Christie, G. K. Chesterton, Rex Stout e Ruth Rendell, entre outros (2014a, p. 19, 73, 112, 150, 173, 184). De fato, *Alice* apresenta características típicas do romance de enigma (um subgrupo do gênero policial): o crime, a vítima, o mistério, o detetive, as pistas, os suspeitos, o esclarecimento final (a revelação do culpado, do motivo e do meio empregado). Tzvetan Todorov, em *As estruturas narrativas*, nota que esse tipo de romance “não contém uma, mas duas histórias: a história do crime e a história do inquérito” (2006, p. 96). Isso se passa também em *Alice*, cuja trama é montada por meio da interseção entre dois relatos: o da investigação e o da vida de Alice até o momento do crime. O leitor só conhece os fatos gradualmente, à medida que são descobertos pelos investigadores. Thaís Sant’Anna Marcondes (2020b), em “O insólito na ficção de B. Kucinski”, ressalta os elementos textuais típicos do romance policial e os aspectos do insólito em *Alice*.

Também na linguagem Kucinski se aproxima do gênero: segundo Todorov, “os teóricos do romance policial sempre concordaram em dizer que o estilo, nesse tipo de literatura, deve ser perfeitamente transparente, inexistente; sua única exigência é ser simples, claro, direto” (2006, p. 97-98). Aliás, o estilo claro e direto predomina na maior parte da literatura kucinskiana, o que pode ser explicado não apenas pelos muitos anos de trabalho do autor com o jornalismo, mas também pela influência da literatura policial, muitas vezes citada explicitamente no interior das próprias obras. Em *Alice*, a linguagem é simples e objetiva, os capítulos são curtos e a sequência narrativa é predominantemente linear, com recuos narrativos para o relato da vida da vítima e para a elucidação do crime. Há amplo emprego de diálogos, embora o autor use também o discurso indireto livre, traço recorrente em seus romances.

Entretanto, a narrativa se afasta do gênero policial nos trechos em que enfatiza a tendência à crítica social. No que tange à violência e ao autoritarismo, três temas merecem destaque em *Alice*: a crítica às universidades e à forma de organização da pesquisa científica no Brasil, a memória da ditadura militar e a descrição dos modos de atuação da polícia.

A universidade é caracterizada pela competitividade cruel. Em vez de oferecer um espaço transformativo dedicado apenas à cultura e ao conhecimento, ela reproduz a violência já existente no restante da sociedade: “seria a universidade essa sociedade estagnada e decadente? Será que sob seu manto de cultura e saber acadêmico esconde-se um emaranhado

de conflitos e negócios escusos?” (2014a, p. 73). O ambiente universitário reproduz a violência disseminada mesmo naqueles setores da sociedade considerados símbolos civilizacionais.

Em primeiro lugar, isso ocorre por meio do estímulo à competitividade predatória, apoiada no sistema de avaliação que privilegia a produtividade e não a qualidade da pesquisa ou as relações humanas envolvidas. Quando o delegado Magno pergunta à professora Heloíza se não é correto incentivar a produção científica, ela responde: “é, mas não do jeito que o CNPq faz, pela quantidade de trabalhos, como se a ciência fosse linha de montagem” (2014a, p. 80). A seguir, ela didaticamente explica truques empregados para aumentar o número de publicações e outras formas de corrupção na universidade. Pressionados, os pesquisadores são submetidos ao risco contínuo de responderem com fraudes, individualismo, geração de inimizades e autoritarismo. No romance, esse processo resulta no assassinato de Alice.

Outra discussão sobre a violência nas universidades ocorre no campo da ética: algumas pesquisas são produzidas visando a interesses geopolíticos destrutivos ou imperialistas, e em muitos casos são subservientes aos norte-americanos ou às fontes de financiamento econômico. Esse debate ocorre, por exemplo, no capítulo “Especulações de um cientista banido”, no qual Zimmerwald explica para Rogério, depois de um diálogo pedagógico, que os americanos fizeram de tudo para que não fosse criado no Brasil o Conselho Nacional de Pesquisas: “eles sabem que conhecimento é poder” (2014a, p. 55). A associação entre pesquisa científica e dominação geopolítica produziu, por exemplo, a bomba atômica; sobre isso, Zimmerwald declara que os cientistas ficaram com um sentimento coletivo de culpa por terem possibilitado a criação de uma arma de destruição em massa lançada sobre uma população racialmente marcada e considerada sub-humana (2014a, p. 167-168). Significativamente, também o crime contra a professora Alice emprega como arma um produto científico avançado.

Por fim, o romance relembra repetidamente as perseguições a docentes e pesquisadores durante a ditadura militar: “os militares expulsaram os melhores [cientistas], os mais sérios e desprendidos” (2014a, p. 82), dentre os quais se inclui o personagem Zimmerwald. A professora Heloíza chega a listar professores cassados, pessoas reais:

Todos os importantes, os líderes. Não dá nem para acreditar. Na física, demitiram o Schemberg; na medicina, o Isaias Raw, o Michel Rabinovitch, o Hildebrando, nosso maior parasitologista; expulsaram o fundador da Universidade de Brasília, o Darcy Ribeiro. O Fernando Henrique, o Celso Furtado. Cassaram o Paulo Freire. Foi uma devastação (2014a, p. 82-83).

Aliás, Heloíza coloca esse evento histórico na origem dos problemas atuais da política de pesquisa científica nas universidades: “esse foi o maior estrago infligido ao nosso

pobre país pela ditadura”, já que “as demissões abriram caminho aos carreiristas” (2014a, p. 83). Nisso se nota outro tema relevante em *Alice: a memória da ditadura militar*. Em certas passagens, o romance fornece informações aparentemente dispensáveis para a investigação policial, de maneira similar ao que ocorre em *Mataram o presidente*. Uma crítica que observasse apenas as convenções de gênero poderia marcar alguns desses trechos como excessivos. Mas é justamente nessas sobras que reside um aspecto valioso da obra, já que nelas se deixa entrever o passado violento não elaborado pela sociedade brasileira. O crime contra Alice se torna expressão de uma cultura de violência muito mais antiga e mais enraizada. Mais do que a moldura para a criação de uma história particular de violência intensa, nessas “imperfeições” da trama policial – ou seja, nesse excesso dispensável no enredo – se mostram o retorno do passado e a persistência da ordem social violenta.

Talvez isso explique o fato de Kucinski ter inserido no romance a informação do posicionamento de cada personagem importante em relação à ditadura. Alice participou “de um grupo que decidira criar um foco de guerrilha”, mas se afastou dele depois de ler uma entrevista de Zimmerwald (2014a, p. 52). O professor Zimmerwald teve seu mandato de deputado estadual cassado e foi expulso da universidade porque era comunista (2014a, p. 29, 49). O delegado Magno procurou se manter distante da repressão, auxiliou os estudantes presos no congresso da UNE em Ibiúna e, na ocasião, alertou Zimmerwald sobre o risco que corria (2014a, p. 73, 140-142). Percival é apresentado como “um que veio do ITA, quando houve aquelas prisões de estudantes” (2014a, p. 139). Peter Gallup atuou em defesa dos interesses dos Estados Unidos quando o Brasil fez um acordo nuclear com a Alemanha, durante o governo Geisel (2014a, p. 56). Rogério, mais jovem, ouve atentamente as explicações de Zimmerwald. Akira teve coragem de protestar quando houve as cassações. Há inclusive uma alusão a Ana Rosa Kucinski, não nomeada: “talvez as coisas tivessem sido diferentes se a maioria tivesse se portado como o Akira. Veja o caso da Congregação de Química, que demitiu, por abandono de cargo, uma professora que eles sabiam que tinha sido sequestrada pelos militares”; a interlocutora reage: “uma vergonha – diz Heloíza. – Eles não precisavam fazer aquilo” (2014a, 123). Nesse mesmo diálogo, há ainda referências à presença de agentes do DOI-CODI nas universidades e a cientistas com prestígio junto a generais.

Em *Alice*, a direção do Instituto de Química, em conformidade com orientações da reitoria, busca não alardear o assassinato da professora, ocorrido dentro da universidade: as aulas não são suspensas, o corpo é retirado discretamente e mantém-se uma aparência de normalidade. Nesse sentido, se pode observar alguma semelhança entre Alice e A., de *K*. Ambas as vítimas são mulheres jovens, se envolveram com grupos de resistência armada e trabalharam



como professoras de ciências (Química/Física) na USP. Mas a narração é bem diferente: em *Alice* é clara, linear, com presença de investigadores positivos e imparciais, atenção à família das vítimas e completo esclarecimento ao final, ao contrário de *K*. Isso sugere a hipótese de que *Alice* poderia ser lido como uma espécie de imagem invertida de *K*: a irresolubilidade da história de *A*. – fortemente testemunhal porque baseada no caso real do desaparecimento de Ana Rosa, cuja investigação foi frustrada pelo desamparo do poder público – é compensada pela clareza na resolução do mistério da morte da personagem Alice. Essa aproximação talvez explique uma das poucas frases de sentido obscuro no romance: “para os que já sabiam da morte da professora, era como se o rabeção também estivesse removendo do campus evidências de uma culpa coletiva que não conseguiam identificar” (2014a, p. 36).

A fala do tio Nakamura, no velório, extrapola o caso particular do enredo. Impossibilitado de denunciar o assassinato, ele fala em “acidente”; se esse termo fosse substituído por “crime”, sua afirmação poderia remeter também às vítimas da ditadura:

No entanto, para que o caminho dos espíritos seja tranquilo, é preciso que seus amigos e familiares cumpram certas obrigações. A principal delas é reverenciar a memória dos mortos. Outra obrigação, neste caso, é o esclarecimento de como se deu o acidente, para que se corrijam erros cometidos e sejam punidos os que foram negligentes ou omissos, de forma que uma tragédia como essa não se repita (2014a, p. 118-119).

Um terceiro tema relevante em *Alice* é também relacionado à ditadura: a persistência da violência policial. Mesmo que a história do romance seja ambientada no período democrático, os personagens destacam a continuidade das torturas e da brutalidade nas delegacias de polícia: “é um problema interrogar gente da classe alta. Nenhum delegado sabe fazer isso. Interrogar pele grossa é fácil. Se for bandido, é só dar umas porradas como faz o Souza; povão, é só dar uns berros. O pior é que funciona” (2014a, p. 152). Como se vê, a polícia não mudou substancialmente o seu modo de operação, mas apenas o atenuou e o direcionou exclusivamente à população pobre e desprotegida.

O romance de Kucinski mostra que a violência policial no Brasil é expressão de uma forma ainda mais complexa de violência: a profunda desigualdade social, que gera pobreza, injustiça e falta de acesso à cidadania. Quando percebe que Magno pretende investigar o crime, o subdelegado Souza protesta: “aqui é Brasil, Magno, não é Miami”, e completa: “daí que é só dar uma dura no suspeito, e ele entrega os comparsas, a muamba, a quadrilha toda. Não tem erro” (2014a, p. 38). Magno reage questionando a possibilidade de “dar uma dura num professor da USP ou num americano”, ao que Souza aquiesce: “é, não pensei... É o primeiro

caso com pele fina nesta merda de delegacia” (2014a, p. 39). Para os pobres, a brutalidade; para os ricos, a impunidade: “da lei, eles [os ricos] se safam sempre” (2014a, p. 154).

A injustiça não é exclusividade da polícia: o romance recusa o binarismo simples entre bons e maus. Alguns policiais suportam a falta de condições necessárias ao exercício profissional: “você sabia, Magno, que do Butantã até o Campo Limpo só tem um legista? Estou vindo de uma chacina no Taboão. [...] A gente preenche o laudo e libera para o enterro ali mesmo. Nem foto tiramos pra não gastar filme. Essa é a orientação (2014a, p. 35). Há também os agentes que se beneficiam das falhas do sistema para exercer impunemente a violência. Magno se enoja com o que vê nas delegacias e critica o ofício de policial, inclusive comparando-o à barbárie nazista: “sabe de colegas que matam a esmo ou cometem chacinas de inocentes para vingar um colega morto por bandidos. Como retaliação. Como os nazistas que durante a ocupação da Polônia executavam dez escolhidos a esmo para cada alemão morto” (2014a, p. 140). A comparação inesperada – que lembra as aproximações entre eventos históricos estabelecidas pelo protagonista de *K.*, retomadas no quarto capítulo desta tese – ressalta a catástrofe contínua da história brasileira e a falácia da ideia de progresso em um mundo profundamente marcado pela violência.

#### 2.4 Histórias da opressão e do terror: *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014)

*Você vai voltar pra mim e outros contos*, lançado em 2014 pela editora Cosac Naify, é o primeiro livro de Bernardo Kucinski dedicado especificamente à narrativa curta. Nele estão reunidos vinte e oito relatos relacionados à ditadura militar. No início, o autor informa que foram selecionados para o volume os contos “que se inspiram no clima de opressão reinante no nosso país nas décadas de 1960 e 1970 e suas sequelas” (2014d, p. 7). Também nessa breve apresentação, Kucinski toca novamente no problema dos limites opacos entre realidade e ficção: as histórias “não passam de invenções, criações literárias sem nenhuma obrigação de fidelidade a pessoas ou fatos que eventualmente os possam ter inspirado” (2014d, p. 7). No entanto, logo a seguir, afirma o valor histórico e pedagógico das narrativas, que “permitirão sentir um pouco a atmosfera de então, com nuances e complexidades que a simples história factual não conseguiria captar” (2014d, p. 7). Mais uma vez é concedido à literatura um papel genuíno na compreensão da história, já que ela, pela via da imaginação, possibilita um meio particular de acesso à verdade das experiências vividas sob o autoritarismo.

Embora autônomos e distintos entre si, os contos estão interligados pelo tema da ditadura (sobretudo seus efeitos sobre as vítimas). A aproximação temática dos textos

justapostos, a apresentação de uma comunidade de personagens vinculados por problemas e interesses compartilhados, a recorrência de aspectos formais em várias histórias e a manutenção de um estilo coerente ao longo do volume criam uma impressão de conjunto, como se os relatos se relacionassem entre si e seus sentidos se complementassem mutuamente. Por exemplo, “O Velório” não faz referência explícita à ditadura, mas não há dúvida de que o personagem desaparecido e simbolicamente enterrado é uma vítima da repressão. Além disso, alguns contos se reduzem a uma única cena ou à apresentação de um personagem. É o caso de “Um homem muito alto”, em que não se desenvolve nenhum dos episódios selecionados para a composição da breve biografia do protagonista; no entanto, esse conto é significativo no conjunto, por contextualizar as ações da militância na época.

A forma desses textos se aproxima da de alguns fragmentos que compõem *K*. Há certa organicidade entre os contos de *Você vai voltar pra mim*: cada um é parte de uma tentativa maior: a (sempre incompleta) narração literária dos anos da ditadura e a descrição de seus horrores, tanto os contemporâneos quanto os subsequentes. Ou seja, o livro supera a simples coletânea de contos ao ampliar a apresentação das múltiplas formas da violência durante a ditadura e dos padecimentos variados das vítimas, mesmo aquelas que sofrem os efeitos décadas depois (os filhos dos presos e dos desaparecidos, por exemplo). Por outro lado, tal interligação entre os contos não significa que componham uma única narrativa: eles são autônomos, heterogêneos, diversificados nos pontos de vista. Como nota Joelma Rezende Xavier, no artigo “De memória, trauma e ficção: um olhar sobre a narrativa de Bernardo Kucinski”, o autor abrange uma “multiplicidade de olhares e de vozes” ao problematizar aspectos plurais relativos ao período da ditadura: “há perspectivas sobre a realidade de diferentes classes sociais; sobre o olhar alienado de militantes, de militares e de cidadãos comuns; sobre gerações diferentes; sobre sindicalistas e metalúrgicos, sobre moradores das áreas rurais etc.” (2016, p. 92, 99).

Em sua maioria, os contos são muito curtos, elaborados com linguagem concisa. Há pouco emprego de figuras de linguagem, de inversões sintáticas e de vocabulário inusual, por exemplo. De maneira geral, as descrições são econômicas e as marcações de tempo e espaço são sucintas. Isso corrobora a descrição do gênero proposta por Julio Cortázar em “Alguns aspectos do conto”: “um bom conto é incisivo, mordente, sem trégua desde as primeiras frases” (2006, p. 152). Comparando o trabalho do contista ao do fotógrafo, Cortázar observa que ambos produzem sua arte a partir de uma limitação espacial prévia; diante disso, “sentem a necessidade de escolher e limitar uma imagem ou um acontecimento que sejam *significativos*” e produzam um efeito de abertura a algo que vai além do argumento inicial, visual ou literário (2006, p. 151-152). Dessa maneira, a história narrada (como a imagem da fotografia), mesmo que

limitada e concisa, remete a uma realidade mais ampla, que escapa aos limites da obra, mas se insinua por entre eles. Para alcançar esse efeito, o contista deve evitar “elementos gratuitos, meramente decorativos” e condensar o tempo e o espaço, assim impondo significação, intensidade e tensão ao relato (2006, p. 152). Para Cortázar, “um conto é significativo quando quebra seus próprios limites com essa explosão de energia espiritual que ilumina bruscamente algo que vai muito além da pequena e às vezes miserável história que conta” (2006, p. 153). Já a intensidade “consiste na eliminação de todas as ideias ou situações intermédias, de todos os recheios ou fases de transição que o romance permite e mesmo exige”, o que às vezes inclui “a brusca renúncia a toda descrição do ambiente” (2006, p. 157). A tensão, por outro lado, sempre segundo Cortázar, “é uma intensidade que se exerce na maneira pela qual o autor nos vai aproximando lentamente do que conta”, de forma que, em alguns casos, “sente-se de imediato que os fatos em si carecem de importância, que tudo está nas forças que os desencadearam, na malha sutil que os precedeu e os acompanha” (2006, p. 158).

As eleições estilísticas e temáticas dos contos de Kucinski atendem às observações de Cortázar, embora ambos os escritores sejam bem distintos em muitos aspectos. Ao passo que a narrativa cortazariana prioriza o fantástico, Kucinski enfatiza o testemunho.<sup>22</sup> Nos contos kucinskianos, a referência ao período histórico apresentado pela ficção se impõe de tal forma que a tensão narrativa não advém apenas da inventividade do escritor, mas principalmente do horror da realidade evocada. Além disso, a maioria dos contos de Kucinski são mais curtos do que a média do gênero, o que tende a dificultar a exploração da complexidade dos personagens.

Quanto à narração, em *Você vai voltar pra mim* predomina o emprego da terceira pessoa. Em alguns textos em primeira pessoa, o narrador relata fatos de que ouviu falar, mas dos quais não participou diretamente. Não há nenhum caso em que uma vítima direta da ditadura, por exemplo um preso ou torturado, fale em primeira pessoa a respeito do que sofreu. Os contos tangenciam o relato direto dos suplícios e dos assassinatos: o único que aborda diretamente a tortura é o mais curto e o que intitula o livro. Essa preferência pela terceira pessoa é coerente com a imensa dificuldade, sentida pelas vítimas, de elaborar verbalmente o trauma decorrente da violência. Além disso, aponta para a necessidade do testemunho daqueles que, mesmo sem terem sido atingidos diretamente pela repressão, são solidários com as vítimas, estão dispostos a ouvi-las e a dar-lhes voz, e compreendem que a violência da época diz respeito a toda a coletividade, não apenas aos alvos diretos da repressão.

---

<sup>22</sup> O fantástico e o testemunho não são necessariamente opostos nem excludentes. Nos casos em análise, trata-se da ênfase. Kucinski também recorreu ao fantástico, conforme análise desenvolvida na seção 5.5 desta tese. Já Cortázar se preocupou com o testemunho especialmente no romance *O livro de Manuel*, de 1973 (ed. bras. 1984).

A empatia pelas vítimas aparece sobretudo no emprego recorrente de dois recursos formais: o amplo uso do discurso indireto livre e dos diálogos. Por meio do primeiro, o narrador recusa uma postura imparcial e indiferente em relação aos fatos narrados; ao invés disso, se mostra participante do sofrimento. É o que ocorre no conto “A mãe rezadeira”, em que os sentimentos e pensamentos do preso político, assim como de sua mãe, se confundem com a narração em terceira pessoa. Em outros contos, esse recurso – que expõe a necessidade de socorrer aqueles que não têm condições de se expressar naquele momento – cede lugar ao predomínio dos diálogos. Trata-se de uma opção formal levada ao extremo, por exemplo, em “Cenas de um sequestro”, em que não há narração nem em primeira nem em terceira pessoa, mas exclusivamente conversas entre personagens, do início ao fim do conto: primeiro entre torturadores assassinos, depois entre duas assistentes sociais do abrigo para onde foram levados os filhos do casal assassinado, e por fim entre as próprias crianças, aterrorizadas por terem sido brutalmente afastadas dos pais. A voz passa dos algozes para as vítimas (as crianças), apresentando também o terrível silenciamento dos que submergiram (os pais desaparecidos).

O tempo da maior parte das narrativas é o período da ditadura. É o caso do conto “Você vai voltar pra mim”, que aborda diretamente a brutalidade da tortura, a participação das instituições militares e jurídicas no regime e o agravante da violência contra a mulher. Outros contos versam sobre o medo generalizado no período, marcado por perseguições, espionagem e delações, por um lado, e por redes secretas de resistência e proteção a possíveis vítimas, por outro. Por exemplo, “A visita do inspetor-geral” mostra a repressão na vida cotidiana por meio da burocracia, e “A suspeita” retrata o clima geral de desconfiança em ambientes universitários. Já “O garoto de Liverpool” evidencia que, para a ditadura, todos eram subversivos em potencial, de modo que qualquer pessoa podia ser posta em suspeição e corria perigo.

Não apenas as ações da repressão são apresentadas no livro, mas também as atividades das organizações de esquerda que optaram pela luta armada. Em “Recordações do casarão” dois amigos se encontram, depois de muitos anos afastados, e recordam as lutas e os prazeres da juventude. O diálogo demonstra o vigor da resistência à ditadura política, bem como ao conservadorismo moral e ao capitalismo. Por outro lado, essa conversa revela algumas contradições dos movimentos, como o autoritarismo e o machismo entranhados nas próprias organizações de esquerda. Algumas fragilidades da luta armada aparecem também em “A troca” e “A lista”, que enfocam a fase da luta em que os militantes sequestravam diplomatas estrangeiros visando à libertação de presos políticos.

Outro modo de resistência era o jornalismo alternativo, que enfrentava corajosamente a censura e abrigava partidários da oposição, descrito por Kucinski em

*Jornalistas e revolucionários.* Também os veículos de imprensa ligados à militância estão apresentados nos relatos, às vezes com irreverência. É o caso de “O filósofo e o comissário”, que ironiza o dogmatismo ideológico e a subserviência a grupos comunistas estrangeiros, e de “Dr. Carlão”, que satiriza certas fontes duvidosas de financiamento da imprensa alternativa.

Mas diversos outros contos ambientam a narração em período posterior à ditadura. Em alguns, os personagens apenas se lembram do passado, já em outros se evidencia a permanência do sofrimento muito tempo depois do fim dos anos de chumbo. Nesse viés, são significativos os contos “O jogo de chá”, sobre uma mulher em dificuldades financeiras decorrentes da perseguição dos militares a todos os que participaram de um velório, e “A entrevista”, sobre o sentimento de perda vivido diferentemente por três filhas de um militante desaparecido, uma das quais sequer o conheceu. Ainda mais enfáticos são “A instalação”, em que o trauma de uma mulher que fora torturada é reavivado pela visão inesperada de um pau de arara, exposto na cozinha de uma prima recém-conhecida, viúva de um policial, e “Tio André”, que aborda o insuportável e insuperável pânico vivido por um homem torturado na juventude, depois isolado da sociedade em decorrência da experiência traumática.

Alguns contos tratam da permanência do sofrimento para as famílias de pessoas desaparecidas por ação de agentes da repressão. Esses familiares continuam impossibilitados de completar o luto por causa da inexistência de um corpo para ser velado e sepultado. São exemplares desse tema “O velório” e “Joana”. No primeiro, um pai já idoso decide finalmente realizar o funeral de seu filho desaparecido, mesmo que seu corpo nunca tenha sido encontrado, e toda a cidade comparece ao enterro. Em “Memória e ritual em ‘O velório’, de Bernardo Kucinski”, Jaime Ginzburg desenvolveu uma importante análise desse conto, discorrendo sobre a necessidade dos rituais relacionados ao luto e observando que a maneira escolhida por Kucinski para construir a narrativa “confronta uma lacuna, muito comum em textos de história ou de jornalismo sobre a ditadura militar, que consiste em captar o impacto das perdas, permitindo que os leitores possam, diante do *pathos*, ser mobilizados com empatia pelo sofrimento” (2020a, p. 117). Já no conto “Joana”, uma viúva se recusa a aceitar a morte de seu marido, já decretada legalmente, e continua buscando-o incessantemente em meio à população em situação de rua em sua cidade. Em sua análise desse conto, intitulada “Joana, de Bernardo Kucinski, e a representação dos desaparecidos durante a ditadura”, Diego Kauê Bautz observa que, “a partir de uma convincente elaboração da perspectiva de um narrador-advogado que contesta o autoritarismo e demais abusos cometidos pela ditadura, o conto ‘Joana’ constrói seus sentidos pela oposição entre justiça e injustiça” (2021, p. 37). Em *Formas de esquecer*, Nelson Martinelli Filho também analisa esses relatos e demonstra como “*Você vai voltar pra mim e*

*outros contos* estabelece a memória como elemento estrutural na condensação de suas histórias, a partir de diversas modalidades de esquecimento, revelando traumas e sintomas sociais que perduram e se repetem” (2022, p. 58). Em seu estudo, Martinelli Filho desenvolve cuidadosamente esses conceitos – além de outros, como o luto e o testemunho –, relacionando-os à análise de contos de Kucinski.

Um assunto frequentemente abordado por Kucinski, em diversas obras, é a atuação de instituições religiosas no período, especialmente a Igreja Católica e a comunidade judaica. Em *Você vai voltar pra mim*, o apoio de alguns setores da Igreja às vítimas da ditadura aparece, por exemplo, em “A beata Vavá”, em que a protagonista, para salvar a vida do filho preso e torturado, conta com o apoio de um cardeal influente entre autoridades políticas. Já a judaicidade é tematizada em “Kadish para um dirigente comunista”, em que o velório judaico de um militante já idoso ocasiona a reflexão sobre sua história e sobre as ideias religiosas tanto do falecido quanto do rabino chamado para officiar o sepultamento.

Outras questões significativas em *Você vai voltar pra mim*, embora menos explícitas, são as relacionadas ao gênero. Leandra Postay, no artigo “Violência de Estado e de gênero em três contos de Bernardo Kucinski”, analisa, nessa perspectiva, os contos “Sobre a natureza do homem”, “Você vai voltar pra mim” e “Recordações do casarão”. Ela observa que “a violência de Estado atingia tanto homens quanto mulheres, mas, contra estas, essa mesma violência assumia (como assume, nos mais diferentes cenários) frequentemente também a forma de violência de gênero” (2020, p. 5).<sup>23</sup> Em “A negra Zuleika”, o ambiente de perseguição generalizada aos “subversivos” aparece em interseção com preconceitos de gênero, raça e classe. O próprio título de “Sobre a natureza do homem” – que oscila em uma ambiguidade entre “natureza humana” e “natureza do indivíduo do gênero masculino” – antecipa uma reflexão sobre a dupla brutalidade a que a personagem é submetida: a tortura na prisão e o estupro em um hospital psiquiátrico. “Heliadora”<sup>24</sup>, por sua vez, ilustra a tendência de exclusão das mulheres nas próprias organizações de resistência, dominadas por homens que costumavam associar a bravura e o comprometimento exclusivamente à masculinidade: “sempre falavam da Heliadora. Da firmeza de suas convicções, da sua coragem nas ações. Ela é que tinha colhões, diziam brincando, pois era a única mulher a participar das ações armadas” (2014d, p. 83).

Embora masculinidade e paternidade não sejam equivalentes, ambas parecem se confundir em alguns personagens para os quais a paternidade está associada ao sentimento (ou à acusação) de culpa. Nesses casos, é difícil distinguir o limite entre a autoridade paterna, que

<sup>23</sup> A associação entre tortura e violência sexual misógina será retomada na seção 5.4 desta tese.

<sup>24</sup> Em edição posterior, no volume *A cicatriz e outras histórias*, o nome “Heliadora” foi alterado para “Dodora”.

exige cuidado e proteção aos filhos, e o autoritarismo controlador. Em “Terapia de família”, um filho acusa o pai, vítima da ditadura, de negligência e ausência. Nesse e em outros contos, Kucinski emprega a ironia “como recurso possibilitador e instituidor de uma atmosfera crítica, denunciatória e contestadora”, como observam Helena Bonito Couto Pereira e Fernanda Reis da Rocha (2022, p. 11) no artigo “O discurso irônico em narrativas curtas de Bernardo Kucinski”. Em “Pais e filhos”, os conflitos intergeracionais entre um pai conservador e um filho opositor se confundem com os posicionamentos políticos em defesa ou em repúdio à ditadura. De forma similar, em “Os gaúchos” a autoridade paterna é associada ao apoio à ditadura, e o filho, penalizado por sua atuação no movimento estudantil, acaba agradando o pai quando demonstra um comportamento considerado viril, de forma que esse pai poderia repetir o pensamento de um personagem de outro conto: “continuo em desacordo, mas respeito a macheza” (2014d, p. 74). Em nenhum outro conto, entretanto, a problematização do autoritarismo paterno, comparado ao do ditador, é mais explícita do que em “História de uma gagueira”: “o pai era um Salazar caseiro” (2014d, p. 144). Nesse texto, um jovem não se submete ao pai, cuja violência causou sua gagueira; o sintoma é superado quando o ditador Salazar é derrubado, o que corrobora a comparação estabelecida pelo narrador.

“História de uma gagueira” é o único conto de *Você vai voltar pra mim* que não se refere à ditadura brasileira: ele se concentra exclusivamente no fascismo português. Algo similar ocorre apenas parcialmente em “A Sandinista”, que trata de outras lutas na América Latina. Ambos os contos ampliam, no livro, a discussão sobre a violência, já que sinalizam que a ditadura não é fenômeno particular do Brasil, mas manifestação doméstica de autoritarismos que assumem faces diversas ao redor do mundo. Os textos reunidos em *Você vai voltar pra mim* oportunizam o debate sobre a extrema violência da ditadura, o testemunho, a memória e o esquecimento desse período, os traumas dele decorrente e a impossibilidade do luto para os familiares de muitas vítimas, conforme discussões dos próximos capítulos desta tese.

## 2.5 Rememorações da infância para novas gerações: *Imigrantes e mascates* (2016)

Em 2016, Bernardo Kucinski publica, pela editora Companhia das Letrinhas, o livro infantojuvenil *Imigrantes e mascates*. Catalogada como “memórias autobiográficas”, a narrativa se organiza em torno de recordações da infância do autor e de momentos decisivos da história de sua família. Esses relatos se fundem, ao longo do livro, com a descrição do contexto histórico que afetou profundamente a vida dos personagens, especialmente a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. O caráter autobiográfico é corroborado pelas muitas coincidências



com o relato já apresentado pelo autor em “Alguma memória” (2010).

O narrador, que está temporalmente distante dos fatos narrados, discorre em primeira pessoa sobre eventos e lugares que foram determinantes tanto para sua vida pessoal quanto para a sociedade em geral. A linha narrativa principal é a que se refere às memórias da infância do autor, que incluem histórias pitorescas (por exemplo, relatos sobre as primeiras leituras, a dispensa das aulas de religião, uma charrete puxada por uma égua e o desmanche de um morro com exploração de burricos que carregavam a terra) e descrições da vida em uma São Paulo ainda muito diferente da metrópole atual (como os trechos sobre os chacareiros que produziam verduras e legumes, o trem que passava pela avenida Cantareira e os vendedores ambulantes nos bairros afastados). Em várias passagens o narrador se afasta ligeiramente de sua história pessoal para discorrer sobre as ocupações e as preocupações de seus pais. Em meio a essas histórias, irrompem outras muito mais tensas: a memória familiar da perseguição aos judeus na Europa e dos horrores do Holocausto, a imigração dos pais e parentes para o Brasil nas décadas de 1930 e 1940 e a difícil adaptação dos judeus europeus em São Paulo. Já no primeiro capítulo, essas vertentes narrativas se misturam: “a guerra afetou profundamente minha infância devido ao morticínio dos judeus pelos nazistas” (2016a, p. 7).

As numerosas ilustrações de Maria Eugênia reforçam o conteúdo narrativo dos capítulos, contribuem para a composição dos personagens e facilitam a compreensão do texto verbal. Além disso, há muitas fotografias de outrora, em sua maioria oriundas do acervo pessoal do autor. Ele próprio está retratado quando criança, assim como os pais, irmãos, tios, avós e primos, em diferentes épocas. Também são reproduzidas imagens de velhos documentos e de paisagens antigas de São Paulo e de Wloclawek, na Polônia. Essas imagens documentais acentuam o caráter memorialístico do texto, ao mesmo tempo em que as ilustrações realçam seu caráter literário e educativo. Mas a seção “Sobre o autor”, ao final, informa que o livro é “voltado para o público jovem” (2016a, p. 79), uma ligeira contradição com o projeto gráfico do livro, típico da literatura infantil. Na verdade, o texto verbal expõe alguns fatos muito complexos, sem a necessária mediação para o público-alvo sugerido pelo aspecto visual do livro. Por exemplo, o capítulo “A prima misteriosa” termina assim:

Contudo, acabei sabendo a história da Mery, que é a seguinte: ao passar por Paris a caminho do Brasil, tia Mania visitou a irmã Guitel, que para lá havia se mudado anos antes e ficara viúva. Mania ficou chocada com a pobreza em que Guitel vivia com os dois filhos pequenos, Mery e Jacques. E propôs levar Mery consigo para o Brasil. Guitel iria depois com Jacques, assim que conseguisse as passagens. Acontece que nesse ínterim os alemães ocuparam Paris e eles tiveram que se esconder. Pouco antes do fim da guerra, alguém denunciou que havia uma judia escondida num sótão. Arrastaram Guitel e Jacques para fora e os fuzilaram na frente do prédio (2016a, p.

16-17).

Já o capítulo “Meu primeiro choque” começa com a seguinte frase: “eu devia ter uns quatorze anos quando meu primo Alberto se jogou debaixo do trem da Cantareira” (2016a, p. 73). A seguir, há um rápido resumo da história de vida do primo e um comentário sobre o acontecimento que impactou fortemente a família: “o suicídio de Alberto ficou na história de nossa família como um tabu, algo de que não se fala, ou se fala em voz baixa, ou se explica de modo um tanto especial” (2016a, p. 74). É preciso que a crítica especializada em literatura infantojuvenil discuta se essa abordagem direta é apropriada para o público-alvo do livro e se é eficaz para atingir o efeito desejado; essa discussão ultrapassa os objetivos e as competências da pesquisa proposta aqui. De qualquer maneira, é preciso já ressaltar que esse público não é homogêneo: muitas crianças e adolescentes hoje vivem em áreas de alta periculosidade e violência, ou têm condições educacionais privilegiadas, ou contam com professores qualificados para a mediação necessária entre leitor e obra, entre muitos outros fatores que afetam a recepção de um texto. Ou seja, a discussão a respeito da pertinência da linguagem empregada por Kucinski deve ser contextualizada em relação às condições objetivas de recepção. Além disso, essa discussão precisa considerar que algumas ideologias romantizam e superprotegem a infância, às vezes em contraposição a outros posicionamentos que prezam pela transmissão da memória, pela construção do pensamento crítico e por um processo educacional que auxilie o estudante a se aproximar da complexidade da história e da sociedade.<sup>25</sup>

Em certas partes, a narrativa assume um tom evidentemente didático. Após afirmar que o pai era “um ferrenho adepto dos filósofos iluministas”, Kucinski insere na narração explicações sobre Baruch Espinosa e Isaac Newton, com considerações sobre sua importância para a história da filosofia e da ciência (2016a, p. 23-24). A seguir, ao discorrer sobre as atividades políticas do pai, o narrador apresenta definições simplificadas do socialismo e do sionismo (2016a, p. 24-25). Há também parágrafos elucidativos sobre o Holocausto e sobre a Segunda Guerra, entre outros temas (2016a, p. 46, 63). Nesses momentos, o texto cede lugar a uma preocupação explicitamente pedagógica, relacionada não apenas à transmissão da memória particular, mas também à exposição da história geral. Mesmo assim, no conjunto do livro predomina a abordagem subjetiva desses temas, apresentados na perspectiva particular da história familiar. O livro oscila entre a nostalgia da infância em um mundo já perdido, a

---

<sup>25</sup> Parte das considerações dos dois últimos parágrafos foram elaboradas a partir de comentários de Mariana Passos Ramalhete (Ifes), pesquisadora especializada em literatura infantojuvenil e leitura literária na escola. Em conversas pessoais, a professora gentilmente propôs pertinentes observações sobre *Imigrantes e mascates*.

melancolia pelo sofrimento coletivo do período da guerra e a exposição de informações historiográficas que auxiliam na compreensão dessas histórias.

Como outras obras de Kucinski, *Imigrantes e mascates* é composto por fragmentos. Mesmo a narrativa da infância é episódica, sem muita preocupação com a conexão cronológica entre as partes. Principalmente quando o autor assume o lugar de testemunha da catástrofe familiar e do genocídio judaico no Holocausto, há muitos avanços e recuos cronológicos, bem como lacunas e interrupções bruscas. Por exemplo, o capítulo “Os vendedores de rua”, que relata cenas corriqueiras em um bairro afastado do centro de São Paulo, avança bruscamente para “Os dez irmãos”, em que o autor cita recortes de narrativas de seu pai sobre a infância pobre na Polônia. Em seguida, o capítulo intitulado “A ocupação russa e a ocupação alemã” percorre os conflitos geopolíticos e o sangrento antissemitismo que afetavam a Polônia na época da Primeira Guerra Mundial, a invasão alemã na Segunda Guerra, o Nazismo e o refúgio da família no Brasil. O capítulo “Minha mãe”, que inclui o relato da dizimação de sua família no Holocausto, é seguido pelo afetuoso relato “A descoberta dos livros”, sobre o hábito de leitura na infância do narrador. Essas mudanças bruscas oferecem mais do que um simples reconforto depois de uma narrativa tensa, pois sugerem um desvio do olhar: por um lado, uma inquietude ao narrar momentos felizes, interrompidos pelas lembranças de uma história difícil; por outro, uma tendência de fuga da cena do sofrimento para outra que sugere segurança e conforto.

Já no primeiro capítulo, o narrador insere, entre as lembranças de uma casa onde viveu na infância, a referência ao terror vivido pela família judaica, curiosamente empregando a primeira pessoa do plural: “talvez por causa do escuro, associo a imagem do porão à Segunda Guerra Mundial, quando, nas noites de blecaute, tínhamos que cobrir janelas com lençóis e manter a casa na penumbra, para os aviões inimigos não localizarem a cidade” (2016a, p. 7). Como ele não estava na Europa nessa época (nasceu no Brasil), a forma “tínhamos” desperta atenção: o escritor toma para si a história familiar e se torna porta-voz do testemunho dos tormentos enfrentados pelos seus parentes, compartilhados pela parte da família que estava no Brasil. Esse sofrimento não acabou com a guerra, dada a impossibilidade do luto pela enormidade do crime nazista e pela irreparabilidade das perdas. Além disso, a transformação radical e involuntária no estilo de vida foi, em alguns casos, insuportável na vida dos sobreviventes refugiados no Brasil: “o nazismo, antes mesmo de tirar a vida de tantos judeus alemães, tirou de todos eles a identidade germânica, da qual tanto se orgulhavam” (2016a, p. 73). No livro, o trauma culmina na morte da mãe adoecida pela tristeza e no suicídio do primo.

De maneira geral, o livro é principalmente dedicado ao pai, cuja história se mistura à da infância do narrador: “antes de falar de meu pai e de como ele se tornou escritor, quero

descrever os territórios de minha infância, que foram também os cenários das histórias que ele escreveu” (2016a, p. 9). Isso se percebe já na capa: *Imigrantes e mascates* quase repete o título *Imigrantes, mascates & doutores* atribuído à coletânea de contos de Meir Kucinski, traduzidos do iídiche e publicados no Brasil em 2002. Bernardo Kucinski inclusive transcreve, nesse livro infantojuvenil, longos trechos de narrativas do pai. Um conto de Meir Kucinski citado é “A prédica” (2002, p. 173-179), em que um mascate discursa na sinagoga sobre o aniquilamento dos judeus no momento em que as notícias começam a chegar a São Paulo. Outro conto parcialmente transcrito é “O fiscal” (2002, p. 41-48), que trata das dificuldades enfrentadas por um vendedor ambulante judeu nos primeiros anos de trabalho no Brasil. Também são copiados trechos de outros dois textos do pai, escritos em primeira pessoa: o primeiro sobre sua infância pobre na Polônia, retirado de um “relato datilografado” encontrado “entre seus papéis”, e o segundo sobre as ocupações da Polônia pelos exércitos russo e alemão, publicado em Tel Aviv, em 1967, pela Associação dos Antigos Moradores de Wloclawek e Vizinhança. Essas citações demonstram a importância atribuída por Bernardo Kucinski à literatura do pai no que se refere à preservação da memória familiar e coletiva e na elaboração simbólica da experiência vivida.

O leitor é informado sobre o contexto socioeconômico e cultural em que o pai viveu a infância, as atividades políticas e a prisão na juventude, o casamento, a imigração para o Brasil, o domínio da língua e da literatura iídiche, a frustração do ofício de sapateiro, o trabalho como mascate, o processo de criação literária, a compra do primeiro terreno e a progressiva melhora das condições de vida com a abertura de uma loja. O maior capítulo do livro é nomeado “As muitas vidas de meu pai”, em que são descritos seus ideais filosóficos e políticos, suas atividades profissionais e culturais, sua forma de atuação na comunidade judaica e sua postura diante do Holocausto. Essas informações são importantes não apenas para a construção do personagem neste infantojuvenil, mas também para a compreensão da problemática geral que o conjunto da obra kucinskiana aborda, especialmente no que diz respeito ao testemunho dos horrores do passado, à luta contra o esquecimento dos efeitos da barbárie, à problematização da masculinidade e da paternidade. Além disso, o personagem pai de *Imigrantes e mascates* apresenta traços esclarecedores e complementares em relação ao personagem K., do romance *K.*, já que ambos se referem diretamente à mesma pessoa real, o escritor Meir Kucinski.<sup>26</sup>

Também são importantes, no livro, as cenas relacionadas aos familiares do pai. Há relatos sobre a imigração de irmãos, primos e avós para o Brasil, por causa da perseguição nazista aos judeus. O pai, o primeiro a imigrar depois da prisão política, teve papel fundamental

---

<sup>26</sup> O capítulo 4 desta tese retoma contos de Meir Kucinski e as relações entre o escritor real e o protagonista de *K.*

no salvamento do restante da família.<sup>27</sup> Mas nem todos se salvaram: uma das irmãs foi fuzilada pelos alemães em Paris, outra irmã já “havia sido presa anos antes pela polícia polaca por suas atividades policiais e morrera na prisão” (2016a, p. 47), o irmão caçula morrera jovem por causa de um ferimento. O narrador afirma não ter ouvido essas histórias diretamente: “tudo isso eu só fiquei sabendo depois da morte de meu pai, ao mexer em seus papéis e conversar com meus primos mais velhos, porque ele mesmo nunca nos contou” (2016a, p. 48). Ainda mais sombrias, embora menos numerosas, são as histórias relacionadas à mãe e sua família: “só percebi o peso do Holocausto na minha infância depois de adulto. Era algo tão terrível que meus pais não falavam disso. Hoje, atribuo ao Holocausto as crises de melancolia de minha mãe, que nele perdeu seus pais, seus irmãos e quase todos os primos (2016a, p. 7).

Não há muitos detalhes sobre essas mortes ou sobre o decorrente sofrimento da mãe. É como se o silêncio dela a esse respeito também contagiasse a narrativa, que cala sobre algo que é tão intenso a ponto de se tornar indizível. Chamada Estera, ela era filha de um dono de mercearia, e, “depois de cursar faculdade de humanidades em Varsóvia, trabalhou como secretária de uma grande empresa” (2016a, p. 53). Casou-se com Meir e com ele teve o primeiro filho ainda na Polônia. Imigrou para o Brasil em 1936, um ano depois do marido, onde tiveram mais dois filhos: o narrador e uma menina que mais tarde “acabaria morrendo nas mãos da ditadura contra a qual lutava” (2016a, p. 74). Estera inicialmente sofreu no Brasil por não conhecer a língua portuguesa e a cultura brasileira. Mais tarde, seu sofrimento foi levado ao extremo quando começou a receber as notícias do aniquilamento de toda sua família na Europa. Também nesse caso, as informações são coincidentes e complementares em relação à personagem mãe do romance *K*. Mais uma vez, o narrador lamenta o silêncio: “minha mãe jamais falou sobre a tragédia que se abateu sobre sua família. Nem mesmo quantos irmãos e tios perdeu” (2016a, p. 54). O silêncio sobre o passado traumático e a insistência do autor em verbalizar a memória familiar são objeto de estudo mais detalhado no quarto capítulo desta tese.

O final do livro é melancólico, como é, aliás, quase toda a obra ficcional de Kucinski. O escritor opta por encerrar *Imigrantes e mascates* sem finalizar uma história completa, que não seguiu a tradicional organização narrativa (típica ainda mais em livros para crianças) em situação inicial, problema, desenvolvimento, clímax e desfecho. O último capítulo é quase todo constituído por uma transcrição de um conto autoficcional do pai, e a longa citação é interrompida com um lamento de clientes dele: “elas indagam se ele ainda é solteiro ou se já

---

<sup>27</sup> Uma discussão de problemas relacionados aos migrantes forçados e aos refugiados foi proposta por Cíntia Schwantes, Graciane Cristina M. Celestino e Júlio Edstrom S. Santos (2020) no artigo “Imigrantes e mascates de B. Kucinski: uma reflexão sobre a gravidade dos problemas de migração e refúgio na atualidade”.

é casado. Quando descobrem que teve que deixar mulher e filhos na Europa até estabelecer-se, ouve-se um suspiro geral: – Coitado, coitado...” (2002, p. 42). Assim o livro acaba.

## 2.6 A ficção diante do espelho: *Os visitantes* (2016)

O sexto livro ficcional de Bernardo Kucinski é *Os visitantes*, publicado pela Companhia das Letras em 2016, classificado no subtítulo como novela. O escritor aborda ficcionalmente a recepção de *K*. Mas não se trata simplesmente de um comentário ou uma revisão do romance anterior, com correções pontuais, e sim de uma nova tentativa de abordar o trauma, isto é, uma continuidade na busca por uma forma adequada de expressão para a dor da perda, que nunca pode ser narrada definitivamente. Nesse sentido, qualquer livro sobre os desaparecimentos e os demais crimes da ditadura seria insuficiente: é preciso continuar escrevendo, e ao mesmo tempo, é imprescindível admitir as limitações – omissões, equívocos, vazios, atos falhos – inevitáveis no processo de escrita. Em *Os visitantes*, o narrador oscila entre a defesa e a condenação do que escreveu, como se assumisse que *K*. é um livro correto e necessário, mas também se culpasse por considerá-lo inadequado, contraditório, insuficiente.

Já nas epígrafes, o livro anuncia a retomada de problemas relacionados à apresentação da busca relatada em *K*. e às complicações decorrentes desse relato. A primeira é uma citação da Bíblia: “desçamos e confundamos a língua deles, para que um não entenda o que o outro fala” (Gênesis 11,7). A referência a Babel, além de remeter à diversidade de discursos a respeito da ditadura, expressa a dificuldade em unificar falas e acordar entendimentos sobre o período. Em *Os visitantes*, isso se nota nas muitas discordâncias e desencontros entre os personagens. A segunda epígrafe, atribuída a S. Y. Agnon, afirma: “os fatos são escassos, as palavras, numerosas”, o que remete à dificuldade em elucidar o passado, ao mesmo tempo em que é necessário continuar falando dele.

A obra é estruturada pela sucessão de visitantes que procuram o autor de *K*. para apontar erros, protestar contra algum aspecto do romance ou discutir determinado ponto. Cada uma das doze partes introduz um novo personagem. O escritor protagonista é o único personagem comum a todos os capítulos; é esse recurso que, aliado à coerência temática, garante a unidade interna da narrativa. Os visitantes são os seguintes: uma sobrevivente de Auschwitz, Regina Borestein; uma das amigas íntimas da irmã desaparecida; o pai do escritor (aparece em sonho); um amigo do protagonista e colega de militância da irmã; o roteirista de TV Manuel Alves Lima; a ex-esposa do romancista; uma amiga do autor e companheira de um desaparecido, Lourdes; o jornalista Luiz de Moura (por e-mail); uma ex-aluna do Instituto de

Química; um estudante da Universidade Hebraica de Jerusalém, Joseph Gross; um amigo do escritor e ex-presos político; e, por fim, o ex-delegado e agente da repressão Carlos Batalha (por meio de entrevista transmitida pela televisão). Todos eles são recebidos na sala do apartamento do escritor, espaço exclusivo da ação. Cada um dos visitantes entra, protagoniza um diálogo e depois sai, deixando livre o lugar para o próximo. Há variação somente no breve momento em que o escritor vai ao um lançamento de livro e nos casos dos personagens que não aparecem fisicamente (o pai, o jornalista, o ex-delegado). O último capítulo é ligeiramente diferente porque, à maneira de um epílogo, é ambientado dois anos depois dos demais; nessa última parte, o narrador resume o destino de alguns personagens e conta com uma nova visita da ex-esposa.

Embora os verbos estejam flexionados predominantemente no passado, a forma narrativa cria a ilusão de que o escritor não sabe o que vai acontecer no capítulo seguinte, como se o relato fosse escrito nos intervalos entre as visitas. Vão se acumulando as questões levantadas pelos interlocutores. Em cada episódio, o anfitrião relata a conversa que teve com o visitante enquanto pensa sobre o que foi dito, elaborando assim o significado do encontro.

Essa estrutura justifica o subtítulo “novela” atribuído ao livro, que é também uma indicação do gênero textual. Como se sabe, esse termo costuma ser empregado em dois sentidos distintos. O primeiro toma a novela como um gênero de extensão intermediária, com número de páginas maior que o do conto e menor que o do romance (STALLONI, 2014, p. 110-118). Esse sentido parece servir de critério para a classificação que o autor faz de sua obra anterior, chamando-a de novela provavelmente por modéstia e pela curta extensão: “no concurso literário de Brasília, a novela nem chegou a finalista” (2016b, p. 53). Em geral, a crítica literária não segue essa classificação, preferindo considerar *K.* um romance. A segunda definição de novela é mais produtiva para o caso de *Os visitantes*: trata-se de gênero narrativo constituído por estrutura episódica, ou seja, “uma série de unidades ou células dramáticas encadeadas, com início, meio e fim”, como se apresentasse uma sequência de contos enlaçados em um conjunto (MOISÉS, 2004, p. 321). A essa pluralidade dramática se acrescenta a sucessividade: “as células dramáticas dispõem-se linearmente, uma após a outra”, de forma que “o ficcionista não esgota o conteúdo de uma unidade antes de passar à seguinte; deixa no geral uma semente de conflito, que virá a constituir o(s) episódio(s) subsequente(s)” (MOISÉS, 2004, p. 321).

É o primeiro livro em que um narrador kucinskiano usa a primeira pessoa do início ao fim. Contudo, esse ponto de vista é atenuado pelo alto número de diálogos, nos quais o discurso dos personagens é citado diretamente, mas sem uso de aspas ou travessões e sem mudanças de linhas. O escritor emprega, assim, uma forma intermediária entre o discurso indireto livre e o discurso direto. As falas justapostas de personagens diferentes geram efeitos

de fluidez narrativa e de aproximação entre narrador e personagens. Se, por um lado, há desacordo entre o que dizem, por outro, há proximidade em suas vozes, em seus anseios e preocupações, como se não se distinguissem muito bem. Isso sugere que os confrontos dos diálogos exteriorizam conflitos do narrador. Ou seja, os problemas aparecem nas conversas com os visitantes, mas já preocupavam o protagonista antes da chegada deles.

Aqui é importante propor uma ressalva: o que se afirma acima diz respeito ao narrador (o autor fictício), que não é necessariamente igual ao escritor autêntico (Bernardo Kucinski). Como são muitas as semelhanças entre ambos, é previsível que se confundam. Mas *Os visitantes* é uma obra de ficção, de acordo com a informação explícita na ficha catalográfica e com a advertência ao leitor. Esta última repete a primeira frase da advertência de K.: “tudo aqui é invenção, mas quase tudo aconteceu” (2016b, p. 9). Portanto, a novela não deve ser lida ingenuamente como expressão autobiográfica da relação direta do escritor com sua obra, e sim como ficção autocrítica, que envolve personagens imaginados e exploração criativa de recursos metaliterários. Nesse sentido, merece destaque a análise de *Os visitantes* desenvolvida por Flora Viguini do Amaral (2020b), intitulada “*Os visitantes*: autoficção, resistência e ética na novela de B. Kucinski”, que destaca o recurso do autor à autoficção e ao humor.

A distinção entre personagem ficcional (não nomeado) e autor real é corroborada por certas informações sobre o protagonista que não correspondem à biografia do escritor. Por exemplo, Kucinski não é divorciado de sua esposa, ao contrário do personagem. Outro exemplo diz respeito à queixa insistente sobre o descaso da imprensa em relação ao romance, que teria sido ignorado pelos críticos (2016b, p. 11, 21, 22, 25, 32, 40, 53, 60). No último capítulo, dois anos depois da publicação, o narrador afirma: “já havia me esquecido da novela e de tudo” (2016b, p. 76). Na verdade, K. foi relativamente bem recebido pela crítica e pelo público nesses dois primeiros anos.<sup>28</sup> Aliás, esse último ponto expõe uma contradição interna em *Os visitantes*: se o livro não era divulgado na imprensa e não era encontrado nas livrarias (2016b, p. 42), por que incomodaria tantas pessoas que procuram o autor para apresentar queixas e comentários? Ao final, o narrador conclui que aquilo que a grande mídia prefere esconder não é apenas o livro, mas o passado da ditadura: “elaborei a reconfortante teoria de que o desprezo dos jornais

---

<sup>28</sup> Ver, por exemplo, comentários críticos de Flávio Aguiar e Maria Rita Kehl publicados ainda em 2011 (disponíveis em <https://bit.ly/35JkGrD> e <https://bit.ly/34iIOBa>. Acesso em 04/03/2022). No ano seguinte ao lançamento, K. foi finalista dos prêmios São Paulo de Literatura e Portugal Telecom. Em conversa com Fabíola Padilha, Jaime Ginzburg, Maria Zilda Cury e Weverson Dadalto, Bernardo Kucinski afirmou: “o livro [K.] em geral teve uma repercussão fora do comum. Foi um livro editado por uma editora pequena, engajada, a Expressão Popular, uma editora ligada ao MST na época, a um preço barato, com ilustrações do Enio Squeff muito bonitas, e as pessoas compravam às dúzias, e um falava pro outro, né? Foi assim, foi um fenômeno”. Disponível em <https://youtu.be/6jqMK8vqYQM>. Acesso em 04/03/2022.



pela novela não tinha a ver com literatura, tinha a ver com ideologia” (2016b, p. 70). *K.* circulou e foi criticado em grupos sociais restritos, não atingindo o grande público e a imprensa convencional – recepção comum à da maioria das obras literárias de escritores brasileiros –, mas as circunstâncias foram diferentes do completo descaso lamentado pelo narrador.

A distinção difícil entre ficção e realidade vai além da autocrítica do autor. Ao longo do livro, frequentemente ressurgem o problema ético associado ao tratamento literário de fatos reais, bem sintetizados na acusação da personagem Regina: “se o senhor escritor lidou com fatos históricos tinha que ser fiel aos fatos!” (2016b, p. 15). Além do possível falseamento da realidade, suposto pela senhora Regina, há ainda o risco de que ficção seja acriticamente tomada como documento histórico incontestável, como ocorre com a personagem Lourdes, que pensou que a carta ficcional do final de *K.* fosse autêntica.<sup>29</sup> Um dos tópicos mais recorrentes em *Os visitantes* é o debate sobre a responsabilidade ética do escritor enquanto reivindica liberdade de expressão por meio da ficção. Várias vezes o protagonista recorre, em autodefesa, à liberdade criativa do ficcionista. Ele alega: “eu sou escritor, faço ficção, faço arte” (2016b, p. 73).

A dificuldade é ainda maior quando há envolvimento de pessoas reconhecíveis, como insiste um visitante: “então não faça arte com pessoas que podem ser identificadas nem com episódios que todo mundo sabe que aconteceram, faça ficção mesmo, inventada” (2016b, p. 73). No capítulo “Uma visita surpresa”, Manuel Alves apresenta a seguinte queixa: “seu livro fala de um roteirista de novelas de tevê que entregou mais de trinta e pensei que só podia ser eu” (2016b, p. 33). O protagonista promete mudar “duas palavrinhas”, numa próxima edição, para impossibilitar a identificação da pessoa a quem o livro se refere. De fato, Kucinski alterou *K.* A primeira edição diz: “um dia eu estava lendo o jornal e falei de um escritor que chegou a ser preso pelos militares e escrevia histórias para crianças” (2011, p. 107). Na terceira edição, esse trecho foi alterado: “um dia eu estava lendo o jornal e falei de um artista que chegou a ser preso pelos militares e escrevia canções para crianças” (2014c, p. 109). Essa alteração mostra que os dilemas éticos não são exclusivos do personagem, mas também do próprio Kucinski.

O último capítulo, “*Post mortem*”, transcreve uma entrevista com o ex-delegado Carlos Batalha, que revela o destino dos corpos de Ana Rosa Kucinski e Wilson Silva: eles foram incinerados em fornos de uma usina, em uma fazenda. O desfecho fica ainda mais doloroso quando se lembra que parentes de Ana Rosa foram assassinados pelos nazistas na Europa, possivelmente em fornos crematórios, como milhões de outros judeus. Mas, ao final do capítulo, surge outro entrevistado, um procurador de justiça, que coloca em dúvida a versão

---

<sup>29</sup> O estabelecimento discursivo do fato, a difícil distinção entre fato e acontecimento e o compromisso ético da ficção são problemas discutidos no quinto capítulo desta tese, que retoma a análise de *Os visitantes*.

da incineração dos corpos, sugerindo uma fraude. O personagem Carlos Batalha faz referência a Cláudio Guerra, ex-delegado do DOPS, autor do livro *Memórias de uma guerra suja*. Muitas informações do texto de Kucinski aparecem em entrevistas concedidas por Guerra ao jornalista Alberto Dines, exibidas pela TV Brasil em 2012 e 2014.<sup>30</sup> Mesmo que não seja difícil identificar esse agente da repressão, Kucinski opta por alterar seu nome ao transformá-lo em personagem. Tudo isso aponta, mais uma vez, para o tenso limite entre realidade e ficção, tanto em *Os visitantes* quanto no conjunto da obra kucinskiana.

Outras duas questões éticas merecem atenção. A primeira diz respeito à produção de literatura sobre catástrofes, um problema decisivo para o personagem K., que aparece agora na acusação de uma amiga ao protagonista de *Os visitantes*: “tinha que ser um livro sujo, como foi sujo tudo aquilo, tinha que ser como um vômito, mas você preferiu escrever um livro bonito e ilustrado por artista famoso para ganhar prêmio” (2016b, p. 18). Embora o protagonista se defenda, a acusação continua ressoando. A segunda questão é que, ao elaborar o livro, o escritor certamente ignora alguns fatos e omite intencionalmente outros. Por isso o pai, que aparece em sonho, reclama que não consta na narrativa uma viagem que fez com a filha. Tal problema, aliás, é inerente à ficção em geral, que demanda a seleção do que se vai narrar.

Um recurso narrativo muito empregado em *Os visitantes* são as alusões intertextuais. Há referências a diversos autores, como Primo Levi, Meir Kucinski, Franz Kafka, Clarice Lispector, Juan Rulfo, Chico Buarque, Julián Fuks, Fiódor Dostoiévski, Castro Alves e Enrique Vila-Matas, entre outros. Também são citados os filmes *A lista de Schindler* e *O anjo exterminador*. Por meio da intertextualidade, o autor parece procurar o apoio em outros escritores que trataram de problemas similares aos seus. Dessa maneira, busca auxílio frente à dificuldade de se expressar sobre temas delicados e traumas indizíveis.

Outro recurso amplamente utilizado por Kucinski é o apelo à metalinguagem. Em todos os capítulos está em cena o eu do autor, colocado no centro da ação dramática para discutir seus motivos e procedimentos. Inclui-se até uma menção ao mito da produção quase automática do livro: “pois saiba que a novela escreveu-se quase por si mesma, como um desses livros espíritas psicografados; e nem era novela, eram uns contos, primeiro um, depois outro, e saíam fácil, como se já estivessem prontos” (2016b, p. 18). A interlocutora ironiza: “você fala como se fosse uma galinha botando um ovo por dia” (2016b, p. 18). Além disso, nas discussões sobre os supostos defeitos do livro anterior, o que indiretamente se discute é a própria possibilidade de a literatura representar a realidade. À sua maneira, *Os visitantes* repete um procedimento

---

<sup>30</sup> Os episódios do programa *Observatório da imprensa*, em que foram exibidas as entrevistas, estão disponíveis em <https://youtu.be/ZTWbMUzA7Es> e [https://youtu.be/xOwI7Lc\\_LKI](https://youtu.be/xOwI7Lc_LKI). Acesso em 28/02/2022.

adotado por Miguel de Cervantes em *Dom Quixote* (2016), em que a segunda parte da novela ficcionaliza a recepção da primeira, de forma que os personagens – mesmo que só existam no universo da ficção – são também leitores e comentadores do primeiro livro.

Assim, o livro atinge o debate sobre as possibilidades e impossibilidades da própria arte literária. Ettore Finazzi-Agrò, em “O corpo expropriado: Bernardo Kucinski – Diário de uma perda”, observa que, “mais que o dramático fracasso da busca do pai”, *Os visitantes* revela o “aparente fracasso do filho em busca da palavra adequada para representar a verdade da violência e da repressão”: “os visitantes são os representantes e os porta-vozes emblemáticos de uma impossibilidade de restituir por completo uma verdade que foi apagada pelo poder e que também a literatura consegue representar só de forma imperfeita” (2020, p. 3).

Há momentos em que o papel da literatura é abertamente negado. A sobrevivente do Holocausto se desvencilha do livro “como quem se livra de um objeto contaminado” (2016b, p. 15). Uma amiga da jovem desaparecida não quis nem ver o livro, a outra o devolve para o escritor (2016b, p. 20). O pai, em sonho, afasta o jornal com uma crítica literária a respeito de seu volume de contos “com um gesto brusco de desagrado” (2016b, p. 21). Por outro lado, a escrita é vista como mais do que necessária: “era uma forma de sobreviver. Primo Levi também precisou escrever para sobreviver enquanto esteve preso. E Klemperer disse que só se manteve lúcido graças ao diário no qual escrevia todos os dias” (2016b, p. 30-31).

Um importante sentimento encenado pelo autor de *Os visitantes* é a culpa. No artigo “A culpa como reverso: a desresponsabilização do Estado com as vítimas da ditadura militar em *K. Relato de uma busca* e *Os visitantes*, de Bernardo Kucinski”, Lizandro Carlos Calegari e Sandra de Fátima Kalinoski observam que, nas duas obras, “o narrador e o autor não se apresentam, muitas vezes, tão somente como vítimas dos abusos do passado, mas também como se fossem responsáveis pelas dores que carregam devido às perdas e aos traumas desse passado” (2022, p. 152). Os pesquisadores enfatizam a autoacusação do protagonista de *K.* como se ele próprio fosse responsável pelo desaparecimento da filha. Em *Os visitantes*, ele volta para acusar o filho. Calegari e Kalinoski observam que tais acusações “poderiam ser lidas à luz de uma crítica direcionada ao Estado, que não assume seu ‘erro’ do passado, tampouco responsabiliza os verdadeiros culpados” (2022, p. 154). Os críticos veem na autoimputação dos familiares um efeito da falta de responsabilização e de respostas por parte do Estado: “culpar-se ou transferir a culpa ao filho seria uma forma de talvez colocar um fim ao acontecimento, mesmo que eles soubessem que o caso não havia sido completamente encerrado” (2022, p. 154).

A culpa autoatribuída pelo pai de *K.* agora domina o protagonista de *Os visitantes*. Ele frequentemente aquiesce às acusações e expressa pesar ou vergonha. O motivo mais óbvio

é a admissão (talvez por modéstia ou por autopunição) da própria falta de conhecimento: “com razão a velha me chamara de ignorante” (2016b, p. 15). Diante da repreensão do estudante estrangeiro, para quem teria sido melhor inventar um rabino mais compreensivo, o autor pede desculpas: “para falar a verdade não entendo nada de rabinos”; depois, admite: “talvez tenha forçado a barra” (2016b, p. 63). A contrição surge também quando o autor percebe que mexeu em antigas feridas alheias. Por exemplo, depois de ouvir uma das amigas de A., para quem “um livro assim precisa ser destruído”, o escritor fica desolado: “senti-me um crápula” (2016b, p. 20). Uma das principais causas de culpa do escritor é o terrível sentimento de que não lutou suficientemente ao lado dos militantes, ou não chegou ao limite do sofrimento, ou não fez tudo o que podia para salvar a irmã. É um sentimento injustificado, já que ele se empenhou tanto na resistência quanto na busca: trata-se da culpa do sobrevivente. Essa culpa, alimentada pelas vozes de visitantes, lateja nos próprios temores obscuros do protagonista, que se manifestam na acusação do pai, em sonho: “tudo isso sentimos aqui, mas você não, você estava numa boa, na Inglaterra, gozando a vida [...]. Você falhou. [...] A vida inteira você a ignorou, você e o seu irmão, ele mais ainda. [...] Você é o culpado, o único culpado!” (2016b, p. 23). Também o roteirista de TV é impiedoso: “de fato, quem é você pra julgar?! Você nunca foi torturado, nem preso foi” (2016b, p. 34). Pouco depois, o narrador se rende: “senti-me um bosta”. Frente à continuação dos relatos de tortura e das acusações do visitante, cede: “em vão, pedi desculpas outra vez e mais outra, reiteradamente” (2016b, p. 35). Há outras cenas no mesmo sentido.

A culpa do sobrevivente é tematizada pelo próprio narrador criado por Kucinski, no quarto capítulo, quando diz que sua mãe sentia culpa por “estar viva e a família toda morta” (2016b, p. 28) e que essa culpa afetava o relacionamento com a filha, concebida quando nazistas exterminavam judeus, de forma que a chegada ao mundo da criança coincidia com a chegada das terríveis notícias da Europa (2016b, p. 28). Frente à incredulidade do interlocutor, o narrador pergunta: “você não sente culpa de ter sobrevivido, com tantos de seus companheiros mortos?” (2016b, p. 28). Dessa maneira, *Os visitantes* retoma um importante aspecto de *K.*: a aproximação entre as catástrofes do Holocausto e da ditadura brasileira. Esse tema é desenvolvido também em outras passagens: a visita da sobrevivente dos campos de extermínio, a inscrição dos campos de Neuengamme e Monowitz no sonho com o pai, a conversa com o estudante israelense interessado na atuação dos rabinos durante a ditadura. Portanto, também aqui aparece um dos assuntos centrais da literatura kucinskiana: os horrores do Holocausto e seus ecos entre os judeus que viviam no Brasil.

## 2.7 A paternidade culpada: *Pretérito imperfeito* (2017)

O tema da culpa também é decisivo em *Pretérito imperfeito*, que Bernardo Kucinski publicou em 2017 pela Companhia das Letras. Nesse romance, um pai relata o sofrimento provocado pelo assolador vício de seu filho único em drogas.<sup>31</sup> A narração começa com o resumo de uma carta que o pai enviara ao filho expulsando-o de sua vida, isto é, rompendo relações com ele e explicando os motivos para essa decisão. Depois, o narrador retoma a história desde o início, quando o filho foi adotado, seguindo pela exposição dos problemas de saúde da criança e de outras cenas familiares. Também são relatados casos de racismo, o início do uso de drogas na adolescência, as tentativas de abandono do vício e as internações. Mais tarde o filho emigra para Israel, onde se consolidam as circunstâncias que motivaram a elaboração da carta inicial. Ao final, há um reencontro entre pais e filho, de forma que o relacionamento é restabelecido e se abre nova esperança de recuperação da saúde e da harmonia familiar.

Ao longo da narração em primeira pessoa, o pai parece buscar justificativas para suas próprias ações, em uma espécie de revisão crítica da história dessa paternidade. Ele tenta compreender como o relacionamento com o filho chegou ao elevado estado de tensão que culminou com o rompimento. Em algumas passagens, o pai se apoia na descrição de fotografias, estudando expressões faciais e corporais do filho e tentando lembrar-se do passado para compreendê-lo. O narrador demonstra sentimento de culpa por erros apenas conjecturados ou por desconhecimento de informações que agora julga importantes, como ocorre, por exemplo, quando afirma que ele e sua esposa nada sabiam sobre adoção e agiram impulsivamente: “se não sabíamos dos riscos nem de nada, não fomos corajosos, fomos levianos, isso sim. Irresponsáveis” (2017, p. 19). Por outro lado, ele perscruta a história do filho com a esperança de encontrar também nele sentimento de culpa, já que seu vício em drogas provocou grande dano à família. Mas nem mesmo o diário íntimo do filho demonstra arrependimento. Depois de narrar uma tentativa de tratamento intensivo em um hotel-fazenda, o pai desabafa: “intrigava-me sobremaneira sua falta de princípios e de sentimento de culpa. Nenhum sinal de vergonha ou remorso, como se não tivesse superego, ou nada mais lhe importasse” (2017, p. 72).

Portanto, o tema da culpa exhibe um elo entre *Pretérito imperfeito* e a ficção anterior de Kucinski. É necessário destacar esses elos porque, à primeira vista, esse romance parece tematicamente muito distante do conjunto, já que não trata diretamente da violência da ditadura e do totalitarismo, nem gira em torno de um crime específico. Mas as figuras paternas já eram

---

<sup>31</sup> Em mensagem particular enviada por *e-mail* no dia 16 de setembro de 2022, Kucinski informa: “embora *Pretérito imperfeito* contenha elementos ficcionais como recurso narrativo, relata fatos e situações reais”.

importantes em textos anteriores. Agora o pai é posto em primeiro plano. Isso sugere que a problematização da paternidade é um dos pilares da literatura kucinskiana. Vários personagens pais são, de alguma maneira, marcados pelo autoritarismo: em alguns casos como força autoritária, em outros como vítima do Estado ou de padrões culturais opressores. Em *K.* o protagonismo da busca é concedido ao pai, em *Você vai voltar pra mim* abundam as figuras paternas autoritárias, *Imigrantes e mascates* é todo dedicado ao pai judeu; mas nesses textos a paternidade não é centralizada por causa do contexto maior da violência. Em *Pretérito imperfeito* o tema é finalmente centralizado, o que se repetirá, de outra forma, em *Júlia* e em vários contos de *A cicatriz e outras histórias*. São personagens distintos, com características particulares, às vezes até opostas; tal pluralidade expressa tanto os múltiplos modos possíveis de exercício da paternidade quanto o conflito entre estereótipos impostos por expectativas sociais e princípios democráticos livremente assumidos. Além disso, *Pretérito imperfeito* oferece nova luz ao tratamento da violência na obra kucinskiana, já que aqui ela não mais aparece relacionada a crimes de Estado e à repressão política, como em obras anteriores, mas se mostra muito mais enraizada nas instituições e mais difundida entre os vários personagens.

Também em *Pretérito imperfeito* as epígrafes entregam pistas importantes. A primeira, retirada de Louis Aragon, afirma: “Quando se aprende a viver, é tarde demais”. Essa sentença sugere o arrependimento por erros cometidos por causa da ignorância. Como observado acima, esse é um sentimento que está na base da autoacusação do pai ao longo do livro. Mas é também uma acusação ao filho, que, na visão do pai, não sabe viver e desperdiça a própria vida. A segunda citação, atribuída a Isak Dinesen, poderia servir também a outros livros de Kucinski: “Todas as dores podem ser suportadas se você as puser numa história ou contar uma história sobre elas”. Aqui a escrita é explicitamente tomada como estratégia de resistência diante de um enorme sofrimento.

Em várias passagens o narrador menciona traumas, os quais são aqui bem distintos daqueles originados por eventos-limite como o Holocausto e a ditadura. Não obstante, os traumas do filho relacionados ao vício não deixam de mostrar um problema coletivo quando se considera que o uso compulsivo de drogas destrutivas é equivocadamente enfrentado pelo poder público como problema moral ou de segurança, ao invés de ser tratado como um efeito da ordem social e uma demanda de saúde pública. O narrador se refere também aos supostos traumas do filho causados pela adoção, pela amamentação com mamadeira, pelos aparelhos ortopédicos usados na primeira infância e pelos episódios violentos de racismo. Em algumas passagens, ele disserta como um estudioso: “o cérebro, dizem os neurologistas, retém para sempre traços de traumas, até mesmo da fase uterina [...]. E a memória traumática, mesmo a mais remota,

intromete-se no comportamento presente (2017, p. 27). Esses traumas são reafirmados frequentemente pelo narrador, que busca explicações e justificativas para o comportamento do filho. Entretanto, não é apenas o filho o traumatizado: os pais também sofrem imensamente por causa do vício, que os obriga a abrir mão de suas expectativas e a enfrentar uma realidade diferente daquela que foi sonhada. A expulsão do filho, relatada no início, é traumática também para o pai, e só acontece depois de uma escalada de padecimentos. É especialmente para elaborar o trauma dessa carta que o pai escreve sua narrativa.

Além do relato pessoal do pai, o romance inclui capítulos com outras vozes narrativas, tipograficamente separados dos demais pelo uso de fontes diferentes. Destacam-se os capítulos dedicados à mãe, que apresenta um ponto de vista alternativo ao do narrador e corrige interpretações e omissões. Os relatos da mãe, que parecem ter sido escritos depois da finalização da narrativa do pai, soam como um comentário crítico de uma leitora, não apenas como voz de uma personagem. Nesses capítulos também há relato de médico, notícias jornalísticas, sentença judicial, interrogatório policial e entrevista com psicanalista. Somente neles há diálogos, ausentes na narrativa principal, em que o narrador monopoliza o discurso.

Quando o pai fala, oscila entre o exercício da autoridade e a insegurança na paternidade: ele não entende se deveria ter sido mais severo ou mais afetuoso, mais forte ou mais compreensivo. As ausências em momentos importantes da vida do filho, a começar pelo dia da adoção, são compensadas pela presença angustiada em outros episódios, como o do desaparecimento noturno e o da prisão em Israel. As contradições também se projetam sobre o filho, ora visto como uma criança talentosa com um futuro promissor, ora como um jovem desprezível que perde todas as oportunidades. Debatendo-se continuamente entre a credulidade e o ceticismo, o pai chega ao extremo: “confesso que já o quis morto”. A seguir, pergunta: “para que serve um filho desses?” (2017, p. 131-132). A palavra “servir” pode mostrar um ato falho: o que significa que alguém deve servir para alguma coisa? A relação com um filho se mede em termos utilitários? O filho deve atender à expectativa prévia do pai e colocar-se a seu serviço? No percurso dos personagens, é o pai que relata servir ao filho o tempo todo, socorrendo-o e auxiliando-o, mas isso ocorre em um processo complexo, que gera frustração e tristeza.

Os episódios de atenção carinhosa se alternam com os de violência. Duvidoso de sua atuação, o pai mais de uma vez ultrapassa o limite entre o exercício da autoridade e o autoritarismo. Isso começa quando o filho é ainda bem pequeno: “porém as palmadas nunca se apagaram da minha memória, tampouco o remorso, porque bati forte e ele era tão franzino que temi ter lhe quebrado os ossos” (2017, p. 35). A reação à expulsão do colégio também foi violenta: “ao se acercar, desferi-lhe um soco no nariz. [...] Não dei o soco por causa da maconha,

embora dela não gostasse, dei pela sua idiotice, por ter jogado fora a oportunidade de uma formação diferenciada” (2017, p. 53). E é autoritária – embora extravase um desejo desesperado de salvação – a ameaça derradeira: “eu lhe disse: enquanto estiver se tratando, conte com meu apoio; se desistir, esqueça que você tem pai” (2017, p. 135).

A intertextualidade é amplamente empregada em *Pretérito imperfeito* para reforçar a imagem da autoridade paterna. O narrador fala como um intelectual que estuda os problemas abordados na história e acumula autoridade teórica para discorrer sobre eles. Além de referências a filmes e documentários, há muitas alusões a autores teóricos das áreas da psicologia, da sociologia e da literatura. São citados, por exemplo, Eduardo Sá, Michel Soulé, Sigmund Freud, Melanie Klein, Jean Piaget, Bruce Perry, André Green, Charles Baudelaire, Michel Foucault, Fiódor Dostoiévski e Fernando Pessoa. Enquanto o narrador cria para si mesmo a imagem de um intelectual com cultura acadêmica, o filho é caracterizado como alguém que não se interessa por estudar e só lê livros espíritas, depreciados na narração.

Um dos temas estudados pelos autores mencionados é a adoção. O narrador assume um tom ensaístico nas passagens em que a aborda diretamente. Ele diz que frequentemente os motivos para a adoção são a caridade ou o interesse próprio e não o oferecimento de uma família protetora a uma criança desamparada: “adota-se para fugir a um luto, para compensar uma perda, para salvar um casamento, ou por uma combinação desses motivos”. No parágrafo seguinte, acrescenta: “há quem adote tão somente para assegurar amparo na velhice” (2017, p. 17). Essa busca tardia por motivos, inserida no texto logo após a carta de expulsão, revela que o pai tenta combater a ideia assustadora de que a adoção foi um erro para todos. Essa adoção, de fato, não foi pensada a partir da vontade de oferecer um lar a uma criança, mas como substitutivo a uma gravidez impossível: “queríamos um filho, mas passaram-se anos sem que ela engravidasse. Se tivesse engravidado, jamais teríamos adotado. Simples” (2017, p. 29).

Além de suas próprias perguntas, o pai especula também sobre as possíveis angústias existenciais do filho, que teriam sido acarretadas pela adoção: “é como se ele se sentisse um clandestino no navio da existência, um viajante ilegal, um passageiro sem bilhete que precisa se esconder até o final da travessia” (2017, p. 42). Em um dos capítulos finais, o narrador faz mea-culpa por recorrer à ilegalidade da adoção “à brasileira”:

Um médico amigo escreveu um atestado de parto em casa. Com esse papel fraudulento, obtivemos seu registro de nascimento como filho consanguíneo, suas matrículas escolares e sua caderneta de vacinação. Tudo falso, por vício de origem. Adulto ele procedeu do mesmo modo, tirando sua cédula de identidade, sua carteira de trabalho e seu passaporte (2017, 137).



Somente no último capítulo o filho começa a fazer perguntas sobre sua origem, seus pais biológicos e os processos de adoção. Em tudo isso, o que ocorre não é simplesmente um ato de violência dos pais, que agiram com bons propósitos, mas sim uma manifestação da cultura de ilegalidade enraizada na sociedade brasileira, que tolera circunstâncias em que até um ato essencialmente amoroso e generoso, como a adoção, pode ser delineado pela violência.

Pouquíssimo espaço é concedido à mãe na narração da vida familiar. Ela esteve sozinha durante a adoção e em outros momentos da vida do filho, mas, frequentemente apagada pelo narrador, toma a palavra somente nos trechos em que fala em primeira pessoa. O romance tende a reforçar alguns estereótipos sexistas, em que o pai é mais associado à moral e à disciplina, enquanto a mãe é mais caracterizada por atitudes compreensivas, tolerantes ou acolhedoras. Por exemplo, ela diz: “não me identifico em nada com essa carta, com esse rancor todo, essa amargura; ao contrário, quando fecho os olhos e penso nele, o que vejo é uma criança doce, amorosa” (2017, p. 12). De maneira geral, o comportamento dela é mais cuidadoso e atencioso em relação ao filho, mesmo que o pai muitas vezes também adote postura similar. Curiosamente, para descrever um momento em que carrega com carinho o filho agarrado em seu colo, o pai recorre a um comportamento que supõe ser instintivamente materno: “a imagem que me ficara era a de um filhote de macaco grudado na mãe como se vê nos documentários da BBC” (2017, p. 35). Talvez por isso, nas linhas finais do romance, o filho fale com a mãe sem mencionar o pai, que estava ao lado: “sabe, mãe, [...] eu nunca tive problema com adoção, porque nossos espíritos já se conheciam desde antes. Eu sempre tive você como minha mãe; quando a gente andava de mãos dadas e os outros falavam, eu até estranhava eles falarem” (2017, p. 150). A história acaba aí, sem que ele diga algo parecido para o pai.

O lugar concedido ou recusado à mãe mostra, mais uma vez, a difusão da violência entre os personagens do romance, sem que se distingam bons e maus, algozes e vítimas. O próprio pai intui algo parecido no episódio da expulsão da escola, ao comentar: “violência com toques de hipocrisia”, “a hipocrisia estava em toda parte” (2017, p. 55). Enfatizando essa observação, logo a seguir há uma notícia com o relato da tortura e do assassinato do diretor da escola, um crime provavelmente motivado por extorsão e possivelmente relacionado à repressão homofóbica. Até a medicina é ligada à possibilidade sutil de violência: “um deles sugeriu interná-lo como psicótico, valendo-se do poder que a sociedade outorga ao médico. Disponha de uma equipe de brutamontes pronta para agarrá-lo” (2017, p. 72).

*Pretérito imperfeito* mostra a generalização sutil da violência especialmente quando trata do uso indiscriminado de drogas. Ofertas terapêuticas fraudulentas podem disfarçar práticas violentas com aparências de boas intenções, atenção moral ou religiosa, pseudociência.

Em geral, o narrador tangencia os debates teóricos e políticos sobre a legalização das drogas e as possibilidades de seu consumo recreativo e seguro, as diferenças em políticas de enfrentamento como questão de segurança ou de saúde pública, ou ainda as pesquisas científicas mais avançadas sobre os efeitos de drogas muito diferentes entre si. O que ele relata é o efeito devastador do vício sobre a vida dos envolvidos. Ao fazer isso, por um lado evidencia o erro de “uma cultura moralista muito arraigada que considera a dependência em psicotrópicos uma falha de caráter” (2017, p. 115); por outro lado, ele mesmo tende a repetir o erro.

O pai também expõe, em diversos episódios da *via crucis* familiar, os estigmas e o preconceito em relação ao dependente, o despreparo generalizado para tratar do problema e o charlatanismo de alguns profissionais da saúde e clínicas de recuperação. Ele nota a escassez de instituições realmente preparadas para o acolhimento competente e o tratamento eficaz do filho. Depois compartilha seus estudos com o leitor, assumindo um tom francamente didático nos capítulos expositivos em que descreve características e efeitos das drogas, notadamente a maconha, o álcool, o crack e as anfetaminas (2017, p. 59-61; 67-68; 78-79; 121-122). Esses e outros aspectos do romance são discutidos no artigo intitulado ““Para que serve um filho desses?”: Breve leitura de *Pretérito imperfeito*, de Bernardo Kucinski”, de Edinael Sanches Rocha (2019), que interpreta *Pretérito imperfeito* discutindo a adoção e a dependência química a partir de conceitos da psicanálise.

Outra forma de violência abordada pelo romance é o racismo, que se manifesta desde a primeira infância do filho, quando uma atendente faz cara de nojo ao constatar que o bebê iria “negrejar”. Episódios de racismo explícito são narrados em uma sequência concisa:

Certa vez, na praia, desentendeu-se com um garoto e a mãe do menino o chamou de bandido, mulato sem-vergonha. Em outra ocasião, num momento em que a mãe entrara numa loja de shopping e ele ficara só no corredor, o vigilante o arrastou a uma saleta escura e o tratou como ladrão. Depois disso, evitava ir desacompanhado ao mercadinho do bairro. Será que a conversa flagrada no instantâneo versava sobre um episódio desse tipo? Incidentes assim se tornaram frequentes depois que se completaram suas feições. Adulto, ao dirigir o carro da mãe, era frequentemente abordado pela polícia. Certa vez em que ficou só ao lado do carro, aguardando a mãe que entrara no consultório médico, dois policiais surgiram do nada e o renderam com pistolas em punho (2017, p. 43-44).

A brutalidade do racismo é exposta sem rodeios. O filho, como quase toda a população negra no Brasil, precisa enfrentar a constante suspeita de associação à criminalidade e provar previamente a própria inocência. Sem os privilégios concedidos aos brancos, exige-se que ele desenvolva competências acima da média, já que seus erros e dificuldades não serão facilmente perdoados: “talvez eu já cogitasse que nesse mundo prenhe de racismo ele precisaria

de recursos extras de sobrevivência” (2017, p. 46). Mas, imediatamente a seguir, ao referir-se a ele como “mestiço”, o próprio pai narrador reproduz uma expressão geralmente associada ao racismo: “um mestiço de negro que estudou nos Estados Unidos e fala inglês não é um mestiço qualquer” (2017, p. 46-47).

De fato, o narrador também não está isento de racismo, mesmo sendo pai de uma criança negra. Ao descrever o filho, emprega um termo frequentemente usado em sentido pejorativo: “aos quatro anos, era um mulatinho” (2017, p. 24). Ele não esconde isso; ao contrário, assume seu racismo no episódio do sumiço noturno do filho. Sem saber o que havia ocorrido, a primeira suspeita do pai é abertamente racista: “saiu para surfar e não voltou. As hipóteses mais loucas me assaltam. Em todas, a presença do caseiro do vizinho, um negro retinto com olhos sanguinolentos de bêbado. Via-se que tinha ódio do menino” (2017, p. 49). Embora o empregado não apresente nenhuma evidência de ter cometido qualquer ilegalidade, o narrador insiste em descrevê-lo como um criminoso invejoso, que decepa cabeças com um facão, esconde corpos numa vala lamacenta, assassina crianças em rituais de magia. Ao final, admite que o caseiro não apenas era inocente, mas completamente alheio ao desaparecimento do garoto: “súbito, me dou conta da estupidez de minhas suspeitas” (2017, p. 52). O texto mostra que a violência racista não é simples atributo individual, mas está disseminada em toda a sociedade, mesmo naqueles personagens supostamente esclarecidos e bem-intencionados.

Um último ponto a ser destacado em *Pretérito imperfeito* é a relação do autor com a judaicidade. Nas obras anteriores, a ênfase recaiu na ancestralidade dos pais imigrantes e dos avós judeus. Nesse livro, o filho é que emigra para Israel. Mas o tema não é pacífico no livro, já que o narrador, descendente de libaneses, tende a simpatizar com os palestinos. Um de seus documentários “foi criticado pelas lideranças palestinas por não enfatizar o conceito de nação palestina e pelas lideranças da comunidade judaica por dramatizar o sofrimento de milhares de famílias palestinas vivendo até hoje em campos de refugiados” (2017, p. 82). Dessa forma, o conflito no Oriente Médio aparece como pano de fundo no livro. Ao escolher elaborar assim seu personagem, Kucinski expõe uma hesitação de muitos intelectuais descendentes de judeus em apoiar ou criticar as políticas contemporâneas do Estado de Israel. Mostra também que a judaicidade não é ponto pacífico em sua literatura: a história, as tradições e os sofrimentos da família e do povo são sempre lembrados e valorizados, mas o nacionalismo israelense e a religião judaica tendem a ser recusados pelos personagens.

## 2.8 Retorno do passado e totalitarismo distópico: *A nova ordem* (2019)

Em 2019, Bernardo Kucinski publicou *A nova ordem* pela editora Alameda.<sup>32</sup> Nessa distopia, o Brasil é tomado por um regime totalitário que instaura uma atroz dominação política e social baseada no terror generalizado, no implacável controle ideológico e no genocídio de quase metade da população. A primeira frase do romance o sintetiza incisivamente: “Anoitece”. Segue-se o relato desse longo anoitecer, uma espécie de idade das trevas que se apodera gradativamente do mundo. A história, iniciada depois da instalação da Nova Ordem no país, apresenta o processo de endurecimento do regime: começa com a execução de professores universitários, segue com o aperfeiçoamento das torturas e assassinatos, culmina no extermínio de amplos contingentes populacionais (especialmente dos opositores, dos pobres e de grupos minoritários) e finaliza com a descrição de uma sociedade já totalmente subjugada, em que até os sonhos e os desejos humanos são controlados.

A ficção é um meio empregado pelo escritor para reagir à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, ocorrida no final de 2018. Isso é declarado na última página do livro, junto às informações editoriais: “esta obra foi impressa em São Paulo em 2019, primeiro ano de governo do presidente Jair Bolsonaro, apologista da Ditadura Militar Brasileira” (2019, p. 180). De fato, Bolsonaro inúmeras vezes exaltou a ditadura e lamentou que a enorme violência praticada pelos militares nesse período não tivesse sido ainda maior.<sup>33</sup> Durante o golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff, o então deputado federal Bolsonaro dedicou seu voto a Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI e responsável pelo comando de torturas e assassinatos.<sup>34</sup> Também o líder da terrível ditadura chilena, Augusto Pinochet, foi elogiado por Bolsonaro.<sup>35</sup> Declarações e episódios desse tipo são frequentes em sua trajetória e se converteram em práticas autoritárias de ataque à democracia e de exaltação de múltiplas formas de violência. Empossado, Bolsonaro montou um governo com perfil político fortemente reacionário e autoritário, com discurso de falso moralismo e com constantes ataques às políticas de inclusão e de redução de desigualdades.<sup>36</sup> A eleição de Bolsonaro

---

<sup>32</sup> Lamentavelmente, houve descuido editorial na revisão ortográfica das cinco últimas publicações de Kucinski (2019, 2020, 2021, 2022, 2023). Nesses livros, há erros superficiais de pontuação, acentuação gráfica e digitação. Embora não comprometam a qualidade dos textos de Kucinski – muito atencioso à sintaxe, à forma e ao estilo –, as incorreções podem desviar a atenção do leitor. Por isso, nesta tese, as citações diretas corrigem tais problemas sempre que as mudanças não criam nenhuma alteração de sentido.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, reportagem da *Folha de S.Paulo* disponível em <https://bit.ly/3wkxksd>. Acesso em 19/03/2022.

<sup>34</sup> O vídeo pode ser encontrado em <https://bit.ly/37ILbKq>. Acesso em 19/03/2022.

<sup>35</sup> Por exemplo, ver reportagem da *BBC Brasil*: <https://bbc.in/3JortWM>. Acesso em 19/03/2022.

<sup>36</sup> Por exemplo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, declarou: “não se assustem então se alguém pedir o AI-5. Já não aconteceu uma vez?”. Disponível em <https://bit.ly/2P4oRTK>. Acesso em 19/03/2022.

autorizou e incentivou frequentes atos de violência nas mais variadas circunstâncias, e impulsionou o avanço do neofascismo e de formas opressoras de conservadorismo moral.

Os traços distópicos da própria realidade sociopolítica se exacerbaram a partir de 2018. Nesse contexto, a ficção serve, para Kucinski, como uma forma de elaboração simbólica desse momento da história brasileira e de intervenção artística sobre ela: a literatura kucinskiana evidencia sua face política, já inegável desde os primeiros textos. O gênero literário escolhido – o romance distópico – está relacionado à observação atenta dos rumos tomados pela sociedade brasileira no momento da produção do livro. Por meio dele, Kucinski não apenas elabora os temores em relação ao futuro, mas também compõe uma espécie de caricatura do presente. De fato, as leis da Nova Ordem, resumidas em muitas notas de rodapé, são todas datadas de 2019, e não num futuro longínquo, como costuma ocorrer em obras do gênero. A ficção funciona como instrumento de análise da realidade, exagerando seus piores traços e alertando para as tenebrosas possibilidades futuras se as tendências contemporâneas não forem controladas.

Esses aspectos são muito destacados na recepção crítica de *A nova ordem*: quase sempre os aspectos distópicos desse romance são relacionados, nas análises, ao avanço da extrema-direita, ao panorama político posterior à eleição de Jair Bolsonaro e à emergência de práticas autoritárias e fascistas no Brasil. Também são marcados, nos estudos, a falta de elaboração da memória coletiva em relação à ditadura militar, os discursos negacionistas e o perigo de instalação de um novo regime autoritário. Ou seja, de maneira geral, a obra ficcional é lida como meio para a interpretação da atualidade. No ensaio “Literatura y política en Bernardo Kucinski”, a partir de uma comparação com o romance *K.*, Jaime Ginzburg demonstra que, “de un modo difuso y fragmentado, *A nova ordem* presenta una especie de catálogo de elementos de la política brasileña reciente” (2019, p. 86). Ginzburg propõe outra pertinente análise do romance em “Tempos de ‘razão humana’ em *A nova ordem*”, afirmando que “o cotejo entre referências factuais e o discurso ficcional sugere uma intersecção entre o autoritarismo do atual governo e a política totalitária do general Fagundes” (2020b, p. 301). Márcio Seligmann-Silva, em “Pensando o tempo na *Nova Ordem*”, afirma que “a técnica literária de Kucinski aqui nessa obra consiste em duplicar a realidade para provocar um estranhamento. [...] A duplicação irônica permite um distanciamento crítico, estranhar o estranho, ou seja, a naturalização da barbárie” (2019, p. 7).<sup>37</sup> Uma análise da obra foi ainda proposta no ensaio “A permanência do passado e o silenciamento das vítimas do autoritarismo

---

<sup>37</sup> Redigido logo após o lançamento da distopia kucinskiana, esse estudo de Seligmann-Silva foi depois retomado, com alterações, no capítulo “Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento”, do livro *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico* (2022).

em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski”, de Weverton Dadalto e Fabíola Padilha (2020).<sup>38</sup>

A obra de Kucinski se associa a outras distopias, caracterizadas por acentuar tendências contemporâneas que ameaçam a liberdade, destacar na sociedade o lado assombroso de utopias desenvolvimentistas e totalizantes, denunciar os danos previsíveis no caso de vitória de certas tendências latentes no presente, mobilizar um “pessimismo ativo” contra o advento do pior e enfatizar “os processos de indiferenciação subjetiva, massificação cultural, vigilância total dos indivíduos, controle da subjetividade a partir de dispositivos de saber” que já se observaram no século 20 (HILÁRIO, 2013). As epígrafes de *A nova ordem*, retiradas das distopias de Aldous Huxley e George Orwell, comprovam essa filiação literária.

O mundo imaginado por Kucinski é excelente para os detentores do poder militar e econômico num Estado hipercapitalista. Afinal, a distopia de uns é a utopia de outros: os personagens que têm voz no romance são os beneficiados pelo sistema, à custa do silenciamento e da aniquilação dos oprimidos. Concebida como uma sociedade completamente vigiada, em que qualquer cidadão pode ser um espião a serviço do governo, a Nova Ordem é inspirada nos pesadelos totalitários de regimes históricos como aqueles liderados por Stalin e Pinochet (2019, p. 29, 63, 65). Analogamente ao que ocorreu nesses regimes, na Nova Ordem são exterminados todos os opositores (reais ou potenciais), bem como qualquer pessoa que ofereça algum mínimo incômodo à política e à ideologia totalitária (2019, p. 66-69, 123-129). No final, mesmo os partidários do regime estão programados para obedecer acriticamente (2019, p. 159, 163). Num mundo assim, os ditadores ficam desimpedidos para dominar e para favorecer seus protegidos, e os dirigentes do capitalismo não encontram barreiras que os impeçam de explorar.

Isso explica por que os personagens que protagonizam a maior parte da narrativa são representantes dos dominadores, e não dos dominados: ao contrário do que ocorre na grande maioria das obras de Kucinski, em *A nova ordem* não são as vítimas da violência que ocupam o primeiro plano, e sim os vencedores. Essa escolha é coerente com o mundo narrado: as vítimas são aniquiladas, definitivamente silenciadas. Os líderes da Nova Ordem são os protagonistas: o capitão Ariovaldo (depois major), médico torturador; o general Lindoso Fagundes, presidente do Alto Comando e autoridade máxima do regime; o Major Humberto (depois coronel), chefe de Ariovaldo. Marilda, a esposa de Ariovaldo, apresenta a um só tempo os grupos sociais

---

<sup>38</sup> Nesse sentido, são ainda relevantes os seguintes estudos: “‘Não sonho mais’: autoritarismo e corpos submissos em *A Nova Ordem*, de B. Kucinski”, de Flora Viguini do Amaral (2020a); “Tudo é invenção, mas quase tudo está acontecendo: B. Kucinski e *A nova ordem*”, de Thaís Sant’Anna Marcondes (2020c); “Distopia e hibridismo em *A Nova Ordem*, de B. Kucinski”, de Fernanda Nunes de Araújo e Paulo Alberto da Silva Sales (2021); “Discurso político em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski”, de Patrícia Martins Alves do Prado, Fernanda Nunes de Araújo e Karla Nunes de Souza (2021); e “Distopia e gêneros narrativos: a hipertrofia do presente”, de Vera Lúcia Follain de Figueiredo e Eduardo Miranda Silva (2022).

favorecidos pelos poderosos e a posição submissa da mulher no novo regime; adúltera, ela também é um ícone do falso moralismo e da hipocrisia das lideranças.

As ações de resistência, no romance, são representadas por três irmãos de Marilda: a freira Maria Aparecida – uma personagem quase ausente, embora emblemática da perseguição aos opositores do regime –, o catador de lixo Angelino e o sargento Messias. Angelino resiste sobretudo recusando-se a acatar os valores da Nova Ordem e lendo livros proibidos e descartados. Quase em um acaso, ele protagoniza o maior ato de resistência da trama ao disparar o tiro que mata o general Fagundes, no final. O sargento Messias, por sua vez, é agente do regime e investiga religiosos simpáticos aos opositores, mas depois deserta e some: a confissão dos crimes e o descumprimento das ordens são também formas de resistir. Há ainda o padre dominicano Bartolomeu, que ouve a confissão de Messias e colabora com a resistência.

Entretanto, os demais líderes dos opositores e os militantes engajados na oposição sequer são nomeados: eles são designados genericamente como utopistas. O nome, que oferece o contraponto à distopia da Nova Ordem, revela os ideais de superação das injustiças, libertação da exploração econômica e instalação de uma nova sociedade. Os utopistas estão, portanto, do lado dos vencidos, daqueles cujos sonhos foram reprimidos. Sintomaticamente, o maior plano científico de Ariovaldo é capturar o conteúdo dos sonhos dos utopistas, que assustam e ameaçam a Nova Ordem. Com isso, seria possível desbaratar de vez seus projetos, considerados subversivos. As ideias utopistas são distópicas para os dirigentes da Nova Ordem. Ariovaldo não tem sucesso em suas pesquisas, mas os utopistas são eliminados depois das instalações de chips nas pessoas e da configuração de uma sociedade programada para obedecer: “na Nova Ordem as pessoas tinham deixado de sonhar” (2019, p. 176).

Paralelamente à narrativa, há outro discurso simultâneo: ao longo do livro, o escritor insere numerosas notas de rodapé, que expõem os éditos da Nova Ordem, ou seja, as decisões e as leis promulgadas autoritariamente pelo regime. A maioria dos éditos trata de questões econômicas voltadas para o favorecimento dos interesses capitalistas, para a extrema precarização das relações trabalhistas e para a extinção de programas de proteção a grupos populacionais vulneráveis. Esses éditos incluem, por exemplo, a privatização das empresas estatais, o fim do programa Bolsa Família, a criação compulsória de contas e empréstimos bancários, a extinção da Justiça do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego, a erradicação de quilombos e reservas indígenas. Outros éditos definem os mecanismos de repressão, que incluem a perseguição a movimentos sociais, a proibição completa de atividades políticas de oposição e a criação de uma ampla rede de espionagem e delação. Há ainda éditos regulamentadores da cultura, dos costumes e da religião, que determinam, por exemplo, o

descarte obrigatório de livros (excetuando-se a *Bíblia*), a censura rigorosa a canais de comunicação e à produção de obras artísticas, a regulamentação das roupas femininas, a oficialização da Igreja Universal do Reino de Jesus como religião da Nova Ordem e a proibição de religiões de matriz africana. Alguns éditos antecipam medidas que depois o governo Bolsonaro de fato implantou ou tentou implantar; outros exacerbam tendências políticas e ideológicas radicalizadas no Brasil especialmente na última década.

Esses éditos descrevem um regime retrógrado, empenhado em promover um retorno ao passado. Muitas medidas da Nova Ordem extinguem instituições ou anulam avanços sociais conquistados no período democrático. Paradoxalmente, o romance kucinskiano aponta, por um lado, para um futuro hipotético e assustador; por outro, esse futuro se constitui como retrocesso. O presente narrativo (cujo início coincide com o presente extraliterário, o ano de 2019) é uma mescla aterradora do futuro imaginado com o passado conhecido. O período da ditadura militar é o que retorna mais violentamente. Não por acaso, a imagem de um militar na capa de *A nova ordem* reproduz uma ilustração de Enio Squeff que integra a primeira edição de *K.* (2011, p. 140). A Nova Ordem eleva a novos níveis as práticas da ditadura, como o emprego sistemático da tortura, a união entre poder militar e capitalista, a proibição ao dissenso, a censura à imprensa e às artes, o pseudomoralismo opressor.

Outra forma de violência herdada da ditadura é a brutal desigualdade de renda e de oportunidades que, associada à subserviência às instituições capitalistas, generaliza a fome, a miséria, a exclusão e o subdesenvolvimento entre a população desprotegida. Tal sistema socioeconômico tem raízes em períodos muito anteriores à ditadura – nos longos séculos de escravidão, opressão e exploração de grandes contingentes populacionais minorizados –, mas a política econômica do regime militar o fortaleceu. Portanto, os cenários de crianças esmolando nos cruzamentos e de grupos de retirantes que buscam refúgio nas grandes cidades, comuns na Nova Ordem, superdimensionam aspectos sócio-histórico da realidade brasileira. Na ficção, esses grupos serão depois usados como cobaias ou simplesmente exterminados em campos de concentração. Juntamente com os pobres, são enviados também para o extermínio “outras categorias de indesejáveis”, que incluem homossexuais, transexuais, “os drogados, os aleijados, os cegos, os doentes mentais, os portadores de síndrome de Down, esses inúteis todos, um grupo de cada vez” (2019, p. 125). Essas ideias não são simplesmente fantasiosas porque repetem eventos reais, como os da Alemanha nazista ou do Chile de Pinochet. Tais problemas estão vinculados à permanência de uma ordem econômica originariamente escravista e ao grande poder concedido ao sistema bancário; em outras palavras, “um estado excitado do capitalismo que se manifesta sempre que é preciso refrear os avanços do povo” (2019, p. 15).



Resta ainda comentar alguns temas recorrentes no conjunto da ficção de Kucinski, agora salientados em *A nova ordem*. Um deles é o posicionamento irreverente dos narradores em relação à psicanálise. Na distopia, o psiquiatra Ariovaldo emprega conceitos desse campo em seu projeto de capturar sonhos; ele próprio sonha em ser “o Freud da Nova Ordem” (2019, p. 146). Além disso, ele cria o “psicanalista-informante”, um analista espião do regime: “sabe que boa parte dos utopistas faz análise. Virou moda nas classes média e alta” (2019, p. 74). Essa ironia resulta de um posicionamento ambíguo na literatura de Kucinski: se, por um lado, em várias obras se nota um interesse (explícito ou não) pelos conceitos da psicanálise, por outro há também certo descrédito de analistas e de procedimentos terapêuticos em contos de *Você vai voltar pra mim* e em *Pretérito imperfeito*, por exemplo.

Outro tema retomado em *A nova ordem* é a discussão sobre o lugar social da ciência: a favor de quais interesses ela atua? Esse era um dos principais problemas de *Alice*. Agora, Ariovaldo tenta dar cientificidade à tortura e à repressão, dissimulando com método o que é pura barbárie. Suas pesquisas demonstram que nem sempre a ciência é usada com propósitos humanitários, em favor de supostos progressos da sociedade e de melhorias das condições de vida; em vez disso, ela pode estar a serviço de interesses de grupos dominantes, atrelada a suas ideologias, favorecendo recaídas na barbárie. A ideia de progresso se mostra ilusória. As universidades, principal lugar da pesquisa científica no Brasil, são apresentadas nas obras kucinskianas como campo de disputa de poder. Não por acaso o proscênio de *A nova ordem* é a cena da execução de professores universitários e pesquisadores potencialmente opositores.

Por fim, a Igreja Católica, outra instituição que aparece frequentemente na ficção de Kucinski, é mostrada na distopia ora como participante da resistência, ora como colaboradora do regime. Por um lado, os utopistas usam santinhos de igreja para fazer propaganda, uma freira é vítima de tortura, um padre denuncia as violações dos direitos humanos, ordens religiosas amparam vítimas da miséria e da opressão. Por outro, bispos e padres são acusados de pedofilia, religiosos apoiam os valores morais impostos, a Inquisição inspira a tortura. Essas duas faces da Igreja, presentes também em outras obras anteriores e retomadas depois em *Julia*, expõem o comportamento da instituição durante a ditadura. Portanto, não se trata de uma análise da Igreja atual e de suas perspectivas futuras, e sim de uma elaboração ficcional de um momento histórico em que também a Igreja repensava seu lugar no mundo. Há ainda no livro a caracterização pejorativa das igrejas evangélicas, conservadoras e coniventes com a dominação autoritária. Assim, esse romance de Kucinski segue a tendência do conjunto da obra de tematizar as religiões não em seus aspectos propriamente espirituais, mas no que se refere à participação institucional na vida social.

## 2.9 Um romance-síntese da ficção kucinskiana: *Júlia* (2020)

*Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*, cujo enredo mais uma vez conta com um pai entre os protagonistas, volta a centralizar o tema da ditadura, destacando a participação da Igreja Católica na vida social da época. São ainda apresentados no texto os sentidos sociais da adoção, bem como os interesses das pesquisas científicas e a política nas universidades. Por isso, esse romance pode ser lido como uma espécie de síntese da obra ficcional de Bernardo Kucinski. De acordo com uma nota explicativa em uma das últimas páginas, a primeira versão foi escrita em 2011, mas passou por várias alterações até a finalização, em 2019; no ano seguinte, o livro foi publicado pela Alameda. A capa exhibe uma ilustração de Enio Squeff.

A trama é constituída por duas narrativas paralelas, diferenciadas tipograficamente no texto pelo uso de fontes diferentes. Uma narrativa, ambientada inicialmente na época do golpe civil-militar que instaurou a ditadura no Brasil, chega ao período mais violento da repressão. A personagem central desses capítulos é Maria do Rosário, que trabalhava em um orfanato envolvido em um escândalo de tráfico internacional de bebês, militava numa organização de resistência à ditadura (a Ação Popular) e mantinha um relacionamento amoroso com Durval. Com esse homem casado ela tem uma filha, mas ambos não podem criá-la juntos porque Maria do Rosário é presa, torturada, assassinada e desaparecida pelos agentes da repressão. Intercalados a esses capítulos aparecem outros, ambientados já na década de 1990. Essa fase mais recente, que abre o romance, começa com a partilha dos bens entre os filhos de Durval após sua morte e segue com a administração do apartamento da família, herdado pela protagonista Júlia. Nele, ela descobre papéis escondidos que revelam que fora adotada e documentos que provam a violência da ditadura. Atordoada pela descoberta, ela passa a investigar suas origens e a buscar seus pais biológicos, até descobrir que é filha de Maria do Rosário e que a adoção foi um artifício encontrado por Durval tanto para proteger a família da violência da ditadura quanto para criar condições de ficar com uma filha oriunda de um relacionamento extraconjugal. Essas duas histórias, no início interligadas apenas pelo personagem Durval, vão se tocando progressivamente, à medida que Júlia descobre os acontecimentos do passado, o seu e o do Brasil. Ao final, quando as perguntas de Júlia são respondidas, as duas partes já estão completamente vinculadas.

Embora não se possa classificar *Júlia* como um típico romance policial, a história se organiza em torno de uma investigação: antigos crimes geram o mistério a ser desvendado pela protagonista. Um dos personagens mais importantes, que aparece nas duas fases da história, é Magno (primeiro escrivão, depois delegado), o mesmo investigador de *Alice* e, com

um nome ligeiramente diferente, de *Mataram o presidente*. Não falta nem a referência a Sherlock Holmes quando Magno começa a participar mais ativamente na trama. Mas o delegado aqui é o colaborador; quem conduz a busca é Júlia, que precisa conhecer suas origens. Essa influência do gênero policial justifica os capítulos finais do romance, em que há revelações que elucidam as dúvidas tanto dos personagens quanto dos leitores; essa resolução final com uma explicação completa é típica das narrativas detetivescas. O estilo de Kucinski também se consolida nesse romance, narrado em terceira pessoa, com ampla exploração do discurso indireto livre e muitos diálogos que dão fluidez à narrativa.

O fato inicial que motiva a trama de *Júlia* é uma adoção, como ocorrera em *Pretérito imperfeito*. Também aqui são enumerados os motivos mais comuns que levam alguém a adotar um filho: caridade, necessidade de constituição de uma família, compensação de uma perda, salvamento de um casamento, busca de amparo na velhice, entre outros (2020a, p. 83-84). Maria do Rosário, concebida em um estupro, também fora entregue para adoção. Agora Kucinski aborda o tema por outro ângulo, uma vez que a ênfase narrativa não recai tanto sobre o impacto causado na vida familiar pela recepção do bebê adotado, e sim no que motivou a entrega da criança para adoção: no caso das personagens, a continuidade da violência por parte do pai estuprador e a barbárie da ditadura. Também são ressaltados os conflitos existenciais que uma adoção não explicada pode provocar no filho adotado, já que Júlia sofre uma profunda crise de identidade ao descobrir que não era filha biológica: “sente que não é mais ela. Todo seu ser tem que se reconstituir. Quem sabe foi por causa desse falseamento todo que sua vida nunca teve direção clara?” (2020a, p. 71). Por fim, a narrativa está atenta também à dor da mãe que é forçada – seja pelo pai, seja pelas condições socioeconômicas desfavoráveis – a entregar um bebê para adoção. A personagem Maria das Dores, como seu próprio nome já sugere, nunca consegue superar a perda da filha Maria do Rosário, e vive em um insuperável ciclo de repetição: “sinhá dona me desculpe tá estorvando, eu rezo pela filha que perdi; todo sábado eu venho, desabafo com alguém e sossego” (2020a, p. 94). Esse tema é o mais destacado nos estudos já publicados: além da excelente resenha intitulada “Zeladora de memórias: sobre o novo romance de Bernardo Kucinski, *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*”, de Fabíola Padilha (2020), que apresenta o romance, *Júlia* foi analisado por Marianna Scaramucci (2021), em “Desaparecidos vivos e filiação feminina em *Júlia*, de Bernardo Kucinski”, que enfatiza o sequestro de crianças e as implicações da filiação na constituição da identidade, e por Thamires Aragão (2021), em “Rastros e escombros em *Julia: nos campos conflagrados do Senhor*, de Bernardo Kucinski”, que também destaca a revisitação do passado e a memória da ditadura.

Outra similaridade entre *Júlia* e *Pretérito imperfeito* é a tematização confluyente da

adoção e do racismo. Maria do Rosário, “uma morena esbelta e de cabelos longos encaracolados”, é associada à sensualidade já na primeira aparição: “a moça tem olhos negros, lábios carnudos, cintura fina e seios empinados. Está de jeans e blusa branca” (2020a, p. 38). Assim se reforça o estereótipo opressor que associa o corpo da mulher negra primeiramente ao sexo, sem que o contexto propicie erotismo. É também Maria do Rosário que observa como as crianças negras constituem a maior parte das que são deixadas no orfanato: “quase sempre os enjeitados são negrinhos ou mulatinhos” (2020a, p. 62). Essas crianças negras serão novamente rejeitadas nos processos de adoção: as mais “escurinhas” ficavam, diz o vigilante Nelson a Júlia (2020a, p. 110). A própria protagonista percebe retroativamente que era excluída na escola por ter pele mais escura que as colegas (2020a, p. 68).

Em *Júlia*, a adoção está associada ao tráfico internacional de bebês. Alguns eram entregues por mães em situação de vulnerabilidade, outros deixados na frente do orfanato por um agente da repressão. Esses últimos remetem ao sequestro de filhos de militantes políticos, prática comum em ditaduras como as da Argentina e do Chile. Ao ambientar no Brasil os crimes cometidos em outros países latino-americanos, a obra kucinskiana relaciona, pela via ficcional, regimes de exceção instalados em circunstâncias diferentes; embora distintas em vários aspectos, as ditaduras simultâneas na América Latina se aproximaram em relação a objetivos, ideologias e procedimentos. O romance colabora na divulgação de um fato ainda pouco conhecido: os raptos de crianças e adolescentes também ocorreram no Brasil, embora com menos frequência e com pouca visibilidade após o fim da ditadura.<sup>39</sup>

Mas não faltam em *Júlia* referências a aspectos peculiares da ditadura brasileira. Kucinski elaborou o enredo a partir de fatos históricos, como a expulsão de estudantes do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o uso do navio Raul Soares, fundeado no largo de Santos, como prisão; a realização de um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), que culminou com a prisão de quase mil jovens; o assassinato do padre Antônio Henrique Pereira Neto, auxiliar de D. Helder Câmara, uma das lideranças católicas que se destacaram na resistência à ditadura. Esses fatos são relatados por Elio Gaspari (2014c, p. 223, 263, 323-326). Há inúmeras alusões às perseguições a militantes, às intervenções nos sindicatos, às torturas e execuções, aos desaparecimentos forçados, às prisões secretas, com citações de nomes de vítimas reais. Além disso, a trama dá grande importância à censura aos

---

<sup>39</sup> Uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), presidida pelo deputado Helder Salomão (PT/ES), discutiu o livro *Cativeiro sem fim*, de Eduardo Reina. Conforme a notícia, Reina “localizou e entrevistou dezenove filhos de desaparecidos políticos brasileiros e que foram entregues para serem adotados por outras famílias”. Disponível em <https://bit.ly/3qBxCYI>. Acesso em 25/03/2022.

jornais, que não se limitou à ocultação de crimes, mas que também podia atingir qualquer assunto que não estivesse de acordo com os interesses da ditadura ou de seus apoiadores. Por fim, os personagens denunciam a continuação das tentativas de apagamento da violência do período por meio da destruição dos arquivos: “um pouco antes de acabar a ditadura os militares fizeram uma limpeza geral” (2020a, p. 145). O personagem Durval apresenta uma parcela importante da população que, mesmo sem estar envolvida com organizações de resistência, desaprovava o regime e colaborava com as vítimas da repressão: “seu pai levava mensagens, passava dinheiro, ajudava a esconder gente. Até documentos falsos ele forjou” (2020a, p. 167).

A personagem Júlia integra uma parte da população jovem que, nascida durante a ditadura ou depois, desconhece o que ocorreu no período. De acordo com o romance, ainda são muito insuficientes o trabalho público de preservação da memória e a atenção que o sistema educacional formal dispensa a essa etapa da história brasileira. Várias vezes Júlia se espanta: “Então era isso que acontecia no Brasil?”; “O jornal também fala em milagre econômico. O que seria isso?”; “Como é que na escola nunca falaram dessas barbaridades? Como é possível em pleno século vinte sumirem com uma pessoa assim?” (2020a, p. 45, 134, 178). Júlia começa a descobrir suas origens e sua filiação ao mesmo tempo em que passa a conhecer a história da ditadura no Brasil. A busca pelo esclarecimento de sua identidade está intimamente associada à história coletiva, ou seja, ao contexto em que ocorreram o seu nascimento e a atribuição de sua filiação. Dessa maneira, o romance sugere que, além das histórias pessoais e familiares, os sujeitos são constituídos pela história do país, pelas condições sociopolíticas e econômicas, pela cultura e pelos poderes institucionalizados: tudo isso participa da formação da identidade.

A participação da Igreja Católica na resistência ou no apoio à ditadura é outro tema central em *Júlia*. Kucinski registra no livro os conflitos entre diferentes segmentos no interior da instituição: “há uma ala da igreja indiferente ao que se passa, e outra até conivente” (2020a, p. 88). Esse último grupo, nomeado no romance como a Igreja Carismática, representado especialmente pela madre diretora do orfanato, é caracterizado pelo conservadorismo, pelo moralismo, pelo anticomunismo e pela normatização institucional. No espectro ideológico oposto está a Igreja da Libertação, também chamada de Igreja do Povo, representada pelo padre Josias e, até certo ponto, por Maria do Rosário. Esse grupo católico é renovador, politizado e simpático às ideias comunistas ou marxistas. *Júlia* o relaciona à resistência à ditadura, especialmente por meio de associações de jovens ligados à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Juventude Estudantil Católica (JEC), perseguidos pela repressão:

Dois meses depois caíra nas mãos de Magno um comunicado do comando da PM

alertando que padres e militantes leigos da Igreja Católica estavam envolvidos nas manifestações estudantis e na greve dos metalúrgicos de Osasco. O informe dizia que a ala da Igreja Católica denominada Igreja do Povo era um braço do comunismo internacional e controlava as Comunidades Eclesiais de Base, o Conselho Indigenista e a Comissão Pastoral da Terra. Os delegados receberam a ordem de identificar as dioceses que ministravam cursos de alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire (2020a, p. 78-79).

Essas duas tendências religiosas e políticas antagônicas no interior do catolicismo brasileiro são apontadas nas epígrafes escolhidas para o romance. A primeira, atribuída ao Papa Pio XI, afirma: “Ninguém pode ser ao mesmo tempo socialista e bom católico” (2019, p. 7). A segunda, de frei Tito de Alencar, um dos dominicanos torturados pela repressão, diz o contrário: “Não vejo como ser cristão sem ser revolucionário” (2019, p. 7). Uma possível interpretação do subtítulo do romance indica a centralidade da religião nos movimentos políticos apresentados na ficção: “nos campos conflagrados do Senhor” alude aos inflamados ou agitados grupos cristãos que interpretam, cada um a seu modo, o que consideram ser a orientação divina para a organização social e a política humana.

Parece anacrônico o modo como o termo “Igreja Carismática” está empregado na ficção de Kucinski, já que faz referência à ala mais institucional e conservadora da Igreja e não ao movimento da Renovação Carismática Católica, ainda pouco difundido no Brasil na primeira década da ditadura, quando transcorre parte da trama. Além disso, o panorama católico é mais complexo do que a simples polarização entre carismáticos e partidários da Teologia da Libertação. O teólogo João Batista Libanio (2000) descreve, em *Cenários da Igreja*, quatro tendências católicas no final do século 20, apontando também suas origens. Em linhas gerais, o primeiro cenário é a Igreja da Instituição, centralizada na cúria romana e nas estruturas administrativas diocesanas e paroquiais, com forte apego à tradição, aos ritos, às vestes clericais, ao Direito Canônico e a outras regras. O segundo é a Igreja Carismática, de tendência pentecostal, caracterizada pela valorização da subjetividade, da emoção e do sentimento individual, assim como pelo desinteresse político e social. Há ainda a Igreja da Pregação, organizada em torno do estudo da *Bíblia*, da catequese, do ensino da religião e do conhecimento da teologia. Por fim, o quarto cenário descrito por Libanio é a “Igreja da Práxis Libertadora”, ligada à Teologia da Libertação, à opção preferencial pelos pobres, à preocupação com questões sociais, à substituição da estrutura hierárquica e clerical pelas Comunidades Eclesiais de Base e à participação nas lutas dos oprimidos.<sup>40</sup> Esse último grupo é, na ficção de Kucinski,

---

<sup>40</sup> Os cenários descritos por Libanio são relevantes para a leitura de *Júlia*, ambientado no final do século 20. Mas, duas décadas depois, tais tendências provavelmente se alteraram, especialmente no que diz respeito ao enfraquecimento da Teologia da Libertação e à crescente politização, à extrema-direita, da Renovação Carismática.

participante da oposição e aliado nas lutas das organizações políticas de esquerda. De fato, setores importantes da Igreja apoiaram o golpe de 1964 e ofereceram sustentação ideológica para a ditadura. Outros setores permaneceram alienados das discussões, como se a vida espiritual nada tivesse a ver com as questões sociopolíticas mundanas. Mas houve também uma importante parte da Igreja Católica que lutou contra o regime, denunciou seus crimes, protegeu suas vítimas e apoiou os familiares dos desaparecidos, além de resguardar um dos poucos redutos do pensamento crítico e das lutas sociais. “A Igreja tornou-se a única instituição nacional a preservar dentro do seu organismo, na plenitude de seus direitos, personalidades publicamente adversas à nova ordem. Havia um clero de esquerda antes de 1º de abril de 1964 e continuaria havendo depois”, afirma Elio Gaspari (2014b, p. 249).

Também são mencionados no romance os centros de pesquisa científica e as instituições universitárias. Júlia é pesquisadora, como seu pai (professor Durval) e como a protagonista de *Alice*. Mas agora esse tema é mantido apenas como pano de fundo para a trama. De qualquer maneira, a história mostra como foi escancarada e devastadora a intervenção dos militares nas instituições acadêmicas, com perseguições e punições a estudantes e professores.

Em meio a tudo isso, Júlia busca desvendar a si mesma e o seu papel no mundo: ela começa como uma jovem comodamente instalada em um apartamento de classe média e aparentemente bem ajustada ao seu mundo social. Mas a descoberta da adoção faz desabar sua identidade, e ela é compelida a reelaborar a imagem de si própria. Ao final, Júlia é muito mais inconformada, questionadora e engajada em problemas de seu país:

Em três semanas passara por uma ruptura interior. Sentia-se sobrecarregada, como se tivessem colocado sobre seus ombros uma canga que precisaria transportar por toda a vida. Em vez de encontrar a mãe, encontrou uma tragédia, que também era sua, que passava a ser sua. Uma tragédia atravessando três gerações (2020a, p. 181).

Por fim, a paternidade ganha em *Júlia* contornos muito mais dramáticos do que nas obras anteriores de Kucinski. Mais uma vez, um pai é figura central no enredo: o personagem Durval, provedor cuidadoso e responsável, embora recorra à mentira para supostamente proteger a família e ocasione a crise identitária da filha. Mas há outro pai na história. Felipe Gonçalo Mesquita Neto, o delegado de São José dos Campos, também chamado de Felipão, estuprou Maria das Dores e depois a obrigou a separar-se da filha: “foi o patrãozinho que me forçou, o mais taludo deles o Felipe, a depois nem não quis saber do bebê” (2020a, p. 95). Filho do “barão de Mesquita”, membro “de uma família tradicional” de “donos de fazendas”, ele chefiava um esquadrão da morte que atua no interior de São Paulo (2020a, p. 95, 178). É ele quem

deixa no orfanato os filhos de vítimas da repressão. Por fim, é o próprio Felipão que sequestra Maria do Rosário e a leva para a prisão política, onde provavelmente ocorreu um estupro: “a blusa rasgada deixava à mostra os seios. [O agente penitenciário] Adivinha, transtornado, o que estão fazendo com a moça no fundão, e sente-se mal”; “Quem trouxe a moça foi aquele delegado nojento de São José” (2020a, p. 155, 156). O próprio pai assassinou a filha, sem que ninguém soubesse dessa filiação: “lá mataram a tua mãe. O próprio Felipe matou. Depois sumiram com o corpo” (2020a, p. 180). Em paralelo ao pai Durval, que mente para proteger, há o pai Felipe, que mata a própria filha. Dessa maneira, o mesmo personagem, herdeiro de uma longa tradição aristocrática e escravocrata brasileira, une violência de gênero e ditadura; em outras palavras, o romance vincula o autoritarismo ditatorial e a violência contra a mulher à longa tradição dos poderes oligárquicos no Brasil.

## 2.10 Um catálogo da violência e do autoritarismo: *A cicatriz e outras histórias* (2021)

*A cicatriz e outras histórias: (quase) todos os contos de B. Kucinski*, que reúne 101 contos, saiu em 2021 pela Alameda. A maioria dos textos é inédita. O volume também reedita os contos de *Você vai voltar pra mim e outras histórias*, bem como publicações avulsas. A obra está organizada em seis partes: “Histórias dos anos de chumbo”, “Instantâneos”, “Outras histórias”, “Kafkianas”, “Judaica” e “Você vai voltar pra mim”.

Embora haja muita variedade formal entre os contos, alguns aspectos recorrentes chamam a atenção. Em geral, os relatos são concisos e curtos. Alguns narram um único fato, como se constituíssem uma cena isolada de uma história mais ampla. A linguagem é objetiva, no sentido de ser clara e econômica, empregar poucas figuras de linguagem e apresentar poucas intrusões do narrador, por exemplo. São frequentes, nos textos, a observação perspicaz da sociedade e do comportamento, o cuidado na elaboração das frases e a provocação de surpresa no final da narrativa. Os diálogos, em grande quantidade, são fluidos e espontâneos.

No conjunto dos textos, o autor demonstra domínio de ampla variedade de técnicas narrativas. A primeira pessoa é empregada em muitos contos, de maneiras distintas: há narradores que se limitam ao relato dos acontecimentos (“A tempestade”); outros que repassam histórias contadas por terceiros (“O delírio de Dinorá”) ou que veem acontecendo com terceiros (“Secos e molhados”); há aqueles que refletem sobre a história contada e ensaiam incursões subjetivas (“O entregador”); existe até um narrador morto (“A aposta”). Por outro lado, os narradores em terceira pessoa também são diversos: em alguns contos, são oniscientes (“O alvará”); em outros, limitados ao conhecimento dos personagens (“Uma singela história de



amor e salvação”) ou muito próximos da perspectiva do protagonista (“Ordem e progresso”); há ainda os que opinam e julgam os personagens (“Um domingo no pomar do Tio Herch”). Há também contos compostos exclusivamente por diálogos (“Ordens não se discutem”).

Predomina também aqui, como em toda a obra kucinskiana, a tematização da memória e da história, com destaque para a violência, a família, a política, a exclusão social e as muitas formas de opressão. Mas surgem também outros temas, antes pouco frequentes. Chamam atenção, por exemplo, os contos que estabelecem diálogo com a literatura fantástica (“Encontro no porão” e “A maldição das cem cabeças”). O mundo da infância e da literatura infantil também é abordado: são muitos os contos protagonizados por crianças (“O aprendizado de Mariazinha”). Em alguns casos, há referências irônicas ou melancólicas a certa literatura romântica, já que os casos de amor e os relacionamentos conjugais retratados no livro quase sempre são interrompidos ou frustrados de alguma forma (“O sofá” e “O sal da discórdia”). Como observou Fabíola Padilha (2021, p. 14), muitos contos são marcados por indigência afetiva (“Chamada a cobrar”, “Coisa”), frustrações sexuais (“A pantufa”, “O infortúnio de Íris”) e violência contra a mulher (“O segredo”, “O rompimento”).

A primeira seção, intitulada “Histórias dos anos de chumbo”, é toda dedicada à ditadura. São dezoito contos, alguns semelhantes aos já publicados em *Você vai voltar pra mim e outras histórias*. Muitos estão ambientados no passado (“As três Marias”, “O aprendizado de Mariazinha”) e apresentam a violência brutal nos piores anos da repressão. Outras histórias se passam no tempo presente e apresentam tanto a permanência de traumas quanto o dever de manter viva a memória das vítimas (“A cicatriz”, “Encontro no porão”). Alguns lembram a época a partir de recortes específicos, como a repercussão assustadora da Guerrilha do Araguaia entre a população da região amazônica (“A maldição das cem cabeças”) e a perseguição implacável aos operários que ousavam resistir ao arrocho salarial e à sistemática destruição dos direitos trabalhistas (“Pequena história da mais-valia”). Vários contos expõem cruamente a brutalidade da tortura: ela provoca a desintegração da identidade ao destruir a memória do passado (“Olhos azuis”); suas consequências podem ser insuperáveis (“Lamento”); qualquer pessoa, mesmo sem envolvimento direto com a militância de resistência, podia se tornar vítima se sobre ela recaísse alguma sombra de suspeita (“Os irmãos bolivianos”); aos torturadores insensíveis, o torturado não existia como pessoa, e sim apenas como possível fonte descartável de informações (“A votação”). Outros contos demonstram que a violência da ditadura era ainda mais bestial contra as mulheres, porque se associava à violência de gênero (“O oficial do dia”, “A mãe”). Há também relatos que versam sobre a extensão dos efeitos da repressão, que não atingia somente as vítimas diretas, mas também seus familiares e grande parte da população

brasileira, especialmente nos casos de desaparecimentos forçados (“Não vamos falar do César”). Alguns contos lembram aqueles que foram obrigados a se exilarem em países distantes – seja por determinação direta do regime, seja por causa do medo provocado pelo clima de terror –, e por isso sofreram outra série de tormentos emocionais, políticos e econômicos (“Incidente na estação Shlosstrasse do metrô”, “O exílio de Pompeu”, “Sete anos de exílio por nada”). O conto mais longo da seção, “O crime do marinheiro”, mostra as desconfianças e os preconceitos no interior das organizações de resistência. Por fim, merece ainda destaque “Os azares de Frederica”, que tematiza a recepção a um conto da coletânea de 2014, “Um homem muito alto”: o comentário sobre os efeitos que esse conto causara sobre uma vítima silenciosa da ditadura é também um testemunho acerca do potencial uso político da literatura para agir no mundo, comover as pessoas, fazê-las também contar suas histórias e se indignarem perante as histórias dos outros; ou seja, esse conto mostra que a literatura provoca efeitos na vida das pessoas e pode ser mobilizada como forma de ação política.

A segunda parte do livro é intitulada “Instantâneos”. Como o título sugere, os vinte e três contos dessa seção, em sua maioria, se concentram em uma cena retirada de um contexto apenas sugerido. Em geral, são contos pouco desenvolvidos, com enredo simples e com pouca caracterização dos personagens, escassa variação de tempo e espaço e concentração em apenas um acontecimento (um diálogo, uma discussão, uma agressão etc.). A temática é variada, mas quase sempre relacionada a alguma forma de opressão ou de autoritarismo. O conjunto variado de contos fragmentários forma uma espécie de catálogo da violência. Estão apresentadas a exploração do trabalho e a prevalência do lucro acima do bem-estar e da própria vida do trabalhador (“A aposta”, “Saúde em primeiro lugar”). A ordem social injusta é garantida pela ordenação jurídica excludente (“Ordem e progresso”). A criminalidade urbana, relacionada a furtos ou ao consumo de drogas, também encontra espaço nas narrativas (“A partilha”, “Quatro pedras”), assim como os casos de extorsão e de corrupção (“A visita do fiscal da prefeitura”). Outros contos abordam a pedofilia, a violência de gênero, o machismo e a violência contra a mulher (“A primeira viagem de táxi”, “A dura vida de uma vice-consulesa”, “O segredo”, “O rompimento”). Há ainda a banalização da violência psicológica, que se expressa em agressões verbais e acusações ofensivas (“O sal da discórdia”), assim como na chantagem emocional, na exploração afetiva, no abandono, na indução à indignação emocional (“Chamada a cobrar”, “O atropelamento”, “Tia Flora”). Relações desrespeitosas e abusivas de filhos em relação aos pais também ilustram esse catálogo de violências (“Tempos modernos”, “Coisa”). Há casos em que os próprios narradores veiculam pensamentos preconceituosos, gordofóbicos ou insensíveis (“A pantufa”, “Gordas”). Por fim, a violência contra a natureza, por meio da ameaça de crime

ambiental, também está apresentada nesse conjunto de contos (“A tartaruga”). O último conto da seção (“O entregador”) não revela claramente qual foi a violência praticada, embora a hipótese de estupro seja plausível; esse conto pode ser lido como uma espécie de ápice do conjunto, já que é formalmente mais desenvolvido e semanticamente mais aberto que os demais, além de propor uma exploração psicológica das causas do comportamento violento do narrador. Por fim, vale ressaltar que há, entre esses “instantâneos”, contos que não tratam diretamente de violência, mesmo que remetam a alguma forma de sofrimento, como a descrição de uma relação sexual frustrada (“O infortúnio de Íris”) e a conversa em que duas mulheres se queixam de suas noras (“Papo de sogras”).

Os quinze contos que integram a terceira parte, intitulada “Outras histórias”, são mais complexos do ponto de vista formal, embora não muito. Alguns relatam períodos longos das histórias de personagens bem elaborados, contextualizados em narrativas com diversidade temporal e espacial. Quanto aos temas, essa parte é ainda mais diversificada se comparada à seção anterior: embora a violência e a opressão continuem apresentadas em muitos contos, direta ou tangencialmente, em outros a ênfase recai sobre os aspectos da afetividade das personagens, especialmente em suas relações amorosas, em seu estado de abandono e solidão, ou na vulnerabilidade de suas vidas. Em geral, os contos dessa seção mostram cenas que vão desde a banalização da corrupção em Brasília (“Uma secretária eficiente”) até a observação do declínio de um pequeno mercadinho de bairro (“Secos e molhados”). Muitos contos abordam a relação conjugal, com seus problemas e fantasias (“O sofá”, “O delírio de Dinorá”); esse tópico pode também incluir a viuvez e o divórcio (“A depressão de José Roberto”, “O alvará”) e a tensão sexual entre duas pessoas que acabam de se conhecer (“A tempestade”). Nesses contos e em outros há um grande número de personagens solitários ou emocionalmente carentes (“Licença para não morrer só”, “Coitada da Heloísa”). Um segundo grupo temático é o que envolve as crianças, que povoam as narrativas: elas aparecem ora como vítimas da violência e da pobreza, correndo o risco do recurso à criminalidade (“A história de Tadeu”, “Arrimo de família”), ora como descobridoras de um mundo desencantado e cruel (“Um conto de Natal”, “O dia em que enterrei meu pai”). Por fim, há dois contos que retomam a inclinação do autor para a narrativa de investigação: a busca de esclarecimento do passado, enterrado com as lembranças da família e com a própria definição da identidade da protagonista que fora abandonada pelo pai (“Armazém Furlan”) e a procura por uma pessoa cujo desaparecimento leva os familiares ao desespero (“Claroscuro”).

A seção seguinte, intitulada “Kafkianas”, é internamente mais coerente que as anteriores, já que há aspectos comuns aos cinco contos que compõem o conjunto. Aqui Kucinski

assume explicitamente sua admiração pela literatura de Franz Kafka, já observável nas obras anteriores. A influência de Kafka se deve primeiramente ao clima do absurdo insuperável e insuportável instalado na vida cotidiana; esse absurdo não se origina necessariamente de grandes eventos, mas da própria rotina, normalizada para alguns personagens. Nos contos de Kucinski, a principal manifestação do absurdo é a burocracia, que sujeita os personagens e os mantém reféns de normas e impedimentos aparentemente inquestionáveis; ela remete a uma autoridade desconhecida, à qual todos devem obedecer. Por outro lado, os protagonistas dos contos frequentemente denotam estranhamento e indignação diante daquilo que se julga normal e cotidiano. Outra manifestação do absurdo, nesses contos, é a arbitrariedade da ordenação jurídica, elaborada por legisladores pouco preocupados com a racionalidade e o bem comum; as leis e as normas frequentemente são contraproducentes ou simplesmente disparatadas. Essa disposição legal, além disso, objetiva o controle tanto da vida privada quanto das relações sociais: processos administrativos, exigências de documentos, impostos e taxas, regulamentação dos costumes. Para a criação dessa atmosfera, Kucinski ambientou os cinco contos no interior de repartições públicas, instituições políticas e um hospital. Mas há um contraponto à expressão do absurdo: a maioria dos contos são irônicos e tendem ao humor, ou seja, assumem um tom satírico ao delinear a caricatura das instituições. Dessa maneira, o efeito de estranhamento e impotência diante do absurdo é parcialmente desfeito, pois o riso pode inativar o assombro. O primeiro conto, sugestivamente intitulado “O processo”, cujo protagonista se chama K., trata da inoperância e da extrema burocracia em um órgão público. A seguir, “Um software avançado” chama a atenção para a insignificância do indivíduo diante do “sistema”, já que os funcionários desconsideram a subjetividade e as necessidades reais das pessoas em nome da sujeição a uma entidade organizacional superior incompreensível a todos. Já “O crachá” tematiza a criação de leis oportunistas que pretendem regulamentar a vida social e promover políticos personalistas. “O atestado de óbito” se refere à insensibilidade burocrática diante do sofrimento e ao desprezo institucionalizado por pessoas que passam por momentos difíceis (como o funeral e o luto), reduzidos a meros procedimentos administrativos. Por fim, o conto “A emenda parlamentarista” aborda a ineficiência e a corrupção do sistema político.

A última seção de inéditos, intitulada “Judaica”, reúne doze contos que tratam da judaicidade. Esse tema é diversamente abordado a partir de histórias, de costumes e de formações discursivas de imigrantes judeus no Brasil e de seus descendentes. Os contos desse grupo são caracterizados por arguta elaboração formal, sutileza na abordagem temática, personagens complexos, sensibilidade na investigação dos escombros do passado e, em alguns casos, alto nível de plurissignificação. Se comparados a outros escritos memorialísticos do

autor, esses textos revelam referências a memórias familiares e experiências pessoais. Além disso, eles compreendem ampla extensão histórica, envolvendo desde narrativas ambientadas no começo do século 20 até relatos situados no Estado de Israel contemporâneo. No conto “Uma singela história de amor e salvação”, uma aparente história romântica encobre uma enorme violência associada ao antissemitismo: a exploração das “polacas”, jovens polonesas judias enganadas e enviadas para prostituição nas Américas. “Bialystok, a jornada” relata o empreendimento de uma investigação que visa ao esclarecimento do passado e à reelaboração da memória familiar, interrompida pelo trauma provocado pelo horror dos campos de concentração, em que foram assassinados os avós do narrador. Outros contos mostram a vida dos judeus refugiados no Brasil na época da Segunda Guerra e as tentativas de reconstrução da vida. Dois contos que tratam desse período enumeram episódios marcantes e caracterizam personagens que compunham a família: enquanto “Uma saga de dois irmãos” conta a história de dois judeus que migraram para o Brasil na época do Nazismo, “Um domingo no pomar do tio Herch” delinea os perfis de um grupo de primos jovens, alguns nascidos na Europa, todos filhos de judeus refugiados. Outros dois contos abordam, de maneiras diferentes, a infância de crianças judias no Brasil: por um lado, “O dia em que a guerra acabou” trata dos ecos do antissemitismo nazista, que gerava rivalidades e sofrimentos entre meninos alheios ao genocídio longínquo; “A prima Raquel”, por outro lado, compõe a imagem do amor platônico e bucólico de um menino por sua prima. Outros dois contos, ambientados em tempos mais recentes, apresentam histórias de judeus brasileiros: enquanto “Recordações de Elias Almada” aborda memórias pessoais e comunitárias, atividades comerciais de judeus em São Paulo e costumes da comunidade judaica, “O incrível senhor Nathaniel” se concentra na descrição de um tipo pitoresco, protagonista de histórias curiosas. “Débora telefonou” integra um grupo de contos ambientados na contemporaneidade; ele merece destaque por apresentar uma mulher forte, autônoma, talvez má; um tipo de mulher diferente das que povoam os textos de Kucinski, que, em sua maioria, são vítimas (e não autoras) da violência ou então são senhoras conversando sobre amenidades, filhos, noras ou algo similar. Aliás, as conversas sobre os filhos aparecem também em “Vergonha”, que tematiza o racismo de uma jovem judia contra pessoas não brancas. Por fim, há dois contos ambientados no Estado de Israel contemporâneo: um deles apresenta uma breve descrição de um período de convivência temporária com idosos judeus, entre os quais se incluem sobreviventes dos campos de concentração (“Achuzat Bait”); outro mescla os temas da imigração para Israel e da paternidade problemática (“A cegueira”).

Na última seção são reeditados os contos de *Você vai voltar pra mim e outras histórias*, já apresentados acima. Nos capítulos seguintes desta tese, alguns contos de *A cicatriz*

*e outras histórias* serão retomados para análise mais cuidadosa, já que esse volume, embora também revele experimentos formais e temáticos menos recorrentes no conjunto da obra, expõe contos exemplares dos principais eixos temáticos e modos de narrar de Kucinski.

### 2.11 A continuidade da ameaça totalitária: *O colapso da nova ordem* (2022)

Em 2022, a editora Alameda lançou *O colapso da nova ordem*, em que Kucinski retoma a distopia publicada em 2019. Se a narrativa do primeiro livro, que começava com “Anoitece”, mostrava o processo de instalação de um regime totalitário, na segunda parte a Nova Ordem já aparece consolidada, como indica o início do primeiro capítulo: “Brasília amanhece sob céus de chumbo” (2022a, p. 24). Na nova trama, uma grande pandemia é produzida artificialmente com o objetivo de exterminar parte da população mundial e, dessa maneira, interromper o processo de aquecimento global. No Brasil, essa “Grande Peste” é instrumentalizada em favor dos objetivos da Nova Ordem, que pretende eliminar cerca de 80 milhões de habitantes. Nesse momento já não havia opositores, pois todos tinham sido exterminados e o povo tinha sido docilizado pelos *chips* de customização de humanos conformados. Agora se trata de eliminar o “excedente demográfico”, que não interessa ao sistema financeiro nem aos dirigentes do governo: doentes crônicos, idosos, indígenas, quilombolas, desempregados, pessoas em situação de rua, diabéticos, asmáticos, obesos e outros grupos populacionais minoritários (2022a, p. 18, 40, 89). O projeto tem êxito no genocídio, mas a mesma doença que mata milhões de pessoas provoca também um defeito nos *chips*, de forma que os cidadãos despertam de sua posição subjugada, começam a protestar e conquistam, por fim, a deposição do governo e a instauração de um novo regime político, de caráter anticapitalista, denominado “República Popular Utopística do Brasil” (2022a, p. 102).

O livro é composto por dez capítulos curtos, precedidos por uma espécie de introdução. Essa primeira parte está avançada temporalmente: num futuro distante, são encontrados arquivos que relatam uma pandemia mundial e seus efeitos devastadores, assim como intensas transformações sociopolíticas após a morte de cerca de dez por cento da população do planeta. Um narrador em terceira pessoa resume o que se lê nesses arquivos, e depois anuncia que os capítulos seguintes – que dizem respeito à especificidade do emprego político da pandemia no Brasil e que compõem o restante do livro que o leitor tem em mãos – constituiriam uma “reprodução fiel das *Crônicas do Fim do Mundo*” (2022, p. 20). Quatro capítulos são dedicados a uma reunião em que os militares planejam o genocídio, outros quatro narram a difusão da peste e as concomitantes ações do governo, e nos dois capítulos finais a

Nova Ordem colapsa. Kucinski repete o recurso já empregado na primeira parte da distopia: em notas de rodapé, são citadas medidas legais impostas pelo governo para alcançar metas de favorecimento da elite dominante, bem como suas ações de exclusão, controle e opressão da maior parte da população brasileira.

Assim como ocorre em *A nova ordem*, o ponto de vista privilegiado na narrativa é próximo aos opressores. Essa escolha contraria a tendência predominante na ficção de Kucinski, que geralmente valoriza a perspectiva das vítimas. Nas histórias anteriores que tratam do período da ditadura, a narração geralmente focaliza (ou é assumida por) pessoas desaparecidas, torturadas, presas ou perseguidas. Embora os agentes da repressão às vezes ganhem voz narrativa, como ocorre em *K.*, essas mudanças diegéticas enfatizam a violência da ditadura; ou seja, o contraponto à voz das vítimas (ou de outras pessoas que lhes são solidárias) é um recurso para evidenciá-las. Mas, como foi notado anteriormente, em *A nova ordem* a narração em terceira pessoa está criticamente próxima ao ponto de vista dos opressores, isto é, os detentores do poder do Estado totalitário. Há também espaço para a resistência (Angelino, Messias, os utopistas em geral), mas quem domina o primeiro plano da narrativa são os militares. Em *O colapso da nova ordem* essa estratégia narrativa é levada ao extremo: não há lugar para que as vítimas falem e o narrador em terceira pessoa conta toda a história tal como vista pelos governantes. A única possível exceção estaria na parte introdutória, em que há um panorama rápido das vítimas da pandemia global, mas a objetividade da linguagem e a concisão narrativa (assim como a ausência de diálogos e de personagens particularizados) inviabilizam a identificação dos oprimidos e a formação de um sentimento de empatia por parte do leitor. No novo livro, não há sequer uma mulher. Nenhum personagem é caracterizado como gay, como negro, como pobre ou como representante de qualquer outro grupo dos exterminados. O efeito dessa escolha narrativa é a impressão de que o totalitarismo fascista sufoca completamente a resistência, invisibiliza qualquer minoria, destrói toda possibilidade de pluralidade humana. A forma narrativa expressa as próprias ações narradas: num regime fascista maximizado, não há lugar para os grupos sociais marcados para serem eliminados: sua aniquilação é tão completa que até seus nomes, suas vozes, suas memórias e suas histórias deixam de existir.

Não por acaso, o autor põe uma frase de Agamben como uma das epígrafes de *O colapso da nova ordem*: “O totalitarismo moderno [Kucinski altera para ‘autoritarismo moderno’] [...] permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis [Kucinski altera para ‘não podem ser integrados’] ao sistema político” (AGAMBEN, 2004, p. 13). A segunda epígrafe, retirada da *Bíblia*, apresenta o horror da pandemia, transformada pela Nova

Ordem em uma nova forma de terrorismo de Estado: “E vai acontecer que, se houver dez pessoas numa casa, todas morrerão. E, quando alguém chegar para tirar da casa o corpo do seu parente e queimá-lo, perguntará a quem ainda estiver vivo lá dentro: ‘Tem mais gente lá aí?’ O outro responderá: ‘Não tem não’” (Amós, 6, 9-10).

Com exceção da parte introdutória, em que o afastamento temporal permite ao narrador um olhar objetivo sobre fatos já consumados, a cronologia dos dez capítulos é predominantemente linear, mas com aparentes problemas na datação. Enquanto o narrador informa que a meta de redução populacional ainda não tinha sido alcançada cinco anos depois da instauração da Nova Ordem (mas antes da chegada do novo vírus), os éditos relacionados às medidas sanitárias durante a pandemia são datados em 2019 ou 2020, portanto no mesmo ano do início do regime ou no ano seguinte (2022a, p. 24, 47, 67). Esse defeito apenas aparente revela que Kucinski não está criando um futuro distópico imaginário: sua ficção apresenta a catástrofe social que realmente acontecia no Brasil durante a produção do livro.

O comportamento do governo da Nova Ordem em muitos pontos se parece com o posicionamento do governo brasileiro, chefiado por Jair Bolsonaro, durante a pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), quando não o copia literalmente. Encontrado primeiro na China em 2019, esse novo vírus provoca a Covid-19, uma doença respiratória que pode causar sintomas como dificuldade para respirar, dor de garganta, febre, cansaço, perda de olfato e paladar, entre outros, podendo levar o doente à morte. Durante a pandemia, em 2020 e 2021, várias medidas preventivas foram adotadas no mundo todo, como o uso de máscaras, a proibição de aglomeração de pessoas, o fechamento de estabelecimentos comerciais e o distanciamento social, entre outras. Em 2021, a população brasileira começou a ser vacinada; apesar disso, entre 2020 e 2022, a Covid-19 matou quase 700 mil brasileiros, número talvez ainda maior devido à possível subnotificação.<sup>41</sup> A pandemia ficcional de *O colapso da nova ordem* é ligeiramente diferente: por exemplo, o vírus é transmitido por pequenos animais mamíferos, provoca outros sintomas e é muito mais letal. Mesmo assim, o alto número de coincidências entre a narrativa distópica e a realidade indica que Kucinski apenas alterou algumas poucas características da pandemia que de fato ocorria no mundo inteiro, agravada no Brasil pelo comportamento criminoso das autoridades que compunham o Governo Federal.

Na Nova Ordem imaginada por Kucinski, o governo resolve “fingir que se protege a população enquanto se faz o contrário” (2022a, p. 54). O general Santa Cruz, chefe máximo do regime, não dissimula suas propostas a respeito da gestão da pandemia: “enfim, senhores,

---

<sup>41</sup> O número de óbitos passou de 700 mil em 25/03/2023, na fase final da pandemia, conforme informações oficiais do Ministério da Saúde. Disponível em <https://covid.saude.gov.br> e <https://is.gd/jDyUAO>. Acesso em 19/06/2023.



falsear, iludir, confundir, trapacear, escamotear, deturpar, simular e dissimular, essas serão nossas armas” (2022a, p. 56). Isso é feito por diversos meios: propagação de informações falsas sobre a doença e a vacina, manipulação ideológica por intermédio de líderes evangélicos, propaganda de tratamentos precoces ineficientes na prevenção à contaminação, oferta de remédios ineficazes para o tratamento da doença, criação de uma falsa vacina e outras ações similares (2022a, p. 77-82). Na realidade, Bolsonaro (assim como vários membros de seu governo e muitos de seus partidários) comandou pessoalmente uma campanha de desinformação sobre a Covid-19, usou a estrutura do governo para estimular líderes religiosos e políticos a espalharem mentiras sobre a pandemia, fez reiteradas propagandas de remédios comprovadamente ineficazes e *kits* de tratamento precoce inúteis, insistiu em propagar informações enganosas sobre as vacinas e atrapalhou a compra desses imunizantes, entre diversas outras atitudes desse tipo.<sup>42</sup>

Outra ação da Nova Ordem foi o falseamento de estatísticas, como explica Santa Cruz: “é guerra de simulacros, Torquato, não esqueça, a tática correta não é suprimir os dados, mas, sim, falsear os dados, princípio do falseamento quantitativo” (2022a, p. 67). Também o governo Bolsonaro tentou falsear estatísticas, sonogando informações e levantando dúvidas injustificadas sobre as causas dos óbitos notificados.<sup>43</sup> Na distopia ficcional, os líderes totalitários boicotam as medidas de proteção realmente efetivas adotadas pela população. Quando anuncia o plano, o general Santa Cruz diz: “é que não basta o Estado não fazer nada; é preciso impedir que outros o façam, impedir que burocratas desavisados dificultem o curso da pandemia” (2022a, p. 41). Eles então agem para acelerar a propagação do vírus: por exemplo, impedem a suspensão das aulas e o fechamento do comércio, fomentam aglomerações de pessoas, dificultam a vacinação, naturalizam as mortes (2022a, p. 66, 78, 87). Muitas dessas ações de fato compuseram o repertório de atrocidades de Bolsonaro,<sup>44</sup> que chegou a zombar de doentes com dificuldade de respiração.<sup>45</sup> A Nova Ordem chamou o novo patógeno de “vírus comunista”, e a pandemia por ele causada foi denominada como “Peste Comunista” (2022a, p. 65, 68, 101). O mesmo ocorreu no Brasil, por exemplo quando o ministro de relações exteriores chamou o coronavírus de “comunavírus”.<sup>46</sup>

---

<sup>42</sup> Ver as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou o comportamento do Governo Federal durante a pandemia e outras informações disponíveis em <https://bit.ly/3TEicPj>, <http://glo.bo/3gxGdJa>, <https://bbc.in/3N8ArtR> e <https://bit.ly/3W4VS2O>. Acesso em 25/10/2022.

<sup>43</sup> A sonogação de informações e o envolvimento indevido do Tribunal de Contas da União foram noticiados em <https://is.gd/iMOgfA> e <https://bit.ly/3N6QEzC>. Acesso em 25/10/2022.

<sup>44</sup> Juristas listaram, para a CPI, os crimes atribuídos a Bolsonaro: <https://bbc.in/3DbFDII>. Acesso em 25/10/2022.

<sup>45</sup> Esse comportamento de Bolsonaro foi documentado em vídeo: <http://glo.bo/3DwPc6l>. Acesso em 25/10/2022.

<sup>46</sup> Conforme consta em <http://glo.bo/3zfNioj>. Acesso em 25/10/2022.

Essa comparação entre a Nova Ordem e a distopia real vivida no Brasil poderia seguir se as semelhanças já não fossem suficientes. É claro que *O colapso da nova ordem* não se propõe a relatar de modo realista o que ocorreu no Brasil nem a propagar teorias da conspiração; o que o autor faz é apresentar – de maneira exagerada, como em uma caricatura – as ideias autoritárias e as atitudes genocidas efetivamente adotadas pelo governo Bolsonaro durante a pandemia, que culminaram na morte de centenas de milhares de pessoas, além das terríveis consequências socioeconômicas e culturais, como a exposição virulenta da estupidez de muitos de seus seguidores, o crescimento do negacionismo científico e da perseguição ideológica, o aumento do desemprego e da miséria, entre tantas outras.

O que a Nova Ordem faz é elevar ao paroxismo a biopolítica desenvolvida pelos Estados modernos. No curso *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault afirma que um fenômeno fundamental na passagem do século 18 para o 19 foi “a assunção da vida pelo poder”, ou, em outros termos, “uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico” (2010, p. 201). Até esse momento, o soberano exercia seu poder sobre a vida porque podia fazer morrer (matar), assim como podia deixar viver. Embora esse poder não seja apagado, surge uma inovação decisiva: um novo direito (um biopoder) de “fazer viver” e “deixar morrer” (2010, p. 202). Segundo Foucault, isso ocorre porque a biopolítica (ou o biopoder), desde então, se preocupa em controlar processos vitais como nascimentos e óbitos, taxas de fecundidade e de mortalidade, doenças e sistemas médicos: “é da natalidade, da morbidade, das incapacidades biológicas diversas, dos efeitos do meio, é disso tudo que a biopolítica vai extrair seu saber e definir o campo de intervenção de seu poder” (2010, p. 206). A biopolítica passa a intervir, por exemplo, em atividades ligadas à higiene pública, à coordenação de tratamentos médicos, à normalização do saber científico e à medicalização da população, além de controlar fenômenos como a velhice, as anomalias diversas, o meio onde vive a espécie humana etc. (2010, p. 205-206). Isso tudo vai muito além da velha assistência, já que esses processos se tornam alvo do poder. É nesse momento que surge, segundo Foucault, a noção de “população”, distinta tanto do corpo individual quanto do corpo social: um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos numerável”; é sobre esse corpo que o poder se exerce: “a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder” (2010, p. 206).

Foucault trata de algo diferente do tormento das grandes epidemias que desde a Idade Média assombram a humanidade: “*grosso modo*, aquilo que se poderia chamar de endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade de doenças reinantes

numa população” (2010, p. 205). Mas a pandemia de *O colapso da nova ordem*, em vez de surgir espontânea e incompreensivelmente, é originada pela tecnologia de extermínio em massa desenvolvida em laboratórios e disseminada com propósitos biopolíticos. Essa pandemia aperfeiçoa e agiliza o programa anterior de eliminação da população considerada excedente e de subjugação mental por meio da implantação de *chips* cerebrais. Nos termos de um édito da Nova Ordem, “a vida não é um bem individual nem inviolável e sim um bem público subordinado aos interesses do Estado” (2022a, p. 59). O regime reivindica direitos absolutos sobre a vida e a morte, com poder, por exemplo, para dispor dos corpos defuntos, extinguir a autonomia médica, permitir o uso de armas químicas e biológicas, regular e controlar procedimentos médicos e hospitalares (2022a, p. 59).

No caso da pandemia de Covid e de sua incidência no Brasil, é difícil aceitar teorias da conspiração que supõem algo como a criação planejada do vírus e sua propagação proposital. Por outro lado, é inegável o uso político da pandemia no que se refere à gestão da vida das populações ao redor do planeta, o que se manifesta nas políticas de proteção ou de fragilização das pessoas, na maior ou menor exposição de certos grupos sociais ao vírus, nas diferenças de acesso ao sistema de saúde e aos tratamentos, na urgência ou no atraso da compra de vacinas pelos órgãos públicos, nos critérios de seleção do público-alvo da imunização etc. Trata-se de fazer certas pessoas viverem e deixar que outras morram. Ou melhor, em alguns momentos da pandemia, trata-se do estímulo governamental para que parte da população se exponha à morte.

Na Nova Ordem, o povo é tratado como inimigo, como explica Santa Cruz: “mentir, sempre mentimos; matar, sempre matamos, é o nosso ofício. Mas matar simulando que estamos salvando vidas é outra coisa, para simular é preciso muita esperteza. E contar com a cumplicidade do próprio inimigo, no caso, o povo” (2022a, p. 55). O general evidentemente não inclui nem a si mesmo nem seus colaboradores na categoria de “povo”. Como lembra Agamben, em *Homo sacer*, nas línguas europeias modernas o termo “povo” é ambíguo, podendo significar, por um lado, “o complexo dos cidadãos como corpo político unitário” (por exemplo, o “povo italiano” e o “povo dos Estados Unidos”), e, por outro lado, “os pobres, os deserdados, os excluídos”: “um mesmo termo denomina, assim, tanto o sujeito político constitutivo quanto a classe que, de fato, se não de direito, é excluída da política” (2010, p. 172). Ou seja, para Agamben, o conceito de “povo” permite reconhecer ora o mero viver biológico, ora a existência política; a inclusão ou a exclusão nessas categorias é uma operação biopolítica: “o ‘povo’ carrega, assim, desde sempre, em si, a fratura biopolítica fundamental” (2010, p. 173). Quando o chefe da Nova Ordem declara o povo inimigo, ele exclui da cidadania uma parte da população, reduzindo-a à mera vida biológica e, portanto, desprezível e matável.

Regimes de tendência fascista em geral se aproveitam da noção de “povo” amplamente propagada pelos nacionalismos. Mas, nesses casos, o “povo” só inclui o conjunto inteiro do corpo político no momento em que a ideologia opera; quando se trata de estabelecer o corte entre privilegiados e subjugados, o “povo” é separado como parte estranha ao corpo dos “verdadeiros cidadãos” (às vezes chamados de “homens de bem”) e a parte desprezada é potencialmente abandonada à aniquilação, como ocorre na Nova Ordem.

Conforme ao anúncio do título, o final da história de Kucinski é esperançoso. Em poucas linhas, o narrador informa que os utopistas, antes perseguidos e dizimados, conseguem recuperar seus ideais, voltar à cena política e tomar o governo, instaurando um novo regime. A causa da queda da Nova Ordem, contudo, não foi a luta utopística, e sim a própria pandemia, que inutilizou o “Chip de Customização de Humanos Conformados”. Isso lembra o que Hannah Arendt, em *A condição humana*, afirma acerca da ação humana, caracterizada pela irreversibilidade e pela imprevisibilidade: aquele que age nunca sabe exatamente quais são os resultados do que está fazendo, já que as consequências do que faz podem ser diferentes das que foram previstas; além disso, os atos humanos nunca poderão ser desfeitos, por mais desastrosos e imprevistos que sejam (2019, p. 289). Arendt também pensa que a ação mantém uma estreita relação com a condição humana da natalidade: a capacidade de agir (e de iniciar algo novo) equivale ao começo do nascimento (2019, p. 11). A ação dos líderes da Nova Ordem, que promoveu a pandemia, não alcançou os resultados esperados, mas se voltou contra o próprio regime. Também ela não poderia ser desfeita, restando ao líder Santa Cruz apenas o arrependimento autoacusador. Entre as consequências imprevisíveis e irreversíveis de sua ação, surge o espaço para algo novo, e assim renascem também os sonhos dos utopistas.

No Brasil real, poucos meses depois do lançamento de *O colapso da nova ordem*, o candidato de oposição, Luiz Inácio Lula da Silva, venceu as eleições de 2022, com 50,9% dos votos válidos. Como num presságio da derrota de Bolsonaro, as linhas finais da ficção kucinskiana pareciam anunciar que a reconstrução e a democratização do país voltariam a se tornar sonhos possíveis. No entanto, não se pode esquecer que Bolsonaro obteve 58.206.354 votos.<sup>47</sup> Mesmo considerando que parte significativa desse número resulte do escandaloso aparelhamento da máquina pública e das táticas mentirosas e autoritárias mobilizadas pelo governo Bolsonaro para tumultuar a votação, é inegável que permanece no horizonte político brasileiro a ameaça dos amplos grupos de tendência fascista com aspirações totalitárias, aos quais continua urgente resistir.

---

<sup>47</sup> O resultado foi oficializado pelo Tribunal Superior Eleitoral: <https://bit.ly/3XC5VNT>. Acesso em 29/12/2022.

## 2.12 A marcha nas ruínas das catástrofes: *O congresso dos desaparecidos* (2023)

*O congresso dos desaparecidos*, publicado pela editora Alameda em 2023, é o último livro de Kucinski até o momento. A capa é ilustrada por Enio Squeff, artista que acompanha o escritor desde *Mataram o presidente*. Na folha de rosto, é posposta ao título a expressão “drama em prosa”, que não consta na ficha catalográfica, de modo que há dúvida se ela é um subtítulo ou se descreve um tipo textual. A primeira hipótese (seguindo o senso comum) apontaria para o debate sobre o “drama” da persistente violência desaparecedora, que ainda suscita emoções conflituosas. Na segunda possibilidade, a expressão indicaria que o livro escapa às convenções de gênero: é difícil classificá-lo como romance, novela, diálogo ensaístico, roteiro teatral adaptado à prosa romanesca ou algo diverso. Nesse caso, o “drama” designaria (ainda em sentido lato e figurado) tanto a forma dialogada do livro quanto a encenação imaginária de um encontro de vítimas de desaparecimentos forçados. Essa interpretação é fortalecida pelo termo “prosa” (tomado no sentido de conversa), já que os colóquios ocupam quase toda a narrativa. Na orelha do livro, Márcio Seligmann-Silva se refere à obra como um “romance-manifesto”.

Poucos fatos constituem o enredo. A complexidade é reservada à apresentação literária de pessoas desaparecidas e ao teor dos diálogos entre elas. No início, o protagonista-narrador Japa é “arrastado” dos “confins distantes” para a Praça da República, onde encontra o companheiro Rodriguez (2023, p. 7). Este supõe que o acaso se deve a uma “sincronia de desejos”, um sentimento do “mesmo imperativo” (2023, p. 9). Ambos idealizam um congresso com os demais desaparecidos da ditadura, logo agendado e propagado “de boca em boca” (2023, p. 11). Os evocados, todos “mortos sem sepultura” (2023, p. 20), comparecem ao evento, que dura três noites. Ao se reconhecerem, eles veem uns nos outros as marcas das feridas.

A data simbólica escolhida para o início do congresso, primeiro de maio, associa os desaparecidos políticos às lutas anticapitalistas que denunciam a exploração de trabalhadores e a desigualdade social. Os personagens mencionam o fim da pandemia de Covid 19 e os ataques golpistas de oito de janeiro de 2023, do que se deduz que o congresso estaria acontecendo exatamente no momento em que o livro foi lançado.<sup>48</sup> O espaço principal é a Catedral da Sé, palco memorável da resistência à ditadura. Rodriguez explica que “as catedrais transcendem,

---

<sup>48</sup> Anunciado para pré-venda com remessa prevista a partir de 30/04/2023, o livro foi enviado aos leitores em 03/05/2023, data do último dia do congresso ficcional. A livraria Amazon registra a publicação em 05/05/2023. Por coincidência ou não, a preparação real da obra e a organização ficcional do congresso são simultâneas. O manifesto final dos desaparecidos teria sido disponibilizado ao público durante a “marcha dos espectros”.

transmitem majestade” e “presença do sagrado, do maravilhoso” (2023, p. 12). A justaposição de “sagrado” e “maravilhoso” é curiosa: a reverência respeitosa à memória dos desaparecidos é compatibilizada com o emprego de um artifício literário que os transforma em fantasmas.

Os diálogos constituem a maior parte da forma narrativa, repleta de conversas entre os personagens principais. Enquanto preparam o congresso, eles discutem o passado e a atualidade (capítulos 1-6, 10-11). Os reencontros entre militantes e os discursos nas reuniões predominam na segunda metade (cap. 7-9, 12-14). No fim, o evento resulta em uma espécie de manifesto coletivo (cap. 13) e uma “marcha dos espectros” de quarenta dias até a manifestação em Brasília (cap. 15). O autor assina o posfácio, intitulado “Desaparecer, verbo transitivo”.

Os protagonistas têm funções continuadas: com poucas exceções, Japa narra e pergunta, enquanto Rodriguez ensina. Alguns aspectos de Japa remetem à história de Francisco Seiko Okama, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) que “usava os codinomes de Tsutomu Sasaki e de Baiano”, “tinha traços orientais e era chamado pelos agentes da repressão de ‘japonês’”, assassinado por agentes do Estado brasileiro em 15 de março de 1973, enterrado em Mauá (BRASIL, 2014a, p. 1195, 1199-1204). O personagem lembra ainda algo de Issami Nakamura Okano, da ALN, egresso da Faculdade de Química da USP, “onde também se tornou assistente de laboratório no Departamento de Engenharia Química e no Instituto de Física”, desaparecido em 14 de maio de 1974 depois de ter sido preso por agentes do DOI-CODI (BRASIL, 2014a, p. 1664-1666). Contudo, em *O congresso dos desaparecidos* há vários elementos que desautorizam a identificação do personagem a essas pessoas. Em entrevista concedida a Gustavo Conde, Kucinski afirma que Japa é totalmente inventado e que Rodriguez também é uma criação imaginária. Embora ressalve que pessoa e personagem são distintos, o escritor admite que Rodriguez remete a Wilson Silva. O autor menciona a preocupação com implicações éticas relacionadas à atribuição de falas a personagens baseados em pessoas reais: os familiares das vítimas poderiam considerar a ficção ofensiva. Por essa razão, ele diz ter nomeado os personagens com os codinomes dos militantes da resistência, e não com seus nomes verdadeiros, exceto em casos muito conhecidos.<sup>49</sup> Ao resenhar o romance, Marcelo Rubens Paiva – filho do ex-deputado desaparecido Rubens Paiva, também transformado em personagem – percebe que David é “David Capistrano, editor e líder comunista desaparecido em 1974”, Osvaldão “é o notório guerrilheiro do PCdoB morto em 1974, pendurado num helicóptero e exibido à população do Araguaia”, “Onofre é o Pinto, liderança da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), desaparecido em torno de 1974” e “Jonas é Virgílio Gomes da

---

<sup>49</sup> A entrevista, transmitida pelo canal TV 247, está disponível em <https://bit.ly/3qsvC71>. Acesso em 06/06/2023.

Silva, desaparecido em 1969, da Ação Libertadora Nacional (ALN)” (2023, s/p.). Há várias outras correspondências como essas.

O personagem Rodriguez também remete ao autor homônimo da carta final de *K.*, o genro de *K.*, com quem compartilha a descrição: “tinha queixo protuberante, a mandíbula saltada para fora, quase uma deformação” (2023, p. 8). No primeiro capítulo de *O congresso dos desaparecidos*, Japa rememora: “assumimos a revolução como destino. Derrotar um exército, mudar o mundo, tudo parecia possível. Que ingenuidade! Que ilusão! Que tremenda ilusão! Depois, o pânico, quando já sabíamos da derrota e, não obstante, perseverávamos, como que provocando o anjo da morte” (2023, p. 8). Rodriguez reafirma a avaliação: “a revolução era uma utopia! Não é por acreditarmos na revolução que ela se torna possível” (2023, p. 39). A autocrítica ecoa em todo o romance, culminando no período do congresso, especialmente no diálogo em que Rodriguez convence Japa de que a guerrilha foi “um rito coletivo de sacrifício”, “um grande desastre” (2023, p. 104, 107). Antes, ele dissera: “a guerrilha do Araguaia não só não era necessária, como foi um erro estratégico e uma imprudência” (2023, p. 101). Assim, *O congresso dos desaparecidos* desenvolve a “Mensagem ao companheiro Klemente” (2011, p. 171-175). Agora, entretanto, há espaço para outros posicionamentos distintos do de Rodriguez: se em alguns momentos Kucinski parece radicalizar os argumentos da carta de *K.*, em outras passagens atribui a certos personagens os contra-argumentos em defesa da luta armada, além de julgamentos diversos das ações passadas. O Velho Mário, por exemplo, defende que “não há nada de que se envergonhar” e que “o movimento guerrilheiro do Araguaia foi um grande acontecimento, uma página gloriosa da nossa história, e seus ideais são eternos” (2023, p. 87).

Não obstante, o romance ostenta didatismo. No segundo capítulo, Rodriguez explica a necessidade da celebração de rituais fúnebres, o direito ao túmulo, o dever de respeito aos mortos e o estado indefinido (o “limbo”) dos desaparecidos. O narrador depois resume a lição: “mortos, somos impedidos de estar entre os vivos; insepultos, somos impedidos de estar entre os mortos” (2023, p. 22). A seguir, Japa assume a explicação e expõe a política de desaparecimentos praticada pelo “Estado Terrorista”, no qual “o estado de exceção se torna estrutura permanente que abole todos os direitos e liberdades individuais e coletivas” (2023, p. 23). Em algumas partes, o didatismo explícito cede espaço a especulações ensaísticas sobre extermínio e desaparecimento, bem como sobre metafísica e mitologia. Os ensinamentos são transmitidos sobretudo por Rodriguez, que “era o mais velho do grupo e de longe o mais culto” (2023, p. 13). O narrador frequentemente ressalta a postura didática e ensaística do interlocutor: “eu não sabia e ele me explicou naquele seu modo professoral” (2023, p. 28); “Rodriguez levantou-se e desfiou uma longa digressão, pausadamente e em tom um tanto solene, como se

ali estivesse dando uma aula” (2023, p. 38); “Rodriguez me deu outra aula” (2023, p. 95). Além disso, Rodriguez recorrentemente menciona mitos, escritores, poetas, filósofos. No discurso de abertura do congresso, ele lembra o mito grego de Antígona e defende “a sacralidade do corpo morto, verdadeiro marcador antropológico da nossa espécie” (2023, p. 64). Desse modo, *O congresso dos desaparecidos* propõe uma pedagogia dos desaparecidos, isto é, mostra a necessidade de aprender com os que enfrentaram a violência.

Por outro lado, os desaparecidos não falam diretamente aos vivos nem se comunicam com os mortos sepultados. Aliás, não há pessoas vivas entre os personagens, exceto os vultos anônimos de pessoas empobrecidas nas praças e nas ruas: talvez sejam entrevistas pelos desaparecidos porque, desumanizadas no mundo dos vivos, quase não importam mais como vidas. Tampouco há mortos enlutados cujos túmulos foram conhecidos. Nesse contexto, o escritor encena conversas imaginárias entre desaparecidos para tentar transmitir ao leitor o que supõe que eles diriam. Para isso, recorre ao maravilhoso. Em alguns contos, como “Encontro no porão”, Kucinski havia empregado o fantástico para tratar da absurda condição dos desaparecidos não enlutados.<sup>50</sup> Mas, nessas narrativas, o plano principal era o dos vivos. Agora, em *O congresso dos desaparecidos*, toda a história se passa exclusivamente em um mundo de espectros. Marcelo Rubens Paiva observa que, nesse livro, “a narrativa entra no óvulo da magia” (2023, s/p.). O congresso ocorre sempre à noite, o que intensifica a impressão de algo sobrenatural: “a atmosfera é reverencial. Paira um ar de mistério” (2023, p. 61).

No posfácio, Kucinski afirma que os desaparecimentos geram “a sensação de existir o que Julio Cortázar chamou de um ente diabólico que excede o campo da razão e os limites da linguagem, um poder fantasmático, ao mesmo tempo sobrenatural e infra-humano que parece vir das profundezas do mal” (2023, p. 136).<sup>51</sup> A menção retoma o sentimento do fantástico que Cortázar desenvolve em muitos contos: algo que rompe a segurança de compreensão da realidade, abala o hábito, provoca o estranhamento do mundo e exige novas formas de sensibilidade. Em publicações da década de 1970, Cortázar mobilizou o fantástico para a apresentação da violência dos regimes autoritários na América Latina. Por exemplo, no conto “Segunda vez”, publicado no volume *Alguém que anda por aí*, de 1977, o escritor cria uma história de incríveis desaparecimentos de pessoas intimadas a comparecer em obscuros

<sup>50</sup> Cf., na seção 5.5, a análise de “Encontro no porão”, com definição dos conceitos de fantástico e maravilhoso.

<sup>51</sup> No posfácio, Kucinski não explicita o texto a que se refere. Em mensagem particular enviada por *e-mail* no dia 19 de julho de 2023, Kucinski evidencia a referência ao transcrever o discurso pronunciado por Cortázar no “Coloquio de París” em 01 de fevereiro de 1981. O discurso começa assim: “Pienso que todos los aquí presentes coincidirán conmigo en que cada vez que a través de testimonios personales o de documentos tomamos contacto con la cuestión de los desaparecidos en la Argentina o en otros países sudamericanos, el sentimiento que se manifiesta casi de inmediato es el de lo diabólico”. Disponível em <https://is.gd/JYJ6oZ>. Acesso em 19 set. 2023.



escritórios oficiais espalhados por Buenos Aires. Na primeira convocação, ocorre apenas uma entrevista para averiguação, aparentemente protocolar; na segunda vez, o personagem entra na sala e não é mais visto. O narrador do primeiro parágrafo, que está do lado dos que fazem sumir, insinua que os desaparecimentos são metodicamente planejados: “se alguma coisa desse errado não iam nos cobrar, os responsáveis estavam lá em cima e o chefe era a lei” (2021b, p. 128-134). Do mesmo volume, “Apocalipse em Solentiname” também trata dos autoritarismos latino-americanos. O narrador conta uma viagem à Nicarágua, onde fotografa pinturas figurativas de cenários da região produzidas por camponeses. Quando volta a Paris e projeta as fotografias, ele se assombra com o que elas revelam: um rapaz baleado na testa, corpos humanos estendidos diante de um “grupo fardado”, pessoas perseguidas pelas ruas, uma moça sexualmente torturada e outras imagens desse tipo (2021b, p. 148-153). O fantástico de Cortázar lembra a forma da literatura testemunhal quando desesperadamente busca alguma expressão adequada à narração da experiência extraordinária, apesar de os propósitos e os temas desses grupos textuais estarem bem distantes. Como exemplo, basta citar as linhas iniciais do conto “As babas do diabo” (de *As armas secretas*, 1959): “nunca se saberá como se conta isso, se na primeira pessoa ou na segunda, usando a terceira do plural ou inventando continuamente formas que não servirão para nada. Se fosse possível dizer: eu viram subir a lua, ou: nos dói o fundo dos olhos [...]. Que diabo” (2021a, p. 298).

*O congresso dos desaparecidos* não é rigorosamente fantástico porque declara, desde o início, que os personagens habitam um plano sobrenatural. Trata-se mais propriamente de uma narrativa maravilhosa com inclinação à alegoria. Os mundos permanecem separados: os desaparecidos aparecem apenas uns aos outros, em uma espécie de dimensão alternativa. Mesmo assim, supõem que os vivos pressentem sua existência: “somos fantasmagorias, disse Rodriguez, e isso incomoda demais, perturba a sociedade” (2023, p. 18). Significativamente, o romance de Kucinski opera uma inversão: ao invés de assombrações, os desaparecidos é que são os seres espantados pelo que veem nos atuais cenários urbanos. Nas condições de miséria nas praças e nas ruas, as figuras desumanizadas se assemelham a sombras fantasmagóricas, como se os verdadeiros espectros apavorantes fossem os vivos. Para o narrador, o centro velho de São Paulo parece “um campo de refugiados”, ocupado por “vultos esgarçados” e garotos que “chaphavam nas águas lodosas do laguinho”: são “os destituídos de sempre, finalmente e para sempre descartados” (2023, p. 7). Os demais desaparecidos compartilham o horror, conforme Japa: eles ficam “atônitos com a realidade insólita, com o cenário de miséria e indigência que a mim também havia espantado e que assumia proporções maiores ali na praça da Catedral e em suas escadarias” (2023, p. 55). Na ficção de Kucinski, o terror não deriva da existência de

espíritos errantes, e sim da “onipresença do Estado assassino através dos tempos” (2023, p. 25).

O “surto fascista”, expressão muito repetida no romance, também assombra os mortos (2023, p. 73-74, por exemplo). Isso choca os desaparecidos e os leva “à depressão” (2023, p. 40, 114). Para o narrador, o “surto fascista” provém do esquecimento do passado: “um povo que esquece seus desaparecidos está condenado a um futuro de mais desaparecidos” (2023, p. 11). O personagem Pedro Tim considera que os fascistas “são espectros do passado; são os escravocratas de outrora reencarnados em empresários, capitães do mato reencarnados em gerentes de banco, déspotas sanguinários reencarnados em demagogos políticos” (2023, p. 11). Comentando *O congresso dos desaparecidos*, o ex-preso político Álvaro Caldas nota a assustadora manutenção do autoritarismo desaparecedor: “durante a ditadura civil-militar de 1964/85 o desaparecimento de pessoas tornou-se algo trivial, executado às escondidas nos porões do Estado. Experimente falar disto hoje para um jovem já assombrado com as chacinas nas escolas, criação do neofascismo bolsonarista” (2023, s/p.).

Outra notável inovação do romance é a apresentação do lamento dos desaparecidos pelo sofrimento dos familiares sobreviventes, ao invés do contrário. Vários personagens expressam sentimentos parecidos ao do narrador: “poderiam ter permitido a meus pais um enterro decente, porém decidiram me desaparecer” (2023, p. 10). Um deles deseja ser perdoado: “eu sou o Beto, não sei se minhas palavras chegarão aos meus pais, falo para lhes pedir perdão; eu era o mais velho, cabia a mim proteger os meus irmãos e eu falhei” (2023, p. 92). Eles também se perguntam sobre o destino de seus corpos, como Rodriguez: “perdi a conta de quantas vezes me enterraram e desenterraram, ele disse, por fim me despejaram na vala de Perus, misturado com outros, e ficou impossível me identificar” (2023, p. 10). Por um lado, narrador e personagens evitam apagar as individualidades: eles são nomeados, apresentados, cumprimentados. Japa é categórico: “cada um importa” (2023, p. 22). Por outro lado, tentam encontrar para o desaparecido político uma categoria generalizante que signifique sua condição.

Uma das hipóteses dos protagonistas é que os desaparecidos estão sumindo também da memória coletiva. Trata-se de um segundo desaparecimento. Rodriguez exorta: “temos que discutir memória, proclamou, nós existimos na memória dos vivos, se sumimos é porque eles morreram, ou nos esqueceram, o que dá na mesma; você sabia que para os gregos o esquecimento equivale à morte?” (2023, p. 28). No congresso, ele discursa: “o método segue inexorável para sua derradeira etapa, a da supressão da história dos desaparecimentos por meio da supressão dos lugares da memória coletiva. A memória é como um túmulo imaginário” (2023, p. 64). Concordando com o narrador, Rodriguez pensa que a memória precisa estar viva nas práticas sociais, transcendendo os arquivos e os monumentos materiais, pois “memoriais

desprovidos de memória” “não passam de marcos petrificados, ele disse, memória que presta é a memória viva, que reelabora, pedra não reelabora” (2023, p. 30).

*O congresso dos desaparecidos* enfatiza os guerrilheiros do Araguaia, ainda mais ameaçados pelo esquecimento coletivo. Segundo Rodriguez, “alguns jamais deixarão de ser desaparecidos: os rapazes e moças da guerrilha do Araguaia cujos corpos foram incinerados na Serra das Andorinhas” (2023, p. 21). Lembrando que “o Exército negou por décadas que a guerrilha tivesse sequer existido” (2023, p. 24), o narrador enfrenta o apagamento e se dedica, em todo o sexto capítulo, a descrever a região do Araguaia e a narrar a história do movimento, a qual depois é recontada criticamente por Osvaldão no longo discurso do nono capítulo.

Araguaia é um dos principais assuntos debatidos no congresso. Vários guerrilheiros relutam em aparecer, mas depois falam por si mesmos. O encontro ficcional é uma encenação imaginária de um lugar em que as vítimas poderiam dar um testemunho autêntico, conforme o narrador anuncia desde o início: “nós nos apagamos, eu disse, outros falam por nós, alguns dizem mentiras, outros pensam que sabem, mas só nós conhecemos o pavor da experiência limite do desaparecimento; é a nossa voz que tem que ser ouvida, quem sabe sacudimos as pessoas?” (2023, p. 11). Ao atribuir falas aos personagens, Kucinski toca um ponto central para o estudo do testemunho: as vítimas extremas da violência não testemunham porque foram silenciadas ou pela morte ou pelo trauma.<sup>52</sup> Além de contar sua própria experiência, nesse encontro fantasmagórico os desaparecidos testemunham também como terceiros, pois eles viram o sofrimento dos vivos, dos familiares. Paradoxalmente, eles testemunham pelos sobreviventes, como pensa o narrador: “todos morremos muito cedo. Pouco conhecíamos da vida. Todos, indistintamente, testemunhamos por tempo demasiado o tormento de nossas famílias na busca desesperada de nosso paradeiro e, depois, de nossos despojos” (2023, p. 22).

Ao falarem, os desaparecidos assumem a atitude enunciada por Osvaldão: “vamos acabar com essa imagem de vítimas ingênuas” (2023, p. 54). Por outro lado, o narrador admite: “não se esperava um discurso triunfalista, entretanto a crueza do relato nos arrasou” (2023, p. 86). Alguns debatedores reafirmam os ideais dos combatentes, mas evitam a exaltação gloriosa da guerrilha. Os discursos e os diálogos alternam autocrítica, lamento, lembrança, denúncia do Estado assassino. Muitos reclamam o reconhecimento das lutas: contam histórias, exigem justiça, avaliam passado e presente, propõem encaminhamentos.

Um resultado do congresso é a elaboração das bases de uma “fenomenologia do desaparecido político”. Os desaparecidos são “entes que cruzaram a fronteira da morte”, mas

---

<sup>52</sup> Esse problema fundamental será retomado nos capítulos 4 e 5 desta tese.

sem direito ao “rito social do sepultamento”. Mesmo “invisíveis aos mortais comuns”, eles reivindicam a localização de seus despojos. Afirmam sua “sabedoria política” e propõem a elaboração de “um novo arquétipo” do desaparecido político. Enfatizam o caráter político do desaparecimento – uma reação violenta do Estado Terrorista à luta pela transformação social (2023, p. 117-120). No posfácio, Kucinski retoma essas proposições: o desaparecido político “é o estatuto de um corpo sem identidade e de uma identidade sem corpo” (2023, p. 135).

Outro resultado é a “marcha dos espectros”, em que Márcio Seligmann-Silva vê “um contramodelo revolucionário dos atos fascistas de 8/1/2023” (primeira orelha). À marcha se juntam outros grupos, entre os quais “trezentos espectros de desaparecidos pela Polícia Militar de São Paulo, quase todos negros, alguns garotos ainda”, “quarenta rapazes desaparecidos pela Polícia Mineira, também negros a maioria, e três desaparecidos de Brumadinho”, “caboclos assassinados no Pará e no Maranhão”, “alguns milhares de sertanejos chacinados em Canudos, indígenas aculturados, lideranças de ligas camponesas, posseiros, os desaparecidos da Cabanagem e da Guerra do Contestado”, “o pedreiro Amarildo” e “grupos de indígenas” (2023, p. 129-132). Eles protestam na Praça dos Três Poderes. Rodriguez conclui que “os mortos jamais se calam”; depois cita Vladimir Safatle: “aqueles que o poder quis anular não só fisicamente, também no imaginário das pessoas, fazendo-os desaparecer, voltam-se contra esse mesmo poder com a força inaudita dos espectros” (2023, p. 132).

A marcha apresenta as vítimas da ditadura vinculadas a muitas outras, de variados contextos históricos brasileiros. Os desaparecidos incluem os povos indígenas: “a Comissão Nacional da Verdade estimou em oito mil e trezentos os indígenas mortos [pela ditadura], muitos deles desaparecidos” (2023, p. 20). Milhares de pessoas foram tão desaparecidas que delas sequer restam os nomes, delas nem se sabe o número. Nesses casos, a política de desaparecimento lamentavelmente atingiu o fim: o apagamento total. Osvaldão diz: “sei que mataram muito caboclo só por serem meus amigos” (2023, p. 49). Nestor “estranhou a escassa participação de camponeses no congresso” e “disse que muitos foram desaparecidos, não só os poucos da lista oficial” (2023, p. 75). Ou seja, são pessoas reduzidas a categorias genéricas – “indígenas”, “caboclos”, “camponeses” –, cujas particularidades foram totalmente esquecidas.

No final do congresso, aparecem juntos Zumbi dos Palmares e Tiradentes. Embora não sejam precisamente desaparecidos como os demais, Rodriguez explica que foram decapitados e o direito à sepultura também lhes foi negado. Ambos discursam. Tiradentes lembra a luta por liberdade e igualdade. Zumbi recorda pessoas negras escravizadas, supliciadas, assassinadas, desaparecidas da história; depois, anuncia: “todos os negros que vagam sem sepultura se juntarão a nós” (2023, p. 125). Por fim, aparece o líder indígena Sepé

Tiaraju (também decapitado), que rememora a resistência dos indígenas contra as chacinas sistemáticas. Nesse ponto, é preciso evitar alguma leitura apressada que supusesse que Kucinski estaria exaltando “a metáfora falaciosa das três raças” formadoras do “povo brasileiro”, no sentido da tradição criticamente sintetizada por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019, 15-20). Os três líderes aparecem simultaneamente como vítimas e como heróis da resistência. Eles enfrentaram sujeitos indeterminados no texto, mas bem conhecidos na história: dominadores violentos que retornam sempre sob novas máscaras. Ou seja, os três líderes mostram que os povos originários, os escravizados africanos e os opositores aos poderes dominantes foram persistentemente perseguidos e eliminados desde a invasão dos colonizadores europeus até a atualidade. No congresso dos desaparecidos, todos são vítimas do autoritarismo excludente, de forma que antigos lutadores aniquilados manifestam sua vinculação e sua solidariedade aos militantes contrários à ditadura. A eles ainda se junta o pedreiro Amarildo, cujo sumiço, segundo Rodriguez, “simboliza a onipresença do Estado assassino através dos tempos” (2023, p. 25).

Por fim, vale ressaltar o lugar significativo que *O congresso dos desaparecidos* concede à poesia. Kucinski não publicou poemas: todas as suas doze obras literárias, produzidas em treze anos, são em prosa narrativa. Agora, ele transcreve poemas na abertura, no meio e no fechamento de seu último romance. A primeira epígrafe são os três primeiros versos do poema testemunhal que intitula *Inventário de cicatrizes*, de 1978, do então preso político Alex Polari:

Estamos todos perplexos  
à espera de um congresso  
dos mutilados de corpo e alma

Existe espalhado por aí  
de Bonsucesso à Amsterdam  
do Jardim Botânico a Paris  
de Estocolmo à Frei Caneca  
uma multidão de seres  
que portam pálidas cicatrizes  
esmanecidas pelo tempo  
bem vivas na memória envoltas  
em cinzas, fios cruces  
oratórios,  
elas compõem uma catedral  
de vítimas e vitrais  
uma Internacional de Feridas [...] (1978, p. 51).

Como se nota, a criação ficcional de um congresso de desaparecidos está relacionada à esperança do poeta. A segunda estrofe citada, que não consta na epígrafe, também é retomada nos espíritos que conservam as marcas da tortura em seus corpos inexistentes e na

catedral que sedia o encontro da narrativa kucinskiana.

A segunda epígrafe sai da última estrofe do poema “Desaparecidos”, de Mario Benedetti, inserido no volume *Geografías* (1982-1984). O poema merece transcrição integral:

Están en algún sitio / concertados  
 desconcertados / sordos  
 buscándose / buscándonos  
 bloqueados por los signos y las dudas  
 contemplando las verjas de las plazas  
 los timbres de las puertas / las viejas azoteas  
 ordenando sus sueños sus olvidos  
 quizá convalecientes de su muerte privada

nadie les ha explicado con certeza  
 si ya se fueron o si no  
 si son pancartas o temblores  
 sobrevivientes o respuestas

ven pasar árboles y pájaros  
 e ignoran a qué sombra pertenecen

cuando empezaron a desaparecer  
 hace tres cinco siete ceremonias  
 a desaparecer como sin sangre  
 como sin rostro y sin motivo  
 vieron por la ventana de su ausencia  
 lo que quedaba atrás / ese andamiaje  
 de abrazos cielo y humo

cuando empezaron a desaparecer  
 como el oasis en los espejismos  
 a desaparecer sin últimas palabras  
 tenían en sus manos los trocitos  
 de cosas que querían

están en algún sitio / nube o tumba  
 están en algún sitio / estoy seguro  
 allá en el sur del alma  
 es posible que hayan extraviado la brújula  
 y hoy vaguen preguntando preguntando  
 dónde carajo queda el buen amor  
 porque vienen del odio (2001, p. 18-19).

O poeta descreve desaparecidos simultaneamente combinados e desencontrados. Eles estão desacordados, no duplo sentido da palavra: adormecidos e desajustados. Quando o ódio autoritário os desapareceu, eles carregavam pedacinhos de coisas que amavam. Agora vagam desnorteados, contemplando grades de praças e velhas varandas, ordenando sonhos e esquecimentos. A “morte privada” remete tanto ao cerceamento das investigações na esfera pública quanto à privação da dignidade do funeral. Assim, eles permanecem ambigualmente dentro e fora do mundo dos vivos, entre os quais há quem empunhe cartazes e continuamente denuncie os crimes, como quem entoa uma ladainha. O poema está em consonância com *O*

*congresso dos desaparecidos*. Ao citar Benedetti, Kucinski vincula as vítimas da ditadura brasileira às ruínas deixadas pela ampla catástrofe que se espalha pela América Latina.

Precisamente no meio do livro, uma personagem recita “Os desaparecidos”, de Affonso Romano de Sant’Anna. Toda a primeira parte desse poema é transcrita no romance. Publicado em *Política e paixão*, de 1984, o texto descreve a horrível banalização dos desaparecimentos que “naqueles dias” aniquilavam pessoas de diferentes atividades e grupos sociais. A segunda parte do poema menciona o medo generalizado pelo terrorismo estatal: “e os que estavam perto, em pânico, fingiam / que não viam. Se abstraíam” (2012, pos. 2353). Na última parte, não recitada pela personagem, Sant’Anna parece prenunciar a ficção kucinskiana:

E surgiram sinais precisos  
de que os desaparecidos, cansados  
de desaparecerem vivos  
  
iam aparecer mesmo mortos  
florescendo com seus corpos  
a primavera de ossos (2012, pos. 2369).

O narrador de *O congresso dos desaparecidos* informa que a personagem e seu marido teriam sido os últimos da organização. Seus corpos foram incinerados em uma usina de açúcar. Ela é assim descrita: “uma mulher de seus trinta anos ergue-se no fundo da nave, caminha até o pódio, acerca-se e pede para recitar um poema. Não diz seu nome. É alta, robusta, loira, de rosto anguloso, olhos claros e nariz reto, uma fisionomia marcante” (2023, p. 66). Ela não pronuncia nada além do poema. Sem dúvida, a mulher remete a Ana Rosa Kucinski. É significativo que o escritor não lhe atribua nenhuma fala própria: ela diz um texto alheio como quem profere um discurso comunitário. O gesto sugere que o poema, composto por um terceiro, é capaz de testemunhar no lugar da voz dela e dos demais desaparecidos, expressando parte do que eles não puderam dizer. Assim, o romance kucinskiano mostra a literatura testemunhal como uma potencial manifestação solidária àqueles que jamais poderão falar por si mesmos.

Nas linhas finais do romance está transcrito o último terceto de “Menipo”, soneto que Manuel Bandeira compôs em 1907 (*Carnaval*, 1919). Após dizer que Rodriguez contemplava “extasiado e com um sorriso nos lábios” a multidão de desaparecidos que se manifestava em Brasília (2023, p. 133), o narrador arremata a história com alguma esperança:

Em seu lábio cansado um sorriso luzia.  
E era o sorriso eterno e sutil da ironia,  
Que triunfara da vida e triunfava da morte (BANDEIRA, 1994, p. 128).

O quarto capítulo de *O congresso dos desaparecidos* comenta o samba-enredo da vencedora do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro em 2019, a Mangueira, com produção de Leandro Vieira.<sup>53</sup> O narrador diz que “o samba-enredo, *Histórias para ninar gente grande*, exalta o Brasil dos oprimidos e seus heróis, desde a chacina de indígenas pelos colonizadores portugueses até o assassinato da vereadora negra Marielle cinco séculos depois” (2023, p. 31). Ele destaca a inscrição “Ditadura assassina” em uma alegoria e a participação de representantes das vítimas: “no pódio sobressai, imponente como uma deusa, a irmã de nosso companheiro Tuti, martirizado e desaparecido. Vestida de preto e de óculos escuros, Hildegard Angel é a personificação da dor” (2023, p. 32). Mas os versos atribuídos ao samba-enredo são, na verdade, da canção “Pequena memória para um tempo sem memória”, de Gonzaguinha (*A vida do viajante*, 1981), interpretada também por Elza Soares (*Planeta fome*, 2019):

São cruces em nomes, sem corpos, sem datas

Memória de um tempo  
Onde lutar por seu direito  
É um defeito que mata<sup>54</sup>

O romance também menciona versos inscritos em um monumento à memória da Guerrilha do Araguaia localizado no município de Xambioá, em Tocantins (2023, 47). A seguir, o narrador relembra parte da canção “Hoje”, do álbum homônimo de 1969, de Taiguara:

Hoje  
Trago em meu corpo as marcas do meu tempo  
Meu desespero, a vida num momento  
A fossa, a fome, a flor, o fim do mundo [...]

Ah, sorte  
Eu não queria a juventude assim perdida  
Eu não queria andar morrendo pela vida  
Eu não queria amar assim como eu te amei<sup>55</sup>

O romance alude ainda, direta ou indiretamente, a vários poetas e escritores, os quais não cabe inventariar aqui. Importa anotar, pelo menos, a intertextualidade estabelecida com o célebre poema de Carlos Drummond de Andrade intitulado “Congresso internacional do medo”, de 1940 (1993, p. 145), e com o romance *Pedro Páramo*, de Ruan Rulfo, publicado no México em 1955 (2022). Todas essas referências corroboram uma tese geral do romance: a

<sup>53</sup> A autoria, a letra, a gravação, a ficha técnica e a sinopse do samba-enredo e do desfile estão disponíveis no *site* da LIESA: <https://bit.ly/3qCCS0k>. Acesso em 07/06/2023.

<sup>54</sup> Disponível em <https://youtu.be/sS7Bq-bnSnw> e em <https://youtu.be/7LUMzQjEF8o>. Acesso em 07/06/2023.

<sup>55</sup> A letra e a interpretação da canção estão disponíveis em <https://is.gd/R8s1b4>. Acesso em 09/06/2023.



violência da ditadura assassina manifesta o autoritarismo persistente na história brasileira e está vinculada à barbárie que assola também outros países latino-americanos.

### 3 A DIFÍCIL DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DE VIOLÊNCIA E AUTORITARISMO

#### 3.1 Questões iniciais sobre uma definição problemática

Os leitores de *sites* de notícias e os espectadores de programas televisivos sensacionalistas são habituados às cotidianas matérias jornalísticas relacionadas à violência. Esses canais expressam o que o senso comum costuma entender como violência: quase sempre relacionada à criminalidade, ela seria perceptível em delitos como assaltos, sequestros, espancamentos, estupro, assassinatos e similares. Além disso, esses noticiários frequentemente reivindicam a majoração do rigor da lei como remédio contra a violência, propagando urgências falaciosas de redução da maioria penal, de privação de direitos humanos básicos a acusados presos e de aumento do tempo de encarceramento de supostos criminosos. Verifica-se também a recorrente demanda de uma presença mais forte do Estado em áreas às quais se atribui maior incidência da violência; nesses casos, o Estado geralmente é representado por forças policiais e militares. A violência da criminalidade – colocada em uma posição oposta ao direito – seria resolvida com punições mais rigorosas e coerção mais frequente. Por fim, não é raro encontrar ainda hoje defensores de uma violência alegadamente defensiva: contra “bandidos”, o “cidadão de bem” teria o direito de adquirir armas letais e de utilizá-las quando se sentisse ameaçado; isto é, a desobediência explícita às leis seria relativizada por excludentes de ilicitude arbitrariamente operados quando certos indivíduos decidissem, desdenhando o direito politicamente estabelecido, “fazer justiça com as próprias mãos”.

Embora não se possa negar que crimes como os mencionados acima sejam violentos, é preciso desconfiar do senso comum, que frequentemente desconsidera questões importantes: o que dizer de agentes policiais que agem com truculência? Não há casos em que os sujeitos nomeados como os promotores da lei são os próprios responsáveis por crimes bárbaros, como tortura e ocultação de cadáveres? A presença forte do Estado não implica ela mesma um exercício de violência coercitiva? O monopólio da violência legal por parte do Estado pode ser posto a serviço de interesses de elites dominantes, em vez de promover o bem-estar geral da sociedade? O Poder Judiciário pode ser autoritário contra vidas vulneráveis? As leis podem favorecer práticas violentas, ao invés de debelá-las, especialmente no que se refere ao estímulo ao armamento da população? As áreas e os grupos sociais marcados como violentos não são efeito de um sistema social profundamente injusto e de uma ideologia excludente?

Considerações mais detidas sobre o significado de “violência” acrescentariam muitas outras questões a essas indagações iniciais. É possível falar em linguagem violenta (por

exemplo, a linguagem preconceituosa empregada por alguns apresentadores televisivos)? A violência se dirige apenas contra vidas humanas, ou se pode falar também em violência contra animais e contra o meio ambiente em geral? Ela se limita a atos voluntários individuais, ou há formas de violência institucional e estrutural? Pode-se falar em violência indireta (por exemplo, um voto em favor da reeleição de um candidato que, no exercício da presidência da República, abandonou a população à morte em uma pandemia e estimulou o confronto violento entre cidadãos)? É legítimo pegar em armas para combater um governo autoritário? E quanto ao autoritarismo, ele difere substancialmente da violência, ou é um modo pelo qual ela se manifesta? A lista de perguntas poderia aumentar indefinidamente. Antes de aprofundar a análise da apresentação literária da violência e do autoritarismo na obra de Bernardo Kucinski, é relevante discutir minimamente os conceitos, por vezes incertos, de violência e autoritarismo.

Mario Stoppino, no verbete “Violência” do *Dicionário de política* organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino, define: “por violência entende-se a intervenção física de um indivíduo ou grupo contra outro indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo)” (2000d, p. 1291). Segundo Stoppino, para que essa intervenção física se configure como violência, é preciso que ela seja voluntária e que tenha por finalidade “destruir, ofender e coagir”; geralmente, “é exercida contra a vontade da vítima” (2000d, p. 1291). Para o verbetista, violência é sinônimo de força, mas se distingue de poder: este último “é a modificação da conduta do indivíduo ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria”, enquanto a primeira “é a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos”; assim, “o poder muda a vontade do outro; a violência, o estado do corpo ou de suas possibilidades ambientais e instrumentais” (2000d, p. 1292). A seguir, Stoppino desenvolve as relações entre ambos, já que o poder pode usar amplamente a violência como forma de coerção, seja a violência em ato, seja como ameaça, tanto com função punitiva quanto como demonstração exemplar de força. Por isso, ao governo cabe o monopólio da violência: “o governo utiliza tipicamente, com continuidade e de maneira tendencialmente exclusiva, a violência através de um ou mais aparelhos especializados (a polícia, o exército)” [...] (2000d, p. 1293). Isso implica, por um lado, que o governo pode declarar ilegítimos os usos da violência que não partem diretamente do poder político e, por outro lado, que pode permitir como legítimas ou toleráveis certas formas de violência, como, por exemplo, “a violência, mais ou menos limitada, que o pai pode usar no exercício do poder corretivo sobre o filho, a violência exercida em estado de legítima defesa e assim por diante” (2000d, p. 1294). Stoppino ainda registra usos distintos da violência em variados sistemas políticos, como o emprego da violência para propagação do terror: “a violência que alimenta uma situação de terror se distingue da violência que sustenta

a eficácia continuativa de um poder coercitivo porque esta é mensurada e previsível e aquela incomensurável e imprevisível”; no primeiro caso, “a finalidade principal da violência terrorista é exatamente a de truncar e paralisar antecipadamente [a] oposição potencial” (2000d, p. 1294). O autor descreve ainda outras funções políticas da violência, como a destruição de adversários ou de suas possibilidades de ação, o emprego da tortura como meio de dominação da resistência e da vontade de adversários políticos, o recurso a conflitos e guerras com a finalidade de impor ao inimigo a vontade dos beligerantes, entre outros diversos usos (2000d, p. 1295-1298). Mas a definição de Stoppino é bastante questionável e não é consensual, como se verá abaixo.

A tortura, mencionada em vários contos de Kucinski, certamente é um dos mais horrendos atos de violência. O conto “A madre”, que integra *A cicatriz e outras histórias*, apresenta essa prática absolutamente repudiável. Na história, um torturador estupra mulheres capturadas como “subversivas” durante o regime militar. A vítima do momento é uma freira, que resiste em silêncio e oração. Mas aqui o crime não é de responsabilidade apenas do estuprador: ele afirma ter sido contratado pelo governo, que o retirou da prisão justamente para seviciar prisioneiros da ditadura. O conto demonstra que o sistema legal não é necessariamente oposto à violência, mas que, ao contrário, pode empregá-la, sob formas muitas vezes brutais, para atingir os objetivos dos que detêm o poder político.

O torturador/estuprador é uma personificação paradigmática do homem absolutamente mau, extremamente violento: ele é a pura crueldade. Mas no conto ele é incomodamente introduzido como vítima, pois o narrador informa que, na infância, o personagem foi violentado sexualmente por um padre pedófilo. É difícil aceitar que a narrativa estaria atenuando a responsabilidade do torturador, como se seu comportamento execrável fosse sintomático de um trauma, ou como se ele apenas repetisse a perversidade da qual também fora alvo. De fato, nada justifica que ele não seja imputado por seus atos, a despeito de sua própria história pregressa. Mas o que o conto pode insinuar é que a violência não começa no sujeito, não é produto apenas da vontade individual, não depende somente de escolhas pessoais. Se, por um lado, o torturador deve responder por suas ações, por outro ele também é participante de uma história de violência que não começou nem acaba com ele. Não se pode separar o sujeito violento do contexto sócio-histórico que possibilitou sua constituição como tal. Isto é, a violência não se restringe apenas à competência do sujeito violento, mas deve ser vista sob o enquadramento socioeconômico e cultural que condiciona suas manifestações.

O conto “A madre” é estranhamente cindido. A curta narração começa em terceira pessoa, mas passa para a primeira no quarto parágrafo. As primeiras informações são de que a

freira está nua, “estirada na bancada dos suplícios desmaiada”, à disposição do torturador. Mas no final ele próprio diz que ela “é especial”, que “não vai passar nos ferros” e que ele aguarda uma oportunidade para estuprá-la, arriscando desobedecer a seus superiores (2021, p. 57-58). Isso gera a impressão de que há dois pedaços de contos postos numa sequência formal defeituosa (aliás, uma explicação que não deveria ser ignorada). Mas isso também pode sugerir uma cisão no próprio sujeito protagonista, cortado em sua autoconsciência e em seu desejo. Aparentemente, ele percebe mais riscos em sua ação do que de fato há, uma vez que atua em nome (e sob a proteção) do governo. Ele tenta explicar como “tesão” o que pode ser efeito de ressentimento e vingança. Embora o torturador não negue, no conto, a responsabilidade autônoma por seus atos, ele também não demonstra plena ciência de que serve como instrumento para um sistema violento muito maior do que ele pode compreender. O conto “A mãe” oferece um bom ponto de partida para a discussão da complexidade do problema da violência e de sua difícil apresentação literária.

Outro conto de Kucinski, “A história de Tadeu”, mostra que a possível convergência entre a criminalidade e a violência praticada por agentes estatais também ocorre em períodos democráticos. A primeira versão dessa narrativa foi publicada em um livro de autoria coletiva, *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação*, em que vários estudiosos e ativistas discutem o problema indicado no título sob diferentes perspectivas, as quais incluem a narrativa ficcional (KUCINSKI et al, 2015). O conto, ligeiramente alterado, foi depois inserido em *A cicatriz e outras histórias*. No enredo, Tadeu resolve fugir de casa por ter sido abandonado pelo pai e por ser continuamente maltratado pela mãe. A seguir, ele é resgatado por uma equipe policial e internado em um orfanato. Quando alcança a maioridade, o protagonista começa a trabalhar, mas é espancado por policiais porque acompanhava um amigo envolvido em atividades proibidas. O espancamento resulta na morte precoce do protagonista, aos 18 anos.

Em sua breve biografia, Tadeu é vitimado de diferentes maneiras. As surras a que é submetido pela mãe na infância são intensificadas pelo descaso paterno e pela exposição a cenas de sexo. Além disso, ele sofre por causa da pobreza e passa fome. A escola parece conivente com a agressividade entre estudantes e, incapaz de compreender que a vulnerabilidade social pode prejudicar a aprendizagem, submete o menino à reprovação, em vez de buscar respostas para suas adversidades. No internato, Tadeu “ajustou-se a um estado de violência de baixa intensidade como modo normal de vida” (2021, p. 179). Sua morte ocorre logo depois de ele assistir ao fuzilamento do amigo. Como o narrador avisa no início, Tadeu

apresenta uma história coletiva: “mudem o nome, alterem algumas circunstâncias e terão a história de muitos outros meninos do Brasil” (2021, p. 176).

O conto recusa polarizações rápidas, dado que há personagens simultaneamente agentes e vítimas da violência. A mãe direciona injustamente para o menino a raiva que ela sente contra o machismo estrutural, o qual delega à mulher a responsabilidade exclusiva pelos filhos: “se o pai atrasava a pensão, batia no menino” (2021, p. 176). Os colegas agressivos do orfanato convivem com o racismo: Tadeu, que era o “menos escuro” entre eles, “era até mais bem tratado pelos serventes que o viam como vítima de um infortúnio maior, como se para pretinhos e mulatinhos o abandono fosse natural e talvez merecido” (2021, p. 178).

Entretanto, os policiais, que aparecem três vezes na história, oferecem o exemplo mais emblemático dos problemas em torno da separação simplista entre agressores e vítimas (os maus e os bons) e da redução da violência à decisão individual. Na primeira aparição, a polícia é protetora: resgata o menino e o encaminha adequadamente, respeitando a lei e os direitos humanos fundamentais. Na segunda menção, os soldados da polícia militar são sócios de criminosos e com eles se confundem. Logo depois, ao final, eles são matadores inclementes. Nesse caso, eles não agem em nome do Estado, embora sejam seus representantes legais naquela região. Eles instauram suas próprias leis, ou melhor, seu próprio código de julgamento e punição. Aqui, a violência contra a população vulnerável se mostra justamente na instituição que deveria garantir sua proteção.

### 3.2 Walter Benjamin e a crítica da violência

Uma concepção ampla da violência é a que foi proposta por Walter Benjamin em “Para a crítica da violência”, ensaio escrito sob os impactos da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Alemã de 1918, publicado em 1921. O termo “crítica”, nesse caso, não aponta para uma apologia da não violência, mas sim retoma o sentido filosófico de “exame”, “apreciação”. Segundo Jeane Marie Gagnebin, em nota à edição brasileira, “o conceito de *Kritik* é empregado aqui no sentido kantiano de ‘delimitação dos limites’” (in BENJAMIN, 2013, p. 121). Ela também chama a atenção para o fato de que o substantivo *Gewalt*, usado por Benjamin, pode significar tanto “violência” quanto “poder” (como em *Staatsgewalts*, autoridade ou poder do Estado): “de todo modo, o que importa é ressaltar a dupla acepção do termo *Gewalt*, que indica, em si mesmo, a imbricação entre poder político e violência que constitui o pano de fundo da reflexão de Benjamin” (in BENJAMIN, 2013, p. 122). Desse modo, a diferenciação simples entre violência e poder é abalada desde o título do ensaio. Esse texto complexo e instável, em

alguns pontos hermético, não se rende a leituras superficiais. Serão esboçadas a seguir algumas de suas ideias-chave, retomadas depois nos comentários e críticas de outros pensadores.

Circunscrevendo a crítica da violência a suas relações com o direito e a justiça, a partir de uma reflexão histórico-filosófica, Benjamin inicialmente recusa tomar como critério os fins a que se presta a violência, a qual é sempre um meio. Para o direito natural, se um fim fosse considerado justo ou injusto, a violência seria julgada conforme ou não ao direito relativamente a esse fim. O direito positivo, por outro lado, se concentra na consideração da legitimidade ou da ilegitimidade dos meios para daí extrair a justiça ou injustiça dos fins. Em vez disso, Benjamin quer tomar a violência em si mesma, como princípio, criticando-a a partir de critérios independentes em relação aos fins a que ela serve.

Para Benjamin, a violência não se opõe ao direito, e sim constitui sua origem e garante sua manutenção. É claro que há violência também fora do âmbito do direito, mas a ordenação jurídica se empenha por retirar do indivíduo a possibilidade de uso de meios violentos. Isto é, o poder jurídico age para cercear o emprego da violência, limitando a si mesmo o seu uso legítimo. Esse esforço não é completamente bem-sucedido, de forma que resta uma violência fora do âmbito do direito, como a que se manifesta na figura do grande criminoso. Mas o direito considera que a violência na mão de indivíduos constitui um perigo de subversão da ordem estabelecida. Ele tem interesse em monopolizar a violência não porque vise simplesmente a condená-la quando empregada para fins ilegítimos, mas porque pretende se garantir a si próprio. Assim, “a violência, quando não se encontra nas mãos do direito estabelecido, qualquer que seja este, o ameaça perigosamente, não em razão dos fins que ela quer alcançar, mas por sua mera existência fora do direito” (2013, p. 127).

Não obstante, há casos em que a ordenação jurídica admite o recurso à violência. Benjamin, em sua época, percebia que isso ocorria na greve geral dos operários, prevista em lei. A princípio, é surpreendente que a greve seja tratada como uma forma de violência, já que se constitui como uma abstenção de ação. Mas, para Benjamin, a greve só é não violenta quando implica apenas um “virar as costas” dos trabalhadores que se subtraem à violência indireta do patrão. Quando os grevistas exigem algo em troca do retorno ao trabalho, a violência se manifesta na forma da chantagem. De acordo com Benjamin, “é nesse sentido que, da perspectiva da classe trabalhadora, que se contrapõe à perspectiva do Estado, o direito de greve configura o direito de empregar a violência para alcançar determinados fins” (2013, p. 128-129). O antagonismo entre as posições dos trabalhadores e do Estado aparece de forma ainda mais aguda na greve geral revolucionária (uma espécie de paralisação simultânea em todas as empresas), que não reivindica apenas algum benefício para os trabalhadores, mas que visa

combater a própria ordenação jurídica. A greve geral revolucionária é reprimida pelo Estado porque nela os trabalhadores usam uma possibilidade de violência parcialmente prevista pelo próprio direito com a finalidade de derrubá-lo ou de modificá-lo, instaurando um novo direito.

O exemplo da greve antecipa a distinção benjaminiana entre a violência que instaura o direito e a que o mantém. Se, por um lado, a violência instauradora institui uma nova ordem e cria um novo direito, a violência mantenedora, por outro, “é uma violência que ameaça” com punição (2013, p. 133) tendo em vista preservar a ordem existente e fortalecer o direito. Enquanto a primeira advém de uma vitória em um conflito, a segunda executa e defende os fins instituídos pelos vencedores. Esses dois tipos de violência podem se contaminar reciprocamente e se confundir, e, para Benjamin, isso ocorria infamemente na instituição policial de sua época: a polícia exerce um poder para fins de direito (pode executar medidas), mas também assume o poder de ampliar esses fins de direito (pode baixar decretos, ordenar medidas).

Benjamin desacredita alguns meios legais possivelmente não violentos para resolução de conflitos. Mesmo um contrato firmado de maneira pacífica “dá a cada uma das partes o direito de recorrer à violência, de um modo ou de outro, contra a outra parte contratante, caso essa rompa o contrato”; além disso, ao contrato é imprescindível o poder original (violento) que garante sua validade (2013, p. 137). Também nos parlamentos da época Benjamin via a impossibilidade de encontrar meios não violentos de entendimento político, seja porque eles haviam perdido a consciência das forças revolucionárias que os originaram, seja porque lhes faltava “o senso para violência instauradora do direito” (2013, p. 137). Benjamin vê possibilidade de resolução não violenta de conflitos somente fora do âmbito do direito, naqueles meios que ele chama de “puros” – como a cortesia do coração, a simpatia, o amor à paz e a confiança –, os quais se manifestam sobretudo no diálogo: “existe uma esfera da não-violência no entendimento humano que é totalmente inacessível à violência: a esfera própria da ‘compreensão mútua’, a linguagem”; contudo, mesmo esses meios estariam cada vez mais contaminados pelo “enorme alcance” da lei (2013, p. 139).

Os meios puros, típicos das relações entre pessoas particulares, podem ser apontados, por analogia, também na política. Para Benjamin, esse é o caso da tarefa dos diplomatas, que devem afastar conflitos entre países caso a caso, pacificamente e sem contratos. É o caso também da greve geral proletária, descrita por Benjamin a partir das ideias de Georges Sorel, que a opõe à greve geral política. Esta última, que fortalece o poder do Estado, exige a modificação das condições exteriores de trabalho ou a concessão de novos direitos, em um processo violento de chantagem. Por outro lado, a greve geral proletária, que aniquila o poder do Estado, recusa simples reformas, busca abolir o poder dos grupos dominantes e age de forma



não violenta, já que não impõe condições para o retorno ao trabalho. Tal retorno ocorrerá sem coerção do Estado e somente depois da completa transformação do trabalho. Para Benjamin, “a primeira modalidade de greve é instauradora do direito, a segunda, anarquista” (2013, p. 143). Mesmo que a anarquia associada à greve geral proletária possa ter consequências catastróficas, Benjamin se recusa a caracterizá-la como violenta, já que, de acordo com a posição assumida desde o princípio do ensaio, “o caráter violento de uma ação não deve ser julgado segundo seus efeitos ou fins, mas apenas segundo a lei de seus meios” (2013, p. 144).

Para Benjamin, em toda a esfera dos poderes orientados pelo direito, natural ou positivo, não se pode escapar da problemática da violência. Mas o ensaísta também se pergunta “se existem outras modalidades de violência, além daquelas consideradas por toda teoria do direito” (2013, p. 145). Essa desvinculação entre meios e fins, de acordo com Benjamin, também ofereceria uma saída para o difícil problema da justificação dos meios (a qual pertence ao destino) e da justeza dos fins (em última instância, decidida por Deus). Isso implicaria considerar a violência não mais como meio para algum fim, e sim como manifestação não mediata, tal como ocorre, por exemplo, no caso da cólera, que é uma explosão de violência sem um fim determinado. Benjamin pensa que “essas manifestações se encontram, de maneira muito significativa, antes de mais nada no mito” (2013, p. 147).

Nesse ponto, entra em cena mais uma provocante distinção operada por Benjamin, aquela que opõe a violência mítica à violência divina. “A violência mítica em sua forma arquetípica é mera manifestação dos deuses. Não meio para seus fins, dificilmente manifestação de sua vontade; em primeiro lugar, manifestação de sua existência” (2013, p. 147). Para explicá-la, Benjamin cita a lenda de Níobe, que se vangloriou por sua prole numericamente superior à de Leto. Esta, então, ofendida, pediu que seus filhos, Apolo e Ártemis, matassem todos os filhos de Níobe. A partir dessa narrativa, Benjamin conclui que a violência mítica não é um castigo, já que não havia proibição para o orgulho de Níobe. Em vez disso, a ação de Apolo e Ártemis instaura um direito, até então inexistente. A violência que recai sobre Níobe advém do destino, o qual ela desafiara. É uma violência que gera culpa, pois Níobe (que, transformada em rocha, continua a chorar vertendo água de uma nascente) passa a atribuir a si mesma a responsabilidade pela morte dos filhos. Como a violência instauradora do direito, a manifestação da violência mítica engendra tanto novas leis quanto formas de expiação para seus infratores. Portanto, a manifestação da violência mítica não atende a nenhum fim preexistente, mas funda o novo poder dos vencedores, poder que a partir de então será mantido.

A violência divina em tudo se contrapõe à violência mítica: aniquila o direito (ao invés de instaurá-lo), destrói os limites (em lugar de estabelecê-los), expia a culpa

(contrariamente a arrastar consigo simultaneamente culpa e expiação), golpeia (e não ameaça), é letal de maneira não sangrenta (ao invés de ser sangrenta). O exemplo de Benjamin é retirado da história bíblica de Coré. Esse levita lidera uma rebelião contra Moisés, o qual pede a intervenção de Deus no conflito. Deus então faz a terra se abrir sob os pés de Coré e dos homens de seu grupo, engolindo-os e igualmente fazendo desaparecer seus familiares e seus bens (*Bíblia de Jerusalém*, 2001, p. 240-242). Conforme Benjamin, “o juízo divino atinge privilegiados, levitas, atinge sem preveni-los, golpeia sem ameaçá-los, e não hesita diante da aniquilação. Mas, ao mesmo tempo, ao aniquilar, o juízo divino expia a culpa [...]” (2013, p. 151).

Benjamin ressalva que as manifestações da violência divina “não se definem pelo fato de que Deus em pessoa exerça essa violência de modo imediato, por milagres, mas por aqueles momentos de cumprimento não-sangrento, golpeador, expiador de culpa”, em ocasiões de ausência do direito ou de rompimento com ele (2013, p. 152). Para refutar a objeção de que nessas ocasiões estaria permitida a violência mútua entre os homens, Benjamin lembra o mandamento “Não matarás”, que é distinto de uma lei, já que precede o ato e não gera culpa: o mandamento não pode ser tomado como medida para julgamento de um ato consumado, e sim somente como “diretriz de ação para a pessoa ou comunidade que age” (2013, p. 153). Ao final do ensaio, Benjamin afirma que deve ser rejeitada tanto a violência mítica, que é instauradora do direito, quanto a violência mantenedora do direito. Já a violência divina, embora irreconhecível em casos determinados, também chamada de “violência revolucionária”, possibilita o rompimento da recorrência cíclica do poder dominante e a emergência do novo.

Em *A cicatriz e outras histórias* há um conto intitulado “Ordem e progresso”, cujo protagonista, nomeado como João Dória, é um oficial de justiça conhecedor das leis e venerador das ideias expressadas no lema da bandeira brasileira. Ele se apressa para cumprir um mandado de reintegração de posse de um terreno ocupado por uma família pobre, pois logo depois quer encontrar o seu neto Gugu. Em companhia de ajudantes, ele destrói rapidamente a residência da família, diante dos olhares assustados da mulher e das crianças que habitavam o barraco. Essa seria mais uma atividade ordinária se não houvesse uma espécie de epifania ao final:

João Dória custa a dormir. Transpira, revira-se. Finalmente pega no sono e sonha. Sonha que está num rio com água até a cintura, e a correnteza arrasta, à sua frente, crianças mortas; passam muitas e muitas crianças, todas mortas, de olhos arregalados e de barriga para cima; ele estende os braços, tenta agarrar uma, depois outra, mas elas lhe escapam das mãos, até que consegue segurar um menino ainda vivo e que chora, e o menino é o do despejo daquela tarde, e ele puxa o menino para fora do rio e consegue estendê-lo na margem, e o menino não está mais vivo, está morto e não é

mais o menino do despejo, é o Gugu, e João Dória cobre o corpo do menino com um pano, e o pano é a bandeira nacional (KUCINSKI, 2021, p. 116-117).

Ao acordar, no último parágrafo, o protagonista empilha os livros jurídicos e atea fogo neles. O gesto indica que ele desperta de sua aceitação ingênua da concepção evolutiva da história como uma marcha rumo ao futuro melhor, de sua adoração às leis como defesa da ordem, de sua confiança nas autoridades como garantidoras da justiça. O “silêncio acusatório” da mãe despejada e o choro sentido do “menino parecido com o Gugu” (2021, p. 115) provocam nele a percepção de que a ordem aparente esconde a dor absurda de muitas pessoas. Ele também toma consciência de que o suposto progresso se constrói sobre o sofrimento de multidões de desamparados, para quem o futuro é uma máquina demolidora que renova desgraças, como a retroescavadeira que arranca a casa. Como que instantaneamente iluminados por um dos relâmpagos do temporal<sup>56</sup> daquele dia, a ordem e o progresso determinados pela ordem legal repentinamente se revelam como ideias perversas que servem à manutenção de formas difusas – mas cruéis – de violência. Isso desperta também o gesto de ira impensada do oficial: o fogo nos livros é sinal de insurgência, mesmo que isso não sirva a algum fim pragmático predeterminado. O ato é anárquico porque a destruição simbólica dos livros é pura revolta, ao invés de sugerir uma mudança nas leis para corrigir a rota rumo ao progresso ilusório.

Um detalhe do conto reclama atenção: o nome do oficial de justiça é igual ao do empresário que ocupava o cargo de governador de São Paulo no ano em que o conto foi publicado. O político João Dória costuma ser considerado porta-voz da direita neoliberal excludente e representante dos privilégios da classe rica. A homonímia reforça o argumento do possível uso do aparelho estatal para a manutenção da estrutura social violenta. Por outro lado, o governador João Dória se opôs expressivamente ao presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia de Covid-19, o que impede que se pense simploriamente em um consenso entre ocupantes de posições de poder com a finalidade explícita de sustentar uma ordem legal injusta.

O ensaio de Benjamin – embora escrito em um momento histórico-político distinto do contexto brasileiro atual, e embora empregue uma terminologia às vezes estranha ao leitor contemporâneo – oferece elementos para a compreensão de textos literários que, como “Ordem e progresso”, abordam a onipresença da violência na história brasileira. De fato, tal história é profundamente marcada por formas de violência patrocinadas pelo Estado e em muitas vezes protegidas (ou mesmo executadas) pela ordem jurídica. Recorrentemente o Estado e o direito defenderam formas de organização social geradoras de morte, especialmente por meio de

---

<sup>56</sup> O “temporal” lembra a “tempestade” de Walter Benjamin, mencionada logo abaixo, na seção seguinte.

escravidão, genocídio, colonialismo, execução policial, perseguição política, exclusão e exploração, entre tantas outras evidências da imbricação entre poder político e violência. Na história do Brasil, não são excepcionais, e sim contínuos, os períodos de autoritarismo (na forma explícita da ditadura ou não), apenas disfarçados nas fases supostamente democráticas, em que o poder tende a manter os interesses de grupos sociais dominantes. Mesmo quando o direito parece justo, as leis são aplicadas seletivamente e privilegiam apenas uma parte da população, em prejuízo das demais. Por isso, vale a pena ainda insistir nas proposições de Benjamin, buscando nelas algumas ideias orientadoras para a compreensão da apresentação literária da histórica violência brasileira.

### 3.3 A distinção entre violência e poder em Hannah Arendt

“Para uma crítica da violência” foi publicado há mais de um século, mas as ideias de Walter Benjamin continuam instigantes e até hoje levantam questões para quem discute o problema da violência. A importância filosófica desse ensaio é atestada pela atenção que ele recebeu de pensadores de campos diferentes, ou até mesmo antagônicos, como Hannah Arendt, Jacques Derrida, Giorgio Agamben, Slavoj Žižek, Byung-Chul Han e Judith Butler.

Hannah Arendt, em *Sobre a violência* – livro escrito no período das agitações sociais e políticas de 1968 e 1969, quando o mundo se alarmava com o potencial destrutivo das bombas atômicas e as ameaças de guerras globais –, compreende que violência e poder são mais que distintos, são opostos: “onde um domina absolutamente, o outro está ausente” (2013, p. 73). Embora não cite explicitamente o ensaio de Benjamin, Arendt retoma alguns de seus problemas centrais. Na interpretação de Judith Butler, Arendt “sustenta que Benjamin não entendeu que a fundação de um Estado pode e deve ter um início não coagido, e, nesse sentido, ele é não violento em suas origens” (BUTLER, 2017a, p. 83). Em sentido distinto ao de Benjamin, Arendt “procura basear o direito democrático numa concepção de poder que o distingue da violência e da coerção” (BUTLER, 2017a, p. 83).

Arendt opera a distinção entre palavras que ela diz serem tomadas equivocadamente como sinônimos: poder, vigor, força, autoridade e violência. Ela define o *poder* como a habilidade humana para agir em concerto, de maneira que “o poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido” (2013, p. 60). Alguém está “no poder” quando “foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome”, mas o poder se esvanece quando desaparece o grupo do qual ele se originara (2013, p. 61). Já o *vigor* “designa algo no singular, uma entidade individual; é

a propriedade inerente a um objeto ou pessoa e pertence ao seu caráter, podendo provar-se a si mesmo na relação com outras coisas ou pessoas, mas sendo essencialmente diferente delas” (2013, p. 61). O termo *força*, para Arendt, deveria ser reservado “às ‘forças da natureza’ ou à ‘força das circunstâncias’”, ou seja, “deveria indicar a energia liberada por movimentos físicos ou sociais” (2013, p. 61). A *autoridade*, por sua vez, pode ser investida em pessoas (como um pai ou um professor), em cargos (por exemplo, um senador) ou em postos hierárquicos da Igreja (tal como um padre), que requerem respeito como tais. A insígnia da autoridade “é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias” (2013, p. 62). Por fim, a *violência* “distingue-se por seu caráter instrumental”; ela está próxima do vigor, o qual ela amplia: “os implementos da violência, como todas as outras ferramentas, são planejados e usados com o propósito de multiplicar o vigor natural até que, em seu último estágio de desenvolvimento, possam substituí-lo” (2013, p. 63).

Para Arendt, “o poder sempre depende de números, enquanto a violência, até certo ponto, pode operar sem eles, porque se assenta em implementos” (2013, p. 58). Ela afirma que uma maioria dominante, da qual emerge o poder, pode suprimir direitos de uma minoria e sufocar o dissenso sem usar violência. Por isso “a forma extrema do poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos” (2013, p. 58). A própria autora, contudo, se apressa em explicar que essas distinções não são estáticas e frequentemente se misturam no mundo real: nada “é mais comum do que a combinação de violência e poder, nada é menos frequente do que encontrá-los em sua forma pura e, portanto, extrema” (2013, p. 63). André Duarte, no ensaio que serve de posfácio à edição brasileira de *Sobre a violência*, propõe que entre violência e poder há “uma *relação de proporcionalidade*, em vista da qual quanto mais poder menos violência e quanto mais violência menos poder” (2013, p. 135). Embora se oponham mutuamente, ambos quase sempre aparecem juntos, em graus variados.

No caso de conflitos, a violência necessita do poder que está por trás dela: o emprego eficaz da violência depende da obediência aos comandos de quem está no poder. Para Arendt, “jamais existiu governo exclusivamente baseado nos meios da violência. Mesmo o domínio totalitário, cujo principal instrumento de dominação é a tortura, precisa de uma base de poder – a polícia secreta e sua rede de informantes” (2013, p. 67). De modo sucinto, ela assevera: “o poder é de fato a essência de todo governo, e não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja” (2013, p. 68). O poder, por sua vez, é “um fim em si mesmo”, e não precisa de justificação; ele “emerge onde quer que as pessoas se unam e ajam em concerto”, e

desse estar junto inicial deriva sua legitimidade (2013, p. 69). Quando o poder se enfraquece e se deslegitima, os governantes serão tentados a recorrer à violência: “o domínio da pura violência advém de onde o poder está sendo perdido” (2013, p. 71).

As peculiares delimitações conceituais propostas por Arendt não foram seguidas por muitos pensadores posteriores, como se verá a seguir, especialmente no que se refere à descrição do poder como ação em concerto e à restrição da violência a seu caráter instrumental. É muito pequena a distância entre a afirmação de que poder e violência quase sempre aparecem juntos e a admissão de que frequentemente eles se assimilam e se confundem. Um motivo para inquietação em relação à hipótese de Arendt é que o “estar junto inicial”, de onde emergiria o poder, não acontece entre sujeitos em situação prévia de igualdade (a não ser em uma origem hipotética e historicamente irre recuperável). Além disso, nem todos estão juntos no momento de constituição do poder: há sempre um amplo contingente de excluídos. Aqueles que estão juntos e agem em consenso para constituir o direito provavelmente já são detentores de algum tipo de domínio, que lhes dá precedência sobre os excluídos e, por conseguinte, condições para impor seus interesses. Essa imposição facilmente recorrerá à violência caso as vozes sufocadas dos excluídos ameacem o concerto de poderosos ou caso os subjugados se recusem a obedecer às leis impostas. Ou seja, o poder é consensual somente para os que têm o privilégio de uma igualdade previamente constituída, mas se converte imediatamente em violência para os que foram deixados de fora. Afinal, se os detentores do poder têm a possibilidade de usar violência em caso de desobediência – já que geralmente são eles que controlam exércitos, polícias, riquezas, armamentos e tecnologias –, é difícil compreender por que essa violência em potencial (quando não a ameaça explícita), que garante a possibilidade do concerto dos poderosos, já não seria ela mesma uma forma de violência.

Judith Butler, no final de *A reivindicação de Antígona*, dirige a Arendt uma crítica semelhante. Para Butler, é problemática a distinção arendtiana entre o público e o privado na Grécia clássica. Em *A condição humana*, Arendt argumenta, nas palavras de Butler, que “apenas o público constituía a esfera do político e que o privado era mudo, violento e fundamentado no poder despótico do patriarca” (2022a, p. 137). Mas Butler pergunta “como poderia existir um despotismo pré-político, ou como o ‘político’ deveria se expandir para descrever o estatuto de uma população do aquém do humano, a quem não foi permitido o acesso à cena interlocutória da esfera pública” (2022a, p. 137-138). Para Butler, tal esfera exige a constituição de um “fora constitutivo”, um exterior condicionante: “os escravizados, as mulheres, as crianças, todos aqueles que não eram homens proprietários não tinham acesso à esfera pública em que o humano se constituía por atos linguísticos” (2022a, p. 138).

Em determinado momento de *Sobre a violência*, Arendt retoma uma comparação entre a lei e as “regras válidas do jogo”. Ela afirma que não se pode entrar no jogo sem antes se submeter a suas regras: “meu motivo para aceitá-las é meu desejo de jogar e, posto que os homens existem apenas no plural, o meu desejo de jogar é idêntico a meu desejo de viver” (2013, p. 122-123). Ocorre que não se trata de um desejo e sim de uma necessidade. A própria Arendt acrescenta: “todo homem nasce em uma comunidade dotada de leis preexistentes às quais ele ‘obedece’, em primeiro lugar, porque não há outra maneira de entrar no grande jogo do mundo” (2013, p. 123). Se os humanos nascem em um mundo em que as regras já estão postas, eles não podem senão se submeter a elas, dada a urgência contínua de sobrevivência (que requer alimentos, abrigo, proteção etc.). O problema é que, se não é concedida aos humanos a possibilidade de não jogar, também não é oportunizada a todos a entrada no jogo em igualdade de condições: alguns vão entrar em posições inferiores ou sem as mesmas capacidades, ou vão entrar para servir a quem já domina o jogo. Há, por fim, muitos outros que não serão reconhecidos como jogadores e a quem sequer será concedida a autorização para entrar: sucumbirão à margem. Haveria nisso apenas exercício do poder ou se revelariam aqui formas de violência não instrumental?

O conto de Kucinski “Pequena história da mais-valia”, de *A cicatriz e outras histórias*, reforça a crítica à distinção conceitual arendtiana. Narrando em primeira pessoa, um operário conta como deixou de trabalhar em uma firma, pela qual tinha sido contratado por vinte e seis anos. Ele afirma ter sido um dos primeiros funcionários da empresa, contribuindo para que ela depois crescesse enormemente. Dedicado e respeitoso, ele sempre se dispunha a acatar as determinações dos superiores e buscava resolver os problemas educadamente, mesmo na ocasião em que lhe foi imposta uma mudança contratual lesiva. Mas não pôde suportar um corte no salário em época de inflação alta. Nesse momento, o narrador não teve alternativa a não ser recorrer à abertura de processo judicial, o que ocasionou sua saída da empresa.

Esse episódio abala a confiança na resolução de conflitos por meio do consenso. O narrador é enfático: “eu sempre preferi o entendimento” (2021, p. 94). Mas não há entendimento quando as relações sociais são absolutamente assimétricas e os interesses são incompatíveis. Se, por um lado, é necessário insistir no diálogo, por outro é preciso reconhecer que há circunstâncias em que ele não é possível. Há a estereotipia que impede o contato verdadeiro com o interlocutor: no conto, o dono da empresa “gostava de engenheiro”, “mas de operário não gostava”, sobretudo no caso dos operários sindicalizados e assistidos por um advogado “comunista” (2021, p. 94). Há os interesses individuais e de classe que se sobrepõem à voz do

outro: o narrador se refere ao “velho” patrão como “esperto”: “o jeito dele olhar pra gente e não dizer nada, jeito de dono, só calculando o quanto podia ganhar...” (2021, p. 93). Há filiações ideológicas e sociais que enquadram o que o outro diz: no conto, “o velho começou a mudar depois do golpe” (2021, p. 94), ou seja, o apoio à ditadura militar condiciona o modo como ele se relaciona com os empregados. Há a possibilidade de mentir, distorcer, enganar e explorar o outro em vista de interesses pessoais, nem sempre conscientes ou admitidos. Na narrativa ficcional, isso ocorre quando o contrato é alterado sem que as condições estivessem claras para os funcionários prejudicados: “a gente não era de criar caso por uma coisa de nada” (2021, p. 94). Na história de Kucinski, o consenso é impossível, a despeito do esforço dos trabalhadores. O estabelecimento do diálogo é uma meta a ser alcançada e não um ponto de partida.

O personagem trabalhador é impedido de tomar parte de decisões que atingem diretamente a sua vida: “pensa que me perguntaram? Que me compensaram? Nem eu nem ninguém” (2021, p. 93). Ainda mais inacessíveis são as altas instâncias em que são formuladas as leis e as políticas econômicas, das quais ele é sistematicamente afastado. Apenas por ser sindicalizado, ele sofre ameaça: “fiquei três dias e duas noites no Dops” (2021, p. 94). Mesmo a única via que lhe resta, o processo judicial, é demorado e insuficiente: “parece que a sorte só favorece quem não precisa” (2021, p. 95). No caso desse conto, não é fácil encontrar o momento em que a violência se diferencia do poder. As leis servem como meio de coerção a serviço da dominação econômica, os detentores do capital ditam as regras do jogo e não aceitam questionamentos, os trabalhadores são forçados ao conformismo ou são duramente ameaçados. Embora a violência física (como a tortura e o assassinato) não seja mencionada no conto, ela atemoriza cotidianamente o trabalhador, o qual se torna vítima silenciada de um sistema político-econômico inteiramente violento.

### 3.4 Algumas reverberações da concepção benjaminiana de violência

Entre 1989 e 1990, Jacques Derrida proferiu duas conferências, depois reunidas no livro *Força de lei*, nas quais se dedicou a uma interpretação detalhada de “Para uma crítica da violência”, ensaio adjetivado como “inquieto, enigmático, terrivelmente equívoco” (2018, p. 61). Derrida reconhece, inicialmente, que não há direito que não implique a possibilidade de ser aplicado pela força, seja ela “direta ou não, física ou simbólica, exterior ou interior, brutal ou sutilmente discursiva – ou hermenêutica –, coercitiva ou reguladora etc.” (2018, p. 9). A seguir, pergunta: “que diferença existe entre, *por um lado*, a força que pode ser justa, em todo caso julgada legítima [...], e, *por outro lado*, a violência que julgamos injusta? O que é uma



força justa ou uma força não violenta?” (2018, p. 9). A questão é sobre o que distingue a força conforme ao direito da violência exterior ao direito. Essa dúvida retoma aquela já analisada por Benjamin, a da distinção entre “a força de lei de um poder legítimo e a violência pretensamente originária que precisou instaurar essa autoridade”, segundo Derrida, que também comenta que a violência originária não está autorizada por nenhuma legitimidade anterior e, por isso, não pode ser considerada nem legal nem ilegal, e sim externa a qualquer ordem legal (2018, p. 10). Tal exterioridade não diz respeito simplesmente a forças extrínsecas (por exemplo, econômicas ou ideológicas), às quais o direito serviria, nem à mera anterioridade cronológica, mas sim remete ao limite do discurso, vislumbrado no momento do ato performativo que funda o direito.

Na esteira de Benjamin, Derrida distingue entre direito e justiça. Enquanto o direito supõe a aplicação calculada de regras gerais a casos particulares, a justiça considera a incalculável singularidade de cada caso, ou seja, a unicidade de “existências insubstituíveis” (2018, p. 30-31). Diferentemente do direito, a justiça é indecidível, isto é, oscila entre duas decisões contraditórias e é estranha à ordem do calculável e da regra, embora deva entregar-se finalmente à decisão. “A justiça é uma experiência do impossível. Uma vontade, um desejo, uma exigência de justiça cuja estrutura, não fosse uma experiência da aporia, não teria nenhuma chance de ser o que ela é, a saber, apenas um *apelo* à justiça” (2018, p. 30). Como direito e justiça não coincidem, pode ocorrer que o direito seja respeitado de forma que se cometa uma injustiça. Para Derrida, a violência se aproxima da injustiça. Por exemplo, ocorre a “violência de uma injustiça” quando uma pessoa é julgada em um idioma que ela não compreende (2018, p. 33) e quando uma língua é imposta a uma minoria nacional em nome da unidade do Estado (2018, p. 39-40). Derrida (como Benjamin) situa o conceito de violência na esfera do direito e da justiça. Ele observa que a violência diz respeito somente aos seres humanos e não a outros seres vivos e aos minerais, já que nas culturas ocidentais estes últimos não são sujeitos da lei e do direito, de modo que a oposição entre justo e injusto não lhes concerne (2018, p. 34, 74).

Kucinski aponta, em vários momentos de sua obra, ocasiões em que o direito e a justiça não só se distinguem, mas se opõem. Um caso emblemático é a Lei da Anistia. Em *O fim da ditadura militar*, ele relata as lutas dos movimentos que, na década de 1970, reclamavam a anistia dos presos políticos e denunciavam os crimes da ditadura. De acordo com Kucinski, os comitês pela anistia incluíam também a exigência de “busca e descoberta do que aconteceu com os desaparecidos”, entre outras pautas (2001, p. 86). Mas os militares atuaram “para impedir que o passado” fosse “posto em julgamento” (2001, p. 87) e promulgaram eles mesmos, em 1979, uma lei parcial que anistiava agentes estatais criminosos e relegava às famílias dos desaparecidos a investigação do mistério de sua morte (2001, p. 107-110). O impacto dessa lei

injusta é mostrado no último capítulo de *Os visitantes*, publicado quase quarenta anos depois da Lei da Anistia, nunca revogada. Nesse capítulo, o narrador transcreve uma entrevista de um agente da repressão, informando sobre o local em que os corpos da irmã e do cunhado do autor teriam sido eliminados. Diante da entrevista, o narrador diz: “fui tomado por um sentimento indizível, algo parecido a uma mágoa profunda, mas mais do que isso” (2016, p. 77). No entanto, logo depois entra outra entrevista, dessa vez com um procurador de justiça, o qual alega que as revelações anteriores eram mentirosas, pois elas constituíam um truque para evitar um processo que tentava punir os torturadores a partir de uma nova tese: a ocultação de cadáveres é crime continuado, não prescritível e, portanto, ficaria fora do âmbito da Lei da Anistia.<sup>57</sup> Com a revelação de um local inencontrável, os torturadores se safariam da condenação. Nesse caso, a lei (assim como a ordem legal que a instaurou e a ordem legal que a mantém) é injusta e violenta. A “violência de uma injustiça” perpetua não só a dor dos familiares das vítimas do Estado assassino, mas fere também toda a sociedade brasileira por insistir em manter atos de violência incontestável no interior do sistema jurídico. O ciclo se fecha: o direito mantém a violência porque antes foi instaurado por ela. Ou melhor, a violência que instaurou o direito é que continua atuando, sob outras formas, para mantê-lo.

Derrida sublinha três distinções propostas por Benjamin: primeiro, a violência fundadora, “aquela que institui e instaura o direito”, e a violência conservadora, “aquela que mantém, confirma, assegura a permanência e a aplicabilidade do direito”; segundo, a violência fundadora do direito, “que é dita ‘mística’ (subentendido: grega, parece-me), e a violência destruidora do direito (*Rechtsvernichtend*), que é dita divina (subentendido: judia, parece-me)”; terceiro, a justiça “como princípio de toda colocação divina de finalidade” e o poder “como princípio de toda instauração mística do direito” (2018, p. 73-74). Contudo, Derrida ressalta que as oposições propostas por Benjamin são desconstruíveis, uma vez que seus termos contaminam um ao outro. Por exemplo, a violência fundadora e a violência mantenedora não existem de maneira pura: “é próprio da violência fundadora solicitar sua própria repetição e fundar o que deve ser conservado, conservável, destinado à herança e à tradição, à partilha” (2018, p. 89). Também a greve geral política e a proletária não são rigorosamente distintas, pois faltam critérios técnicos para operar tal separação. Ele explica ainda que a crítica benjaminiana da violência pretende exceder tanto a tradição jusnaturalista quanto a do direito positivo, embora conserve desta última “o sentido da historicidade do direito” (2018, p. 77).

---

<sup>57</sup>Em 2023, a Justiça Federal condenou Cláudio Guerra pelo crime permanente e imprescritível de ocultação de cadáveres. Mas Kucinski antes se mostrou cético sobre decisões em primeira instância, geralmente derrubadas em tribunais superiores com base na Lei da Anistia. Disponível em <https://is.gd/E7drEz>. Acesso em 20 jun. 2023.

Para Derrida, não é uma trivialidade tautológica a observação benjaminiana de que o direito europeu proíbe a violência individual com interesse em conservar a própria ordem jurídica (e não com vistas a proteger determinados fins justos e legais): a violência do direito, ao instaurar a lei, decreta que é violento tudo o que ele não reconhece, ou seja, o que está fora da lei (2018, p. 78). Disso se deduz que o direito não só busca monopolizar a violência, mas pretende também dominar a delimitação daquilo que pode ser adjetivado como violento, isto é, caracteriza como violento apenas aquilo que lhe é externo. Essa violência externa não é homogênea: há, por exemplo, o crime e o banditismo, em que os transgressores da lei visam a benefícios particulares, mas há também outras formas de violência, como as greves gerais e as revoluções, que são capazes de fundar novas relações de direito ou de transformá-las.

O arguto comentário apresentado por Derrida enriquece a compreensão do texto de Benjamin à medida que esclarece alguns conceitos, explora certas tensões e apresenta uma leitura particular de “Para uma crítica da violência”. Mas talvez o que mais surpreenda em *Força de lei* é a estranha indagação sobre o que esse texto benjaminiano teria a dizer a respeito da solução final efetivada pelos nazistas. No início da segunda parte, Derrida pergunta: “o que teria pensado Benjamin, ou, pelo menos, que pensamento de Benjamin está virtualmente formado ou articulado nesse ensaio (e será antecipável?) a respeito da ‘solução final’?” (2018, p. 64). Derrida sabe que Benjamin publicou seu texto em 1921, antes, portanto, do início do nazismo, e que morreu em março de 1940, quando o horror dos campos de concentração ainda não havia chegado ao seu momento culminante. Desconsiderando então outros textos posteriores em que Benjamin explicita o que pensa sobre o nazismo, Derrida enumera, no ensaio de 1921, elementos em que Benjamin anteciparia aspectos depois extremados na solução final. São eles: 1) “a radicalização do mal ligada à queda na linguagem da comunicação, da representação, da informação” (2018, p.137) – por exemplo na exploração midiática das técnicas modernas de comunicação e na objetivação científica –, em detrimento da destinação originária da língua, que teria sido “a apelação, a nomeação, o dom ou o apelo da presença no nome” (2018, p. 63); 2) “a radicalização totalitária de uma lógica do Estado” (2018, p. 137), que assegura o direito e monopoliza a violência; 3) “a corrupção radical, mas também fatal da democracia parlamentar e representativa, por uma polícia moderna dela inseparável, que se torna o verdadeiro poder legislativo e cujo fantasma comanda a totalidade do espaço político” (2018, p. 138); 4) “uma radicalização e uma extensão total do mítico, da violência mítica, tanto em seu momento sacrificial fundador, quanto em seu momento mais conservador” (2018, p. 138), o que acarreta uma intensa violência do direito estatal, dissociado da justiça, burocrático, hierárquico e jurídicista. Ao final, Derrida alerta para uma terrível tentação de “pensar o

holocausto como uma manifestação ininterpretável da violência divina”, ou seja, ele imagina a possibilidade de que o texto de Benjamin seja usado equivocadamente para interpretar os campos de concentração como uma expiação aniquiladora e não-sangrenta. Mas Derrida não menciona ninguém que, além dele mesmo, tenha imaginado essa possibilidade.<sup>58</sup>

Em *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*, de 1995, Giorgio Agamben caracteriza como “um singular mal-entendido” a equiparação operada por Derrida entre a violência divina e a solução final nazista. Para Agamben, essa passagem equivocada da interpretação de Derrida se deve ao fato de que Benjamin não sugere nenhum critério positivo para a identificação do que seja a violência divina e ainda nega a possibilidade de reconhecê-la no caso concreto, restando indubitável apenas a afirmação de que ela não instaura nem conserva o direito, mas o depõe (2010, p. 68). Não obstante, Agamben observa que a violência divina constitui o problema central do ensaio benjaminiano, sobre o qual ele também afirma: “haver exposto, sem reservas, o nexos irreduzível que une violência e direito faz da *Crítica* benjaminiana a premissa necessária, e ainda hoje insuperada, de todo estudo sobre a soberania” (2010, p. 68).

É na dúvida manifestada por Benjamin sobre a origem do dogma da sacralidade da vida (2013, p. 150) que Agamben sinaliza um ponto de partida para o desenvolvimento de seu conceito de “vida nua”. Benjamin afirma: “a violência mítica é violência sangrenta exercida, em favor próprio, contra a mera vida; a violência divina e pura se exerce contra toda a vida, em favor do vivente” (2013, p. 152). Para Benjamin, o sangue simboliza a “mera vida” (a “vida nua”).<sup>59</sup> A violência mítica, por sua vez, instaura o direito e a culpa de forma sangrenta. Daí Agamben interpreta que a vida nua é a portadora do nexos entre violência e direito. Ele passa então a investigá-la, caracterizando-a como algo próximo à *zoè* dos gregos, a vida orgânica natural, em oposição à *bíos*, a existência política potencialmente coberta de direitos. Matável e insacrificável (porque está duplamente excluída tanto do ordenamento profano quanto do religioso), a vida nua é tratada como desprovida de valor ou indigna de ser vivida. Na biopolítica dos Estados modernos, ela é constantemente implicada na ordem jurídico-política, ou seja, reivindicada como lugar da ação do poder soberano. Sua expressão contemporânea

---

<sup>58</sup> Uma crítica à leitura que Derrida propõe ao ensaio de Benjamin (com ênfase na suposta inserção desse texto benjaminiano em uma onda-antiparlamentar, na especulação sobre o que o ensaio teria a dizer sobre a solução final e na atribuição dos adjetivos “grega” e “judia” respectivamente à violência mítica e à violência divina) se encontra no artigo “O pensamento da violência em Walter Benjamin e Jacques Derrida”, de Idelber Avelar (2009).

<sup>59</sup> Essa é a expressão empregada na tradução de João Barrento (intitulada “Sobre a crítica do poder como violência”). Assim, “mera vida” e “vida nua” parecem intercambiáveis em português (BENJAMIN, 2021, p. 81).

paradigmática são os judeus sob o regime de Hitler, exterminados “como piolhos”, segundo Agamben (2010, p. 113, 167).

Agamben retorna ao ensaio benjaminiano em *Estado de exceção*, publicado primeiramente em 2003, especialmente no capítulo intitulado “Luta de gigantes acerca de um vazio”. Seu foco agora é o “hermético debate” entre Benjamin e Carl Schmitt, um eminente jurista alemão que depois aderiu ao nazismo. Para Agamben, Benjamin busca garantir a possibilidade de uma violência anômica que esteja fora e além do direito e que, desse modo, quebre a dialética entre a violência que funda o direito e a que o conserva: “Benjamin chama essa outra figura da violência de ‘pura’ (*reine Gewalt*) ou de ‘divina’ e, na esfera humana, de revolucionária” (2004, p. 84). Agamben chama a atenção para o significado que Benjamin atribui à expressão “violência pura”: não se trata de uma pureza substancial ou absoluta inerente à ação violenta em si mesma, e sim de uma pureza relacional, ou seja, concernente a sua relação com o direito (2004, p. 94). Assim sendo, o que determina se uma ação violenta pode ser considerada pura ou mítico-jurídica não é uma alguma característica intrínseca sua, mas a relação que ela estabelece com a ordem jurídica. Para que seja considerada pura, a violência não pode ser um meio para um fim: “é pura a violência que não se encontra numa relação de meio quanto a um fim, mas se mantém em relação com sua própria medialidade”, ou, em outras palavras, uma “violência que simplesmente age e se manifesta” (2004, p. 96).

Contestando Benjamin, Schmitt inscreve a violência no contexto jurídico: ele elabora a ideia de uma violência soberana, isto é, “um poder que não funda nem conserva o direito, mas o suspende”, conforme a explicação de Agamben (2004, p. 86). Essa violência está incluída no direito por meio do dispositivo do estado de exceção, visto por Schmitt (sempre segundo Agamben) como um Estado em que o direito foi suspenso por uma decisão do soberano, embora isso não signifique simplesmente um abandono à anarquia e ao caos: no estado de exceção ainda existe uma ordem, mesmo que seja distinta daquela norma jurídica que não está mais em vigor. A norma existe, mas não é aplicada; seu lugar é ocupado pela decisão do soberano, o qual se define justamente como “aquele que decide sobre o estado de exceção” (2004, p. 11). Isso fica mais claro quando se considera a distinção operada por Schmitt entre norma e decisão, que ele toma como dois elementos fundamentais do direito. Aqui está o paradoxo, para Agamben: por um lado, a decisão é um elemento interno ao âmbito do direito; por outro, ela se posiciona fora dele quando suspende a norma (no caso da “ditadura comissária”, temporária, visando a salvaguardar a ordem constitucional) ou até a anula completamente (no caso da “ditadura soberana”, visando à derrubada da ordem constitucional e a constituição de uma nova) (2004, p. 20, 58). Dessa maneira, para Agamben, a teoria

schmittiana tenta articular estado de exceção e ordem jurídica: “trata-se de uma articulação paradoxal, pois o que deve ser inscrito no direito é algo essencialmente exterior a ele, isto é, nada menos que a suspensão da própria ordem jurídica” (2004, p. 54). Esse “algo essencialmente exterior” – essa decisão soberana que suspende ou anula a norma e instaura o estado de exceção – seria uma resposta, portanto, à ideia benjaminiana de violência pura. Nisso se identifica uma enorme divergência entre os dois: para Benjamin, a violência pura destrói o direito, e por isso não pode ser capturada por ele, nem mesmo no estado de exceção.

Em *Walter Benjamin: aviso de incêndio*, Michael Löwy cita e comenta a oitava tese “Sobre o conceito de história”, em que Benjamin afirma que “o ‘estado de exceção’ no qual vivemos é a regra”; Löwy explica que a regra da história é “a opressão, a barbárie, a violência dos opressores” (2005, p. 83). Benjamin propõe que “nossa tarefa” é “instaurar o real estado de exceção”, que suspenderá a norma opressora e aniquilará a ordem violenta. Para Agamben, as teses benjaminianas de 1940 ecoam as ideias do ensaio de 1921 e a polêmica com Schmitt. O regime nazista evidencia que o estado de exceção permanente é a regra da história moderna. Nele, regra e exceção se tornam indiscerníveis: no estado de exceção “no qual vivemos”, “não há senão uma zona de anomia em que age uma violência sem nenhuma roupagem jurídica”, diz Agamben (2004, p. 92). A isso se opõe o verdadeiro estado de exceção, “ou seja, a abolição da dominação, a sociedade sem classes”: “Benjamin aspira precisamente, com todas as suas forças, à verdadeira exceção, ao fim dos poderes autoritários, aos antípodas de todos os ‘estados de exceção’ no sentido de Carl Schmitt”, comenta Löwy (2005, p. 85). A “verdadeira exceção” mantém íntima relação com a ideia anterior de violência pura ou revolucionária.

Essa discussão (apenas parcial e grosseiramente mencionada acima)<sup>60</sup> é importante, entre outros motivos, porque foi nela que Agamben fundamentou parte de sua conhecida teoria do estado de exceção, entendido como “um espaço anômico onde o que está em jogo é uma força de lei sem lei (que deveria, portanto, ser escrita: força de ~~lei~~)” (2004, p. 61). Agamben também o define como “um espaço vazio de direito, uma zona de anomia em que todas as determinações jurídicas – e, antes de tudo, a própria distinção entre público e privado – estão desativadas” (2004, p. 78).<sup>61</sup>

<sup>60</sup> Agamben contextualiza e detalha esse debate especialmente nos capítulos 1 e 4 de *Estado de exceção* (2004).

<sup>61</sup> Alguns conceitos de Agamben apenas mencionados aqui serão retomados nos próximos capítulos desta tese. Por ora, interessa apenas observar a recepção filosófica contemporânea das ideias de Benjamin sobre a violência, que oferecem problemas pertinentes para a análise da ficção de Kucinski.

Também Slavoj Žižek toma o ensaio de Benjamin como referência para algumas considerações elaboradas em *Violência: seis reflexões laterais* (primeira publicação em 2008), especialmente no sexto capítulo, nomeado “Violência divina”. De partida, ele comenta que “a ‘violência divina’ representa as intrusões brutais de uma justiça para além da lei” (2014, p. 143). A seguir, cita a nona tese de “Sobre o conceito de história”, na qual Benjamin apresenta a alegoria do anjo da história, cujo rosto está voltado para o passado (o qual é encarado como uma catástrofe que faz amontoarem-se escombros) e cujas costas estão voltadas para o futuro (para onde ele é irresistivelmente impelido por uma tempestade que sopra do paraíso) (LÖWY, 2005, p. 83). A tempestade é o progresso: para Benjamin, a história não é uma sucessão de eventos em direção a um futuro melhor, e sim um irresistível movimento que acumula destruição e morte. Benjamin não crê em certas compreensões da história como evolução para a liberdade, para o êxito final da razão ou para qualquer ideal que remeta à realização plena das necessidades humanas. Ao contrário, “a atitude de Benjamin consiste exatamente em inverter essa visão da história, desmistificando o progresso e fixando um olhar marcado por uma dor profunda e inconsolável – mas também por uma profunda revolta moral – nas ruínas que ele produz”, segundo Löwy (2005, p. 92). Benjamin dá uma resposta dupla – religiosa e profana – sobre a possibilidade de “interromper o Progresso em sua progressão fatal”, explica Löwy: “na esfera teológica, trata-se da tarefa do Messias; seu equivalente, ou seu ‘correspondente’ profano, é simplesmente *a Revolução*” (2005, p. 93). A revolução seria, portanto, o ato capaz de frear esse avanço que continua produzindo a catástrofe. O conto de Kucinski “Ordem e progresso”, citado acima, pode remeter a essa “tempestade” que afoga o choro dos derrotados e os arrasta à destruição. Nessa história, o sonho do protagonista é seguido por sua insurgência simbólica, um gesto de violência contra a ordem e o progresso antes idolatrados.

Segundo Žižek, a violência divina (revolucionária) poderia ser a “intervenção selvagem” do anjo benjaminiano: “ao ver o amontoado de escombros que cresce em direção ao céu, esses destroços da injustiça, o anjo contra-ataca de vez em quando para restabelecer o equilíbrio, vingando-se do impacto devastador do ‘progresso’” (2014, p. 142). Žižek também supõe que a história da humanidade pode ser vista como uma “normalização crescente da injustiça”, que produz o sofrimento de milhões de pessoas, até que a tensão se torna insuportável e “a violência divina explode numa cólera de retaliação devastadora” (2014, p. 142).

Para Žižek, essa visão da história impede que se busque um “sentido mais profundo” para catástrofes potenciais ou efetivas (que ele exemplifica com eventos muito diferentes entre si, que vão da epidemia da Aids e do desastre ecológico ao Holocausto), como se houvesse um Deus que agisse por meio delas e conhecesse o sentido teleológico daquilo que

aos humanos parece absurdo (2014, p. 143). A história não pode ser entendida como um progresso que conduziria linearmente a uma meta última (alguma espécie de totalidade final), a qual, por sua vez, justificaria algo como o Holocausto. Não se deve interpretar a violência divina benjaminiana como uma ação direta de Deus sobre a história, visando a algum objetivo misterioso que os limitados seres humanos seriam incapazes de compreender ou que só compreenderiam depois da experiência. Além disso, Žižek também observa que “a concepção da ‘violência divina’ de Benjamin nada tinha a ver com a violência terrorista levada a cabo pelos fundamentalistas religiosos de hoje em dia, que pretendem agir em nome de Deus e como instrumentos da Vontade Divina” (2014, p. 146). Tampouco se trata de explosões coletivas de ressentimento e ira, ou de “loucura sagrada”, em que os sujeitos renunciam a sua autonomia e sua responsabilidade em nome da obediência a um poder maior (2014, p. 146, 156). Em vez disso, Žižek interpreta a violência divina como “o signo da injustiça do mundo, de um mundo eticamente ‘desajustado’”, embora tal signo não tenha um “sentido mais profundo” (2014, p. 156). Ela é extramoral, não imoral: os sujeitos por meio dos quais ela se manifesta assumem solitariamente a responsabilidade diante do mandamento “Não matarás”.

Žižek também lembra a observação benjaminiana de que a violência divina não pode ser identificada por nenhum critério objetivo: um mesmo ato pode ser interpretado, por um observador externo, como mera explosão de violência e, para os que nele participam, como acontecimento da violência divina: “não há Grande Outro que garanta a sua natureza divina, o risco de interpretar e assumi-la como divina cabe inteiramente ao próprio sujeito” (2014, p. 156). Mesmo assim, ele não hesita diante desse risco e dá exemplos de violência divina: o Terror revolucionário de 1792-1794, o Terror Vermelho de 1919, os saques e incêndios em supermercados de regiões ricas do Rio de Janeiro realizados por “massas de favelados” que “desceram do morro”; em suma: “quando os que se encontram fora do campo social estruturado ferem ‘às cegas’, reclamando e impondo justiça/vingança imediata, eis a violência divina” (2014, p. 154, 157). Evidentemente tal violência não constitui a natureza dos eventos mencionados; trata-se de um ponto de vista particular (e questionável) do filósofo.

Uma importante contribuição de Žižek é a distinção entre a violência subjetiva e a objetiva; esta última, por sua vez, pode ser sistêmica ou simbólica. A violência subjetiva é aquela “exercida por um agente claramente identificável”, responsável por “atos de crime e terror, confrontos civis, conflitos internacionais” (2014, p. 18). Segundo Žižek, é preciso dar um passo atrás e identificar outros dois tipos objetivos de violência: “uma ‘violência simbólica’ encarnada na linguagem e suas formas” e uma “violência ‘sistêmica’, que consiste nas consequências muitas vezes catastróficas do funcionamento regular de nossos sistemas



econômico e político” (2014, p. 18). O problema é que a violência subjetiva, que é diretamente visível e por isso chama mais a atenção, geralmente é experienciada contra um pano de fundo imaginado como não violento: “é percebida como uma perturbação de um estado de coisas ‘normal’ e pacífico” (2014, p. 18). É justamente nesse “estado normal” que reside a violência objetiva: “a violência objetiva é uma violência invisível, uma vez que é precisamente ela que sustenta a normalidade do nível zero contra a qual percebemos algo como subjetivamente violento” (2014, p. 18). Žižek defende que é preciso “mudar de assunto”, ou seja, passar da denúncia exclusiva da violência subjetiva “exercida por agentes sociais, indivíduos maléficos, aparelhos repressivos disciplinados e multidões fanáticas” para denunciar a “interação complexa dos três modos de violência: subjetiva, objetiva e simbólica” (2014, p. 25).

Para Žižek, a violência objetiva sistêmica é “inerente a um sistema”; ela vai além da violência física direta, pois atua em “formas mais sutis de coerção que sustentam as relações de dominação e de exploração, incluindo a ameaça de violência” (2014, p. 24). Um exemplo de manifestação de violência objetiva sistêmica é uma crise econômica, porque ela é capaz de provocar devastação, mas geralmente é experienciada “como um poder incontável quase natural, enquanto *deve* ser experienciada como *violência*” (2014, p. 7-8). Mesmo fora das crises capitalistas, os destinos de enormes contingentes populacionais ou mesmo de países inteiros “podem ser decididos pela dança especulativa ‘solipsista’ do capital, que persegue seu objetivo de rentabilidade numa beatífica indiferença ao modo como tais movimentos afetarão a realidade social” (2014, p. 25). Segundo Žižek, é nessa violência sistêmica do capitalismo que se encontra a chave das catástrofes da vida real. Tal violência é “anômica”, ou seja, não é atribuível “a indivíduos concretos e às suas ‘más’ intenções” (2014, p. 26). Não obstante, Žižek não se cansa de denunciar a hipocrisia dos principais beneficiários da violência sistêmica, que ele chama ironicamente de “comunistas liberais”: grandes empresários e capitalistas que concentram a maior parte das riquezas mundiais ao mesmo tempo em que expõem milhões de pessoas pobres e praticam caridade (entre outras ações “humanitárias”), como se sua riqueza obscena não fosse produto do sistema que gera essa mesma miséria generalizada: “os comunistas liberais de hoje em dia dão com uma das mãos o que primeiro agarraram com a outra” (2014, p. 31).

Já a violência simbólica, que está no âmbito da linguagem, não se refere apenas à ofensa verbal, à injúria ou à calúnia. Num nível mais evidente, ela está relacionada à ideologia, no sentido de produção e reprodução discursiva de relações de dominação social. Para Žižek, é um equívoco marcar como ideológicos apenas os discursos que não se inscrevem em um pano de fundo comum, como “o zelo religioso extremo ou a dedicação a uma orientação política particular”, por exemplo; em vez disso, é preciso considerar que a ideologia justamente produz

esse “pano de fundo comum”, essas supostas neutralidade e naturalidade daquilo que parece normal, de forma que o grau mais puro e eficaz da ideologia “manifesta-se como seu contrário – como não ideologia” (2014, p. 41). Žižek pensa que isso também ocorre com a violência: “a violência simbólica social na sua forma mais pura manifesta-se como o seu contrário, como a espontaneidade do meio que habitamos, do ar que respiramos” (2014, p. 41).

Além disso, Žižek afirma que “há uma forma ainda mais fundamental de violência que pertence à linguagem enquanto tal, à imposição de um certo universo de sentido” (2014, p. 17). Ele se refere à imagem que condiciona o modo como populações de países muçulmanos percebem o Ocidente (e vice-versa), bem como à figura racista que o antissemita antepõe ao judeu, por exemplo. A violência da linguagem vai além de casos como esses (que, aliás, não diferem muito do preconceito): Žižek afirma que “há algo de violento no próprio ato de simbolização de uma coisa, equivalendo à sua mortificação”: a linguagem reduz a coisa a um simples traço, insere-a num campo de significação que lhe é exterior, impõe-lhe um significante (2014, p. 59-60). Ela condensa ideias e discursos, frustrações e humilhações, e impõe esses sentidos condensados sobre os sujeitos reais, que só podem ser vistos sob a violência simbólica. A linguagem atribui às coisas uma essência que não existe fora delas. O “ser” dos sujeitos não é uma essência fixa e imutável, mas algo social e simbólico. No caso das relações intersubjetivas, isso implica mais do que impor sobre o outro uma percepção distorcida, como se ele tivesse um núcleo essencial estável compreendido erroneamente: trata-se de definir a essência do outro, impô-la sobre ele, e somente a partir disso estabelecer a relação.

Žižek é cético em relação à possibilidade de o diálogo propiciar boa alternativa de mediação de conflitos e reconciliação, de promoção de coexistência pacífica, já que o próprio diálogo é fatalmente contaminado por imagens pré-elaboradas atribuídas aos interlocutores. Para Žižek, a violência simbólica opera impondo critérios a partir dos quais certas situações são percebidas como violentas, enquanto outras são consideradas normais; a linguagem não serve como forma de oposição pacífica a um meio violento imediato, pois é por meio dela que se define o que é e o que não é considerado violento, e essa própria definição constitui uma imposição violenta de sentido.

Para ilustrar a violência objetiva, Žižek menciona uma frase de Brecht: “o que é um assalto a um banco comparado com a fundação de um banco?” (2014, p. 12). E ele mesmo parafraseia: “o que são os assaltos que violam a lei comparados com os assaltos que têm lugar no quadro da lei?”; e ainda: “o que é um ato de terrorismo face a um poder de Estado que faz a sua guerra contra o terrorismo?” (2014, p. 99). A partir de Žižek, a pergunta poderia receber ainda outra formulação: o que é a violência subjetiva frente à avassaladora violência objetiva?

É grande a tentação de empregar esse questionamento na defesa das ações dos grupos de resistência armada à ditadura militar brasileira, frequentemente apresentados na ficção de Kucinski: o que é a “expropriação” de um banco diante da feroz exploração econômica durante o chamado “milagre brasileiro”? No capítulo de *K.* intitulado “Livros e expropriação”, o narrador traça um perfil do genro de K, marido da mulher desaparecida. A descrição começa assim: “ele roubava livros” (2011, p. 55). Abaixo, o narrador informa que ele não o fazia por necessidade, mas por princípio: “era como se já praticasse a subversão pregada pelo livro; cada expropriação, um ato de sabotagem do mercado que fazia das ideias objeto de lucro” (2011, p. 56). Mais do que uma composição do caráter do personagem, o capítulo expressa a coerência de sua luta (embora com uma estratégia questionável): a resistência à ditadura era inseparável do repúdio ao sistema econômico opressivo ao qual ela estava intimamente associada.

Kucinski devia intuir algo parecido com a “violência objetiva” proposta por Žižek quando intitulou um de seus livros como *A ditadura da dívida*. Evidentemente Kucinski conhece bem o peso do termo “ditadura”, já que a denunciou ativamente e sentiu na própria família o desespero dos desaparecimentos forçados. Portanto, é difícil imaginar que ele estaria banalizando essa palavra quando a emprega para a caracterização da dívida externa. Na verdade, ele percebe no programa econômico do regime militar, cujos efeitos permaneceram nas décadas seguintes, uma continuação da “violência subjetiva” praticada pelos agentes da repressão: “milhares de crianças abandonadas, milhões de desempregados, os salários mais baixos do planeta” (1987, 48) provocam a tortura permanente da fome e da miséria. Mais ainda, a violência sistêmica gerou e justificou o emprego da censura, da tortura e dos assassinatos contra qualquer pessoa que pudesse oferecer risco aos propósitos dos dominadores, que incluem tanto militares quanto empresários capitalistas: “o importante golpe militar no Brasil foi organizado pelos principais líderes da burguesia nacional, que prepararam antecipadamente todo um programa de abertura ao capital estrangeiro e desmantelamento dos movimentos populares” (1987, p. 94).

Procedimento similar é empregado por Kucinski em *Jornalismo econômico*, que apresenta capítulos intitulados “A escravatura da exportação” e “O autoritarismo exportador” (2007, p. 195, 213). Esses títulos sugerem que a escravatura e o autoritarismo tanto serviram à dominação econômica em determinados períodos da história brasileira quanto são continuados pelo capitalismo de tempos mais recentes. Dessa maneira, é possível afirmar que, para Kucinski, a violência da ditadura não se limita à ação individual de ditadores, sequestradores, torturadores e assassinos (que já são ações altamente violentas e condenáveis). A violência se

mantém na ordem social capitalista (levada ao paroxismo durante a ditadura e depois dela), que continuamente gera exploração, pobreza, fome, sofrimento, doença e morte.

Outro pensador contemporâneo que discute o ensaio de Benjamin é Byung-Chul Han, autor de *Topologia da violência*, de 2011. Embora admita a possibilidade de imposição violenta do direito, ele discorda de Benjamin em pontos fundamentais. Para Han, o direito não precisa se basear na violência, e sim (em termos que ele toma de Hegel) no “sentimento fundamental da ordem, que todos têm” (2017b, p. 104). A ordem jurídica que se baseasse apenas na violência, segundo Han, seria muito frágil: “o que assegura uma estabilidade constante é tão somente a afirmação da ordem jurídica. A violência se manifesta precisamente no momento em que o elemento ‘sustentador’ desaparece da ordem do direito” (2017b, p. 105). Ele afirma que Benjamin se equivoca ao pressupor uma unidade interna entre violência e direito, ou melhor, ao encontrar na violência a própria essência do direito (2017b, p. 106). Em vez disso, Han vê no direito uma função mediadora, capaz de impedir a violência. Ele acusa Benjamin de não compreender “*a essência do parlamento*”, o qual Han caracteriza como o lugar em que a imposição do direito se desloca da violência para o discurso, em acordos firmados a partir da discussão mútua: “a democracia tem *um núcleo essencial comunicativo*; ao falarem, as minorias também podem influenciar um processo de decisão. A ditadura proíbe o falar; ela dita” (2017b, p. 108-109). Um argumento similar é empregado em defesa do contrato jurídico, o qual, segundo Han, não deve ser julgado a partir de casos excepcionais de emprego de violência após ruptura (como faz Benjamin, na avaliação de Han), e sim como possibilidade de acordo por meio da fala, e, desse modo, como renúncia à violência (2017b, p. 111). Vale ainda ressaltar a crítica de Han à indistinção entre poder e violência tanto em Benjamin quanto em Agamben. Han entende que a violência deve se transformar em poder para que não se esvazie no instante mesmo de sua ação e para que possa criar um espaço de direito. Embora estejam relacionados, violência e poder se distinguem: enquanto é possível confrontar a violência com um corajoso “não”, o poder só se afirma diante do “sim” dos subordinados: “quanto maior for a confirmação dada ao detentor do poder, maior será seu poder. Quanto menor for a diferença entre a vontade do detentor do poder e aquele que está submetido ao poder, mais estável será seu poder” (2017, p. 120). Tanto violência quanto poder subjagam e dominam, mas enquanto o poder articula, dispõe e seduz, a violência desarticula, rompe e aniquila (2017b, p. 139-141).

Embora Han defenda a possibilidade de um direito baseado no acordo comunicativo, ele não vê na sociedade capitalista contemporânea as condições necessárias para o “agir conjunto” e para o estabelecimento político da “vontade comum”, já que os sujeitos

agora vivem sob a violência sistêmica da positividade: “a violência de hoje nos toca muito mais a partir *do conformismo do consenso* do que do *antagonismo do dissenso*. Assim, contra Habermas, poderíamos falar de *violência do consenso*” (2017b, p. 131). Han já havia abordado o tema da violência sistêmica em *Sociedade do cansaço*, lançado um ano antes. Estreitamente ligada às relações de produção capitalistas, a violência sistêmica provoca doenças psíquicas ou neuronais como depressão, transtorno de déficit de atenção com síndrome de hiperatividade (TDAH), transtorno de personalidade limítrofe (TPL) e síndrome de burnout (SB) (2017a, p. 7). Para Han, essa violência assume formas invisíveis, des-subjetivadas, carregadas não mais de negatividade (no sentido de repressão, proibição ou rejeição ao estranho), mas de um exagero de positividade (o imperativo do superdesempenho, da superprodução, da superinformação e da supercomunicação). A época contemporânea, que Han chama de pós-moderna, não é caracterizada pela defesa imunológica frente ao estranho, e sim pela aceitação demasiada de estímulos externos: “a violência da positividade não pressupõe nenhuma inimizade. Desenvolve-se precisamente numa sociedade permissiva e pacificada. Por isso ela é mais invisível que uma violência viral” (2017a, p. 19).

Conceição Evaristo é autora de um conto instigante a respeito da “violência da positividade”. “O cooper de Cida” integra a coletânea *Olhos d’água* (2016). São histórias repletas de racismo, machismo, violência urbana, exploração do trabalho e pobreza, agressões e mortes. De fato, os personagens protagonistas morrem no final da maioria dos contos, tal é a gravidade das diversas formas de violência apresentadas na obra. A princípio, a história de Cida parece destoar das demais: a protagonista leva uma vida apressada, guiada pelo “sentimento da urgência”, até que um dia, ao final do conto, resolve parar e cuidar de si: “ela ia dar um tempo para ela” (2016, p. 70). Mas uma leitura atenta, a partir das considerações de Han, mostra que Cida era dominada por uma violência sistêmica sutilmente cruel: a imposição de um ritmo de produtividade constante, de alerta contínuo, de autossuperação desenfreada: “trabalho, trabalho, trabalho. O dia entupido de obrigações” (2016, p. 67). A ideologia da “positividade” impede que Cida possa fruir prazeres e prestar atenção ao seu entorno, até que chega o dia em que resolve parar: “lembrou-se então que era uma mulher e não uma máquina desenfreada, louca, programada para correr correr” (2016, p. 68).

Se lido nesse mesmo sentido, ainda mais enfático é o conto de Kucinski intitulado “A aposta”, de *A cicatriz e outras histórias*. Mas nesse caso a corrida não termina bem: o narrador, que já está morto, parece só tomar consciência da violência a que foi submetido depois de ter sucumbido sob ela. Na história, a equipe de lixeiros de que o narrador fazia parte aceita uma provocação do chefe para competir com outro grupo. Eles apostam diariamente qual equipe

terminará a rota primeiro, e o chefe se alegra pela velocidade crescente do trabalho. A competição se intensifica progressivamente, até alcançar um ritmo insuportável: “a gente corria cada vez mais, e eles também. [...] A gente jogava os sacos com o carro em movimento. A máquina esmagando, triturando, e nós atirando os sacos e correndo, atirando e correndo. Cada vez correndo mais” (2021, p. 111). Ao final, o narrador se dá conta de sua infelicidade e atira o próprio corpo junto ao saco de lixo para dentro do triturador: “fui sentindo ódio e fui rodopiando o saco, ódio e rodopiando, ódio e rodopiando, e o saco girando cada vez mais rápido. E eu também. Só que em vez de soltar eu fui junto. Caímos direto na boca da máquina, o saco de um lado, eu do outro” (2021, p. 112). O estímulo à superprodutividade causa a morte do trabalhador, cujo corpo se confunde com o lixo.

A princípio, essas duas histórias parecem coerentes com o que Han pensa a respeito da imposição do superdesempenho. Para o filósofo, a sociedade do século 21 deixou de ser disciplinar (dominada pela negatividade da obediência e da repressão) para se tornar a sociedade do desempenho (orientada para a liberdade, para a possibilidade infinita, para a indeterminação, para a abertura): “no lugar de proibição, mandamento ou lei, entram projeto, iniciativa e motivação” (2017a, p. 24). Isso acarreta saturação, exaustão e fracasso, ao invés de fruição da liberdade. Sob essa violência sistêmica, o sujeito explora ilimitadamente a si mesmo, “é agressor e vítima ao mesmo tempo” (2017a, p. 28), “é senhor e soberano de si mesmo” (2017a, p. 29), é “empreendedor de si mesmo” (2017a, p. 83), forçado sempre a concorrer consigo próprio e a produzir cada vez mais, sem nunca alcançar um ponto de gratificação (2017, p. 85, 99). Por isso Han chama a sociedade do desempenho de sociedade do cansaço. Ele propõe que é preciso que os sujeitos contemporâneos reaprendam a ver e a contemplar, isto é, que reassumam a potência de não fazer. Distinta da impotência, a potência de não fazer é a capacidade de dizer não, de não aceitar todos os estímulos, de recusar a hiperatividade (2017a, p. 57). Por outro lado, os contos de Evaristo e de Kucinski expõem uma fragilidade cruel da hipótese de Han: ele parece desconsiderar as fundamentais questões de classe e de exploração do trabalho assalariado que impõem a uns trabalhadores obrigações e necessidades bem distintas daquelas a que outras pessoas economicamente privilegiadas estão expostas. É incomparável o estímulo à superprodução para o grande empresário “empreendedor de si mesmo” e para o empregado explorado e empobrecido que, sob o capitalismo, mal se distingue do abjeto material descartável recolhido das ruas. Todavia, esse grave lapso de Han não invalida totalmente seu argumento sobre a mudança nos modos de operação do capitalismo adoecedor.

Em *Topologia da violência*, Han defende que o lugar da violência mudou gradativamente no decorrer da história. Se na Antiguidade os espetáculos públicos de violência

sanguinária exprimiam o poder do soberano, se na era pré-moderna o teatro da crueldade e das execuções públicas eram manifestações visíveis do domínio do governante, “na Idade Moderna é cada vez mais comum que a violência da força bruta vá perdendo legitimidade não só no cenário político, mas também em quase todos os níveis da sociedade” (2017b, p. 19). Ela não deixa de existir, mas se esconde cada vez mais, até chegar ao campo de concentração, um não lugar onde ocorrem execuções silenciosas e exangues em câmaras de gás, que não despertam (na época em que ocorrem) a atenção do público em geral. Segundo Han, a violência “desloca-se do visível para o invisível, do direto para o discreto, do físico para o psíquico, do marcial para o medial e do frontal para o viral” (2017b, p. 21). O deslocamento máximo é a violência intrapsíquica da atualidade, quando a dominação se torna mais eficiente porque o agressor está invisível, internalizado: “também a técnica de dominação lança mão da internalização da violência. Ela provê mecanismos para que o sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si” (2017b, p. 23).

Na sociedade do século 21, o sujeito se torna narcisista e não se sente gratificado porque lhe falta a relação com o outro, do qual viria o reconhecimento, conforme Han (2017b, p. 61). A falta de formas conclusivas – como a impossibilidade de determinar um fim para o trabalho e para o acúmulo de capital – provoca no sujeito o sentimento de jamais alcançar uma meta, de não definir uma imagem estável para si mesmo, de perder-se no aberto (2017b, p. 65). Han sugere que o excesso de positividade não elimina a violência, mas sim aperfeiçoa os mecanismos de coerção: a violência “não parte apenas da negatividade do antagonismo ou do conflito, mas também da positividade do consenso. A *totalidade do capital*, que ora parece absorver tudo, apresenta uma *violência consensual*” (2017b, p. 78).

Os dois textos citados de Han são criticáveis em vários aspectos, como as generalizações apressadas sobre as sociedades chamadas “pós-modernas”, a desconsideração dos distintos cenários de pobreza e exploração nas periferias do capitalismo, a aparente cegueira a novos fenômenos “imunológicos” autoritários e repressivos em muitos países, a leitura reducionista de autores como Freud e Agamben, a insistência na mudança completa de paradigma de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de desempenho, como se ambas se excluíssem inteiramente, entre outros problemas. Contudo, este não é o lugar apropriado para o desenvolvimento dessas críticas. Aqui, o que importa é que Han mostra como a violência muda suas formas de atuação e como os mecanismos de opressão passam por metamorfoses contínuas para continuarem eficientes.

### 3.5 A violência ética e a possibilidade da não violência em Judith Butler

Em *Caminhos divergentes: judaicidade e crítica do sionismo*, de 2012, Judith Butler também se dedica à interpretação do “notoriamente difícil” ensaio de Benjamin (2013, p. 77). Butler afirma que ele trata particularmente da violência do direito, vista como “o tipo de violência que os Estados cometem precisamente por meio de sua estrutura jurídica” (2017a, p. 75), e que Benjamin também elaborou, nesse ensaio, a “crítica daquelas formas de história progressiva segundo as quais um ideal se realizaria com o passar do tempo – uma perspectiva com implicações críticas claras para o sionismo” (2017a, p. 75). Para Butler, Benjamin enfrenta o problema de descobrir o que é a violência de modo que ela possa assumir a forma legal do direito. Ao perguntar isso, ele abre uma possibilidade de encontrar uma violência que não tome essa forma legal, que não seja coercitiva e que, ao contrário, se volte contra a própria força coercitiva do direito. Se é não sangrenta, essa violência alternativa “não é empreendida contra corpos e vidas humanas” e constitui “a possibilidade paradoxal de uma violência não violenta” (2017a, p. 77). Butler procura formas não violentas de resistir à violência, o que ela depois desenvolverá no livro mencionado adiante.

Vale a pena sublinhar ao menos alguns pontos da perspicaz interpretação que Butler faz do ensaio de Benjamin. Ela explica que o direito não é instaurado a partir de outro direito anterior, de uma justificação racional prévia ou de “um lento desenvolvimento de costumes e normas culturais em direito positivo”; pelo contrário, “a instauração do direito cria as condições para que se deem os procedimentos justificativos e as deliberações justificativas”, os quais, portanto, são posteriores ao ato fundador (2013, p. 77). Por isso a violência da instauração do direito reside na afirmação “isso vai ser lei” – ou “isso agora é lei” –, junto com a qual se institui também a culpa e a pena em caso de transgressão. É nesse sentido que Butler compreende o termo “destino”, empregado por Benjamin: a violência fundadora que origina o sistema de direito atua sem justificação, do mesmo modo como, nos mitos, o destino produz o direito que advém da manifestação injustificada da fúria dos deuses (2017a, p. 83). Depois esse ato fundador será repetido (mantido) de maneira regrada, ou seja, seu caráter vinculante sobre o sujeito será reafirmado a cada vez que este for chamado a responder perante o direito. Butler assim delimita essa violência legal:

Quando falamos de violência legal, nos referimos à violência que mantém a legitimidade e a obrigatoriedade das leis, o sistema de punição que se põe na espreita quando as leis são transgredidas, a força policial e militar que respalda um sistema de leis, e as formas de responsabilização legal e moral que, à força, obrigam os indivíduos



a agir de acordo com a lei, ou melhor, a obter sua definição cívica em virtude de sua relação com a lei (2017a, p. 80).

O sistema precisa ser desfeito quando o sujeito é impedido de desenvolver um ponto de vista crítico sobre sua relação com a lei ou quando a coercitividade “leva a uma revolta por parte de quem sofre sua coerção”. Para Butler, esse é o momento da violência revolucionária (mística, divina): “para dissolver um corpo de leis estabelecidas que é injusto, é preciso justamente parar de fazer o que as leis estabelecidas definem como a coisa certa” (2017a, p. 78). Ela conduz sutilmente o argumento: a alternativa à violência do direito é um “parar de fazer” (uma ação fundamentalmente não violenta), não uma contraviolência mais sangrenta.

Butler ressalta que o anarquismo benjaminiano leva a sério o mandamento “Não matarás”, o qual “não é nem despótico nem coercitivo” (2017a, p. 79), mas sim uma “determinação” ou uma “interpelação ética” com a qual o indivíduo deve se confrontar em sua responsabilidade livre e solitária (2013, p. 89). O mandamento é inimputável: não pode ser usado para punir, pois precede o ato. Ela vai além de Benjamin: o mandamento “é não só a base para a crítica da violência legal, mas também a condição para uma teoria da responsabilidade que tem em seu núcleo um esforço contínuo pela não violência” (2017a, p. 81).

Outro ponto do ensaio benjaminiano sobre o qual Butler se detém é uma afirmação central para Agamben: “a violência mítica é violência sangrenta exercida, em favor próprio, contra a mera vida; a violência divina e pura se exerce contra toda a vida, em favor do vivente”, nos termos de Benjamin (2013, p. 152). Ele diz que essa violência também pode ser designada como aniquiladora, mas “ela o é apenas de maneira relativa, com respeito a bens, direito, vida e que tais, nunca de maneira absoluta com respeito à alma do vivente” (2013, p. 152). Butler pergunta: em que consiste a “alma do vivente”, em favor da qual age a violência divina e que é “posta em risco pelo direito que paralisa o sujeito pela culpa”? (2017a, p. 86)

Para Butler, Benjamin interpreta o mandamento de não matar como uma proteção da alma do vivente, e não apenas de sua mera vida biológica. A alma aqui não é uma essência ideal ou espiritual (ao modo de algum dualismo platônico ou cristão). Ela é aquilo que faz que o vivente seja mais do que sua simples condição biológica, aquilo que resiste e se contrapõe à violência legal, aquilo que no momento anárquico se confronta livremente com o mandamento de não matar (2017a, p. 90). A violência do direito mata essa alma quando domina o vivente até o limite da redução à vida coagida e controlada, como ocorre, por exemplo, quando se sentencia à pena de morte. O mandamento, por sua vez, não pertence ao quadro legal do direito; ao contrário, se contrapõe a ele. Por conseguinte, para Butler, obedecer ao mandamento de não

matar implica destruir a violência do direito e, dessa maneira, tirar o vivente da condição de mera vida, ou seja, agir em favor de sua “alma” (2017a, p. 87).

Para compreender isso, não se pode perder de vista que, como ocorreu no mito de Níobe, a violência do direito coercitivo gera culpa, pois o sujeito passa a atribuir a si próprio a responsabilidade pela violência que sofre e que vem de fora; ele se petrifica em sua tristeza obediente; ele atribui a si mesmo a causa do padecimento engendrado pelo sistema legal. Ou seja, para Butler, “o direito forjado pelo destino consegue fazer o sujeito acreditar que é responsável por seu próprio sofrimento na vida, que seu sofrimento é consequência causal de suas ações” (2017a, p. 92). (O sujeito sente algo como: “alguma coisa fiz para merecer o que sofro”; ou então: “sou o único responsável pela vida que vivo”; ou ainda: “porque sou como sou, vivo a vida que me cabe”. Importa lembrar o terrível sentimento de culpa envergonhada de tantos judeus sob o nazismo e a autoacusação de muitas pessoas pobres nas grandes cidades. Mas o sujeito terá dificuldade até para pensar sobre isso, pois a violência opera para matar sua “alma”, seu senso crítico, e para rebaixá-lo a uma existência meramente biológica.) De acordo com Butler, a culpa gerada pela violência do direito “ameaça se tornar uma espécie de assassinato da alma” (2017a, p. 87), ou seja, um estado de obediência forçada que impede que o sujeito se confronte responsabilmente com a exigência ética. A violência revolucionária, diante disso, age em favor do vivente, isto é, age pela libertação de sua alma:

O desejo de libertar a vida de uma culpa assegurada pelo contrato legal com o Estado seria um desejo que dá origem a uma violência contra a violência, uma violência que busca libertar a vida de um contrato de morte com o direito, uma morte da alma vivente pela força cada vez mais dura da culpa (BUTLER, 2017a, p. 88).

O que Benjamin sugere, de acordo com Butler, não é um projeto de Estado político anárquico nem uma alternativa por vir ao direito positivo, muito menos um plano para o futuro; afinal, a crítica benjaminiana à ideia de progresso é radical. Em vez disso, o anarquismo (a destruição operada pela violência divina) é “a condição do direito positivo” e “seu limite necessário” (2017a, p. 91), o que implica uma contínua destituição da subjugação e uma permanente resistência à ordem injusta. Mas Butler ressalva que não está claro se, para Benjamin, é preciso se opor a todos os sistemas legais em geral ou apenas a certos Estados de direito específicos e não a outros: Benjamin não diz “se é obrigatório se opor a toda violência legal, se ele apoiaria certas formas de obrigação que coercitivamente impedem quem está no poder de cometer violência, e se os sujeitos devem ter obrigações para com o Estado de alguma maneira” (2017a, p. 79). Ou seja, ela parece resguardar a possibilidade de existência de Estados

contra os quais não seria necessária a ação destruidora da violência revolucionária, talvez Estados justos e radicalmente democráticos.

Quem vive sob uma ditadura assassina deve se opor a suas leis. Esse devia ser um imperativo para os sujeitos conscientes do funesto autoritarismo do regime militar. Entretanto, é difícil organizar estratégias éticas e eficazes de resistência a um sistema político protegido por uma repressão atroz. Alguns textos de Kucinski problematizam a possibilidade de resistência não violenta à violência do direito, conforme a proposta de Judith Butler. Em *Jornalistas e revolucionários*, ele se refere a pelo menos dois modos importantes de luta contra a violência estatizada. Um deles era a organização de guerrilhas, que, no final da década de 1960, fascinou uma geração de jovens que atuavam em movimentos estudantis, agremiações políticas de esquerda e equipes de redação de alguns jornais alternativos: “apesar de suas divergências táticas e estratégicas, e de se combaterem mutuamente, todas as organizações [antes mencionadas pelo autor] acabaram aderindo à luta armada” (2018, p. 56). Simultaneamente, outros militantes recusavam o recurso às armas e faziam do jornalismo o seu campo de batalha. Estes atuavam, por exemplo, empregando o humor para ironizar a situação do país: “cínicos e libertários, os escritores satíricos e cartunistas desempenharam um papel central na resistência à ditadura brasileira” (2018, p. 42). Enfrentando ou ludibriando a censura, eles agiam também por meio de reportagens denunciadoras tanto da fúria repressiva quanto da violência econômica. O próprio autor, que nunca integrou organizações armadas, aderiu ativamente ao jornalismo como meio de ação política não violenta.

Mas essas duas estratégias não eram dissociadas nem antagônicas. Na pesquisa de *Jornalistas e revolucionários*, Kucinski demonstra que as organizações clandestinas às vezes surgiam dentro das redações de jornais alternativos, outras vezes controlavam sua pauta. Ele também descreve períodos distintos ao longo dos muitos anos do regime militar, o qual não pode ser visto como um período homogêneo. Para Kucinski, as fases mais expressivas da resistência jornalística são as de menor mobilização dos movimentos armados: o humor político “floresceu nos momentos de anticlímax do regime militar: primeiro, logo após o golpe; depois, quando se esgotou o impacto do AI-5; e, finalmente, ao se iniciar a abertura política” (2018, p. 42). Portanto, não se pode pensar em simples polarização entre luta armada e resistência não violenta. No capítulo sugestivamente intitulado “Intervalo para fazer a revolução”, Kucinski afirma que a “alternância entre imprensa alternativa e atividade política direta sugere um modelo funcional da imprensa alternativa no Brasil muito mais como substituta da ação política do que como parte dessa ação” (é preciso esclarecer que a “ação política” a que ele se refere

aqui é a atuação partidária direta ou a luta armada, já que em outros trechos ele deixa claro que o jornalismo também é uma forma de ação política). De acordo com Kucinski, na segunda metade da ditadura, quando a luta armada já havia sido derrotada e seus militantes aniquilados, predominou entre os jornais alternativos “um espírito de frente, de convívio das diversas correntes de oposição, desde remanescentes da burguesia nacional, até a extrema esquerda” (2018, p. 83), de forma que “os jornais alternativos se constituíam não em meros símbolos de resistência da sociedade civil ao autoritarismo, ou de expressão de um movimento, ou uma articulação de resistência: eles eram a própria resistência” (2018, p. 96).

Esses modos de resistência estão também em *K*. No capítulo “A queda do ponto”, o narrador expõe o desalento (aterrorizado, mas perseverante) do casal de combatentes da luta armada no momento de derrota iminente da organização. Diante da evidência do risco, eles precisam correr e arrumam sua bagagem às pressas. Numa maleta, depositam passaportes falsos, revólver e cartuchos. Em uma sacola maior, guardam “documentos arduamente elaborados de denúncia”, “a lista dos 232 torturadores”, “os manifestos dos presos políticos, o dossiê das torturas, o relatório prometido à Anistia Internacional” (2011, p. 31). Portanto, para o casal, tanto a guerrilha quanto a denúncia escrita são simultâneas, isto é, complementam o mesmo plano de ação e serão depois igualmente punidas pela repressão.

Esses personagens, que desaparecerão depois de provavelmente serem torturados até a morte, não terão, tal qual Níobe, a oportunidade de chorar eternamente sua desgraça. Como Butler acentua no texto de Benjamin, a violência do direito produz culpa. O narrador kucinskiano várias vezes sugere que será retroativamente atribuída às vítimas a responsabilidade por sua própria morte: “Teria bastado aceitar a derrota e suspender a luta”; “Reconhecer a derrota. Pronto, acabou. Perdemos. Não tem mais luta”; “Mas vão se passar décadas até os raros sobreviventes admitirem em retrospecto que a única saída era aceitar a derrota”; “Sobreviver na derrota seria, isso sim, uma vitória”; “A chave da solução era assumir a derrota, dar a luta por encerrada”; “Mas ambos perseveram. Não agem com lucidez” (2011, p. 30-31). É claro que os personagens não têm nenhuma culpa: eles são vítimas de um Estado opressor, contra o qual a rebelião era uma obrigação ética. Os únicos culpados são os assassinos, não os que foram mortos. Mas a violência do direito é duplamente cruel: além de aniquilar o vivente, ela ainda lhe atribui a culpa por seu próprio infortúnio.

Esse fragmento de *K*. é emoldurado pela descrição da indiferença cínica da maioria das pessoas em volta. No começo, o narrador afirma: “lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram” (2011, p. 29). No final do capítulo, uma variação sobre o mesmo tema: “lá fora a

vida segue como sempre: o Produto Interno Bruto, a crescer; as mulheres, a fazer compras; os meninos, a brincar; mendigos, a suplicar; namorados, a se beijar” (2011, p. 32). O quadro da “não violência” de fundo é enganoso, ou seja, expõe a falsidade de uma suposta tranquilidade nas circunstâncias sociopolíticas brasileiras. Na verdade, o ambiente era de enorme exploração econômica de trabalhadores, o que fazia o PIB crescer às custas da miséria de milhões de pessoas, enquanto a repressão sanguinária calava vozes dissonantes diante da convivência alienada de grande parte da população. Como nota Žižek, esse fundo aparentemente pacífico é produto de um alto grau de violência objetiva, que eficazmente esconde a si mesma. Nesse sentido, em *Jornalistas e revolucionários*, Kucinski mostra como os grandes jornais colaboravam para essa normalização do autoritarismo: “a euforia vivida pela classe média nutrida no milagre econômico forneceu à grande imprensa a justificativa de mercado para um jornalismo complacente, através de produtos de disseminação cultural [...], nos quais o jornalismo crítico não era necessário” (2018, p. 77). A postura de não violência, pela qual advoga Butler, nada tem a ver com o alegre conformismo, com a alienação política ou com a fuga para uma satisfação egoísta. Para Butler, a não violência precisa se mostrar em formas de resistência ativa, coletiva e consciente, como se verá a seguir.

No texto benjaminiano, Butler enfatiza o recurso ao mandamento “Não matarás”, o que poderia sugerir que ela encontra na ética a alternativa à violência do direito. Mas não se pode afirmar isso de maneira tão simples, por diversas razões. Em um pensamento filosófico que não se satisfaz em recorrer a um fundamento teológico, é preciso descobrir quem são os envolvidos no endereçamento do mandamento: de onde ele parte e quem ele interpela? Além disso, Butler recusa as soluções de tipo kantiano que recorrem a um imperativo moral fundamentado em um sujeito autônomo. Tampouco há, para Butler, uma essência individual na qual se originaria algo como uma voz da consciência ou uma inclinação natural para o bem. Ainda mais importante, por fim, é que Butler considera que também a ética pode abrigar formas de violência: nem toda ética oferece respostas não violentas à violência, precisamente porque também é possível pensar em “violência ética”. Em outras palavras, a violência pode desenvolver (e sustentar-se sobre) uma série de princípios e práticas que se apresentam (e são entendidos) como uma ética.

No livro *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*, de 2005, Butler parte de Adorno para discutir o problema indicado no subtítulo. Ela explica que, nas conferências intituladas *Problems of Moral Philosophy*, Adorno aponta a violência da repressão operada pela imposição de costumes tradicionais sobre outro tempo histórico que já não mais compartilha o

mesmo conjunto de valores. “Embora o *éthos* coletivo tenha se tornado anacrônico, ele não se tornou passado: insiste em se impor no presente como anacrônico. O *éthos* se recusa a se tornar passado, e a violência é sua forma de se impor no presente”, lembra Butler (2017b, p. 15). Além disso, ela diz que “Adorno usa o termo ‘violência’ em relação à ética no contexto de pretensões de universalidade” (2017b, p. 15), ou seja, nos casos em que a ética supostamente universal deixa de concordar com os interesses dos indivíduos particulares ou deixa de incluí-los. Se isso ocorre, o indivíduo sofre porque fica impossibilitado de se apropriar das normas e experimenta a perda da liberdade e da particularidade. Adorno insiste que a ética deve ser submetida à revisão crítica quando ela não oferece um modo de vida ou não pode ser apropriada dentro das condições sociais existentes, segundo Butler (2017b, p. 16).

A filósofa vai além dessa concepção, embora não a conteste. Ela entende que as normas não apenas se impõem sobre os sujeitos, mas são produtivas de subjetividades. Para Butler, o eu só existe implicado no conjunto de normas morais que condicionam seu surgimento: “o ‘eu’ não tem história própria que não seja também a história de uma relação – ou conjunto de relações – para com um conjunto de normas” (2017b, p. 18). Quando busca fazer um relato de si mesmo, o eu não pode desconsiderar as condições sociais em que ele surgiu e nas quais está inevitavelmente implicado. Não se trata, portanto, apenas da relação do sujeito com a moral,<sup>62</sup> mas da “força da moral na produção do sujeito” (2017b, p. 20). A moral produz a inteligibilidade do sujeito, torna-o viável, desafia-o a partir de normas com as quais ele deverá negociar, embora sem determiná-lo completamente.

Para Butler, a formação do sujeito não acontece sem um outro (ou um conjunto de outros) que o interpela, e isso se dá dentro de esquemas éticos preestabelecidos, que não foram definidos nem escolhidos por nenhum dos participantes da cena: “o outro só aparece para mim, só funciona para mim como outro, se há um quadro de referência dentro do qual eu posso vê-lo e apreendê-lo em sua separabilidade e exterioridade” (2017b, p. 38). Do mesmo modo, as lutas por reconhecimento ocorrem dentro de quadros normativos que condicionam e medeiam a humanização ou a desumanização do outro. Ou seja, são as normas que constituem o sujeito e suas formas de inteligibilidade. Não é exato dizer que essas normas estão fora ou acima dele, nem simplesmente que são interiorizadas a partir de um processo de assimilação: elas oferecem as condições sem as quais ele não poderia surgir nem ser reconhecido (2017b, p. 43).

As circunstâncias da constituição do sujeito o precedem e excedem. Ele nunca as poderá conhecer completamente nem as ordenar numa narrativa definitiva e adequada, de

---

<sup>62</sup> Butler emprega alternadamente os termos “ética” e “moral” nesse livro, sem lhes atribuir alguma distinção.

acordo com Butler (2017b, p. 90). As relações primárias da infância, que formam nele impressões decisivas e duradouras, são irrecuperáveis e recorrentes em sua história de vida. O sujeito é opaco para si mesmo. Além do mais, quando ele tenta contar sua própria história, precisa se submeter a uma linguagem que existia antes dele e a normas narrativas que apagam sua singularidade justamente no momento em que busca estabelecê-la (2017b, p. 54-55, 73). Mesmo assim, desde cedo o sujeito se confronta com a pergunta do outro: “quem és?”. Tal interpelação exige dele um relato de si. Há mesmo circunstâncias em que ele é coagido a relatar sua história, como se verifica em certas abordagens de julgamento moral ou nas práticas de alguns modelos de saúde mental. Para Butler, ocorre violência ética quando uma acusação exige do sujeito que forneça uma narrativa completa e coerente sobre si, como se fosse conhecedor de toda a sua história e autor único do próprio eu (2017b, p. 60).

O eu se constitui apenas na relacionalidade, e isso implica que o outro se torna sua parte constitutiva: “se aquilo que sou desafia a captura narrativa, incita a especulação, insiste-se como opacidade que resiste a toda iluminação, tal fato parece ser consequência da minha relação fundamental com um ‘tu’ – um outro interiorizado de maneiras que não posso relatar” (2017b, p. 105). Butler encontra nessa impossibilidade de narrativa plena da própria vida um fundamento para a conexão ética com os outros. A opacidade do sujeito, ao invés de justificar a ausência de fundamentos para a ação e de condições de responsabilização, leva-o a perceber que “estamos eticamente implicados na vida uns dos outros”; que, “desde o início, somos interrompidos pela alteridade”; e que “nossa ‘incoerência’ define o modo como somos constituídos na relacionalidade: implicados, obrigados, derivados, sustentados por um mundo social além de nós e anterior a nós” (2017b, p. 87). Ao compreender a relacionalidade constitutiva da própria vida, o sujeito pode estar em condições de perceber que todas as vidas (inclusive a sua) são vulneráveis e dependentes, que precisam de cuidado. Assim se torna possível passar de uma “ética da convicção”, individualista e acusatória, fundada na autopreservação e na autossuficiência, para uma “ética da responsabilidade”, voltada para o mundo habitado coletivamente, uma ética que compreende que o sujeito é formado na vida social, que interpela para o estabelecimento de relações com vidas humanas reconhecidas como tal, vidas de cujas existências o próprio sujeito depende (2017b, p. 139, 171). Butler fundamenta sua defesa da não violência nessa interdependência ética fundamental.

As relações entre violência e ética já vinham sendo discutidas por Butler em *Vida precária: os poderes do luto e da violência*, de 2004. Nesse conjunto de ensaios, ela observa como certos enquadramentos éticos operam para distribuir desigualmente o luto pelas vítimas da violência e para condicionar o que conta como vida. Ou seja, esses quadros éticos definem

critérios a partir dos quais certos tipos de sujeito são vistos como enlutáveis e, por isso, devem ser mantidos vivos; por outro lado, eles excluem a possibilidade de luto para outros sujeitos, os quais, por conseguinte, não são compreendidos como humanos e não aparecem como vidas dignas de continuarem vivendo (2019b, p. 13, 40). Quando algumas vidas não são enlutáveis, não é difícil justificar seu extermínio. Talvez nem se ouçam as vozes silenciadas que reivindicam o luto por elas, já que sequer eram percebidas publicamente como vidas humanas (2019b, p. 52-53). Para Butler, a ética é um campo instável, constituído historicamente, e nem sempre atua em favor de todas as vidas, mas pode, ao contrário, legitimar a violência. Ou seja, a ética não se funda em princípios eternos e universais, mas em negociações e lutas sobre quem é reconhecido como sujeito investido de direitos e quem, ao contrário, não é assim reconhecido (2019b, p. 124). A falta de reconhecimento justifica a morte dos indivíduos a cujas vidas não se atribui importância, e sua perda não causa comoção nem revolta. É claro que isso não significa que essa morte não será chorada por ninguém, mas significa que o choro dificilmente será ouvido na esfera pública.

Butler observa como algumas vidas são registradas em obituários, suas perdas são sentidas, suas memórias são guardadas e suas histórias são narradas, enquanto as mortes de outras pessoas não são consideradas dignas de nota (2019b, p. 55). A ética da violência organiza formas de percepção e justificativas que operam o corte entre vidas enlutáveis e vidas não enlutáveis. Mas isso não define apenas a situação após a perda das vidas: isso determina quais vidas merecem ser resguardadas ainda enquanto vivas, e quais podem ser abandonadas à morte. Portanto, Butler percebe que o valor de uma vida é medido pela morte, ou melhor, pelo enlutamento que essa morte pode gerar: uma vida só é reconhecida como tal quando sua morte for sentida como perda. Quando isso não ocorre, não se trata apenas de vida menos valiosa: “ela não é bem uma vida”, “não se qualifica como uma vida”; “não é só que pouca evidência é dada a uma morte, mas sim que ela é impossível de ser evidenciada” (2019b, p. 54-55).

Para Butler, portanto, o luto não é apenas um sentimento privado posterior à perda de uma pessoa querida. O potencial de enlutamento organiza formas sociais de interação e de valorização de vidas humanas. Em certo sentido, aqui Butler não se distancia muito da discussão sobre a vida nua do *homo sacer* proposta por Agamben (que ela cita afirmativamente em *Vida precária*): ambos compartilham a herança do pensamento de Foucault sobre a biopolítica, embora depois percorram caminhos distintos em diversos aspectos.

A perspectiva da distribuição política do luto não exclui outras concepções de luto, mais centradas na subjetividade do indivíduo que sobrevive à perda. Por outro lado, não se pode reduzir o luto a uma subjetividade isolada ou ao sofrimento íntimo de familiares e amigos que



choram uma morte. Para Butler, o luto tem implicações sociais e políticas: “o luto fornece um senso de comunidade política de ordem complexa, primeiramente ao trazer à tona os laços relacionais que têm implicações para teorizar a dependência fundamental e a responsabilidade ética” (2019b, p. 43). A capacidade de enlutar, portanto, oferece resistência à perda daquela “noção mais afiada de vida” necessária para a oposição à violência (2019b, p. 17).

Depois de se ampliar tanto o campo semântico de “violência”, a qual pode contaminar até mesmo a ética, seria compreensível se surgisse algum sorriso cético diante do emprego do termo “resistência”. Afinal, se a violência parece generalizada e se ela se manifesta em formas tão variadas, às vezes sutis, é realmente possível lhe contrapor resistência? Além disso, a sistematicidade e a onipresença da violência opressiva não justificariam práticas de oposição violentas (ou até mesmo sangrentas)? Nesse caso, como seriam elaborados os critérios para definir o que conta como violência e o que conta como resistência? Ambas difeririam substancialmente, ou apenas seus fins seriam distintos? Por fim, seria possível resistir de maneira fundamentalmente não violenta? Essas questões – que não serão facilmente respondidas e que continuarão desafiando tanto a teoria quanto a práxis social – instigam Butler em *A força da não violência*, de 2020.

Nesse livro, Butler reitera que a violência vai além da agressão física direta e alcança “as estruturas ou os sistemas sociais” (2021a, p. 19), os quais incluem questões raciais, sexuais e de gênero e abrangem aspectos linguísticos, emocionais, institucionais e econômicos (2021a, p. 112). Ela novamente refuta a aplicação de um “senso jurídico mais forte” como estratégia para o combate à violência: “a ideia de que conflitos devem ser tratados por meio da lei, não por meio da violência, presume que a lei não exerce sua própria violência e não redobra a violência do crime”, especialmente quando “regimes legais fascistas e racistas [...] têm seu próprio Estado de direito” (2021a, p. 101-102). Para Butler, a instabilidade em torno do conceito de violência abre espaço para que Estados e instituições operem, quando lhes interessa, para renomear práticas não violentas como violentas, como pode ocorrer em relação a demonstrações de dissenso político, manifestações de oposição, protestos, ocupações e greves, por exemplo (2021a, p. 20). Ou seja, para garantir tanto sua autopreservação quanto a continuidade do monopólio do emprego da violência, Estados e instituições podem caracterizar como violentos os atos de pessoas que exercem e defendem a liberdade e, a partir daí, mobilizar forças de segurança contra elas. Pior ainda, “se a pessoa não estava fazendo nada comprovadamente violento, talvez ela seja simplesmente representada como violenta, como um *tipo* violento de pessoa, ou como pura violência encarnada em e por aquela pessoa” (2021a, p.

21). Esse procedimento autoriza que ela se torne alvo da ação violenta do Estado ou de seus apoiadores. Para Butler, aliás, também são formas de violência as próprias operações discursivas que injustamente enquadram certas ações ou certas pessoas como violentas.

Butler reconhece que a violência “está sujeita a definições instrumentais que servem a interesses políticos e, às vezes, à violência estatal em si” (2021a, p. 23). Ela também admite que “a violência é sempre interpretada” (2021a, p. 28), ou seja, é compreendida a partir de campos de poder discursivo que orientam a delimitação do que aparece como violento ou não. Mas isso não significa que ela aceite um “relativismo caótico” sobre o que é e o que não é violência; ao contrário, ela aponta a controvérsia semântica como mais um motivo para a investigação teórica, de maneira que o próprio pensamento crítico se torne um modo de resistência: “temos de expandir e refinar o vocabulário político para pensar sobre a violência e a resistência à violência, levando em consideração o modo como esse vocabulário é deturpado e usado para blindar autoridades violentas contra a crítica e a oposição” (2021a, p. 35).

A resistência começa, portanto, pela desmontagem de discursos falseadores que colocam as vítimas no lugar de agentes da violência, quando na verdade elas constituem seu alvo. Nesse contexto, Butler está empenhada em argumentar a favor da possibilidade de ação não violenta, o que é muito diferente da apologia à passividade ou ao conformismo: como o título de seu livro já sinaliza, Butler pensa a não violência como uma “força”, uma potência, uma maneira de lutar. Ela afirma que a “formas não violentas de resistência podem e devem ser praticadas agressivamente” quando expressam ira e indignação, mesmo que isso pareça uma contradição em termos (2021a, p. 33) e mesmo que esse ideal nem sempre seja possível na prática, a qual “envolve negociação de ambiguidades éticas e políticas” (2021a, p. 34). A não violência também não pode se limitar simplesmente a um posicionamento moral de caráter individual, mas deve se organizar em práticas coletivas e consensuais de ação que resistam “às formas sistêmicas de destruição” e que incorporem um compromisso “com ideais de liberdade e igualdade econômicas, sociais e políticas” (2021a, p. 33). Ou seja, o que Butler propõe são modos responsáveis de enfrentamento de conflitos e de luta contra a violência; tais ações podem até envolver agressividade, ao invés de fuga ou inação, embora a agressividade deva ser manifestamente distinta daquela contra a qual ela resiste. Butler afirma que “a não violência não é um princípio absoluto, mas uma luta aberta contra a violência e suas forças compensatórias” (2021a, p. 57). Ela cita diversas ações para exemplificar a resistência coletiva ativa e não violenta, que vão desde greves, paralisações, desobediências, ocupações, boicotes, sanções e petições (2021a, p. 114) até as iniciativas para dar visibilidade ao “poder dos fracos” que têm sido sistematicamente anulados, garantir uma “democracia radical” no que se refere às

vidas que merecem ser preservadas, enfrentar a “distribuição diferencial do direito ao luto” e outras semelhantes (2021a, p. 34, 57, 58).

A recusa ao mero pacifismo individualista advém da concepção butleriana da relacionalidade e da interdependência como condições básicas para a instauração e para a preservação do sujeito. Para Butler, a não violência pode oferecer uma posição ética e politicamente viável apenas se não ignorar a agressividade e a destrutividade humanas. A relacionalidade – que é sempre controversa e ambivalente – inclui o conflito, a raiva e a agressão. Por conseguinte, “a questão da obrigação ética tem de ser elaborada à luz de um potencial destrutivo persistente e constitutivo” do humano (2021a, p. 25). A defesa da não violência tem em vista “encontrar formas de viver e agir nesse mundo, de tal maneira que a violência seja controlada ou reduzida, ou que sua direção seja invertida, precisamente nos momentos em que ela parece saturar esse mesmo mundo e não oferecer saída” (2021a, p. 25).

O mesmo pressuposto da interdependência vital fundamenta o argumento contra o princípio da autodefesa. Para Butler, o eu só existe em relação ao outro e dele necessita para enfrentar a vulnerabilidade da vida. Por isso, o eu atinge a si mesmo quando agride o outro e, mais ainda, quando destrói a própria possibilidade de estabelecer e manter os laços com o outro. Não se trata apenas de uma motivação individualista para a adoção de uma postura não violenta, mas da imprescindível manutenção de relações sociais constitutivas: “se tento preservar a vida do outro, não é apenas porque é de meu interesse preservá-la ou porque aposto que as consequências serão melhores para mim. Ao contrário, é porque já estamos unidos num laço social que precede e possibilita a vida de ambos” (2021a, p. 82). Em outras palavras, “se o eu se constitui por meio de suas relações com os outros, então parte do que significa preservar ou rejeitar o eu implica preservar ou rejeitar os laços sociais estendidos que o definem e definem seu mundo” (2021a, p. 25). Uma ética e uma política da não violência devem recusar o individualismo e “explicar como os eus estão implicados na vida uns dos outros, ligados por uma série de relações que podem ser tão destrutivas quanto construtivas” (2021a, p. 25). Além disso, Butler alerta para a necessidade de pensar quem o eu da autodefesa abrange: “ele inclui família, comunidade, religião, nação, território tradicional, práticas usuais?” (2021a, p. 26). Se for assim, para Butler, a autodefesa pode servir como pretexto para a manutenção de um sistema que seleciona quem merece ser defendido (por estar identificado ao eu) e quem é visto como ameaça potencial e, conseqüentemente, se torna vítima da agressão (por ser uma pessoa de fora da esfera do eu, alguém não considerado enlutável, desumanizado) (2021a, p. 26-27).

No artigo “Do uso da violência contra o Estado ilegal”, Vladimir Safatle argumenta em favor do emprego da violência armada contra o autoritarismo do Estado antidemocrático, cujo poder advém de um golpe e se sustenta por meio de censura, tortura, assassinato e terror. Safatle formula claramente sua tese: “toda ação contra um governo ilegal é uma ação legal” (2010, p. 245). Se o Estado está nas mãos de uma associação criminosa, todas as formas de resistência contra ele são permitidas, até aquelas que apelam à contraviolência armada: mesmo na tradição liberal, a rebelião contra o Estado ilegal é um direito fundamental do cidadão (2010, p. 246). Nesse contexto, Safatle esclarece a diferença entre duas violências: uma coisa são os crimes contra a humanidade perpetrados pelo Estado, outra completamente distinta são as ações contra um Estado ilegal e seu aparato de defesa. Ou seja, “a violência sistemática do Estado contra o cidadão em hipótese alguma equivale à violência do cidadão contra um Estado ilegal e seus aliados” (2010, p. 244). Para Safatle, “os jovens que entraram na luta armada” contra a ditadura no Brasil “aplicaram o direito mais elementar: o direito de levantar armas contra um Estado ilegal, fundado por meio da usurpação pura e simples do poder graças a um golpe de Estado e ao uso sistemático da violência estatal” (2010, p. 248).

Safatle está certo: a resistência pode recorrer às armas quando outros meios se mostram insuficientes para a libertação. Mas esse recurso tem um custo muito alto, que não pode ser ignorado. *A força da não violência*, de Butler, está inserido em outro contexto argumentativo; apesar disso, as questões que ela levanta podem incomodar o debate sobre a estratégia de guerrilha empreendida pelas organizações de esquerda no Brasil. Butler diz aceitar o argumento de que a violência “é taticamente necessária para derrotar a violência estrutural ou sistêmica ou para derrubar regimes violentos, como *apartheid*, ditadura ou totalitarismo” (2021, p. 27). Mas ela também duvida de que seja sempre possível manter a separação entre a violência do regime e a que busca derrubá-lo: “a violência respeita essa distinção – aliás, ela respeita qualquer uma de nossas tipologias?” (2021a, p. 27). Butler enfatiza: “será que o uso da violência não redobra a violência e vai em direções que nem sempre podemos controlar?” (2021a, p. 27). E ela insiste na pergunta: “o que acontece se a violência foge ao controle, é usada com propósitos nunca cogitados, ultrapassando e desafiando a intenção inicial? E se a violência for o tipo de fenômeno que está constantemente ‘fugindo ao controle’?” (2021a, p. 28).

A inquietação de Butler auxilia na interpretação de um dos mais difíceis fragmentos de *K.*, de Kucinski. Trata-se da “Mensagem ao companheiro Klemente”, inserida no final do romance e diferenciada tipograficamente dos demais capítulos pelo uso de itálico em todo o texto. A carta é assinada por Rodriguez, provavelmente o codinome do genro de K. Entre outras coisas, ele lamenta que o líder Klemente tenha declarado o fim da organização sem antes dar

suporte aos militantes que permaneciam no Brasil sob sério risco de serem assassinados pela repressão. Ele também condena o fato de os líderes não terem percebido o momento de recuar e, ao invés disso, insistirem numa luta que culminaria num “suicídio coletivo”: “alguém tinha que ter dado a ordem de parar” (2011, p. 172-173). Em um dos trechos mais delicados da carta, ele acusa Klemente pelo assassinato de um dos membros da organização, julgado por traição; em vez disso, ele fora “justiçado” porque pretendia se retirar da guerrilha: “foi executado para dar um recado: quem vacilar vai ser julgado como traidor” (2011, p. 174). Depois, segundo o autor da carta ficcional, os próprios membros da luta armada mataram ainda outros militantes: “[vocês] incorporaram o método do terror da própria ditadura” (2011, p. 174).

A carta cita fatos históricos. Elio Gaspari afirma que, quando a crueldade do Estado triunfava sobre as organizações da resistência, “as linhas que separavam os dois universos acabavam por se confundir, produzindo um novo tipo de ferocidade, dessa vez voltada também para dentro das próprias organizações” (2014b, p. 400). Segundo Gaspari, “no Brasil a autofagia terrorista prosperou na ALN. A organização passara a se orgulhar do mote ‘Dez vidas eu tivesse, dez vidas eu daria’” (2014b, p. 400). Kucinski também menciona esse lema na carta de Rodriguez, que o caracteriza como “insanidade”, “coisa religiosa”, “fatalismo mórbido” (2011, p. 172). A seguir, Gaspari relata o assassinato de Márcio Leite de Toledo, assim como outros quatro casos em que “a ALN, a AP e o PCBR executaram militantes sobre os quais pairava a suspeita de delação ou mesmo de conversão em informante da polícia” (2014b, p. 401).

Esses casos não comprovam a ideia absurda de que as forças em disputa eram “dois demônios” igualmente violentos. Basta lembrar a argumentação de Safatle, citada acima. Mas a dor desses episódios é coerente com a preocupação de Butler: mesmo quando instrumentalizada para fins considerados justos, a violência pode tomar direções imprevistas e irreversíveis. Em *Os visitantes*, Kucinski volta duas vezes à carta do final de *K.*, que tocou num tema considerado tabu entre os envolvidos na luta armada. No capítulo “Sétimo visitante”, o narrador-escritor se espanta ao receber uma amiga que demonstra que tanto ela quanto outros companheiros acreditaram na veracidade da mensagem, a qual era obra de ficção. Isso sugere que a situação e os sentimentos narrados eram verdadeiros, mesmo que os personagens fossem imaginados. Depois de esclarecer a visitante, o narrador explica: “[a carta] foi a expressão do meu desgosto por não terem mandado parar aquela loucura, imagine quantas vidas teriam sido poupadas. Esse capítulo do livro é o meu manifesto” (2016, p. 46). Já em “O visitante derradeiro”, o narrador se surpreende ao descobrir uma reportagem que mencionara o trecho ficcional a respeito do “justiçamento dos militantes da luta armada” com a finalidade de legitimar a perversa “tese do jornal de que os dois lados se igualaram na prática de crimes”

(2016, p. 70). Depois disso, ele lamenta: “passei o dia deprimido pelo uso malicioso da novela” (2016, p. 70). No mesmo capítulo, o narrador se defende diante das acusações de um amigo sobre outros problemas relacionados a essa mensagem final: era fácil identificar a pessoa real à qual o personagem Klemente aludia; a citação de militantes ainda vivos podia ser considerada ofensiva e difamante; seria preciso observar as circunstâncias da época e não fazer julgamentos anacrônicos; o escritor de ficção também precisa assumir sua responsabilidade ética ao apresentar eventos históricos; a divulgação da violência interna às organizações de resistência servia à má-fé de quem tentava nivelar os militantes aos torturadores (2016, p. 71-73). Tais questões mostram que a avaliação das táticas de resistência não é consensual e ainda precisa ser elaborada na memória coletiva. Além disso, esses episódios indicam que o emprego da violência contra a ditadura também foi traumático para os militantes, que, em alguns momentos, perderam o controle do curso de suas ações.

Por fim, vale ressaltar que a carta expressa não apenas a má consciência posterior à violência da resistência, mas também aquela culpa gerada pela violência do direito: “no fundo, entramos no jogo da ditadura de nos liquidar a todos”; se a luta tivesse sido interrompida, “poderíamos ter poupado muitas vidas” (2011, p. 172, 174). O remetente parece atribuir aos militantes a responsabilidade pelas mortes dos membros da organização, quando ela deve ser imputada apenas aos verdadeiros assassinos, os agentes do Estado. Isso também é tematizado em *Os visitantes*: “virou moda culpar os derrotados, todos fazem isso, e a sua novela também”, acusa um amigo do narrador (2016, p. 73). O mesmo personagem também afirma: “você enfiou o caso do Márcio na novela como metáfora, foi o modo que você encontrou de acusar a ALN pela morte de sua irmã, em vez de acusar a ditadura” (2016, p. 73). Mesmo que essas afirmações sejam injustas, elas mostram a atuação da violência do direito, que dissemina a culpa entre os atingidos, ao invés de identificá-la exclusivamente na origem da violência.

Depois da “Mensagem ao companheiro Klemente” há apenas o pequeno texto “*Post Scriptum*”, sobre a articulação do sistema repressivo décadas depois de encerrada a ditadura, de forma que a carta praticamente finaliza *K*. Esse final parece deslocado da história narrada anteriormente, focada na violência do regime militar: de repente, sem continuidade nem maiores explicações, o livro incomodamente termina com a crítica à violência das próprias organizações de resistência. Esse trecho – coerente com a abertura formal e semântica de todo o romance – talvez possa ser recebido como um alerta contra o emprego da violência e como um convite à não violência, nos termos de Butler. A violência é perigosa mesmo quando é inevitável e quando seu alvo é uma violência pior e maior. A carta também mostra que, embora o autoritarismo tenha surgido historicamente muito mais no interior de grupos de extrema

direita, ele não tem filiação política. É preciso manter vigilante a percepção de manifestações autoritárias até nos grupos e movimentos sociais em que elas pareceriam improváveis.

Em *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, de 1990, Butler critica as reificações de identidades supostamente estáveis e as concepções de gênero como atributo do pretense sujeito preexistente: o gênero *instaura* o sujeito estabelecendo “interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (2018, p. 21). Gênero e desejo são *efeitos* do poder: “a lei produz e depois oculta a noção de ‘sujeito perante a lei’, de modo a invocar essa formação discursiva como premissa básica natural que legitima, subsequentemente, a própria hegemonia reguladora da lei” (2018, p. 20). Para Butler, a crítica “deve compreender como a categoria das ‘mulheres’, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (2018, p. 20). Se “a sexualidade é construída culturalmente no interior das relações de poder existentes”, Butler concebe “a possibilidade de uma repetição da lei que não representa sua consolidação, mas seu deslocamento”, ou seja, ela defende a apropriação subversiva das normas reguladoras de gênero e sexualidade (2018, p. 65).

A filósofa nota que a constituição dos gêneros e dos comportamentos sexuais é marcada pela imposição da “heterossexualidade compulsória” (2018, p. 9). Para Butler,

O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (2018, p. 69).

Embora não sejam explicitadas em termos como os de Butler, algumas questões de gênero são relevantes na ficção de Kucinski. Em *K.*, o corpo desaparecido de A. encontra apresentação literária na forma da personagem ausente. Todo o relato está voltado para a busca dessa personagem central, que aparece apenas indiretamente, por deslocamentos narrativos: a narração na terceira pessoa do plural da preparação do casal para a fuga (fragmento “A queda do ponto”), a cena aparentemente trivial da adolescência (“Os primeiros óculos”), a mensagem íntima a uma personagem secundária (“Carta a uma amiga”), a descrição de retratos (“Um inventário de memórias”), o relato da faxineira da Casa da Morte (“A terapia”). O narrador geralmente está próximo do ponto de vista limitado do pai, surpreendido pela revelação da militância da filha: “sempre a vira como a filhinha sensível que lia poemas, que gostava muito

de cinema e pouco de política” (2011, p. 46). A imagem transmitida é a de uma mulher delicada que necessitaria de proteção masculina. Essa apresentação é compreensível porque o pai sofre a perda da filha que ele amava e queria defender. Mas o conjunto do romance concede pouco espaço para que a mulher desaparecida também seja apresentada como forte, corajosa, independente. Afinal, além de filha querida, ela era engajada na luta armada contra a ditadura. O estudo “Os silêncios na literatura pós-ditadura: a resistência das mulheres guerrilheiras”, de Lua Gill da Cruz, mostra a prevalência, na narração de *K.*, do ponto de vista masculino e paternal-protetor: a personagem A. é construída “a partir de um estereótipo da ‘filhinha’ ou da ‘irmã mais nova’ frágil do qual a narração não consegue se distanciar”, de modo que “é colocada em questão a sua posição e escolha como mulher guerrilheira” (2017, p. 521).

*K.* chega a supor que a filha fora aliciada pelo genro revolucionário, sem imaginar a hipótese contrária: “deveria odiá-lo, por ter arrastado sua filha a uma morte estúpida, ou honrá-lo, por ter enriquecido sua vida?” (2011, p. 46). Tal responsabilização é compreensível: diante do desaparecimento inexplicável, é comum que os sobreviventes imaginem hipóteses e projetem culpados. Mas o romance não desenvolve, em outro momento, um ponto de vista alternativo que enfatize a bravura e a autonomia da mulher que ousa aderir à luta armada para enfrentar o regime repressor. Assim, ao sofrimento legítimo do pai e ao sentimento de culpa dos sobreviventes se misturam questões relacionadas a estereótipos de gênero, notadamente a suposta função protetora dos homens em relação às mulheres da família.

Esse problema se intensifica quando são comparadas as cartas ficcionalmente atribuídas a cada um dos cônjuges desaparecidos. A mensagem assinada pela mulher enfatiza o comentário sobre um filme, o lamento sobre a reclusão e a impossibilidade de fuga, a crítica à indiferença covarde de colegas na universidade, o conforto encontrado na cachorrinha de estimação, o medo da repressão, a descrição de atitudes do irmão e do pai, a dúvida sobre “onde está a verdade e onde está a mentira” (2011, p. 51-53). Já a carta de Rodriguez é incisiva na responsabilização dos líderes da organização guerrilheira, no julgamento das estratégias adotadas, na convicção sobre urgências operacionais, na reivindicação da autocritica da direção, na condenação dos “justiçamentos”. Há mais semelhanças do que diferenças entre as cartas de A. e Rodriguez; não obstante, é notável que certos estereótipos de gênero enquadram os dois textos: enquanto o homem demonstra valentia, coragem, racionalidade, enfrentamento, a mulher predominantemente expressa delicadeza, sensibilidade, intuição, medo.

A discussão é arriscada porque, diante do terror da ditadura, as questões de gênero podem parecer secundárias. Mas é justamente em casos como esse que se descara a violência contra a mulher e contra sexualidades desviantes da norma heterossexual. Essa é uma tese



defendida por Marianne Hirsch em *La generación de la posmemoria*, de 2012. Estudando a memória de descendentes de sobreviventes do Holocausto, ela argumenta que o testemunho está fundamentalmente marcado pelo gênero (2021, p. 30, 38).<sup>63</sup> Segundo Hirsch, não é incomum que obras de arte memorialísticas e testemunhais, para enfatizar a fragilização e a desumanização dos alvos do totalitarismo, recorram à infantilização e à feminização das vítimas, concomitantemente à hipermasculinização dos algozes (2021, p. 172, 181). Hirsch admite como legítimas as suspeitas relacionadas ao uso do gênero como categoria analítica para tratar do terror do Holocausto, que tentou exterminar grupos populacionais inteiros, desumanizando sem exceção tanto homens quanto mulheres; por outro lado, ela sustenta que as figuras marcadas por gênero medeiam a transmissão da memória traumática e que a opressão relacionada ao gênero evidencia sua terrível violência em situações nas quais parece se manter evasivamente em segundo plano (2021, p. 226-227). O gênero pode desempenhar uma série de funções em relação à memória, que incluem as imagens mobilizadas nas narrativas, o grau de insuportabilidade de determinadas formas de crueldade, os modos de transmissão familiar de histórias e terrores, a seleção das memórias suprimidas ou legadas às futuras gerações, entre outras (2021, p. 31). Para Hirsch, a aparente irrelevância do gênero em condições de violência extrema torna o problema ainda mais significativo (2021, p. 254).

No Brasil, as mulheres que se opunham ao regime militar eram submetidas a formas cruéis de violência machista e misógina, que se somavam à feroz repressão direcionada às vítimas em geral. No artigo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, Maria Amélia de Almeida Teles demonstra que as mulheres coercitivamente encaminhadas aos locais de tortura eram submetidas a “crimes cometidos pelo emprego da violência de gênero, como os estupros, a violência sexual, os abortamentos forçados, entre outros”, além de “crimes como sequestros, torturas, assassinatos e ocultamentos de cadáveres”, que atingiam todos os opositores (2017, p. 212). A violência de gênero atravessava também as organizações de esquerda. Em “As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo”, Marcelo Siqueira Ridenti estuda a presença de mulheres na resistência à ditadura. Ele observa que, considerando-se a conjuntura sociocultural de uma época em que a política era dominada por homens, nos grupos armados era expressivo o número de mulheres, entre 15 e 20% do total (1990, p. 114). Porém, elas eram frequentemente afastadas das posições de comando e enfrentavam comportamentos machistas de companheiros militantes (1990, p. 118-121). Para o pesquisador, “a participação feminina era um avanço para a ruptura do estereótipo da mulher restrita ao

---

<sup>63</sup> Outros pontos relevantes das pesquisas de Hirsch serão retomados nas seções 4.4 e 4.5 desta tese.

espaço privado e doméstico, enquanto mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino”: “muitas mulheres tentavam romper, em diversos aspectos, com séculos de submissão ao entrarem para organizações clandestinas de extrema esquerda” (1990, p. 114, 116). Nesse sentido, em *K.*, o engajamento de A. na oposição armada atesta coragem nas lutas contra o autoritarismo da ditadura e contra a dominação masculina.

Outras narrativas de Kucinski também oportunizam debates sobre gênero. Em *Mataram o presidente* quase todos os personagens poderosos são homens. A escassez de mulheres no enredo é significativa: o cenário do ataque à democracia é o do poder masculino. A única mulher importante, Jafite Brotas, é indiciada sozinha pelo crime praticado com corresponsabilidade de homens. Ao se referirem a ela, os personagens homens primeiro a reduzem ao corpo: a despeito de seu poder, ela é descrita por Rodolfo como “um mulheraço” e por Lima como “uma potranca” (2010, p. 31). Como lembra Butler, “as associações culturais entre mente e masculinidade, por um lado, e corpo e feminilidade, por outro, são bem documentadas nos campos da filosofia e do feminismo” (2018, p. 36).

O romance *Alice* evidencia ainda mais a violência contra a mulher, que culmina no assassinato de Alice. Apesar de Kucinski não ser um escritor especialmente dedicado à crítica do machismo, ele percebe a opressão causada por essa forma de violência. O tema é verbalizado pela professora Heloíza, que acusa o chefe de Alice de “podação, inveja, machismo” (2014a, p. 75). Ela explica: “os chefes são todos homens” e “podam as mulheres sempre que têm oportunidade” (2014a, p. 76). Os personagens homens atribuem estereótipos desumanizantes às mulheres. São exemplares os termos que o protagonista emprega para reduzir uma professora universitária: “uma fêmea, antes de tudo. Uma reprodutora. Uma potranca” (2014, p. 151). A linguagem violenta parece naturalizada na narrativa: mesmo depois de ouvir as explicações de Heloísa, Magno reitera normas produtoras de assimetria de gênero.

Em *A nova ordem*, as mulheres são tão depreciadas, “consideradas intelectualmente incapazes”, que sequer são perseguidas pelo regime (2019, p. 142). A única personagem relevante é Marilda, caracterizada por futilidade, submissão e mau-caratismo. O regime normatiza práticas sexuais e qualquer desvio da heterossexualidade é taxado como ato de subversão: gays são perseguidos e assassinados tanto quanto opositores utopistas. Esse tratamento às mulheres e aos homossexuais é compatível com o terror totalitário que domina a sociedade distópica. Mas é preciso lembrar que as notas de rodapé continuamente remetem a distopia ao presente sociopolítico brasileiro. Da interpretação do romance como uma crítica caricatural da sociedade contemporânea se deduz que a ficção ressalta, de modo extremado, formas de violência realmente opressoras no mundo atual.

Também *Júlia* apresenta a relação entre ideologias institucionalizadas, papéis de gênero e constituição de identidades. O enredo reserva diferentes lugares às muitas personagens mulheres. Maria do Rosário é militante engajada na resistência à ditadura, corajosa para enfrentar o poder hierarquizado; mas o personagem Nelson diz que, “além da boniteza, a Maria do Rosário tinha mais valentia que muito homem” (2020a, p. 116): ele parece associar o feminino à beleza e o masculino à valentia, de modo que precisa comparar Maria do Rosário aos homens para exaltar a virtude dela. A jornalista Paula Rocha enfrenta as instituições dominantes, mas é censurada e tem que pagar alto preço pela coragem. Já Maria das Dores é submetida a exploração, abandono, pobreza, estupro, entrega compulsória da filha para adoção, violência doméstica. Há ainda a freira Giulitta, vinculada ao assistencialismo; a madre Teodora, conivente com a repressão; a mãe de Júlia, alienada na beatice escapista. A tia Hortência verbaliza a subjugação: “o homem é quem manda, Deus fez o Homem dominador, a mulher também é dominadora, mas o homem manda mais porque é provedor” (2020a, p. 58).

Em *Jornalistas e revolucionários*, Kucinski dedica considerável espaço a jornais feministas editados durante a ditadura (2018, p. 124-132). Ele nota como o feminismo era tratado com desprezo por outros veículos da imprensa alternativa, predominantemente machistas, e como a sexualidade feminina era reprimida em organizações de esquerda (2018, p. 124, 130). Tanto nesse livro quanto em outras ocasiões, o autor demonstra estar consciente das lutas feministas e solidário às suas justas reivindicações. Portanto, os problemas que a literatura de Kucinski aborda não refletem simplesmente opiniões do autor; ao invés disso, ele apresenta, na ficção, modos como as subjetividades são produzidas a partir de normas de gênero, o que resulta em formas continuadas de violência de gênero e de opressão à sexualidade.

É interessante que o subtítulo do livro de Butler mencione “subversão”, termo que, em outros contextos, refere contestação a regimes autoritários. Butler afirma que “os gêneros distintos são parte daquilo que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea” e que os que “não desempenham corretamente o seu gênero”, de acordo com as normas sociais estabelecidas, são habitualmente punidos (2018, p. 241). A performance reiterativa de normas socialmente instituídas e mantidas garante a inteligibilidade do gênero (2018, p. 43). Quem não performa tais normas é tornado abjeto: são indivíduos vitimados por injúria verbal e física, enquadrados em grupos mais expostos à precariedade, não percebidos como vidas passíveis de luto. Ou seja, a performatividade não desviante de papéis de gênero e de sexualidade autoritariamente impostos é condição para que a vida seja enlutável. A ficção de Kucinski indiretamente encena uma tese fundamental nos estudos de Butler: os problemas de gênero estão estreitamente relacionados à violência, à produção de identidades e de subjetividades,

bem como às possibilidades de resistência contra normas autoritárias e à urgência de subversão das estruturas de poder dominantes.

### 3.6 E o que é o autoritarismo?

Evidentemente, a violência se manifesta de maneiras particulares em diferentes contextos históricos e geopolíticos. A história do Brasil é profundamente violenta, com destaque para a colonização predatória, o genocídio dos povos indígenas, a escravização de enormes contingentes de pessoas negras, a dominação de modelos familiares patriarcais, as ditaduras do século 20, a segregação opressiva das populações periféricas e a submissão a políticas capitalistas neoliberais determinadas externamente por novos imperialismos econômicos e culturais, entre tantos outros modos de violência.

*Sobre a violência*, uma coletânea de ensaios de Marilena Chaui publicada em 2017, é um dos muitos estudos que expõem a persistência da violência no Brasil. A autora adota um conceito amplo de violência, que inclui o uso da força contra o outro, o cerceamento de sua espontaneidade e de sua liberdade, a coação, a violação, a transgressão a valores considerados justos, a brutalidade, a tortura, o abuso físico e psicológico, a opressão e a intimidação, o genocídio, a reificação e a desigualdade social, entre outras possibilidades (2017, p. 35-36, 41). Para Chaui, o lugar da produção da violência é a própria estrutura da sociedade brasileira, a qual está organizada como uma “sociedade oligárquica, verticalizada, hierarquizada, autoritária e por isso mesmo violenta” (2017, p. 41, 48).

No entanto, no Brasil, essas muitas manifestações da violência comumente são apagadas pela poderosa repetição daquilo que Chaui chama de “mito da não violência brasileira”. Nesse caso, a expressão “não violência” se refere à negação da violência, e não às ações de resistência. Já o termo “mito” é empregado pela autora no sentido de narrativa que configura “a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (2000, p. 9). De acordo com Chaui, esse mito, que foi construído muito cedo e persiste ao longo do tempo, faz acreditar em uma “história feita sem sangue”, resultando na ideia da “sociedade brasileira como a boa sociedade, una, indivisa, pacífica e ordeira”, com “um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o machismo, a homofobia, que respeita as diferenças étnicas, religiosas e políticas, que vive sem preconceitos [...]” (2017, p. 37). Chaui enumera cinco mecanismos usados para explicar a ocultação da conhecida violência cotidiana: *exclusão* de quem pratica a violência como “gente que não faz parte da nação”; *distinção* entre a postulada essência

brasileira pacífica e os acidentes efêmeros das “ondas” ou “surto” de violência; *circunscrição jurídica* da violência ao campo da delinquência e da criminalidade, do qual se mantém fora a ação policial; *demarcação sociológica* da “epidemia” de violência a um período temporário durante o qual a população migrante e pobre supostamente precisa realizar a “transição para a modernidade”; e, por fim, *inversão do real*, “graças à produção de máscaras que permitem dissimular comportamentos, ideias e valores violentos como se fossem não violentos”, ou seja, dissimulação da violência sob a ideia de proteção ou de necessidade (2017, p. 39-51).

Segundo Chauí, é preciso perceber a cultura autoritária tradicional para que se entenda o que fundamenta a violência no Brasil (2017, p. 42). A autora afirma que a sociedade brasileira é fortemente hierarquizada e despótica: as relações sociais são organizadas em torno da repetição do modelo da família patriarcal (governada pela vontade arbitrária do pai), da estrutura vertical de mando e obediência, da transformação das diferenças em desigualdades, da naturalizada distinção das pessoas em superiores e inferiores, da falta de reconhecimento dos direitos de certos sujeitos, da recusa tácita ao princípio de igualdade jurídica para todos, do encolhimento do espaço público em favor do alargamento do privado, da identificação entre Estado e Poder Executivo, entre outros fatores (2017, p. 43-45). Nesse contexto, Chauí pensa que o autoritarismo brasileiro vai além dos golpes de Estado e das ditaduras: “não digo que periodicamente o Estado assume a feição autoritária e, sim, digo que a sociedade brasileira está organizada de tal modo, nela as relações sociais são de tal tipo que se trata de uma sociedade violenta enraizadamente autoritária” (2017, p. 174). Em *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, Chauí afirma que “o hábito de supor que o autoritarismo é um fenômeno político que, periodicamente, afeta o Estado” encobre a percepção mais ampla de que “é a sociedade brasileira que é autoritária e que dela provêm as diversas manifestações do autoritarismo político” (2000, p. 90). Ou seja, o autoritarismo brasileiro é estrutural, não episódico. A violência do direito funciona para manter essa organização social, isto é, está constituída para conservar a estrutura autoritária: “a lei é, para os grandes, conservação de privilégios, e, para o povo, instrumento de coerção e violência” (2017, p. 174).

Um ponto de vista semelhante ao de Chauí é defendido por Lilia Moritz Schwarcz em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, de 2019. Para Schwarcz, é característico dos governos autoritários “naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado” e lançar mão “de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder” (2019, p. 19). No Brasil, segundo a autora, quatro pressupostos falaciosos costumam ser reiterados: a imagem de um país harmônico e sem conflitos; a caracterização dos brasileiros como avessos à hierarquia e propensos à informalidade e à igualdade; a suposição de que a sociedade brasileira é

plenamente democrática e avessa a ódios raciais, de religião e de gênero; a crença na segurança oferecida por uma natureza paradisíaca (2019, p. 22). Mas o que essas narrativas encobrem é justamente o contrário do que mostram, já que a sociedade brasileira sempre foi (e continua sendo) fortemente autoritária: “desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência” (2019, p. 24).

Schwarcz se dedica a expor, em cada capítulo de seu livro, diversos aspectos do autoritarismo brasileiro, investigando suas raízes históricas e apontando sua persistência no presente. Dessa maneira, a autora destaca especialmente os seguintes problemas: a escandalosa *escravização* de milhões de pessoas negras e sua continuação histórica na forma do racismo; o *mandonismo*, derivado do domínio dos senhores de terras; o *patrimonialismo*, “resultado da relação viciada que se estabelece entre a sociedade e o Estado, quando o bem público é apropriado privadamente” (2019, p. 65); a *corrupção*, que “remete ao ato de conceder ou receber vantagens indevidas ou de agentes públicos ou do setor privado” (2019, p. 88); a *desigualdade social*, que abrange questões econômicas, raciais, regionais, educacionais, de gênero e sexualidade, entre outras; as opressões de *raça e gênero*, que incluem o machismo, as agressões contra a população LGBTQIA+, o controle dos corpos e a repressão da diversidade; a *intolerância*, que transforma pontos de vista e identidades considerados diferentes em inimizades supostamente ameaçadoras. Entre essas faces do autoritarismo, Schwarcz inclui também a *violência*, que, em sua argumentação, em geral se restringe a problemas relacionados a homicídios, segurança pública, agressão policial e genocídio dos povos indígenas.

A aproximação entre as duas autoras mencionadas acima é proposital: embora percorram caminhos teóricos diferentes, ambas tratam de fenômenos semelhantes. Mas Chaui os agrupa sob o termo “violência”, enquanto Schwarcz enumera quase os mesmos problemas sob o hiperônimo “autoritarismo”. Então a violência é uma forma específica de autoritarismo, como parece sugerir Schwarcz? Ou o autoritarismo é o fundamento cultural da violência estrutural, como compreende Chaui? Afinal, não seriam “violência” e “autoritarismo” conceitos indistintos, equivalentes e intercambiáveis?

No *Dicionário de política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino, o verbete “Autoritarismo”, redigido por Mario Stoppino, aponta três contextos em que esse termo é empregado. O primeiro diz respeito à estrutura de sistemas políticos, chamados de autoritários quando “privilegiam a autoridade governamental e diminuem de forma mais ou menos radical

o consenso, concentrando o poder político nas mãos de uma só pessoa ou de um só órgão e colocando em posição secundária as instituições representativas” (2000a, p. 94). Nesses regimes, a oposição é reduzida à expressão mínima ou é totalmente suprimida, as instituições representativas são esvaziadas ou aniquiladas, o Poder Executivo predomina sobre os demais, a autoridade é transmitida verticalmente de cima para baixo, a autonomia dos subsistemas políticos (sindicatos, partidos, grupos de pressão etc.) é controlada ou extinta (2000a, p. 100). De maneira geral, o autoritarismo se contrapõe à democracia. Nesse sentido genérico, de acordo com Stoppino, o autoritarismo compreende regimes políticos diversos, tais como despotismos, tiranias, impérios e ditaduras, por exemplo (2000a, p. 100). Stoppino informa ainda que é comum que se empregue um sentido um pouco mais restrito de autoritarismo, que nesse caso se distingue do totalitarismo, como se verá no quarto capítulo desta tese.

O segundo contexto para o uso do termo “autoritarismo”, de acordo com Stoppino, abrange as “disposições psicológicas a respeito do poder”, especialmente no que se refere à caracterização da “personalidade autoritária” (2000a, p. 94). Esta é formada por duas atitudes interligadas: “a disposição à obediência preocupada com os superiores” e “a disposição em tratar com arrogância e desprezo os inferiores hierárquicos e em geral todos aqueles que não têm poder e autoridade” (2000a, p. 94). O principal estudo sobre a personalidade autoritária, segundo Stoppino, foi elaborado por Theodor W. Adorno e seus colaboradores, o qual será abordado logo abaixo. O terceiro contexto destacado por Stoppino é o das ideologias autoritárias, que são aquelas que recusam as ideias de igualdade entre seres humanos e supervalorizam o princípio hierárquico, “além de propugnarem formas de regimes autoritários e exaltarem amiudadas vezes como virtudes alguns dos componentes da personalidade autoritária” (2000a, p. 94). Esses três contextos não são necessariamente copresentes, mesmo que frequentemente apareçam associados nas práticas sociais.

No artigo “A violência constitutiva: notas sobre autoritarismo e literatura no Brasil”, Jaime Ginzburg cita uma série de estudiosos que demonstram o papel formador e a persistência do autoritarismo na sociedade brasileira. Mencionando as obras *Bases do autoritarismo brasileiro*, de Simon Schwartzman, e a “Introdução” elaborada por Bolívar Lamounier para *O Estado autoritário e a realidade nacional*, de Azevedo Amaral, Ginzburg define precisamente o autoritarismo:

O autoritarismo é uma caracterização de um regime político em que existe um controle da sociedade por parte do Estado, que manipula as formas de participação política e restringe a possibilidade de mobilização social. Nesse quadro, existe interesse político na cooptação dos intelectuais: a administração pública é apresentada como um bem em si mesmo, ao servir ao interesse do Estado; o setor militar desempenha um papel

decisivo na manutenção da ordem. Em formas extremas, como o totalitarismo, o regime autoritário institui um partido único e reprime com rigor manifestações de contrariedade (SCHWARIZMAN: 1988; LAMOUNIER: 1981) (GINZBURG, 1999, p. 123).

Nesta tese, que não pretende esgotar o problema, o termo “violência” é tomado em sentido amplo, considerando as diversas possibilidades expostas pelos filósofos mencionados acima e aproximando-se especialmente das investigações de Judith Butler. Já o “autoritarismo”, de maneira mais restrita, é aqui reservado às formas de violência política que tipificam os Estados e os governos antagônicos à democracia, com graus variáveis de emprego da coerção, da força e do terror, no sentido indicado por Ginzburg. O termo também é empregado aqui, a partir da direção apontada por Adorno (exposta abaixo), para caracterizar a personalidade violenta de indivíduos propensos a gerar (e a ocupar) posições de poder de maneira discriminatória, excludente e opressora. É importante ainda ressaltar que, embora os conceitos de violência e de autoritarismo guardem alguma especificidade semântica, ambos dificilmente são dissociáveis nas práticas sociais, em que, com frequência, se implicam reciprocamente.

Na obra de Kucinski, não há dúvida de que o principal autoritarismo é o do regime militar brasileiro. Mas, em sentido amplo, o escritor também menciona outras formas, especialmente o totalitarismo nazista. Também povoam suas narrativas as personalidades autoritárias, que não se limitam a ditadores e torturadores. Por exemplo, em *Júlia*, a Madre Teodora impõe obediência aos funcionários do orfanato e os constrange a se calarem diante de atos ilícitos. Ela também condena ideias democráticas, apoia a ditadura e impõe estereótipos sobre pessoas de quem ela discorda, tratando-as como hereges e subversivas (2020a, p. 52-53). Já o personagem Mr. Stephan, diretor do colégio de *Pretérito imperfeito*, expulsa sumariamente um adolescente da escola por causa de uma infração, em vez de considerar vias propriamente pedagógicas para a resolução do problema. O narrador descreve o degradante rito de expulsão: “trancam o aluno numa saleta, como numa solitária, até que alguém venha buscá-lo, quando então é escoltado e entregue no portão, com ordem de nunca mais voltarem, como se pai e filho tivessem se tornado igualmente leprosos” (2017, p. 55). Esses dois exemplos demonstram que, na ficção kucinskiana, o autoritarismo está disseminado em instituições e papéis sociais.

Por fim, é preciso considerar que o autoritarismo não é fenômeno uniforme, mas apresenta muitas variações históricas e geográficas. Ele tem assumido novas faces nas últimas décadas, de acordo com um *best-seller* publicado em 2018, intitulado *Como as democracias morrem*. Embora o estilo didático-propagandístico adotado pelos autores Steven Levitsky e



Daniel Ziblatt acarrete limitações teóricas e metodológicas,<sup>64</sup> a ideia central de sua argumentação é instigante: ao observar os processos por meio dos quais começam os governos autoritários, eles afirmam que recentemente muitos políticos antidemocráticos ascendem ao poder não mais com golpes de Estado, mas corroendo paulatinamente as instituições democráticas. “A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros”; mesmo assim, de acordo com os autores, “democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. [...] O retrocesso democrático hoje começa nas urnas” (2018, p. 16). Autocratas eleitos avançam em direção ao autoritarismo enquanto mantêm uma aparência de democracia e um discurso cínico em sua defesa. Levitsky e Ziblatt chamam a atenção para o perigo que tais políticos autoritários oferecem para regimes democráticos, já que os colocam em risco e testam continuamente a resistência de suas instituições por meio de medidas como aparelhamento do sistema jurídico, alterações constitucionais e difamação dos adversários, por exemplo. Em geral, esses autocratas desrespeitam duas normas não escritas que condicionam o funcionamento da democracia: a tolerância mútua (o respeito à legitimidade dos rivais) e a reserva institucional (a contenção no uso de prerrogativas constitucionais) (2018, p. 103). Diante disso, Levitsky e Ziblatt propõem quatro “sinais de alerta” que ajudam a reconhecer líderes autoritários, os quais “1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia” (2018, p. 32). Eles também oferecem vários exemplos históricos, incluindo personalidades de épocas e contextos muito diferentes, que vão de Adolf Hitler a Hugo Chávez e Vladimir Putin. Mas sua maior preocupação, sem dúvida, era o então presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Quando o livro foi escrito, Bolsonaro ainda não tinha subido ao poder no Brasil, caso contrário certamente entraria na lista por corresponder perfeitamente à descrição dos autores.

### 3.7 Theodor W. Adorno e a personalidade autoritária

Na década de 1940, Adorno liderou um grupo de pesquisa cujo objetivo principal era avaliar empiricamente o nível de suscetibilidade dos cidadãos estadunidenses à propaganda autoritária, especialmente aquela com tendência fascista. Os procedimentos e os resultados

---

<sup>64</sup> Ver resenha crítica de Jorge Henrique Oliveira de Souza Gomes: <https://is.gd/10QuzZ>. Acesso em 11/11/2022.

dessa investigação estão relatados em *Estudos sobre a personalidade autoritária*, publicado originalmente em 1950. A princípio, Adorno pretendia observar a predisposição à aceitação acrítica do antissemitismo nos Estados Unidos. A pesquisa se ampliou gradativamente por meio da composição de escalas para mensurar o etnocentrismo e o conservadorismo político-econômico, até chegar à elaboração de um instrumento, chamado de “escala F”, que propunha critérios para verificar como os indivíduos reagiriam positiva ou negativamente à propaganda fascista. O método e o enviesamento ideológico do estudo foram criticados posteriormente (cf. STOPPINO, 2000a); mesmo assim, os critérios selecionados por Adorno e sua equipe ainda hoje continuam sendo referências imprescindíveis para a compreensão da personalidade autoritária. É evidente que, se a pesquisa de Adorno diz respeito ao contexto estadunidense simultâneo e imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial, suas conclusões não poderiam ser aplicadas diretamente ao cenário brasileiro atual ou a qualquer outro, devido às enormes diferenças históricas e socioculturais. Não obstante, Adorno oferece pistas que podem ajudar a compreender outros regimes ou personalidades de tendência autoritária, ou que ao menos servem como sinais de alerta para o risco de ressurgimento dos fenômenos analisados pelos pesquisadores. Para leituras de literatura brasileira contemporânea, interessam mais os itens enumerados na escala F do que os resultados obtidos naquele contexto específico.

A “hipótese maior” da pesquisa se encontra nos capítulos assinados coletivamente por T. W. Adorno, Else Frenkel-Brunswik, Daniel J. Levinson e R. Nevitt Sanford: “as convicções políticas, econômicas e sociais de um indivíduo frequentemente formam um padrão amplo e coerente, como se unidas por uma ‘mentalidade’ ou por um ‘espírito’”; tal padrão “é uma expressão de tendências profundas em sua personalidade” (2019, p. 71). A partir dessa hipótese, e baseados na teoria psicanalítica, os autores buscam identificar as características do “indivíduo *potencialmente fascista*”, ou seja, “aquele cuja estrutura é tal que o torna particularmente suscetível à propaganda antidemocrática” (2019, p. 71). Em vez de analisar indivíduos que são declaradamente fascistas, eles tentam entender quais são as características dos que estariam aptos a aderir a um movimento antidemocrático caso houvesse uma propagação intensiva da ideologia autoritária e um contexto sociocultural adequado para a instauração de um regime desse tipo. Para os autores, o termo “personalidade” difere de “comportamento”: “a personalidade permanece *por detrás* do comportamento e *dentro* do indivíduo”; suas forças “não são respostas, mas *prontidão para resposta*; se uma prontidão irá ou não produzir uma expressão explícita depende não apenas da situação do momento, mas de quais outras prontidões colocam-se em oposição a ela” (2019, p. 79). De acordo com Adorno *et al*, a personalidade deve ser compreendida sempre em relação com as forças econômicas,

sociais e ideológicas em meio das quais ela se forma: “longe de ser uma coisa dada desde o começo, que permanece fixa e age sobre o mundo circundante, a personalidade se desenvolve sob o impacto do ambiente social e nunca pode ser isolada da totalidade social dentro da qual ela existe” (2019, p. 79-80).

Os pesquisadores veem no autoritarismo um componente essencial do fascismo. Esse traço de personalidade é verificado em indivíduos dispostos a glorificar figuras superiores, sendo-lhes subservientes e permanecendo acríticos em relação a suas atitudes, desde que tais autoridades sejam vistas como pertencentes ao grupo social com o qual eles se identificam psicologicamente (*ingroup*); por outro lado, esses mesmos indivíduos assumem uma atitude preconceituosa, moralista, hostil e punitiva em relação a todos os que são considerados inferiores, estranhos ou “de fora” (*outgroup*) (2019, p. 134).

O autoritarismo está estreitamente associado a outros fatores: para descrever a personalidade potencialmente fascista, Adorno e demais autores agrupam os itens da escala F em nove variáveis. A primeira delas é o (1) *convencionalismo*, definido como “adesão rígida a valores convencionais, de classe média”, contanto que essa adesão não expresse uma “consciência individual plenamente estabelecida”, e sim resulte da “pressão social externa contemporânea”, ocorrendo quando o indivíduo aceita os “padrões dos poderes coletivos com os quais ele, no momento, está identificado” (2019, p. 135, 138). A variável seguinte é a (2) *submissão autoritária*, que consiste em uma “atitude submissa, acrítica a autoridades morais idealizadas do *ingroup*”. Essa disposição psíquica também inclui o desejo de um líder forte, a subserviência do indivíduo ao Estado, o respeito exagerado aos superiores e outras propensões dessa natureza (2019, p. 135, 140). Altamente correlacionada a essa variável é a (3) *agressão autoritária*, ou seja, a “tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam os valores convencionais”, de forma que a hostilidade que não pode se direcionar ao superior (deve ser reprimida) acaba por se voltar contra todos aqueles que são considerados inferiores, geralmente indivíduos do *outgroup*. Nesse processo, o autoritário condena a permissividade moral que vê nos outros, mas sem necessidade de que os outros de fato tenham os atributos condenados: “os próprios impulsos inaceitáveis do indivíduo são *projetados* em outros indivíduos e grupos, que são então rejeitados” (2019, p. 135, 144-145). A quarta tendência é a (4) *anti-intracepção*, que é a “oposição ao subjetivo, ao imaginativo, a um espírito compassivo”: “o indivíduo extremamente anti-intraceptivo tem medo de pensar sobre os fenômenos humanos porque poderia, por assim dizer, pensar os pensamentos errados; ele tem medo de sentimentos genuínos porque suas emoções podem ficar fora de controle” (2019, p. 135, 148). A seguir, os autores mencionam a (5) *superstição e estereotipia*, que definem como

“a crença em determinantes místicos do destino individual; a disposição a pensar por meio de categorias rígidas”. A estereotipia predetermina a experiência com as pessoas, funcionando como uma espécie de guia mental para a compressão da realidade a partir de padrões rígidos preconcebidos (2019, p. 135, 359). Outro fator é nomeado como (6) *poder e “dureza”*: “preocupação com a dimensão de dominação-submissão, forte-fraco, líder-seguidor; identificação com figuras de poder; ênfase excessiva nos atributos convencionalizados do eu; asserção exagerada de força e dureza”. Geralmente essa tendência faz com que o indivíduo se alinhe a figuras de poder, de modo que possa tanto se submeter quanto participar de seu domínio (2019, p. 135, 153). A seguir, Adorno *et al* mencionam (7) *destrutividade e cinismo*, no sentido de “hostilidade generalizada, desprezo pelo humano”: o indivíduo antidemocrático “abriga fortes impulsos agressivos subjacentes” (2019, p. 135, 154). A (8) *projetividade*, por sua vez, diz respeito à “disposição para acreditar que coisas tresloucadas [*wild*] e perigosas acontecem no mundo” e à “projeção para fora de impulsos emocionais inconscientes”, o que inclui a suposição do indivíduo de que ele é alvo de desígnios hostis de outrem, quando ele próprio busca justificar suas próprias intenções agressivas (2019, p. 135, 156). Os autores encerram a lista discorrendo sobre (9) *sexo*, e afirmam que o indivíduo potencialmente fascista manifesta uma “preocupação exagerada com ‘eventos’ sexuais”, com uma forte inclinação a punir comportamentos sexuais que se desviam do padrão (como a homossexualidade). Isso “pode ser expressão de uma atitude punitiva geral baseada na identificação com autoridades do *ingroup*, mas também sugere que os próprios desejos sexuais são reprimidos e correm o risco de sair do controle” (2019, p. 135, 158).

Adorno e os pesquisadores de sua equipe investigam a fundamentação psicanalítica para todas essas variáveis (bem como para as diversas síndromes descritas posteriormente), muitas vezes referindo-se a eventos da infância, como os vários modos de resolução do complexo de Édipo ou a relação com a figura paterna; o detalhamento dessas explicações, contudo, não cabe aqui neste estudo. Por outro lado, eles não deixam de relacionar os eventos psicológicos ao clima cultural, à estrutura socioeconômica e à pressão ideológica: “o caráter potencialmente fascista deve ser considerado como um produto da interação entre o clima cultural do preconceito e as respostas ‘psicológicas’ a esse clima” (2019, p. 530). Além disso, eles ressaltam que a personalidade dos indivíduos suscetíveis à propaganda fascista não é sempre igual, podendo apresentar presença de outros traços não mencionados ou ainda uma maior ou menor acentuação em algumas de suas características. Não se trata, portanto, de um padrão rígido ou de uma classificação tipológica estática, a qual poderia produzir o risco de geração de uma nova estereotipia.

Em um dos capítulos de análise de entrevistas clínicas, Adorno se dedica à descrição de alguns “tipos e síndromes”, embora demonstre estar muito consciente dos problemas relacionados ao estabelecimento de padrões tipológicos rígidos. Ele não recorre a uma classificação “biológica-estática”, e sim a uma abordagem “dinâmica e social”, considerando que a divisão da sociedade em classes e a repressão social influenciam as relações humanas e a constituição da personalidade (2019, p. 521). Para Adorno, é a própria sociedade que classifica as pessoas por meio de “processos sociais padronizados, opacos e avassaladores que deixam ao ‘indivíduo’ pouca liberdade de ação e individuação verdadeira” (2019, p. 522). Tendo isso em mente, ele descreve vários tipos, dentre os quais vale sublinhar a “síndrome autoritária”. Sob essa denominação, Adorno analisa o indivíduo com caráter “sadomasoquista”: “o sujeito alcança seu próprio ajuste social apenas sentindo prazer na obediência e na subordinação”, convertendo em amor os impulsos irracionais de ódio inicialmente voltados contra a figura da autoridade; por outro lado, esse processo não é completamente bem-sucedido, de forma que “parte da agressividade precedente é absorvida e transformada em masoquismo, enquanto outra parte é deixada ao sadismo, que busca uma saída em direção àqueles com quem o sujeito não se identifica: em última instância, o *outgroup*” (2019, p. 544-545). O indivíduo autoritário, dessa maneira, crê cegamente na autoridade e, ao mesmo tempo, está sempre pronto para atacar todos aqueles que – na fantasia – substituem o “pai odiado”, os quais são estereotipados como fracos, inferiores ou perigosos e, por isso, se tornam vítimas potenciais (2019, p. 545, 549).

Em outro contexto, Kucinski apresenta, em *K.*, um personagem terrivelmente autoritário. No fragmento “A abertura”, o nome do único personagem que fala é Fleury, igual ao de um dos principais chefes da repressão durante a ditadura. A narração é elaborada apenas com as ordens que ele dá a um subordinado, o Mineirinho, sem que o leitor tenha acesso às respostas deste último ou a falas de outros personagens. Mas o autoritarismo de Fleury vai muito além do hábito de ordenar e do silenciamento das vozes dos outros, evidenciados já na forma literária. Como o título dessa parte revela, a ditadura estava na fase da “abertura” política, apesar de o aparelho repressivo ainda estar em atividade. O torturador Fleury não concorda com essa mudança de postura dos governantes, a quem ele se refere como “os filhos da puta lá em cima” (2011, p. 74). Logo no início, ele afirma enfaticamente não ter medo de nenhum superior ou de qualquer figura poderosa: “não tenho medo de figurão porra nenhuma. Pode ser esse canalha do Golbery que agora quer dar uma de bacana, pode ser o presidente da República, pode ser o papa, pode ser esse senador americano de merda, eu estou é cagando para eles todos” (2011, p. 71). Ele também não deixa dúvidas de que recebe ordens superiores, as quais não quer

acatar, embora seja obrigado a isso: “mandaram outro aviso lá da cúpula, Mineirinho. A coisa tá ficando mais séria, tem mais gente se mexendo, pressionando. [...] E os filhos da puta lá em cima falando em abertura. Isso é hora de falar de abertura? Tem que dar tempo, porra” (2011, p. 74).

Entretanto, em nenhum momento da narrativa Fleury procura seus superiores para expressar discordância ou descontentamento. Em vez disso, ele intensifica a estratégia sádica de espalhar pistas falsas para manter o pai da jovem desaparecida procurando-a desesperadamente: “vamos quebrar a espinha desse velho. Vamos dar uma canseira nele, uma canseira de matar, até ele ter um infarto, filho da puta” (2011, p. 74). O personagem Fleury acata parcialmente as determinações que vêm de cima, enquanto encontra maneiras cada vez mais dissimuladas de continuar a tortura psicológica: “se não tivessem mandado parar tudo eu matava um desses velhos só pros outros pararem de encher o saco. Matava ele ou aquela grã-fina filha da puta da Zuzu que também andou mexendo os pauzinhos lá nos esteites” (2011, p. 73). A cada vez que alguém demanda que algum poderoso interfira na busca pelos desaparecidos, Fleury age novamente contra os familiares das vítimas, cada vez mais enfraquecidos, renovando covardemente o sofrimento deles. Dessa maneira, a submissão à autoridade – negada pelo personagem, mas efetiva na trama – se converte em agressão autoritária. O torturador expressa sua violência não por meio da rebelião ostensiva aos fortes que lhe são superiores, mas por meio do sadismo escuso contra os já debilitados pela repressão.

Essas vítimas são vistas pelo delegado a partir de estereótipos rígidos. Ele não se refere a elas como pessoas dotadas de personalidade própria, mas como exemplares de uma categoria odiada: “comunistas”, “subversiva”, “judeu de merda”, “terroristas”. Ele se refere ao pai da militante desaparecida sempre como “o velho”, o que destaca a suposta fragilidade dele. Também emprega com muita frequência termos pejorativos de origem sexual: “puto”, “puta”, “foder” e outros mais escatológicos. Sua linguagem revela um alto desprezo pelo humano, ou seja, uma destrutividade da humanidade de suas vítimas; tal linguagem desumanizante é seguida pelo extermínio real das pessoas que ele odeia. Por outro lado, ele se refere a si mesmo sempre de forma elogiosa, vangloriando-se de ser melhor que os “figurões” mais poderosos que ele: “fala a verdade, Mineirinho, eu sou demais de bom. Nem o Falcão teve essa ideia”; “fala a verdade, Mineirinho, perto de mim esses gringos não são nada, tudo amador” (2011, p. 76, 77). É claro que o tipo de personalidade que esse personagem apresenta só emerge em um ambiente político propício, que instiga a perseguição a adversários políticos, reforça estereótipos de classes matáveis de pessoas e concede poder a indivíduos potencialmente violentos. A ditadura

cria o contexto ideal para o florescimento de personalidades autoritárias, cuja periculosidade poderia ser diminuída ou refreada em cenários verdadeiramente democráticos.

Toda a exposição até aqui demonstra a dificuldade de definir com precisão os conceitos de violência e de autoritarismo. Há variadas concepções teóricas sobre esses fenômenos e dificilmente uma delas é capaz de explicá-los exaustivamente, muito menos pode catalogar as múltiplas e intrincadas formas que eles assumem. Por outro lado, não é difícil reconhecer as manifestações de violência e de autoritarismo tanto ao longo da história quanto no presente cotidiano. Não seria estranho encontrar quem defenda que violência e autoritarismo são percebidos em suas manifestações concretas e peculiares, as quais geralmente escapam às categorias abstratas e generalizantes. Mas essa posição, se extremada, poderia impedir a elaboração de enquadramentos teóricos que contestem os sistemas ideológicos hegemônicos e que encorajem a detenção do olhar sobre certas formas de violência e de autoritarismo antes despercebidas. Além disso, como alerta Butler, não se pode simplesmente adotar uma definição de violência e, a partir dela, começar o debate moral sobre as condições sob as quais ela é justificada ou não, pois primeiro é preciso compreender “que quadro de referência está nomeando a violência, por quais apagamentos e com que propósito” (2021, p. 111). De qualquer maneira, não é imprescindível conceituar definitivamente a violência e o autoritarismo antes de assumir o compromisso de denunciar suas manifestações nos muitos períodos históricos violentos e nas variadas práticas autoritárias contemporâneas, pois a espera por uma definição cabal constituiria o risco de imobilizar a sempre urgente tarefa de renovar a resistência.

## 4 TOTALITARISMO, ANTISSEMITISMO E JUDEUS REFUGIADOS NO BRASIL

### 4.1 A memória do Holocausto e a continuidade das catástrofes em K.

No livro *Imigrantes judeus/ escritores brasileiros*, Regina Igel (1997) apresenta um significativo conjunto de escritores judeus que, no Brasil, trataram do Holocausto. Para Igel, esses autores se baseiam principalmente “na memória individual dos sobreviventes”, de modo que cada obra é especificamente marcada “segundo a perspectiva insubstituível do narrador e do uso que faz da linguagem”; por outro lado, tais narrativas constituem um “corpo coletivo”, “abrigando uma pluralidade de histórias e uma diversidade de reações” (1997, p. 211, 220). Os vários textos analisados por Igel são caracterizados, de maneira geral, como “fusões de manifestações imaginativas, testemunhais, emocionais e intelectuais” (1997, p. 219). Sem pretensões totalizantes, Igel elenca algumas similaridades recorrentes a essa literatura brasileira que busca elaborar a memória do genocídio judaico durante a Segunda Guerra. Entre tais características se destacam as lacunas de memória, a busca de fidelidade às ocorrências vividas ou observadas, o esfacelamento do tempo cronológico convencional, o amparo em certos artifícios literários diante das dificuldades de narrar, a descrição de ambientes inóspitos, a falta de aspiração à originalidade criativa, o compartilhamento do sentimento de culpa dos sobreviventes, a solidariedade entre as vítimas, a denúncia da indiferença ou da conivência da comunidade europeia não-judaica ou mesmo de outros judeus, a ênfase na perspectiva pessoal, o paradoxal emprego do humor, a memória da solidão no infortúnio (1997, p. 227-237).

O estudo de Igel é ampliado por Márcio Seligmann-Silva, que, no artigo “Literatura da Shoah no Brasil”, considera “extremamente marginal” a presença desse “evento-limite” na literatura brasileira: “os sobreviventes que por uma série de motivos variados acabaram aportando no Brasil não encontraram aí um público acolhedor aos seus testemunhos” (2007, p. 1). Mesmo assim, para Seligmann-Silva, “existe uma pequena, mas não por isso pouco importante, literatura da Shoah produzida no Brasil”, que inclui tanto “a ficção escrita por não-sobreviventes” quanto “o relato de forte teor testemunhal de imigrantes da Europa” (2007, p. 1). Ao continuar o trabalho de Igel, o pesquisador propõe uma distinção entre o “testemunho primário” e o “testemunho secundário”. O primeiro, geralmente produzido por sobreviventes em época imediatamente posterior à catástrofe, tende a ser mais “representacionista”, ou seja, visa a “uma apresentação ‘direta’ e ‘objetiva’ do fato”, privilegiando o testemunho jurídico e histórico (2007, p. 2). Já o secundário, o qual “tanto sobreviventes como não-sobreviventes” podem produzir, é elaborado em um momento posterior. Esse segundo tipo questiona a “suposta



capacidade de transmissão objetiva da realidade” e propõe “um trabalho assumidamente ‘literário’”, “que reflete sobre as dificuldades e estratégias para se representar o ‘real’ e, em particular, a Shoah” (2007, p. 2). Entretanto, o próprio autor ressalva que essa tipologia não é absoluta nem rigorosa; ela nem desconsidera a literariedade do relato testemunhal, nem reduz o valor testemunhal do texto literário.

Considerando as pesquisas de Igel e Seligmann-Silva, Marcelo Ferraz de Paula, no artigo “Rastros da Shoah na recente literatura brasileira”, acrescenta três importantes nomes ao levantamento de escritores que trataram da Shoah no Brasil: Noemi Jaffe, autora de *O que os cegos estão sonhando?* (2012); Bernardo Kucinski, com *K. Relato de uma busca* (2011); e Chico Buarque, autor de *O irmão alemão* (2014). A essa lista, o pesquisador poderia ainda adicionar *Diário da queda*, de Michel Laub (2011). Ferraz sugere que “ocorreu uma mudança importante na abordagem literária da Shoah em obras brasileiras publicadas ao longo da segunda década do século XXI” (2020, p. 162). Além do significativo aumento das pesquisas acadêmicas sobre testemunho, ele destaca que a produção literária também tem demonstrado maior participação em movimentos de denúncia da violência e resistência à opressão. Nesse sentido, a Shoah, “como emblema do mal absoluto”, é tomada como paradigma de “um passado que não pode ser esquecido”, assim como “é mobilizada como exemplo eloquente dos riscos que o ódio, a definição de um inimigo a ser extirpado, a busca do embate e da polarização e a redução obtusa da política à moral trazem para a vida pública” (2020, p. 163). Para Ferraz, esse contexto apresenta diferenças em relação ao cenário descrito por Seligmann-Silva, uma vez que romances recentes – como o de Kucinski – abordam o horror do Holocausto vinculando-se às “linhas literárias mais prestigiadas da literatura brasileira” e dialogando intensamente com “formas de narrar consagradas na literatura contemporânea” (2020, p. 164).

A breve menção a esses três pesquisadores demonstra que *K.* se inscreve em uma já consistente produção testemunhal, no Brasil, acerca do Holocausto. Nesse romance, Kucinski retoma grande parte das características enumeradas por Igel, se não em uma perspectiva testemunhal primária, ao menos na preocupação com a transmissão das memórias familiares por meio da ficção. Nos termos de Seligmann-Silva, Kucinski oferece um “testemunho secundário” da Shoah, marcado por alta elaboração literária, tensionamento do “dever de testemunho” e problematização da memória. Além disso, como observa Ferraz, *K.* participa de uma nova fase em que testemunhos do genocídio judaico durante a Segunda Guerra extrapolam o nicho dos leitores judeus e alcançam um lugar de maior destaque na literatura brasileira, servindo inclusive como referência para a compreensão e a denúncia de outros períodos de violência e terror, como é o caso da ditadura militar iniciada com o golpe de 1964 no Brasil.

Como se nota, o inominável horror do genocídio perpetrado pelos nazistas é indicado por mais de um nome: enquanto Igel emprega “Holocausto”, Seligmann-Silva e Ferraz (como muitos outros estudiosos) preferem “Shoah”. Embora mais comum, o primeiro termo é geralmente criticado por sua etimologia. Conforme o dicionário Houaiss, “holocausto” (do grego *holókaustos* ou *holókaustos*) significa “sacrifício, praticado pelos antigos hebreus, em que a vítima era inteiramente queimada”, geralmente como forma de expiação. Depois o vocábulo passou a denotar também o “massacre de judeus e de outras minorias, efetuado nos campos de concentração alemães durante a Segunda Guerra Mundial” (HOUAISS, 2009). Giorgio Agamben é um dos que mais veementemente recusam esse termo, argumentando, em *Homo sacer*, que “querer restituir ao extermínio dos hebreus uma aura sacrificial [...] é uma irresponsável cegueira historiográfica” (2010, p. 113). O hebreu sob o nazismo, para Agamben, é “um caso flagrante de *homo sacer*, no sentido de vida matável e insacrificável”, de forma que seu assassinato não constitui “nem uma execução capital, nem um sacrifício, mas apenas a realização de uma mera ‘matabilidade’ que é inerente à condição de hebreu como tal” (2010, p. 113). Em *O que resta de Auschwitz*, o filósofo é ainda mais incisivo: “o infeliz termo ‘holocausto’ (frequentemente com H maiúsculo) origina-se dessa inconsciente exigência de justificar a morte *sine causa*, de atribuir um sentido ao que parece não poder ter sentido” (2008, p. 37). A seguir, diz que “holocausto” estabelece uma vinculação entre Auschwitz e o sacrifício bíblico, “entre a morte nas câmaras de gás e a ‘entrega total a causas sagradas e superiores’, o que, para Agamben, “não pode deixar de soar como uma zombaria” (2008, p. 40). Por esse motivo, ele afirma que tal uso é inaceitável, acusando: “quem continua a fazê-lo, demonstra ignorância ou insensibilidade (ou uma e outra coisa ao mesmo tempo)” (2008, p. 40).

Muitos judeus e estudiosos recorrem ao termo hebraico *Shoah* (ou *shoá*), que, segundo Agamben, significa “devastação, catástrofe” (2008, p. 40). Mas ele tampouco adota essa palavra, tanto por considerá-la um eufemismo quanto por perceber, no uso bíblico, “uma ideia de punição divina” (2008, p. 40). Agamben recusa ainda adjetivos substantivados como “o indizível”, “o inenarrável” ou “o indescritível”, sugerindo que eles atribuem ao extermínio “o prestígio da mística”, uma vez que foram empregados anteriormente como alusão à incompreensibilidade de Deus (2008, p. 41). Em geral, ele usa nomes como “Auschwitz”, “campos”, “*lager*”. Todavia, considerando que o terror genocida excede os massacres nos campos, tais metonímias não poderiam se mostrar reducionistas?

Além disso, Agamben parece não temer a armadilha da falácia etimológica: o sentido de um termo não é completamente delimitado por sua etimologia (como se aí se pudesse

encontrar a fonte originária dos significados), já que o uso atual pode diferir daquele supostamente primário.<sup>65</sup> As palavras carregam marcas de tempos diversos e frequentemente se desviam das origens etimológicas (as quais dificilmente serão estabelecidas de modo definitivo, uma vez que o retorno a um passado primitivo é impossível). Por meio de processos como apropriação, inversão, recontextualização, subversão, deslocamento, atenuação e recriação, a historicidade das palavras possibilita rupturas da transmissão linear de sentido. Se tais mudanças semânticas ocorrem no léxico de qualquer língua viva, não se deveria esperar algo diferente com o termo “Holocausto”, ressignificado após o genocídio nazista. Nesse caso, poucos leitores contemporâneos pensariam primeiro em antigos sacrifícios rituais para somente depois, por analogia, lembrarem do monstruoso morticínio durante o nazismo. Ao menos no Brasil, é razoável supor que o sentido de “Holocausto”, a despeito da etimologia, já se fixou em torno do genocídio ocorrido durante a Segunda Guerra. Wilberth Salgueiro, no artigo “O que é literatura de testemunho”, afirma: “diferentemente do filósofo italiano, não creio que o uso popular e recorrente de ‘Holocausto’, na maioria das vezes, signifique desrespeito. Ninguém é obrigado a saber a história e a etimologia do termo para, então, com precisão, utilizá-lo” (2012, p. 287). É claro que isso não implica negar o valor dos estudos etimológicos e filológicos de maneira geral, mas sim recusar que lhes seja atribuído um poder normativo (restritivo, impeditivo) sobre as mudanças históricas das palavras e as ressignificações contemporâneas.<sup>66</sup>

O fato é que não há nenhuma palavra adequada para expressar tamanho horror. Não se trata de uma mera questão terminológica, mas da impossibilidade de encontrar nas línguas uma expressão correspondente às dimensões extraordinárias da catástrofe. Mesmo com ressalvas, e de modo pragmático, nesta tese é seguida (exceto em citações) a posição de Regina Igel: “escolho a palavra *holocausto*, mais pela frequência de seu uso do que pela fidelidade empírica de seu significado. Na minha percepção, o termo *genocídio* é o mais fiel aos tipos de crimes perpetrados pelos nazistas” (1997, p. 212). De fato, “Holocausto” é o termo mais

---

<sup>65</sup> As considerações expostas neste parágrafo (bem como tantas outras hipóteses debatidas durante a realização desta pesquisa) foram desenvolvidas a partir de conversas informais com o professor Carlos Eduardo Deoclecio (Ifes), pesquisador da área de Linguística. São incontáveis as ideias por ele inspiradas e com ele discutidas nos estudos que resultaram nesta tese.

<sup>66</sup> O recurso de Agamben à etimologia é seletivo. Por exemplo, ele não se opõe ao emprego do termo “muçulmano”, que designava, nos campos de concentração, os prisioneiros que haviam chegado ao limite de desumanização e prostração. Embora tal palavra apareça nos testemunhos dos sobreviventes, nada obriga o estudioso a continuar o uso, retirando-a da conotação contextual para transformá-la em conceito teórico. Agamben inclusive amplia a abrangência de “muçulmano” para se referir aos abusos do “biopoder em nosso tempo”, associando-o ao “não-humano” e à “vida vegetal” (2008, p. 155). Jeanne Marie Gagnebin observa, na apresentação da edição brasileira de *O que resta de Auschwitz*: “a etimologia dessa expressão ‘muçulmano’ é obscura; da minha parte, não consigo não ouvir, em todas as laboriosas explicações, como que uma certa desforra de caráter racista na boca das vítimas do antissemitismo” (in AGAMBEN, 2008, p. 13).

conhecido no Brasil e o mais frequente na obra de Kucinski, que, aliás, nunca emprega *Shoah* e que recorre a “o inimaginável” em apenas um conto (2021, p. 328). Aliás, em muitas passagens os narradores kucinskianos apenas aludem ao horror dos acontecimentos, sem dar-lhe nome algum. Dessa maneira, também ele expressa o incômodo diante da impossibilidade de nomear definitivamente uma violência tão desmedida.

A narração da história do protagonista de *K.* recupera a parte de sua vida na Polônia na época imediatamente anterior ao Holocausto, durante o regime nazista na Alemanha, sob intenso antissemitismo. Conforme o narrador, ele se identificava como “judeu até o âmago”, mas não sob o aspecto religioso: “K. era um liberal, sua geração rebelou-se contra a religião, era a geração do Iluminismo” (2011, p. 47). Sua militância política foi punida com prisão e humilhação: “K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca” (2011, p. 39). Em nota de rodapé, o leitor é informado de que foi nessa cidade que ocorreu, depois, “o primeiro massacre organizado da população judaica pelas tropas alemãs na invasão da Polônia” (2011, p. 39). K. foi solto mediante pagamento de propina por correligionários, mas na condição de banido: “por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. [...] Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão” (2011, p. 39). Na bagagem, K. carrega fotografias de lugares e pessoas que jamais voltaria a ver (2011, p. 116). O narrador sugere que o caso de K. se soma aos de outros judeus refugiados no Brasil: por exemplo, o Instituto de Química, onde mais tarde trabalharia sua filha, notabilizou-se por causa da “influência dos alemães Heinrich Hauptmann e Heinrich Rheinboldt, fundadores da química no Brasil, para onde vieram fugindo do nazismo” (2011, p. 147). No artigo “O Brasil não é a Europa do Holocausto”, Thaís Sant’Anna Marcondes observa que K. (como outros imigrantes judeus) chega ao Brasil atraído não pela imagem exótica propagada na Europa em décadas anteriores, e sim por encontrar nesse país uma expectativa de asilo. Assim, “a América, para K., não se apresentava atrativa pelo que ela era, mas pelo que não era: não era a Europa que travava uma guerra em perseguição aos judeus. A América, para um judeu exilado, era um lugar de paz, de liberdade, de esperança, de uma nova vida” (2020a, p. 189).

A história da esposa de K., a mãe da jovem que depois desapareceria sob a ditadura militar, também é cortada pelo terror do Holocausto. Essa mulher não é nomeada no romance, recurso que induz à generalização de sua condição a outras pessoas que passaram por sofrimento similar. Tendo imigrado ao Brasil pouco antes do início do genocídio na Europa, ela perdeu toda a família no Holocausto. As notícias sobre o horror chegam aos poucos:

Quando engravidou da filha, depois de dois filhos homens, já era uma mulher triste; a comissão enviada pelos judeus de São Paulo para investigar os boatos assustadores sobre o que acontecera na Polônia havia regressado confirmando o pior. Sua família, como a maioria dos judeus de Wloclawek, havia sido dizimada. Todos. Os pais, os irmãos, os tios e sobrinhos. Por isso, as cartas pararam de chegar logo nos primeiros dias da invasão alemã, e não por causa dos bloqueios da guerra. Nem o seu primo Moses escapou, embora tivesse ido para a França. A comissão também confirmou a deportação e extermínio dos judeus franceses. O câncer na mama apareceu logo depois desse relatório (2011, p. 42).

Justapondo-se as informações sobre o genocídio e a doença conseguinte, se insinua que pode ter ocorrido uma somatização do imensurável sofrimento. Em outro trecho, o narrador reafirma que “a mulher ficou mal, com as notícias da guerra, ao ponto de não ter ânimo para nada” (2011, p. 99). O nascimento da personagem A. coincide com a angústia intensa: “a filha nascera em plena guerra, a mãe assombrada pelos rumores de chacinas de sua família na Polônia. Pior, depois, ao crescer com a mãe já derrotada pelas certezas dessas chacinas” (2011, p. 116); “foi bem naquela época da filhinha ainda bebê e a mulher toda traumatizada” (p. 100).

No entanto, as histórias desses dois personagens não são contadas linearmente, mas aparecem inseridas entre outros episódios. São lembranças fragmentárias que surgem repentinamente, como assaltos de recordações incômodas que se reavivam em momentos de tensão. O principal relato sobre a história da mãe (citado acima) aparece deslocado, em meio à narração aparentemente trivial da compra dos primeiros óculos da filha. Dessa maneira, a narração alude ao passado por meio de deslocamentos e digressões, sem mirá-lo diretamente.

No quarto capítulo de *Os visitantes*, o autor ficcional (agora no lugar de irmão da personagem desaparecida) retoma esse assunto e diz que as notícias do Holocausto começaram a chegar ao Brasil justamente quando a irmã foi concebida, e que “enquanto ela dava os primeiros passos, de [19]43 a 44, chegavam informações sobre a coisa pior, os campos de extermínio” (2016b, p. 28-29). O narrador enumera as pessoas que a mãe perdeu: “a família toda, os pais os irmãos, tios, primos, os amigos de infância, as colegas de escola, os vizinhos, enfim, as pessoas que constituíam o seu mundo na Polônia” (2016b, p. 28). A alegria do nascimento da criança é estorvada pela culpa e pelo desgosto; considerada feia pela mãe, a filha fica associada ao horror do período. Além da insuportável desgraça da personagem mãe, esse capítulo de *Os visitantes* mostra que o Holocausto ocasiona traumas também para os filhos dos sobreviventes, mesmo os já nascidos no Brasil, absurdamente separados da convivência com parentes e amigos dos pais, privados da memória familiar, assombrados pelas lembranças impedidas dos mortos e marcados, desde a infância, pelos efeitos nefastos do terror.

Embora tenham escapado antes da Solução Final nazista, os pais personagens sofrem, a distância, as consequências do horror do genocídio. Os judeus constituíam parte significativa da população polonesa antes da guerra: em *Eichmann em Jerusalém*, Hannah Arendt informa que a região que os alemães chamavam de “Leste” (“uma imensa área que abarcava a Polônia, os Estados Bálticos e o território russo ocupado”) “fora o centro da população judaica na Europa antes da guerra; mais de 3 milhões de judeus tinham vivido na Polônia, 260 mil nos Estados Bálticos, e mais da metade dos estimados 3 milhões de judeus russos na Rússia Branca, Ucrânia e Criméia” (1999, p. 227). Na Polônia foram instalados os principais campos de concentração, como os de Auschwitz, onde eram supliciados prisioneiros oriundos de vários países. Nos anos finais do regime nazista, segundo Arendt, “o Leste era o cenário central do sofrimento judeu, terminal de horrores de todas as deportações, lugar de onde não havia escapatória e onde o número de sobreviventes raramente chegava a mais de 5%” (1999, p. 227). Com base em documentos, Arendt afirma que Hitler pretendia ir além do objetivo de exterminar os judeus. A etapa seguinte seria a transformação do Leste em um “espaço vazio” para o assentamento de alemães, o que implicava a “evacuação” de toda a população local para esvaziar a região: além de resultado do antissemitismo, as medidas contra os judeus orientais eram “parte de uma política demográfica abrangente, no curso da qual, se a Alemanha tivesse vencido a guerra, os poloneses teriam sofrido a mesma sorte que os judeus – genocídio” (1999, p. 239).

Foi pouco antes da efetivação desse cenário que os personagens de *K.* se refugiaram no Brasil. Outros conterrâneos não tiveram a mesma oportunidade. O pressentimento desse desfecho medonho deve ter sido determinante para que a família abandonasse definitivamente a Polônia. Entretanto, a emigração narrada por Kucinski – a expulsão – resulta mais diretamente do violento antissemitismo que já crescia em toda a Europa muito antes do início da Segunda Guerra. Em *Origens do totalitarismo*, Arendt afirma que “durante mais de cem anos o antissemitismo havia, lenta e gradualmente, penetrado em quase todas as camadas sociais em quase todos os países europeus, até emergir como a única questão que podia unir a opinião pública” (2012, p. 53).<sup>67</sup> Ou seja, os judeus poloneses já sofriam perseguição antes da invasão alemã, embora a situação tenha piorado exponencialmente durante a guerra.

Mas Arendt não se refere ao “eterno antissemitismo” de base religiosa. Ela recusa a redução do antissemitismo moderno à perseguição milenar dos cristãos aos judeus, alegando

---

<sup>67</sup> Cf. a primeira parte de *Origens do totalitarismo*, a qual Arendt dedica ao complexo fenômeno do antissemitismo na Europa moderna. Um breve comentário das (polêmicas) teses de Arendt pode ser encontrado no artigo “Antissemitismo e totalitarismo em Hannah Arendt”, de Adriano Correia (2018).

que essa explicação simplista normaliza a violência: se “as explosões do antissemitismo” são vistas como “consequências ‘naturais’ de um problema eterno”, “então a matança de judeus é uma ocupação normal e até mesmo humana, e o ódio aos judeus fica justificado, sem necessitar de argumentos” (2012, p. 35). Em vez disso, Arendt busca compreender o antissemitismo moderno “dentro da estrutura geral do desenvolvimento do Estado-nação” (2012, p. 35). Ela identifica alguns estágios históricos na relação entre judeus e Estado e na concessão de cidadania a indivíduos ou grupos judaicos, começando com os “judeus da corte, que financiavam os negócios do Estado e administravam as transações financeiras dos seus soberanos” (séculos 17 e 18), passando pelos “banqueiros judeus” e pelas “coletividades judaicas organizadas como fontes da captação do dinheiro” (no século 18), depois pelo declínio dos judeus quando perderam “sua posição exclusiva nos negócios do Estado para homens de negócios de mentalidade imperialista” (século 19), até chegar à desintegração, como grupo, do povo judeu do Ocidente europeu “juntamente com o Estado-nação nas décadas que precederam a deflagração da Primeira Guerra Mundial” (2012, p. 40-41).

Nesse momento em que a Europa estava “desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropeia”, segundo Arendt, “o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder” (2012, p. 41). Em muitos casos, os judeus eram estereotipados como dirigentes do Estado ou controladores de uma sociedade conspiratória internacional, de forma que “cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente, eram os judeus” (2012, p. 54). Evidentemente, essas ideias não passavam de ilusão antissemita, uma vez que os judeus banqueiros eram minoria em meio à diversa população judaica europeia, a qual nem era coesa nem controlava coletivamente qualquer organização internacional realmente poderosa.

Conforme Igel, o Brasil também abrigou manifestações antijudaicas no século 20, especialmente durante os governos de Getúlio Vargas, que foi indulgente com integralistas panfletários de um antissemitismo importado da Europa; na época do “Estado militar de 1964”, que promoveu um “assalto” “a universitários e profissionais liberais judeus”; e na atualidade, quando ainda existem grupos neonazistas e negacionistas do Holocausto (1997, p. 167-174). Falbel concorda que o Estado Novo adotou a política de “restringir a imigração de um modo geral, e a judaica em particular, pois novos ventos de caráter antissemita bafejavam em nosso país” (2008, p. 187). Mas, segundo Igel, os atos antissemitas são episódicos e efêmeros na

história brasileira contemporânea. A pesquisadora afirma que os sentimentos antijudaicos não caracterizam “a fibra nacional” do Brasil, que, comparado a outros países das Américas, oferece um ambiente “paradisíaco” ao forasteiro em geral e ao judeu em particular: “a atmosfera popular brasileira em relação aos judeus tem sido vista como social e politicamente harmoniosa” (1997, p. 168). O Brasil oferecia um contexto favorável a imigrantes que fugiam da perseguição antisemita, como os personagens de Kucinski.

A adaptação ao novo país seria mais fácil se a imigração anulasse o passado traumático. Mas, após passar pelo horror do antissemitismo nazista, não se poderia simplesmente retomar a vida como se antes nada houvesse acontecido. As lembranças aflitivas da perseguição e do genocídio reaparecem na angústia de K. diante de fatos perturbadores vividos no Brasil. Em seu caso, é bem apropriada a conhecida metáfora segundo a qual cada novo golpe reabre antigas feridas nunca cicatrizadas. Ao procurar pela filha desaparecida, décadas depois, “sem perceber, K. retomava hábitos adormecidos da juventude conspiratória na Polônia” (2011, p. 23). Quando se dá conta de “que algo escabroso aconteceu”, ele “sente que sua filha foi tragada por um sistema impenetrável, diferente de tudo o que ele havia conhecido, mesmo na Polônia” (2011, p. 37). Refletindo sobre as medidas de segurança adotadas pela filha nas atividades políticas, K. recorda: “ele também adotara esse procedimento nos tempos de sua militância clandestina na Polônia” (2011, p. 46-47). O espanto dos desaparecimentos evoca os campos de concentração: “até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro” (2011, p. 27).<sup>68</sup> K. pensa que, nessas chacinas, “não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas” (2011, p. 27).

Essas reminiscências poderiam ser interpretadas como comparações indevidas entre catástrofes que ocorreram em contextos e intensidades muito diferentes. Afinal, o assunto principal de *K.* é a ditadura militar. Estaria o escritor comparando-a ao Holocausto? Essa questão surge no próprio romance:

Já lhe haviam dito [a K.] na Sociedade do Cemitério, a Chevra Kadisha, que sem corpo não se podia colocar a matzeivá. Ele retrucara ao Avrum, o secretário da sociedade, que na entrada do Cemitério do Butantã há uma grande lápide em memória dos mortos do holocausto<sup>69</sup>, e debaixo dela não há nenhum corpo. Avrum o admoestara por comparar o que aconteceu com sua filha ao Holocausto, nada se compara ao Holocausto, disse; chegou a se levantar, tão aborrecido ficou. O Holocausto é um e

<sup>68</sup> A informação é contestada pela personagem Regina, de *Os visitantes*; isso será discutido na seção 5.3 desta tese. Por ora, importa notar como a violência da ditadura no Brasil reaviva, para o personagem, o trauma do Holocausto.

<sup>69</sup> Kucinski emprega “Holocausto” ora com inicial maiúscula, ora com minúscula. Com algumas variações, essa alternância permanece nas edições seguintes. Na edição da Companhia das Letras (2016), termos tipicamente judaicos (como *matzeivá*) passaram a ser grafados em itálico.



único, o mal absoluto. Com isso K. concordou, mas retrucou que para ele a tragédia da filha era continuação do holocausto. E argumentou que em Eretz Israel, pelo mesmo motivo, é costume acrescentar na matzeivá do morto os nomes dos seus parentes vítimas do holocausto (2011, p. 81).

Há aproximações semelhantes em outras passagens de *K*. Quando nota que muitos topônimos brasileiros homenageiam “bandidos e torturadores e golpistas”, K. fica indignado: “imaginem se na Alemanha dariam a uma rua o nome de Goebbels ou nos Estados Unidos o nome de Al Capone; ou se na Lituânia os litvakes homenageassem o enforcador Muravyov com nome de rua” (2011, p. 157). A tendência na Europa, ao contrário, era renomear as ruas em reconhecimento às vítimas do genocídio: “em Varsóvia trocaram o nome da tradicional rua Mila para Anielewiczza em homenagem ao herói do levante do Guetto” (2011, p. 158). Também no capítulo “Sobreviventes, uma reflexão”, o narrador, com inflexão ensaística, discorre simultaneamente sobre o sentimento de culpa verificado entre os sobreviventes do Holocausto e as emoções dos que passaram pela ditadura militar: “o sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado”; “também os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam” (2011, p. 161-162).

Kucinski demonstra saber que toca em assunto complicado, pois o retoma no primeiro capítulo de *Os visitantes*. Diante da personagem Regina, sobrevivente do Holocausto, o escritor ficcional se explica: “eu ignorei um detalhe do holocausto para ressaltar a crueldade dos desaparecimentos no Brasil”. Ela responde: “me desculpe, o senhor escritor chama milhões de mortos de detalhe? Só para fazer sua história ficar mais bonita? Isso não está certo!” (2016b, p. 13). Embora o escritor não pretendesse embelezar a história dos desaparecimentos, ele parece admitir que, de certa forma, instrumentaliza a história do holocausto para enfatizar o horror da ditadura brasileira. Um pouco adiante, “a velha com o número no braço”, como é chamada no título do capítulo, demonstra empatia diante do sofrimento dos familiares dos desaparecidos políticos no Brasil, mas logo volta a se indignar pela maneira como o escritor descreve o Holocausto: “crimes hediondos, milhões de mortos, famílias inteiras incendiadas, e o senhor escritor chama isso de detalhe!” (2016b, p. 15). Também em *Alice* o escritor faz alusão ao nazismo, agora com o propósito de descrever a realidade brasileira posterior à ditadura. Quando o delegado Magno demonstra repulsa por “coisas que vê nas delegacias”, em que trabalham policiais “que matam a esmo ou cometem chacinas de inocentes para vingar um colega morto por bandidos”, o narrador compara: “como os nazistas que durante a ocupação da Polônia

executavam dez escolhidos a esmo para cada alemão morto” (2014, p. 140).

Jeanne Marie Gagnebin, no ensaio “Palavras para Hurbinek”, menciona a polêmica a respeito das comparações entre catástrofes: por um lado, não se deve negar “a função emblemática da *Shoah* – síntese paradigmática do horror inominável”; por outro, também é preciso, “pelo estudo de outros genocídios menos conhecidos e *menos reconhecidos* como tais, contribuir para uma análise mais fina dos mecanismos específicos, e cada vez historicamente singulares, que permitiram, e ainda permitem, a edificação de sistemas totalitários” (2000, p. 101). Tais comparações, em vez de estabelecerem “vagas semelhanças”, mapeiam “as diferenças e as especificidades” de cada evento, entrelaçando “rigor científico e compromisso político”, com o fim de aumentar a atenção ao presente (2000, p. 101-102). Para Gagnebin, “o método comparatista deve lutar, simultaneamente, contra a banalização – tudo é parecido com tudo – e, em particular, no estudo da *Shoah* e de outros genocídios, contra a tentação dos grandes sentimentos tão inefáveis quanto impotentes” (2000, p. 103).

Também Žižek, ao discutir os conflitos entre israelenses e palestinos, em *Violência*, problematiza as comparações com o Holocausto. Por um lado, ele chama de “repugnantes” os argumentos que negam ou instrumentalizam, com objetivos políticos, o genocídio perpetrado pelos nazistas; por outro, ele questiona o estatuto de “fato sagrado e intocável” supostamente atribuído ao Holocausto (2014, p. 94-95). Žižek exemplifica esta última postura mencionando leis que proíbem a formulação de dúvidas a respeito dos acontecimentos nos campos de concentração e rejeitando “a obscenidade (pretensamente) de esquerda segundo a qual qualquer menção do Holocausto no discurso político do presente é uma desonestidade” (2000, p. 96). Já os exemplos de instrumentalização (enfaticamente rejeitada pelo filósofo) são apontados nas contraditórias posições que ora negam o genocídio, ora afirmam que os judeus mereceram o sofrimento que lhes foi imposto, ora ainda sustentam que eles “não o mereceram, mas perderam o direito de se lamentar uma vez que fazem aos palestinos o mesmo que os nazistas lhes fizeram” (2014, p. 95). Essa última opinião costuma ser lembrada, por exemplo, para criticar a colonização israelense de territórios palestinos ou as ações militares de Israel na Faixa de Gaza. A instrumentalização também pode servir a israelenses, que, ao fundar seu Estado no momento em que estavam “estigmatizados pelo significante de vítimas absolutas”, às vezes recorrem a essa lembrança para permanecer “a salvo de qualquer reprovação moral” e para acusar os seus críticos de “simpatizantes disfarçados do Holocausto”: “a própria necessidade de evocar o Holocausto em defesa dos atos de Israel implica secretamente que Israel está cometendo crimes tão horríveis que apenas o trunfo do Holocausto pode redimi-los” (2014, p. 96, 102). Mais uma vez, Žižek não hesita em tomar posição no debate:

A única referência permitida ao Holocausto deveria ser uma referência negativa. O Holocausto não deveria ser evocado para justificar/legitimar quaisquer medidas políticas, mas apenas para deslegitimá-las (algumas delas), para impor certos limites aos nossos atos políticos: seria justificado condenarmos atos que manifestem uma *hubris* cuja expressão extrema foi o Holocausto (2014, p. 97).

As polêmicas a que Gagnebin e Žižek se referem são aqui mencionadas não em busca de (improváveis) respostas definitivas a esse problema difícil, mas apenas para mostrar o campo arriscado em que Kucinski se movimenta ao fazer seu personagem mobilizar a memória do Holocausto enquanto se refere aos crimes da ditadura militar brasileira. Gagnebin e Žižek também explicitam a falta de consenso sobre a posição dogmática que veta absolutamente qualquer comparação entre as ações do totalitarismo nazista e algum outro regime político autoritário ou genocida.

As comparações mobilizadas pela literatura kucinskiana foram percebidas pela crítica. Em “Pater, pátria e a memória como patrimônio”, Vincenzo Russo observa que o protagonista de *K*. “interpreta a violência do presente através da violência do passado”: “o ato de comparar o incomparável [...] é levado até ao extremo por Kucinski, que não só compara o sistema nazista com o sistema ditatorial brasileiro mas reconhece, ainda, que esse último fica aquém do comparável” (2017, p. 41). Russo lembra que “a *shoah* está deixando de ser interpretada como ‘exceção’ para ser cada vez mais assumida como ‘paradigma’” e que, “em termos de memória cultural, ela continua a atuar em contextos ‘outros e periféricos’” (2017, p. 41). Citando Enzo Traverso, Russo assevera: “comparar significa estudar as formas de violência, insistir na incomparabilidade é apenas cultivar a *shoah* como objeto de comemoração, lamentação e interpretação limitada” (2017, p. 41). Marcelo Ferraz, citado acima, também percebe que, em *K*., “são diversas as comparações entre a situação da ditadura militar e a catástrofe dos judeus na Europa sob jugo nazista” (2020, p. 170). O crítico explica que “a evocação da memória da Shoah”, como “emblema do mal extremo”, visa a “ressaltar a violência da ditadura brasileira” e “abalar a sensação difusa de que tivemos uma ditadura amena”: “Kucinski explora o ‘excesso’ de memória da Shoah como provocação ao esquecimento da sociedade brasileira em relação às mazelas da ditadura” (2020, p. 170-171). Já Sandra Assunção, em “Representações do passado traumático em obras de Roberto Drummond e Bernardo Kucinski”, nota que “Kucinski faz coabitar dois momentos históricos”: “os traumas passados são reavivados no presente daqueles que, testemunhas auriculares ou herdeiros da memória dos ascendentes [...], veem o presente, ainda que em contexto histórico e político diverso, como repetição da catástrofe” (2021, p. 125-126). Por fim, Marianna Scaramucci, em

*Narrações da ditadura*, observa que “o paralelismo entre os traumas do passado e os do presente pontuam todo o romance” de Kucinski, de forma que “o paradigma da Shoah torna-se medida comparativa para constatar outra excepcionalidade: a do dispositivo desaparecedor” (2022, p. 93-94). Dessa forma, parece ocorrer em *K.* aquilo que Marianne Hirsch nota, em *La generación de la posmemoria*, a respeito dos efeitos acumulativos de catástrofes coletivas: um trauma pode fazer recordar ou reativar os efeitos de outro (2021, p. 9).

O desaparecimento da filha, para *K.*, coincide com a percepção da morte da língua iídiche. Enquanto o primeiro capítulo narrativo de *K.*, “Sorvedouro de pessoas”, abre a narração do crime da ditadura, o segundo parágrafo introduz o tema da literatura escrita em iídiche (que reaparece até o final romance), com uma nota de rodapé: “o iídiche é falado pelos judeus da Europa Oriental e teve seu apogeu no início do século XX, quando se consolidou sua literatura; sofreu rápido declínio devido ao Holocausto e à adoção do hebraico pelos fundadores do Estado de Israel” (2011, p. 19). Embora o leitor saiba que a jovem militante já não está viva, o cadáver a que o pai primeiro se refere é o da “língua morta que só poucos velhos ainda falam”: “que importa o iídiche? Nada. Uma língua-cadáver, isso sim, que eles pranteavam nessas reuniões semanais, em vez de cuidar dos vivos” (2011, p. 19).

O fim do iídiche está associado ao genocídio nazista: “a língua mesmo já tem mais de mil anos e, antes do holocausto, era falada por mais de dez milhões de pessoas” (2011, p. 133). A continuação de seu uso era uma forma de preservação da memória cultural judaica. Para *K.*, o desaparecimento da filha reatualiza o crime contra o povo judeu. A própria narração problematiza essa estranha associação ao mencionar o desaparecimento de outros dois judeus: “coisa da política, disseram, da ditadura, não tinha a ver com antissemitismo” (2011, p. 20). Mas, para *K.*, o desaparecimento ocasiona o retorno dos traumas do passado, que lhe assomam em sonho: “naquela noite sonhou ele menino, os cossacos invadindo a sapataria do pai para que lhes costurasse as polainas das botinas. Despertou cedo, sobressaltado” (2011, p. 20).

*K.* insiste no iídiche como símbolo da memória judaica, mas o idioma é dado como morto justamente quando a filha desaparece: o sumiço da filha incita a percepção do fim da língua a que *K.* se dedicara. É como se o extermínio do povo judeu fosse novamente constatado nas mortes da filha e da língua. Para *K.*, ambos os desaparecimentos estão afetivamente associados, pois a questão se impõe enquanto ele procura a filha: “como pode uma língua desaparecer tão repentinamente? Os alemães mataram os que liam e Stálin matou os que escreviam, ele repete para si mesmo o que não se cansava de dizer em suas palestras” (2011, p. 60). As ações da ditadura coincidem não apenas com a admissão do declínio do iídiche, mas

também com seu conseqüente repúdio: foi depois de tentar relatar “a desgraça da filha” que K. “jurou nunca mais escrever em iídiche” (2011, p. 134). Ou seja, os desaparecimentos são associados como evidências da permanência da barbárie.

Antigos pesares continuam emergindo à consciência de K., como quando ele sobe os degraus do Clube Militar para uma audiência com um general: “lembrou-se subitamente de outra escadaria em outros tempos, em Varsóvia” que ele subira apressado procurando pela irmã Guita, “presa num comício do partido que ajudara a fundar, o Linke Poalei Tzion”; nesse momento, “alarmou-o a emergência da lembrança, que julgava soterrada sob os escombros da memória” (2011, p. 38-39). A associação avança, já que o general brasileiro acusa a filha de algo muito parecido ao que ele ouvira na Polônia, em relação à irmã: ambas teriam fugido “com algum amante” (2011, p. 39). Ou seja, K. percebe continuidades não apenas em seus conflitos subjetivos, mas também no modo de agir das autoridades. Conexões semelhantes entre fatos recentes e horrores passados reaparecem em diversos momentos do romance: por exemplo, nas fotografias “dos indigentes e desconhecidos” do Instituto Médico Legal (2011, p. 24), na lembrança dos “espias de Getúlio” da “época do fascismo” (2011, p. 34), na referência ao delator que “ajudava muito judeu sem documento fugido do nazismo” (2011, p. 35), no reavivamento do “velho mito do judeu-bolchevique” nos serviços secretos (2011, p. 36), nas explicações sobre o trabalho do American Jewish Committee (2011, p. 61), nas imagens da época da guerra que aparecem em um pesadelo de K. após uma expedição em busca dos corpos dos desaparecidos (2011, p. 97-100), entre outras cenas. Além disso, a maior parte das notas do autor, no rodapé, têm alguma relação com o judaísmo ou com o Holocausto, o que reforça a aproximação, conforme a percepção de K., entre o antissemitismo nazista e a ditadura brasileira.

Esses cotejamentos oferecem um recurso para a expressão do sofrimento do protagonista pelo desaparecimento da filha. A intensidade da violência da ditadura reativa, no plano individual, o assombro das notícias recebidas da Europa décadas antes. Se são distintos os contextos e graus de violência do Holocausto e da ditadura, também as emoções em reação a eles são únicas e incomparáveis; mesmo assim, a indizibilidade do tormento provocado pela última catástrofe busca amparo expressivo na reconhecida incomensurabilidade da primeira. Além disso, não se deve desprezar que a reação emocional a uma dor desmedida é subjetiva e variável, de forma que é absurdo questionar se um episódio causa a uma pessoa mais ou menos sofrimento que outro (ou se é mais ou menos traumático). Para o personagem K., no momento dos fatos narrados, o desaparecimento da filha (fato que o afeta de maneira muito próxima) produz uma aflição extrema, o que o remete à lembrança do extermínio (relativamente afastado

no tempo e no espaço) dos parentes e amigos no Holocausto.

Portanto, não seria adequado afirmar que *K.* instrumentaliza o genocídio judaico. Ele não reduz sua importância, não o nivela à ditadura brasileira ou a qualquer outra, não compara no sentido de discutir qual catástrofe foi maior ou pior. Ao contrário, ele concorda que “o Holocausto é um e único, o mal absoluto” (2011, p. 81), e dele dá testemunho. Justamente por isso, mobiliza sua memória para tentar expressar a inenarrável dor do pai pelo desaparecimento inexplicável da filha: “a tragédia da filha era continuação do holocausto” (2011, p. 81). Por meio dessa aproximação, ele expressa angústia frente às contínuas catástrofes, de forma a honrar tanto a memória do Holocausto quanto a das vítimas da ditadura brasileira, preservando, entretanto, a irredutível singularidade de ambos os eventos.

#### 4.2 O pai escritor da língua iídiche: a obra literária de Meir Kucinski

O protagonista *K.* é fortemente inspirado na história do pai de Bernardo Kucinski, o escritor da língua iídiche Meir Kucinski.<sup>70</sup> No entanto, embora as coincidências entre ficção e biografia sejam amplas e evidentes, não se deve esquecer que, tal como aparece no romance, *K.* é uma criação literária. O escritor de *K.* se desobrigou da fidedignidade a informações comprováveis para imaginar livremente um personagem que reúne ações tanto dos demais familiares de Ana Rosa Kucinski quanto de outras vítimas dos autoritarismos nazista e ditatorial. Por exemplo, no capítulo “As ruas e os nomes”, *K.* participa de uma cerimônia derivada de um projeto de lei proposto por “um vereador de esquerda”, na qual algumas ruas são nomeadas em homenagem a 47 desaparecidos políticos, ocasião em que foram enaltecidos “os que lutaram contra a ditadura” e foi anunciado “o início de uma nova ordem de valores” (2011, p. 155-157). Mas não é verossímil que M. Kucinski estivesse presente em um evento desse tipo, pois ele viveu somente até 1976, sem ter tido oportunidade de celebrar o fim do regime militar. Em *Os visitantes*, o escritor protagonista trata essa incoerência como um lapso (2016b, p. 38). Entretanto, lapsos como esse cindem pessoa e personagem. Evidentemente, em *K.* também há seleção e omissão de informações (procedimentos inerentes à elaboração ficcional). Em *Os visitantes*, o personagem pai se queixa ao escritor: “você ignorou nossa viagem ao Uruguai e ao Chile. Foi meu presente de aniversário, quando ela completou trinta

---

<sup>70</sup> Para evitar confusões, será indicada a inicial do prenome de cada escritor nas partes em que aparecem juntos. No restante da tese, o sobrenome “Kucinski” e o adjetivo “kucinskiano” referem apenas o filho.

anos e não há uma só palavra na novela sobre essa viagem” (2016b, p. 22).<sup>71</sup> Portanto, também nesse aspecto é preciso lembrar a advertência de *K.*: “tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (2011, p. 13).

“Meir Kucinski nasceu em 1904 em Wlotzlawek, Polônia. Foi casado com Éster [...]. Imigrou para o Brasil em 1935 e estabeleceu-se em São Paulo. Tinha três filhos: Wolf, Bernardo e Ana Rosa”, segundo Rifka Berezin, prefaciadora e uma das organizadoras da tradução brasileira de contos do autor (2002, p. 20). Ela registra que ele “faleceu em 1976, amargurado e sofrido com o desaparecimento de sua filha Ana Rosa” (2002, p. 20). Segundo Berezin, M. Kucinski militou no Partido Trabalhista Sionista na Polônia, onde também “foi membro ativo e pesquisador do Círculo Yivo (Instituto Científico Ídiche)” (2022, p. 21). No Brasil, “continuou sua atividade jornalística e literária iniciada na Europa”, publicando em jornais ídiches locais e estrangeiros (2022, p. 21). Berezin informa que ele integrou instituições judaicas, publicou estudos críticos de literatura ídiche e foi professor do Colégio Renascença: “intelectual e escritor respeitado, suas aulas encantavam seus jovens alunos” (2022, p. 21-22). Entre seus textos literários, se destacam os dois livros de contos: *Nussekh Brasil (Estilo Brasil)*, publicado em Tel-Aviv, em 1963; e *Di Palme Benkt Tzu der Sosne (A palmeira tem saudade do pinheiro)*, editado postumamente também em Israel, em 1985 (BEREZIN, 2002, p. 22). Na breve autobiografia publicada pela revista *Arquivo Maaravi*, o próprio M. Kucinski detalha as várias ocasiões em que foi perseguido e preso por causa de sua militância política na Polônia. Sobre a terceira detenção, ele conta: “fui obrigado a desfilar algemado na rua principal até a prisão, sob os olhares satisfeitos dos negociantes judeus” (2019, p. 2).

Em “Alguma memória”, B. Kucinski registra lembranças do pai: “a mesinha de sapateiro cheia de tachinhas, na saleta de frente para a rua”; o trabalho de mascate, “como tantos judeus vindos naquela época da Polônia”; a deferência com que era tratado por “ter participado da militância política na Polônia” e por ser iidichista; a adesão a movimentos políticos judaicos e a abominação da religiosidade (2010, p. 187-189). B. Kucinski relata que o pai “veio fugido, depois de preso e processado na Polônia por atividades políticas subversivas”; a mãe veio dois anos depois, com o primeiro filho (2010, p. 189). Nesse texto, ele também afirma: “nunca ouvi falar de antissemitismo entre os fregueses ou na minha pré-adolescência, embora a expressão depreciativa ‘judeu da prestação’ já fosse corrente” (2010, p. 191).

A trajetória de M. Kucinski é parte de uma história ampla, que inclui distintos

---

<sup>71</sup> Se *Os visitantes* recorre à ficção, não há certeza sobre a veracidade factual dessa viagem. Ao mencioná-la, Kucinski enfatiza a metalinguagem e destaca consequências inesperadas da ficcionalização de eventos reais. A imprevisibilidade dos efeitos éticos e políticos da ficção testemunhal será discutida na seção 5.3 desta tese.

grupos de judeus chegados ao Brasil, oriundos de várias partes do mundo. Em *Judeus no Brasil*, Nachman Falbel estabelece uma periodização dessa história, que vai do século 16 ao 20, passando por etapas variadas de colonização, de perseguição, de assimilação e de desenvolvimento (2008, p. 26-27). Para Falbel, as três primeiras fases do período republicano (1889-1904, 1904-1914, 1914-1933) são caracterizadas sobretudo pela colonização agrícola e, depois, pela “grande corrente imigratória da Europa Oriental” (2008, p. 26-27). A chegada da família Kucinski está contextualizada no período que Falbel delimita entre 1933 e 1945, o qual compreende “a imigração dos judeus dos países de Língua Alemã (ascensão do nazismo) e italianos fugidos do fascismo; as transformações políticas internas do país e suas consequências em relação aos judeus; a integração cultural da segunda geração de imigrantes etc.” (2008, p. 27). As narrativas sobre M. Kucinski podem ser interpretadas como apresentação de uma coletividade de judeus que buscavam refúgio no Brasil.

Para Falbel, o fascismo europeu ocasionou certas ações antissemitas do governo brasileiro. O crescimento do número de judeus provenientes da Europa Ocidental continuou até a Segunda Guerra, “não obstante a política governamental brasileira na época da ditadura de Getúlio Vargas, que limitava e restringia a entrada de judeus no Brasil por vários motivos, entre os quais a tendência a nutrir simpatias políticas em relação ao Eixo” (2008, p. 410). O Estado Novo também é marcado pela “posição xenófoba” que “acarretou a proibição da publicação de jornais em iídiche e criou certos receios quanto à manutenção de documentação em língua estrangeira, o que levou, em parte, à destruição da mesma” (2008, p. 32). Apesar disso, a população judaica no Brasil tomou parte no desenvolvimento econômico impulsionado pela guerra: “o grande surto industrial e comercial brasileiro, mais particularmente o de São Paulo, fez com que os judeus participassem dessa prosperidade material e se empenhassem ambiciosamente no processo de ascensão econômica” (2008, p. 417).

As terríveis notícias do Holocausto provocaram “uma mudança espiritual profunda” na comunidade judaica do Brasil, especialmente porque “o judaísmo brasileiro – assim como em todo o mundo e em particular na América Latina – não estava preparado para a enormidade da destruição e da catástrofe, devido à distância geográfica e à escassez de informações sobre o que acontecera na Europa”, segundo Falbel (2008, p. 417). Ele também afirma que “o significado do Holocausto levou anos para ser inteiramente compreendido e a ferida aberta no corpo da nacionalidade judaica sangrava cada vez mais, desde o momento em que se tomava ciência do que sucedera” (2008, p. 417). A dor provocada pelas notícias marca inclusive a geração que “não havia passado pelo inferno europeu” (2008, p. 417). Falbel explica também que, enquanto se envolvia na luta pela “formação de um Estado judeu”, “a comunidade judio-



brasileira, a partir da Segunda Guerra Mundial, voltar-se-ia para novos desafios e deveria defrontar-se com a realidade do Holocausto, dos *displaced persons* e a absorção de novos imigrantes sobreviventes dos horrores da guerra” (2008, p. 498). Todo esse contexto, determinante para a composição ficcional de M. Kucinski, é retomado, muitas décadas depois, na escrita literária de B. Kucinski.

Outros escritores judeus já escreviam literatura ídiche no Brasil antes da chegada de M. Kucinski. De acordo com Falbel, “a partir da década de 20 surgiu uma literatura em língua ídiche<sup>72</sup> que tinha como tema central o encontro do imigrante com a terra brasileira e os conflitos individuais decorrentes do processo de aculturação a uma nova sociedade” (2008, p. 37). Se, por um lado, esses escritores expressavam seu encanto diante do novo mundo, por outro, revelavam também a “profunda solidão e o desarraigamento do recém-chegado”, a “saudade do lar e dos familiares”, a “quebra dos padrões tradicionais e a incorporação de novos”, a “ádua luta pela sobrevivência em terra estranha” (2008, p. 37). Esses temas reaparecem, depois, nos contos de M. Kucinski, que Falbel julga ser “um dos escritores mais representativos da língua ídiche no Brasil” (2008, p. 38).

Jacó Guinsburg produziu um amplo estudo sobre o ídiche, intitulado *Aventuras de uma língua errante*, que compreende a história, a difusão, o teatro e a literatura desse idioma, entre outros aspectos. O pesquisador afirma que a Polônia foi um dos principais focos da criação intelectual e artística judaica no período entreguerras. Nesse contexto, “o ídiche, em particular, distinguiu-se por uma vigorosa florescência literária, ramificada por quase todos os gêneros e em obras expressivas, que foi cortada em pleno viço pela chacina hitlerista” (1996, p. 339). Ele observa que, de maneira geral, essa produção foi dominada “pela ideia de compromisso social com as massas e de resgate político de seus direitos, ao menos nos anos vinte” (1996, p. 339). Portanto, esse era o cenário cultural da juventude de M. Kucinski, ressaltando-se seu nascimento em uma pequena localidade, e não em uma grande cidade como Varsóvia ou Vilna. Na seção dedicada ao Brasil, Guinsburg menciona “um conjunto bastante respeitável, mesmo em termos numéricos”, de escritores de expressão ídiche (1996, p. 439). Ele cita longamente um estudo de M. Kucinski (cujo nome está grafado “Meier Kutchínski”), a quem se refere como um “crítico severo, e por vezes implacável”, que “encarnou com maior inteireza, em nosso meio, a figura e os padrões do moderno intelectual e escritor ídiche do Leste europeu, tal como ele se desenhou entre as duas guerras” (1996, 439). Guinsburg também cita M. Kucinski na

---

<sup>72</sup> De acordo com o dicionário Houaiss, são admitidas em português as duas grafias “íidiche” e “ídiche”. Esta tese segue a forma adotada por B. Kucinski, exceto em citações.

lista dos principais ficcionistas brasileiros da língua iídiche.

As traduções de parte dos contos de M. Kucinski só foram publicadas em português em 2002, com seleção e organização de Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz. A coletânea está organizada em seis partes, cujos títulos apresentam os principais interesses temáticos do autor: “Profissão: mascate”, “Mascates, artistas, doutores, novos ricos”, “Ainda histórias de imigrantes”, “Ecos do Holocausto”, “Memórias daqueles tempos” e “Memórias da Polônia”. Para os propósitos desta tese, interessam especialmente os três contos que compõem a quarta seção, os quais elucidam experiências do homem que inspirou a criação do personagem K., de B. Kucinski. Aliás, o narrador de *Os visitantes* alude ao livro de M. Kucinski ao relatar que inveja a atenção dada ao pai pela imprensa, a qual divulgara a coletânea: “o artigo explicava que cada conto fora traduzido por uma de suas antigas alunas do curso de iídiche. Elogiava a iniciativa, de duas professoras da universidade, e a qualidade da antologia” (2016b, p. 21).

No conto “A prédica”, M. Kucinski mostra a diversidade da comunidade judaica paulistana, cujos membros se distinguem em relação ao lugar de origem, à época da chegada, à situação econômica, ao posicionamento político e à relação com a religião. O protagonista Moische Bialobieski é um mascate pobre recém-chegado da Polônia, que, para trabalhar, depende do crédito dos “judeus da Bessarábia”, já estabelecidos. Mas esses comerciantes duvidam da “honestidade” de Moische, já que sobre os poloneses pesa uma “conhecida insinuação”, ou seja, “o triste capítulo dos rufiões e das polacas”, que, segundo o narrador, “mal havia terminado” (2002, p. 171, 174).<sup>73</sup> Além disso, os bessarabianos caracterizam o “mundo estranho dos poloneses” por “seus novos transtornos, a política, os partidos e suas brigas” (2002, p. 175-176). Em meio a isso, o jovem imigrante luta para sobreviver, com esperanças de “trazer para cá sua esposa e filho, que ele havia deixado na Polônia”, envergonhando-se pela humilhação de seu povo e teimando em carregar consigo um “livro sob o braço”, o qual serve como um “silente e secreto sinal de seu passado, do seu eu” (2002, p. 174, 176).

Mas as diferenças entre bessarabianos e poloneses são esquecidas “quando aqui chegaram os gritos de dor dos judeus europeus” e todos se reúnem para orações e protestos. Escolhido para falar no púlpito, a despeito da afronta que sua pobreza significa para os “negociantes influentes”, Moische “citava lugares, lembrava a importância dos antepassados, desenrolava para o público, que se espregia, toda a história do aniquilamento dos judeus” (2002, p. 178). Ele também convoca os demais à ação para que “salvassem aqueles que ainda

---

<sup>73</sup> Esse problema será retomado logo abaixo, na sexta seção deste capítulo.

não tinham sido queimados” (2002, p. 178). O narrador, em seguida, comenta: “era como se os gritos das vítimas fossem ouvidos ali, como se as chamas da casa judia que ardia estivessem ali, como se o *Shmá Israel*, Ouve, ó Deus, fendesse os céus do Brasil” (2002, p. 178). Por um instante, o genocídio mostra seu absurdo horror aos membros aterrorizados da comunidade.

Os pequenos parágrafos que resumem a prédica são incisivos e dolorosos. Dela está transcrita, em discurso direto, apenas uma frase curta: “não é uma destruição de cidades polonesas, mas de antigas comunidades judaicas” (2002, p.178). A seguir o narrador volta ao discurso indireto e sintetiza o restante da prédica em poucas linhas, como se ela fosse obscena demais para ser reproduzida integralmente. Na última parte do conto, surpreendentemente, o Holocausto deixa de ser mencionado e o narrador volta ao tema inicial: as dúvidas dos comerciantes sobre a confiabilidade de Moische. “Desista de mascatear. Torne-se um professor, um mestre-escola”, exorta um conterrâneo, ao final (2002, p. 179). Mas como o horror das notícias pode ser assim deixado de lado e a história simplesmente retome assuntos triviais? É como se o genocídio fosse apenas olhado de relance, sem que narrador e personagens suportassem as descrições terríveis. Os judeus no Brasil precisam continuar vivendo, e parece que sentem que isso só é possível se desviarem a atenção para os problemas cotidianos, antes que os gritos das vítimas extrapolem o “como se”, empregado pelo narrador, e cheguem de fato a “fender os céus”, ou seja, a aniquilar toda confiança numa sonhada normalidade, a impedir a continuidade da vida, a destruir a existência dos que sobrevivem geograficamente tão longe – mas afetivamente tão perto – do extermínio do povo judeu. A forma narrativa sugere um desvio da atenção frente à insuportável (e impossível) narração do massacre. Evidentemente essa atitude não significa indiferença, mas, pelo contrário, supõe uma dor tão intensa que não pode ser descrita, significada e discutida.

O segundo conto é intitulado “*Mitzves*, boas ações”. Em linguagem econômica (que, embora seja uma tradução, lembra um pouco o estilo ulterior de B. Kucinski), o que se narra agora é muito mais do que o recebimento de notícias: chega a São Paulo uma família de sobreviventes. Trata-se de um conto implacável, complexo, extremamente comovente. Nele, M. Kucinski dá um incrível testemunho da insuportabilidade dos relatos dos sobreviventes.

A história começa com a preocupação dos *scheradzers* (antigos moradores da cidade polonesa de Scheradz): após a guerra, não havia notícia de nenhum conterrâneo remanescente dos campos de concentração. Bem-sucedidos no Brasil, esses imigrantes judeus finalmente recebem uma única família de sobreviventes. O presidente da associação, Mekhl, organiza uma recepção em sua residência. Os *scheradzers*, ávidos por notícias, investem contra

Iossl e Sara, “assustada e semimuda”, e seus dois filhos, “que tinham esquecido a própria língua naqueles estábulos poloneses” (2002, p. 182). O que ouvem é horrível: “perguntaram sobre suas famílias, irmãos e irmãs, pais e mães, tocando-os e apalpando-os até à exaustão. Quando se inteiraram de toda a verdade, que não havia sobreviventes, esfriaram de repente, como se os recém-chegados tivessem alguma culpa” (2002, p. 182). Toda a população judaica da cidade havia sido dizimada, aquela família era a única que restara.

Depois disso, Mekhl pensa apenas em providenciar moradia, alimentação e trabalho para a família recém-chegada. O “ar pesado” do quarto de pensão para onde são levados, “separados dos demais sobreviventes, longe dos outros”, lembra “a delegacia de polícia de Scheradz” (2002, p. 183). Iossl, que antes fora uma liderança local, “sentia-se envergonhado perante a mulher e os dois filhos...” (2002, p. 183). Na segunda reunião, duas semanas depois, Sara, em cujos olhos nervosos e inquietos “podia-se vislumbrar um reflexo de pavor, de medo da morte”, murmura a história da família: “Iossl ficou escondido lá em cima, no sótão, semanas e anos no sótão”; “ele no sótão, e eu com as crianças no estábulo... levaram o pequeno Khaim embora...” (2002, p. 184). Esse terceiro filho “havia sido arrastado pelos alemães para algum campo de concentração” e “nunca mais voltara” (2002, p. 184). Mas os conterrâneos não prestam atenção: apenas discutem questões financeiras, decidindo instalar para Iossl uma oficina de sapateiro, embora não fosse esse seu ofício. Sara, então, grita histericamente: “sim, nós sabemos quem vocês são, suas fofoqueiras! Vocês não perderam nenhum minuto! Nós arriscamos nossas vidas... Seus irmãos e irmãs foram queimados... eles se foram com a fumaça, com a fumaça...” (2002, p. 185). Enquanto isso, em um cenário absurdo, as mulheres “não paravam de mastigar as guloseimas” (2002, p. 185). Mekhl então dirige às crianças ricas uma reprimenda que mais parece destinada à família de Sara: “não sejam malcriadas!” (2002, p. 182). A seguir, ele faz um inoportuno brinde a Iossl, desejando-lhe “boa sorte em sua nova pátria e seu novo negócio” (2002, p. 186).

Dessa maneira, os judeus conterrâneos não conseguem disfarçar o deslocamento do problema, no próprio plano do enredo: incapazes de ouvir os lamentos de Sara e as notícias do genocídio, tapam os ouvidos e desviam toda a atenção para a resolução apressada de questões práticas relacionadas à nova condição dos sobreviventes. O conto segue narrando o fracasso previsível da sapataria e a continuidade do sofrimento da família. Ao final, a esperança vem da solidariedade de judeus estranhos, as vizinhas que levam atenção afetuosa e oferta razoável de trabalho à família: “essas mulheres bessarabianas foram se aproximando cada vez mais. Sara ia se acalmando e seus tiques diminuam” (2002, p. 187).

Os personagens *scheradzers* sentem o horror do Holocausto, sabem da sua

responsabilidade em relação aos sobreviventes e sinceramente querem oferecer ajuda. Mas isso não é fácil. Eles não estão preparados para enfrentar a catástrofe (quem estaria?), que também os atinge brutalmente por meio do extermínio não só de todos os parentes, mas da população inteira da cidade natal. Por isso desviam o olhar. Eles também estão totalmente implicados: é sua família, seu povo, sua terra, sua história, sua língua que desaparecem repentinamente... Diante disso, o conto narra o involuntário deslocamento da atenção, a inadiável tarefa de prestar solidariedade, a impossibilidade de escutar conscientemente o inefável testemunho dos sobreviventes, o irresistível recalçamento do problema.

O mesmo tema é abordado em “O tio”, último conto da seção “Ecos do Holocausto”. Nesse caso o sobrevivente, que também se chama Iossl, é aguardado por Moische Wolf e sua esposa, não nomeada, tia do rapaz. A história novamente está ambientada em São Paulo, quando as notícias do Holocausto já eram conhecidas. A primeira parte do conto mostra o conflito do casal a respeito dos planos sobre o jovem que estava para chegar. A esposa lembra o massacre de toda a família: “é o único sobrevivente do meu irmão caçula, a coroa da família, o bom estudante... Dos outros irmãos e irmãs não há vestígios, nem sepultura, nem cinzas...” (2002, p. 193). Mas Moische Wolf se sente chantageado por essa lembrança, pois a esposa já planejava o casamento do sobrinho com a filha única do casal: “que é que você quer mais de mim? Virei mundos, procurei, percorri lugares, torci os pés, não economizei dinheiro, até que, com privações e sofrimentos, o trouxemos e você já quer, neste exato minuto, fabricar um genro?” (2002, p. 193). Ele não aceita essa ideia e duvida “se era gente, esse Iossl”, mesmo sendo filho do seu “competente cunhado”: “mas sabe-se lá a quem ele saiu? Quem saberá o que ele viveu nos últimos anos, o que ele presenciou, como vagueou pelos campos de concentração, pelo gueto, tendo centenas de mortes diante dos olhos?” (2002, p. 191-192).

Na segunda parte, Iossl chega “como um bezerrinho” e fica “parado no meio da casa como se estivesse atado” (2002, p. 193). Ele é descrito no centro do conto:

Iossl era um jovem de ossos salientes, a pele esticada sobre as faces, crânio vermelho descascado, nariz estreito e ossudo, que ardia úmido, como se estivesse num inverno gelado; tinha a boca aberta como alguém que se preparasse para falar muito – mas todas as suas palavras se esgarçavam, ficavam suspensas no ar.

Do jovem saía um odor envelhecido de campo de concentração. Os andrajos que vestia como que contavam do trabalho de “desinfecção”, dos vapores dos barracões, de alguém que se apresentava para o serviço militar.

De repente arregaçou a manga do paletó e mostrou com a mão enegrecida:

– O número tatuado no campo de concentração. Tomara que vão para o diabo que os carregue! (2002, p. 194)

Essa é a única fala, em discurso direto, do sobrevivente. Ele apenas aponta para o símbolo dos campos e amaldiçoa os responsáveis. Moische Wolf logo muda o assunto e toma providências: “leve Iossl ao banheiro, vista-o como gente e queime todos os seus trapos” (2002, p. 194). Antes o tio duvidava “se era gente” o sobrevivente, agora providencia para que ele seja vestido “como gente”, talvez para disfarçar (ou superar) sua radical desumanização.

Nem na terceira e última parte Iossl é realmente ouvido. Ninguém tenta escutar as muitas palavras “suspensas no ar”, que não saíam de sua “boca aberta”. Pelo contrário, o tio o previne “para que não contasse muito daquilo que vivenciara aos comerciantes das lojas”: “eles sabem tudo melhor que você – acrescentou” (2002, p. 194). Ao final, empurrado para o comércio ambulante, o jovem fica novamente desamparado. As recorrentes exortações ameaçadoras para “pegar no batente” e “progredir” reavivam a memória do terror: “lembrou-se do chicote, no campo de concentração, que silvava como as palavras do tio” (2002, p. 196).

Nesse conto, o sobrevivente é um estorvo. Ele continuamente faz emergir o trauma que atravessa cada membro da família judaica. É uma prova semiviva (uma terrível testemunha) de que o inacreditável realmente ocorreu: sua presença é insuportável. Os outros rapidamente tentam integrá-lo à normalidade, silenciando suas impossíveis histórias e buscando convertê-lo em uma figura aceitável, como um noivo ou um comerciante. Eles não querem escutar o testemunho de quem exala o “odor envelhecido de campo de concentração”. Arrogantemente – talvez por autodefesa –, se comportam como quem já sabe tudo, não precisa ouvir mais nada, tenta esquecer o passado e se concentra exclusivamente em “progredir”.

No artigo “Uma história concisa do Holocausto na literatura brasileira”, Berta Waldman lembra que, “durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo os judeus distanciados geograficamente da catástrofe foram atingidos ao sofrerem perdas de familiares e amigos” (2019, p. 2), fato exemplificado pelos contos de M. Kucinski. Analisando o conto “O tio”, ela faz uma observação que pode ser estendida a outras narrativas do escritor: M. Kucinski se recusa “a apagar a violência inerente às relações humanas” e se nega “a tratar do judeu como um bloco homogêneo”; em vez disso, ele “mostra a ‘família’ judaica em estado de conflito, empenhada em ocultar e reprimir uma história indesejada” (2019, p. 10). Essa história é indesejada não por falta de empatia ou de solidariedade, e sim, ao contrário, por carregar uma violência traumatizante, cujo excesso não pode ser assimilado.

É preciso ter cautela ao identificar integralmente o escritor M. Kucinski e o personagem K., já que ambos pertencem a campos discursivos diferentes, a realidade e a ficção. Se, por um lado, essa distinção é discutível, por outro, qualquer igualação apressada é temerária

quando se trata de literatura. De qualquer forma, as breves análises acima demonstram que a biografia e a literatura de M. Kucinski oferecem dados pertinentes para a interpretação de K.

O ex-presos político Pedro Tierra (pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva), na “Explicação necessária” à coletânea de seus *Poemas do povo da noite*, testemunha o encontro com M. Kucinski, que procurava a filha. Descrevendo a visita coletiva na prisão, Tierra afirma: “nunca tivera diante de mim, como naquela tarde, o corpo devastado de um ancião sustentado por dois olhos – duas chamas – que eram a encarnação do desespero” (2009, p. 12). O poeta acrescenta que M. Kucinski narrou torrencialmente “seus dias e noites de tormento” “num impulso trôpego, angustiado, irreprimível, com um sotaque da Europa do Leste que o deixava ainda mais frágil, como se a entonação da fala imprimisse em cada palavra a irremediável e definitiva condição de estrangeiro” (2009, p. 12). Esse encontro também compõe o enredo do romance de B. Kucinski, que cita as palavras de Tierra. Na cena ficcional, “os presos ouviam em silêncio, de olhos fixos no rosto afogueado de K., como se hipnotizados pelas órbitas intumescidas de seus olhos vermelhos e úmidos” (2011, p. 168).

Talvez os prisioneiros não soubessem que, nesse momento, K. fazia um exame de sua vida. Inserido no capítulo “No Barro Branco” – no qual o narrador acompanha de perto os sentimentos do protagonista –, o episódio mostra cenas do último dia de K. O personagem nota diferenças entre as paisagens atuais e as antigas, quando trabalhava como mascate. Nessa época, enquanto vendia, ouvia histórias que inspiravam os textos depois publicados em iídiche. Ao se aproximar da ala dos presos políticos, K. recorda os tempos “de sua própria prisão na Polônia”: “lembrou-se novamente de quando o arrastaram acorrentado pelas ruas de Wloclawek para humilhá-lo perante os comerciantes. Agora também se arrastava, alquebrado, embora sem correntes” (2011, p. 166). Outras cenas da perseguição lhe vêm à mente. Lembra-se também da retomada, no Brasil, de suas atividades políticas e culturais relacionadas ao partido sionista de esquerda e ao cultivo da língua iídiche: “tudo o que fez nesses cinquenta anos não passava de um autoengano, assim ele agora avaliava. Seus livros, suas novelas, seus contos, seu fascínio por esse fim de mundo acabou por engolir sua filha” (2011, p. 167). Nesse episódio as duas catástrofes se tocam. Para K., ambas mantêm uma relação de continuidade, pois a dor resultante do antissemitismo (que culminaria no Holocausto) é reinstaurada pela ditadura brasileira: “levava na sacola sua identificação, a sua memória, a sua prestação de contas; um ciclo de vida se completava, o fim tocando o início e no meio nada, cinquenta anos de nada” (2011, p. 168).<sup>74</sup> A sobreposição das duas épocas é tão intensa que “no meio de sua fala saíam palavras do

---

<sup>74</sup> A aproximação entre as catástrofes, que dá sentido ao trecho citado, foi discutida na seção anterior desta tese.

íídiche” e ele “sentia de volta o sotaque dos primeiros dias de Brasil” (2011, p. 168). Assim termina a vida de K., já que na prisão ele cai e depois (provavelmente) falece numa cela de prisioneiro: “suas pálpebras se abriram e ele percebeu ao seu redor os presos políticos; avistou atrás deles, no alto da parede dos fundos, a familiar janelinha gradeada da cela trazendo de fora promessas de sol e liberdade. Sentiu-se em paz” (2011, p. 169). Depois de entregar os cigarros que trouxera, “suas mãos se abriram e seus olhos se cerraram” (2011, p. 169). Antes da morte, K. se vê nos presos políticos da ditadura, quase como se fosse um deles: o olhar duro dos prisioneiros “era o seu olhar de cinquenta anos atrás” (2011, p. 168). De certo modo, ao aproximar-se deles enquanto rememora a própria experiência, K. também os vincula às vítimas de outros regimes autoritários. O capítulo expressa a continuidade da antiga barbárie que – embora em contextos muito diferentes – mantém a exclusão, a opressão, a banalização do mal, o reavivamento de traumas, a desumanização, a violência assassina.

#### 4.3 A disrupção familiar pelo totalitarismo nazista em *Imigrantes e mascates*

Regina Igel observa que, “nas memórias escritas sobre o espaço urbano habitado por imigrantes judeus, predominam as referências sobre atividades inaugurais da formação do *bairro*, dentro dos limites de uma cidade” (1997, p. 75). Como outros filhos de imigrantes, que, para Igel, expõem a “perspectiva da primeira geração criada no Brasil” (1997, p. 79), Kucinski recupera essa vertente memorialística em *Imigrantes e mascates*, embora nesse livro enfatize mais a história familiar do que os aspectos institucionais e religiosos da comunidade judaica. Também Kucinski aborda as preocupações com as condições materiais da vida, típicas de textos escritos por imigrantes judeus no Brasil, segundo Igel: “desde o início do processo de seu envolvimento com a cidade, os tipos de casas onde viveram, o bairro onde se agruparam e a forma de trabalho em que se engajaram refletem, em suas memórias, as diversas etapas de seu itinerário” (1997, p. 75-76). Para a pesquisadora, aliás, o “forte componente memorialista” é característica substancial da “escrita literária assinada por imigrantes judeus e seus descendentes, no Brasil, nos últimos cinquenta anos” (1997, p. 249). Os aspectos relacionados à memória familiar do escritor já foram comentados no segundo capítulo desta tese. Agora, esta nova seção propõe uma análise que discuta eventos dos quais o narrador não poderia exatamente se lembrar, tanto porque não os experimentou diretamente quanto porque constituíam assunto impedido na família: os relatos – e os efeitos traumáticos – da perseguição política e do totalitarismo na Europa. Nesse caso, em vez de memória, talvez seja mais pertinente falar em uma pós-memória do antissemitismo, do anticomunismo e do Holocausto.



Nesse livro infantojuvenil que alterna a narração de lembranças amenas e de episódios terríveis, Kucinski mantém suas principais marcas estilísticas: os impactos do Holocausto são contados aos poucos, de modo conciso e direto, sem linearidade cronológica, com interrupções bruscas e lacunas narrativas. Alguns fragmentos retrocedem aos tempos de miséria e perseguição na Polônia. O pai nasceu em uma família muito pobre, o avô paterno “havia atuado como juiz trabalhista no sindicato de sapateiros de Wloclawek” (2016a, p. 29), a avó paterna trabalhara como empregada doméstica e, depois, cuidara da casa e dos dez filhos (2016a, p. 41). Essas informações são importantes porque contradizem os então propagados estereótipos antisemitas que caracterizavam os judeus como um grupo coeso e organizado de capitalistas ricos, supostos detentores de grande poder político-econômico.

O narrador recupera uma descrição em que o pai caracteriza soldados russos como “os cruéis cossacos que antes da Primeira Guerra costumavam invadir aldeias judaicas matando, saqueando e ateando fogo às casas” (2016a, p. 43). Ele afirma que a polícia do tsar estimulava esses massacres (que, chamados de *pogroms*, aconteceram “centenas de vezes”) “para desviar a atenção dos camponeses das injustiças e da miséria do regime de semiescravidão em que viviam” (2016a, p. 44). Já durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), Wloclawek “era ocupada ora pelo Exército russo ora pelo Exército alemão” (2016a, p. 43). Portanto, Kucinski mostra que a perseguição assassina aos judeus tem um longo histórico anterior ao Holocausto e não se restringe às ações genocidas dos alemães nazistas. Dentre os “educados” soldados alemães saíram depois os fundadores do nazismo (2016a, p. 46).

Nesse contexto, Kucinski reitera a militância do pai, que participou de movimentos socialistas e sionistas porque “convenceu-se de que os judeus precisavam sim de uma pátria, para estarem a salvo das perseguições, mas achava que essa pátria tinha que ser socialista, ou seja, um lugar onde todos ganhassem igual” (2016b, p. 25). “Três vezes esteve preso” por causa dessas atividades, “que a polícia de lá considerou subversivas”; na terceira, teve que fugir para o Brasil, seguido depois pela mãe e pelo irmão do narrador (2016a, p. 50-52).

Kucinski se refere ao Holocausto como “um dos fatos da história mais difíceis de entender”: nenhum dos “outros genocídios planejados no século XX” mostrou “tal ferocidade e intensidade” (2016a, p. 46). E questiona: “como foi possível o povo alemão, culto e desenvolvido, se deixar levar por uma ideia tão monstruosa? Ou como foi possível o resto do mundo assistir impassível” (2016a, p. 46). Ele informa que “a eliminação de pessoas tidas pelos nazistas como indesejáveis” começou com “o assassinato dos doentes mentais alemães”, e depois lamenta a inação de outros países frente ao extermínio dos judeus: “potências como França e Inglaterra nunca bombardearam as estradas de ferro pelas quais os judeus eram

transportados aos fornos crematórios, por mais que as lideranças judaicas implorassem e lhes fornecessem os mapas” (2016a, p. 46). No Brasil, segundo Kucinski, ao menos até 1942 havia quem simpatizasse com os nazistas: “a ditadura de Getúlio era inspirada no modelo ditatorial da Itália e da Alemanha. Além disso, os militares brasileiros tinham enorme admiração pela Alemanha, que consideravam tecnicamente superior aos Estados Unidos” (2016a, p. 63).

A família paterna escapou por pouco: os tios decidiram emigrar ao perceber “a ascensão vertiginosa do nazismo”, cotizando-se para pagar viagens, embarcando os avós por último. Mas nem todos se salvaram. A tia Yochevel “morrera na prisão” (2016a, p. 47). Já a tia Guitel e um de seus filhos se esconderam por um tempo em um sótão em Paris, mas foram fuzilados pelos alemães (2016b, p. 16-17). Segundo Kucinski, justamente em Wloclawek ocorreu “a primeira chacina de judeus pelo esquadrão móvel de extermínio” (2016a, p. 47). Os que permaneceram lá padeceram a ocupação nazista, os saques, a destruição das sinagogas e a deportação: “viviam em Wloclawek pouco mais de 10 mil judeus, um quinto da população da cidade. Em dezembro [de 1939], 6 mil já haviam sido transportados para campos de trabalho forçado ou clareiras de extermínio” (2016a, p. 47).

A história da família materna, que “era próspera” na Polônia, é narrada sucintamente. A mãe cursou “faculdade de humanidades em Varsóvia, trabalhou como secretária de uma grande empresa” (2016a, p. 53). No Brasil, viveu isolada quando ainda não falava português, depois tinha “crises de melancolia” por causa das notícias terríveis (2016a, p. 7, 53). Sua família foi aniquilada: ela “perdeu seus pais, seus irmãos e quase todos os tios e primos” (2016a, p. 7); “de sua família só escaparam no Holocausto um primo e uma prima distante” (2016a, p. 54). Portanto, o narrador não conheceu os parentes maternos e deles pouco ouviu falar. O texto sucinto, privado de detalhes, parece proporcional ao silêncio da família em torno do assunto: quanto mais devastadores os efeitos da catástrofe, menos explicações, menos relatos. Como em obras anteriores, em *Imigrantes e mascates* Kucinski associa a doença da mãe ao trauma do genocídio: “a tristeza a matou por meio de um câncer” (2016a, p. 55).

O narrador também diz que o pai, como o protagonista do conto “A prédica”, foi o orador que explicou, na sinagoga, as primeiras notícias da guerra, quando aviões alemães “já haviam destruído a capital Varsóvia e outras cidades polonesas, enquanto por terra as tropas incendiavam implacavelmente aldeia após aldeia, deixando atrás de si um rastro de milhares de mortos e uma terra completamente arrasada” (2016b, p. 29). No Brasil, o pai continuava polemizando nos jornais e “foi um dos que mais se opuseram ao acordo de compensação assinado entre Israel e Alemanha alguns anos depois da proclamação do Estado de Israel, em 1948”: “nenhum dinheiro do mundo podia pagar aquilo [o genocídio]” (2016b, p. 26).

Kucinski “estava para completar dois anos de idade” quando a guerra começou (2016a, p. 7). Embora sua integridade física não estivesse em risco, depois de adulto ele tomou consciência de que o morticínio dos judeus pelos nazistas afetou profundamente sua infância (2016a, p. 7). Muito mais do que os racionamentos de alimentos e combustíveis durante a guerra (2016a, p. 65), Kucinski supõe que o Holocausto determinou “o modo um tanto largado” como a família vivia, “sem disciplina nem organização”, já que raramente faziam refeições juntos, sapatos e roupas permaneciam em desordem, em certas ocasiões faltavam vestes adequadas: “era como se meus pais estivessem aturdidos demais com o que acontecia na Polônia, ou, quem sabe, se contentassem com o simples fato de estarem vivos” (2016a, p. 8).

O desarraigamento dos judeus no Brasil é exemplificado pelo episódio do suicídio de um primo: Alberto não se adaptava “ao jeitinho brasileiro” e “vivia transtornado por se ver excluído da cultura germânica, com a qual se identificava” (2016a, p. 73). A seguir, o narrador explica: “o nazismo, antes mesmo de tirar a vida de tantos judeus alemães, tirou de todos eles a identidade germânica, da qual tanto se orgulhavam” (2016a, p. 73). Da mesma forma, o Holocausto acarretou, aos demais personagens, o alheamento abrupto da cultura de origem.

As narrativas de *Imigrantes e mascates* – embora fragmentárias, às vezes lacônicas – oferecem importante testemunho sobre as ações bárbaras e os efeitos catastróficos do totalitarismo nazista. Para entender, grosso modo, esse tipo de autoritarismo político, é útil a descrição introdutória elaborada por Mario Stoppino para o *Dicionário de política*, a qual considera três aspectos: a natureza, os elementos constitutivos e as condições de surgimento do totalitarismo. A *natureza* desse regime exige, em grau extremo, “a penetração e a mobilização total do corpo social com a destruição de toda linha estável de distinção entre o aparelho político e a sociedade” (2000c, p. 1258). Os *elementos constitutivos* do totalitarismo, para Stoppino, são: a) a ideologia, que “dá uma explicação indiscutível do curso histórico, uma crítica radical da situação existente e uma orientação para a sua transformação também radical”; b) o partido único, que se contrapõe e se sobrepõe à organização do Estado, derruba sua autoridade e seu comportamento regular e previsível, assim como politiza e subordina “os mais diferentes grupos e as mais diversas atividades sociais”; c) o ditador, que exerce um poder absoluto, arbitrário e personalista tanto sobre a organização do regime quanto sobre “a ideologia de cuja interpretação e aplicação ele é dono exclusivo”; d) o terror, que inibe qualquer oposição e quaisquer críticas ao regime e à pessoa do líder, aos quais as massas populacionais são coagidas a aderir completamente (2000c, p. 1258). Por fim, segundo Stoppino, “as *condições* que tornaram possível o totalitarismo são a formação da sociedade industrial de massa, a persistência de uma

arena mundial dividida e o desenvolvimento da tecnologia moderna” (2000b, p. 1258).

Stoppino afirma que a ideologia que anima o totalitarismo nazista é a versão mais radical do fascismo. Essa ideologia “é organicista, irracionalista e antiuniversalista: seu ponto de partida é a raça, concebida como uma entidade absolutamente superior ao homem individual”; tal credo racista “trata com desprezo, como uma fábula, a ideia ética da unidade do gênero humano” (2000c, p. 1252). Pressupondo a intrínseca “corrupção do homem”, ela “tem em mira a instauração do domínio absoluto de uma raça acima de todas as outras: a ditadura, o *Führerprinzip* [o princípio de liderança] e a violência são princípios de governo permanentes, indispensáveis para manter sujeitas e para liquidar as raças inferiores” (2000c, p. 1252). Além disso, para Stoppino, a ideologia fascista é reacionária (por sua posição contrarrevolucionária) e “radicalmente antidemocrática”; alguns de seus aspectos – como “o juramento pessoal perante o chefe, a ênfase dada à honra, o sangue e a terra” – “voltam-se para o passado até uma ordem pré-burguesa” (2000c, p. 1252).

Stoppino baseia grande parte do verbete na teoria elaborada por Arendt em *Origens do totalitarismo*. De modo particular, seguindo a etimologia do termo, Arendt define ideologia como “a lógica de uma ideia” (2012, p. 624): uma premissa, tomada como verdade indiscutível, é aplicada ao estudo da história, de forma que o curso dos acontecimentos é explicado a partir da “lei” expressa em tal ideia. Para Arendt, “as ideologias pretendem conhecer os mistérios de todo o processo histórico — os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro — em virtude da lógica inerente de suas respectivas ideias” (2012, p. 624). Além de oferecer essa explicação totalizante, o pensamento ideológico se emancipa da realidade perceptível pelos sentidos para insistir numa realidade “mais verdadeira”, cujo significado secreto ele supostamente é capaz de desvelar (2012, p. 627).

A premissa em torno da qual se constrói a ideologia do totalitarismo nazista é a ideia de raça. Segundo Arendt, o racismo já reforçara a política imperialista e refletia a opinião pública em muitos países, mas foi somente na Alemanha hitlerista que ele foi “promovido a doutrina estatal” e usado com “meticulosa coerência” (2012, p. 233). Conforme o modo típico de operação das ideologias em geral, a interpretação da história “como uma luta natural entre raças”, em particular, originou um sistema “suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas” e bastante amplo “para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna” (2012, p. 234). Para Arendt, “toda ideologia que se preza é criada, mantida e aperfeiçoada como arma política e não como doutrina teórica”, de maneira que “seu aspecto científico é secundário” em relação ao uso político de seu poder persuasório (2012, p. 235). Os alvos da ideologia racista do nazismo eram os grupos minoritários considerados racialmente

impuros ou inferiores, como pessoas com deficiência, homossexuais, negros e ciganos, entre outros, embora sua expressão mais comum fosse o antissemitismo e suas vítimas mais numerosas fossem os judeus. Por se tratar de uma ideologia totalizante, imposta por meio do terror e ostensivamente adotada (mesmo que nem sempre sinceramente) por quase toda a população, não é difícil imaginar que haja casos em que os próprios alvos (as vítimas) sejam obrigados a demonstrar concordância com a doutrinação racial nazista. Isso acrescenta ainda mais uma camada de crueldade ao genocídio.

Além da ideologia, outro pilar do totalitarismo, para Arendt, é o terror: “o terror é a essência do domínio totalitário” (2012, p. 618). Ele é “o instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica” (2012, p. 618). São vigiadas quaisquer atividades autônomas, por mais corriqueiras que sejam, e são perseguidas todas as iniciativas intelectuais, espirituais ou artísticas que não demonstrem lealdade irrestrita à ideologia oficial (2012, p. 452, 473). Mas, para Arendt, o terror totalitário atinge muito mais do que os opositores ou os inimigos do regime: ele “ataca sem provocação preliminar, e suas vítimas são inocentes até mesmo do ponto de vista do perseguidor”; na Alemanha, “a campanha de terror foi dirigida contra os judeus, isto é, contra pessoas cujas características comuns eram aleatórias e independentes da conduta individual específica” (2012, p. 29). Durante o nazismo, a adesão da maioria da população à ideologia racista e antissemita possibilitou a implantação do terror contra os judeus em geral, inclusive contra os judeus não alemães (os poloneses, por exemplo), como mostram as narrativas de Kucinski. Para Arendt, o terror totalitário, que segue sempre em movimento, não é interrompido após a derrota completa dos contestadores e inimigos declarados: “mesmo depois de atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror; o verdadeiro drama é que ele é aplicado contra uma população já completamente subjugada” (2012, p. 476). Cria-se assim a figura do “inimigo objetivo”, o qual é “definido pela política do governo e não por demonstrar o desejo de derrubar o sistema”: ele não exprime pensamentos considerados perigosos nem tem passado suspeito, mas “é um ‘portador de tendências’”, e, por isso, é declarado inimigo (2012, p. 564). De acordo com Arendt, “nas condições do regime totalitário, a categoria dos suspeitos compreende toda a população”, já que a qualquer momento um grupo populacional pode ser incluído, ao acaso, na categoria de “inimigos objetivos”, sem motivação prévia e independentemente do comportamento individual (2012, p. 571, 574). Nesse aspecto particular, as observações de Arendt são corroboradas por Agamben, que define o totalitarismo moderno como “a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por

qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político” (2004, p. 13). Por sua amplitude e por sua crueldade radical, o terror totalitário é capaz de alcançar até quem já se encontra geograficamente distante, como ocorre com personagens de M. Kucinski e de B. Kucinski.

Segundo Arendt, o totalitarismo – um fenômeno sem precedentes na história da humanidade, diferente de todos os demais regimes políticos antes conhecidos – está restrito a apenas dois contextos históricos: “a ditadura do nacional-socialismo, a partir de 1938 [na Alemanha], e a ditadura bolchevista, a partir de 1930 [na Rússia Soviética]” (2012, p. 558-559). Adotando-se os critérios da autora, mesmo depois da publicação de *Origens do totalitarismo* (em 1951) não se verificam novas manifestações de regimes políticos estritamente totalitários. É preciso, contudo, observar que a própria Arendt diferencia indivíduos, movimentos e governos totalitários (2012, p. 437-438). Pode haver um movimento de aspiração totalitária que não logre a conquista do poder político e não assuma o governo de um país, como pode haver indivíduos ou grupos (mais ou menos integrados ao restante da população) que adotem e propaguem uma ideologia totalitária, sem conquistar adesão suficiente para formar um movimento. É possível detectar personalidades, práticas políticas e grupos sociais com inclinação totalitária durante a ditadura militar no Brasil (bem como depois dela), por exemplo, embora tais tendências não tenham alcançado um *status* de movimento de massa generalizado nem tenha constituído um regime político tipicamente totalitário.

Por fim, vale destacar que, para Arendt, o extermínio dos judeus e de outros grupos foi precedido pela privação de sua condição legal, especialmente por meio da retirada da cidadania. Antes do assassinato, à vítima era negado o pertencimento a qualquer comunidade: “sua situação angustiante não resulta do fato de não serem iguais perante a lei, mas sim de não existirem mais leis para eles; não de serem oprimidos, mas de não haver ninguém mais que se interesse por eles, nem que seja para oprimi-los” (2012, p. 402). Os nazistas criaram uma condição de completa privação de direitos de suas vítimas antes de separá-las do restante da população e ajuntá-las em guetos e campos de concentração, para em seguida acionarem as câmaras de gás: “o importante é que se criou uma condição de completa privação de direitos antes que o direito à vida fosse ameaçado” (2012, p. 402). Foi nesse estágio de preparação ideológica e política para o genocídio que os personagens poloneses de *Imigrantes e mascates* emigraram para o Brasil, buscando uma comunidade que os acolhesse e lhes concedesse direitos básicos. Logo depois disso seus parentes e conterrâneos foram exterminados.

Em *Imigrantes e mascates*, Kucinski alude a “duas rebeliões importantes” que atestam a resistência à violência do totalitarismo. Uma é o Levante do Gueto de Varsóvia, em

que os insurgentes enfrentaram os nazistas e “conseguiram impedir novos transportes de judeus do Gueto para o campo de extermínio de Auschwitz” (2016b, p. 31). Os judeus de São Paulo depois celebravam esse “símbolo da resistência judaica” “de forma cerimoniosa e pesada, como homenagem não só aos 7 mil combatentes que nele caíram, mas também aos milhões de mortos do Holocausto” (2016b, p. 31). A outra rebelião, quase no fim da guerra, é a explosão e a inutilização dos fornos crematórios provocadas pelos prisioneiros do campo de Birkenau. Embora pouco eficazes diante do altíssimo grau de criminalidade do totalitarismo, esses eventos se contrapõem à ideia de total passividade das vítimas do nazismo e atestam o princípio segundo o qual é preciso desobedecer às leis do Estado criminoso.

Para Arendt, a obediência acrítica foi um dos principais erros de Otto Adolf Eichmann, um estrategista do Holocausto, responsável principalmente pelo transporte das vítimas para os campos de concentração. Arendt nota que, durante o julgamento, a defesa de Eichmann alegava que, para o sistema legal nazista existente, ele “não fizera nada de errado” e que “era seu dever obedecer” às ordens superiores (1999, p. 33). De acordo com esse argumento, ele “sempre fora um cidadão respeitador das leis, porque as ordens de Hitler, que [Eichmann] sem dúvida executou o melhor que pôde, possuíam ‘força de lei’ no Terceiro Reich” (1999, p. 33). Para Arendt, o dirigente nazista não devia ser tratado como caso isolado, já que a mesma ideologia era aceita de modo generalizado (se não por assentimento, ao menos por omissão) na Alemanha da época: “a sociedade alemã de 80 milhões de pessoas se protegeu contra a realidade e os fatos exatamente da mesma maneira, com os mesmos autoengano, mentira e estupidez que agora se viam impregnados na mentalidade de Eichmann” (1999, p. 65). Arendt assevera que, “em política, obediência e apoio são a mesma coisa” (1999, p. 302). Mas o que se deveria esperar dessa sociedade era a rebelião e a desobediência, pois os crimes contra a humanidade praticados pelo regime nazista “são e só podem ser cometidos por uma *lei* criminoso e num *Estado* criminoso” (1999, p. 284). Dessa maneira, mais uma vez se evidencia que a legalidade nem sempre corresponde à justiça, e que esta às vezes exige a desobediência à lei e a rebelião contra o Estado violento. Foi isso que Eichmann não compreendeu, assim como a maior parte de seus concidadãos.

Em *Caminhos divergentes*, ao comentar o fato de Arendt não se apoiar em nenhuma lei então existente para condenar os atos de Eichmann, Butler afirma: “ela não só torna o pensamento filosófico mais importante que o raciocínio jurídico, mas também distingue entre responsabilidade e obediência, uma vez que o pensamento crítico é separado da aceitação acrítica dos dogmas ou ditames” (2017, p. 171). Para Butler, o sujeito responsável deve recusar uma lealdade acrítica ao direito quando este se mostra criminoso: “às vezes a desobediência é

justamente a nossa responsabilidade. Isso é o que Eichmann não conseguiu entender” (2017, p. 171). As duas rebeliões mencionadas por Kucinski infelizmente ficaram restritas às vítimas do regime, enquanto se esperava que ações similares (e mais potentes) surgissem entre os alemães privilegiados por Hitler.

Kucinski, em *Imigrantes e mascates*, usa a palavra “indesejáveis” para designar as pessoas que, na mentalidade nazista, eram consideradas indignas de viver, como judeus e “doentes mentais”, por exemplo (2016b, p. 46). O termo revela um aspecto terrível do nazismo: o mundo seria habitado somente por pessoas desejáveis. Mas desejável por quem e por quê? A própria ideia de “desejo” explicita o extremo grau de subjetividade e de arbitrariedade dos critérios aplicados pelo líder, que define quem é selecionado para viver e quem deve morrer. Além disso, pode ocorrer que o desejo se imponha à razão e anule a primazia do juízo crítico. Para Arendt, não era possível nenhuma comunicação com Eichmann (e, por conseguinte, com seus correligionários) por causa de sua “incapacidade de *pensar*, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (1999, p. 62). Tal incapacidade, detectada não somente em Eichmann, levou os nazistas a acreditarem que tinham o direito de eliminar da face da Terra todos os judeus e outras categorias de indesejáveis. Esse atentado contra a pluralidade humana é o principal crime de Eichmann, segundo o final da sentença alternativa redigida por Arendt:

E, assim como você apoiou e executou uma política de não partilhar a Terra com o povo judeu e com o povo de diversas outras nações — como se você e seus superiores tivessem o direito de determinar quem devia e quem não devia habitar o mundo —, consideramos que ninguém, isto é, nenhum membro da raça humana, haverá de querer partilhar a Terra com você. Esta é a razão, e a única razão, pela qual você deve morrer na forca (1999, p. 302).

Essa sentença é analisada por Butler, que destaca: “Eichmann achava que ele e seus superiores *podiam escolher* com quem coabitar a Terra, e falharam em não perceber que a heterogeneidade humana da população da Terra é uma condição irreversível da própria vida social e política” (2017, p. 129). Como Arendt, Butler acredita que ninguém tem esse direito, porque a escolha da parte da população com quem se vai coabitar implica um esforço para aniquilar as demais partes por meio do genocídio. Mais do que a aceitação da coabitação não escolhida, o respeito à pluralidade humana, para Butler, exige ainda um compromisso ético com a inclusão e a preservação das vidas dos outros: “além de vivermos com quem nunca escolhemos e com quem podemos não ter nenhum senso social de pertencimento, também somos obrigados a preservar essas vidas e a pluralidade da qual fazem parte” (2017, p. 130).

Butler observa ainda que a tentativa de destruição da pluralidade humana está



intimamente relacionada à incapacidade de pensar. O sujeito pensa ao estabelecer um diálogo consigo mesmo, mas isso só é possível quando existe companhia social. Ou seja, “a sociabilidade antecede e permite o que chamamos de pensar”, já que “o sujeito só se torna capaz de ter um diálogo consigo mesmo se já tiver se envolvido num diálogo com os outros” (2017, p. 175). Para Butler, “em termos éticos, o sujeito só se torna capaz de responder aos outros se antes tiver sido interpelado, constituído pelos outros, como alguém que pode ser incitado a responder à interpelação com a autorreflexão, ou, na verdade, com o pensar” (2017, p. 175). O desejo de selecionar pessoas para coabitar o mundo – e a conseguinte destruição da pluralidade humana – está intimamente relacionado à incapacidade de pensar, ou seja, à incapacidade de deixar-se interpelar, dialogar consigo próprio e responder ao outro. A completa falta de pensamento e de diálogo com a pluralidade culmina na circunscrição dos diferentes em categorias de indesejáveis e, em situações extremas, na definição de quais vidas são extermináveis. É o que ocorre com os conterrâneos dos pais do narrador de *Imigrantes e mascates*, sumariamente exterminados ou compelidos ao degredo: “viviam em Wloclawek pouco mais de 10 mil judeus, um quinto da população da cidade. Em dezembro [de 1939], 6 mil já haviam sido transportados para campos de trabalho forçado ou clareiras de extermínio nas florestas” (2016a, p. 47). Diferentemente de Arendt, contudo, Butler pensa a pluralidade além do direito de pertencimento, pois o reconhecimento da pluralidade implica o estabelecimento de um lugar de lutas, assim como a aceitação da vulnerabilidade e da precariedade da vida humana e o estabelecimento de relações agonísticas de interdependência, anseio, restrição e intromissão. Os personagens imigrantes de Kucinski encontram no Brasil um espaço caracterizado por relações tais como as descritas por Butler: não uma sonhada terra pacífica que lhes garantiria o pertencimento a uma comunidade harmoniosa, mas um lugar em que seria possível a coabitação interdependente de grupos sociais plurais e conflituosos.

Por fim, Arendt pode ajudar a compreender a incômoda objetividade que caracteriza a narração de uma cena brutal em *Imigrantes e mascates*. No já citado relato do assassinato de uma tia e de um primo, o narrador se limita ao mínimo de palavras: “pouco antes do fim da guerra, alguém denunciou que havia uma judia escondida num sótão. Arrastaram Guitel e Jacques para fora e os fuzilaram na frente do prédio” (2016b, p. 17). A informação é atirada ao leitor como se o narrador quisesse se livrar de um estorvo, ou dizer logo de uma vez o que não pode explicar, ou ainda testemunhar na própria forma sucinta da frase o absurdo silenciamento dos parentes. Além dessas possíveis interpretações, esse trecho pode ser lido como uma forma narrativa coerente com o que Arendt chamou de a “temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos” (1999, p. 174). A narração do fuzilamento e dos

transportes para os campos apresenta os fatos como se fossem triviais. Isso não significa que não sejam terríveis, mas que foram banalizados pela ideologia totalitária, que tratava o genocídio como algo planejado, necessário, até mesmo científico.

Além do uso da concisão, a narração revela tal banalidade também na indeterminação do sujeito da ação genocida: “arrastaram”, “fuzilaram”. Em outro capítulo, o narrador emprega um sujeito coletivo (“as tropas alemãs”) ou uma voz passiva sem agente (“6 mil [judeus] já haviam sido transportados”), sem estabelecimento de responsabilidades individuais (2016b, p. 47). Na forma em que o texto está redigido, parece que absolutamente todos os soldados das tropas participavam, que ninguém se opunha, que “os nazistas” não eram pessoas responsáveis por suas ações, e sim uma coletividade vaga igualmente obediente e acrítica aos comandos do líder (transmitidos por meio de uma complexa hierarquia), cada um deles declarando, como Eichmann, ter sido “engolido pelo Partido contra todas as expectativas e sem decisão prévia” (ARENDDT, 1999, p. 44). Arendt observa que aquilo que “para Eichmann era um trabalho, com sua rotina diária, seus altos e baixos, era, para os judeus, bastante literalmente, o fim do mundo” (1999, p. 170). Ela também afirma que “o problema com Eichmann era exatamente que muitos eram como ele, e muitos não eram nem pervertidos, nem sádicos, mas eram e ainda são terrível e assustadoramente normais” (1999, p. 299). O mesmo poderia ser dito a respeito dos nazistas anônimos de *Imigrantes e mascates*. É claro que Kucinski não assume a tarefa de oferecer esse tipo de detalhamento em uma obra voltada para o público infantojuvenil. De qualquer maneira, a forma da narrativa kucinskiana pode ser lida a partir da hipótese arendtiana sobre a banalidade do mal durante o genocídio nazista.

#### 4.4 “Bialystok, a jornada” e a resistência aos “poços de esquecimento”

Como visto acima, Arendt entende que o genocídio começa pela retirada da cidadania dos indivíduos aos quais é negado o direito de pertencer a uma comunidade; a seguir, eles são expulsos da própria humanidade (2012, p. 405). Assim, “matar a pessoa jurídica do homem” constitui “o primeiro passo essencial no caminho do domínio total”; a etapa seguinte é “matar a pessoa moral do homem”; por fim, ocorre a exclusão do mundo dos vivos por meio da eliminação física: “a desvairada fabricação em massa de cadáveres é precedida pela preparação, histórica e politicamente inteligível, de cadáveres vivos” (2012, p. 593-594, 599).

O lugar paradigmático da produção de “cadáveres vivos” são os campos de concentração. O próprio Eichmann relembra, segundo Arendt, que em vários países as vítimas eram registradas, reunidas e deportadas para os campos, em processos ordenados e eficientes,

não sem antes preencherem formulários de declaração das propriedades a serem confiscadas pelo Estado (1999, p. 130-131). Nos campos, em que “o horror compele ao esquecimento”, os internos “estão mais isolados do mundo dos vivos do que se tivessem morrido” (2012, p. 588). Arendt afirma que, “no mundo concentracionário, mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito” (2012, p. 588). Esses lugares sem paralelo na história não podem ser descritos nem completamente imaginados, pois se situam “fora da vida e da morte”, de maneira que os poucos sobreviventes vivenciam depois a impossibilidade de “acreditar completamente em suas próprias experiências passadas” (2012, p. 589).<sup>75</sup> As narrativas da violência extrema e do isolamento absurdo “escapam à compreensão humana e à experiência humana”; assim se explicam “a peculiar irrealidade e a incredibilidade que caracterizam todos os relatos provenientes dos campos de concentração” (2012, p. 583). Agamben reitera que os campos, além de suprimirem a vida, tiravam das vítimas também a dignidade da morte, uma vez que “em Auschwitz não se morria: produziam-se cadáveres. Cadáveres sem morte, não-homens cujo falecimento foi rebaixado a produção em série” (2008, p. 77-78).

O horror não termina com a aniquilação total das vidas e dos corpos. Em *Origens do totalitarismo*, Arendt afirma que os locais de detenção administrados pela polícia dos países totalitários “constituem verdadeiros poços de esquecimento”, em que se nega às vítimas até o direito de “deixar atrás de si os vestígios tão naturais de uma existência anterior como um cadáver ou uma sepultura” (2012, p. 577). Além de eliminar do “mundo dos vivos” as vítimas, o totalitarismo pretende que sejam também excluídas do “mundo dos mortos” por meio do apagamento de sua memória (2012, p. 578). Para isso, o regime de terror executa um processo de “esquecimento sistemático em que se mergulham não apenas os veículos da opinião pública, como a palavra escrita e falada, mas até as famílias e os amigos das vítimas”, pois “a dor e a recordação são proibidas” (2012, p. 599). Conforme Arendt, os campos de concentração (ao tornar a morte anônima, negar informações sobre os corpos dos prisioneiros, recusar sepultura aos mortos e tentar eliminar qualquer vestígio de seu rosto e de seu nome) “roubaram a própria morte do indivíduo, provando que, doravante, nada – nem a morte – lhe pertencia e que ele não pertencia a ninguém. A morte apenas selava o fato de que ele jamais havia existido” (2012, p. 560). Os “poços de esquecimento” são a continuação da violência extrema.

Em *Eichmann em Jerusalém*, Arendt volta a afirmar que o totalitarismo nega às vítimas “a morte grandiosa, dramática dos mártires” e que deixa “seus oponentes

---

<sup>75</sup> Cf. *Imagens apesar de tudo*, livro em que Georges Didi-Huberman, confrontando Claude Lanzmann, defende contundentemente que é preciso recorrer à imaginação do horror inimaginável (2020). Para evitar mais um grande desvio no curso da argumentação, infelizmente a relevante posição de Didi-Huberman não será discutida aqui.

desaparecerem em silencioso anonimato”: “a dominação totalitária tentou estabelecer esses buracos de esquecimento nos quais todos os feitos, bons e maus, desapareceriam” (1999, 253-254). Por outro lado, ela agora acrescenta que fracassou a pretensão nazista de eliminar os vestígios dos massacres, como foram em vão os esforços pela manutenção do anonimato das vítimas: “os buracos de esquecimento não existem. Nada humano é tão perfeito, e simplesmente existem no mundo pessoas demais para que seja possível o esquecimento. Sempre sobra um homem para contar a história” (1999, p. 254).

A tentativa de desencavar os “poços de esquecimento” e a insistência da testemunha que “sempre sobra” para contar a história são matéria de “Bialystok, a jornada”, de Kucinski, um conto da seção “Judaica” de *A cicatriz e outras histórias*. Coerentemente com “a peculiar irrealidade e a incredibilidade” dos relatos dos sobreviventes, o escritor ficcionaliza a incerteza no processo de rememoração da catástrofe. Essa atmosfera é anunciada pela epígrafe, retirada do primeiro capítulo de *O jogo da amarelinha*, romance metaliterário de Julio Cortázar: “como eu poderia suspeitar que aquilo que parecia tão mentira fosse verdade” (2019, p. 13). A referência a Cortázar – que discute intensamente, no próprio romance, diversas questões relacionadas à ficção, à arte, à realidade e à representação literária – expressa, mais uma vez, a problematização do papel do texto literário operada pela obra kucinskiana.

A narração é composta por dois tempos interpostos – o presente narrativo e o passado rememorado. No presente, o narrador conta, em primeira pessoa, a busca suscitada pelo contato com uma antiga carta escrita em iídiche, datada em 1º de maio de 1939, enviada da Polônia pelo avô judeu ao pai imigrante no Brasil. Tal carta fora encontrada entre os papéis deixados pelo falecido pai e entregue ao narrador por sua mãe, pouco antes de ela morrer. Esse documento incita o narrador a intensificar a rememoração do passado de seus ascendentes. Depois de mandar traduzir a carta ao português, ele empreende uma viagem a Bialystok, onde busca em um cemitério as lápides dos avós e visita a antiga casa da família.

O relato está dividido em quatro partes, em que respectivamente predominam, nesse plano narrativo, o encontro da carta, a viagem para a Polônia, a descrição de Bialystok e, na última parte, as visitas ao cemitério judaico e ao antigo edifício onde moraram os avós. O narrador introduz gradativamente informações de que não dispunha nas seções anteriores, como se o texto fosse escrito por etapas, à medida que a busca avança. Além disso, o emprego de formas verbais no presente do indicativo vai aumentando no decorrer da narrativa, especialmente no parágrafo final. Nessa última cena, redigida quase toda com frases curtas, o leitor é levado a acompanhar de perto a ação do narrador, como se simultaneamente participasse

de suas ações e compartilhasse de seu olhar espantado.

O segundo plano narrativo é o do passado familiar, contado por fragmentos no decorrer das quatro partes, obnubilado por hesitações, retornos, traumas, esquecimentos. Gradativamente, narrador e leitor ampliam juntos o conhecimento do passado. O avô judeu, um ativista político e proprietário de uma tecelagem, foi extorquido pelo Estado polonês antes da invasão alemã e ficou sem recursos financeiros para emigrar quando já não havia condições de permanecer na Polônia. A carta remetida ao Brasil em momento de desespero é a última notícia dos parentes. Depois, restou apenas o registro de que a avó, Tamara Lewinsky, foi morta em Treblinka em 1943. Quanto ao destino do avô, Hennoch Lewinsky, e de seus outros seis filhos, não há informações, nem registros, nem lápides.

É evidente que essa história se parece muito com as que foram narradas em *K.* e em *Imigrantes e mascates*. Entretanto, mais uma vez, é preciso cuidado: Kucinski reescreve pela ficção a história familiar, mudando nomes e lugares, alterando circunstâncias e pessoas envolvidas nos fatos, imaginando partes inalcançáveis na memória ou ausentes nos arquivos. A consideração das narrativas autobiográficas de Kucinski mostra que alguns aspectos do enredo de “Bialystok, a jornada” estão mais próximos da história dos avós maternos do escritor, e não dos avós paternos, como ocorre no conto. A falta de identificação exata com biografias historicamente verificáveis sugere que os personagens apresentam ficcionalmente milhões de vítimas anônimas lançadas pelo totalitarismo nos “poços de esquecimento”, das quais não sobrou notícia. A memória dessas vítimas é também alvo do esforço do narrador, que as personifica nas figuras dos avós. Ele assume o lugar do homem que sobra para desencavar os buracos de esquecimento e contar a história, conforme expressões de Arendt.

Tal história não poderia ser contada de maneira realista e linear. Também o narrador é marcado por trauma, exposto ao mutismo dos pais, ao vazio da ausência inexplicável dos parentes, à interrupção violenta da história intergeracional, à melancolia instalada no meio familiar. O sofrimento da morte violenta dos familiares, que afeta profundamente a vida dos pais, é também herdado pelo filho. Isso aparece na forma do conto, caracterizada por interrupções bruscas das sequências narrativas, avanços e recuos cronológicos, final aberto, alto número de frases interrogativas, insistência nas tentativas frustradas de rememoração, expressões de dúvida sobre o sentido incerto de alguns possíveis rastros, inserção de pequenos episódios marginais em relação à trama principal. Tais recursos formais enfatizam o apagamento da memória e expõem não apenas as dúvidas do narrador em relação ao passado de sua família, mas também sua hesitação no enfrentamento tardio dos fatos traumáticos.

No que se refere à cronologia, há uma lacuna gigantesca entre os dois planos

narrativos: depois da carta do avô, há apenas silêncio sobre o que ocorreu nos campos de concentração. O outro lado desse vazio é o encontro da carta, muitas décadas depois, e o trabalho de rememoração empreendido pelo neto. Se o “inimaginável” é também irrepresentável, o conto nada diz precisamente sobre o núcleo do horror.<sup>76</sup> Os “poços de esquecimento” surgem, assim, na própria forma narrativa, ou seja, no enorme intervalo que há entre os dois planos temporais. Mas o testemunho do neto narrador constitui uma tentativa de desenterrar essa história e expor o que o totalitarismo tentou ocultar em um buraco de silêncio.

Nesses poços, jogam-se mais do que pessoas, por maior que seja seu número: o totalitarismo tentou soterrar a pluralidade humana. Em *A condição humana*, Arendt associa tal pluralidade “ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (2019, p. 9). Para Arendt, a pluralidade é a condição *sem a qual* a política não é possível e, ainda mais, a condição *por meio da qual* a política pode existir. Por isso, “a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão do próprio domínio público” (2019, p. 273). “A pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (2019, p. 10).

No conto de Kucinski, a intolerância à pluralidade começa com as práticas antissemitas dos “bandos fascistas” que “agrediam judeus esporadicamente nas ruas e nos trens e saqueavam suas lojas e oficinas” (2021, p. 328). Na iminência da guerra, o avô “relata o pavor dos judeus de Bialystok frente ao nazismo na vizinha Alemanha” (2021, p. 330). Ele lamenta: “o boicote aos judeus está levando famílias à miséria”, “correu um rumor de que um bando de desordeiros planejava botar fogo na sinagoga”, “desconhecidos pintaram suásticas nos muros da cidade e até na fachada de sua empresa” (2021, p. 330-331). A hostilidade não é recíproca, já que o avô alega que sempre “tratou com deferência” seus empregados (2021, p. 330). Essa intolerância contamina até os países democráticos, já que, no momento mais crítico, “a América já não aceita mais judeus, ele reclama. Nem a Inglaterra, nem a França” (2021, p. 331). Depois, a violência vai ao extremo da eliminação física, o que muda profundamente a constituição sociocultural da cidade. O narrador lê, em um folheto da prefeitura, que “Bialystok tinha tradição multiétnica e de tolerância, ali convivendo desde tempos imemoriais muçulmanos, católicos, cristão ortodoxos e judeus” (2021, p. 332). Essa tradição foi interrompida, e nada

---

<sup>76</sup> Isso não implica assentimento apressado à afirmação da absoluta irrepresentabilidade dos acontecimentos nos campos. O horror é inimaginável para o narrador kucinskiano, que não esteve lá e testemunha o desaparecimento dos avós. O problema da (im)possibilidade da representação dos campos nazistas foi enfrentado por sobreviventes que insistiram em procurar formas para testemunhar suas histórias. Entre os relatos mais conhecidos estão as obras de Primo Levi, especialmente *É isto um homem?* (1998) e *Os afogados e os sobreviventes* (2016).

restou dos “cinquenta mil judeus” que “moravam em Bialystok antes da invasão alemã” (2021, p. 332). A destruição da pluralidade, cujos efeitos perduram até o presente narrativo, é simbolizada na caracterização da atual paisagem urbana, uniformizada, repleta de “edifícios de habitação popular de mesmo tamanho e de construção recente, centenas deles, dispostos em várias áreas, como peças de um grande dominó”, uma cidade que expõe imagens de “blocos residenciais simetricamente dispostos” (2021, p. 332, 334).

Mas a eliminação total é impossível. O narrador compara as construções residenciais simétricas aos blocos assimétricos “que anos antes vira no centro de Berlim para lembrar o inimaginável” (2021, p. 334). Em Bialystok, ele observa os cemitérios poloneses e o judaico, vistos como sinais de que ao menos o espaço reservado aos túmulos mantém um rastro da pluralidade. Mesmo que o cemitério judaico não abrigue as lápides da imensa maioria das vítimas, cujos corpos foram desaparecidos, ele permanece como sinal do que foi destruído. Outro sinal são os “esqueletos de duas sinagogas” (2021, p. 332), que metonimicamente fazem lembrar os esqueletos incinerados dos que as frequentavam. O cemitério judaico está “contíguo a um cemitério cristão” (2021, p. 333); portanto, ambos se separam e se ligam ao mesmo tempo, como se perpetuassem a constituição recíproca de identidades e alteridades.

O narrador nota diferenças ao comparar os cemitérios. Os poloneses não são segregados nem cercados por muros altos; ao contrário, ficam em áreas visíveis e parecem lugares aprazíveis. O narrador arrisca uma hipótese explicativa: “é como se quisessem conviver quotidianamente com seus mortos, uma singeleza que desarma e faz da morte uma decorrência natural da vida, e não uma sua ruptura” (2021, p. 333). O cemitério judaico, por sua vez, “é cercado por um muro, embora não alto”, sugere a imagem de parque abandonado, está coberto por grama rala e árvores ressecadas, mantém o portão escancarado e apresenta protuberâncias que lembram “uma civilização anterior” ou “um outro cemitério igualmente interrompido e soterrado” (2021, p. 333). O lugar reservado aos túmulos de judeus simultaneamente permanece acessível e aparenta abandono. Talvez esses mortos não sejam desejados na convivência cotidiana, como os demais, já que remetem à lembrança incômoda de outros judeus cuja morte foi sim uma ruptura violenta, e não uma “decorrência natural da vida”. Isso justificaria a sugestão de outro cemitério soterrado: talvez uma referência aos túmulos inexistentes dos mortos no Holocausto. Assim, o cemitério judaico – parte da cidade, mas em ruínas – se torna um signo paradoxal tanto da permanência da memória de uma pluralidade destruída quanto da tentativa de operar o impossível esquecimento da barbárie. Para o narrador, “uma aura de morte dupla paira sobre o lugar, a morte primeira, dos que ali foram sepultados, e a morte segunda, do próprio cemitério” (2021, p. 334). A memória ameaçada precisa ser preservada, portanto.

Ao narrar a cena, ele faz do texto literário uma forma de manutenção da memória tanto das lápides caídas quanto das inexistentes.

A complexidade da preservação da memória, por sua vez, também está apontada em “Bialystok, a jornada”. O narrador oferece o primeiro indício da interrupção brusca na transmissão da memória familiar quando afirma que seus pais nunca lhe ensinaram o iídiche. O pai também nunca falou de sua mãe e de seus irmãos, nem da carta que abre o conto, tampouco do “inimaginável”, embora repetisse algumas histórias provavelmente idealizadas sobre o avô Hennoch (2021, p. 329). O próprio narrador supõe que a repetição de algumas histórias e o silêncio sobre outras são efeitos do trauma, o qual estaria associado a um sentimento de culpa do pai, que lamentaria não ter conseguido salvar a família: “hoje, penso que papai contava algumas histórias do meu avô para não ter que contar outras. Penso que nos relatos há uma zona cinzenta, uma coisa mal resolvida, quiçá uma culpa ou uma dessas dúvidas terríveis... Se ele tivesse se esforçado mais...” (2021, p. 329). O trauma também pode ser a causa da negação do pai à possibilidade de voltar à cidade natal: “ele poderia rever o lugar em que viveu tantos anos, as ruas, as casas, as praças. Todos sentem algum dia a necessidade de rever os territórios da infância. Papai, não. Por que essa resistência? Por que a recusa?” (2021, p. 332).

Esse esquecimento do passado – ou melhor, esse investimento para manter afastadas certas lembranças – remete à “memória impedida”, uma das formas de abuso da memória estudadas por Paul Ricoeur. Nesse nível, segundo o filósofo, “se pode legitimamente falar em memória *ferida*, e até mesmo *enferma*” (2007, p. 83). Estudando a teoria psicanalítica de Freud, Ricoeur observa que a memória ferida é obrigada a se confrontar com a perda do objeto amado ou odiado, e esse confronto precisa ser feito pelo trabalho de lembrança, o qual está estreitamente vinculado ao trabalho de luto. Mas o acontecimento traumático extrapola a capacidade de conscientização e impossibilita a lembrança e o luto. O trauma pode originar uma “memória esquecida”, marcada pela resistência, pelo pesar, pela compulsão de repetição (2007, p. 452).<sup>77</sup> Essa teoria, de fato, permite que o comportamento do pai do narrador do conto seja interpretado como decorrência dos vários estratos da violência absurdamente insuportável a que ele e toda a família foram submetidos.

Mas o apagamento da memória promovido pelo regime totalitário, que Arendt chama de “poços de esquecimento”, ocorre em outro plano, mais próximo ao que Ricoeur

---

<sup>77</sup> Para um estudo detalhado desses complexos problemas relacionados à memória, ao trauma e ao luto (cuja discussão não cabe aqui), ver o livro *Formas de esquecer: o estatuto de memória em contos de Bernardo Kucinski*, de Nelson Martinelli Filho (2022).



chama de “memória manipulada”. Para Ricoeur, os detentores do poder podem operar uma “manipulação concertada da memória e do esquecimento”, geralmente com a finalidade de atender a reivindicações de identidade, “tanto coletiva quanto pessoal” (2007, p. 94). Dessa manipulação da memória resultam, segundo Ricoeur, “alguns sintomas inquietantes: *excesso* de memória, em tal região do mundo, portanto, abuso de memória – *insuficiência* de memória, em outra, portanto, abuso de esquecimento” (2007, p. 94). Os empreendimentos de manipulação da memória, além disso, estão vinculados aos diversos níveis operatórios da ideologia: no nível profundo “das mediações simbólicas da ação”, “a memória é incorporada à constituição da identidade por meio da função narrativa”, a qual modela os protagonistas e seleciona as ações a serem narradas, mantendo algumas no esquecimento enquanto outras são rememoradas (2007, p. 98). Já no nível ideológico do “discurso justificador do poder, da dominação”, a manipulação da memória (por meio da seletividade narrativa) atua para legitimar as ações dos governantes e “transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação” (2007, p. 98). Por fim, no nível ideológico mais superficial, o de “distorção da realidade”, “a memória imposta está armada por uma história ela mesma ‘autorizada’, a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente. [...] O fechamento da narrativa é assim posto a serviço do fechamento identitário da comunidade” (2007, p. 98). Nesse caso, “potências superiores passam a direcionar a composição da intriga e impõem uma narrativa canônica por meio de intimidação ou de sedução, de medo ou de lisonja” (2007, p. 455).

A manipulação da memória pode contar, conforme Ricoeur, com uma “cumplicidade secreta” de parte dos atores sociais: trata-se de um “esquecimento de fuga, expressão de má-fé, e sua estratégia de evitação motivada por uma obscura vontade de não se informar, de não investigar o mal cometido pelo meio que cerca o cidadão, em suma por um querer-não-saber” (2007, p. 455). Tal esquecimento talvez explique a observação do narrador kucinskiano a respeito de “uma Polônia que quer esquecer o passado” (2021, p. 332). De qualquer maneira, é certo que o totalitarismo nazista agiu em todos os níveis ideológicos para tentar manter coesos os membros do movimento, legitimar as ações dos dirigentes e lançar no esquecimento os rastros das vítimas de seus crimes. Isso visava garantir tanto uma suposta identidade ariana (ou alemã) quanto uma narrativa heroica das ações dos nazistas. A manipulação da memória deixa efeitos duradouros até o presente do narrador, que não dispõe dos registros da passagem de seus parentes pelos campos nem de seus túmulos no cemitério.

O narrador de “Bialystok, a jornada” empreende uma luta contra os efeitos tardios dos impedimentos e abusos da memória. Outra abordagem teórica contribui na interpretação

desse conto: o conceito de pós-memória, elaborado por Marianne Hirsch no livro *La generación de la posmemoria: escritura y cultura visual después del Holocausto* (2021).<sup>78</sup> Para Hirsch, os descendentes de sobreviventes do Holocausto com frequência mantêm uma “conexão viva” com o passado traumático (2021, p. 8). Ela questiona como as novas gerações podem seguir contando as histórias dos ascendentes sem se apropriarem delas, desviarem exageradamente a atenção para si ou, por outro lado, deixarem que suas próprias histórias fiquem deslocadas (2021, p. 8). Essas também parecem ser preocupações do personagem de Kucinski.

São os relatos dos descendentes das vítimas, dos algozes e das testemunhas de catástrofes – compreendidos por outros estudiosos sob distintos conceitos, como “memória herdada”, “história recebida” ou “testemunho vicário”, por exemplo – que Hirsch chama de “pós-memória” (2021, p. 10). Ela considera que os parentes de sobreviventes de eventos traumáticos sentem uma conexão profunda com as recordações da geração precedente, ao ponto de equiparar essa ligação com uma forma própria de memória ou até mesmo admitir uma transferência de memória, de traumas e de sintomas. Por outro lado, tais descendentes reconhecem que a memória que receberam é diferente das lembranças dos que foram testemunhas e participantes diretos (2021, p. 10-11, 49). Dessa maneira, conforme Hirsch, o termo “pós-memória” descreve a relação que a “geração seguinte” mantém com o trauma pessoal, coletivo e cultural daqueles que viveram antes: os membros das novas gerações “recordam” experiências passadas por meio de relatos, imagens e comportamentos presentes no ambiente em que cresceram, os quais lhes foram transmitidos de modo tão profundamente afetivo que parecem constituir suas próprias recordações (2021, p. 12-13). Frequentemente os próprios filhos dos sobreviventes, segundo Hirsch, vivem marcados pela confusão e pela responsabilidade que sentiram quando eram crianças, pelo desejo de reparação e pela consciência de que sua própria existência talvez seja uma forma de compensação de uma perda atroz (2021, p. 53). A conexão da pós-memória vai além da recordação, já que inclui também investimentos imaginativos, criativos e projetivos, de forma que os eventos do passado fazem sentir seus efeitos no presente (2021, p. 13). Para Hirsch, a pós-memória ainda inclui descontinuidades entre gerações, vazios de conhecimento, medos e terrores, silêncios e tabus; ou seja, ela excede as imagens explícitas e os relatos cognitivos disponíveis à memória (2021, p. 14, 26). O trabalho da pós-memória, então, se propõe a reativar as múltiplas estruturas memoriais, políticas e culturais já distantes no tempo, reinvestindo-as afetivamente em formas de expressão estética, como a literatura, o cinema e as artes visuais (2021, p. 52).

---

<sup>78</sup> Ainda não há tradução desse livro ao português. As citações a seguir são traduções livres da edição em espanhol.

Hirsch concorda que a pós-memória contribui para “desenterrar os buracos” do esquecimento e para revelar o que a violência autoritária tentou ocultar (2021, p. 157). Kucinski participa desse trabalho e enfrenta o persistente negacionismo, como afirma o narrador de “Bialystok, a jornada”: “e muitos até hoje não acreditam, dizem que é tudo inventado” (2021, p. 328). No conto há diversas citações de histórias que o pai contou e que o filho depois escreve. Além disso, há também muitas referências ao mistério guardado pelos pais, como os sussurros em uma língua desconhecida pela criança, o nome “Bialystok” gravado na memória como uma “palavra mágica”, a idealização do “avô herói”. Tudo isso constitui as paradoxais presenças e ausências que compõem o relato pós-memorialístico, fadado à incompletude. Para tentar compensar as lacunas da transmissão familiar, o narrador busca amparo em fontes públicas, como *sites* de internet, documentos pessoais, registros dos campos nazistas, folheto de prefeitura, monumentos, paisagens urbanas e lápides.

Também a carta do avô atenua o silêncio dos pais. Esse documento – um típico “objeto testemunhal”, nos termos de Hirsch – é primeiro analisado como coisa material, não como texto verbal: “uma folha já amarelecida” com letras em “tamanho descomunal” formando um “logotipo extravagante” (2021, p. 327). Incapaz de interpretar os “arabescos” do iídiche e sem entender a língua, o narrador inicialmente considera apenas os aspectos visuais. Ele compreende a força testemunhal do objeto:

A letra da carta é miúda, apertada, urgente, as palavras quase se emendam e as linhas se sucedem juntinhas, como para não desperdiçar espaço, como se essa folha de papel fosse a última e a oportunidade de comunicação a derradeira, e o que tinha que ser dito fosse tanto que podia não caber numa só folha. Uma carta que pelo seu mero aspecto, sem mesmo ser lida, anuncia tragédia (2021, p. 328).

Na segunda parte, o texto traduzido da carta é resumido pelo narrador e o relato confirma o que a aparência prenunciava. Para Hirsch, são objetos testemunhais os pertences deixados por ascendentes vitimados por catástrofes, como fotografias, desenhos, itens de uso doméstico, livros de receitas, peças de roupa etc. Muitas vezes escondidos por décadas, tais objetos guardam algo da intimidade das vítimas e transportam marcas do passado. Eles constituem testemunhos da vida diária e dos contextos históricos em que foram produzidos. Eles são capazes de transmitir vestígios para a memória da geração seguinte (2021, p. 225).

Hirsch várias vezes associa os objetos testemunhais ao que ela chama de “narrativas de regresso”. Gênero cada vez mais importante no que diz respeito ao Holocausto, segundo Hirsch, nas narrativas de regresso um sobrevivente volta à sua antiga casa na Europa acompanhado por um filho adulto, ou então os filhos regressam às casas dos pais para

conhecerem os lugares onde eles viveram. Em “Bialystok, a jornada” – um exemplo desse gênero –, o narrador vai sozinho à Polônia, não sem antes ter se prontificado a acompanhar o pai numa viagem semelhante. Segundo Hirsch, as memórias dos filhos dos sobreviventes dominam as narrativas de regresso, cujas tramas giram em torno de buscas que prometem possibilidades de revelação e de recuperação, embora essas expectativas sejam sempre frustradas (2021, p. 258). No conto de Kucinski, o propósito do narrador não é a recuperação da propriedade, mas sim a ampliação do conhecimento do passado por meio da presença em lugares interditados aos ascendentes: “ali nasceu papai, ali moraram meus avós durante anos até acontecer tudo o que aconteceu” (2021, p. 334). Também em “Bialystok, a jornada”, como nas obras analisadas por Hirsch, o impulso de regresso funciona como encontro entre gerações, culturas e histórias imbricadas, que se desenrolam num presente estratificado (2021, p. 260).

Durante a viagem, o narrador examina paisagens, edifícios e cenários urbanos. Como as fotografias e os objetos testemunhais, as paisagens podem servir como “telas” para a projeção dos anseios, dos medos e dos desejos dos observadores descendentes, os quais revelam muito sobre seu próprio estado de espírito ao descrevê-las, como nota Hirsch (2021, p. 206). Nesse contexto, o termo “jornada”, posto no título do conto, assume mais de um sentido: além da viagem a Bialystok, a jornada também se refere ao caminho de busca pela memória familiar e coletiva. A jornada é ainda uma busca do narrador por sua própria identidade e por sua ancestralidade, profundamente afetadas pelo genocídio.

O último lugar da jornada é a velha casa da família, cuja aparência o narrador significativamente caracteriza como “desoladora”, com “paredes carcomidas e enegrecidas, como que chamuscadas por um incêndio” (2021, p. 334). Ele antes lamentava a falta de um desfecho para as narrativas familiares: “ficou faltando um final. E uma história sem final não é uma boa história” (2021, p. 329). Por isso, assume a tarefa de completá-la: “persigo o final de uma história” (2021, p. 330). A chegada ao antigo edifício, portanto, poderia atender ao seu propósito. Mas, vendo-o ocupado por moradores estranhos, ele conclui que “a cena é surreal” (2021, p. 334). Além disso, também o seu relato fica incompleto, já que, no clímax do conto, surge um inesperado morador da casa, que exorta o visitante a se afastar da propriedade: “estou imerso nesses pensamentos quando se abre uma porta lateral, bem ao meu lado, e surge um homem iracundo, de físico robusto e rosto entumecido. De punho erguido, ele grita em tom ameaçador *Private! Private!*” (2021, p. 335). No contexto do conto, os sentidos da propriedade privada podem ser interpretados além da posse legal do imóvel: o grito “*Private!*” insinua a continuidade da privatização da memória e da dor, muitas vezes afastada da esfera pública e

relegada ao ambiente familiar. Além disso, a falta de devolução da casa aos herdeiros dos antigos donos, depois da guerra, sugere a manutenção de certos resultados do genocídio, que sobrevive em seus efeitos. Por fim, é ainda possível pensar na constante ameaça de “um estado excitado do capitalismo”, conforme expressão de Kucinski sobre o totalitarismo distópico de *A nova ordem* (2019, p. 15), que mantém a defesa da propriedade privada e do aumento de capital acima de qualquer princípio ético e cultural.

“E outras palavras em polonês que eu não entendo, e me ocorre por um instante a história do massacre de Kielce”: essa é a frase incompleta que fecha o conto (2021, 335). A repetição da conjunção coordenativa “e” mostra o vínculo entre a intimidação do presente e a lembrança que relampeja. O massacre de Kielce evidencia que a violência não termina com o fim do nazismo, conforme ele lembrara antes: “numa cidade chamada Kielce, uma multidão investiu contra judeus reunidos na congregação matando quarenta e dois e ferindo mais de cem. Depois do massacre de Kielce, judeus nunca mais puseram os pés na Polônia” (2021, p. 332). Portanto, a última frase aponta melancolicamente para a permanência dos efeitos do trauma e a continuidade tanto de impedimentos quanto de abusos da memória.

Se é verdade que a memória é *do* passado, conforme Ricoeur (2007, p. 35), é também certo que ela é sempre *no* presente, ou seja, ela diz muito sobre a atualidade de *quem* se lembra. Além disso, importa notar *o que* é lembrado, *quando*, *como* e *por que* se faz o trabalho de rememoração ou se mantém o esquecimento, pois “é sempre sob formas culturais historicamente delimitadas que a capacidade de fazer memória se deixa apreender”, segundo Ricoeur (2007, p. 403). Nos termos de Hirsch, a memória se situa firmemente no hoje: o passado está no presente (2021, p. 129). Para que os “poços de esquecimento” sejam elucidados, continua necessário elaborar contextos éticos e culturais que resistam à manipulação e preservem as lembranças do passado. É dessa tarefa que participa a pós-memória.

#### 4.5 Figuras do testemunho

O impedimento da memória, causado pelo trauma, é decisivo tanto em “Bialystok, a jornada” quanto em *K.* e em *Imigrantes e mascates*. Em *K.*, há um tema bloqueado à família: “K. nunca revelou a seus filhos a perda de suas duas irmãs na Polônia, assim como sua mulher evitava falar aos filhos da perda da família inteira no Holocausto” (2011, p. 161). O narrador de *Os visitantes*, ao contar que seus pais jamais falavam “nem da guerra nem do extermínio”, imagina uma justificativa: “acho que queriam nos poupar” (2016b, p. 27).

O mesmo ocorre em *Imigrantes e mascates*: o Holocausto “era algo tão terrível que

meus pais não falavam disso”, escreve o narrador (2016a, p. 7). Ao mencionar o que houve na Polônia, ele acrescenta: “tudo isso eu só fiquei sabendo depois da morte de meu pai, ao mexer em seus papéis e conversar com meus primos mais velhos, porque ele mesmo nunca nos contou” (2016a, p. 48). A mãe se comporta de modo semelhante: “minha mãe jamais falou sobre a tragédia que se abateu sobre sua família. Nem mesmo quantos irmãos e primos e tios perdeu” (2016a, p. 54). Mas o silêncio de ambos comunica, ou seja, o esforço para esconder também é um jeito de revelar. Discorrendo sobre a época em que “as cartas da Polônia pararam de chegar”, até “os piores temores se confirmarem”, o narrador ressalta a expressividade das mudanças de comportamento: “meus pais nada nos diziam, porém mudaram a forma de falar entre si. Sumiram com as poucas palavras em polonês de que às vezes se valiam e o ambiente em casa ficou sombrio” (2016a, p. 62). Além disso, ele conta que os pais legaram aos filhos resquícios do passado, como escritos e imagens: “você podem perguntar: como você sabe de tudo isso se só nasceu dois anos depois de ele chegar aqui? Pelas histórias que ele viria a escrever” (2016a, p. 67). O narrador aqui se refere aos contos do pai sobre a vida de mascate, que também tangenciam a vida pregressa da família. Mesmo as consequências tardias do Holocausto se tornam assunto impedido: “o suicídio do Alberto ficou na história de nossa família como um tabu, algo de que não se fala, ou se fala em voz baixa, ou se explica de modo um tanto especial” (2016a, p. 74). Involuntariamente, os pais ainda declaram o horror dos eventos traumáticos por meio da manifestação de sintomas, que vão desde a repetição compulsiva de algumas histórias e comportamentos até a suposta somatização da doença que matou a mãe (2016a, p. 55).

Portanto, esses personagens vivem profundamente afetados pelo genocídio: além da perda dos familiares e das notícias terríveis, eles sofreram perseguição, segregação, expulsão e deslocamento. Como lembra Hirsch, os judeus que conseguiram escapar a tempo também são sobreviventes, mesmo que não estivessem reclusos nos campos nazistas (2021, p. 25). Eles participam do paradoxal problema do testemunho: se, por um lado, sentem a necessidade de contar o que houve – ou melhor, sentem a obrigação de relatar sua experiência –, por outro lado, se afligem diante da restrição dos meios expressivos, da incompetência para encontrar palavras e ocasiões adequadas, do sentimento de que talvez devessem poupar os ouvintes, do medo de que os relatos não sejam críveis. Ou seja, testemunham a impossibilidade de testemunhar. Nesse contexto, o estudo dos problemas e das formas do testemunho tanto oferece subsídios importantes para a compreensão da literatura de Kucinski quanto contribui na discussão sobre

a difícil apresentação literária da violência e do autoritarismo.<sup>79</sup>

Ricoeur insere o testemunho no campo amplo da “operação historiográfica”, a qual compreende três fases inter-relacionadas: a documentação das declarações das testemunhas e da constituição dos arquivos, a explicação e compreensão e, por fim, a representação historiadora por meio da elaboração narrativa. Embora valiosas, as contribuições de Ricoeur sobre o testemunho não devem ser separadas desse programa. Ou seja, o autor de *A memória, a história, o esquecimento* não se detém particularmente sobre o testemunho, e sim o examina na condição de momento inicial da operação historiográfica (2007, p. 146-147).

Nesse contexto, Ricoeur afirma que algumas utilidades quotidianas do testemunho são o uso jurídico e o arquivamento para consulta de historiadores. Nesses casos, o testemunho revela seu núcleo de sentido ao ser ponderado quanto à confiabilidade e à suspeição, que põem em dúvida a percepção da cena vivida, a capacidade de retenção da lembrança e a fidedignidade da declaração narrativa (2007, p. 171). Quando a verdade do relato é posta sob suspeita, a testemunha também é privada da presunção de confiabilidade. Ela recorre, então, à “fórmula típica do testemunho: eu estava lá” (2007, p. 172). Para Ricoeur, este é o sentido do testemunho: a inseparabilidade da “asserção de realidade” do acontecimento passado e a “presença do narrador nos locais da ocorrência” (2007, p. 172). A testemunha se autodesigna como tal, e o faz em uma situação dialogal: “é diante de alguém que a testemunha atesta a realidade de uma cena à qual diz ter assistido” (2007, p. 173). Assim, ela acrescenta à declaração “eu estava lá” um pedido de crédito: “acreditem em mim” (2007, p. 173). Diante da possibilidade de controvérsia no espaço público, a testemunha adiciona uma terceira cláusula às duas anteriores: “se não acreditam em mim, perguntem a outra pessoa” (2007, p. 173).

Porém, Ricoeur ressalva que, em depoimentos sobre atrocidades do século 20, o testemunho “resiste não somente à explicação e à representação, mas até à colocação em reserva nos arquivos, a ponto de manter-se deliberadamente à margem da historiografia e de despertar dúvidas sobre sua intenção veritativa” (2007, p. 170). Isso ocorre porque as testemunhas que passaram por uma “experiência extraordinária”, como o Holocausto, não podem contar com a escuta e a “compreensão mediana, comum” dos interlocutores: o que dizem é tão incomum, é tão extremo, que excede a “confiança presumida” e a capacidade de “compreensão ordinária” (2007, p. 175-176). Elas tentam relatar uma experiência de inumanidade que não encontra

---

<sup>79</sup> O estudo do testemunho será retomado no quinto capítulo desta tese, mediado por críticos literários brasileiros e relacionado à violência da ditadura militar. Por enquanto, são retomadas aqui algumas noções filosóficas necessárias para a interpretação da literatura testemunhal kucinskiana acerca do genocídio nazista.

correspondência na vida compartilhada. Nesses casos se pode falar, segundo Ricoeur, em uma “crise do testemunho”, pois, “para ser recebido, um testemunho deve ser apropriado, quer dizer, despojado tanto quanto possível da estranheza absoluta que o horror engendra. Essa condição drástica não é satisfeita no caso dos testemunhos dos que se salvaram” (2007, p. 187).

Já Agamben, em *O que resta de Auschwitz*, nota a distinção latina entre *testis* e *superstes*, que, em línguas modernas, convergem em “testemunha”. *Testis* “indica a testemunha enquanto intervém como terceiro na disputa entre dois sujeitos” (conforme uso comum em processos judiciais), enquanto *superstes* “é quem viveu até o fundo uma experiência, sobreviveu à mesma e pode, portanto, referi-la aos outros” (sentido geralmente atribuído a relatos de vivências pessoais) (2008, p. 27, 150). A esses termos, Agamben acrescenta mais um: *auctor* “indica a testemunha enquanto o seu testemunho pressupõe sempre algo – fato, coisa ou palavra – que lhe preexiste, e cuja realidade e força devem ser convalidadas ou certificadas” (2008, p. 150). Os sobreviventes dos campos são fundamentalmente *superstes*, pois tentam narrar a experiência fundamental pela qual passaram, mesmo que também busquem relatar o que viram acontecer a outros e autenticar a veracidade do acontecimento passado. Mas, segundo Agamben, eles se deparam com uma aporia ao dar seu testemunho: “por um lado, o que aconteceu nos campos aparece aos sobreviventes como a única coisa verdadeira e, como tal, absolutamente inesquecível; por outro, tal verdade é, exatamente na mesma medida, inimaginável, ou seja, irredutível aos elementos reais que a constituem” (2008, p. 21). Disso decorre que “o testemunho continha como sua parte essencial uma lacuna, ou seja, que os sobreviventes davam testemunho de algo que não podia ser testemunhado” (2008, p. 21). O filósofo propõe que justamente essa lacuna do testemunho seja interrogada e escutada.

Para isso, Agamben percorre um audacioso roteiro conceitual, passando por nomes como Primo Levi e Kant, Keats e Hegel, Benveniste e Spinoza, Fernando Pessoa e Heidegger, entre muitos outros. De modo geral, Agamben mobiliza esses autores para fundamentar uma reelaboração do dualismo entre *bíos* e *zoé*<sup>80</sup>: “a ambição suprema do biopoder consiste em produzir em um corpo humano a separação absoluta entre o ser vivo e o ser que fala, entre a *zoé* e o *bíos*, o não-homem e o homem: a sobrevivência” (2008, p. 156). De fato, ele conclui que há uma cisão fundamental, no sujeito, entre o “ser que vive” e o “ser que fala”: de um lado está o “muçulmano”, aquele que foi dessubjetivado, o não-homem degradado à vida nua, à impossibilidade de dizer; do outro está o sobrevivente, o *logos*, o “sujeito ético”, aquele que pode falar e assim dar seu testemunho (2008, p. 151). A violência dos campos leva ao extremo

---

<sup>80</sup> Mencionada acima, na seção 3.4 desta tese.



essa dualidade constitutiva, em duas direções: o “muçulmano” é aquele que sobrevive ao homem<sup>81</sup>, ou seja, o que resta após a destruição do humano; no sentido inverso, o sobrevivente é o que resta do “muçulmano”, ou seja, aquele que se confrontou com a desumanização.

Agamben remete parte dessas observações ao exame dos “paradoxos de Levi” (afirmações de Primo Levi): “o homem é aquele que pode sobreviver ao homem” e “o muçulmano é a testemunha integral” (2008, p. 151-152). O segundo se deve ao fato de os “muçulmanos” terem submergido ao máximo da dessubjetivação: eles “tocaram o fundo”. Mas, por isso, não podem falar. Em seu lugar, os sobreviventes falam “por delegação”, isto é, “testemunham um testemunho que falta”, sabem que devem “testemunhar pela impossibilidade de testemunhar” (2008, p. 43). Os sobreviventes não podem dar um testemunho integral porque não “tocaram o fundo”; apesar disso, testemunham por aqueles que foram desumanizados e, assim, privados da possibilidade de contar sua experiência.

Disso resulta que, para Agamben, “o testemunho é o encontro entre duas impossibilidades de testemunhar” (2008, p. 48), é a “indivisível intimidade” entre “o muçulmano” e o sobrevivente, entre a *zoé* e a *bíos*: “o testemunho é uma potência que adquire realidade mediante uma impotência de dizer e uma impossibilidade de falar. Os dois movimentos não podem nem identificar-se em um sujeito ou em uma consciência, nem sequer separar-se em duas substâncias incomunicáveis” (2008, p. 147). Portanto, o testemunho reside entre os dois polos do dualismo: “se não houver articulação entre o ser vivo e a linguagem, se o eu estiver suspenso nessa separação, então, sim, poderá ocorrer testemunho [...] *O testemunho tem lugar no não-lugar da articulação*” (2008, p. 133). E ainda: “o sobrevivente e o muçulmano são inseparáveis, e só a unidade-diferença entre eles constitui o testemunho” (2008, p. 151).

Assim se entende o título *O que resta de Auschwitz*, que não trata simplesmente de algo como os documentos que sobraram da destruição ou os efeitos continuados do genocídio. Agamben compreende que, depois de estabelecidos os fatos pelos historiadores e concluídos os grandes julgamentos dos responsáveis, o que resta de Auschwitz é aquilo que é irredutível aos arquivos e às sentenças dos tribunais. O que resta é a impossibilidade de a razão esgotar o alcance do “ultraje de Auschwitz”, é a “lacuna” entre o humano e o inumano, é o não-lugar da relação entre o dizível e indizível, é aquilo que necessariamente se subtrai à arquivabilidade (2008, p. 87, 157). Em uma palavra, “o resto de Auschwitz” são as testemunhas (2008, p. 167).

Um terceiro ponto de vista teórico (entre muitos outros) é o de Butler. Sua preocupação principal em *Caminhos divergentes* é a questão da violência do Estado de Israel

---

<sup>81</sup> Agamben emprega o termo “homem”, sem se importar com a marcação de gênero, para se referir aos seres humanos em geral.

contra os palestinos, e é pensando nisso que ela interroga os textos de Primo Levi. Nesse contexto, ela pondera algumas ideias sobre o testemunho. Butler abre o capítulo “Para pensar o presente, Primo Levi” com uma afirmação expressiva: “a tarefa de Primo Levi foi transmitir a realidade dos campos de concentração nazistas por meio de uma ficção fiel àquela realidade histórica” (2017, p. 183). Ela escreve que Primo Levi tinha uma “tarefa”, o que faz supor que ela entende o testemunho como um dever. Além disso, Butler afirma que o meio para “transmitir a realidade” é uma “ficção fiel à realidade histórica”. Embora não explique o que isso significa, ela assim insinua o estatuto problemático do testemunho: não se trata nem de mera ficção (como produto de uma imaginação criativa, conforme o senso comum), nem de relato pretensamente realista (no sentido lato de narrativa verídica e ordenada). Como “ficção fiel à realidade”, a filósofa posiciona o testemunho em um lugar de tensão onde também atuam o trauma, a memória potencialmente falaciosa, as narrativas cristalizadas, “certo esquecimento” necessário e “aquilo que parece ser indizível ou irrecuperável” (2017, p. 183, 192).

Butler leva em conta que, nos casos de traumas, “existem lacunas ou fissuras nos relatos que damos, e não temos como explicar por que não conseguimos nos lembrar daquela parte da vida ou dar a ela uma forma narrativa” (2017, p. 183). As narrativas testemunhais se desenrolam por meio de figuras e formas – como ironia, elisões, recuos e lapsos – que interpelam a audiência justamente a escutar aquilo que não se pode dizer: “o que não é dito é, não obstante, transmitido ou comunicado de alguma maneira, o que sugere que a narrativa tem de ser entendida também como um modo de interpelação, um que tente capturar nosso entendimento” (2017, p. 184). Além disso, Butler associa o testemunho à discussão mais ampla acerca do fracasso dos relatos em que o sujeito tenta desvelar completamente a si mesmo: “essa impossibilidade deriva não só da incapacidade de garantir o sujeito como causa inicial de uma sequência histórica de eventos, mas também do fato de que a linguagem vacila quando tem a tarefa de elaborar essa sequência apenas nos termos de seu conteúdo” (2017, p. 184).<sup>82</sup> Assim, “a falibilidade que existe no cerne da própria narrativa” (em toda tentativa de dar um relato de si) se maximiza nos casos das testemunhas de eventos traumáticos, as quais precisam transmitir não somente *o que* aconteceu, mas também o fato *de que* aconteceu, isto é, precisam comunicar as dimensões psíquicas e afetivas de eventos traumáticos que “geram uma crise para a atividade criadora de significado” (2017, p. 184-185). Citando Hayden White, Butler ratifica que, nesses casos, “não podemos separar proveitosamente o conteúdo da forma” (2017, p. 185).

Por fim, importa ainda sublinhar que Butler (entre outras considerações não

---

<sup>82</sup> Conforme ideias de Butler desenvolvidas em *Relatar a si mesmo* e mencionadas na seção 3.5 desta tese.

mencionadas aqui) recupera declarações em que Primo Levi se opunha à instrumentalização dos testemunhos do genocídio perpetrado pelos nazistas. Ela argumenta que, por um lado, é preciso insistir no testemunho para enfrentar os negacionistas e os revisionistas; por outro, há o imperativo de recusar qualquer evocação do Holocausto que pretenda legitimar a violência militar do Estado de Israel contra os palestinos (2017, p. 189). Conforme Butler, partidários do Estado de Israel às vezes acusam de antissemitas, negacionistas ou colaboracionistas os opositores do governo e os judeus antissionistas, tentando silenciá-los por meio da evocação do Holocausto e da confusão conceitual interessada. Mas ela insiste que não se pode manipular os testemunhos da vitimização de milhões de judeus durante a Segunda Guerra para defender ações autoritárias e injustas do Estado de Israel (2017, p. 190, 196, 201).

Como se nota, Ricoeur, Agamben e Butler se aproximam em muitos pontos acerca do testemunho, embora diverjam em vários outros. Esse consenso (parcial e pontual) ocorre porque eles buscam escutar as próprias testemunhas, as quais frequentemente atestam o paradoxo entre o imperativo de contar e a impossibilidade de encontrar tanto uma forma de expressão adequada à experiência do horror quanto uma audiência disposta a ouvir. Ou seja, os três filósofos reconhecem o protagonismo das testemunhas (destacando Primo Levi), embora não se esquivem de tentar elaborar o que elas dizem a partir de caminhos teóricos distintos.

Os avós e os demais familiares dos narradores de Kucinski talvez tenham sido incorporados às multidões anônimas dos desumanizados que se arrastavam pelos campos, ou enviados diretamente às câmaras de gás, ou talvez tenham morrido no caminho, ou ainda assassinados a pancadas pelos carrascos. De qualquer maneira, esses personagens apresentam aqueles que experimentaram o máximo da dessubjetivação impetrada pelo regime nazista. O seu relato seria, portanto, o “testemunho integral”, mas eles não podem dá-lo. Além disso, como ocorreu com milhões de vítimas reais, não se encontram sobreviventes que resguardem a memória deles. Então quem pode testemunhar por eles? O que fazer para que seus nomes não se percam nos “poços de esquecimento”? A pós-memória dos descendentes, mencionada acima, é uma possibilidade de elaborar um testemunho solidário que resista ao silenciamento total.

Nesse contexto, o trabalho pós-memorialístico pode ser associado a uma ampliação do conceito de testemunha, como quer Jeanne Marie Gagnebin. Em *Lembrar escrever esquecer*, ela defende que se restabeleça um “espaço simbólico” (por exemplo, a universidade) onde o “exercício da palavra” articule o testemunho (2009, p. 56-57). Tal testemunho seria o de um “terceiro”, que está fora do círculo algoz-vítima, não “viu com seus próprios olhos” e, portanto, não é uma “testemunha direta”. Mesmo assim, ele pode escutar e transmitir o testemunho do

sofrimento indizível, conforme Gagnebin: “testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro” (2009, p. 57).

O terceiro não pode dizer “eu estava lá, acreditem em mim”, como exige Ricoeur. Aliás, para Ricoeur, nem o sobrevivente do Holocausto se sente apto a exigir crédito, porque ele teme que o horror absurdo torne seu testemunho inacreditável. Mas a testemunha solidária talvez possa afirmar algo como: “eu escutei quem estava lá, acolhi o seu relato e acreditei nele, e agora me encarrego de transmiti-lo”. Mas o que dizer se o destino das vítimas segue desconhecido, seus testemunhos sequer foram pronunciados, seus corpos continuam desaparecidos? É isso que ocorre nos textos em que os narradores kucinskianos tentam rememorar seus ascendentes. Ao elaborar essas histórias, Kucinski assume o lugar da testemunha solidária, e, por meio dos narradores ficcionais, age como se dissesse: “eu recolhi os restos e segui os rastros do passado, percebi os indícios do sofrimento indizível, investiguei as histórias escondidas daqueles que os opressores tentaram relegar ao esquecimento, e agora conto minha busca para assim fazer manter viva a memória das vítimas”.

De fato, os narradores de *K., Imigrantes e mascates* e “Bialystok, a jornada” assumem a tarefa de dar testemunho não só da experiência própria de filhos de sobreviventes, mas também da ausência daqueles familiares que foram atingidos pelo grau máximo da violência. Em gêneros diferentes (romance, livro infantojuvenil autobiográfico, conto), cada texto parece buscar uma forma nova para elaborar a mesma história, sempre diferente porque sempre incompleta. Em *Imigrantes e mascates*, a própria escolha do gênero infantojuvenil atesta a vontade de transmitir a memória para as novas gerações. No presente narrativo de “Bialystok, a jornada”, o narrador mostra querer mais do que interpretar o objeto testemunhal e empreender a viagem de regresso: ele precisa elaborar sua própria experiência de busca. Ele procura uma forma, ao mesmo tempo, de resistir ao esquecimento e de reconhecer a impossibilidade do testemunho dos avós. Embora válida e necessária, essa tentativa está fadada à frustração (“uma história sem final”), tal como a arte testemunhal observada pelo narrador: “caminho por entre as lápides caídas pensando nisso tudo e em como os monumentos ao inimaginável resultam quase sempre despropositados e até grotescos, como se o próprio artista tivesse enlouquecido frente à tarefa que lhe fora imposta” (2021, p. 334).

O posicionamento do narrador de “Bialystok, a jornada” como um terceiro solidário, além disso, se mostra na paráfrase resumida da carta do avô, que ocupa quase toda a segunda parte do conto. Se o conto é ficcional, o narrador poderia simular a transcrição da tradução da carta, citando diretamente as próprias palavras do avô. Mas, em vez disso, ele

emprega o discurso indireto. Uma hipótese interpretativa para essa escolha é que, no conto, o testemunho é do neto narrador, que investiga o documento como quem persegue um rastro. Sua solidariedade não substitui o testemunho verdadeiro, o das “vítimas integrais”. Ele fala por elas, mas não se atreve a dizer o que elas teriam dito. O que o narrador testemunha é a falta do testemunho. Ele luta contra essa lacuna, embora saiba que ela jamais será integralmente preenchida. Portanto, ele paradoxalmente busca salvar as vítimas do esquecimento ao mesmo tempo em que testemunha o irremediável apagamento a que elas foram submetidas.

Um reforço ao testemunho solidário pode ser encontrado em antigas fotografias, que funcionam como suportes materiais para a memória. Em *K.* abundam as menções a fotografias da filha desaparecida. Mas há também uma alusão aos retratos dos familiares poloneses, guardados entre outras imagens: “K. trouxera da Europa um álbum de retratos naqueles tons marrons enevoados de sépia que emanavam certa magia. Retratos dos pais, do tio Beni, que depois foi lutar no Exército Vermelho, dos irmãos em Berlim, da velha casa em que moravam em Wloclawek” (2011, p. 116). Mas não há, no romance, nenhuma menção a imagens dos pais e dos irmãos da esposa de K., mortos no Holocausto. Depois, enquanto K. reflete sobre as imagens da filha, o narrador se encarrega de explicar “certa magia” das fotografias:

K. nunca imaginou que fotografias pudessem suscitar sentimentos assim fortes. Algumas parecem até querer contar uma história. Para ele, isso só conseguiam um Puchkin ou um Sholem Aleichem, com a força das palavras. Fotografias, ele antes pensava, eram apenas registros de um episódio, a prova de que aquilo aconteceu, ou retratos de pessoas, um documento. No entanto, ali estão fotografias da sua filha sugerindo delicadeza e sensibilidade. Parecem captar a alma da filha. Sentiu um quê de fantasmagoria nas fotografias dela já morta, um estremecimento (2011, p. 114).

Embora o capítulo inteiro em que esse trecho aparece (intitulado “Um inventário de memórias”) seja dedicado às fotografias, nenhuma delas é reproduzida no romance. Elas são descritas pelo narrador, que segue o olhar do pai. Ou seja, há apenas o relato verbal da observação das imagens, sinal de persistência da confiança na “força das palavras”, como escreve o narrador. É pouco provável que essa limitação tenha sido causada por impossibilidade técnica ou restrição editorial, já que várias imagens integram a primeira edição do romance. Mas tais imagens são ilustrações artísticas de Enio Squeff: ficção, portanto. Talvez a reprodução de fotografias realmente existentes pudesse provocar uma ideia equivocada de fidelidade documental ao desaparecimento de Ana Rosa Kucinski, ou uma identificação demasiada entre a personagem A. e a pessoa real. Ou, ainda, talvez o narrador prefira se ater ao testemunho verbal enquanto as lembranças da filha de K. (e irmã do escritor) estão vivas na memória.

Em “Bialystok, a jornada” há duas breves menções à função testemunhal das fotografias: primeiro, quando o pai aponta uma imagem e conta que o tio do narrador “era da cavalaria polonesa, foi morto na França, era da resistência” (2021, p. 329); depois, quando “uma fotografia da frente da casa” serve como guia à jornada do narrador (2021, p. 331). Mas é em *Imigrantes e mascates* que as fotografias mais revelam seu teor testemunhal. Escrito quando quase já não há sobreviventes que guardem na memória as lembranças dos parentes mortos, o livro reproduz muitas fotografias, cujas legendas apontam a mãe e o pai, os avôs e as avós maternos e paternos, a irmã e o irmão, tios e tias do narrador, além de outros familiares e conhecidos e lugares onde a família viveu.

Citando Marc Bloch, Ricoeur reafirma a importância dos “testemunhos não-escritos” que oferecem “vestígios do passado”, como “cacos, ferramentas, moedas, imagens pintadas ou esculpidas, mobiliário, objetos funerários, restos de moradia etc.” (2007, p. 180). Se fosse atualizada, essa lista certamente incluiria as fotografias. Ricoeur ainda nota que há “testemunhos voluntários” e “testemunhas a contragosto”, ou seja, há vestígios que servem à observação histórica mesmo que não tivessem originalmente a intenção de testemunhar algo à posteridade (2007, p. 180-181). É nesse sentido que, em circunstâncias como as dos personagens de Kucinski, velhos retratos podem ser entendidos como testemunhos não escritos e involuntários, a serem decifrados por aqueles que investigam os vestígios do passado.

Uma análise detalhada de fotografias de vítimas de catástrofes históricas é elaborada por Hirsch: como o subtítulo de seu livro *La generación de la posmemoria* indica, ela trata de “escrita e cultura visual depois do Holocausto”. Para Hirsch, fotografias são resíduos fragmentários que, além de atestarem a autenticidade do evento histórico, completam o testemunho verbal e estabelecem uma conexão íntima e afetiva com o passado. Como “instrumentos e emblemas do processo de transmissão do passado”, elas “materializam a memória” (2011, p. 86, 147). Segundo Hirsch, as imagens fotográficas que restaram da devastação massiva e que sobreviveram aos seus protagonistas funcionam como espectros de um mundo perdido: ao mesmo tempo em que provocam um esforço para que o passado seja visto, tocado e ressuscitado no presente, elas também demonstram ironicamente a impossibilidade dessa recuperação (2021, p. 56). Nesse contexto, as novas gerações podem inclusive ampliar os álbuns familiares apropriando-se de imagens publicamente conhecidas, nas quais encontram suporte para a projeção de afetos relacionados aos relatos verbais dos progenitores (2021, p. 44). Ao mesmo tempo em que arquivos públicos são personalizados, as novas gerações dão publicidade a retratos e objetos antes restritos a espaços particulares. Mesmo que os descendentes insistam em manter o caráter específico da identidade familiar,

segundo Hirsch, esses procedimentos dificultam a manutenção das distinções entre público e privado, uma vez que as histórias familiares são contextualizadas em eventos de caráter político coletivo: inclusive nos momentos mais íntimos, a vida familiar está enraizada em um imaginário coletivo, o qual é modelado tanto por estruturas geracionais de fantasias e projeções quanto por um arquivo compartilhado de relatos e imagens; tudo isso influencia na transferência da memória e no acesso às lembranças pessoais e familiares (2021, p. 44, 55).

Por outro lado, Hirsch nota que certas imagens do Holocausto são reiteradamente reproduzidas desde a primeira publicação. A superexposição de algumas imagens públicas (quase sempre as mesmas, segundo a autora) aciona alertas para vários problemas: a possível ocorrência da compulsão à repetição sintomática do trauma, a chance de dessensibilização perante a exposição corriqueira do horror, as ideias equivocadas de que as fotografias seriam veículos de representação fiéis aos acontecimentos ou substituiriam os testemunhos impossíveis (2021, p. 140, 144, 149). Segundo Hirsch, nos textos pós-memoriais as imagens fotográficas de arquivo sempre são alteradas: elas aparecem recortadas, ampliadas, projetadas em outras imagens, descontextualizadas e recontextualizadas, inseridas em novas narrativas, manipuladas artisticamente etc. (2021, p. 97). Ou seja, o testemunho da pós-memória busca elaborar essas imagens, e não apenas reproduzi-las.

Tais recursos de elaboração também são usados em *Imigrantes e mascates*. O livro adota procedimentos formais de montagem e deslocamento das fotografias, especialmente a associação à narrativa verbal e a intercalação com as ilustrações artísticas criadas por Maria Eugênia. O trabalho da ilustradora, aliás, pode ser lido como uma maneira de mediar e interpretar as imagens de arquivo. O livro ainda mobiliza outros recursos formais para elaborar o sentido das fotografias, como o acréscimo de algumas imagens públicas ao acervo pessoal do autor (conforme página de créditos das imagens), a inserção de legendas, a disposição cronológica não linear e algumas simulações gráficas de molduras de papel. Essas imagens se somam ainda às cópias de documentos: a capa de um livro do pai do narrador, suas carteiras de jornalista e de cocheiro, o boletim escolar da mãe, a certidão de casamento de ambos, um antigo cartão de aniversário com desenho da Estrela de Davi e assinado por diversas pessoas.

Juntas, também essas fotografias e imagens “parecem até querer contar uma história”, como diz o narrador de *K.*, citado acima. Assim, *Imigrantes e mascates* constitui um ato de resistência: o livro associa o relato testemunhal à composição de uma espécie de “álbum coletivo”, o qual, como aqueles analisados por Hirsch, interessa não apenas aos familiares das pessoas apresentadas, mas à sociedade toda. Afinal, essa obra participa das tentativas de reconstruir mundos e comunidades arrasados, cujos registros os opressores tentaram destruir e

cujos sobreviventes se encontram espalhados pelo mundo, como lembra Hirsch (2021, p. 294).

No conjunto da ficção de Kucinski, há vários outros textos que abordam, em diferentes formas, a memória do totalitarismo nazista e a presença de judeus imigrantes no Brasil. A análise dessas obras, que não cabe neste estudo limitado, ainda está por ser feita. Vale mencionar algumas, ao menos como registro. São relevantes os textos de M. Kucinski diretamente citados por B. Kucinski em *Imigrantes e mascates*, especialmente o instigante conto “O ator e o professor catedrático”, em que um filho se envergonha do legado do pai judeu (ao contrário, aliás, do que faz B. Kucinski, que converte o pai em personagem protagonista de várias histórias). Além disso, a obra de B. Kucinski poderia ser comparativamente confrontada com alguns excelentes contos de M. Kucinski que tratam da presença da judaicidade e do nazismo no Brasil, bem como das relações conflituosas entre imigrantes judeus e seus filhos brasileiros, tais como “Raça”, “O doutor e o mascate”, “Neurose” e “Alguma coisa, pelo menos, consegui!” (todos integrantes da coletânea *Imigrantes, mascates & doutores*). O próprio B. Kucinski compôs contos sobre judeus no Brasil, notadamente os da seção “Judaica” de *A cicatriz e outras histórias*, com destaque para “O dia em que a guerra acabou”, “Uma saga de dois irmãos” e “Um domingo no pomar do tio Herch”, os quais tematizam problemas de sobreviventes e de seus descendentes. Ainda outros aspectos da judaicidade no Brasil são problematizados ficcionalmente por Kucinski, como a preservação ou a recusa de práticas religiosas e culturais, o sionismo, o assimilacionismo, atividades econômicas, relacionamentos afetivos etc. Por fim, valeria a pena analisar como alguns textos de Kucinski indiretamente oportunizam debates relacionados às políticas autoritárias do Estado de Israel e suas ações violentas contra os palestinos. Entre todo esse material, apenas mais um conto será analisado, na próxima seção, como amostra da apresentação literária kucinskiana de questões relacionadas à judaicidade, mas não necessariamente ao Holocausto.

#### 4.6 Uma difícil história de ódio e perdição

Como visto acima, o conjunto da obra de Kucinski colabora significativamente na elaboração da memória do genocídio perpetrado durante o regime nazista, expressão máxima do antissemitismo. Além disso, o escritor aborda também outros problemas relacionados à violência contra judeus em diferentes épocas e lugares. O conto “Uma singela história de amor e salvação”, de *A cicatriz e outras histórias*, oferece um bom exemplo dessa variedade.

De acordo com Regina Igel, “antissemitismo é o invólucro geral em que se



reconhece o mecanismo de marginalidade contra os judeus” (1997, p. 164). Ela explica que o termo, surgido no século 19, originalmente indica “sentimentos imbuídos de ódio contra judeus”, mas também “passou a representar qualquer movimento antagônico aos israelitas, incluindo os anteriores à sua cunhagem” (1997, p. 164). No entanto, conforme ressalva de Sandro Ortona no verbete respectivo do *Dicionário de política*, o conceito de antissemitismo abriga fenômenos históricos inteiramente diversos, relacionados a diferentes causas religiosas, étnicas, econômicas e culturais (2004, p. 39-45).

O conto “Uma singela história de amor e salvação” não descreve diretamente o antissemitismo como “ódio religioso aos judeus, inspirado no antagonismo de duas crenças em conflito”, tampouco como “ideologia leiga do século XIX”, conforme expressões de Arendt (2012, p. 17-18). Mas é o preconceito antissemita que engendra o enredo, marcado por ódio, reificação e exclusão. Embora a narrativa não enfatize agressões explícitas aos judeus ou campanhas ideológicas contra eles, os destinos dos personagens são consequências de formas de antissemitismo socialmente difundidas. O conto mostra efeitos sociais estruturantes da “longa e intrincada história das relações que prevaleciam entre judeus e gentios desde o início da dispersão judaica”, isto é, como um fenômeno complexo indissociável da “estrutura geral do desenvolvimento do Estado-nação” (ARENDRT, 2012, p. 35). Na análise desse conto, talvez se pudesse falar em uma espécie de “antissemitismo sistêmico” que caracterizaria a generalização da violência contra judeus na época da história imaginada por Kucinski.

No conto é narrado, em terceira pessoa, o início do relacionamento entre Judith e Zacarias. O título sugere a típica atmosfera romântica de um encontro amoroso, em que o casal precisa superar obstáculos em vista da realização de uma paixão aparentemente impossível: a moça amada está prometida a um noivo distante, o homem apaixonado é viúvo e supõe que seus filhos se oponham a um novo matrimônio. Mas ambos superam as dificuldades para alcançar o final feliz. De fato, é isso que ocorre na superfície da narrativa: os amantes, a princípio tímidos e preocupados, acabam por se desfazer dos entraves e ficam juntos no último momento, quando já quase se esvaía a esperança de um desenlace afortunado.

Entretanto, o relato da feliz convergência entre as histórias dos protagonistas é suspenso, aqui e ali, por certos aspectos sombrios, que induzem o leitor a pressentir algum mal-estar, algum desespero, algum impedimento à satisfação de sonhos apaixonados. Já na segunda frase do conto surge uma hesitação a respeito do ambiente tipicamente romântico: “é uma noite sem luar e sem estrelas”. A escuridão da noite se opõe ao clichê da contemplação dos astros (2021, p. 321). Há outros indícios antirromânticos ao longo da narrativa: por exemplo, a

precariedade da terceira classe em que a comida é servida em tigelas, “como se estivessem num quartel”; o surgimento inesperado de uma “velha vomitando”, que atrapalha a primeira tentativa de aproximação; o repentino pragmatismo da filha de Zacarias, que pergunta por que o pai não se casa (2021, p. 321-324). Mesmo na frase final do conto – o desfecho feliz –, o narrador não completa o romantismo do beijo apaixonado, o qual é evitado pela pressa pragmática de Judite: “ele quer abraçá-la, mas ela não lhe dá tempo; puxa-o rapidamente com uma das mãos e envolve as crianças com a outra, para que saiam logo do cais” (2021, p. 326). Ao longo do conto, o narrador deixa entrever, aos poucos, as terríveis histórias anteriores que resultaram na presença do novo casal no navio em que viajavam.

A primeira das três partes do conto é dedicada a Judite, que viaja a Buenos Aires para lá encontrar o rapaz desconhecido a quem fora prometida em casamento. As poucas peças na bagagem atestam sua origem pobre. Na viagem, Judite conhece Lea, outra jovem judia que também viajava para encontrar um noivo estranho. O final da seção revela a surpresa de Judite: os retratos dos supostos maridos, que ambas haviam recebido, mostravam o mesmo homem.

Embora o narrador não explicita o problema social que atinge as duas personagens, o contexto geral do conto permite deduzir que ambas são vítimas de uma rede de criminosos que enganavam mulheres judias polonesas e as destinavam à prostituição em países americanos. No Brasil, elas ficaram conhecidas como “polacas”. Nachman Falbel registra, em *Os judeus no Brasil*, que o termo “polaca” (cujo sentido principal equivale a “polonesa”) passou a significar, aos olhos da população não judia brasileira, o mesmo que “prostituta”, enquanto “polaco” conotava “traficante de escravas brancas” ou “cáften” (2008, p. 449). Segundo Falbel, “a exploração de mulheres por parte de criminosos que enlameavam o nome judaico” preocupava as comunidades judaicas brasileiras desde o século 19, “quando se intensificou o processo imigratório da Europa Oriental em direção ao Ocidente, paralelamente à grande concentração de judeus nos centros urbanos, onde viviam em extrema pobreza” (2008, p. 449). Falbel explica ainda que os traficantes de mulheres europeus se aproveitavam da política antissemita discriminatória e do confinamento dos judeus, dos movimentos migratórios do campo para as cidades e da pauperização em grande escala em regiões do Império Czarista e de parte do Império Austro-Húngaro, entre outros problemas sociais do século 19 (2008, p. 452).

Ainda na década de 1870, conforme Falbel, “traficantes de escravas brancas passaram a atuar na rota de Buenos Aires e Rio de Janeiro”: “as duas capitais sul-americanas constituíam um único eixo”, pelo qual os aliciadores “levavam sua ‘mercadoria’” (2008, p. 454). Ele afirma que esse tipo de violência perdurou até o início do século 20 (2008, p. 456). As moças eram aliciadas no desembarque dos navios ou embarcavam na Europa na condição

de “noivas”, percebendo somente mais tarde que haviam sido “enganadas por cáftens com promessas de casamento ou de sucesso material na dourada América, como era usual na época” (2008, p. 472, 480). Além da evidente violência contra as vítimas – as mulheres enganadas e exploradas –, a prostituição compulsória agravava as ilegítimas generalizações mobilizadas para identificar todos os judeus à marginalidade, reforçar estereótipos antisemitas e justificar indevidamente a propaganda antijudaica, segundo Falbel (2008, p. 452, 467). Uma segunda violência contra as “polacas” se somava à anterior: tratadas como “indesejáveis”, eram discriminadas e segregadas pelas próprias comunidades judaicas, que as impediam de frequentar ambientes comuns (como teatros e sinagogas) e as sujeitavam ao sepultamento em cemitérios separados daqueles em que se enterravam os demais judeus (2008, p. 461, 485).

No artigo “Nos bastidores da imigração: o tráfico das escravas brancas”, também Margareth Rago conta que, até o final da década de 1920, se espalhava pela Europa uma rede de criminosos dedicados a suprir o lucrativo mercado de prostituição na América do Sul, especialmente na capital argentina, considerada “um dos principais centros do prazer” (1989, p. 146). Segundo a historiadora, o tráfico de mulheres pela rota de Buenos Aires, que mantinha estreita comunicação com o Brasil, não era exclusividade de comerciantes judeus; tampouco as mulheres eram todas judias: essa era apenas uma parte de um problema mais amplo. De acordo com Rago, o campo de atuação dos “polaks” “se centralizava principalmente nas aldeias pobres da Polônia, Áustria, Rússia, Romênia” (1989, p. 148). Tais regiões eram habitadas por muitos judeus asquenazes. Quanto às vítimas, a pesquisadora observa: “às vezes menores de idade, muitas vinham sem informação alguma sobre o tipo de atividade e de vida que encontrariam na América do Sul, acreditando-se amadas pelo parceiro” (1989, 149). Ainda conforme Rago, o absurdo processo de reificação permitia que as “polacas” – desamparadas em país estrangeiro e impotentes para voltarem à cidade de origem – fossem literalmente compradas e vendidas, como títulos de capital, e depois intensamente exploradas em prostíbulos, como máquinas (1989, p. 152-155). De qualquer forma, a historiadora ressalva que havia uma diversidade de fatores causadores da prostituição, de forma que os estudos devem evitar a estereotipia: os casos eram variados e cada mulher tinha uma história particular (1989, p. 159).

Tanto Falbel quanto Rago mostram que histórias sobre “polacas” eram abordadas em peças teatrais e obras literárias de autores judeus. Vale destacar, nesse contexto, o conto “As irmãs”, de Meir Kucinski, inserido em *Imigrantes, mascates & doutores* (2002, p. 139-155). O enredo posteriormente imaginado por B. Kucinski estabelece clara relação intertextual com o que foi criado por seu pai. A narração de “As irmãs” começa *in media res*, quando a personagem Brokhe viaja de Moçambique, onde vive, para ver sua irmã Mina, que está

gravemente doente no Brasil. Ao se encontrarem, elas lamentam juntas por seu passado, narrado em vários recuos. Ambas eram filhas de um padeiro judeu e haviam vivido em uma pequena cidade do leste europeu. O pai delas se deixara enganar por um suspeito aliciador de mulheres, chamado “Ídel, o *expediteur*”, e permitira que ele as levasse para trabalhar em uma cidade vizinha. Mas o “*expediteur*” as transformara em “mercadoria viva”, como já desconfiavam os vizinhos da pequena cidade. Separadas no porto, foram enviadas a diferentes zonas de prostituição: Brokhe para Moçambique, Mina para o Brasil. Quarenta anos depois, a primeira era dona de um hotel em Lourenço Marques (hoje Maputo), enquanto a segunda estava casada com um rico comerciante italiano. Mas o progresso financeiro não impede a violência simbólica do final: Brokhe precisa recorrer ao “cemitério da ‘Sociedade’”, reservado às “polacas” e aos cafetões (detalhadamente descrito pelo escritor), já que o presidente da “Sociedade do Cemitério” não permitira que Mina fosse enterrada entre “os israelitas” (2002, p. 139-155).

Por fim, essas histórias são ainda confirmadas por Samuel Benchimol, no livro *Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia*, que conta que muitas moças judias pobres eram enganadas em guetos e aldeias judaicas: “com a ajuda de inocentes úteis, casamenteiros adquiriam a confiança da família e o casamento religioso era celebrado. Logo após eram embarcadas em um navio e somente depois descobriam ter sido enganadas, pois encontravam, no mesmo navio, outras esposas do mesmo marido” (2013, pos. 923). Depois, “quando as judias polacas chegavam à América, Argentina, Brasil e Amazônia, já desvirginadas e não conhecendo o idioma local e não possuindo formação profissional e por serem jovens inexperientes, eram encaminhadas e vendidas para os proprietários de bordéis” (2013, pos. 932).

Portanto, as coincidências entre os fatos históricos (relatados tanto por historiadores quanto por ficcionistas) e o enredo imaginado por Kucinski autorizam a dedução, embora hipotética, de que as personagens Judite e Lea são vítimas de uma complexa armadilha montada por uma rede internacional de criminosos. O choro e os olhares desesperados de ambas (que não procuram explicações alternativas para o fato de terem sido prometidas ao mesmo homem) sugerem ainda que talvez elas já pressentissem o risco que corriam, o qual se mostrou efetivo na súbita tomada de consciência do engodo. Para Judite, o acaso do encontro com Zacarias surge como possibilidade de escapar do destino terrível que a esperava. A admissão de uma história inesperada de amor é sua chance de evitar a perdição.

O título do conto anuncia uma história “de amor e salvação”. Se a salvação caracteriza especialmente o destino de Judite, o percurso de Zacarias enfatiza o amor. A ele é dedicada a segunda parte da narrativa. Logo nas primeiras linhas, o narrador mostra um

deslocamento da ansiedade do personagem: antes sua preocupação era chegar logo ao seu destino, em Belém do Pará; agora é conseguir tempo suficiente para falar com “a rapariga esbelta” que “não lhe sai da cabeça” (2021, p. 322). Viúvo, pai de três crianças, Zacarias tenta vencer a timidez para se aproximar de Judite. Empregando o discurso indireto livre, o narrador habilmente revela as hesitações e as esperanças do personagem.

Como essa parte está mais dedicada ao sentimento apaixonado de Zacarias, há poucos detalhes sobre os motivos da viagem. Não obstante, algumas alusões rápidas permitem supor que ele fugia, com a família, de ataques antisemitas. O narrador informa que, exceto o período em que cursou faculdade de farmácia em Marselha, Zacarias nunca havia saído do Marrocos. Mas agora um problema o obriga a emigrar: “quem iria imaginar que as arruaças chegariam a tal ponto?” (2021, p. 323). Na terceira parte há outras informações, ainda vagas: “ele contou a sua história, a perda da Halima [a esposa], os distúrbios no Marrocos, os ataques às sinagogas, a decisão de emigrar para o Brasil” (2021, p. 325). A escolha de Belém se deve à valorização profissional dos farmacêuticos nessa cidade, à possibilidade de acesso à ópera e à promessa de prosperidade financeira, numa época em que havia “dinheiro jorrando da produção da borracha” (2021, p. 323). Mas é importante notar que, ao que tudo indica, a emigração para o Brasil não é simples projeto pessoal, e sim consequência da violência que assolava seu país: ele precisava encontrar refúgio para si e para seus filhos.

Em que consistem tais “arruaças” e “distúrbios”? O conto não revela exatamente o que houve, mas o contexto histórico sugere uma interpretação. Benchimol explica que o Marrocos recebeu grande parte dos judeus sefarditas expulsos da península ibérica, na época da intensa perseguição inquisitorial nos séculos 15 e 16 (2013, pos. 139). Nos três séculos seguintes, os judeus do norte da África também sofreram isolamento, perseguição e conflitos internos (2013, pos. 248). Quando os problemas se agravaram, no século 19, segundo Benchimol, muitos judeus-marroquinos “iniciaram a sua nova diáspora para o Pará – Eretz Amazônia, a nova Canaan da Seringa – e depois para o Amazonas” (2013, pos. 281). O pesquisador descreve vários fatores que impulsionaram essa onda migratória, os quais incluem pobreza, fome, doenças e epidemias, “apedrejamento de judeus vivos e mortos”, “destruição de sinagogas”, “perseguições e sofrimentos”, “proibição de saída dos judeus ricos do país”, conversão forçada e martírio, guerras e motins (2013, pos. 409-600). Um desses conflitos, de acordo com Benchimol, foi “a guerra da Espanha contra Marrocos, de 1859-1860”, quando “os judeus sefaradis – tetuanos – sofreram pilhagem e massacre na mão dos muçulmanos, sob alegação de que os judeus foram favoráveis à Espanha” (2013, pos. 594). Embora esse período não coincida exatamente com o ápice do ciclo da borracha na Amazônia (tempo histórico mais

provável do conto), é possível supor que algo similar forçasse o personagem Zacarias a abandonar seu país. A emigração, portanto, anunciava a busca por uma nova terra prometida, uma esperança de paz e salvação, já que, nas palavras de Benchimol, “o Brasil e a Amazônia abriam as suas portas para acolher os fugitivos e exilados, prometendo a todos um novo lar e uma nova pátria livre das perseguições e temores” (2013, pos. 836).

No artigo “Judeu da Amazônia, brasileiro no Marrocos: migração e identidades entre 1890 e 1910”, Lucas de Mattos Moura Fernandes ratifica que a presença judaica marroquina na região amazônica, iniciada “em período anterior ao ciclo da borracha”, foi motivada, entre outros fatores, pelo “contexto social marroquino, caracterizado por crise política e econômica, além de período de antissemitismo incentivado por alguns sultões” (2017, p. 153). Ainda segundo o historiador, “o fluxo migratório de judeus marroquinos para o Brasil, na virada do século XIX para o XX, era contínuo” (2017, p. 2017). É nesse contexto que o personagem do conto kucinskiano viaja para a capital do Pará.

Talvez o amor de Zacarias seja uma forma de sublimação da tristeza provocada pelo abandono compulsório da terra natal, causado pelo antissemitismo. De fato, ele se pergunta: estaria apaixonado por uma mulher “de quem nem sabe o nome? Deve ser o momento, raciocina, a solidão da travessia, tão demorada, esse mar imenso, deixando tudo para trás, os tios, a irmã casada, a farmácia em Casablanca. Poderia ser outra mulher e de certo aconteceria o mesmo” (2021, p. 322-323). Para Zacarias, o acaso do encontro com Judite surge como possibilidade de deixar para trás o passado de ódio que o levou a emigrar em busca de refúgio. A admissão de uma história inesperada de amor é sua chance de sonhar um recomeço.

Na terceira parte, o narrador se rende quase inteiramente ao romantismo do encontro. Quando “o céu estava coalhado de estrelas, num espetáculo deslumbrante”, Judite e Zacarias conversam com afeto, apoiados na amurada da popa, até o instante em que “suas mãos se tocaram de leve” (2021, p. 324-325). Em um anticlímax, ela o olha com um “olhar intenso”, que parece “de despedida” ou “de súplica”, se desvencilha e se afasta (2021, p. 325). Mas ambos se reencontram no final, no instante em que Judite toma a decisão de desembarcar inesperadamente para ficar com Zacarias, que foi “tomado por intenso júbilo” (2021, p. 326).

O título e o final feliz indicam a esperança dos personagens de encontrarem, no novo país, um mundo sem perseguição. Esse traço utópico do conto ainda se revela pelo encontro, no casal, entre judeus oriundos das duas principais ramificações judaicas: os asquenazes (provenientes majoritariamente de países do leste e do centro europeu) e os sefarditas (herdeiros de uma longa história na península ibérica e do norte do continente

africano). De certa forma, o conto condensa simbolicamente as esperanças de judeus de várias origens e tradições, submetidos a muitos tipos de violência e perseguição, que buscaram encontrar no Brasil (como em outros países) a esperança de recomeço em um ambiente menos hostil à judaicidade. Assim como os outros personagens imigrantes dos textos analisados acima, também Judith e Zacarias levam consigo muitos traumas e memórias dolorosas, mas mantêm a esperança de construir uma vida melhor no novo mundo. O que eles esperam do futuro (e não o que trazem do passado, portanto) é “uma singela história de amor e salvação”.

Contudo, o sonho utópico não será plenamente realizado. No Brasil, o antissemitismo não é tão agressivo como nas regiões de tradicional presença judaica: segundo Fernandes, “os casos de intolerância seriam pontuais e nem sempre motivados pelas diferenças étnicas” (2017, p. 157). Mas os imigrantes e seus descendentes, como grande parte da população brasileira, precisarão enfrentar outras graves formas de violência, historicamente enraizadas e barbaramente reatualizadas em alguns períodos da história brasileira, conforme análises do último capítulo desta tese.

## 5 ESTADO DE EXCEÇÃO: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA

### 5.1 Os crimes do aparelho repressivo da ditadura em *K*.

A pluralidade de tempos narrativos identificáveis em *K*. pode ser organizada a partir de dois polos: o tempo das ações narradas (a época da ditadura) e o tempo da narração (após o fim do regime, terminando em 2010, conforme data que consta nos fragmentos de abertura e de encerramento do livro). Esses dois planos são separáveis só para fins de análise, pois estão imbrincados um no outro: a memória é *do* passado, mas é *no* presente, isto é, a narração presente de eventos passados é afetada tanto pelos fatos (configurados pela memória, pelo esquecimento, pelo método historiográfico, pelos conflitos de interesse etc.) quanto pelas preocupações contemporâneas de quem narra (com ressentimentos, responsabilidades, racionalizações, idealizações, superposições, cristalizações etc.). Este capítulo começa enfatizando o plano multifacetado das ações narradas em *K*. e passa gradativamente à análise do tempo da narração. A seguir, são estudados *Os visitantes* e três contos: “Você vai voltar pra mim”, “Encontro no porão” e “Um software avançado”. Por fim, há uma tentativa de interpretação da expressão “totalitarismo institucional”, empregada pelo narrador de *K*. (2011, p. 163). Em linhas gerais, o tema da ditadura já foi abordado na apresentação da obra de Bernardo Kucinski (os dois primeiros capítulos desta tese). Agora é retomada a discussão iniciada anteriormente para que sejam observados mais detidamente certos aspectos particulares das narrativas selecionadas.

É claro que não é possível abordar a totalidade dos textos em que Kucinski trata da ditadura militar brasileira, os quais compõem a maior parte de sua obra literária. Aqui também não seria possível contextualizar a literatura kucinskiana no panorama complexo das variadas elaborações artísticas sobre a ditadura. Mesmo assim, importa ao menos lembrar que a obra de Kucinski marca uma crescente produção literária sobre a violência do regime militar, que inclui, apenas como exemplos, os romances *O irmão alemão*, de Chico Buarque (2014), *Mulheres que mordem*, de Beatriz Leal (2015), *Volto semana que vem*, de Maria Pilla (2015), *Rio-Paris-Rio*, de Luciana Hidalgo (2016), *Outros cantos*, de Maria Valéria Rezende (2016), *O amor dos homens avulsos*, de Victor Heringer (2016), *A noite da espera* e *Pontos de fuga*, de Milton Hatoum (2017, 2019), e *O corpo interminável*, de Claudia Lage (2020).<sup>83</sup>

A ditadura que atravessou duas décadas não constituiu um bloco temporal

---

<sup>83</sup> Em *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, Eurídice Figueiredo apresenta um panorama da produção testemunhal/literária sobre o regime militar (2017). Um estudo de romances recentes sobre a ditadura se encontra na tese *Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI*, de Lua Gill da Cruz (2021), que, ao final, anexa uma listagem de narrativas literárias longas sobre esse tema produzidas entre 2000 e 2020.



homogêneo nem mostrou completa coerência entre os dirigentes militares: há fases de maior ou menor violência repressiva, censura à imprensa e intolerância à oposição política, entre outros aspectos. Também não houve um único projeto coeso de resistência, pois grupos sociais distintos se opuseram ao regime por meios variados e até contraditórios.<sup>84</sup> Aliás, nem o próprio termo “ditadura” indica uniformidade, já que ele abriga múltiplos contextos no decorrer da história mundial, com conotações valorativas diferentes, conforme o verbete respectivo redigido por Mario Stoppino para o *Dicionário de política* (2000b, p. 368-379). De maneira geral, Stoppino define as ditaduras modernas como regimes políticos autoritários e antidemocráticos, nos quais o poder se concentra absolutamente em um único indivíduo ou em um grupo restrito de dirigentes, a autoridade política é transmitida de cima para baixo, a legitimidade e a transmissibilidade do poder são inexistentes ou precárias, a violência instrumental é sistematicamente empregada para perseguir os opositores e subjugar a população em geral, o governo se posiciona acima da lei ou transforma sua própria vontade em lei (2000b, p. 370-374). Mas há variações em cada um dos regimes históricos classificados como ditaduras, segundo Stoppino, especialmente no que se refere à natureza do poder, ao objetivo perseguido, às características da elite dominante, à ideologia e à base social (2000b, p. 374-379).

Os graus de violência das ditaduras diferem dos do totalitarismo, forma extrema de autoritarismo. Para Stoppino, “no uso mais comum e eficaz, fala-se de autoritarismo, contrapondo-o a totalitarismo, para designar apenas uma subclasse dos regimes não democráticos modernos: os que possuem um grau relativamente moderado de mobilização política das massas e de penetração política da sociedade” (2000b, p. 372). Nesta tese, contudo, o autoritarismo não é contraposto ao totalitarismo. Em vez disso, o autoritarismo é aqui entendido como um termo geral que abarca períodos antidemocráticos particulares como o totalitarismo nazista e a ditadura militar brasileira, entre outros.<sup>85</sup> Mas a afirmação de que o totalitarismo é a forma extrema do autoritarismo – útil para descrever as especificidades de cada momento histórico – jamais deve servir como argumento para minimizar ou relativizar a

---

<sup>84</sup> Não cabe retomar nesta tese a ampla bibliografia sobre a história da ditadura iniciada em 1964. Mesmo assim, vale mencionar exemplos das obras consultadas, sem pretensão de indicar as mais relevantes sobre o período. A própria produção jornalística e acadêmica de Kucinski, apresentada no primeiro capítulo, constitui importante fonte sobre o regime militar, abrangendo tanto os vários aspectos da violência quanto os movimentos de denúncia e de resistência. Os três relatórios da Comissão Nacional da Verdade, comentados abaixo, reúnem um grande acervo documental (BRASIL, 2014a, 2014b, 2014c). O jornalista Elio Gaspari elaborou extensa narrativa sobre o período, dividida em cinco volumes e fundamentada em testemunhos, documentos de arquivo e estudos especializados (2014a, 2014b, 2014c, 2014d, 2016). Uma exposição historiográfica bastante acessível sobre o período foi escrita pelo historiador Marcos Napolitano, intitulada *1964: história do regime militar brasileiro* (2021). Relevantes contribuições ao debate sobre o terrível legado da ditadura e sobre problemas relacionados à anistia são encontradas nos textos reunidos por Edson Teles e Vladimir Safatle em *O que resta da ditadura* (2010).

<sup>85</sup> Os conceitos de autoritarismo e de totalitarismo foram abordados nas seções 3.6 e 4.3 desta tese.

violência das ditaduras: às vítimas não importa muito o nome que leva o regime que as oprime, uma vez que os crimes de tortura, terrorismo de Estado, desaparecimento forçado e manipulação da memória são sempre traumáticos. Como Márcio Seligmann-Silva afirma em *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, “do ponto de vista das vítimas – e este ponto de vista é fundamental ao estudar o testemunho –, toda catástrofe é única” (2022, p. 152).

Um dos pontos comuns que aproximam distintos autoritarismos modernos é a instauração do estado de exceção. Giorgio Agamben estuda esse fenômeno jurídico-político em *Estado de exceção* e observa que, desde o totalitarismo nazista, “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como o paradigma de governo na política contemporânea”, mesmo em Estados autodeclarados democráticos (2004, p. 13-14). De maneira geral, segundo Agamben, compreende-se que o estado de exceção opera “a suspensão da própria ordem jurídica” e “a atribuição ao executivo do poder de promulgar decretos com força de lei” (2004, p. 15, 17). Mais à frente, ele reitera que o estado de exceção se evidencia na “confusão entre atos do poder executivo e atos do poder legislativo” (2004, p. 60). Mas Agamben considera que o estado de exceção é mais do que uma medida excepcional temporária adotada em circunstâncias emergenciais. É uma técnica de governo e, além disso, é “paradigma constitutivo da ordem jurídica”: “uma das características essenciais do estado de exceção – a abolição provisória da distinção entre poder legislativo, executivo e judiciário – mostra, aqui, sua tendência a transformar-se em prática duradoura de governo” (2004, p. 18-19). Na verdade, para Agamben, “o aporte específico do estado de exceção não é tanto a confusão entre os poderes”, e sim “o isolamento da ‘força de lei’ em relação à lei”: o estado de exceção “define um ‘estado da lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua ‘força’” (2004, p. 61). Era o que ocorria durante o nazismo, quando a constituição era mantida suspensa e sem força, ao passo que as ordens não escritas de Hitler tinham força de lei. Isso é registrado antes por Hannah Arendt: “Eichmann tentou muitas vezes explicar que durante o Terceiro Reich ‘as palavras do Führer tinham força de lei’ [...], o que significava, entre outras coisas, que uma ordem vinda diretamente de Hitler não precisava ser escrita” (1999, p. 165). Ela acrescenta: “as palavras do Führer, seus pronunciamentos orais, eram a lei do mundo” (1999, p. 165).

Mais uma vez, Agamben opera uma dicotomia: de um lado está o direito, de outro a vida (2004, p. 111). Agamben mobiliza criticamente outros pares conceituais similares ao longo de *Estado de exceção*, embora não os assuma integralmente: ordenamento jurídico e situação de fato, normas do direito e normas de realização do direito (aplicação), norma e

decisão, dentro e fora da ordem jurídica, contexto jurídico e anomia, lei e ação autônoma. Esses pares convergem na distinção latina entre *potestas* (“o elemento normativo e jurídico em sentido estrito”) e *auctoritas* (“um elemento anômico e metajurídico”) (2004, p. 130). Em meio a tudo isso, o que está em jogo é “uma pura vigência sem aplicação (a forma de lei)” e “uma aplicação sem vigência: a força de *Lex*” (2004, p. 93). Esta última é a força de lei sem lei, a norma vigente na suspensão da lei. Agamben posiciona seu conceito em meio ao dualismo constitutivo: “o estado de exceção é o dispositivo que deve, em última instância, articular e manter juntos os dois aspectos da máquina jurídico-política, instituindo um limiar de indecidibilidade entre anomia e *nomos*, entre vida e direito, entre *auctoritas* e *potestas*” (2004, p. 130). Ou seja, entre os dois planos há uma zona que constitui o estado de exceção. Nessa “zona de indiferenciação em que fato e direito coincidem” (2004, p. 42), a ordem jurídica fica separada de sua aplicação concreta no mundo da vida, mas, ao mesmo tempo, ambas se interligam e se indeterminam mutuamente. Não obstante, apoiando-se em Walter Benjamin, Agamben afirma que o estado de exceção não é uma simples articulação entre o que fica fora e o que está dentro do direito, “entre a anomia e o contexto jurídico em virtude de uma lei que está em vigor em sua suspensão”; ou seja, ele significa mais do que um elo ou uma fase intermediária: “ele é, antes, uma zona de absoluta indeterminação entre anomia e direito, em que a esfera da criação e a ordem jurídica são arrastadas em uma mesma catástrofe” (2004, p. 89).

Recuperando uma antiga instituição do direito romano, o *iustitium*, Agamben afirma que “o estado de exceção não se define, segundo o modelo ditatorial, como uma plenitude de poderes, um estado pleromático do direito, mas, sim, como um estado kenomático, um vazio e uma interrupção do direito” (2004, p. 75). A ordem jurídica busca assegurar uma relação com “esse espaço vazio de direito” porque ele é fundante, ou seja, ele oferece as condições para a decisão soberana que confirma o direito constituído ou constitui um novo direito (2004, p. 79). Em suma, “para o direito, esse espaço vazio é o estado de exceção como dimensão constitutiva” (2004, p. 93). Seria interessante perguntar por que Agamben procura no direito romano antigo a “forma paradigmática” do estado de exceção, encontrado no *iustitium*, se antes ele afirmara que “o estado de exceção moderno é uma criação da tradição democrático-revolucionária”, ou seja, é um fenômeno tipicamente moderno cuja origem remonta à Revolução Francesa (2004, p. 67, 15, 24). Ele também não esclarece por que é especificamente no direito romano que se encontra esse paradigma (e não em outras tradições culturais relevantes para a história do Ocidente, como a lei judaica e a democracia grega, por exemplo). Por fim, ele não deixa claro como se dá a transição histórica do direito romano à modernidade, embora cite alguns exemplos medievais. Tudo isso parece confirmar o hábito de Agamben de

selecionar da história antiga (especialmente na etimologia greco-latina e nas instituições do direito romano) as supostas fontes primordiais de sentido que interessam aos conceitos que ele formula. Mas este não é o espaço adequado para desenvolver essa crítica.

Outro ponto polêmico da teoria de Agamben é sua crítica à “opinião recorrente” que “coloca como fundamento do estado de exceção o conceito de necessidade” (2004, p. 40). Conforme tal hipótese, o estado de exceção seria declarado em casos emergenciais ou atípicos não previstos pelo direito. Nesses momentos, como “a necessidade não tem lei” (tanto no sentido de que ela “não reconhece nenhuma lei” quanto no de que “cria sua própria lei”), seria preciso adotar medidas excepcionais extra ou antijurídicas (2004, p. 40, 45). Agamben argumenta que essa teoria fracassa porque a necessidade não é uma situação puramente factual: “a necessidade, longe de apresentar-se como um dado objetivo, implica claramente um juízo subjetivo”, de forma que “necessárias e excepcionais são, é evidente, apenas aquelas circunstâncias que são declaradas como tais” (2004, p. 46). Ou seja, é preciso que alguém decida se determinadas condições configuram ou não um estado de necessidade. Essa decisão arbitrária está sujeita tanto a uma avaliação do contexto político moralmente interessada quanto a uma vontade de conservação ou de abolição da ordem vigente. Por isso, Agamben declara falsas as doutrinas em que o estado de exceção é vinculado diretamente ao direito, “o que se dá com a teoria da necessidade como fonte jurídica originária”, assim como as que o veem como o exercício de um direito estatal de autodefesa ou a de restauração de plenos poderes (2004, p. 79). Contudo, embora essa crítica à enganosa relação causal entre necessidade e exceção seja muito pertinente, Agamben não explica as estratégias e os motivos pelos quais os regimes políticos que ocupam o poder durante o estado de exceção de fato se apoiam na propaganda de uma necessidade emergencial, real ou imaginada.

Citando *Vida precária*, de Judith Butler, Agamben nota que a política dos Estados Unidos, após os atentados de 11 de setembro de 2001, frente aos estrangeiros acusados de terroristas, passou a “anular radicalmente todo estatuto jurídico do indivíduo, produzindo, dessa forma, um ser juridicamente inominável e inclassificável” (2004, p. 14). Ações similares não são novas na história. Em momentos de declaração de estado de exceção, é comum que os detentores do poder propaguem a figura do inimigo que o Estado deve combater. Nesses períodos, frequentemente são mobilizadas metáforas bélicas, mesmo quando não há uma guerra propriamente dita. Enquanto isso, o “inimigo” passa a enquadrar classes inteiras de pessoas, que perdem a identidade jurídica e às quais são negados quaisquer direitos de cidadania.

No Brasil, os militares e as elites responsáveis pelo golpe de 1964 e pela ditadura

subsequente recuperaram uma conjecturada “ameaça comunista” para criar a ilusão de estado de necessidade, como ocorreu também em outros países da América Latina. Em *Crítica em tempos de violência*, Jaime Ginzburg observa que “a estratégia dos autoritarismos latino-americanos do século XX, de modo geral, tem sido utilizar a ideologia da ‘segurança nacional’, tornando a figura do inimigo não necessariamente um dado externo à realidade do país, mas sobretudo interno” (2017, p. 451). Segundo Ginzburg, assim é reforçada a ideia paranoica de que há uma guerra contra um inimigo perigoso, o qual supostamente atua no próprio interior do espaço social (2017, p. 452). A suposição de ameaça fundamenta um estado de necessidade (uma urgência de “salvar a pátria”), que, por sua vez, é propagado para justificar o estado de exceção. No vazio legal da exceção que suspende a lei se instala a ditadura.

O relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV) afirma que a concepção da defesa nacional, conforme a ideologia de segurança da ditadura, apontava como objetivos principais a identificação e a eliminação dos chamados inimigos internos do país: “qualquer elemento dissonante da lógica militar era incompatível com a concebida vontade uníssona da nação – e, portanto, contrário aos interesses nacionais” (BRASIL, 2014a, 336-337). Indivíduos e instituições que discordassem dos detentores do poder e que defendessem ideais relacionados à democracia, à defesa dos direitos humanos e à redução das desigualdades eram perseguidos como se ameaçassem a segurança nacional. Uma vez identificados como “inimigos internos”, esses grupos estavam sujeitos à repressão, à tortura e às demais formas de violência adotadas sistematicamente pelo regime: “todos aqueles que simpatizassem ou militassem em defesa do socialismo ou do comunismo, todos aqueles que intentassem subverter a ordem estabelecida, eram alvos” (BRASIL, 2014a, p. 337, 362). Nesse contexto, bastava que um cidadão oferecesse qualquer tipo de oposição à ditadura para que fosse tratado como comunista ou socialista, mesmo que não fosse, de fato, adepto dessas ideologias políticas: “diversos setores sociais oponentes ao regime militar eram rotulados como inimigos, subversivos e terroristas” (BRASIL, 2014a, p. 337). A categoria “inimigo interno” incluía até “todos aqueles que deixavam o país por discordarem da ditadura” (BRASIL, 2014a, p. 176).

Em *K.*, no capítulo “A matzeivá”, o rabino recusa uma sepultura à filha de K. no cemitério judaico: “mas ela era terrorista, não era? E você quer que a nossa comunidade honre uma terrorista no campo sagrado, que seja posta em risco, por causa de uma terrorista? Ela não era comunista?” (2011, p. 82-83). A seguir, o narrador kucinskiano revela que “a mesma acusação na forma de pergunta, exatamente com as mesmas palavras, havia sido formulada um mês antes pelo judeu milionário dono da rede de tevê e amigo de ex-presidentes e generais [...]: ‘Mas ela não era comunista?’” (2011, p. 83). Ao final do capítulo, o dono da gráfica procurado

por K. para imprimir um “livrinho em memória da filha e do genro” reitera a acusação: “como o senhor teve o atrevimento de trazer material subversivo para a minha gráfica? Pegue isso e dê o fora, nunca mais apareça com esse tipo de coisa. Onde já se viu, material subversivo, uma desaparecida política, uma comunista. Ela não era comunista?” (2011, p. 84). O rabino, o empresário da rede de TV e o dono da gráfica assumem a propaganda da ditadura: há um inimigo interno a ser combatido, genericamente chamado de comunista, terrorista ou subversivo. Uma vez enquadrada nessa categoria, a pessoa perdia qualquer direito: ela era um perigo a ser afastado, um corpo estranho a ser eliminado, uma pessoa matável. O estado de exceção está intimamente associado à produção de grupos de indivíduos elimináveis, os quais ciclicamente encarnam a suposta necessidade que justificaria a própria exceção.

O golpe civil-militar de 1964 foi um ato de reinauguração do estado de exceção no Brasil, declarado depois pela promulgação dos atos institucionais que autoritariamente transformavam em lei a vontade dos usurpadores do Estado. A violência aumentava à medida que o próprio regime propagava a necessidade de controle e de repressão político-social. Nesse caso, em coerência com a teoria de Agamben, se é verdade que o estado de exceção consiste no vazio jurídico decorrente da suspensão da constituição operada pelo golpe, também não há dúvida de que a ditadura militar rapidamente se apropriou dessa “zona de indeterminação entre anomia e direito” para constituir sua própria norma. Além dos atos institucionais formalizados, outras disposições militares tinham “força de lei”, como as ordens dos dirigentes, geralmente censuradas à publicação, e os decretos do governo, às vezes secretos (cf. NAPOLITANO, 2021, p. 78-80). Ou seja, os atos institucionais tentavam dar ao regime uma aparência de legalidade, mas a força de lei da ditadura transcendia ainda a violência dessa imposição. A tortura, os desaparecimentos e as demais formas de terrorismo de Estado nunca foram formalmente legalizados, embora constituíssem prática corrente do regime, especialmente após o AI-5.

Em alguns fragmentos de K., a voz narrativa em primeira pessoa é concedida aos agentes da repressão. A matéria principal de tais capítulos é a força de lei das determinações dos dirigentes ditatoriais no estado de exceção e a perseguição aos inimigos internos. No capítulo “A abertura” (já comentado no final do terceiro capítulo desta tese), o personagem Fleury diz: “me deram carta branca, que era para acabar com os comunistas, não deram? Acabei com eles, não acabei?” (2011, p. 71). A banalidade da expressão “acabar com os comunistas”<sup>86</sup>

---

<sup>86</sup> Essa mesma expressão foi usada pelo presidente Jair Bolsonaro em 14/08/2019 (e em outras ocasiões), conforme notícia do *site Brasil 247*. No mesmo dia, a revista *Veja* publicou uma nota com a resposta do PSOL ao discurso do presidente. Disponível em <https://bit.ly/40uSnVv> e <https://bit.ly/3KoZvNe>. Acesso em 31/03/2023.

revela o processo de desumanização associado à suspensão do ordenamento constitucional. Isto é, os chefes e os partidários da ditadura não reconhecem os opositores como sujeitos de direitos; ao invés disso, os tratam como estorvos elimináveis, como meros “elementos”. A exceção também se mostra na arbitrariedade do procedimento de Fleury, um personagem que, nesse capítulo, funciona como metonímia da ditadura. Sem respeitar nenhuma lei ou procedimento formal, ele toma decisões autocráticas conforme seus interesses autoritários: “trate de fazer direito que eu solto você. Se cagar no pau, volta pro xadrez, te ponho na solitária” (2011, p. 72). O “vazio de direito” é ocupado pela decisão soberana de quem detém o poder de ditar as regras e eliminar sumariamente quem figura ameaça. Nesse episódio de *K.*, a violência autoritária revela ainda aspectos de paranoia e sadismo, pois o prisioneiro Fogaça obviamente não é capaz de protagonizar nenhuma agressão real, como indica o próprio Fleury: “para de tremer, porra”, “o elemento tá tremendo tanto que nem consegue segurar um telefone” (2011, p. 71-72). Não existe simetria nas forças envolvidas na suposta guerra que justificaria o estado de necessidade. O que há é pura dominação violenta.

Esse episódio demonstra que o regime militar excede a violência física ao propagar o terror, que Fleury designa com o eufemismo “psicologia”. Esse é um dos motivos pelos quais não se deve mensurar a violência de uma ditadura somente pelo número de pessoas torturadas e assassinadas. A disseminação generalizada do medo constitui, em si mesma, uma forma complexa de violência. A função da violência física é ampliada pelos dispositivos de terrorismo de Estado. Como observa Janaína de Almeida Teles, as práticas da ditadura “oscilavam entre esconder e mostrar a violência da repressão política, mesclando a intenção de se legitimar, ocultando a tortura institucionalizada do regime, com necessidade de difundir o medo, forjando casos exemplares que se tornassem uma ameaça permanente para todos” (2012, p. 109). No caso mais restrito dos personagens, Fleury esconde a violência por meio da ocultação do corpo da vítima, mas simultaneamente divulga a repressão propagando pistas falsas com o propósito de cansar e amedrontar os familiares, os demais militantes e o restante da população. A aterrorização por meio da tortura e dos assassinatos se junta às estratégias para confundir, enganar, difundir e denegar os crimes sabidamente cometidos pela ditadura. Uma passagem anterior, em que *K.* recebe um pacote contendo material que teria sido remetido de Portugal pela filha, já havia mencionado que a ditadura usa fraudes descaradas a fim de potencializar o terror: “não é a escrita da filha, ele logo vê. [...] Montaram uma farsa. Um teatro para me torturar” (2011, p. 38). Como nota o narrador, os militares estabelecem uma “guerra psicológica adversa”, na qual “confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional” (2011, p. 70). No romance, essa forma de violência

é mais uma vez posta em ação na ocasião em que o ministro da Justiça, Armando Falcão, faz um pronunciamento mentiroso sobre os desaparecidos: “a falsa lista revelou-se arma eficaz de uma nova estratégia de tortura psicológica” (2011, p. 70). Como a declaração oficial é transmitida publicamente em rádio e TV, e não privadamente aos familiares, é possível supor que o alvo da “tortura psicológica” se estende a toda a população brasileira.

Entretanto, Kucinski não elabora seus personagens de modo maniqueísta, como se militantes virtuosos simplesmente enfrentassem vilões insensíveis. Não restam dúvidas acerca da crueldade dos agentes da ditadura e do mal incalculável que eles impuseram tanto às vítimas quanto ao país em geral. Mesmo assim, em *K.*, eles são personagens complexos, não reduzidos ao mero tipo do antagonista maléfico: o narrador recusa aos opressores a limitação a estereótipos, isto é, não adota o modo de agir da ditadura. Até em Fleury o romance vê humanidade. A desumanização e a estigmatização impediriam a responsabilização: não se pode culpar um “monstro” que age conforme sua natureza nem se pode imputar um “louco” alienado. No episódio em que a amante dele o descreve como “um cavalheiro”, ela hesita: “como é que um homem assim, tão bom comigo, pode ser tão ruim com outros” (2011, p. 101, 105). Tentando entender, ela recorre à insinuação de que um trauma de infância explicaria o comportamento dele: “outra vez ele falou: esses padres são todos tarados. Eu não perguntei, mas fiquei com a impressão de que algum padre andou bolinando ele quando era coroinha” (2011, p. 106). Encadeando a afirmação do ódio aos comunistas e a menção à prisão de alguns padres, a amante reforça a conjectura de que haveria uma relação causal entre a agressão que Fleury sofrera na infância e a violência que ele pratica na vida adulta: “ele tem é ódio de comunista, isso sim, ódio e desprezo [...]. Se o sujeito é comunista ele vai com tudo, tem carta branca, esmaga como se fosse uma barata” (2011, p. 107). É óbvio que a possibilidade de ter sido vítima não o autoriza a se tornar assassino; apesar disso, a amante indiretamente reivindica que também nele seja vista uma vida humana sujeitada por traumas. Ironicamente, o homem capaz de matar pessoas como baratas é piedoso com animais, como conta o personagem Mineirinho: “quando eu falei em sacrificar a cadela, levei o maior esporro, me chamou de desumano, de covarde, que quem maltrata cachorro é covarde” (2011, p. 67).

A complexidade se deve à operação da ideologia no regime autoritário. O partidário da ditadura está predisposto a acreditar na propaganda do estado de necessidade e na ameaça do inimigo interno; por conseguinte, se dispõe também a protagonizar (ou ao menos a admitir) a repressão ditada pelo regime. Conforme pesquisa de Adorno acerca da personalidade



autoritária (2019),<sup>87</sup> o indivíduo potencialmente fascista encontra ocasião adequada à expressão da violência quando o contexto sócio-político encoraja (e até reivindica) que cidadãos identificados à autoridade agridam pessoas marcadas como “de fora”, ou seja, percebidas como estranhas e perigosas. Tal agressividade é levada ao extremo no estado de exceção, como no caso dos “inimigos internos” da ditadura. A ideologia autoritária estabelece um corte entre os sujeitos reconhecíveis e as pessoas matáveis, de forma que o indivíduo adepto do autoritarismo absurdamente se convence de que faz um bem à humanidade quando trabalha para eliminar do mundo as vidas abjetas, as quais, para ele, sequer contam como vida.

Mas nada disso justifica a violência dos agentes e dos apoiadores da ditadura, muito menos os exime de responsabilização. Há um resto de confronto com a realidade que não é completamente capturado pela ideologia, de forma que, ao sujeito capaz de pensar, é possível perceber o funcionamento do dispositivo de agressão destruidora e resistir à continuidade de sua ação. No fragmento intitulado “A cadela”, o agente Mineirinho, ao projetar na cachorra uma velada admissão de culpa, toma consciência de que a propaganda do regime não é suficiente para legitimar a violência que ele vê e pratica: “se a gente chega perto, rosna, cachorra filha da puta, como se estivesse acusando, como se soubesse de tudo” (2011, p. 65). Ele também pensa em responder à acusação de covardia proferida por Fleury: “quase falei pra ele: e quem mata esses estudantes coitados, que têm pai e mãe, que já estão presos, e ainda esquarteja, some com os pedaços, não deixa nada, é o quê? Ainda bem que não falei. Não sei onde estava com a cabeça” (2011, p. 67). Nesse instante fugaz de lucidez, o colaborador da repressão “estava com a cabeça” justamente onde ela deveria ter permanecido: no lugar de quem percebe e contesta o horror da violência. Lamentavelmente, ele não é capaz de admitir a rebelião e deve ser responsabilizado pelos crimes que comete em nome da ditadura.

A separação entre a ordem jurídica e sua aplicação efetiva, bem como a consequente criação de um “vazio de direito”, nas expressões de Agamben, podem produzir a desorientação dos sujeitos em relação tanto à norma em vigor (jurídica, moral, política, social etc.) quanto à relativização ética decorrente do imperativo de sobrevivência em condições de perigo intenso. Em *K.*, há personagens posicionados em uma zona cinzenta na qual não se definem integralmente nem como opressores nem como vítimas, embora possam pender mais a um ou a outro lado. Um desses personagens é Souza, um agente duplo, um delator infiltrado: na linguagem da ditadura, um “cachorro”. Mas, antes, Souza havia sido membro efetivo da organização clandestina de resistência, na qual se envolvia sem muita convicção: “e pensar

---

<sup>87</sup> Essa pesquisa foi brevemente comentada na seção 3.7 desta tese.

que me meti nesse atoleiro por causa de mulher, aquele mulherio todo nas assembleias, e a sacana da Laura que me aparece de repente com o cara todo machucado, assalto a banco, aquela era a hora de bater a porta na cara deles” (2011, p. 95). Ele só passou a colaborar com a repressão depois de ter sido capturado e torturado: “relembrou a noite pavorosa em que arrancaram sua unha, disseram que iam arrancar todas, uma a uma, até ele concordar em mudar de lado” (2011, p. 95). Souza sabe que continua sob ameaça de morte iminente: “agora que não precisavam mais dele, que garantia tinha? Nenhuma. Não ia se deixar matar depois de tudo o que sofreu. Precisava tempo para achar uma saída” (2011, p. 95). Por isso, ele desiste da delação e entrega ao chefe um informe falso. Tomado como metáfora, o gesto final de engolir o primeiro papel expressa o conflito moral de Souza, que aguenta o asco da função terrível a que se submete. Ele se atormenta pela falta de saídas, se arrepende de decisões equivocadas e tenta se agarrar às últimas possibilidades de autopreservação. Sua angústia se expressa no ponto de vista narrativo do fragmento, que alterna primeira e terceira pessoa, em geral mediadas pelo uso do discurso indireto livre, mas com algumas passagens bruscas de uma a outra. Esse recurso formal produz a impressão de que a voz narrativa oscila entre a consciência ofuscada do personagem e a onisciência ora condescendente ora condenatória do narrador. Dessa maneira – embora a deslealdade do traidor dificilmente seja perdoada pelo leitor distanciado dos acontecimentos –, Souza é simultaneamente agressor e vítima, sem se identificar totalmente nesses lugares.

Outra posição complexa é a da amante de Fleury. Essa personagem – mais uma mulher não nomeada no romance – é identificada pela relação com o irmão opositor (Zinho) e com o amante facínora (Fleury). Em “Paixão, compaixão”, ela conversa com uma vítima indireta, cujas falas são omitidas na narração. A amante começa a contar sua história dizendo que “no começo foi medo” (2011, p. 101). Para salvar o irmão exilado, ela havia recorrido diretamente a Fleury, por quem depois se apaixona. Ela admite que não é ingênua: “sou mulher e independente, tenho profissão” (2011, p. 103). Tampouco é enganada, pois tolera a convivência com um criminoso sabidamente cruel: “se eu fosse pensar, como é possível eu estar vivendo com um homem que todos dizem que é um monstro?” (2011, p. 102). Ao condicionar o autojulgamento ao ato de pensar, ela demonstra consciência de que sua posição não é razoável e mal disfarça um sentimento de culpa. Aqui é tentadora a retomada da acusação de Arendt contra Eichmann: a filósofa o considerou culpado pela “incapacidade de pensar, ou seja, de pensar do ponto de vista de outra pessoa” (1999, p. 62). Mas não é exatamente o mesmo que se passa com a personagem: a amante quer convencer que ela se submeteu a Fleury para salvar um irmão considerado como filho, mesmo percebendo que os argumentos dificilmente serão convincentes. Ela também quer acreditar (e quer induzir a interlocutora a concordar) que não

pode ser condenada por ceder a sentimentos supostamente incontroláveis. Ela ainda busca empatia recíproca com a mãe com quem conversa: “vamos falar claro: procurar uma pessoa como eu, a amante daquele monstro, [...] é a prova de que a pessoa fez de tudo, até falou com uma pessoa como eu. [...] Não é o que eu mesmo fiz para trazer o Zinho?” (2011, p. 109). À “paixão”, o título pospõe “compaixão”. Mas quem sente compaixão? O termo só aparece uma vez no texto: “acho que é por isso que recebo pessoas como a senhora, não é que eu possa fazer alguma coisa, nem é só por compaixão, é que assim eu volto a me sentir gente, mesmo quando tenho que dar uma notícia ruim” (2011, p. 106). Ela diz que se penaliza pelas vítimas do amante e encontra nesse sentimento um meio para recuperar o autorreconhecimento como humana. Ela também reivindica tacitamente um pouco de compaixão para si própria, argumentando: “minha mãe sabe que eu trouxe o Zinho de volta, que eu salvei o Zinho de ser morto, não podendo escapar lá onde estava porque não tinha passaporte” (2011, p. 104). A personagem não se reduz simplesmente nem a uma boa pessoa alienada nem a uma personalidade abertamente fascista. Não obstante, a admissão do conhecimento das circunstâncias estabelece a imputabilidade de sua omissão e de sua conivência com o torturador assassino.

Uma terceira personagem posicionada na zona cinzenta é a trabalhadora destacada em um dos fragmentos mais marcantes de *K.*, “A terapia”. A jovem Jesuína ocupa a voz principal em quase todo o capítulo, majoritariamente organizado na forma de diálogo entre ela e uma terapeuta do INSS, com poucas intervenções do narrador em terceira pessoa. Tendo trabalhado na Casa da Morte, em Petrópolis, incumbida da limpeza e de outros serviços, é Jesuína que revela, de passagem, as circunstâncias da morte de A. Jesuína conta que chegou a ser posta em uma cela, como se também fosse uma prisioneira, para colher informações das pessoas encarceradas. Portanto, ela atuava como colaboradora de Fleury: “era para me fazer de boazinha, ver se elas passavam algum bilhete, algum número de telefone, tinha que fingir pena, me oferecer para avisar a família, essas coisas. Às vezes eles acreditavam e me passavam algum bilhete. Eu entregava direto para o Fleury” (2011, p. 123). Em uma oportunidade, ela entrevistou um cômodo inacessível onde partes de corpos de vítimas eram penduradas pelos algozes. Posteriormente, empregada em uma empresa apoiadora do regime, Jesuína padece de alucinações, fraquezas e sangramentos, provavelmente por somatização das experiências psíquicas insuportáveis. Ao final, ela é acolhida pela terapeuta, de forma que a imagem de vítima coagida a trabalhar em condições infernais se sobrepõe à de colaboradora dos torturadores: “Jesuína põe-se a soluçar, de início um gemido surdo; logo o choro se acelera e ela é tomada por convulsões, escorregando lentamente da cadeira; a terapeuta a agarra antes

que desabe e a põe de pé, abraçando-a. Ambas choram” (2011, p. 129).<sup>88</sup> Afinal, Jesuína – estigmatizada, adoecida, empobrecida e explorada – poderia ter pleno conhecimento da ditadura? Mesmo que não estivesse informada sobre a conjuntura político-social do país, ela deveria se opor à desumanização dos presos, que assistia cotidianamente? Se resolvesse combater os crimes, a quem ela os denunciaria, se os próprios carrascos eram policiais? Com que pessoas influentes ela conseguiria estabelecer contato para delatar os crimes? E quem acreditaria no depoimento de uma faxineira ex-presidiária, confrontado ao de um delegado? Que saídas ela poderia vislumbrar, submetida à violência desde a infância, dependente do emprego? Ela teria informações suficientes para procurar os grupos clandestinos de resistência? Um subalterno pode ser considerado cúmplice de crimes cometidos por chefes perigosamente ameaçadores? Essas questões, que não eximiriam a responsabilização de uma pessoa como Jesuína (ela objetivamente participava da cena dos crimes), expõem dificuldades éticas e políticas em contextos complexos de estado de exceção.

Há ainda, em *K.*, uma multidão de personagens secundários e figurantes. Entre eles estão a nova esposa e os outros dois filhos de *K.*, as amigas de *A.*, os consogros de *K.*, o arcebispo católico e os familiares dos demais desaparecidos, os presos políticos do Barro Branco, os companheiros militantes da resistência, o representante do American Jewish Committe (Irineu Blaumstein), o investigador argentino (Jacobo), o vereador responsável pela nomeação de ruas em homenagem aos desaparecidos, a terapeuta, os professores da Congregação de Química da USP, os comerciantes e empresários coniventes com o regime, o falso general extorsionário, os advogados e os juízes, os espões e os informantes, o delegado de plantão na delegacia, os membros da comunidade judaica, os amigos iidichistas, os vizinhos mexeriqueiros, os transeuntes apenas mencionados etc. No capítulo “O livro da vida militar”, um general, que não apoiara o golpe e por isso fora cassado, descreve os militares que figuram em um “Almanaque do Exército”, mostrando a relativa diversidade de pontos de vista, de habilidades, de interesses escusos e de oportunismo no meio militar, embora a oposição não fosse tolerada. Todos esses personagens listados acima – a maioria anônimos – apresentam as diversas formas de comportamento da população em geral em relação à ditadura: resistência, denúncia, medo, alienação, desconhecimento, colaboração, apoio ideológico, participação direta na repressão ou no governo, proveito financeiro, envolvimento (voluntariamente escolhido ou não) nas campanhas em favor das vítimas etc.

Por fim, a pluralidade de vozes é amplificada pelas diversas referências

---

<sup>88</sup> A última frase (“Ambas choram.”) foi cortada na terceira edição de *K.* e nas edições seguintes.

intertextuais mobilizadas pelo escritor. *K.* remete especialmente à obra de Graciliano Ramos e de Franz Kafka. Quanto ao primeiro, uma análise comparativa já foi desenvolvida no artigo “Estado de exceção e violência policial em *K: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos”, de Weverson Dadalto (2020). Em relação à obra de Kafka, o próprio nome do personagem protagonista evidencia as relações intertextuais, observadas por diversos estudos críticos, especialmente os artigos já citados de Luciana Paiva Coronel (2020) e Thaís Sant’Anna Marcondes (2020a). Há ainda outras referências explícitas, como ao poeta e ex-presos político Pedro Terra (pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva) e ao escritor tcheco Milan Kundera (2011, p. 162, 168), além de muitas alusões implícitas a testemunhas da ditadura brasileira e de outras catástrofes. Dessa maneira, Kucinski convoca ao seu texto outros testemunhos de pessoas que viveram em épocas de autoritarismo violento. Por outro lado, o escritor soma sua voz às vozes de muitas outras testemunhas do autoritarismo. O dialogismo com outros autores é um modo tanto de ampliar a pluralidade de vozes quanto de reforçar o teor testemunhal do texto, que será discutido abaixo.

No artigo “A ficção no labirinto da história: memória e resistência em *K.: relato de uma busca*, de Kucinski”, Luciana Paiva Coronel analisa a sucessão de personagens que “entra em cena para compor a cartografia da desorientação do pai nesse tempo sem lei”, enquanto “uma multiplicidade de vozes irrompe nas páginas, sendo inseridas em capítulos independentes e conformando no romance um mosaico de falas e silêncios que mimetiza a atmosfera opressora da época que se seguiu ao golpe militar de 1964” (2020, p. 214). Como Coronel bem nota, a pluralidade de vozes colabora na expressão da “desorientação do pai”, cuja perspectiva é privilegiada no conjunto de fragmentos. A inserção das demais vozes funciona como um auxílio ao narrador (que duplica o ponto de vista do escritor), incapaz de relatar de forma linearmente conclusiva os efeitos da violência. Ao buscar uma apresentação da “atmosfera opressora da época”, na expressão da pesquisadora, Kucinski não hesita em se posicionar contra os partidários da ditadura. O romance não oferece um panorama fidedigno da pluralidade de discursos antagônicos em disputa tanto na época das ações narradas quanto na da publicação.

Se o conceito de polifonia proposto por Mikhail Bakhtin (2013) for tomado como referência, a conclusão de críticos que caracterizam *K.* como um romance polifônico se mostra imprecisa. Esse termo aparece em várias análises. Por exemplo, Joachim Michael, em “Memória do desaparecimento: a ditadura no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski”, afirma que “em primeira instância salta à vista a polifonia do romance, que se narra desde diferentes pontos de vista”, embora o crítico reconheça que “como visão principal

prevalece a do familiar, o pai” (2016, p. 22). Já Sandra Assunção, em “Representações do passado traumático em obras de Roberto Drummond e Bernardo Kucinski”, afirma que “o período ditatorial em que K vê a filha desaparecer é mostrado sob a ótica de diferentes atores, numa versão polifônica pela qual o autor procura dar voz aos envolvidos na morte de Ana Rosa Kucinski Silva, que, como muitos outros, foi calada pela lei da anistia” (2021, p. 121). Um terceiro exemplo da atribuição de polifonia a *K*. se encontra no estudo “Como narrar o horror da ditadura civil-militar brasileira? Uma leitura de *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski”, de Paulo Roberto Tonani do Patrocínio, que encontra a literariedade do romance kucinskiano nas referências intertextuais “a textos clássicos” e “no uso de uma linguagem literária marcada pela polifonia e pela multiplicidade de narradores que transitam em torno do relato da busca de um pai por informações sobre sua filha desaparecida” (2020, p. 204).

Para que um romance seja considerado polifônico, não basta que apresente múltiplos narradores e personagens aos quais são atribuídos papéis sociais divergentes. Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*, descreve a polifonia como a inserção, em um texto, de uma pluralidade de vozes por meio das quais se verifica o dialogismo entre discursos distintos e independentes. Os romances de Dostoiévski, segundo Bakhtin, são peculiarmente constituídos pela “multiplicidade de vozes e consciências independentes e imiscíveis” e pela “autêntica polifonia de vozes plenivalentes” (2013, p. 4). Isto é, as vozes que compõem o conjunto plural não se misturam e são “plenas de valor”: elas “mantêm com as outras vozes do discurso uma relação de absoluta igualdade como participantes do grande diálogo”, de acordo com nota do tradutor Paulo Bezerra (in BAKHTIN, 2013, p. 4). Além disso, para Bakhtin,

Não é multiplicidade de caracteres e destinos que, em um mundo objetivo uno, à luz da consciência una do autor, se desenvolve nos seus romances [de Dostoiévski]; é precisamente a *multiplicidade de consciências equipolentes e seus mundos* que aqui se combinam numa unidade de acontecimento, mantendo a sua imiscibilidade. Dentro do plano artístico de Dostoiévski, suas personagens principais *são*, em realidade, *não apenas objetos do discurso do autor, mas os próprios sujeitos desse discurso diretamente significante*. Por esse motivo, o discurso do herói não se esgota, em hipótese alguma, nas características habituais e funções do enredo e da pragmática, assim como não se constitui na expressão propriamente ideológica do autor (como em Byron, por exemplo). A consciência do herói é dada como outra, a consciência do *outro*, mas ao mesmo tempo não se objetiva, não se fecha, não se torna mero objeto da consciência do autor (2013, p. 4-5).

Paulo Bezerra novamente explica que são “equipolentes” as “consciências e vozes que participam do diálogo com outras vozes em pé de absoluta igualdade; não se *objetificam*, isto é, não perdem o seu SER como vozes e consciências autônomas” (in Bakhtin, 2013, p. 5). No artigo “Polifonia”, Bezerra afirma que, no romance polifônico, o autor se posiciona “como

regente do grande coro de vozes que participam do processo dialógico”, de forma que “esse regente é dotado de um ativismo especial, rege vozes que ele cria ou recria, mas deixa que se manifestem com autonomia e revelem no homem um outro ‘eu para si’ infinito e inacabável” (2016, p. 194). Embora o autor seja o organizador da pluralidade polifônica, os discursos dos personagens não são meramente objetificados; em vez disso, mantêm sua autonomia e sua irredutibilidade às demais consciências, inclusive em relação ao narrador.<sup>89</sup>

No romance de Kucinski, os personagens Fleury e Mineirinho, embora falem em primeira pessoa, são apresentados como criminosos violentos e condenáveis, coerentemente com o julgamento dos militantes da resistência e dos familiares das vítimas. Os personagens não expõem autenticamente as convicções subjetivas e as motivações políticas de torturadores e de outros apoiadores da ditadura. Se o autor concedesse um espaço desse tipo para que as vozes de tais personagens se apresentassem como consciências “plenivalentes, equipolentes e imiscíveis”, ele estaria manifestando disposição para escutar e reproduzir, no interior da obra literária, a apologia da ditadura e de seus métodos, a justificação do extermínio dos supostos terroristas e a defesa de convicções fascistas, por exemplo. Em termos atuais, o romance ofereceria lugar para que personagens similares a bolsonaristas convictos expusessem autonomamente suas falácias sobre a história e a realidade brasileira, independentemente da visão de mundo do escritor e das vítimas. Mas Kucinski não demonstra nenhuma disposição a ceder tal espaço aos partidários da ditadura. Ao incluir os agentes da repressão no romance, ele os caracteriza como realmente precisam ser mostrados: como quem esteve do lado errado da história, o lado dos criminosos cujas práticas e ideias devem ser continuamente condenadas.

Ocorre o mesmo com os personagens da zona cinzenta e com a multidão de figuras secundárias e figurantes: eles não têm existência autônoma como personificações de discursos plenivalentes. O conjunto do romance, considerando o enquadramento narrativo constituído pelos fragmentos que enfatizam o sofrimento das vítimas e de seus familiares, dificilmente poderia levar o leitor a considerar seriamente as ideias dos personagens algozes ou a eles associados. Os seus discursos não são inseridos na obra para mostrar “o outro lado”, para conceder “direito de defesa” aos torturadores ou para reproduzir os embates entre ideologias incompatíveis. Por isso, ao menos no sentido bakhtiniano, *K.* não é um romance polifônico. Todo o livro se orienta para a condenação da violência da ditadura e para a reivindicação da

---

<sup>89</sup> Além da obra de Bakhtin, a polifonia e a autoria (conceito em que Bakhtin distingue o autor-pessoa e o autor-criador) são explicadas nos capítulos “Autor e autoria”, de Carlos Alberto Faraco, e “Polifonia”, de Paulo Bezerra, do livro organizado por Beth Brait: *Bakhtin: conceitos-chave* (2016). Também é relevante o artigo “Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin”, de Patrícia Marcuzzo (2008).

memória das vítimas, conforme a crítica literária especializada percebe unanimemente.

É preciso investigar se há contradição nos termos da afirmação de existência de polifonia em uma obra testemunhal. Como o testemunho poderia ser polifônico se ele se constitui primordialmente como um relato em primeira pessoa de uma experiência traumática? Enquanto a polifonia exige a pluralidade discursiva, o testemunho supõe uma voz que fala de uma perspectiva singular, seja o lugar do sujeito que experimentou pessoalmente o evento, seja o do sobrevivente que viu e testemunha como terceiro, seja a da pessoa que escuta e solidariamente leva adiante o relato. A testemunha pode tentar falar pela coletividade, pode buscar compreender os outros, pode se dispor ao diálogo sincero com seus opositores, pode se esforçar para olhar do ponto de vista do outro. Ou seja, o testemunho é dialógico porque se organiza como linguagem, e, como pensa Bakhtin, toda linguagem é dialógica. Mas a testemunha fala sempre a partir de um ponto de vista particular: a posição única de quem viveu, viu ou escutou, e, a partir dessa experiência, tenta elaborar um relato.

Mas, se Kucinski não escreve um romance polifônico, o que explica a sucessiva mudança de pontos de vista e os deslocamentos das vozes narrativas? Esses procedimentos são propícios ao testemunho. Diante da impossibilidade de relatar a experiência traumática em uma forma direta e linear, a narração cede à fragmentação e às mudanças de vozes como tentativa (geralmente frustrada) de encontrar algum modo de entender e de mostrar. O romance se assemelha a um observador que tem nas mãos um objeto estranho, e, na ânsia de compreendê-lo, gira essa coisa e a interroga por vários ângulos, tentando decifrar o enigma. A testemunha da catástrofe experimenta algo que não pode compreender totalmente. A mobilização de vozes plurais se junta a outros recursos formais necessários ao testemunho impossível, os quais serão retomados, mais uma vez, nas próximas seções abaixo.

## 5.2 O testemunho e a resistência ao “mal de Alzheimer nacional”

Kucinski destacou em itálico o fragmento inicial de *K.*, “As cartas à destinatária inexistente”, ao fim do qual indicou local e data: “São Paulo, 31 de dezembro de 2010” (2011, p. 15-17). O último trecho, “Post Scriptum”, repete os mesmos recursos (2011, 177). Nesses capítulos, que explicitam o afastamento entre o tempo da narração e o dos fatos narrados, aparece um “eu” que se esconde nos demais capítulos: trata-se do irmão da vítima desaparecida. Essa primeira pessoa ficcional duplica a voz do próprio escritor.

Na primeira frase do romance (depois da advertência) há duas pessoas: “de tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada”



(2011, p. 15). O “eu” emerge diante de um outro estranhamente familiar: “ela”, cujo nome se omite, aquela que sucumbe e desaparece tanto da vida social quanto da sequência textual. Isto é, a identidade do narrador se estabelece em relação à vítima ausente, de modo que a história dele se funde à dela. Desde o começo, o “eu” narrativo expõe a falta constitutiva que contagia todo o restante da obra: a falta da irmã e a falta de seu cadáver, mas também a falta de respostas, a falta de justiça, a falta de solidariedade ao buscador desesperado, a falta de memória coletiva, a falta de linearidade temporal, a falta de coesão narrativa, a falta de um relato completo. Nesse sentido, o subtítulo depois acrescentado ao romance, “relato de uma busca”, aponta para a perda que gera vazio, insatisfação, angústia, que acarreta a incompletude do relato, já que o objeto da busca é irrecuperável. Isso até justificaria uma inversão no subtítulo: o romance é também “a busca de um relato”, fatalmente inacabado. O primeiro fragmento disfarça o vazio preenchendo-o com hipóteses e divagações, marcadas formalmente por frases interrogativas, por conjunções condicionais e por formas verbais no futuro do pretérito. Esses recursos mostram a busca de explicações, de sentido, de alternativas: “tudo o que ela hoje mereceria, se sua vida não tivesse sido interrompida”, “tudo isso ela teria mas não terá”, “é como se [...]”, “ela teria fornecido não o endereço de sua catacumba no momento”, “não, ela nunca conheceu a nossa casa”, “mistério”, “será [...]? Será [...]? Será [...]?”. (2011, p. 15-17). Nesse contexto, o narrador confessa seus sentimentos: “sempre me emociono”, “e me pergunto”, “fiquei imaginando”, “nunca conheceu meus filhos”, “eu sempre lamentei”, “nunca saberei” (2011, p. 15-17).

No capítulo seguinte, “Sorvedouro de pessoas”, o narrador arrisca contar uma história linear em terceira pessoa. O texto lembra as narrativas policiais que Kucinski afirma, em entrevistas, ter composto na mesma época: *Mataram o presidente*, *Alice* e uma primeira versão de *Júlia*. Em *Mataram o presidente*, há um investigador que trabalha para a Polícia Federal, o delegado Mauro. Em *Alice*, há duas investigações simultâneas: o trabalho do delegado Magno é complementado pelas averiguações extraoficiais do professor Zimmerwald e do estudante Rogério. De modo similar, em *Júlia*, a protagonista persegue as pistas, apoiada e auxiliada pelo experiente investigador Magno. Nessas três obras, o mistério é solucionado ao final. Mas em *K*, o narrador revela antecipadamente que a mulher buscada está morta e continua desaparecida, negando ao leitor a expectativa de resolução do problema inicial no desfecho do romance. Além disso, ao investigar o sumiço da filha, o protagonista não é assistido por nenhuma autoridade policial. Ao contrário, ele segue pistas falsas solitariamente e compreende que outros familiares de desaparecidos vivem a mesma situação. *K*, se revolta contra a absoluta omissão do Estado no apoio à busca. Pior ainda, ele se dá conta de que o próprio Estado é o responsável pelo desaparecimento e que ele enfrenta um “sumidouro de pessoas” (2011, p. 27).

Desse momento em diante – depois de o narrador mostrar a desesperadora tomada de consciência de que a busca está fadada ao fracasso –, a narrativa linear implode, o relato se estilhaça em fragmentos variados tanto em relação ao gênero textual quanto à voz narrativa. A impossibilidade de seguir desdobra a narrativa em múltiplas tentativas, em vários recomeços.

Não obstante, a primeira pessoa do fragmento inicial vigia nos demais capítulos. Por exemplo, as falas em primeira pessoa dos agentes da repressão parecem mostrar o que o “eu” do narrador imagina que eles diriam. Em alguns fragmentos, esse “eu” quase trai seu ocultamento. A primeira pessoa do plural é empregada em “A reunião da congregação”: “imaginemos que pense assim” (2011, p. 149). Em “Sobreviventes, uma reflexão”, o narrador-ensaísta menciona “a culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro” (2011, p. 162); tal sentimento cabe somente ao irmão/cunhado do casal desaparecido. Além disso, não se pode esquecer que o “K.” do protagonista é também a inicial do sobrenome do escritor.

Por fim, esse “eu” retorna explicitamente no “Post Scriptum”: “já se passaram três décadas e um pouco mais. De repente, há dois meses, um telefonema para essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada [...]. Não retornei o telefonema” (2011, p. 177).<sup>90</sup> Nesse momento, o narrador-irmão admite que participou das buscas, ou seja, que o pai não procurou sozinho: “lembrei-me dos primeiros meses após a desaparecimento; sempre que chegávamos a um ponto sensível do sistema, surgiam as pistas falsas do seu paradeiro para nos cansar e desmoralizar” (2011, p. 177). O personagem K. agrega tanto as ações do pai quanto as do irmão da desaparecida; eventualmente, K. também pode comportar outros familiares e outras pessoas solidárias.<sup>91</sup> Mas quem assina o testemunho é o irmão.

Portanto, o romance é emoldurado pela voz em primeira pessoa, evidente nos fragmentos de abertura e de encerramento. Esse “eu”, que alterna autoexposição e auto-ocultação, anula a polifonia aparente e confere ao conjunto uma natureza testemunhal. Em outras palavras, o enquadramento dos capítulos inicial e final orientam a pluralidade de vozes para um local e um tempo muito bem definidos: o lugar da testemunha. É essa testemunha, *testis*, que tenta narrar a história de quem não pode testemunhar, pois a vítima “foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar” (2011, p. 17). Ao mesmo tempo, além de carregar

<sup>90</sup> Na terceira edição de *K.* e nas seguintes, Kucinski alterou ligeiramente a primeira frase: “Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada [...]” (KUCINSKI, 2014c, p. 181). Vale lembrar que “não mais que de repente” é o subtítulo do romance policial *Alice*, mais um indício do elo entre as obras.

<sup>91</sup> Em *Os visitantes*, o narrador afirma: “na novela, a procura é toda protagonizada por K., mas não foi assim que aconteceu. Essa ex[-esposa], tão azeda, foi quem mais se empenhou” (2016b, p. 41). Em outra passagem, ele diz: “na novela é o pai quem o procura [procura o judeu rico e influente], mas na realidade foi o filho” (2016b, p. 61).

o trauma continuado do desaparecimento da irmã e da falta de justiça, esse “eu” tenta elaborar sua própria história, já que ele também é um sobrevivente da barbárie. Afinal, o escritor enfrentou a ditadura e escapou à repressão enquanto via muitas pessoas próximas sucumbirem ao redor. “Meio século depois”, ele escreve como *superstes*, embora projete sua experiência no personagem K.: “o sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não?” (2011, p. 161, 163).

Seligmann-Silva, em *O local da diferença*, observa que os estudos sobre o testemunho estão inicialmente relacionados, na Alemanha, ao “trabalho de memória em torno da Segunda Guerra Mundial e da Shoah” (2018, p. 81). Nessas discussões, segundo o crítico, “a Shoah aparece como *evento central da teoria do testemunho*”, com ênfase em temas como a singularidade dessa catástrofe, o ponto de vista subjetivo, a prioridade à perspectiva das vítimas e a irredutibilidade a termos do discurso (2018, p. 83). A pessoa que testemunha é pensada sobretudo “na chave da noção freudiana de *trauma*”, na abordagem lacaniana da “noção de *real* como algo que não pode ser simbolizado” ou ainda a partir da “noção desenvolvida por Nicolas Abraham e Maria Torok de *cripta*”, havendo também espaço para a testemunha como um terceiro convocado a dar a sua versão dos “fatos” (2018, p. 84). Para Seligmann-Silva, o testemunho se caracteriza pela tensão entre oralidade e escrita, pela literalização (“incapacidade de traduzir o vivido em imagens ou metáforas”) e pela fragmentação (“incapacidade de incorporar em uma cadeia contínua as imagens acríbicas”) (2018, p. 85). Ele ainda afirma que “o testemunho cumpre um papel de justiça histórica” e que “pode também servir de documento para a história” (2018, p. 85). O testemunho também se desenvolveu na América Latina, principalmente a partir “das experiências históricas da ditadura, da exploração econômica, da repressão às minorias étnicas e às mulheres” (2018, p. 85). Nesse caso, conforme Seligmann-Silva, se configurou um novo gênero literário, a *literatura de testimonio*, preocupado em apresentar um registro da história “discrepante do da história oficial” e marcado pela ênfase no caráter “coletivo” da testemunha, pela “necessidade de se fazer justiça”, pela busca de fidelidade e de “realismo das obras”, pela predominância da narração em primeira pessoa e das marcas de oralidade, pela luta identitária que “aglutina populações, etnias e classes” (2018, p. 89-90). No Brasil, os estudos do testemunho estão majoritariamente ligados à tendência europeia, embora também se percebam relações com o *testimonio*.

No livro *Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência*, Wilberth Salgueiro retoma a síntese de algumas marcas recorrentes do testemunho na literatura. Esses

traços “intercambiantes e includentes”, nos termos do crítico, não precisam constar em todos os textos compreendidos como testemunho, frequentemente híbridos, variados, complexos. Salgueiro comenta e exemplifica as seguintes características: 1) “registro em primeira pessoa”; 2) “compromisso com a sinceridade do relato”; 3) “desejo de justiça”; 4) “vontade de resistência”; 5) “abalo da hegemonia do valor estético sobre o valor ético”; 6) “apresentação de um evento coletivo”; 7) “presença do trauma”; 8) “rancor e ressentimento”; 9) “vínculo estreito com a história”; 10) “sentimento de vergonha pelas humilhações e pela animalização sofridas”; 11) “sentimento de culpa por ter sobrevivido”; 12) “impossibilidade radical de representação do vivido” (2017, p. 113-114). Em maior ou menor grau, todas essas marcas são identificáveis (como tema, forma ou problematização) em *K.*, sobretudo nos fragmentos analisados acima.

A “impossibilidade de representação do vivido”, na expressão de Salgueiro, é central em *K.* tanto nas ações do protagonista quanto na narração. No capítulo “O abandono da literatura”, *K.* pensa que “só lhe restava mesmo retomar o ofício de escritor, não para criar personagens ou imaginar enredos; para lidar com seu próprio infortúnio” (2011, p. 131). Mas a necessidade de escrever é bloqueada pela impossibilidade de encontrar termos adequados:

Era como se faltasse o essencial; era como se as palavras, embora escolhidas com esmero, em vez de mostrar a plenitude do que ele sentia, ao contrário, escondessem ou amputassem o significado principal. Não conseguia expressar sua desgraça na semântica limitada da palavra, no recorte por demais preciso do conceito, na vulgaridade da expressão idiomática. Ele, poeta premiado da língua ídiche, não alcançava pela palavra a transcendência almejada (2011, p. 132-133).

Aos poucos, *K.* percebe que havia mais do que uma limitação da língua, isto é, havia outro tipo de impedimento: “seu bloqueio era moral, não era linguístico: estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado. Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia” (2011, p. 133). Há dupla impossibilidade na escrita do testemunho: a limitação da linguagem e o escrúpulo ético. Apesar disso, o narrador de *K.* assume a tarefa, que o personagem não pôde concluir, e desafia os impedimentos, mesmo sob risco de que o trabalho seja malsucedido. O paradoxo da simultaneidade entre necessidade e impossibilidade deixa marcas na forma do romance, desarmônica e multissegmentada.

Em *História, memória, literatura*, Seligmann-Silva afirma que “o campo de forças sobre o qual a literatura de testemunho se articula” é marcado por uma contraposição: “de um lado, a necessidade premente de narrar a experiência vivida; do outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante dos fatos (inenarráveis) como também – e com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua consequente

inverossimilhança” (2003a, p. 46). Se é “inimaginável” e “inverossímil”, o “real” da experiência traumática também é irrepresentável por meio de procedimentos caracterizados por exigências como objetividade, realismo, cientificidade, comprovação etc. De acordo com Seligmann-Silva, o testemunho costuma recorrer à estética e à ficção: “a memória da Shoah – e a literatura de testemunho em geral – desconstrói a historiografia tradicional (e também os tradicionais gêneros literários) ao incorporar elementos antes reservados à ‘ficção’” (2003a, p. 57). No testemunho, tal como ocorre em *K.*, a ficção abandona a pretensão de representação realista. A “leitura estética do passado” substitui a representação tradicional pelo registro do índice: “ela quer *apresentar, expor* o passado, seus fragmentos, ruínas, cicatrizes” (2003a, p. 57). Os eventos-limite das catástrofes modernas põem a noção de representação em crise não só para os sobreviventes, mas também para os estudiosos de humanidades em geral, incluindo-se a literatura, a filosofia e a historiografia. Em “A história como trauma”, Seligmann-Silva expõe a contradição em meio à qual filósofos e historiadores se veem presos após a *Shoah*: “por um lado, a necessidade de escrever sobre o evento, e, por outro, a consciência da impossibilidade de cumprir essa tarefa por falta de um aparato conceitual ‘à altura’ do evento, ou seja, sob o qual ele poderia ser subsumido” (2000, p. 78).

O recurso à ficção não implica falta de “compromisso com a sinceridade do relato”, conforme termos de Salgueiro. Mas tal sinceridade supera a adesão a um realismo ingênuo, pois o testemunho abala a própria noção de realidade. Conforme Seligmann-Silva, não se deve confundir o “real” “com a ‘realidade’ tal como ela era pensada e pressuposta pelo romance realista e naturalista”: o “real” (que o crítico grafa entre aspas) “deve ser compreendido na chave freudiana do *trauma*, de um evento que justamente resiste à representação” (2003b, p. 373). Nesse sentido, o testemunho mostra que o “limite entre ‘realidade’ e ficção não pode ser delimitado. E o testemunho justamente quer resgatar o que existe de mais terrível no ‘real’ para apresentá-lo. Mesmo que para isso ele precise da literatura” (2003b, p. 375). Tanto no testemunho quanto na literatura em geral, seria um erro equiparar a ficção à simples mentira ou à fraude: a ficção pode funcionar como um modo de apresentação do evento ou da experiência vivida. Apropriado por movimentos de resistência, de memória e de luta por justiça, o testemunho, mesmo quando se apresenta como ficção, estabelece relações políticas com o mundo extraliterário. Por conseguinte, conforme Seligmann-Silva, o comprometimento com o “real” acaba por exigir também um redimensionamento do conceito de literatura (2003b, p. 375-383). Nesse sentido, *K.* contribui para a aproximação solidária entre a história, a memória e a literatura: o testemunho diz respeito a essas três esferas, não se limitando a nenhuma delas e exortando-as a articularem sua interdependência.

Em *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, Seligmann-Silva reafirma que o trauma decorrente da catástrofe “encontra na imaginação um meio para sua narração. A literatura é chamada diante do trauma para prestar-lhe serviço” (2022, p. 149). Convocada, a literatura percebe a necessidade de revisar circunscrições convencionais, como as que separavam ético e estético, real e fictício, subjetivo e objetivo, particular e universal, arte e vida: “o conceito de testemunho tem servido para repensar vários *leitmotive*” da literatura e dos estudos literários, “como o próprio estatuto do literário, as fronteiras entre a ficção e o factual, a relação entre literatura e ética etc.” (2022, p. 113). Segundo o crítico, “se o ‘real’ pode ser pensado como um ‘desencontro’ (algo que nos escapa, como o sobrevivente o demonstra a partir de sua situação radical), não deixa de ser verdade que a linguagem – sobretudo a linguagem da poesia e da literatura – busca esse encontro impossível” (2022, p. 126).

O caráter testemunhal é compatível com a classificação de *K.* no gênero romanesco. O testemunho é dado em vários tipos textuais, tradicionalmente admitidos como literários ou não: romance, conto, poema, memórias, depoimento, carta, autobiografia, ensaio etc. Mais do que um gênero, o testemunho “é uma face da literatura que vem à tona na nossa época de catástrofes e faz com que toda a história da literatura – após 200 anos de autorreferência – seja revista a partir do questionamento da sua relação e do seu compromisso com o ‘real’”, segundo Seligmann-Silva (2003b, p. 373). Tal compromisso é central em *K.* Ao reclamar, no final do primeiro fragmento, que o apagamento da memória seja considerado um problema “nacional” (2011, p. 17), Kucinski extrapola o âmbito individual-familiar. Tomando emprestadas as expressões de Salgueiro, o escritor se dedica à “apresentação de um evento coletivo” e produz uma obra literária em que se nota um “vínculo estreito com a história”. Ao explicitar a primeira pessoa e ao recorrer à ficção, Kucinski também se desprende das exigências da historiografia acadêmica, com a qual ele próprio contribuiu em obras não ficcionais anteriores.

O testemunho apresentado em *K.* se mostra ainda mais intenso quando é lido em conjunto com as demais obras do autor, marcadas por forte teor testemunhal, inclusive as histórias narradas em terceira pessoa (por exemplo, o romance *Alice*), as narrativas aparentemente alheias ao tema do autoritarismo (alguns contos de *A cicatriz e outras histórias*) e até as obras não ficcionais (como a pesquisa de *Jornalistas e revolucionários*). A noção de “teor testemunhal” é desenvolvida por Seligmann-Silva a partir da máxima que Benjamin expõe na sétima tese sobre o conceito de história: “nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie” (LÖWY, 2005, p. 70). Seligmann-Silva advoga que se mantenha aberto o conceito de testemunha: “não só aquele que viveu um ‘martírio’ pode testemunhar; a literatura sempre tem um teor testemunhal” (2003a, p. 48). Para o crítico, “nos

estudos de testemunho deve-se buscar caracterizar o ‘*teor testemunhal*’ que marca toda obra literária, mas que aprendemos a detectar a partir da concentração desse teor na literatura e na escritura do século XX” (2022, p. 131). Mesmo quando Kucinski não se mostra declaradamente como *testis* ou como *superstes*, suas obras testemunham fortemente a violência enraizada na sociedade brasileira, tanto na ditadura quanto nas décadas seguintes.

Intimamente relacionado à memória, o testemunho “é fragmentário, calcado na experiência individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos, e não tem como meta a tradução integral do passado”, segundo Seligmann-Silva (2003c, p. 65). Nesse sentido, a forma de *K.* reivindica a preservação da memória coletiva. O final do primeiro fragmento apresenta uma das imagens mais fortes do romance, recorrentemente retomada pelos críticos:

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignorarão, antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos (2011, p. 17).

A ignorância dos profissionais e de “todos do seu entorno” expõe a falta de políticas de memória em relação aos crimes cometidos pela ditadura militar, que adotou certos procedimentos típicos de regimes genocidas. Segundo Seligmann-Silva, “o genocídio destrói a morte e as bases da memória coletiva. Os genocidas são memoricidas que também anulam os suportes da memória coletiva: eles destroem cemitérios, inscrições, o idioma, todas as marcas” (2022, p. 145). O narrador denuncia o “memoricídio” operado pela ditadura, parcialmente ainda mantido, ao afirmar que o nome da irmã não consta no “rol dos mortos”: até a morte *Ihe* foi negada. Nesse trecho e em todo o romance, ele simultaneamente lamenta a solidão do sobrevivente, protesta contra o “esquecimento coletivo” e resiste na reivindicação de justiça.

Como se sabe, o mal de Alzheimer é uma doença neurodegenerativa conhecida por sintomas como deficiência da memória recente, dificuldades de atenção e fluência verbal, deterioração progressiva de algumas funções cognitivas; “esses sintomas são frequentemente acompanhados por distúrbios comportamentais, como agressividade, alucinações, hiperatividade, irritabilidade e depressão” (SERENIKI; VITAL, 2008). Tomada como metáfora, a enfermidade faz pensar em uma sociedade incapaz de julgar questões complexas e de enfrentar autonomamente seus problemas, abandonada à repetição, alienada a líderes oportunistas, esquecida e irritável, inapta para a crítica e para a emancipação. Portanto, a

figura do mal de Alzheimer diz respeito tanto à perda da memória do passado quanto à agnosia do presente, aos movimentos de repetição e à alienação do futuro.

Nos estudos históricos e literários, frequentemente a falta de memória é associada à promulgação e à manutenção da Lei 6.683/1979. Como lembra Eurídice Figueiredo, a chamada Lei da Anistia, produzida pela própria ditadura, protegeu e ainda protege os torturadores (2017, p. 24). Ela beneficiou parcialmente os opositores do regime então presos ou exilados, mas concedeu total isenção tanto aos responsáveis pelas sevícias e assassinatos quanto aos seus líderes e financiadores.<sup>92</sup> De acordo com Figueiredo, “no Brasil, não se cultiva a memória política porque a anistia significou amnésia, o país se recusa a enfrentar seu passado, a rever os crimes cometidos, a expor as atrocidades perpetradas por um regime de exceção” (2017, p. 26). Ela acrescenta: “enquanto vigorar essa lei iníqua que perdoou os torturadores e assassinos, o Brasil não ousará olhar para seu passado, continuará sendo um país desmemoriado, ou, como diz B. Kucinski, um país que sofre de Alzheimer” (2017, p. 26).

Em *A memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricoeur trata da anistia como uma forma institucional de abuso do esquecimento que facilmente ultrapassa a fronteira com a amnésia: a anistia tanto oficializa disposições políticas que impedem processos judiciais de acusação, condenação e castigo quanto promulga o “esquecimento institucional” de “um passado declarado proibido” (2007, p. 459-460). Para Ricoeur, a proximidade fonética e semântica entre “anistia” e “amnésia” “aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação da memória”, o que impede que se efetive o perdão apenas simulado (2007, p. 460). Ele pergunta se a “amnésia comandada” não teria o defeito de “apagar da memória oficial os exemplos de crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado e, ao privar a opinião pública dos benefícios do *dissensus*, de condenar as memórias concorrentes a uma vida subterrânea malsã” (2007, p. 462).

De fato, no Brasil, a anistia implicou a imposição de políticas de silêncio e de esquecimento. Maria Rita Kehl, em “Tortura e sintoma social”, afirma que “o Brasil foi o único país da América Latina que ‘perdoou’ os militares sem exigir da parte deles nem reconhecimento dos crimes cometidos nem pedido de perdão” (2010, p. 124). Mas isso tem um custo: “o ‘esquecimento’ da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil” (2010, p. 124). Reconhecendo que a noção de sintoma social é

---

<sup>92</sup> A luta pela “Anistia ampla, geral e irrestrita” é apresentada em um comóvente testemunho sobre os 32 dias de greve de fome dos presos políticos: *Fome de liberdade* (1979, 2009), de Gilney Amorim Viana e Perly Cipriano. Ao final da greve, os presos declaram coletivamente o “protesto e repúdio ao projeto de Anistia parcial e discriminatório da ditadura militar” (2009, p. 282). No recente capítulo “Anistia e (in)justiça no Brasil”, de *A virada testemunhal e decolonial do saber histórico*, Márcio Seligmann-Silva retoma a questão (2022, p. 205-221).



“controversa”, Kehl alega “práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas de cada um de seus agentes” (2010, p. 124). Um dos sintomas que ela cita é a continuidade das ações violentas da polícia brasileira, muitas vezes envolvendo tortura e assassinato. Dessa forma, para a psicanalista, “a impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz” (2010, p. 124). Mais adiante, Kehl nota que, “se o trauma, por sua própria definição de real não simbolizado, produz efeitos sintomáticos de repetição, as tentativas de esquecer os eventos traumáticos coletivos resultam em sintoma social” (2010, p. 126). Considerando que a Lei da Anistia impede a elaboração pública da memória da ditadura, mas também admitindo que “hoje ninguém desconhece a existência de tortura no Brasil – nem no passado nem no presente”, Kehl conclui: o que ficou recalçado depois da “pseudoanistia” e continua produzindo sintomas sociais “não é o fato de ter havido e haver tortura”, “e sim *a convicção de que ela é intolerável*” (2010, p. 131).

No fragmento “Imunidades, um paradoxo”, o romance de Kucinski aponta que – enquanto os familiares ainda buscavam os desaparecidos e sofriam a privatização da dor – a anistia autoconcedida pelos militares proclamava o esquecimento programático dos crimes do regime: “outro ano mais, e a ditadura finalmente agonizará, assim parece a todos; mas não será a agonia que precede a morte, será a metamorfose, lenta e autocontrolada” (2011, p. 90). A transição impediu a responsabilização dos criminosos e preservou antigas estruturas de poder.

No capítulo intitulado “Os nomes e as ruas”, o escritor apresenta a precariedade dos lugares de memória relacionados às vítimas, homenageadas em ruas de um loteamento que “ficava num fim de mundo” (2011, p. 155). Enquanto isso, K. se dá conta, horrorizado, de que importantes lugares públicos homenageiam expoentes da repressão e do autoritarismo: por exemplo, a avenida Milton Tavares de Souza e a ponte Presidente Costa e Silva (Rio-Niterói) (2011, p. 157). Esses nomes, aliás, são mantidos ainda hoje. Se “a homenagem aos desaparecidos políticos em placas de rua tinha a função pedagógica de lembrar às futuras gerações a importância da democracia e dos direitos humanos” (2011, p. 156), conforme discurso do personagem vereador de esquerda, é preciso pensar sobre o que ensinam as avenidas e os locais públicos que lembram “bandidos e torturadores e golpistas” (2011, p. 158). Com efeito, o “mal de Alzheimer nacional” se revela também na geografia das cidades e na escassez de monumentos, museus, memoriais e outras formas de materialização da memória coletiva relacionada às vítimas da ditadura, enquanto duram, por outro lado, as homenagens aos opressores. Para mencionar apenas um exemplo atual, basta observar que o município de Vitória (ES) ainda atribui nomes de presidentes da ditadura a duas escolas públicas de ensino

fundamental: a EMEF Arthur da Costa e Silva e a EMEF Castelo Branco.<sup>93</sup> Se a ficção de Kucinski fosse ambientada nesse contexto geográfico atual, o personagem vereador poderia perguntar qual é a “função pedagógica” dos nomes dessas escolas.

A literatura pode participar de um processo necessário de elaboração da memória. Ela contribui no trabalho de esclarecimento de “áreas sombrias” que não foram enfrentadas no período de transição, quando se tentou “enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação”, como lamenta o narrador de *K.* (2011, p. 163). Nesse sentido, a exortação da personagem psicóloga a Jesuína, no fragmento “A terapia”, parece se dirigir a toda a sociedade brasileira: “Jesuína, você não precisa falar tudo de uma vez, e nem falar o que não quiser, mas para você sarar, tem que encarar o passado, tem que botar pra fora as coisas que te incomodam, que provocam as alucinações, os sangramentos; isso tem a ver com os presos daquela casa?” (2011, p. 124-125). O Brasil precisa enfrentar sua história, revisar a injusta Lei da Anistia, construir mais lugares de memória, vencer a amnésia e combater a perpetuação do esquecimento. Isso é necessário para que se faça justiça às vítimas da ditadura e para que se interrompam os sintomas sociais de repetição da violência.

A expressão “história oficial” aparece em vários estudos críticos da obra kucinskiana. Por exemplo, Marianna Scaramucci afirma, em “Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em *K.: relato de uma busca*”, que a forma narrativa do testemunho literário cumpre as funções “de fixar um espaço para o trabalho do luto” e “de compor um contradiscurso na construção da memória coletiva, capaz de ir a contrapelo da história oficial” (2020, p. 12). Outro exemplo se encontra no artigo “Como narrar o horror da ditadura civil-militar brasileira? Uma leitura de *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski”, de Paulo Roberto Tonani do Patrocínio: “narrar a vida dos desaparecidos políticos pela ditadura civil-militar brasileira [...] é tornar presente uma narrativa do passado que constitui uma rasura na história oficial que deseja apagar fatos que maculam o discurso hegemônico” (2020, p. 203).

Marcos Napolitano, em *1964: história do regime militar brasileiro*, explica que uma história oficial “é fruto de uma simbiose entre a memória das elites e a história dos grupos que ocupam o poder político de Estado e deve ser produzida e sancionada por historiadores de ofício em instituições legitimadas pelo poder” (2021, p. 316). A história oficial admite poucas

---

<sup>93</sup> A informação consta no *site* da Prefeitura de Vitória: <https://bit.ly/3Nc85Rq>. Acesso em 25/04/2023. Consultada por meio do serviço de atendimento ao cidadão (Fala Vitória 156), a Prefeitura de Vitória confirmou, em 04 de junho de 2023, que a segunda escola mencionada homenageia o primeiro líder do regime militar, e não outra personalidade histórica (por exemplo, o escritor oitocentista Camilo Castelo Branco): “informamos que o nome da EMEF Castelo Branco trata-se do ex-presidente Humberto de Alencar Castello Branco” (SIC nº 2023048062).

variações no discurso sobre um período histórico. Já a memória hegemônica sobre o golpe e sobre o regime, para o historiador, “é exatamente o contrário disso, criando um fosso entre as elites políticas que mandavam no país e os grupos sociais que tinham mais influência na ‘sociedade civil’ e atuavam sob o signo da ‘resistência’” (2021, p. 316). A partir dessa distinção, Napolitano nota que, desde o início do regime militar, houve “uma clara e crescente dissociação entre os grupos militares que dominavam o Estado e boa parte da elite social (incluindo-se aí os intelectuais, grupo responsável pela construção simbólica e discursiva)” (2021, p. 316). Ele ainda observa que, à medida que os ideólogos do regime perdiam prestígio, o discurso crítico contra a ditadura constituía uma memória hegemônica em que convergiam elementos liberais e esquerdistas, mesmo que o custo de tal convergência tenha sido elevado: a equivocada atribuição das responsabilidades aos “extremistas” de esquerda e de direita e a difusão da “teoria dos dois demônios”, a qual erra ao estabelecer equivalência moral e nivelamento político a atores sociais assimétricos e ideologicamente diferentes (2021, p. 317-318, 331).

Indubitavelmente existem muitos documentos oficiais que exaltam a ditadura, especialmente aqueles produzidos pelos governos dos militares e pelas Forças Armadas. Mas o discurso dos defensores do regime não se impôs nem como história oficial exclusiva nem como memória hegemônica, embora ainda seja assumido por uma parcela significativa da população brasileira. Os documentos militares se restringem a uma parte do discurso oficial. Além deles, é preciso considerar as reivindicações legítimas de outros grupos políticos que governaram o Estado brasileiro e que protagonizaram iniciativas institucionais para contestar a pretensa “história oficial” autoritária e produzir documentos oficiais alternativos.

A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi uma dessas ações. A Lei nº 12.528, promulgada pela presidenta Dilma Rousseff em 2011, instituiu a CNV com o objetivo de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias [1946-1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). Em 2012, no Palácio do Planalto, acompanhada pelos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney, “a presidenta da República instalou a CNV com a afirmação de que a verdade era merecida pelo Brasil, pelas novas gerações e, sobretudo, por aqueles que perderam parentes e amigos” (BRASIL, 2014a, p. 21). Em 2014, a CNV entregou três extensos relatórios sobre a violência do regime militar, que juntos somam mais de três mil páginas. O então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, em nome do Estado, já havia pedido desculpas à sociedade brasileira pelos crimes cometidos

pela ditadura.<sup>94</sup> Depois, a presidenta Dilma Rousseff, na condição de Chefe de Estado e acompanhada pelos presidentes dos demais Poderes, recebeu os relatórios da CNV.<sup>95</sup>

No início do volume I, a CNV reconhece ações e leis anteriores (BRASIL, 2014a, p. 23-31). A seguir, são narradas as graves violações dos direitos humanos perpetradas pela ditadura, com descrições de órgãos e procedimentos repressivos, bem como de métodos e práticas adotados contra as vítimas: detenções ilegais e arbitrárias, tortura, violência sexual e de gênero, execuções e mortes, desaparecimentos forçados e outras formas de violência. São individualmente responsabilizados 377 agentes da ditadura, inclusive os presidentes militares (BRASIL, 2014a). O volume II reúne textos temáticos sobre a violência contra militares dissidentes, trabalhadores, camponeses, igrejas cristãs, povos indígenas, universidades e grupos LGBT+. Também há textos sobre a colaboração de civis e a resistência ao regime (BRASIL, 2014b). O terceiro volume expõe os perfis e as atividades políticas de 434 vítimas mortas e/ou desaparecidas, abrangendo também informações sobre as circunstâncias dos assassinatos ou desaparecimentos e sobre os processos investigativos subsequentes (BRASIL, 2014c).

Existem outras comissões da verdade estaduais, municipais e institucionais que trabalham pela memória das vítimas do autoritarismo ditatorial.<sup>96</sup> Há também certo esforço de organizações civis de diversos tipos, que produzem memoriais (ainda poucos) em espaços físicos e virtuais.<sup>97</sup> Algumas empresas privadas se declaram contra a ditadura e concedem espaço ao debate sobre o assunto, mesmo que de forma incoerente ou incompleta na maioria dos casos: um exemplo é a série de reportagens publicadas contra a ditadura militar, no auge do governo Bolsonaro, pela *Folha de S.Paulo*,<sup>98</sup> o mesmo jornal que antes empregara o termo “ditabranda” e que reconheceria esse erro de maneira ambígua.<sup>99</sup>

<sup>94</sup> A notícia, publicada pelo jornal *O Globo*, pode ser lida em <http://glo.bo/3IeLiSl>. Acesso em 07/02/2023.

<sup>95</sup> Os relatórios finais da CNV foram entregues à presidenta em cerimônia oficial realizada no dia 10 de dezembro de 2014. A notícia e os documentos integrais podem ser consultados em <https://bit.ly/2OMYOkU>. Uma notícia publicada pelo *UOL* exemplifica a repercussão na imprensa: <https://bit.ly/3jEUllW>. Acesso em 23/03/2023.

<sup>96</sup> Como exemplos, ver os relatórios da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva (SP), disponível em <https://bit.ly/3ZcDy8u>; da Comissão Estadual da Memória e Verdade Orlando Bomfim (ES), disponível em <https://bit.ly/3z3M6nv>; e da Comissão da Verdade Marcos Lindenberg da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), disponível em <https://bit.ly/3nh8QOa>. Acesso em 24/03/2023.

<sup>97</sup> Por exemplo, o museu Memorial da Resistência ocupa a antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (<http://memorialdaresistencia.org.br/>). Já o *site Memórias da ditadura* (<https://memoriasdaditadura.org.br/>) disponibiliza um amplo acervo histórico. Acesso em 24/03/2023.

<sup>98</sup> Conforme editorial de 27/06/2020, disponível em <https://bit.ly/3JwNfst>. Acesso em 21/03/2023.

<sup>99</sup> No dia 17/02/2009, o editorial da *Folha de S.Paulo* se referiu à ditadura como “ditabranda”. No dia 08/03/2009, o jornal publicou a declaração de seu diretor de redação, Otavio Frias Filho: “o uso da expressão ‘ditabranda’ em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis”. Mas, logo em seguida, ele volta a relativizar a violência do regime militar: “do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena – ou que a ditadura cubana, de esquerda”. Disponível em <https://bit.ly/40qk9C8> e <https://bit.ly/40ap8XJ>. Acesso em 21/03/2023.

No momento da conclusão de seu livro, em 2014, antes da divulgação dos relatórios da CNV, Napolitano afirma que a justiça de transição, no Brasil, havia alcançado “uma política de reparação sistemática e até generosa” às vítimas, enquanto a política de memória “não consegue ir além das meias-verdades”, sem “nenhuma política de justiça” (2021, p. 326). Diante disso, ele conclui: “ainda não temos uma história oficial sobre o período, entendida como a narrativa do passado aceita como base para uma política homogênea e coerente de Estado” (2021, p. 326). Nos últimos parágrafos, ele aposta que a CNV poderia oferecer “um projeto de história oficial que assume as responsabilidades do Estado” (2021, p. 333). Mas, logo a seguir, admite: “o desafio está em fazer com que as Forças Armadas o aceitem, como parte da burocracia e do governo, propiciando uma maior coerência das políticas de Estado sobre o tema” (2021, p. 333). De fato, nos anos seguintes, como se sabe, a presidenta Dilma Rousseff foi destituída por um golpe jurídico-parlamentar e elites conservadoras recobram o poder. Em um período lamentável de perigosa ascensão da ideologia neofascista, Jair Bolsonaro, um apologista da ditadura eleito à presidência da República, desprezou os documentos da CNV e recomendou a extinção da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos.<sup>100</sup> Em 2022, essa ameaça foi mais uma vez desacelerada pela terceira vitória eleitoral do presidente Lula.

É certo que a Lei da Anistia nunca foi revogada ou revista, mas a execrável persistência da injustiça fica ainda pior quando associada à desconsideração das leis e dos projetos oficiais favoráveis às vítimas e aos críticos do regime militar. Além disso, é preciso discutir por que o reconhecimento dos crimes do Estado, protagonizado pela presidenta Dilma, aparentemente “não valeu”. Talvez porque ela mesma foi vítima da repressão? Por ela não representar os militares e não personificar interesses de elites financeiras, industriais e agrárias brasileiras? Ou por ser ela uma mulher? Quanto há de misoginia na minimização da ação política de Dilma? Seria preciso que um homem – uma figura de pai na nação – reconhecesse os crimes do Estado patriarcal? Por outro lado, é necessário repensar se a política de memória promovida pelo governo de Dilma foi mesmo ineficaz. Afinal, os trabalhos da CNV ocorreram no contexto simultâneo de recrudescimento do negacionismo, apologia da ditadura e apelo à volta do autoritarismo. É preciso discutir qual é o tipo de associação entre o reposicionamento do Estado a respeito da ditadura e essa nova onda reacionária. Todas essas questões expõem dificuldades acerca das afirmações que mencionam uma “história oficial”.

Ainda há no Brasil uma disputa de memória, à qual os documentos da “história

---

<sup>100</sup> Conforme notícias publicadas em <https://bit.ly/3TIE5xF> e <https://bit.ly/318cpGi>. Acesso em 24/03/2023.

oficial” não escapam. Se é verdade que, conforme Napolitano, nos meios intelectuais há certa hegemonia em torno da condenação ao regime, também é inegável que essa crítica ainda não foi assumida por uma parte expressiva da população e por alguns grupos sociais poderosos. Nesse contexto, a identificação da “história oficial” à narrativa dos partidários da ditadura pode constituir mais uma camada de silenciamento sobre as vítimas do regime: as lutas de resistência seriam assim novamente relegadas ao esquecimento. Nesse caso, a resistência inclui o reconhecimento e a valorização dos trabalhos que explicitam a memória das vítimas e que denunciam os agentes da ditadura, como é o caso da história oficializada pelos relatórios da CNV.<sup>101</sup> É preciso lutar, portanto, pela fixação de uma história oficial oposta às narrativas mentirosas dos defensores da ditadura. Uma grande parte dessa história que condena o autoritarismo já foi elaborada por organizações que atuaram (e continuam atuando) em nome do Estado brasileiro e sob sua legitimação legal, embora ainda não seja aceita por grande parte da população, por setores das elites financeiras e por algumas instituições do próprio Estado.

Mesmo assim, ainda há muito a ser feito. É preciso lembrar, conforme Figueiredo, que “a CNV não tinha a atribuição legal de solicitar a punição dos torturadores, já que eles estavam (e estão) protegidos pela lei 6.683/1979, a lei da anistia” (2017, p. 24). Ainda persistem as manobras para a manutenção de políticas de esquecimento, a Lei da Anistia não foi revogada nem ao menos reinterpretada, os responsáveis pelos crimes da ditadura não foram punidos, o discurso negacionista não foi definitivamente derrotado. O trabalho da CNV deve ser reconhecido, mas isso não significa que ele é suficiente. Na verdade, uma “história oficial” completa e justa é impossível, porque ela sempre vai deixar de fora um resto do testemunho inenarrável, uma visão particular das vítimas não integrável à linearidade narrativa, uma experiência que não é arquivável. Tal incompletude não deve levar à desistência da elaboração do passado, mas, ao contrário, exige a contínua presentificação da memória. Por um lado, a elaboração da memória da catástrofe é instável e inacabável; por outro lado, a continuidade da luta por justiça aos vencidos é parte de uma tarefa continuamente premente.

### 5.3 Apresentação literária de eventos históricos e recepção do testemunho em *Os visitantes*

O narrador de *Alice*, logo depois de mencionar as escritoras Ruth Rendell e Raquel

---

<sup>101</sup> Isso não implica a afirmação de que os relatórios da CNV seriam completos, inequívocos e definitivos. Ao contrário, a CNV não dirimiu grande parte das dúvidas (por exemplo, a localização dos corpos dos desaparecidos) e trabalhou desprovida do poder de processar e punir juridicamente os criminosos. Uma visão geral do contexto de produção desses relatórios e das críticas a eles apresentadas, com indicação de bibliografia especializada, se encontra na tese *Pretéritos futuros: ditadura militar na literatura do século XXI*, de Lua Gill da Cruz (2021).

de Queiroz, atribui ao personagem investigador a constatação do potencial cognoscitivo da literatura: “há muito tempo, Magno se convenceu de que a ficção explica melhor a vida do que muito tratado científico” (2014a, p. 184). Essa parece ser uma hipótese do próprio Kucinski, considerando-se o histórico de sua produção bibliográfica. Em *Os visitantes*, ele retoma a conclusão do personagem Magno, enfatizando-a e problematizando-a. Nesse sentido, esta seção retoma a análise dessa novela para examinar aspectos concernentes à impossibilidade de representação da experiência traumática, aos impasses éticos da literatura testemunhal e à recepção de textos literários vinculados a catástrofes. A partir da teoria do testemunho, será aprofundada a leitura prévia de *Os visitantes* que consta no segundo capítulo desta tese.

Eurídice Figueiredo acerta ao afirmar, no livro *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*, que, “em *Os visitantes*, o autor se coloca em cena para discutir a recepção de seu primeiro livro de ficção [K.]. Os dois livros formam um díptico, em que o segundo faz reverberar questões éticas e estéticas que já apareciam no primeiro” (2017, p. 143). A forma constitutiva de *Os visitantes* performa problemas da recepção de *K*. Todavia, é preciso evitar um equívoco de muitos leitores: “o autor” mencionado pela pesquisadora não pode ser integralmente identificado ao escritor Bernardo Kucinski. Em outras palavras, essa novela não é um texto tipicamente autobiográfico, como se o próprio Kucinski narrasse um recorte de sua vida, isto é, como se ele fidedignamente registrasse acontecimentos decorrentes da publicação de *K*. Por outro lado, a delimitação entre ficção e autobiografia é tênue nesse caso, de modo que a confusão de alguns leitores é compreensível. Isso ocorre porque, em *Os visitantes*, ao expor os limites de formas literárias mobilizadas para elaboração de experiências traumáticas, o escritor entrega ao leitor um livro intensamente marcado, na gênese e no cerne de sua própria composição, por dilemas conceituais, historiográficos, estéticos e éticos.

Entretanto, são inegáveis certas marcas autobiográficas de *Os visitantes*, como ocorre, em graus variados, em textos testemunhais em geral. Em *Crítica em tempos de violência*, Jaime Ginzburg discute um recorte teórico sobre a autobiografia, “chamando a atenção para textos que se referem a experiências de violência coletiva, em regimes autoritários e situações históricas de opressão” (2017, p. 139). Os escritos autobiográficos estudados por Ginzburg auxiliam na compreensão de *Os visitantes*: “no caso desses textos, cabe salientar a necessidade de considerar elementos de descontinuidade formal, indeterminação, imprecisão, lacunas, concepções fragmentárias de tempo e espaço. Esses elementos não devem ser considerados falhas da escrita” (2017, p. 139). Nos “componentes motivados da forma” de “textos associados com a violência de regimes autoritários”, segundo Ginzburg, “podem ser identificados, em diversos casos, sinais de uma problematização da constituição do sujeito”

(2017, p. 138-139). Nesse sentido, é preciso que a crítica literária, no que se refere à autobiografia e ao testemunho, questione certas concepções de sujeito em que “referências à voz da enunciação, construção linguística elaborada formalmente, constantemente se cruzam com referências ao autor, nomeado e aludido como concreto. O emprego da categoria ‘narrador’ aflora tanto para referir ao autor como à voz na enunciação” (2017, p. 142-143).

De acordo com Ginzburg, certas concepções da autobiografia compreendem que “o sujeito estabeleceria a si mesmo como um campo de observação e investigação”, confiando na possibilidade de encontrar métodos adequados para “conhecer a si mesmo consistente e suficientemente”: “em termos epistemológicos, assumir a orientação cartesiana em uma autobiografia resultaria em segurança na enunciação, convicção na exposição dos fatos” (2017, p. 143). A literatura de Kucinski está muito afastada dessa perspectiva cartesiana. Provocado pela leitura do ensaio de Foucault intitulado “Nietzsche, Freud, Marx”, Ginzburg elabora hipóteses alternativas: textos autobiográficos podem 1) “corresponder a um confronto com as categorias de pensamento valorizadas pela classe dominante” e ao enfrentamento da reificação, do fetichismo e da alienação; 2) “explorar, com fins libertários, linguagens associadas ao descentramento de matéria reprimida da experiência”, deixando de lado “procedimentos convencionais de percepção linear e entendimento continuado” em favor de “uma percepção fragmentária”; 3) “admitir dentro de si a indeterminação, a crítica dos sistemas totalizantes e a discussão dos critérios de verdade”, permitindo que transgressões ao senso comum ou violações à moral vigente “assumam uma posição construtiva na relação do sujeito com a própria memória” (2017, p. 147). Nesse sentido, sim, *Os visitantes* revela uma face autobiográfica.

*Os visitantes* também costuma ser etiquetado como autoficção. No artigo “A escrita de si na ficção brasileira contemporânea”, que integra *Memória e suas interfaces*, Fabíola Padilha nota o recrudescimento do “interesse pela investigação de relatos em primeira pessoa” na literatura brasileira no início do século 21 (2016, p. 211). Já de início, Padilha observa que tal tendência “se deve, em parte, à constatação de que assistimos ao alargamento do território do eu, tributário, entre outros fatores, do avanço da cultura midiática e do impulso narcisista e vertiginoso votado à exposição da intimidade” (2016, p. 211). Para a pesquisadora, os estudos literários acompanham o crescimento das chamadas “escritas de si” na ficção contemporânea brasileira e estrangeira: “há um enorme contingente de relatos em primeira pessoa que, de alguma forma, apontam para a figura extratextual do autor, operando uma autorreflexividade identificada em diferentes escalas” (2016, p. 214). Antes de analisar particularmente *O falso mentiroso: memórias*, de Silviano Santiago, Padilha menciona outras obras que “lançam mão, cada uma a seu modo, de estratégias autorreflexivas em suas composições, franqueando uma



mútua permeabilidade entre autor e narrador” (2016, p. 214-215).

Em *Os visitantes*, é certo que Kucinski explora procedimentos típicos das “escritas de si” contemporâneas, notadamente a coincidência autoficcional entre as instâncias do protagonista, do narrador e do autor. Por outro lado, é difícil ver nessa obra um bom exemplo de autoficção, já que o “eu” do escritor ocupa o centro da narrativa não para encenar a si mesmo ou para performar a construção de uma identidade, e sim para debater o romance testemunhal que produzira anteriormente, o qual, por sua vez, remete tanto ao período histórico do autoritarismo quanto a problemas da memória coletiva. Ou seja, *Os visitantes* supera a encenação narcisista do “eu” e a problematização da identidade, a que se limitam certos textos autofissionais. Kucinski mobiliza a dramatização autoficcional de si mesmo como recurso para dirigir a atenção a problemas de toda a sociedade, tais como a impossibilidade de representação da catástrofe histórica, as dificuldades na interpretação e na narração dos acontecimentos, a falta de consenso mesmo entre os militantes da resistência, a complexidade da atribuição de responsabilidades morais e políticas, a continuação de embates ideológicos etc.

Os elementos autobiográficos ou autofissionais de *Os visitantes* não deveriam ser superestimados. Tampouco seriam exatas interpretações que encontrassem na obra formas de experimentação literária esgotadas em si mesmas. O que Kucinski retoma, nessa novela, são os problemas já abordados em *K.*, possibilitando agora a intensificação do debate sobre questões relacionadas às implicações éticas do testemunho, à sua forma e à sua recepção. Portanto, a narrativa de *Os visitantes* está inserida no contexto da problemática mais ampla a que se filia a produção de Kucinski: a crítica da violência e a perspectiva do testemunho.

Na novela de Kucinski, alguns visitantes acusam o protagonista de ter deturpado os fatos ou o interpelam a explicar certas passagens da publicação anterior. “Se o senhor escritor lidou com fatos históricos tinha que ser fiel aos fatos!”, diz a senhora Regina (2016b, p. 15). A acusação da primeira visitante, que ecoa em todos os demais capítulos, se desdobra em ao menos dois problemas: as dúvidas epistemológicas e as implicações éticas. Quem sabe a verdade do que aconteceu? E como sabe? Que efeitos o relato provoca? Quem ele atinge? Em geral, o escritor se defende alegando que escrevera ficção. Ele explica à senhora Regina: “meu livro não é um tratado de história, é uma novela de ficção, e na ficção o escritor se deixa levar pela invenção” (2016b, p. 13). O narrador acata o que a ex-esposa diz: “essa parte do livro é factual, não é ficção e está errada” (2016b, p. 41). Depois fala ao doutorando: “o capítulo da lápide é ficção pura do começo ao fim, nada daquilo aconteceu e esse rabino não existiu” (2016b, p. 62). Ele também percebe que a obra vai além de narrar, pois ela interfere na realidade,

influi na interpretação e no rumo dos acontecimentos. “A carta inventada não só virava documento como adquirira vida própria, criara novos fatos”, ele escreve (2016b, p. 45). A literatura ultrapassa a expressão autônoma ao tomar parte ativa no mundo.

É curioso que os personagens enfatizem a distinção entre “factual” e “ficção” (história e literatura) em um livro cuja advertência atenua tal separação: “tudo aqui é invenção, mas quase tudo aconteceu” (2016b, p. 9). Embora a frase aproxime invenção e acontecimento, uma conjunção adversativa une suas duas partes: “mas”. Isso significa que a identificação entre história e literatura precisa resistir à adversidade e superar a oposição estabelecida entre ambas? A contrariedade expressa na conjunção pode ser definitivamente abolida?

Antes de pensar se a ficção pode elucidar um fato, é preciso perguntar o que é um fato. Essas dúvidas permeiam as conversas entre visitantes e anfitrião. Quem tem autoridade para estabelecer a narrativa correta dos fatos? Quando há mais de uma versão, como saber qual é a verdadeira? Se houver testemunhos e documentos contraditórios, quais são os critérios de decisão quanto à veracidade ou à falsidade? Quem tem o direito de reivindicar a verdade para o seu relato? Por outro lado, essas perguntas, como a reivindicação de liberdade para misturar fato e ficção, beiram um perigoso engano: o relativismo que reduz tudo à linguagem, como se só existissem “narrativas” ou “versões” da história, o que implicaria a inexistência (ou a inacessibilidade) da verdade do acontecimento. Uma pessoa torturada jamais aceitará que ela conta apenas uma “versão”: para ela, não há nada mais verdadeiro do que o fato de que a tortura aconteceu. Dizer aos familiares de um desaparecido que há outras “narrativas” seria um modo de ofendê-los absurdamente: o desaparecimento aconteceu. Entretanto, no evento traumático, o acontecimento é tão intenso que não se deixa configurar totalmente como fato, de modo que o que aconteceu “parece mentira”. Nesse contexto, é preciso assumir que a ficção, tal como elaborada por Kucinski, não pretende reescrever livremente a história ou contestar a possibilidade do estabelecimento da verdade dos fatos. Ao contrário, a ficção se converte em estratégia heurística: uma procura da verdade que permanece ocultada a outros meios investigativos. Portanto, ao invés de se opor à verdade, a ficção se torna recurso elucidativo.

Comumente a decisão sobre a veracidade de um relato admite como critério o confronto com as provas documentais, a partir das quais a ficção, em alguns casos, poderia ser desmentida ou desprovida de valor historiográfico. Mas é um engano pensar que os documentos, tomados como provas, sempre disponibilizam dados empíricos transparentes e absolutos: eles são produzidos e conservados – no caso do Brasil, possivelmente destruídos – em contextos políticos determinados por disputas ideológicas. Paul Ricoeur oferece pistas para essa discussão em *A memória, a história, o esquecimento*. Ele sugere que os documentos não

podem ser tomados como critério último de arbítrio porque o historiador só se dirige aos arquivos depois de elaborar perguntas e hipóteses (2007, p. 188). Ou seja, as provas são estabelecidas e interpretadas a partir de discursos previamente assumidos, conscientemente ou não. Além disso, segundo Ricoeur, o arquivamento de testemunhos e documentos de sobreviventes de eventos-limite (como o Holocausto) é problemático, pois o arquivo documental é inapropriado para a transmissão da “estranheza absoluta que o horror engendra”: “trata-se de experiências extremas, propriamente extraordinárias – que abrem para si um difícil caminho ao encontro de capacidades limitadas, ordinárias de recepção, de ouvintes educados para uma compreensão compartilhada” (2007, p. 186-187). A dor do sobrevivente não cabe no arquivo. Algo similar ocorre com os testemunhos e os documentos relacionados à repressão da ditadura no Brasil. À revelia de Ricoeur, pode-se acrescentar que a ficção é um recurso encontrado pelas testemunhas para superar a limitação das provas documentais.

Mas é preciso ressaltar que essa última afirmação não é deduzida da concepção ricoeuriana de ficção. Ricoeur exige da narrativa historiográfica (no momento da “representação historiadora”, que ele também chama de “fase literária”) o compromisso com um referente no passado, obrigação que ele não estende à narrativa de ficção. Por exemplo, o filósofo questiona: “como a história, em sua escrita literária, consegue distinguir-se da ficção? Enunciar esta pergunta é indagar em que a história permanece, ou melhor, se torna representação do passado, algo que a ficção não é, ao menos intencionalmente, ainda que ela, além do mais, o seja de alguma forma” (2007, p. 200). Em outro momento, Ricoeur afirma que a narrativa histórica e a ficcional, como gêneros literários constituídos, formam um par antinômico: “uma coisa é um romance, mesmo realista; outra coisa, um livro de história. Distinguem-se pela natureza do pacto implícito ocorrido entre o escritor e seu leitor. Embora formulado, esse pacto estrutura expectativas diferentes, por parte do leitor, e promessas diferentes, por parte do autor” (2007, p. 274). Ricoeur não avança ao ponto de afirmar que tal pacto é radicalmente abalado pela literatura ficcional marcada por forte teor testemunhal.

À pergunta sobre o valor probatório do documento, Ricoeur adiciona outra dúvida: *o que se pretende provar?* Nesse ponto, o filósofo propõe uma distinção “entre fato histórico e acontecimento real rememorado”: “o fato não é o acontecimento, ele próprio devolvido à vida de uma consciência testemunha, mas o conteúdo de um enunciado que visa a representá-lo” (2007, p. 190). O fato é extraído dos documentos que o estabelecem. Por seu caráter proposicional, ele é verificável e refutável. Mas, de acordo com Ricoeur, o fato se vincula a algo que está fora do discurso: ele remete ao acontecimento, que é seu referente último. “É para preservar esse estatuto de contraparte do discurso histórico que distingo o fato enquanto ‘a coisa

dita', o 'que' do discurso histórico, do acontecimento enquanto 'a coisa de que se fala', o 'a propósito de que' é o discurso histórico", afirma Ricoeur (2007, p. 190). Ele advoga que algo aconteceu, embora talvez não tenha acontecido "tal como o dizemos". O acontecimento (o referente) deve ser buscado incansavelmente no momento da constituição discursiva do fato. Entretanto, por mais que se fale sobre o que aconteceu, sempre resta algo irreduzível à linguagem. Assim se pode compreender por que Ricoeur considera o acontecimento como "a contraparte efetiva do testemunho" e por que afirma que "o acontecimento, em seu sentido mais primitivo, é aquilo sobre o que alguém dá testemunho" (2007, p. 191).

Embora Ricoeur discorra sobre a operação historiográfica, não sobre ficção, suas observações são relevantes para a leitura de *Os visitantes*. Se o fato é a representação discursiva do acontecimento, o problema se torna ainda mais difícil quando se trata de experiências vividas em situações-limite irrepresentáveis. Quando os visitantes cobram que o escritor seja fiel aos fatos, eles acusam contradições e lacunas na exposição dos fatos. Isto é, estão implicitamente indicando a impossibilidade do estabelecimento definitivo de fatos relativos a acontecimentos inenarráveis em última instância. Sobre a gravidade e o terror desses acontecimentos, nenhum visitante parece duvidar: o que aconteceu é irrepresentável ao mesmo tempo em que é absurdamente real. Nesse caso, somente a ficção poderia tentar imaginar o real.

No capítulo "A recusa", o escritor e a visitante comentam a reação de uma mulher, ausente da cena, à publicação do livro. Como se ambos não soubessem decidir sobre o valor e o cabimento do romance testemunhal, eles remetem a arbitragem a essa terceira pessoa. A mulher ausente ocupa um lugar paradoxal: ao mesmo tempo em que lhe é atribuído o papel de juíza intransigente, ela é profundamente marcada pela perda, a ponto de recusar a leitura do relato, de chorar e de somatizar no próprio rosto a dor psíquica (2016b, p. 19). Por outro lado, as falas dos três personagens (narrador, amiga presente e amiga ausente) quase se confundem devido à ausência dos sinais gráficos convencionalmente empregados para organizar diálogos, de modo que os comentários sobre o livro parecem sair da boca do próprio escritor:

Fiquei a meditar alguns segundos, depois perguntei: Já que ela não quis ler, você passou alguma coisa do conteúdo? Falei que está bem escrito, que é um texto delicado, até poético. E o que ela respondeu? Ironizou, você sabe como ela é sarcástica. Reconheceu que escrever bem é com você mesmo, mas tinha que ser o contrário, tinha que ser um livro sujo, como foi sujo tudo aquilo, tinha que ser como um vômito, mas você preferiu escrever um livro bonito e ilustrado por artista famoso para ganhar prêmio (2016b, p. 18).

A amiga ausente também julga a carta atribuída à irmã do escritor: "se o que está nessa carta for verdadeiro, todos vão saber da vida delas, e isso não se faz; se for falso, pior

ainda; disse que um livro assim precisa ser destruído” (2016b, p. 20). Ela parece supor que a escrita sobre a violência é outra ação violenta, ou seja, que a violência agora é exercida pelo escritor, não pela ditadura. Afinal, ela diz que “o livro machucara as amigas” (2016b, p. 18), mas machucar é ação do torturador, não do sobrevivente. Em suas sentenças, estão enunciados o problema da ética e o da forma estética. Ambos têm um núcleo comum: a verdade do acontecimento, interdita à narração factual. A única possibilidade de escrever sobre os acontecimentos estaria em um “livro sujo”, que recusasse padrões estéticos convencionais e impedisse a recepção elogiosa. A amiga toca o ponto sensível já enunciado pelo protagonista de *K.*, que desistira de escrever literatura: “estava errado fazer da tragédia de sua filha objeto de criação literária, nada podia estar mais errado. Envaidecer-se por escrever bonito sobre uma coisa tão feia” (2011, p. 133).

Depois da acusação, o protagonista de *Os visitantes* reage indignado. Ele alega que o texto parecia “um desses livros espíritos psicografados” e que os trechos eram produzidos “como se cada um fosse um desafogo” (2016b, p. 18). Aparentemente, ele gostaria de acreditar que a escrita tem função catártica, terapêutica, servindo quase como um exorcismo. Mas se o livro publicado anteriormente tivesse alcançado tal propósito, o assunto estaria encerrado, o escritor não precisaria remoer censuras e sofrer remorsos por aquilo que escreveu. De fato, a censura renova a mágoa: “dizer que escrevi para ganhar prêmio é me chamar de oportunista” (2016b, p. 19). Trata-se de outra culpa injustificada, pois os adjetivos “delicado”, “poético” e “bem-acabado” não convêm ao relato publicado. Ao contrário do que diz a visitante, *K.* já é o “livro sujo” que ela reivindica. Mas, talvez projetando suas próprias angústias na visitante, o escritor parece temer que a forma fragmentária e plural de seu relato ainda seja “limpa” demais, “literária” demais, como se conjecturasse que um relato eticamente irrepreensível exigiria uma desorganização muito mais radical da linguagem; no limite, seria um relato ilegível. O diálogo entre o escritor e a visitante mostra que a forma do testemunho, ao submeter à crítica certos critérios de valor literário, opera a subsunção da estética à ética. A leitura de *Os visitantes* atesta o que Ginzburg afirma em “Linguagem e trauma na escrita do testemunho”: “o estudo do testemunho articula estética e ética como campos indissociáveis de pensamento” (2021, p. 20).

Outra questão ética é a do lugar de quem fala. No capítulo “Uma visita surpresa”, o roteirista de TV aponta o dedo para o escritor: “você quis me agredir”, “você quis atacar os que cederam sob tortura”, “você nunca foi torturado, nem preso foi”, “o que você sabe sobre a tortura?”, “você quis se vingar em cima dos que sobreviveram” (2016b, p. 34-35). O escritor tenta se defender: “quem sou eu pra julgar?”, “eu escrevi que ninguém pode julgar”, “não foi deliberado” (2016b, p. 34-36). Como no caso anterior, as acusações só podem ser entendidas

se forem associadas ao sentimento de culpa do sobrevivente. Afinal, o escritor também foi vítima de “tudo aquilo” que aconteceu. Embora não tenha sido submetido à sevícia física – que indubitavelmente é uma das formas mais diretas da barbárie –, ele foi sujeitado (como toda a sua família) à tortura psicológica executada por meio de manipulação de informações, propagação de estereótipos enganosos, estratégias de fragilização emocional etc. Além disso, se o desaparecimento dos corpos impede o encerramento da busca e a elaboração do luto, o sofrimento emocional permanece ininterrupto. Ou seja, é preciso admitir que os familiares dos desaparecidos políticos – enquanto persistirem a ausência de corpos, a falta de esclarecimentos e a lei que assegura a inimizabilidade dos responsáveis pelos crimes – nunca deixaram de ser psiquicamente supliciados. Portanto, a literatura testemunhal do escritor de *Os visitantes* jamais poderia ser minimizada como expressão de vaidade literária ou como impostura.

A inquietação quanto à forma narrativa, na obra kucinskiana, pode ser associada àquilo que Walter Benjamin, no ensaio “Experiência e pobreza”, de 1933, chamou de “pobreza de experiência”. Benjamin nota que anteriormente a experiência era associada à autoridade e à sabedoria. Em forma de histórias e provérbios, que carregavam ensinamentos e conselhos, a experiência era comunicada pelos mais velhos aos mais jovens. Mas ela estaria em declínio no tempo de Benjamin. Ele pergunta: “quem encontra ainda pessoas que saibam narrar algo direito? [...] Quem tentará, sequer, lidar com a juventude invocando sua experiência?” (2012, p. 123). A seguir, Benjamin descreve os soldados que retornavam dos horrores da guerra mundial, “uma das mais terríveis experiências da história universal”: “os combatentes voltavam silenciosos do campo de batalha. Mais pobres em experiências comunicáveis, e não mais ricos” (2012, p. 124). Nos soldados se manifesta mais nitidamente a perda que atinge a sociedade como um todo, pois a modernidade capitalista constitui uma época de choques, de excesso de estímulos violentos, de destruição da vida comum: a história é um acúmulo de catástrofes. Em meio a isso, as pessoas são incapazes de assimilar o vivido e de elaborar aquilo que é visto e ouvido em formas comunicáveis de sabedoria. Elas se tornam pobres de experiências. Nas palavras de Benjamin, “uma forma completamente nova de miséria recaiu sobre os homens com esse monstruoso desenvolvimento da técnica” (2012, p. 124). Benjamin prenuncia o que viria a caracterizar todo o século 20: como Seligmann-Silva argumenta em vários estudos, na “era das catástrofes”, vive-se “a história como trauma” (2000, p. 73).

Na “nova barbárie” a pobreza de experiências, além do âmbito privado, diz respeito à “humanidade em geral”, o que desafia os artistas a recriarem a linguagem e a renovarem as formas de expressão, conforme Benjamin (2012, p. 125). Os artistas precisam “começar do

princípio”, já que as formas tradicionais se tornaram insuficientes: “de resto, essas criaturas falam uma linguagem inteiramente nova. Decisiva, nessa linguagem, é a dimensão arbitrária e construtiva, em contraste com a dimensão orgânica” (2012, p. 126). Benjamin parece acreditar que as inovações estéticas (ele cita Paul Klee, Bertold Brecht, Adolf Loos, entre outros) são motivadas não apenas por vanguardismo, mas sim pela necessidade da época: “nenhuma renovação técnica da língua, mas sua mobilização a serviço da luta ou do trabalho e, em todo caso, a serviço da transformação da realidade, e não da sua descrição” (2012, p. 126).

Poucos anos depois, em 1936, Benjamin publica o ensaio “O narrador”, em que reafirma a mesma premissa (o declínio da experiência), mas a desenvolve em uma perspectiva mais nostálgica. Em vez de celebrar as inovações artísticas, ele se alonga na consideração do processo de extinção da arte de narrar. Estabelecendo um contraste entre o narrador tradicional (ligado à oralidade) e o romancista contemporâneo (vinculado ao livro), Benjamin observa que o segundo é incapaz de expressar conselhos práticos e sábios porque não pode se referir à experiência como algo comunicável, útil e único. Diante dos cenários de guerras e de ameaças fascistas do início do século 20, então, o romance atinge o ápice daquilo que já o constituía desde o início: “a origem do romance é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los. Escrever um romance significa, na descrição da vida humana, levar o incomensurável a seus últimos limites” (2012, p. 217). Jeanne Marie Gagnebin explica, em *Lembrar esquecer*, que “a perda da experiência acarreta um outro desaparecimento, o das formas tradicionais de narrativa, de narração” (2009, p. 50). Tais formas tradicionais têm sua fonte na comunidade e na transmissibilidade daquilo que, soltando-se de Benjamin, Gagnebin chama de “‘o simbólico’ ou mesmo ‘o sagrado’” (2009, p. 50).

Os ensaios de Benjamin oferecem contribuições fundamentais para o estudo do testemunho, particularmente da obra de Kucinski. É claro que não se pode passar diretamente do texto benjaminiano ao Brasil atual, já que os contextos são bem distintos. Tampouco se deve identificar apressadamente a noção de “narrador” em Benjamin ao conceito de “narrador” do romance contemporâneo: Benjamin justamente estabelece um contraste entre a narrativa (nesse caso, uma arte de antigos contadores de histórias) e o romance. Mesmo assim, é fundamental a observação de que a realidade traumática abala as condições necessárias para a narração linear, significativa e reconfortante, comunitariamente compreendida e compartilhada. Em vez disso, ela exige formas radicalmente novas de expressão, o que resulta em textos fragmentados, incompletos, híbridos, abertos. Isso vale não só para a vítima direta da barbárie: se os soldados que voltavam da guerra não conseguiam contar sua experiência, tampouco podiam fazê-lo seus

contemporâneos, uma vez que o indivíduo não é afetado isoladamente, e sim em meio ao colapso dos valores sociais e das referências simbólicas em que se sustentava a linguagem comunitária. Como ocorre em *K.*, cuja forma é rediscutida e reiterada em *Os visitantes*, os padrões narrativos convencionais estão impedidos à testemunha, pois a catástrofe arruína os meios simbólicos necessários à compreensão da vivência traumática. A testemunha, implicada em uma busca extenuante de formas alternativas de elaboração verbal e em uma insistência na reelaboração da história, se vê desiluda da possibilidade de extrair daí algo como um ensinamento prático ou um enriquecimento moral transmissível.

Os estudos do testemunho devem muito às considerações de Benjamin sobre as formas narrativas. Apoiado na noção benjaminiana de história como catástrofe e na psicanálise freudiana, Seligmann-Silva pensa o trauma além de episódios que causam feridas psíquicas em âmbito individual, ampliando o conceito a eventos históricos coletivos (como os genocídios e as ditaduras) e à “condição de alguém que vive em um trauma contínuo devido a conflitos raciais, étnicos, de classe ou de gênero” (2022, p. 141). Nesse sentido, Seligmann-Silva problematiza a possibilidade de “narrar o trauma” (expressão que intitula um capítulo de seu livro), considerando as tentativas frustrantes de “narrar o inenarrável”, ou seja, de falar sobre aquilo que resiste à simbolização (2022, p. 143, 146). Para Seligmann-Silva, o “real” traumático é tão intenso, excede de forma tão demasiada à experiência comum, que parece irreal: “esse teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma. Mas, para o sobrevivente, essa ‘realidade’ da cena encriptada *desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo*” (2022, p. 145).

Em “A violência constitutiva: notas sobre autoritarismo e literatura no Brasil”, Ginzburg retoma a noção de “história como trauma” e aponta a conexão entre os conflitos na realidade social e a fragmentação formal das obras literárias. Para Ginzburg, a complexidade e o impacto do processo histórico exigem da consciência humana novos modos de pensar e de representar, já que o contexto de autoritarismo e opressão atinge a individualidade do sujeito enunciador e dilacera sua integridade, de forma que sua expressão carrega as marcas das fraturas (1999, p. 130). Em *Literatura, violência e melancolia*, Ginzburg defende que, diante de cenas de violência, é inadequada uma narrativa realista, pretensamente mimética, conduzida por narrador estável, linearmente organizada, “pautada pelo cartesianismo, por uma caracterização do conhecimento que tem uma expectativa de objetividade”, assentada na crença de que “o texto literário seja um registro imediato da realidade” (2013, p. 33-34). Ginzburg sugere que a pretensa representação ordenada e objetiva implica afastamento e impassibilidade; “entretanto, no momento em que houver dor envolvida, as categorias organizadas do



pensamento institucionalizado mostram seus limites e a ideia de que é possível olhar tudo a distância com neutralidade, frieza ou objetividade cai por terra” (2013, p. 34). Essas considerações ajudam a entender os recursos narrativos empregados por Kucinski em *K*. e os motivos pelos quais os personagens de *Os visitantes* discordam enfaticamente sobre as formas de apresentação dos acontecimentos traumáticos experimentados coletivamente.

Em *Crítica em tempos de violência*, discutindo as relações entre literatura e direitos humanos, Ginzburg menciona textos literários em que se encontram personagens que, dolorosamente impactados pela violência, “têm necessidades, carências, sofrimentos, e não encontram as palavras adequadas para formular o que precisam – como se entre pensamento e linguagem ocorressem descontinuidades, abismos. Em pontos tensos podem surgir silêncios, omissões, indeterminações” (2017, p. 170). Diante disso, ele afirma: “o problema dos direitos humanos não se dissocia da dificuldade de expressão dos mesmos. [...] Para que possamos defender direitos, precisamos ter a capacidade de formulá-los, estabelecendo as condições necessárias para sua inteligibilidade” (2017, p. 170). Ginzburg nota especialmente o sofrimento de vítimas da opressão e da marginalização social, como é o caso dos personagens Fabiano (*Vidas secas*, de Graciliano Ramos) e Macabéa (*A hora da estrela*, de Clarice Lispector). Ele também menciona os “estudos da linguagem de vítimas da tortura no Brasil, para quem a dor corporal levou a um colapso das relações convencionais com o uso da língua” (2017, p. 170).

Tendo isso em vista, cabe afirmar que Kucinski se alia a um conjunto de escritores que se preocupam com a violência constitutiva da sociedade brasileira. Nesse contexto, as obras kucinskianas constituem um momento importante de um cânone alternativo, ainda a ser estabelecido, orientado a ressaltar escritores que apresentam, em épocas e contextos variados, tanto o autoritarismo estruturante da sociedade brasileira quanto os modos de resistência e as lutas por reconhecimento. Como esses escritores, Kucinski adota procedimentos que manifestam a insuficiência das formas tradicionais de representação, entre os quais, conforme Ginzburg, se notam “lapsos, descontinuidades, contradições, subversões de convenções, rupturas com gêneros tradicionais, questionamentos a respeito da capacidade comunicativa e expressiva da literatura”, empregados não como meros experimentos formais, mas como efeitos do impacto brutal da violência (2017, p. 216-217). Segundo Ginzburg,

A condição pós-traumática coletiva exige, nesse sentido, uma reelaboração das formas de expressão, das concepções de emprego da linguagem. Se a expressão não for recriada, ela permanecerá ideologicamente marcada pelos parâmetros expressivos associados ao emprego da violência pelo poder dominante. Apresentar uma posição crítica depende de ir até o âmago do problema. Como falar, tendo sido removida pelo autoritarismo a possibilidade de confiar nas regras da sociabilidade e, com elas, nas

regras da comunicação e uso da linguagem? Como representar a memória da violência e da dor em grau extremo, a perda irreparável, a degradação das condições de experiência digna? Lapsos, suspensões de sentido, elipses, expressões fragmentárias ocupam o espaço da representação da destruição (2017, p. 202-203).

Além de servirem à necessidade expressiva do testemunho, recursos como os mencionados por Ginzburg podem provocar no leitor a empatia com as vítimas de violência. Para o crítico, textos técnicos ou científicos tendem a empregar linguagem objetiva, o que pode incitar uma recepção neutra, indiferente ou naturalizante; já os textos literários, mais livres para apelar à imaginação e para admitir criatividade formal e vocabular, oportunizam uma aproximação afetiva das experiências das vítimas (2017, p. 458-459). Para Ginzburg, “a importância da literatura para a consciência social nesse sentido é enorme, por conseguir, por recursos de construção, certa fidelidade ao impacto da violência funda que resulta aos que viveram, direta ou indiretamente, o impacto da experiência da tortura” (2017, p. 458-459).

Os efeitos do testemunho sobre os leitores são outro problema fundamental em *Os visitantes*. Ao tematizar a recepção dos textos testemunhais, Kucinski mostra que, assim como a escuta solidária é imprescindível ao testemunho oral, o teor testemunhal da escrita literária se efetiva na interlocução com o leitor. Mas aqui também é preciso ter cautela. Se o testemunho é uma necessidade de elaboração do passado traumático, ele pode sim ocasionar uma mudança no horizonte de expectativas em relação ao futuro, mas ele não está obrigado a tomar essa possibilidade como encargo. Muitas testemunhas não pretendem outro resultado a não ser a própria apresentação do vivido. Ou seja, a testemunha, sob a necessidade psíquica de contar o que experimentou, tem o direito de decidir se vai instrumentalizar seu relato a serviço de um programa político, caso queira e possa fazê-lo; contudo, jamais se deve coagi-la a isso. Além do mais, nada garante que o texto testemunhal alcance os efeitos pretendidos, especialmente quando apresenta as características formais descritas acima. A configuração estética frequentemente fragmentária, aberta, plurissignificativa e híbrida da ficção testemunhal tende a enfraquecer a exortação ao engajamento do leitor, se o texto tiver tal objetivo.

Essas hipóteses surgem no enredo de *Os visitantes*, em que os leitores que interpelam o escritor demonstram reações variadas ao romance testemunhal. Ao invés de se reanimarem para lutas políticas, eles geralmente mostram revolta e indignação contra aquele que assume o lugar de testemunha. Alguns visitantes aparentemente supõem que o escritor se aproxima dos opressores quando remexe o passado: por exemplo, um deles diz que o escritor “foi injusto, extremamente injusto” (2016b, p. 25). Quase todos os leitores criticam, se queixam

ou desabafam; quase inexistem algum novo ânimo para seguir na militância. Há até efeitos absolutamente contrários aos valores sustentados pelo escritor, como ocorre no caso de uma reportagem que faz um “uso malicioso da novela”, citando “o justicamento de militantes da luta armada” com a finalidade de “legitimar a tese do jornal de que os dois lados se igualaram na prática de crimes” (2016b, p. 70). Por outro lado, o estudante pesquisador, que diz ter aprendido muito sobre a ditadura ao ler o livro (2016b, p. 61), mantém alguma esperança sobre o potencial pedagógico da literatura testemunhal.

Seria bom ponderar certas manifestações entusiasmadas quanto ao poder transformador da literatura e do testemunho, tais como a que é formulada na conclusão do artigo “A barbárie como regra da ditadura”, de Antônio Schimeneck: “restam as narrativas literárias como memória diante da realidade de esquecimento na qual a sociedade brasileira está mergulhada [...]. Talvez sejam elas, as histórias, que nos salvarão e apontarão um futuro possível longe da apatia nacional” (2022, p. 9). Embora o compromisso com as vítimas do autoritarismo exija certa dose de otimismo, a esperança também deve se sujeitar à crítica. Afinal, como Regina Dalcastagnè afirma em “Literatura e resistência no Brasil hoje”, “mudar o mundo é tarefa grande demais para a literatura, ou para qualquer forma de arte” (2020, p. 17).

Benjamin observa que “o senso prático é uma das características de muitos narradores natos”, os quais sabiam extrair da narrativa uma utilidade (2012, p. 216). Ele continua: “essa utilidade pode consistir por vezes num ensinamento moral, ou numa sugestão prática, ou também num provérbio ou norma de vida – de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos ao ouvinte” (2012, p. 216). Mas, de acordo com Benjamin, a crise da experiência provoca a perda da comunicabilidade, o que impede que se deem conselhos, no sentido de “fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está se desenrolando”: “para obter essa sugestão, seria necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação) [...] A arte de narrar aproxima-se de seu fim porque a sabedoria – o lado épico da verdade – está em extinção” (2012, p. 216-217). Benjamin já notava, em sua época, que a expectativa de um efeito prático da narrativa é incoerente com as novas condições modernas, quando a história é vivida como catástrofe. Se as narrativas testemunhais de Kucinski forem lidas a partir dessas observações de Benjamin, não se deve esperar delas uma utilidade pragmática no mundo ou um aconselhamento implícito sobre ações políticas.

Essas considerações parecem recuperar o velho problema da “literatura engajada” *versus* “a arte pela arte”. Não há dúvida de que Kucinski é um cidadão pessoalmente engajado, especialmente se forem consideradas sua obra não literária, sua atividade jornalística e sua

participação ativa no Partido dos Trabalhadores, apresentadas no primeiro capítulo desta tese. Mas a ação pessoal de um escritor não implica que sua literatura também seja engajada. Algumas obras ficcionais kucinskianas (por exemplo, as duas distopias) são inegavelmente participativas, no sentido de que a ficção visa a intervir no debate político. À medida que aumenta o teor testemunhal da ficção de Kucinski, tal pretensão fica menos clara, de modo que é preciso pensar se o testemunho pode ser tomado como um tipo de engajamento.

Tratando de poesia, no livro *O testemunho poético no limiar da lírica moderna*, Marcelo Ferraz estabelece distinções pertinentes, passando pelas noções de “circunstância”, “resistência”, “engajamento” e “testemunho”, sem estabelecer limites rígidos entre elas (2022, p. 75-89). Para Ferraz, o engajamento e o testemunho “estão irmanados enquanto manifestações de resistência”, de forma que ambos “produzem uma visão crítica sobre algum aspecto da vida política”, “exercem um papel de denúncia e indignação diante das atrocidades que permeiam o mundo social” e “optam formalmente por evidenciar o seu vínculo com um tempo histórico específico” (2022, p. 86). Mas eles se diferenciam em um aspecto: “diante do horror, a poesia de testemunho assume uma postura marcadamente negativa, que demanda ser lida na chave do trauma, em seu vínculo dramático com um passado que não passa. Já o poema engajado se abre para uma transformação eufórica, visando um futuro de redenção” (2022, p. 86). Enquanto o testemunho se volta sobretudo à catástrofe do passado, o engajamento está “carregado de futuro”, ou seja, “está vinculado a um projeto de transformação social” (2022, p. 87). Embora a predominância do passado ou do futuro os distinga, ambos estão ligados no tempo atual, conforme Ferraz: “nos dois casos, essas temporalidades privilegiadas se projetam no presente: o engajamento cobrando ação, luta, união, revolução; o testemunho cobrando memória, justiça, respeito aos mortos, compreensão do horror” (2022, p. 87). As observações de Ferraz, relativas à poesia, podem facilmente ser transpostas à narrativa.

De fato, *Os visitantes* encena a virada da atenção dos personagens que estiveram envolvidos na resistência à ditadura. Na época da repressão, os problemas econômicos ocupavam o centro das lutas: como se nota em *Jornalistas e revolucionários* e *O fim da ditadura militar*, os militantes geralmente eram pautados por utopias que previam a derrubada do capitalismo e a construção de uma sociedade justa e igualitária, a revolução comunista, a construção das bases para uma verdadeira democracia, o fim da exploração do trabalho etc. Ou seja, eles olhavam para o futuro. Já em *Os visitantes*, o olhar se volta para o passado, mirando o esquecimento, os responsáveis, os mortos e os desaparecidos, a subjetividade dos sobreviventes... Ideais revolucionários cedem lugar a exigências de memória. Nas conversas dos personagens, *Os visitantes* performa o deslocamento do engajamento para o testemunho.

A novela de Kucinski instiga ainda outras questões relacionadas à recepção: quem lê literatura no Brasil? Que tipo de ficção é lida? A literatura lida é também bem compreendida? Quem está disposto a ler testemunhos de sobreviventes? Seria preciso produzir pesquisas empíricas para ter acesso às estatísticas. Mesmo sem tais dados, o narrador de *Os visitantes* intui respostas quando visita uma grande livraria: “estava apinhada de compradores escolhendo seus presentes de Natal entre pilhas de traduções de livros americanos que já venderam tantos milhões de cópias nos Estados Unidos, como anunciavam os letreiros. Havia fila nos caixas. Minha novela não se encontrava em parte alguma” (2016b, p. 42). Ginzburg nota algo similar ao mencionar os “mecanismos de descartabilidade de valor propostos pelo consumo” e os impactos da “indústria do entretenimento”: “muitos procuram a literatura, a música e o cinema para aliviar o sofrimento. Essa busca consiste, em muitos casos, em uma necessidade de construção de ilusões perceptivas. Negações ou fugas, movimentos que propiciem descanso às retinas fatigadas” (2017, p. 41-42). Nesse contexto, a banalização de cenas de violência, naturalizadas em tantos produtos do mercado, pode adormecer a empatia e a solidariedade diante dos relatos das vítimas da barbárie. Além disso, Ginzburg avalia que, como resultado de um processo histórico violento e conservador, “poucos têm acesso à literatura no país, e mesmo muitos entre estes poucos frequentemente não adotam a partir da reflexão por ela propiciada uma perspectiva crítica e responsável de pensamento” (2017, p. 187).

O acesso à literatura e ao testemunho (ou à literatura *de* testemunho) não assegura a resposta solidária às vítimas do autoritarismo. Ginzburg chama a atenção para o fato de que “ser culto não é o mesmo que ser ético”: “se a ficção nos leva a pensar que precisamos do letramento para expressar nossos direitos, poderíamos derivar daí a inferência de que fazer parte do mundo letrado facultaria maiores condições de convivência. Isso não é confirmado pelo processo histórico” (2017, p. 178). De acordo com Ginzburg, “não existe nenhuma garantia de que alguém, por ser culto ou letrado, seja moralmente responsável ou eticamente dedicado ao outro” (2017, p. 178). Há quem defenda que o contato com o testemunho escrito torna as pessoas mais conscientes de suas responsabilidades éticas e mais comprometidas com a luta contra a violência. Mas infelizmente isso acontece só em parte dos casos. Por exemplo, pode ser que alguns leitores perversamente tomem o relato de sofrimento para a satisfação de desejos sádicos (confessáveis ou não) diante da dor do outro. Também existem leitores de obras testemunhais já apropriadas pelo cânone (como *É isto um homem?*, de Primo Levi, *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, e talvez *K.*, de Kucinski) que buscam nada mais que ampliar a erudição sobre as “grandes obras da literatura”. A forma perturbadora de tais obras tende a desmobilizar esse tipo de leitura, mas a recepção de textos testemunhais nunca poderá ser

completamente controlada. De qualquer maneira, mesmo que o leitor se sensibilize diante dos relatos das (ou sobre as) vítimas, existe um enorme espaço a ser percorrido entre a recepção compassiva e o comprometimento na luta “para que não se repita”.

Não obstante, a literatura e o testemunho podem participar da elaboração da memória, da luta por justiça social e da democratização efetiva da sociedade. Essa consciência do lugar social da literatura deve ocorrer em meio à crítica das práticas educacionais, do cânone, das abordagens conservadoras e redutoras das “grandes obras nacionais” e de outros valores tradicionais da historiografia literária. Ao mesmo tempo, é imprescindível o debate honesto sobre as possibilidades limitadas e a relevância da literatura em um mundo cada vez mais controlado pela indústria cultural, pelas efemeridades frenéticas das redes sociais, pelos modismos novidadeiros e consumistas. Se, por um lado, é preciso pensar sobre posições duvidosas como a superestimação da relevância social da literatura na sociedade contemporânea, a restrição ao pragmatismo como critério de valor, a adesão imponderada a concepções teleológicas da história, o proselitismo escancarado em lugar da mediação estética, o utopismo idealista, além de muitos outros riscos similares, por outro lado, é possível conceber uma literatura que colabora na elaboração simbólica de questões traumáticas, que toma consciência de sua participação possível nos movimentos sociais e que oferece um lugar propício tanto à fala das vítimas da violência quanto à escuta de suas vozes.

#### 5.4 “Você vai voltar pra mim” e a necessidade de elaboração do passado violento

Uma ameaça abre o conto “Você vai voltar pra mim”, de Kucinski: “veja bem o que você vai dizer, não se esqueça que depois você volta pra cá; você volta pra mim” (2014d, p. 69).<sup>102</sup> A seguir, uma mulher é levada a um tribunal militar, no qual é forçada a ocultar a tortura a que fora submetida e a colaborar com uma farsa jurídica armada para manter as aparências legais do regime de exceção. Frente ao cinismo do juiz, ela diz a verdade e denuncia publicamente os suplícios perpetrados pelo delegado durante o inquérito. Depois assevera que vai se suicidar se for obrigada a voltar para o centro de tortura. Então o juiz, o procurador e o advogado negociam e decidem, diante de todos, encaminhá-la a um presídio feminino. Mas, em seguida, a mulher é conduzida ao encontro do torturador, que a recebe com perverso sarcasmo: “eu disse que você ia voltar pra mim, não disse? Vem, benzinho, vamos brincar um pouco”

---

<sup>102</sup> Uma análise desse conto foi apresentada no XVI Congresso Internacional da Associação Brasileira de Literatura Comparada (Abralic), em 2020, e, posteriormente, publicada no e-book *Literatura: modos de resistir*, organizado por Douglas Rosa da Silva, Rejane Pivetta e Rita Lenira Bittencourt (DADALTO, 2021, p. 302-320). Nesta seção são retomados, com modificações, alguns trechos dessa primeira leitura.

(2014b, p. 71). A última frase mantém a linguagem incisiva empregada em todo o conto e dimensiona o terror da ditadura: “os outros em volta riem” (2014b, p. 71).

O espaço principal das ações narradas no conto é a sala de um tribunal, não um dos “porões da ditadura”. Perante juristas hipoteticamente cultos e esclarecidos, a mulher declara que foi torturada, mas a denúncia é ineficaz para a descontinuação da barbárie. Conforme o narrador, outras vítimas sequer foram apresentadas ao sistema jurídico: “só ela, de tantos companheiros, ainda viva” (2014, p. 69). A personagem sem nome do conto de Kucinski remete a milhares de pessoas que realmente foram ameaçadas, perseguidas, torturadas, censuradas, assassinadas ou desaparecidas durante o regime militar. Nesse período, segundo Janaína de Almeida Teles, “a tortura garantiu, em larga medida, a eficiência não somente como método de interrogatório, mas como forma de controle político” (2010, p. 257). Conforme Teles, tal controle era aprimorado pela difusão de uma “cultura do medo”: “a censura e o domínio exercido sobre as instituições culturais como universidades, cinemas, teatro, TV e jornais impuseram o silêncio e estimularam a autocensura, difundiram a sensação de isolamento e descrença e foram fortes elementos dissuasivos” (2010, p. 257).

No conto, o delegado torturador é membro de uma rede de repressão, conforme as desinências de plural e o sujeito indeterminado dos verbos do quarto parágrafo: “penduraram”, “deixaram”, “garantiram”. Como representante do aparelho policial-militar responsável pela repressão, o torturador instrumentaliza conhecimentos técnicos e produtos do saber científico, tais como choques elétricos, armamentos modernos e outros equipamentos de tortura. Depois, a tecnologia farmacêutica oferece medicamentos para ocultar as marcas do suplício. De fato, como se lê nos imprescindíveis documentos organizados pela equipe de pesquisadores liderados por Dom Paulo Evaristo Arns e publicados sob o título *Brasil: nunca mais*, “os torturadores não apenas se gabavam de sua sofisticada tecnologia da dor, mas também alardeavam estar em condições de exportá-la ao sistema repressivo de outros países” (2014, p. 31). A menção à “exportação” mostra que a “tecnologia da dor” é coerente com a lógica do capitalismo global.

O torturador não age sozinho, não se trata apenas de um indivíduo truculento. Ele dá face à barbárie entranhada na sociedade brasileira. Em última instância, o torturador é mais um agente do sistema capitalista que fomenta a exploração violenta. Ao mesmo tempo, o capitalismo moderno disponibiliza os produtos avançados do “progresso” da ciência e da técnica àqueles que podem pagar por eles ou que farão deles um uso conveniente à manutenção da ordem, como é o caso extremo do torturador. A serviço de grupos privilegiados é que age o governo autoritário, controlador do Estado, em nome do qual age, por sua vez, o torturador. Ideias como “pátria e família”, “futuro do povo brasileiro” e “segurança nacional” são falácias

convenientes para esconder as bases violentas da sociedade. O conto expõe uma dessas ilusões cruéis: a concepção de que as instâncias do Poder Judiciário são sempre independentes, neutras, imparciais, severas com criminosos, íntegras com inocentes e – como se espera de seu nome – justas. Períodos explicitamente autoritários escancaram a organização social violenta que permanece atuante, no Brasil, também em fases supostamente democráticas.

Em “Você vai voltar pra mim”, o delegado conta com a benevolência cínica dos operadores da lei: “juiz, procurador e advogado negociaram longamente” (2014d, p. 71). Após a denúncia, os juristas do tribunal de exceção se limitam à burocracia, ao invés de externarem reações de repúdio. Seja por apoio decidido, seja por conivência ou por inação acovardada, eles se mostram cúmplices do regime autoritário. A ditadura necessita de ampla sustentação militar, jurídica, econômica e ideológica para se manter. Por isso, o sangue está nas mãos de todos aqueles que oportunizam ao torturador as condições para torturar. Os juristas do conto lembram um grande número de juízes, professores, jornalistas, empresários, intelectuais e outros profissionais que, de fato, colaboraram com o regime militar ou fingiram ignorar seus crimes.

Como se nota, os personagens do conto kucinskiano apresentam o vínculo estreito entre conhecimento e violência, entre civilização e barbárie, entre esclarecimento e dominação, como propõem Theodor W. Adorno e Max Horkheimer em *Dialética do esclarecimento*, de 1947. Embora declarem que não duvidam de que “a liberdade na sociedade é inseparável do pensamento esclarecedor”, os filósofos defendem que “o próprio conceito desse pensamento, tanto quanto as formas históricas concretas, as instituições da sociedade com as quais está entrelaçado, contém o germe para a regressão que hoje tem lugar por toda parte” (2006, p. 13). Para Adorno e Horkheimer, a ciência moderna e as grandes invenções derivadas da razão instrumental são incapazes de conduzir a humanidade a “um estado verdadeiramente humano”; ao invés, custam “a ruína progressiva da cultura teórica” e o “colapso atual da civilização burguesa” (2006, p. 11). Ao longo do livro, os filósofos demonstram que “a essência do esclarecimento é a alternativa que torna inevitável a dominação”, de modo que, “com a difusão da economia mercantil burguesa, o horizonte sombrio do mito é aclarado pelo sol da razão calculadora, sob cujos raios gelados amadurece a sementeira da nova barbárie” (2006, p. 38). As promessas do esclarecimento (iluminismo) – o progresso da técnica, a desmitologização do mundo, a dominação da natureza, a emancipação do homem pelo conhecimento, o domínio da razão sobre todos os aspectos da existência, a melhoria das condições gerais de vida etc. – se mostram dialeticamente indissociáveis da barbárie, em processos históricos permeados por catástrofes. Nesse sentido, “Você vai voltar pra mim” mostra que, sob a configuração histórica



da ditadura brasileira, o pensamento esclarecido (como no caso dos personagens juristas) e o uso da técnica (como nos aparelhos de tortura) são mobilizados para atualizar a barbárie.

No conto, o horror é ainda assistido por personagens anônimos: “os outros em volta riem” (2014d, p. 71). Os indivíduos que veem na tortura um espetáculo são corresponsáveis pela violência. Os “outros” são também os que negam os crimes do Estado, os que aplaudem ditadores, os que tiram proveito da fraudulenta prosperidade econômica. Eles se somam às pessoas amedrontadas ou alienadas pela violência estatal e pela propaganda ideológica que aparelham meios de comunicação de massa, instituições educacionais e empresas privadas, entre outras instituições. O conto não narra o que sente a mulher nesse momento. Esse silêncio dá a dimensão de seu desespero diante da constatação de que uma parte expressiva da população se conserva regozijada diante do sofrimento do outro ou insensível à violência.

A vítima é a única mulher entre os personagens do conto, cujo título alude a certo romantismo notado em algumas canções da música popular brasileira, como no samba “Você vai voltar pra mim”, do grupo Só Pra Contrariar (1994).<sup>103</sup> No final, o torturador dirige-se à vítima pelo vocativo “benzinho”. Tanto o título quanto o vocativo remetem a relacionamentos afetivos (como um casamento). Nesse caso, trata-se de uma relação extremamente abusiva. De certa forma, o conto relaciona a violência da tortura à violência de gênero, praticada sob diversas formas, muitas vezes pelos próprios companheiros das mulheres. O conto talvez sugira que a sevícia da ditadura é uma forma extremada de outras manifestações de violência, mais sutis e mais cotidianas, permanentemente arraigadas na cultura e nos corpos.

A personagem de “Você vai voltar pra mim” apresenta uma particularidade dos tormentos impostos maiormente às mulheres pelos agentes da ditadura: a violência sexual. O livro *Brasil: nunca mais* documenta que, “por serem do sexo masculino, os torturadores fizeram da sexualidade feminina objeto especial de suas taras” (2014, p. 44). No artigo “Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura”, Maria Amélia de Almeida Teles mostra que o sistema repressivo “atuou de forma misógina, utilizou-se da discriminação de gênero para reforçar os estereótipos femininos de submissão e dependência emocional, afetiva e política” (2017, p. 212). Como os conservadores que apoiavam o regime, os militares “não aceitavam que as mulheres pudessem exercer livremente o seu direito de escolha, inclusive de lutar contra a ditadura”, segundo Teles (2017, 224). A pesquisadora feminista – testemunha ocular da violência assassina dos agentes da repressão, pelos quais ela própria e seus filhos, de quatro e cinco anos de idade, foram torturados – reafirma que “as torturas praticadas nas mulheres, assim

---

<sup>103</sup> Disponível em <https://youtu.be/a5re2zpMab8>. Acesso em 16/05/2023.

como nos homens, faziam parte da estratégia política de Estado”, especificando que “as mulheres foram submetidas de forma mais intensa à tortura sexual, como os estupros, as mutilações, inclusive com uso de animais vivos” (2017, p. 213, 220, 224). Não obstante, conforme Teles, “os torturadores faziam questão de afirmar que os interrogatórios eram feitos sob ‘*rigorosa metodologia científica*’” (2017, p. 227-228). O conto de Kucinski simultaneamente apresenta a dialética entre esclarecimento e barbárie e a crueldade adicional da violência ditatorial contra mulheres.

Os últimos parágrafos do conto são separados dos demais por um espaço maior entre as linhas. Depois dessa ruptura no corpo do texto, a narração, na qual antes predominava o pretérito, passa predominantemente a empregar formas verbais no presente do indicativo: “de novo está só no camburão. Percebe que é o mesmo que a trouxe e se inquieta. Passa a observar o trajeto pela grade de ventilação. Vê, aterrorizada, entrarem pelo mesmo portão através do qual haviam saído para o tribunal” (2014d, p. 71). Essa mudança na forma verbal provoca um efeito de apreensão em relação ao desfecho da narrativa, como se o leitor acompanhasse ansiosamente a expectativa da personagem. Além disso, esse recurso pode provocar um efeito de atualidade, como se os fatos narrados acontecessem no momento da leitura.

Outro recurso formal empregado por Kucinski é a elipse provisória do referente textual do pronome “você”, empregado no título. Tal pronome é igualmente retomado na primeira fala do torturador. Somente no terceiro parágrafo é possível perceber que “você” é “ela”, a mulher transportada. O interlocutor interpelado por qualquer texto escrito, em última instância, é o leitor. É como se o conto produzisse uma breve suspensão do referente pronominal e tornasse o leitor o destinatário provisório: “você [,leitor,] vai voltar pra mim”.

No contexto político atual, talvez seja conveniente forçar dessa maneira a interpretação do conto, mesmo sob o risco de cometer superinterpretação. A partir da observação do emprego do presente verbal nas frases finais e da ausência de referente explícito para o pronome com valor semântico de segunda pessoa no título, o conto poderia ser recebido como um aviso aos leitores: “vocês podem recair na dominação autoritária”, ou melhor, “o presente pode voltar ao passado”. Nesse sentido, a ameaça do torturador, além da intimidação direcionada à personagem torturada, interpelaria também a sociedade brasileira, que corre o risco de sucumbir mais uma vez a governos autoritários de tendência fascista.

É claro que uma leitura como essa pode contradizer as hipóteses (levantadas no final da seção anterior desta tese) sobre os modos de recepção e os efeitos variados, às vezes inesperados, de textos com forte teor testemunhal. Não se pode atribuir à ficção, de modo

totalizante, uma mensagem supostamente pretendida pelo autor. Por isso, é preciso ressaltar que a leitura proposta aqui é apenas uma das possibilidades de recepção do conto, elaborada à revelia das inacessíveis pretensões do escritor. Isso vale, aliás, para a análise dos demais textos de Kucinski, ao longo de toda esta tese. Por outro lado, a plurissignificação literária abre possibilidades de leituras voltadas à crítica da sociedade. Mesmo que a literatura não tenha necessariamente um propósito engajado, o leitor está autorizado a se apropriar do texto ficcional e a torná-lo um instrumento para a participação cidadã. Além disso, o testemunho é recebido por um leitor posicionado politicamente, de modo assumido ou não. Se é inevitável que o lugar do leitor influa na interpretação, então não se deve impedir que esse lugar seja explicitado e que a instrumentalização política do texto literário/testemunhal seja trazida à consciência. Nesse contexto, um dos efeitos possíveis do conto “Você vai voltar pra mim” é a constatação de que é necessário elaborar o passado. Tal efeito não advém imediatamente do texto, mas depende de mediação analítica, de debate interessado, de políticas públicas de memória. Trata-se de admitir uma recepção solidária com as vítimas do passado e comprometida com a esperança de que não haja novas vítimas no futuro. Em suma: a literatura testemunhal não é necessariamente engajada, mas o leitor, sim, pode se engajar e engajar o texto ao politizar sua leitura.

Quando “Você vai voltar pra mim” foi publicado, algumas reivindicações pela volta da ditadura eram manifestadas publicamente. Em 2016, uma pesquisa indicava que cerca de um terço dos brasileiros apoiavam uma intervenção militar no país. A tortura ainda hoje é praticada em delegacias e em presídios brasileiros. Também surgem denúncias de censura a obras de arte, publicações e eventos. A polícia brasileira é a mais letal do mundo, tomando como alvo principal os jovens negros de periferia.<sup>104</sup> Portanto, a violência permanece. Lilia Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, lembra que a maioria dos moradores das grandes cidades “têm medo de sofrer agressão por parte da polícia”, avaliando que esse medo ecoa e atualiza “certa representação consagrada na época da ditadura militar e no ambiente pesado da repressão dos anos 1970” (2019, p. 157). Esse ambiente violento propicia condições para o crescimento da extrema-direita, como ocorreu na eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, que antes exaltara publicamente uma figura emblemática da repressão.<sup>105</sup> Dilma Rousseff, presidenta deposta por um golpe jurídico-parlamentar, fora uma das mulheres atuantes da resistência à ditadura e, por

---

<sup>104</sup> Essas informações são confirmadas por diversos veículos jornalísticos: por exemplo, reportagem do *UOL* de 22/03/2014 (<https://bit.ly/2KMYX4z>), pesquisa publicada pela *Veja* em 20/12/2016 (<https://bit.ly/2QMwvDT>), denúncia do Ministério Público Federal publicada pelo jornal *O Globo* em 08/10/2019 (<https://glo.bo/2KQKMeT>), notícia da *Carta Capital* sobre alertas de censura a obras de arte publicada em 07/11/2019 (<https://bit.ly/2DeJAOe>), relatório da Anistia Internacional publicado pela revista *Exame* em 06/02/2019 (<https://bit.ly/3W9Gt1I>).

<sup>105</sup> O discurso do então deputado federal Jair M. Bolsonaro está disponível em <https://bit.ly/37ILbKq>.

isso, presa e torturada, como a personagem do conto. Lido nesse contexto, o conto de Kucinski é revestido de um terrível significado: o torturador segue ameaçando.

De modo constitutivo, o passado não elaborado permanece no presente. Como Maria Rita Kehl afirma, em “Tortura e sintoma social”, as vítimas e/ou seus familiares seguem incansáveis na denúncia da violência: “os opositores da ditadura militar, vitimados ou não pela prática corrente da tortura, não deixaram de elaborar publicamente sua experiência, suas derrotas, seu sofrimento” (2010, p. 127). Quem não o fez foram os torturadores e seus defensores, inclusive uma parcela da população que foi conivente com a ditadura, do lado dos quais está, conforme Kehl, “o apagamento da memória que produz a repetição sintomática da violência institucional brasileira” (2010, p. 128). Como Edson Teles e Vladimir Safatle afirmam na apresentação do volume *O que resta da ditadura*, “nenhuma palavra melhor do que ‘violência’ descreve esta maneira que tem o passado ditatorial de permanecer como um fantasma a assombrar e contaminar o presente” (2010, p. 10).

A elaboração do passado é um modo possível de interromper a violência. Em “O que significa elaborar o passado?”, Adorno argumenta que “a sobrevivência do fascismo e o insucesso da tão falada elaboração do passado, hoje desvirtuada em sua caricatura como esquecimento vazio e frio, devem-se à persistência dos pressupostos sociais objetivos que geram o fascismo” (2020, p. 46). Segundo Adorno, o fascismo não é produzido somente a partir de disposições subjetivas, pois a ordem e a organização econômicas obrigam a maioria das pessoas “a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação” (2020, p. 43). Segundo Adorno, tais pessoas acabam abrindo mão da ideia de subjetividade autônoma e adaptando-se à situação existente:

A necessidade de uma tal adaptação, da identificação com o existente, com o dado, com o poder enquanto tal, gera o potencial totalitário. Este é reforçado pela insatisfação e pelo ódio, produzidos e reproduzidos pela própria imposição à adaptação. Justamente porque a realidade não cumpre a promessa de autonomia, enfim, a promessa de felicidade que o conceito de democracia afinal assegurara, as pessoas tornam-se indiferentes frente à democracia, quando não passam até a odiá-la (2020, p. 46-47).

A condição para a descontinuação da violência é a alteração das formas de organização social e econômica similares às descritas por Adorno. Mais do que recordação, a elaboração do passado implica a transformação da organização social que condiciona o acontecimento da violência. Conforme Adorno, “o passado só estará plenamente elaborado no

instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo suas causas” (2020, p. 49).

Em *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*, Seligmann-Silva afirma que “o esquecido – aquilo que não pode se decantar em experiência – assombra os vivos, como o fantasma de uma culpa. É o esquecido, assim como o recalcado, o *Unheimlich*, que domina nossos debates e polariza os espíritos” (2010, p. 103). No texto quase homônimo intitulado “O que significa elaborar o passado”, Gagnebin explica o conceito adorniano: “é importante observar que Adorno não diz que devemos nos *lembrar* sempre de Auschwitz; mas sim que devemos fazer tudo para que algo semelhante não aconteça, para que Auschwitz não se repita” (2009, p. 100). Dessa maneira, conforme Gagnebin, “não se trata de lembrar o passado, de torná-lo presente na memória para permanecer no registro da queixa, da acusação, da recriminação” (2009, p. 102). Em vez disso, Gagnebin defende que, “no texto de Adorno, que é judeu e sobrevivente, a exigência de não-esquecimento não é um apelo a comemorações solenes; é, muito mais, uma exigência de análise esclarecedora que deveria produzir – e isso é decisivo – instrumentos de análise para melhor esclarecer o presente” (2009, p. 103).

Para que isso ocorra, no caso brasileiro, é necessário ouvir as vozes das vítimas e promover circunstâncias em que elas sejam levadas a sério. É urgente também discutir o que ocorreu e debater publicamente as condições favoráveis à instalação do autoritarismo, que se manifestou paradigmaticamente na ditadura militar e que marca a história brasileira dos primórdios ao presente. A memória do passado, que não se limita à lamentação, possibilita a compreensão das causas e dos modos de violência autoritária e ocasiona a sua superação.

Seligmann-Silva opina que “a CNV foi insuficiente para romper o silêncio ensurdecedor em torno da tortura, dos desaparecimentos, das perseguições, das demissões arbitrárias e de todo tipo de covardia que é a marca dos governos autoritários” (2022, p. 194). Essa afirmação parece contraditória em relação à frase seguinte, grifada pelo crítico: “não é por falta de testemunhos, de obras de historiografia, de filmes, de obras musicais e das artes visuais que não ocorre a virada mnemônica com relação ao período da ditadura no Brasil” (2022, p. 194). Logo a seguir, ele escreve que, “na sociedade brasileira, cerceia-se sistematicamente a possibilidade de criar esse espaço para a escuta dos testemunhos da ditadura de 1964-1985” (2022, p. 194). Mas, se não faltam testemunhos, o que falta? Além disso, qual é o sujeito desse verbo “cercear”? E qual será o percentual da população brasileira que ignora a tortura e as demais formas de violência praticadas pelo Estado durante a ditadura? A sequência de afirmações de Seligmann-Silva mostra que o “silêncio ensurdecedor” não implica necessariamente falta de conhecimento. Há sim os que ignoram as práticas violentas da

ditadura, mas há também os que apenas fingem ignorar, os que ouvem e aprovam as ações dos criminosos, os que acham que a violência foi pouca, os que condenam os militares mais pelos crimes que eles deixaram de cometer do que por aqueles que eles de fato cometeram, os que pedem a volta do autoritarismo sob formas ainda mais violentas do que as anteriores... “O erro da ditadura foi torturar e não matar”, disse Jair Bolsonaro mais de uma vez.<sup>106</sup> Quem diz isso reconhece que houve tortura, mas não demonstra nenhuma solidariedade às vítimas. Portanto, o testemunho é uma parte imprescindível das ações de resistência, mas a elaboração do passado não se limita ao testemunho e à rememoração: a partir deles, é preciso que sejam continuamente mobilizadas ações políticas que visem à transformação das bases sociais nas quais permanece arraigada a barbárie. A apropriação política de textos literários e testemunhais, como o conto “Você vai voltar pra mim”, de Kucinski, colabora na organização simbólica e na mobilização crítica a favor desse difícil processo de elaboração do passado.

### 5.5 Um fantástico “Encontro no porão”: a inelutável reivindicação do luto

A elaboração do passado precisa passar pela elaboração coletiva do luto. Em “Não vamos falar do César”, conto de Kucinski publicado em *A cicatriz e outras histórias*, o desaparecimento do personagem nomeado no título ocasiona uma silenciosa dilaceração emocional que resulta na morte do pai e na desestabilização das relações familiares entre irmãos (2021, p. 54-56). A ausência impossibilita o luto e cria uma interdição da fala sobre a morte do filho/irmão, que atinge também a memória de sua vida: “do César nunca se falou. Ninguém falava” (2021, p. 55). O próprio narrador conta apenas os sintomas familiares da perda não enlutada e nada diz sobre as circunstâncias do desaparecimento. Como o pai fizera antes de morrer, apenas no momento derradeiro a mãe volta a nomear o filho desaparecido: “na segunda à tardinha mamãe começou a falar do César. Eu adormeci. Só acordei no meio da noite. Mamãe estava morta” (2021, p. 56). O luto familiar fora impossibilitado pelo terrorismo de Estado e pelas políticas de esquecimento. Embora esse conto se restrinja à apresentação dos efeitos destrutivos do recalque da experiência traumática no ambiente doméstico, o conjunto da obra kucinskiana mostra que a falta da elaboração do luto, que impede a elaboração do passado e ocasiona a compulsão à repetição da violência, tem efeitos nefastos sobre toda a sociedade.

O necessário trabalho de luto foi tematizado em excelentes leituras de textos de Kucinski, já citadas, notadamente a análise de “O velório” desenvolvida por Jaime Ginzburg

---

<sup>106</sup> Conforme entrevista publicada no portal *Jovem Pan* em 08/07/2016, disponível em <https://bit.ly/3Md67xY>.

(2020a) e o estudo de Nelson Martinelli Filho sobre os contos “O velório” e “Joana” (2022, p. 77-92). A seguir, serão brevemente expostas considerações complementares acerca do recurso ao fantástico como forma de apresentação do inelutável clamor dos mortos não enlutados.

No conto “Encontro no porão”, também integrante de *A cicatriz e outras histórias*, o personagem Lucas narra a visita ao lugar onde mataram seu pai, “um tal de Jonas”. Na delegacia ladeada por um casarão, o delegado o orienta a voltar à meia-noite, quando os defuntos costumam sair. Mais tarde, no pátio do casarão, Lucas encontra os mortos. Um deles informa que Jonas fora “morto no porão”, mas que depois o “levaram embora”. Mesmo assim, ele diz como chegar ao porão. Seguindo as instruções, Lucas encontra o pai, com quem conversa durante duas horas. Na volta, no lugar do delegado, Lucas acha outro homem, que nega a existência do porão. Em primeira pessoa, o narrador conclui: “me senti bem por ter conhecido meu pai e saber o motivo de ele nos ter deixado” (2021, p. 31-35).

A narrativa é repleta de elementos típicos de ambientes propícios ao fantástico: a luz débil do fim de tarde, o casarão às escuras, o delegado com olhos saltados “como os de um sapo”, os defuntos que passeiam à meia-noite, as ruas desertas e frias, a névoa branca, o rapaz pálido com “os dedos em carne viva e sem unhas”, a descida ao porão por “um corredor estreito e frio”, a aparição do pai morto, a recusa do pai a mostrar o rosto muito ferido pelas pauladas (2021, p. 31-34). Esse cenário fantástico é intensificado pela naturalidade da solicitação inicial: “me disseram que aqui mataram meu pai, eu disse, quero ver o lugar onde mataram meu pai” (2021, p. 31). Lucas fala como se procurasse algo corriqueiro, como um ponto de ônibus ou um livro em uma biblioteca. O delegado estranha o tom da pergunta, mas logo depois naturaliza a aparição dos mortos. Mesmo sendo normalizado no enredo, o extraordinário pode ser perturbador no nível da recepção, pois o leitor provavelmente espera dos personagens um estranhamento que eles demonstram apenas minimamente. Esse recurso é adotado em quase toda a história, até que, ao final, o homem no posto do delegado introduz a dúvida: “que porão, rapaz?! O casarão não tem porão!” (2021, p. 35). Diante disso, o leitor deve formular alguma hipótese interpretativa: o homem da delegacia é um mentiroso ou um ignorante e Lucas de fato passou por uma experiência sobrenatural, ou então Lucas vive em meio a delírio ou sonhos, ou toda a história se passa em um mundo de maravilhas em que os mortos convivem naturalmente com os vivos, ou talvez ainda o conto remeta a um significado alegórico etc.

Em um breve depoimento intitulado “Do sentimento do fantástico”, de 1967, Julio Cortázar relaciona o fantástico a uma percepção indefinida de algo que está além das aparências, que desmente a normalidade, que revela fugazmente o inesperado (2008, p. 73). Distinto do maravilhoso, para Cortázar, o fantástico é a manifestação visível de algo

desconhecido que altera a falsa segurança do conhecimento da realidade. De fato, em muitos de seus contos, Cortázar faz emergir, em meio a circunstâncias habituais, um acontecimento insólito, perturbador, sobrenatural ou não, que abala os modos de percepção e de pensamento dos personagens e, talvez, do leitor. O texto de Cortázar, como o título indica, apresenta o fantástico não tanto como um gênero ou um artifício literário, e sim como um *sentimento* caracterizado por “sua ressonância de pulsação, de batida assustadora de um coração alheio ao nosso, de uma ordem que a qualquer momento pode nos usar em algum de seus mosaicos, arrancando-nos da rotina para nos botar na mão um lápis ou um cinzel” (2008, p. 76).

Em 1970, em *Introdução à literatura fantástica*, Tzvetan Todorov definiu o fantástico como um tipo de narrativa que provoca, no leitor, uma hesitação entre a interpretação dos fatos narrados como insólitos ou sobrenaturais. Desse modo, o fantástico se situa em uma posição intermediária entre dois gêneros vizinhos, o estranho e o maravilhoso (2004, p. 31). Conforme Todorov, frequentemente (mas não necessariamente) as dúvidas de algum personagem corroboram a hesitação do leitor. Para o teórico, a terceira característica do fantástico é uma atitude do leitor: “ele recusará tanto a interpretação alegórica quanto a interpretação ‘poética’” (2004, p. 39). Todorov entende que a interpretação poética é aquela em que as imagens “não são descritivas”, mas “devem ser lidas ao puro nível da cadeia verbal que constituem, em sua literalidade, e não naquele de sua referência” (2004, p. 67). Já a alegoria requer uma ambiguidade semântica que provoca ao menos duas possibilidades de leitura, uma literal e outra figurada, mas de forma que “este duplo sentido é indicado de maneira *explícita*: não depende da interpretação (arbitrária ou não) de um leitor qualquer” (2004, p. 71).

As circunscrições estruturalistas de Todorov se mostram limitadas quando são adotadas na análise de textos literários, que muitas vezes ignoram ou deliberadamente transgridem normas de gêneros. Muitos escritores considerados representativos da narrativa fantástica, como o próprio Cortázar, não são facilmente enquadrados nas delimitações teóricas propostas por Todorov. De qualquer maneira, se lidas com restrições, as descrições de Todorov são interessantes para uma compreensão geral do conto fantástico. Leitores pouco familiarizados com o conjunto da obra de Kucinski talvez leiam “Encontro no porão” como maravilhoso, isto é, como uma história de fantasmas ou de mortos-vivos sobrenaturais. Por outro lado, as menções explícitas às torturas e aos desaparecimentos, o contexto imediato (a parte do livro intitulada “Histórias dos anos de chumbo”) e o histórico da ficção kucinskiana induzem o leitor informado a uma interpretação alegórica do conto. Nesse caso, as figuras do “porão” e dos “defuntos” apontariam para os crimes da repressão, o recalque das lembranças intoleráveis do passado, a manutenção dos traumas na obscuridade inconsciente, a privatização



do sofrimento às famílias dos desaparecidos. Na concepção de Todorov, o fantástico é desfeito pela interpretação alegórica. Mas, no sentido de Cortázar, o conto de Kucinski se mantém fantástico por propiciar um estranhamento da normalidade habitual e uma perturbação da percepção pretensamente segura da realidade.

Kucinski é autor de outros dois contos fantásticos. “A beata Vavá”, que abre *Você vai voltar pra mim e outros contos*, é um “assombroso relato” sobre uma mulher que presente, a distância, as torturas infligidas ao seu filho, um preso político (2014d, p. 21-28). Em *A cicatriz e outras histórias*, “A maldição das cem cabeças” alude aos desaparecidos da guerrilha do Araguaia no diálogo de quatro barqueiros que atribuem a escassez de peixes no rio a uma consequência espiritual do despejo clandestino, efetuado por soldados do governo, de grandes sacos cheios de “cabeças cortadas” (2021, p. 88-91).

É interessante perguntar por que o escritor recorreu ao fantástico para tratar de questões sociais de tamanha gravidade. De novo a questão ética: pode ser admitida, para fins de entretenimento, a elaboração fantasiosa de fatos históricos ainda profundamente impactantes tanto na subjetividade dos sujeitos concernidos quanto na cultura de violência e até em resultados de eleições presidenciais? Em certas condições, a recepção prazerosa de um conto como “Encontro no porão” não pode ser controlada. Por outro lado, a opção pelo fantástico pode apontar para o terror que segue assombrando os vivos: uma grande parte da população brasileira ainda naturaliza a existência de mortos insepultos, ainda ignora os locais de sua morte, ainda convive diariamente com vítimas de violência, sem atentar à espantosa anormalidade de seu sofrimento. A leitura alegórica do conto de Kucinski insinua que a desmemória dos crimes do passado e a persistência da violência são extraordinariamente banalizadas – fantasticamente aterradoras, realmente inacreditáveis –, de forma que não mais escandalizam grande parte da sociedade brasileira. Entretanto, o conto pode também sugerir que a violência do passado e do presente, escondida no porão da memória coletiva, continua assombrando os vivos.

De fato, a metáfora do “fantasma” (à qual remetem os defuntos do conto) é recorrente nos estudos da literatura testemunhal que apresenta vítimas da ditadura. Por exemplo, o termo é empregado por Eurídice Figueiredo: “alguns escritores das novas gerações, ainda que em pequeno número, tratam do assunto [a repressão, a tortura, as experiências sob a ditadura] como um fantasma que continua a assombrar o país” (2017, p. 87). Também a figura do “porão” é usual nesse contexto. Para Elio Gaspari, o “porão” é uma metonímia que designa a face mais brutal do regime militar, como ocorre nesta passagem de *A ditadura escancarada*: “a tortura sancionada pelos oficiais-generais a partir de 1968 tornou-se inseparável da ditadura. [...]”

Quando a hierarquia se dá conta de que o custo dos porões é maior que seus benefícios, ela vai ao manual e decide desativar a engrenagem” (2014b, p. 29). Além dos escusos centros de tortura e dos agentes que atuavam nesses espaços, o “porão” conota também o esquecimento, as tentativas de ocultação, os traumas inomináveis. Esse sentido aparece na apresentação de *Brasil: nunca mais*: “o que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964” (2014, p. 24). Ao imaginar o encontro de um filho com o pai morto no porão da repressão – repressão violenta da ditadura, mas também repressão psíquica –, Kucinski alegoricamente mobiliza figuras já coletivamente constituídas e insufla ao leitor a atitude do narrador: é preciso enfrentar o porão e escutar os fantasmas do passado para, assim, criar condições em que a elaboração do luto seja possível.

O conto mostra que, em condições de catástrofes históricas, o luto pode extrapolar o âmbito individual e assumir um caráter intergeracional. Se o narrador sequer conheceu o pai, ele não teria exatamente um trabalho de luto a elaborar. Sua perda é dolorosa, mas não tem um objeto preciso: se só descobriu o nome verdadeiro do pai aos dezoito anos, ele sente a falta de um pai em sentido geral (alguém que ocupe esse lugar), e não de uma pessoa amada específica. Mesmo assim, o personagem precisa concluir o luto herdado da mãe, que não pôde elaborá-lo porque o pai ficou sem túmulo, “sumiram com ele, não deu pra enterrar” (2021, p. 32). Como em “Não vamos falar do César”, em “Encontro no porão” o assunto do desaparecimento era impedido na família. A mãe só rompe o silêncio (um gesto em direção ao porão) no fim da vida: “quando sentiu a morte próxima, minha mãe falou do meu pai e me implorou que o procurasse assim que ela morresse” (2021, p. 31). A tarefa transferida ao filho é recebida como compromisso: “apertei suas mãos em sinal de que faria isso porque ela estava à morte e eu disposto a tudo prometer. Foi então que ela falou do casarão. Não deixe de visitá-lo, ela disse. Ele vai gostar de ver você, tão certo como se chamar Jonas” (2021, p. 33). O nome do pai, finalmente escolhido entre outros nomes antes informados pela mãe, alude ao que está engolido nas profundezas: o personagem Jonas, na lenda bíblica, “permaneceu nas entranhas do peixe três dias e três noites” (*Bíblia de Jerusalém*, 2001, p. 1765). Recebido como alegoria, o conto lembra que é preciso desentranhar aquilo que ainda vive, revelar o que está na obscuridade.

Para isso, recuperando a expressão de Hannah Arendt, é preciso interpelar os que ainda vigiam os “buracos do esquecimento”. O delegado inicialmente informa que o porão do casarão é um lugar tornado inacessível à memória pública: “você não pode ir lá”, “o casarão está trancado” (2021, p. 32); mas, depois de insistência, o vigilante solta uma pista útil para o propósito do protagonista. Na volta, o outro homem da delegacia primeiro nega: “eles todos

falam nesse porão, mas não tem porão nenhum, nem escada” (2021, p. 35); mas, vendo a convicção de Lucas, admite: “os filhos podem. Fico contente por você ter conversado com seu pai” (2021). Esses dois personagens paradoxalmente ora recusam, ora admitem o passado criminoso de setores das corporações policiais e militares. São vigilantes do esquecimento assombrados por fantasmas do passado. De fato, os corpos torturados dos defuntos são perturbadores. O delegado diz: eles “vêm atazanar”, “gritam”, “fazem careta na janela, gemem”, Jonas “aparece ensanguentado; uma noite puxou minha perna” (2021, p. 32). Embora o delegado afirme não temer os mortos, o segundo vigilante diz: “os defuntos mexem com ele” (2021, p. 35). O delegado e seu substituto mostram que a passagem pelo luto e a elaboração do passado são necessárias também aos torturadores e aos demais apoiadores da repressão.

Aliás, o vigilante negacionista anuncia a conversão do lugar de esquecimento em lugar de memória: “depois que o prédio foi tombado, ninguém entra. Vai virar museu” (2021, p. 35). A criação de um museu indica que a necessidade do narrador se amplia alegoricamente à coletividade: “preciso conversar com ele”, diz Lucas, como toda a sociedade também precisa escutar as vozes das vítimas (2021, p. 31). “Acho que no lugar onde mataram eu consigo”, ele continua, êxito também possível aos outros em espaços simbólicos: museus, testemunhos, obras literárias, exposições, filmes, nomes de ruas, datas de memória etc.

Em “Encontro no porão”, as conversas entre personagens são predominantemente explicitadas por meio de discurso direto. A maior parte do texto é composta por diálogos. Porém, quando o pai aparece ao filho “por duas horas”, a conversa é resumida em poucas linhas e as falas do pai são sintetizadas em discurso indireto ou indireto livre: “não quis mostrar o rosto. Disse que estava muito feio, não era para um filho ver. Eles me mataram a pauladas, explicou” (2021, p. 34). No parágrafo seguinte, Lucas continua narrando:

Meu pai contou tudo o que lhe aconteceu. Perguntou bastante da minha vida e me desejou muitas felicidades. Ele já sabia da morte de minha mãe. Ao me despedir, perguntei onde ele estava enterrado. Respondeu que não sabia. Não consegui ver porque foi levado num saco fechado. Se eu tivesse que falar de novo com ele era para vir ali. Venha sempre, ele disse, mesmo sem precisão (2021, p. 34).

Mas o leitor não fica sabendo “tudo o que lhe aconteceu”. Também aqui há o limite da representação: no clímax da narrativa, a linguagem não é mimética. O teor completo da conversa se oculta na intimidade não dita. Além disso, é significativo o fato de o pai não mostrar o rosto: o encontro é incompleto, resta uma falta. O trabalho de luto fica inacabado. Talvez a falta fosse diminuída se os outros também enfrentassem a descida ao porão.

Judith Butler questiona a completude definitiva do luto. Em *Vida precária*, após citar as teorias de Freud sobre luto e melancolia, ela afirma não acreditar “que um luto bem-sucedido signifique esquecer totalmente a outra pessoa ou substituí-la, como se a possibilidade de substituição fosse algo que poderíamos nos esforçar para alcançar” (2019, p. 41). Em vez disso, Butler pensa o luto como um trabalho incompleto e transformador, sugerindo que um momento do trabalho de luto é a aceitação da mudança causada pela perda: “talvez o luto tenha a ver com concordar em passar por uma transformação (talvez se deva dizer *submeter-se* a uma transformação) cujo resultado final não podemos conhecer antecipadamente” (2019, p. 41).<sup>107</sup>

Em *A reivindicação de Antígona*, Butler parte da tragédia grega para desenvolver uma crítica às estruturas de parentesco operadas pela psicanálise. Em alguns trechos ela toca no tema do luto. Na peça *Antígona*, de Sófocles, uma ordem autoritária do rei Creonte impede a celebração de rituais fúnebres para o irmão morto de Antígona, mas ela desacata o decreto real e sepulta Polinices (1990, p. 201, 211). Por causa da desobediência, Creonte condena Antígona a ser enterrada “numa caverna pedregosa, ainda viva” (1990, p. 236). Conforme Sófocles, Antígona lamenta invocando a memória do “irmão infortunado”: “que união a nossa! Transforma-me, morrendo, em morta viva!” (1990, p. 239). Butler antevê nesse episódio a violência que nega o direito ao luto a certas categorias de vidas desumanizadas: “Antígona se recusa a obedecer a qualquer lei que vete o reconhecimento público de sua perda e, ao fazê-lo, prefigura a situação que as pessoas cujas perdas foram impedidas de ser enlutadas publicamente [...] conhecem tão bem. A que tipo de morte em vida tais pessoas foram condenadas?” (2022a, 58). Butler também sugere que as condenações impostas a certas pessoas podem se transformar em “performances de repúdio”, isto é, a exposição pública da desumanização se torna um ato de contestação contra o sistema que revela sua violência desumanizadora ao distribuir o luto público de modo desigual: “os processos de luto que emergem contra a lei pública constituem também esforços conflituosos para que se supere a raiva emudecida de nossos próprios repúdios” (2022a, p. 136).

Nesse sentido, a interpretação alegórica do conto de Kucinski contesta o impedimento ao luto relacionado às vítimas da ditadura e desacata as ordens do regime militar, em parte ainda vigentes, que tanto ocultaram corpos e informações quanto tentaram enterrar seus opositores em “cavernas” de silêncio, como na pena que Creonte impôs a Antígona. Mas, na peça de Sófocles, a ação injusta do soberano é depois condenada pelo profeta Tirésias. No

---

<sup>107</sup> Uma introdução às discussões de Judith Butler sobre os significados políticos do luto, assim como sobre a distribuição desigual do luto entre vidas enlutáveis e vidas não enlutáveis, foi apresentada na seção 3.5 e será brevemente retomada nas considerações finais desta tese.

Brasil, como mostra o conto de Kucinski, os mortos desafiam o esquecimento e os vivos reivindicam o direito ao luto. Mais do que isso, os vivos reclamam o luto como uma exigência inelutável: enquanto esse trabalho não for feito, a sociedade brasileira continuará assombrada pelos fantasmas do passado, que não sossegam no porão da repressão. No final do conto, o narrador sugere uma esperança de reconciliação: “me senti bem por ter conhecido meu pai e saber o motivo de ele nos ter deixado” (2021, p. 35). A elaboração política do luto pode ocasionar também à sociedade toda um caminho para a elaboração do passado.

### 5.6 “Um software avançado” e o “sistema” do “totalitarismo institucional”

Em *K.*, o narrador de “Sobreviventes, uma reflexão”, escrevendo após o fim da ditadura, expressa sentimento de “culpa de ter sobrevivido”, além de “ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais” e por “ter recebido a miserável indenização do governo” (2011, p. 162). A seguir, cita: “Milan Kundera diz que Kafka não se inspirou nos regimes totalitários – embora seja esta a interpretação usual –, e sim na sua experiência familiar, no medo que tinha de ser julgado negativamente pelo pai” (2011, p. 162). Na verdade, em sua época, Kafka poderia apenas pressentir o totalitarismo que aterrorizaria o mundo. Adiante, o narrador conjectura: “Milan Kundera chamou de ‘totalitarismo familiar’ o conjunto de mecanismos de culpabilização desvendados por Kafka. Nós poderíamos chamar o nosso de ‘totalitarismo institucional’” (2011, p. 163). Ele não se refere apenas à ditadura militar, que, conforme o conceito de Hannah Arendt, não foi totalitária.<sup>108</sup> A expressão nomeia algo que dura:

O “totalitarismo institucional” exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois (2011, p. 163).

Mas o que a expressão “totalitarismo institucional” refere? O narrador menciona violências contínuas como a falta de esclarecimentos, a produção de sentimento de culpa, a pressa nas indenizações silenciadoras. Mas isso pode ser chamado de totalitarismo? Quem detém o poder totalitário? Por meio de que instituições a violência é exercida? Em *Crítica em tempos de violência*, Jaime Ginzburg cita estudiosos que ressaltam “a presença constante de elementos de autoritarismo” na formação social brasileira e demonstram que “as práticas autoritárias, associadas à violência e ao reforço das desigualdades sociais, são matéria básica

<sup>108</sup> Esta distinção conceitual foi abordada na primeira seção deste capítulo e em capítulos anteriores.

de nossa constituição social” (2017, p. 207). Mas há uma grande distância entre o autoritarismo persistente (arraigado tanto na criminalidade quanto no exercício do poder público) e o terror totalitário, uma forma extrema de autoritarismo distinta da experiência histórica brasileira.

No fragmento, a expressão “totalitarismo institucional” surge em meio a outros aspectos inquietantes, como a momentânea desocultação da voz do escritor (incoerente, à primeira vista) e a explicitação da referência intertextual a Kafka (já evidente nos trechos anteriores). Quanto a esse último ponto, Eurídice Figueiredo destaca que *K.* retoma, das obras kafkianas, “o clima tenso e absurdo”, a incompreensão “do porquê dos acontecimentos”, o sentimento de culpa e a falta de ajuda útil de outros personagens para a resolução da causa (2017, p. 127). Conforme Figueiredo, Kucinski se aproxima de Kafka ao apresentar “a perplexidade do pai de Ana Rosa, que é sufocado por fatos que estão além de sua compreensão” (2017, p. 127). Em todo o conjunto de *K.*, os personagens encaram circunstâncias absurdas que impõem barreiras intransponíveis, a máquina burocrática esconde os rostos dos responsáveis por decisões inexoráveis, a busca por esclarecimentos fracassa diante do sistema incompreensível. Assim, o comentário do narrador de “Sobreviventes, uma reflexão” é redundante: “no conto ‘O veredicto’, o pai acusa o filho e ordena-lhe que se afogue. O filho aceita a culpa fictícia e vai se atirar ao rio tão docilmente quanto mais tarde Joseph K. vai se enforcar, acreditando que de fato errou, pois disso era acusado pelo sistema” (2011, p. 162).

Em “A ficção no labirinto da história”, Luciana Coronel opina que esse capítulo “parece sobrar dentro do conjunto da obra”: é “perfeitamente dispensável”, “fora do eixo da trama”, “prescindível”, contém uma “inserção metadiscursiva” que “restringe significativamente as possibilidades de construção de sentido ao alcance do leitor” e uma “voz autoral em evidência dispensável” (2020, p. 220, 222). Embora exalte a estratégia, adotada por Kucinski, de estabelecer diálogo intertextual com a literatura kafkiana, Coronel nota a limitação da hipótese interpretativa mencionada pelo narrador a respeito da obra de Kafka. Ela também aponta o equívoco da atribuição do termo “totalitarismo” aos regimes ditatoriais autoritários “vigentes na América Latina nos anos 1960/1980” (2020, p. 222). Por outro lado, as perspicazes observações de Coronel podem ser ampliadas a partir da consideração da forma testemunhal do romance. O testemunho tende a recusar valores estéticos como harmonia formal, ausência de excessos, ponderação crítica, coesão temática ou coerência no enredo. Muitos outros fragmentos de *K.* seriam dispensáveis se fossem julgados conforme tais critérios ou outros similares. Em “Linguagem e trauma na escrita do testemunho”, Jaime Ginzburg elabora considerações relevantes para qualquer tentativa de apreciação do valor literário da ficção kucinskiana. Para Ginzburg, “o testemunho transgride os modos canônicos de propor o

entendimento da qualidade estética, pois é parte constitutiva de sua concepção um distanciamento com relação a estruturas unitárias e homogêneas” (2021, p. 21). Nesse sentido, é possível compreender por que tanto *K.* quanto outros textos de Kucinski às vezes parecem incompletos, mal-acabados, exagerados, repetitivos, simultaneamente cheios de trechos redundantes e esvaziados por lacunas narrativas. Certas narrativas kucinskianas são subitamente finalizadas em desfechos que não haviam sido preparados no enredo, outras vezes são compostas por cenas superficialmente desconectadas umas das outras. No testemunho, estratégicas como essas, ao invés de defeitos, revelam marcas da experiência traumática pessoal e coletiva. Essas constatações valem especialmente para “Sobreviventes, uma reflexão”, um fragmento tipicamente testemunhal em que o escritor abdica temporariamente, no contexto do romance, do recurso à invenção ficcional.

Mesmo assim, a atribuição da noção de “totalitarismo” ao contexto brasileiro não deixa de incomodar. Em *O que resta de Auschwitz*, Agamben comenta o imperativo “que não se repita!”: “por detrás da impotência de Deus, aparece a dos homens, que repetem o seu *plus jamais ça!*, quando já está claro que o *ça* está por todo lado” (2008, p. 30). A vida nua matável nos regimes totalitários estaria exposta também no contexto brasileiro pós-ditadura? De fato, na terceira parte de *Homo sacer*, Agamben vê “o campo [de concentração] como paradigma biopolítico do moderno” e nota a exposição da vida nua à morte em contextos diversos e normalizados, como os grandes contingentes de refugiados espalhados pelo mundo, as experiências científicas com cobaias humanas e a politização da preservação (ou do uso) de corpos de pessoas que passaram por morte cerebral, os “além-comatosos” (2010, p. 128, 149, 160). Para Agamben, “a vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente” (2010, p. 135). Se tal hipótese não justifica a comparação leviana entre catástrofes,<sup>109</sup> ao menos mostra que há algo em comum e contínuo na barbárie – dialeticamente fundadora e sustentadora da modernidade esclarecida – que se revela em contextos históricos e políticos distintos.

Há um risco de banalização da catástrofe no uso da expressão “totalitarismo institucional” para caracterizar a burocracia brasileira e a permanência de marcas da ditadura. Conforme as análises desenvolvidas nos capítulos anteriores, Kucinski sabe bem o que o totalitarismo nazista e o autoritarismo ditatorial significam e o que acarretaram tanto em vidas individuais quanto em coletividades populacionais. Estaria equivocado qualquer crítico que o acusasse de desconhecer a gravidade do Holocausto e da ditadura ou de ser insensível à dor das

---

<sup>109</sup> Essa questão foi brevemente discutida na seção 4.1 desta tese.

vítimas. Portanto, vale a pena pensar sobre o que Kucinski estaria dizendo quando se atreve a falar em “totalitarismo institucional” brasileiro. Seria apenas uma analogia retórica? Um exagero tolerável para um sobrevivente profundamente atingido pelo autoritarismo? Ou a expressão apontaria para a naturalização cotidiana da violência desumanizadora?

Uma hipótese para a compreensão do “totalitarismo institucional” é a equiparação dessa expressão a outro termo recorrente em narrativas de Kucinski: o “sistema”. Essa é uma palavra central no conto “Um software avançado”, inserido em *A cicatriz e outras histórias*. No texto é narrada a visita do senhor José Alves da Silva à repartição competente para recadastrar aposentados. O idoso trabalhara trinta e cinco anos no local e, depois de se aposentar, pela oitava vez se recadastrar, mas agora um funcionário informa que seu nome não consta no sistema. No diálogo seguinte, o senhor José reage à informação de que teria sido deletado: expõe a notificação para comparecer, alega tratar-se de um engano, mostra o documento de identidade. Mais do que isso, o aposentado exhibe ostensivamente sua própria presença viva. Apesar disso, o funcionário impassível repete que “o sistema não se engana” e que “no sistema” o senhor “não existe mais” (2021, p. 254). Parecendo resignar-se, José ensaia acatar as orientações, depois cai. O funcionário ainda chama uma ambulância, mas os enfermeiros, quando chegam, avisam que José Alves da Silva está morto.

Os eventos são narrados em sequência linear, organizados em situação inicial (a normalidade rotineira), problema (a ausência do nome no sistema), desenvolvimento (a discussão com o funcionário), clímax (a queda) e desfecho (a morte). Mas essa estrutura típica só aparentemente é tranquilizadora. A situação absurda se intensifica gradativamente. No final, em vez de resolução do problema, há a consequência terrível de um incidente inicial aparentemente inofensivo. No diálogo, a comunicação é interdita porque o funcionário apenas teima a partir de uma certeza prévia, sem escutar o idoso efetivamente. O funcionário às vezes até parece protocolarmente atento à argumentação do aposentado, mas não demonstra empatia e não propõe nenhuma solução. O narrador, por sua vez, é objetivo e sucinto. Estão praticamente ausentes da narração a reflexão crítica sobre os fatos, a elaboração da psicologia dos personagens e a emissão de opiniões. Essa escolha narrativa intensifica a sensação de absurdo e deixa o leitor desorientado na atribuição de sentido ao texto.

Na seção “Kafkianas”, há outros relatos de problemas similares ao de José Alves da Silva. Por exemplo, em “O processo”, o personagem K. atende a uma intimação para entregar uma atualização de registro de imóvel na prefeitura, mas lá fica sabendo que o documento era desnecessário e que a convocação ocorrera por causa de uma “falta gravíssima do sistema”, o



que provoca perturbação entre os funcionários (2021, p. 249-252). Em “O atestado de óbito”, uma mulher enfrenta uma burocracia brutal ao tentar conseguir o documento necessário para dar início ao funeral de sua mãe, que acabara de morrer no hospital (2021, p. 263-268).

Também em *K.* há referências ao “sistema”. No fragmento “Sorvedouro de pessoas”, o termo aparece associado aos bancos, instituições emblemáticas do capitalismo: “o remetente [o banco] não se esconde, ao contrário, revela-se orgulhoso em vistoso logotipo. Ele é a síntese do sistema, o banco, da solidez fingida em mármore; o banco que não negocia com rostos e pessoas, e sim com listagens de computador” (2011, p. 15). O personagem intui um poder incompreensivelmente onipresente e onisciente: “se ela não tinha esse endereço, quem o deu ao sistema? Mistério” (2011, p. 17). A dúvida tardia do narrador fora antes experimentada no horror do protagonista *K.* frente ao “sistema que engolia pessoas sem deixar traços”: “sente que sua filha foi tragada por um sistema impenetrável, diferente de tudo o que ele havia conhecido, mesmo na Polônia” (2011, p. 23, 37). O sistema é semelhante ao Estado, que “não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso” (2011, p. 22). A amante de Fleury aproxima o sistema à ditadura: “procurar uma pessoa como eu, a amante daquele monstro, não é como procurar um general conhecido, que defende o sistema, mas nunca sujou as mãos, ou um amigo do governo, ou mesmo um carcereiro que só obedece ordens” (2011, p. 109). A última frase de *K.* mostra que o sistema não termina com o regime militar: “o telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado” (2011, p. 177).

Se em “Um software avançado” o sumiço arbitrário, nos registros oficiais, do nome de uma pessoa viva acaba ocasionando sua morte, em *K.*, ao contrário, após o desaparecimento e a morte da vítima, o nome é cruelmente preservado na lista de destinatários. Aproximadas, as duas narrativas apontam no “sistema” um poder difuso e complexo (no qual se acumpliciam forças políticas, econômicas, legais, institucionais) que usurpa a decisão sobre quem pertence ao “rol dos vivos” e quem está no “rol dos mortos” (2011, p. 17). Mas que poder é esse?<sup>110</sup> Talvez seja a tal “sistema” que Kucinski se refira com a expressão “totalitarismo institucional”. Nesse sentido, o conto “Um software avançado” pode ser lido como uma narrativa expoente de um problema que se desdobra em outras obras ficcionais de Kucinski.

O nome do personagem José Alves da Silva é composto por prenome e sobrenomes muito comuns, o que pode sugerir que qualquer cidadão está sujeito a situações similares à do conto. Além disso, o nome José reverbera o do protagonista de *O processo*, Joseph K., como

---

<sup>110</sup> A interpretação do “sistema” de Kucinski está relacionada à noção de “violência sistêmica” proposta por Slavoj Žižek, exposta na seção 3.4 desta tese. Embora não seja citado diretamente, Žižek inspira parcialmente esta análise.

Fabíola Padilha observa no prefácio de *A cicatriz e outras histórias* (2021, p. 18). A alusão é reforçada pela disposição de “Um software avançado”, na seção “Kafkianas”, imediatamente após o conto “O processo”, cujo protagonista também se chama K. Além do “absurdo da situação”, Padilha nota que há aproximação intertextual também na estratégia literária: “a escolha de um ponto de vista narrativo que se mantém distante dos fatos narrados, com pouca intervenção na história, semelhante ao método de contenção observado em Kafka, reforça a incongruente arbitrariedade sofrida pelo personagem” (2021, p. 19). Para Padilha, “o diálogo com a obra de Kafka acena para a possibilidade de constatar a condição de vulnerabilidade a que estamos submetidos numa sociedade dominada pelo controle tirânico da vida social, bem como de percebermos os resultados nefastos dessa condição levada ao seu limite” (2021, p. 19).

Os protagonistas de *O processo* e de “Um software avançado” confrontam o absurdo ocasionado por uma superioridade vaga (o “processo”, o “sistema”) que escapa à compreensão de todos os envolvidos, cujo sentido parece inacessível e cujo poder aniquila qualquer protesto ou ensaio de defesa. Desde o início do romance de Kafka, Joseph K. busca alguma “clareza sobre sua situação”, mas na presença dos guardas “não podia nem ao menos refletir” (1997, p. 12). Algo semelhante ocorre com José, que tenta entender as circunstâncias, mas não alcança explicação. Embora ambas as obras tenham sido publicadas em períodos históricos considerados democráticos (a República de Weimar, na Alemanha, e o pós-ditadura, no Brasil), as instituições oprimem os personagens como se exercessem poderes totalitários.

Nessas obras, tanto as vítimas quanto os funcionários ignoram os desígnios oriundos de instituições superiores. Em *O processo*, o inspetor que acompanha a detenção diz: “estes senhores aqui e eu somos totalmente secundários no seu caso, na verdade não sabemos quase nada dele” (1997, p. 22). À medida que o processo avança, o enigma cresce: “em consequência, os documentos do tribunal, sobretudo o auto de acusação, permaneciam inacessíveis ao acusado e à sua defesa, por isso geralmente não se sabia, ou pelo menos não se sabia com precisão, contra o que a primeira petição precisava se dirigir” (1997, p. 142). Os responsáveis pelos cartórios também ignoram o que ocorre: “portanto, o ensinamento que se pode extrair do estudo das fases isoladas do processo, da decisão final e dos seus fundamentos, escapa a esses funcionários” (1997, p. 147). Incrivelmente, até os juízes desconhecem o processo: “as decisões finais do tribunal não são publicadas, não são acessíveis nem mesmo aos juízes, daí que só se conservaram lendas sobre velhos casos judiciais” (1997, p. 187). O acusado não sabe sequer a decisão, embora sofra seus efeitos letais: “leu em algum lugar que em muitos casos a sentença final chega sem aviso, vinda de qualquer boca, a qualquer hora” (1997, p. 241).

No conto de Kucinski, mesmo que a descrição da violência burocrática seja concisa, a estratégia é semelhante: o funcionário apenas informa que José foi deletado do sistema. Por meio de expressões faciais (“franze a testa”, “parece preocupado”), censuras sutis (“com essas coisas não se brinca”, “uma imprudência”) e manifestação de resignação (“fazer o quê?”), o funcionário demonstra que o sentido do acontecimento lhe escapa (2021, p. 253-255). O máximo que José pode averiguar é o motivo do envio da carta, um erro secundário. O funcionário não percebe a contradição: diz que o apagamento no sistema foi causado pela demora no atendimento à notificação, mas também reprova a intimação “se o senhor já estava deletado” (2021, p. 255). Ao funcionário, é incabível perguntar quem deletou José, por que fez isso, em que processo foi tomada a decisão ou como seria possível revertê-la.

Diante disso, o leitor precisa levantar hipóteses interpretativas para as quais a narrativa não oferece confirmação textual. O conto de Kucinski pode ser lido no sentido que Adorno (apoiando-se em Benjamin) atribui aos textos de Kafka: “é uma arte de parábolas para as quais a chave foi roubada; e mesmo quem buscasse fazer justamente dessa perda a chave seria induzido ao erro, na medida em que confundiria a tese abstrata da obra de Kafka, a obscuridade da existência, com o seu teor” (1998, p. 241). Os grandes romances de Kafka, segundo Adorno, “são semelhantes a romances de detetive, nos quais fracassa a descoberta do criminoso” (1998, p. 263). No conto de Kucinski não há propriamente um crime definido, mas certamente há uma vítima, que não sabe como reagir à violência antes de sucumbir. Também para “Um software avançado” vale a afirmação de Adorno sobre Kafka: “não é o monstruoso que choca, mas sua naturalidade” (1998, p. 243).

É certo que ambos os autores diferem entre si em vários pontos. Por exemplo, *K.* não deixa dúvida sobre a origem da violência e o sobre o sentido geral do romance: o sofrimento decorre da brutalidade da ditadura militar. Não se pode dizer o mesmo sobre *O processo*, em que o mal, causado por um poder indefinido, não tem significado explícito, de forma que as leituras alegóricas não encontram um referente extratextual definitivo. De fato, *O processo* foi interpretado em distintas vertentes, que incluem a teologia, a política, a biografia, o direito e a estética (CARONE, 1997; AGAMBEN, 2008, p. 28). Aliás, se apenas esse aspecto for considerado, a intertextualidade com Kafka é mais perceptível em alguns contos de Kucinski (nos quais é difícil encontrar a chave para a decifração do enigma) do que em seus romances.

No caso de “Um software avançado”, a principal indefinição paira sobre o significado do “sistema”, que extrapola o *software*. Guardadas as devidas proporções, o “sistema” do conto de Kucinski pode ser vinculado ao “processo” que, no romance de Kafka, excede o procedimento jurídico. O termo “sistema” aponta imediatamente para o programa de

computador utilizado na repartição, mas também serve indiretamente para ocultar os responsáveis pelas decisões violentas. Quando o funcionário diz que José foi deletado e não existe mais “para o sistema” (ou “no sistema”), ocorre uma personalização do programa, como se ele agisse autonomamente. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, ocorre a impessoalização do evento, como se o apagamento de uma pessoa fosse uma ação sem sujeito, uma fatalidade. O “sistema” lembra certos discursos que, para dissimular a violência, operam ora a personificação, ora a impessoalização, em expressões como “o mercado está nervoso”, “o governo concorda”, “a empresa admite”, “a escola não aceita”, “a igreja condena” etc. Sentenças como essas são frequentemente empregadas como subterfúgios para a recusa de solução de problemas ou como evasivas para evitar que os envolvidos assumam responsabilidades e apresentem justificativas. Nesses exemplos, as palavras escondem, por meio de generalizações abstratizantes, os sujeitos que realmente decidem e agem nas (e por meio das) instituições. Nesse sentido, no conto, o “sistema” parece atuar sozinho, como se não houvesse alguém que o programou para executar decisões violentas, por exemplo a exclusão do aposentado. A programação, por sua vez, resulta de embates políticos e ideológicos, relacionados a interesses socioeconômicos e a práticas discursivas. Tudo isso é ocultado pela simples menção ao “sistema”, cujas decisões objetivas resultam de escolhas voluntárias, porém anônimas. O senhor José desconfia disso ao usar sujeito indeterminado em sua hipótese: “devem ter me confundido”; o funcionário, contudo, não admite que existam responsáveis: “já disse que nosso sistema não erra” (2021, p. 254).

O “sistema” incognoscível se torna critério de verdade e de inteligibilidade: ele “não se engana” ao determinar o que é real e o que não é. O que aparece diante dos olhos do funcionário não importa, o que é evidente se desrealiza. Também nisso o “sistema” se aproxima de *O processo*, em que o guarda diz a Joseph K.: “aqui não há erro. Nossas autoridades, até onde as conheço, e só conheço seus níveis mais baixos, não buscam a culpa na população, mas, conforme consta na lei, são atraídas pela culpa e precisam nos enviar – a nós, guardas. Esta é a lei. Onde aí haveria erro?” (1997, p. 15). No romance de Kafka, a sentença não é pronunciada por uma autoridade conhecida, mas se confunde com o próprio processo: “a sentença não vem de uma vez, é o processo que se converte aos poucos em veredicto”, diz o sacerdote na catedral (1997, p. 258). De forma semelhante, no conto kucinskiano o “sistema” não aparece como meio ou instrumento, mas como o próprio agente da exclusão.

A polissemia do termo “sistema” seduz ainda para outras hipóteses pertinentes à análise do conto. Em “Anotações sobre Kafka”, Adorno afirma que “sistemas políticos e de pensamento não desejam nada que não se lhes assemelhe. Porém, quanto mais fortes ficam, quanto mais reduzem tudo o que existe a um denominador comum, tanto mais oprimem e se

afastam do que existe” (1998, p. 253). Qualquer desvio ameaça o sistema como um todo: “tudo o que escapa pelas malhas de sua rede torna-se, em razão da própria inexorabilidade do sistema, um inimigo mortal” (1998, p. 253). Ainda segundo Adorno, “não há sistema sem resíduo” (1998, p. 252). A partir dessas considerações, é possível pensar no “sistema” do conto kucinskiano como a face visível de um ordenamento político fortemente comprometido com a ideologia e os modos de operação do capitalismo. No sistema capitalista, que determina a organização produtiva do trabalho, o aposentado José é resíduo, refugo. Como tal, ele expõe a falibilidade do sistema e, por isso, apresenta um incômodo, talvez um risco. O sistema é a atualização da barbárie, mais uma vez ocultada sob a racionalidade instrumental. Postado diante do funcionário, José o interpela a respeito do reconhecimento, ou seja, exige dele outra forma de inteligibilidade que não seja aquela fornecida pelo “sistema”.

Curiosamente, ao final da narrativa, o mesmo funcionário demonstra atenção à morte real do aposentado: socorre, solicita uma ambulância. Mas a atenção a um corpo que morre não significa necessariamente o reconhecimento dos direitos de um cidadão. Antes da morte do personagem, o conto apresenta um dualismo que cinde o virtual e o corporal, de modo que a existência de José se divide em duas partes: a do “sistema” e a do corpo. A segunda pode despertar piedade, mas só a primeira importa para que uma vida seja protegida por direitos. A cisão valida apenas a parte que pode ser processada pelo *software*, ou seja, aquilo que se relaciona com o sistema produtivo: o funcionário que trabalhara trinta e cinco anos completos “sem uma única falta”. O corpo residual é expelido para fora. Os indivíduos são diferenciados em úteis ou supérfluos conforme os critérios do sistema. Quanto às vidas excedentes, a solidariedade é sufocada pela burocracia.

Adorno, comentando Kafka, afirma que “a gênese social do indivíduo revela-se no final como o poder que o aniquila” (1998, p. 249). No conto de Kucinski, o aposentado mostra a cédula de identidade para provar sua existência, confiando que o papel numerado, também produzido pelo “sistema”, garantiria o reconhecimento. Com isso, pretende afirmar que ainda integra o “sistema”, que sua existência pode ser deduzida de sua capacidade de provar sua posição no interior da burocracia, já que sua presença física aí não basta como prova. O “sistema” ignora formas éticas de reconhecimento. Ao ser cindido e, depois, deletado, o indivíduo é também desumanizado: uma existência material sem correspondência no “sistema” não conta como vida humana (nos termos de Butler, não é uma vida enlutável). No final de *O processo*, K. é executado “como um cão” (1997, p. 278). No conto, a execução é mais sutil: o funcionário até pode atender um agonizante inofensivo, os enfermeiros até podem levantar hipóteses sobre a causa da morte, mas o “sistema” já decretara o fim de sua existência.

Por outro lado, se as ações dos personagens apresentam a dualidade, a consideração do conto como um todo provoca sua problematização. Afinal, a narração da morte no “sistema” é rapidamente sucedida pela morte real, o que faz pensar que ambas são inseparáveis. A sequência das duas mortes no conto sugere que essa cisão arbitrária é insustentável. Ou seja, a sequência narrativa recusa a admissibilidade da desumanização sistemática da vida humana.

De qualquer modo, o “sistema” se impõe ao funcionário como uma espécie de entidade superior incompreensível, cujas resoluções são inelutáveis e diante da qual todos devem se curvar. Nesse sentido, a soberania concedida ao “sistema” pelo funcionário da repartição faz lembrar as considerações de Hannah Arendt sobre a burocracia. Para Arendt, a burocracia, ao lado da raça, foi um dos novos mecanismos políticos de organização e domínio descobertos durante as primeiras décadas do imperialismo (2012, p. 267). Ela resultou, segundo Arendt, “da aplicação de princípios administrativos através dos quais os europeus haviam tentado dominar povos estrangeiros considerados inferiores e carentes de sua proteção especial” (2012, p. 294). Portanto, a burocracia nasceu da violência. Arendt também explica que “governar por meio de burocracia é governar por decreto”, o que significa que a força não se submete à lei constitucional, mas se torna ela mesma a fonte de toda legislação; além disso, “os decretos têm um aspecto de anonimato (enquanto as leis podem ser atribuídas a determinados homens ou assembleias) e, portanto, parecem emanar de algum supremo poder dominante que não precisa justificar-se” (2012, p. 340-341). No governo burocrático os decretos corporificam o poder, em vez de remeterem a homens poderosos. Além disso, “não existem princípios gerais por trás do decreto que a simples razão possa entender, mas apenas circunstâncias que mudam constantemente e só um perito pode conhecer em detalhe” (2012, p. 341). Segundo Arendt, isso gera um alto grau de incompreensão do poder, o que leva os governados a confundirem a administração burocrática com forças transcendentais misteriosas e inacessíveis, numa perpétua aura de pseudomisticismo: “como o povo que ela [a burocracia] governa nunca sabe realmente por que algo acontece, e como não existe uma interpretação racional das leis, subsiste apenas uma coisa que importa: o próprio evento brutal e nu” (2012, p. 343).

Kafka conhecia muito bem, segundo Arendt, “a superstição de destino que toma conta daqueles que vivem sob o domínio perpétuo do acaso, a inevitável tendência a encontrar um significado sobre-humano especial em eventos cujo significado racional fica além do conhecimento e da compreensão dos interessados” (2012, p. 344). Numa nota sobre *O castelo*, ela comenta que os aldeões modestos pensavam que estar certos ou errados era uma questão de mero “destino”, pois não podiam compreender e alterar os controles burocráticos e os caprichos das autoridades todo-poderosas (2012, p. 694). No conto de Kucinski, o “sistema” condensa os

procedimentos burocráticos, a um só tempo decretando os destinos dos usuários do serviço e ocultando as autoridades poderosas responsáveis pelas decisões. Os juízos do “sistema” aparecem como sentenças quase sobrenaturais, incompreensíveis e intransponíveis.

A burocracia serve para o ocultamento do autoritarismo violento sobre o qual se mantém fundada a modernidade. O conto “Um software avançado” mostra formas sutis de administração da violência que escondem as faces do autoritarismo. Tanto o “sistema” do conto quanto o “totalitarismo institucional” de *K.* apresentam a barbárie contemporânea naturalizada sob o aspecto de civilização e aperfeiçoada pela tecnologia. Mas o que ocorre é que a burocracia informatizada é empregada para eliminar sujeitos inúteis à ordenação social capitalista e para controlar exigências de resistência, conforme a interpretação do “sistema” informático, no conto, e das “listagens de computador”, no romance. Assim, contos kucinskianos como “Um software avançado” também assumem teor testemunhal. Embora tais narrativas não digam respeito a situações de catástrofe como o Holocausto ou a ditadura, comumente associadas ao testemunho, elas apresentam a continuidade da violência no “sistema” social brasileiro e o autoritarismo normalizado pelo “totalitarismo institucional”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O autoritarismo continua assombrando o Brasil. Em 2022, quando a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro desacelerou o retrocesso fascista, a vitória do presidente Lula reergueu a esperança de superação da violência. Mas falta muito para a elaboração do passado. O candidato genocida foi escolhido por quase metade dos eleitores brasileiros, apesar de não haver mais nenhuma dúvida acerca de seus posicionamentos favoráveis à ditadura, seu comportamento criminoso durante a pandemia de Covid 19, suas práticas autoritárias e antiéticas. Nesse contexto, a leitura dos textos de Bernardo Kucinski é um modo de resistência.

Pouco anos antes, a prisão política de Lula – acusado e condenado sem provas para que, injustamente encarcerado, fosse impedido de concorrer nas eleições de 2018 – fora um caso emblemático de persistência do autoritarismo pós-ditatorial a serviço da pequena parte da população economicamente privilegiada. Igor Mendes – processado e detido em decorrência da participação na corrente esquerdista das manifestações que tomaram o país a partir de 2013 (outra prisão política contrária à democracia), autor do relato testemunhal intitulado *A pequena prisão* – expõe recentes práticas de repressão: “os pobres, vivendo em guetos nos bolsões de miséria das grandes cidades, ou no campo, vitimados pelos bandos de pistoleiros a serviço dos latifundiários, nunca deixaram de ser reprimidos, presos e mortos pelas tropas oficiais ou os famigerados ‘esquadrões da morte’” (2017, p. 33). Para Mendes, os anos de chumbo não são coisa do passado: o Brasil ostenta a quarta maior população carcerária do mundo e “as polícias que mais matam em todo o planeta” (2017, p. 33). Casos como o de Amarildo de Souza, segundo Mendes, provam que a violência policial e a tortura continuam.<sup>111</sup> O ex-presos é incisivo ao afirmar (talvez em um exagero retórico, mas coerentemente com sua argumentação): “no fundo de cada delegacia, no alto dos morros densamente povoados, em cada presídio, segue existindo um DOI-CODI” (2017, p. 33). Em 12 de junho de 2023, no período de conclusão desta tese, o jornal *Folha de S.Paulo* exibe a seguinte manchete: “Técnica de tortura de quebrar dedo de presos é detectada em cinco estados”.<sup>112</sup> A violência sistêmica, indissociável da ordem capitalista, que se manifestou paradigmaticamente no período da ditadura, segue fundando (e afundando) a sociedade brasileira. Nesse contexto, o debate sobre a violência e o autoritarismo, propiciado pelo estudo de obras de escritores como Kucinski, continua urgente.

---

<sup>111</sup> Em julho de 2013, o pedreiro Amarildo de Souza foi levado por policiais militares para ser interrogado na sede da Unidade de Polícia Pacificadora da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Lá ele foi torturado e assassinado pelos agentes do Estado. Seu corpo foi desaparecido. Disponível em <https://is.gd/iOqD27>. Acesso em 22/06/2023.

<sup>112</sup> Disponível em <https://folha.com/8bjk4xov>. Acesso em 12/06/2023.



Análises de consideráveis obras de Kucinski estão para serem feitas. Sua produção intelectual anterior à estreia na ficção merece estudo sistemático não apenas por fornecer aspectos pertinentes para a compreensão da literatura posterior, mas sobretudo por oferecer, aos pesquisadores contemporâneos, importantes estudos e testemunhos de quem viveu a história, participou ativamente dela e buscou formas diversas de compreendê-la, criticá-la e transformá-la. Na ficção, um grande número de contos e aspectos particulares de romances kucinskianos ainda não foram analisados pela crítica nem puderam ser contemplados nesta tese. Seria relevante estudar obras kucinskianas que extrapolam o autoritarismo do passado e enfatizam as múltiplas faces da violência no presente, embora não se possa simplesmente isolar esses tempos históricos. Afora as distopias *A nova ordem* e *O colapso da nova ordem*, Kucinski se dedica a apresentar o mundo de hoje em contos como “O entregador”, “Claroescuro”, “O crachá”, “A emenda parlamentarista”, entre outros. Além disso, o escritor frequentemente rememora antigas histórias buscando nelas as bases para a compreensão e a crítica da atualidade, como se observa em “A cicatriz” e *O congresso dos desaparecidos*, por exemplo. O horror cotidiano disperso em diferentes cenários brasileiros – população miserável em situação de rua, usuários vitimados por drogas letais, crianças mendicantes, genocídio continuado de povos indígenas, massacres de trabalhadores rurais e da população presidiária etc. – expõe uma catástrofe continuada, com a qual Kucinski se preocupa por décadas seguidas. Ele também usou a escrita como forma de resistência à violência sistêmica que atinge os mais diversos aspectos da vida coletiva, desde a exploração capitalista dos trabalhadores até as relações de dominação no interior da vida familiar, desde os efeitos devastadores das políticas econômicas comprometidas com detentores de capital até o cerceamento do direito à informação e à livre expressão.

A literatura de Kucinski apresenta ainda outros temas que não foram devidamente analisados. A figura paterna, sob personagens e formas variadas, reaparece ambigualmente em muitas narrativas (por exemplo, nos romances *Pretérito imperfeito* e *Júlia* e nos contos “O dia em que enterrei meu pai” e “História de uma gagueira”, de *A cicatriz e outras histórias*). Em certos casos, os personagens pais se dividem entre a adequação a estereótipos opressores que associam a paternidade à autoridade e ao controle provedor, por um lado, e a experiência do afeto livremente cuidadoso, por outro. Também são retomados alguns tópicos relacionados a religiões e a espiritualidades: o escritor menciona desde a atuação de lideranças e de comunidades religiosas (especialmente católicas e judaicas) em cenários políticos conturbados até pessoas e/ou personagens que se interessam por elaborar sentidos da judaicidade e da laicidade (vale lembrar os romances *K.* e *Júlia* e os contos “Recordações de Elias Almada” e “Kadish para um dirigente comunista”, de *A cicatriz e outras histórias*). Outros cenários

institucionais ambientam a problematização das relações sociais na ficção kucinskiana, com destaque para as universidades, o meio político e as organizações policiais e militares (são representativos dessa tendência o folhetim *Mataram o presidente*, o romance *Alice* e o conto “A emenda parlamentarista”). Por fim, a despeito de ter criado personagens comerciantes aparentemente bem ajustados à organização econômica vigente, a obra de Kucinski é atravessada por momentos de aguda crítica anticapitalista às devastadoras implicações dos modos de organização econômica e de exploração do trabalho no Brasil e na América Latina (como nos contos “Arrimo de família”, “Secos e molhados” e “Saúde em primeiro lugar”, de *A cicatriz e outras histórias*, entre tantos outros nesse sentido).

Do ponto de vista mais precisamente literário, sobretudo em obras menos marcadas pela necessidade de elaborar o testemunho, seria importante avançar na discussão teórica sobre questões mobilizadas pela ficção de Kucinski. Entre elas, estão as conflituosas circunscrições de campos como ficção e realidade, imaginação e memória, arte e política, literatura e representação: tais problemas são muito apontados nos estudos críticos, mas pouco teorizados no que se refere à obra de Kucinski. Também é bastante mencionado o “estilo objetivo” do escritor, mas falta descrever em que consiste tal “objetividade”, que efeitos de sentido ela produz e quais relações intertextuais estabelece com textos jornalísticos e com a literatura policial. Por fim, há um amplo espectro de relações intertextuais com ficcionistas e poetas, explicitadas ou não por Kucinski, que merecem estudo cuidadoso.

A obra de Kucinski favorece a crítica à ordem econômica e social. Por outro lado, é necessário lembrar que se engana quem supõe ingenuamente a existência de uma solidariedade universal entre as vítimas da discriminação e da opressão. Embora seja corajosa no enfrentamento do autoritarismo político e econômico, a ficção de Kucinski falha em certos momentos que envolvem lutas por reconhecimento protagonizadas por grupos historicamente minorizados. Nesse sentido, é preciso mencionar especialmente as formas de violência combatidas por movimentos sociais protagonizados por mulheres, negros, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Nas narrativas kucinskianas, algumas descrições de personagens mulheres reproduzem preconceitos misóginos e machistas. É o caso, por exemplo, do romance *Alice*, em que o narrador atribui ao protagonista Magno – mesmo depois de fazê-lo ouvir as dificuldades ocasionadas pelo modelo patriarcal da família de Alice e as críticas da professora Heloísa ao machismo nas universidades (2014a, p. 62, 76) – a seguinte descrição de uma professora universitária: “a mulher é gostosa, avalia Magno. Provocante. Tipo violão, cintura fina e seios generosos. Uma fêmea, antes de tudo. Uma reprodutora. Uma potranca, como diziam na Academia de Polícia. Bem, também é professora universitária, cientista, uma

condição não exclui a outra” (2014a, p. 151). Descrições que reduzem as mulheres a estereótipos sexuais ou a preocupações fúteis podem ser encontradas também em outras narrativas. Mais um exemplo está no desconcertante conto “O crime do marinheiro”, que associa a homossexualidade à impotência sexual masculina: uma narrativa lamentavelmente equivocada, para dizer o mínimo, tanto na forma prolixamente arrastada quanto na terrível reprodução de estereótipos homofóbicos (2021, p. 62-76). Alguns narradores de Kucinski insistem no uso de vocábulos que historicamente reiteram o racismo, como “mulato”, “caboclo” e “cabelo pixaim” (2021, p. 49, 69, 88, por exemplo). Também são acriticamente repetidos juízos que mal disfarçam gordofobia, como no conto “Gordas” (2021, p. 145-148), e capacitismo, como em “A pantufa” e “O infortúnio de Íris” (2021, p. 142-144; 154-157). O problema não está simplesmente na citação de estereótipos, e sim na falta de mediação crítica dos narradores e na aceitação sem resistência por parte de alguns personagens. Isso não significa que a ficção de Kucinski seja abertamente racista, machista, capacitista ou homofóbica: ao contrário, são encontrados, dispersos em seus contos e romances, outros personagens que verbalizam esses tipos de discriminação e reagem à dominação. Não obstante, é preciso também notar que é limitada a dedicação do escritor a pautas relacionadas ao reconhecimento de direitos de pessoas sujeitadas por raça, gênero, sexualidade e padrões corporais. Essa crítica contra Kucinski precisa ser desenvolvida porque as vítimas de um tipo de opressão devem estar atentas para não se sentirem autorizadas a projetar o ódio reativo, causado pelos opressores, sobre outras pessoas diferentemente subjugadas e fragilizadas.

Em *Discurso de ódio: uma política do performativo*, de 1997, Judith Butler lembra que o discurso injurioso fere e ofende; além disso, o endereçamento de nomes a alguém “interpela e constitui o sujeito” (2021b, p. 13). Para Butler, os termos da linguagem chamam o corpo à existência social. Ela não acredita que primeiro o sujeito seja reconhecido para somente depois ser nomeado; em vez disso, o ato de nomear o interpela e o condiciona: “o chamamento constitui um ser no interior do circuito possível do reconhecimento e, conseqüentemente, fora dele, na abjeção” (2021b, p. 17). A interpelação atribui ao sujeito um modo de existir: “a marca que a interpelação imprime não é descritiva, mas inaugural. Ela procura introduzir uma realidade em vez de dar conta de uma realidade existente; ela busca introduzir uma realidade pela citação de uma convenção existente” (2021b, p. 63). Segundo Butler, “os termos que facilitam o reconhecimento são eles próprios convencionais; são os efeitos e os instrumentos de um ritual social que decide, muitas vezes por meio da exclusão e da violência, as condições linguísticas dos sujeitos aptos à sobrevivência” (2021b, p. 18). A filósofa defende que a linguagem vai além da descrição da violência e do auxílio ao ato violento: a própria

representação linguística pode performar um tipo específico de violência (2021b, p. 19). Por outro lado, Butler argumenta que “o discurso está sempre, de alguma forma, fora do nosso controle” e que o sujeito que cita o discurso injurioso não é soberano, seu ato de fala não é simplesmente transitivo: a linguagem “age *sobre* seu destinatário de maneira injuriosa”, mas o destinatário pode reagir, pode resistir, pode escapar ao domínio discursivo ou dele se apropriar de modo inesperado, talvez até contrariamente ao efeito inicialmente pretendido pelo falante (2021b, p. 34-36). A reação crítica pode fazer o discurso violento fracassar: “o discurso de ódio não destrói a agência necessária para gerar uma resposta crítica” (2021b, p. 39, 74).

As lutas contra a violência passam também pela crítica da naturalização de convenções linguísticas autoritárias e pela recusa à nomeação injuriosa e excludente. Mas vale insistir que Kucinski não está sendo acusado, aqui, de proferir discursos de ódio; antes, se trata de constatar que certa linguagem historicamente vinculada a práticas violentas é repetida acriticamente em algumas narrativas kucinskianas. Aos sujeitos concernidos e aos leitores solidários, cabe reagir e mostrar que as vítimas de um tipo de violência não estão isentas da possibilidade de reiteração de outras formas de violência. É necessário não apenas seguir a crítica que Kucinski já elaborou, mas também avançar – por meio do debate de problemas que a obra kucinskiana ainda não superou – a partir do estágio atual dessa elaboração.

Nas últimas duas décadas, Judith Butler vem insistindo na necessidade de resistência à distribuição desigual do luto e na força política do enlutamento público de todas as vidas. Para Butler, o luto vai além da elaboração subjetiva da perda de algo amado e do respeito comunitário aos mortos. A filósofa vê no luto um potencial político imprescindível para a defesa de todas as vidas humanas; ou melhor, para a defesa de vidas que, na esfera pública, não são consideradas plenamente humanas. Se há vidas que não são percebidas como passíveis de luto, a resistência à violência deve reivindicar que todas as vidas sejam tratadas como enlutáveis. Discutir o enlutamento é, para Butler, defender a derrubada das restrições que privilegiam algumas vidas, cuja possível perda seria publicamente lamentada, enquanto outras são subjugadas pelo poder e abandonadas à matabilidade. No segundo caso, mesmo que existam parentes e amigos que efetivamente choram a perda, o lamento é ignorado, reduzido ao ruído de murmúrios inconvenientes ou marcado como inválido. Em *K.*, essa é a resposta ao clamor do pai pela filha desaparecida: “mas ela não era comunista?” (2011, p. 83-84). Em uma dessas ocasiões, *K.* reage prontamente, reclamando a humanização da filha: “ela era professora universitária na USP” (2011, p. 83).

Em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, de 2009, Butler retoma argumentos de *Vida precária*, de 2004, e mostra como, nas guerras contemporâneas, os grandes meios de comunicação e os órgãos governamentais dos Estados Unidos enquadram a violência de modo seletivo e diferenciado para justificar a matabilidade de populações inteiras: “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vidas de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (2019a, p. 13). Para Butler, todas as vidas estão condicionadas pela precariedade porque todas são dependentes de outras e todas podem morrer se não forem atendidas suas necessidades de alimento, de abrigo, de medicamentos, de proteção etc. Mas certas operações do poder criam esquemas normativos que acarretam a distribuição desigual da condição precária. Somente quando esses enquadramentos são rompidos é que se pode tentar apreender o que ficou fora, ou seja, se pode interrogar quem foi mantido na abjeção: “o que é esse espectro que corrói as normas do reconhecimento, uma figura intensificada que vacila entre o seu interior e o seu exterior?” (2019a, p. 29).

Em *Que mundo é este? Uma fenomenologia pandêmica*, livro escrito durante (e sobre) a pandemia de Covid 19, publicado em 2022, Butler menciona as estatísticas segundo as quais, “nos Estados Unidos, pessoas racializadas apresentam três vezes mais chances de infecção que as brancas, e probabilidade de morte duas vezes maior”; a seguir, ela supõe que, “no interior do chamado mundo comum, tornou-se aceitável que a perda da vida negra não seja preocupante ou enlutável como a da vida branca (muitas vezes descrita simplesmente como ‘vida humana’)” (2022, p. 30). Nesse exemplo, a filósofa volta a mostrar como a distribuição desigual da precariedade constitui manifestações recentes da violência que cinde as vidas conforme a passibilidade ou a impassibilidade de luto público. Ela explica que “fazer uma demanda por uma vida vivível é demandar que uma dada vida tenha o poder de viver, de se manter viva, de desejar sua vida” (2022, p. 62). Butler não se refere a aspectos meramente “simbólicos” ou “abstratos”, e sim a circunstâncias efetivamente impeditivas: “por exemplo, sob condições não vivíveis de pobreza, encarceramento, destituição ou violência social e sexual, incluindo homofobia, transfobia ou violência racista e violência contra a mulher” (2022, p. 62). O enlutamento de todas as vidas implica o enfrentamento de condições como essas. Ela assim sintetiza o argumento: “(1) a luta contra a desigualdade social tem de ser uma luta contra a enlutabilidade diferencial; e (2) essa luta também faz parte de uma política não violenta” (2022, p. 140). Para Butler, a defesa da não violência exige a oposição “a instituições e políticas violentas e a Estados que marcam oficialmente populações para morrer ou as deixam morrer em condições privativas” (2022, p. 140).

Embora a filosofia de Butler e a ficção de Kucinski se afastem em muitos aspectos, a filósofa e o escritor convergem ao menos em um ponto fundamental: a negação do luto a determinadas categorias de pessoas é efeito de amplos enquadramentos violentos que determinam quais vidas são consideradas dignas de continuarem vivendo e quais são tão desumanizadas, na perspectiva do poder dominante, que sua eliminação se torna não só justificável, mas, em alguns casos, até desejável. No discurso de *O congresso dos desaparecidos*, Rodriguez menciona diferentes culturas antigas que comprovam “a necessidade imperiosa de dar sepultura ao morto”: “variam os ritos, porém todos atestam a sacralidade do corpo morto, verdadeiro marcador antropológico da nossa espécie” (2023, p. 63-64). Ao distinguir nos ritos fúnebres um “marcador antropológico”, o protagonista sugere que a negação do direito ao luto é um retrocesso desumanizador. Segundo o personagem Osvaldão, os guerrilheiros do Araguaia “foram caçados um a um feito se caça bicho, uma coisa triste demais, pode-se dizer que já tinham morrido antes de morrer” (2023, p. 50). A desumanização torna as vidas dos militantes comparáveis às dos animais, ou, pior ainda, vidas assinaladas como matáveis: a morte discursiva engendra a efetiva morte corporal. Categorizadas como “guerrilheiros comunistas”, as vidas dos militantes são tornadas abjetas; disso decorre que o extermínio é executado pelos militares e justificado para os partidários do regime.

No congresso, o personagem Rubens verbaliza essa operação do poder: “tanta crueldade tinha uma razão de ser, [o desaparecimento] foi o método encontrado para exterminar correntes políticas inteiras”, “decidiam os ditadores quem podia viver e quem deveria morrer” (2023, p. 69). Depois de mencionar o conceito de *homo sacer*, de Agamben, Rubens acrescenta: “nós fomos os matáveis do Brasil” (2023, p. 70). A partir do discurso de Rubens, o narrador pensa: “se é assim, nossa morte já estava decidida muito antes de nos matarem; não foi por termos pegado em armas, não foi por nada que fizemos ou deixamos de fazer, foi por sermos quem éramos. E antes de nós os povos indígenas e depois os moradores das favelas” (2023, p. 70). Ao mencionar os povos indígenas e a população que vive em periferias, o narrador vincula os desaparecimentos dos presos políticos à continuidade das ordenações sociais que reatualizam a barbárie sob faces colonialistas, escravocratas, ditatoriais, elitistas, fascistas, neoliberais etc. Novos modos do autoritarismo podem hoje prescindir de ditadores, mas continuam selecionando quais vidas merecem ser vividas e quais podem ser abandonadas à morte.

Rememorando a repressão ditatorial, o narrador de *O congresso dos desaparecidos* lembra que a negação da enlutabilidade a uma vida é uma imposição histórica e politicamente interessada: “todos os ativistas políticos de peso devem ser desaparecidos não pelo que fizeram ou deixaram de fazer e sim pelo que são, pela influência que poderão ter numa eventual

democracia que se desenha no horizonte e que deve ser controlada” (2023, p. 24). A criação de categorias de vidas não enlutáveis serve aos projetos (explícitos ou não, conscientes ou não) de manutenção de estruturas de poder. Durante a ditadura militar, os ativistas da oposição foram marcados como vidas cujo luto público não deveria ser celebrado; a indescritível dor da perda, continuada pelo impedimento do luto, era reservada ao espaço privado dos familiares. Depois da ditadura, na democracia controlada, outros grupos de vidas não enlutáveis vão sendo criados, na medida em que se reconfiguram os modos de operação da violência. Por isso é preciso insistir no luto público de todas as vidas e reafirmar que todas as pessoas são enlutáveis, isto é, que uma vida não pode ser reduzida à estereotipia desumanizadora, que cada vida merece ser vivida.

Em *A força da não violência*, Butler vê na reivindicação do luto a dimensão performativa do protesto: “seria uma forma de luto militante, que irrompe na esfera pública da aparência, inaugurando uma nova constelação de tempo e espaço” (2021, p. 91). O que ela propõe não é a reafirmação de “um quadro referencial humanista” descritivo que encontra valor igual em todos os seres humanos, “independentemente de raça, religião ou origem” (2023, p. 91). Em vez disso, Butler constata que, na “realidade presente”, “as desigualdades radicais são numerosas”; frente a isso, ela sugere: “talvez devêssemos dar um passo francamente normativo e afirmar, ao contrário, que toda vida *tem de ser* enlutável, postulando, por conseguinte, um horizonte utópico no qual a teoria e a descrição têm de funcionar” (2023, p. 91).

No último romance de Kucinski, *O congresso dos desaparecidos*, o narrador, depois de assistir ao desfile de carnaval da Mangueira, nota a permanência do autoritarismo assassino: “o que mais me impressiona é terem associado a impunidade do assassinato de Marielle à impunidade dos nossos desaparecimentos, integraram o fato Marielle numa totalidade que lhe dá sentido, entramos com tudo na memória coletiva da Mangueira” (2023, p. 34). O luto por Marielle não foi calado: ele foi e continua sendo sentido e proclamado publicamente, embora não sejam fracas as pressões para silenciá-lo. Mas muitas outras pessoas – sujeitadas por gênero e sexualidade, por raça e classe, por localização geográfica e por posicionamento político etc. – continuam sendo assassinadas silenciosamente todos os dias no Brasil. O clamor público por Marielle e por cada pessoa vitimada pela violência constitui atos coletivos de resistência contra a distribuição desigual do luto. Do mesmo modo, a persistência na busca por informações sobre os corpos dos desaparecidos políticos continua sendo um movimento de luta contra o autoritarismo desumanizador que ainda insiste em ordenar a sociedade brasileira. Reivindicar o enlutamento de todas as vidas é continuar o combate ao “sumidouro de pessoas” enfrentado por K., é buscar meios de interromper o funcionamento do

“sistema” apresentado em “Um software avançado”, é resistir ao “totalitarismo institucional” de que fala Kucinski.

A partir do que se depreende do título *A ditadura da dívida*, do “totalitarismo institucional” de *K.*, da inclinação violenta e mercadológica da ciência de *Alice*, do “estado excitado do capitalismo” de *A nova ordem*, do “sistema” de “Um software avançado” e de vários outros aspectos similares do conjunto da obra kucinskiana, é possível afirmar que, no decorrer de sua extensa produção bibliográfica, Kucinski testemunha que a ditadura militar é uma manifestação paradigmática da violência persistentemente ordenadora da sociedade brasileira e que o autoritarismo brasileiro nos séculos 20 e 21 é indissociável do sistema capitalista opressor, excludente e desumanizador. A violência da ditadura não é evento isolado na história mundial: ela está vinculada à barbárie que assola o mundo moderno, ordenado pela razão instrumental. O autoritarismo brasileiro manifesta a antiga cadeia de catástrofes – mal dissimulada pela ideia de progresso – que assume formas distintas em diferentes contextos históricos e que atingiu o terror máximo no Holocausto. Para Kucinski, tanto a ditadura militar (com seus efeitos violentos continuados) quanto as práticas autoritárias no período supostamente democrático (com a insistente ameaça fascista) estão estreitamente vinculados aos interesses econômicos que continuamente (embora sob novas faces) instrumentalizam o Estado brasileiro e agem para manter privilégios de grupos sociais tradicionalmente poderosos por meio da subjugação de vidas às quais o enlutamento é sistematicamente negado.



## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Anotações sobre Kafka. *In*: ADORNO, Theodor W. **Prismas**: crítica cultural e sociedade. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. São Paulo: Ática, 1998. p. 239-271.
- ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. Organização de Virginia Helena Ferreira da Costa. Tradução de Virginia Helena Ferreira da Costa, Francisco López Toledo Corrêa, Carlos Henrique Pissardo. São Paulo: Unesp, 2019.
- ADORNO, Theodor W. O que significa elaborar o passado. 2. ed. *In*: ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. p. 31-53
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**: homo sacer II, I. Tradução de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Tradução de Henrique Burigo. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- AMARAL, Flora Viguini do. “Não sonho mais”: autoritarismo e corpos submissos em *A Nova Ordem*, de B. Kucinski. **Todas as musas**, [s.l.], ano 12, n. 01, p. 2-10, jul./dez. 2020a. Disponível em <https://is.gd/hKCOct>. Acesso em 13 maio 2022.
- AMARAL, Flora Viguini do. *Os visitantes*: autoficção, resistência e ética na novela de B. Kucinski. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 237-55, jul./dez. 2020b. Disponível em <https://is.gd/o7tnh4>. Acesso em 10 jan. 2022.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- ARAGÃO, Thamires. Rastros e escombros em *Julia: nos campos conflagrados do Senhor*, de Bernardo Kucinski. **Entreletras**, Araguaína, v. 12, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em <https://is.gd/fJz8u0>. Acesso em 20 jan. 2022.
- ARAÚJO, Fernanda Nunes de; SALES, Paulo Alberto da Silva. Distopia e hibridismo em *A Nova Ordem*, de B. Kucinski. **Moara**, Belém, n. 59, p. 3-22, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/mYHmg0>. Acesso em 13 jan. 2022.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Revisão técnica de Adriano Correia. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2019.
- ARNS, D. Paulo Evaristo *et al.* **Brasil: nunca mais**. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

- ASSUNÇÃO, Sandra. Representações do passado traumático em obras de Roberto Drummond e Bernardo Kucinski. **Cadernos de Literatura Comparada**, Porto, n. 45, p. 115-140, dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/iP6E7w>. Acesso em 17 jan. 2022.
- AVELAR, Idelber. O pensamento da Violência em Walter Benjamin e Jacques Derrida. **Cadernos Benjaminianos**, Belo Horizonte, n. 1, p. 26-43, 2009. Disponível em <https://is.gd/hePHPc>. Acesso em 29 set. 2022.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BANDEIRA, Manuel. **A cinza das horas; Carnaval; O ritmo dissoluto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- BAUTZ, Diego Kauê. Joana, de Bernardo Kucinski, e a representação dos desaparecidos durante a ditadura. **Moara**, Belém, n. 59, p. 24-39, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/dtxSzY>. Acesso em 14 jan. 2022.
- BENCHIMOL, Samuel. **Eretz Amazônia: os judeus na Amazônia**. São Paulo: 247, 2013.
- BENEDETTI, Mario. **Inventario uno: poesia completa 1950-1985**. 3. ed. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. Revisão técnica de Márcio Seligmann-Silva. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BENJAMIN, Walter. **Escritos sobre mito e linguagem**. Tradução de Susana Kampff Lages e Ernani Chaves. Organização, apresentação e notas de Jeanne Marie Gagnebin. 2. ed. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **O anjo da história**. Organização e tradução de João Barrento. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- BEREZIN, Rifka. Prefácio. In: KUCINSKI, Meir. **Imigrantes, mascates & doutores**. Organização, seleção e revisão de tradução de Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz. Tradução de Genha Migdal *et al.* Cotia: Ateliê, 2002. p. 13-29.
- BESSA, Luiza Gomes dos Santos; FELIPPE, Renata Farias de. Memória e ditadura em K. relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. **Versalete**, Curitiba, vol. 10, n. 19, p. 267-285, jul./dez. 2022. Disponível em <https://is.gd/3IUs0i>. Acesso em 21 mar. 2023.
- BEZERRA, Paulo. Polifonia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 191-200.
- Bíblia de Jerusalém**. Nova edição revista. Coordenação de Gilberto da Silva Gorgulho, Ivo Storniolo e Ana Flora Anderson. Tradução de Benjamin Carreira de Oliveira *et al.* Revisão literária de Alfredo Bosi, Antonio Candido, José Carlos Cintra de Souza *et al.* São Paulo: Paulus, 2001.
- BRASIL. **Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995**. Disponível em <https://is.gd/5LzIuj>. Acesso em 24 mar. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011**. Disponível em <https://is.gd/I2PObW>. Acesso em 24 mar. 2023.
- BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório**. Vol. I. Brasília: CNV, 2014a.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório**: Textos temáticos. Vol. II. Brasília: CNV, 2014b.

BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV). **Relatório**: Mortos e desaparecidos políticos. Vol. III. Brasília: CNV, 2014c.

BUARQUE, Chico. **O irmão alemão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BUTLER, Judith. **Caminhos divergentes**: judaicidade e crítica do judaísmo. Tradução de Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2017a.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017b.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Revisão de tradução de Marina Vargas. Revisão técnica de Carla Rodrigues. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019b.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021a.

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio**: uma política do performativo. Tradução de Roberta Fabbri Viscardi. São Paulo: Unesp, 2021b.

BUTLER, Judith. **A reivindicação de Antígona**: o parentesco entre a vida e a morte. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022a.

BUTLER, Judith. **Que mundo é este?** Uma fenomenologia pandêmica. Tradução de Beatriz Zampieri *et al.* Coordenação de tradução de Carla Rodrigues. Belo Horizonte: Autêntica, 2022b.

CALDAS, Álvaro. A sagração dos desaparecidos. *In: Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 abr. 2023. Disponível em <https://bit.ly/45XMFP5>. Acesso em 09 jun. 2023.

CALEGARI, Lizandro Carlos; KALINOSKI, Sandra de Fátima. A culpa como reverso: a desresponsabilização do Estado com as vítimas da ditadura militar em *K. Relato de uma busca e Os visitantes*, de Bernardo Kucinski. **Margens**: Revista Interdisciplinar, Abaetetuba, v. 16, n. 27, dez. 2022, p. 149-165. Disponível em <https://is.gd/4WgJCA>. Acesso em 27 dez. 2022.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. *In: CANDIDO, Antonio et al. A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 51-80.

CARONE, Modesto. Um dos maiores romances do século. *In: KAFKA, Franz. O processo*. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 317-329.

CERVANTES, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. 2 vol. 2. ed. Tradução de Almir de Andrade e Milton Amado. Ilustrações de Gustave Doré. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHAUI, Marilena. **Sobre a violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CORONEL, Luciana Paiva. A ficção no labirinto da história: memória e resistência em K.: relato de uma busca, de Kucinski. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 213-235, jul./dez. 2020. Disponível em <https://is.gd/1AW9TD>. Acesso em 10 jan. 2022.

CORREIA, Adriano. Antissemitismo e totalitarismo em Hannah Arendt. **Quadranti: Rivista Internazionale di Filosofia Contemporanea**, Salerno, v. VI, nº 2, p. 135-145, 2018. Disponível em <https://is.gd/NjLdyJ>. Acesso em 06 jan. 2023.

CORTÁZAR, Júlio. **O livro de Manuel**. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

CORTÁZAR, Julio. **Valise de cronópio**. Tradução de Davi Arrigucci Jr. e João Alexandre Barbosa. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

CORTÁZAR, Julio. Do sentimento do fantástico. *In: A volta ao dia em oitenta mundos*. Tomo 1. Tradução de Paulina Wacht e Ari Roitman. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 71-77.

CORTÁZAR, Julio. **O jogo da amarelinha**. Tradução de Eric Nepomuceno. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CORTÁZAR, Julio. **Todos os contos**: volume 1. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

CORTÁZAR, Julio. **Todos os contos**: volume 2. Tradução de Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2021b.

CRUZ, Felipe Bruno da Silva; GUIMARÃES, Mayara Ribeiro. Rejeição da verdade em K. Relato de uma busca. **Moara**, Belém, n. 59, p. 40-53, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/GbaqNJ>. Acesso em 17 jan. 2022.

CRUZ, Lua Gill da. Os silêncios na literatura pós-ditadura: a resistência das mulheres guerrilheiras. *In: SILVA, Natali Fabiana Costa e et. al. (org.). Mulheres e a Literatura Brasileira*. Macapá: Unifap, 2017. p. 510-545.

CRUZ, Lua Gill da. **Pretéritos futuros**: ditadura militar na literatura do século XXI. 2021. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021. Disponível em <https://is.gd/RJIVLi>. Acesso em 23 mar. 2023.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Non habeas corpus*: direito ao corpo na ficção de Bernardo Kucinski. *In: GOMES, Gínia Maria (org.). Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020a. p. 39-62.

CURY, Maria Zilda Ferreira. Memória e resistência: figurações da ditadura na literatura brasileira contemporânea. *In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta; THOMAZ, Paulo C. Literatura e ditadura*. Porto Alegre: Zouk, 2020b. p. 59-72.

DADALTO, Weverson. Estado de exceção e violência policial em *K: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos. **Anais do 8º Seminário Nacional e 2º Seminário Internacional de Língua e Literatura**: conversas remotas. Edição 2020. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2020. Disponível em <https://is.gd/8bOX4Z>. Acesso em 25 abr. 2023.

DADALTO, Weverson. A continuidade do autoritarismo e da violência no Brasil: uma leitura do conto “Você vai voltar pra mim”, de Bernardo Kucinski. *In: SILVA, Douglas Rosa da;*

- PIVETTA, Rejane; BITTENCOURT, Rita Lenira (org.). **Literatura: modos de resistir**. Porto Alegre: Class, 2021. p. 302-320. Disponível em <https://is.gd/01EyvW>. Acesso em 15 maio 2023.
- DADALTO, Weverson; PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. A permanência do passado e o silenciamento das vítimas do autoritarismo em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 257-77, jul./dez. 2020. Disponível em <https://is.gd/2iD2fM>. Acesso em 19 mar. 2022.
- DADALTO, Weverson; PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. Os desaparecidos políticos da ditadura militar, as utopias e a arte: três mortes em *Avanti Popolo*, de Michael Wahrman, e K., de Bernardo Kucinski. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, n. 26, p. 133-157, jul./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/pToG9p>. Acesso em 20 jan. 2022.
- DALCASTAGNÈ, Regina. Literatura e resistência no Brasil hoje. In: OLIVEIRA, Rejane Pivetta; THOMAZ, Paulo C. **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020. p. 17-31.
- DERRIDA, Jacques. **Força de lei: o fundamento místico da autoridade**. Tradução de Leyla Perrone-Moysés. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Imagens apesar de tudo**. Tradução de Vanessa Brito e João Pedro Cachopo. São Paulo: Editora 34, 2020.
- DUARTE, André. Poder e violência no pensamento político de Hannah Arendt: uma reconsideração. In: ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André de Macedo Duarte. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 131-167.
- EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2016.
- FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.
- FARACO, Carlos Alberto. Autor e autoria. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 37-60.
- FERNANDES, Lucas de Mattos Moura. Judeu da Amazônia, brasileiro no Marrocos: migração e identidades entre 1890 e 1910. **Augustus**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 151-160, jan./jun. 2017. Disponível em <https://is.gd/bqgIL9>. Acesso em 27 fev. 2023.
- FERRAZ [de Paula], Marcelo. Rastros da Shoah na recente literatura brasileira. **Odisseia**, Natal, v. 5, n. esp., p. 161-178, jul./dez. 2020. Disponível em <https://is.gd/THDIke>. Acesso em 12 jan. 2022.
- FERRAZ [de Paula], Marcelo. **O testemunho poético no limiar da lírica moderna**. Goiânia: Cegraf UFG, 2022.
- FERREIRA, Rafael Nunes. Literatura em tempos sombrios: a ditadura civil-militar no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. In: GOMES, Gínia Maria (org.). **Vozes da resistência: ecos ditatoriais na literatura brasileira do século XXI**. Porto Alegre: Polifonia, 2021. p. 21-41.
- FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de; SILVA, Eduardo Miranda. Distopia e gêneros narrativos: a hipertrofia do presente. **Rumores**, São Paulo, n. 31, v. 16, jan./jun. 2022. Disponível em <https://is.gd/dKvu5l>. Acesso em 27 dez. 2022.

- FINAZZI-AGRÒ, Ettore. O corpo expropriado: Bernardo Kucinski – Diário de uma perda. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 60, p. 1-6, 2020. Disponível em <https://is.gd/bWx3Wz>. Acesso em 10 jan. 2022.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FREDERICO, Grazielle. O irmão/pai de uma desaparecida política. **Moara**, Belém, n. 59, p. 54-63, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/KAGdBt>. Acesso em 19 jan. 2022.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Palavras para Hurbinek. *In*: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **Catástrofe e representação**: ensaios. São Paulo: Escuta, 2000. p. 99-110.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014a. (As ilusões armadas, vol. 1)
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014b. (As ilusões armadas, vol. 2)
- GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014c. (O sacerdote e o feiticeiro, vol. 3)
- GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014d. (O sacerdote e o feiticeiro, vol. 4)
- GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. (vol. 5)
- GINZBURG, Jaime. A violência constitutiva: notas sobre autoritarismo e literatura no Brasil. **Letras**, Santa Maria, n. 18/19, p. 121-144, 1999. Disponível em <https://is.gd/KCj7Rs>. Acessado em 30 dez. 2022.
- GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. 2. ed. São Paulo: Unesp; Fapesp, 2017.
- GINZBURG, Jaime. Literatura y política en Bernardo Kucinski. **Pléyade**, Santiago, Chile, n. 24, p. 83-95, jul./dez. 2019. Disponível em <https://is.gd/3mMzH5>. Acesso em 14 jan. 2022.
- GINZBURG, Jaime. Memória e ritual em “O velório”, de Bernardo Kucinski. *In*: OLIVEIRA, Rejane Pivetta; THOMAZ, Paulo C. **Literatura e ditadura**. Porto Alegre: Zouk, 2020a. 115-128.
- GINZBURG, Jaime. Tempos de “ração humana” em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski. *In*: GOMES, Gínia Maria (org.). **Narrativas brasileiras contemporâneas**: memórias da repressão. Porto Alegre: Polifonia, 2020b. p. 287-308.
- GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. *In*: SALGUEIRO, Wilberth. **O testemunho na literatura**: representações de genocídios, ditaduras e outras violências. Vitória: Edufes, 2021.
- GUINSBURG, Jacó. **Aventuras de uma língua errante**: ensaios de literatura e teatro ídiche. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. 2. ed. ampl. Petrópolis: Vozes, 2017a.

- HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2017b.
- HATOUM, Milton. **A noite da espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- HATOUM, Milton. **Pontos de fuga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- HERINGER, Victor. **O amor dos homens avulsos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HIDALGO, Luciana. **Rio-Paris-Rio**. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.
- HILÁRIO, Leomir Cardoso. Teoria crítica e literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade. **Anuário de Literatura**, v.18, n. 2, p. 201-215, 2013. Disponível em <https://is.gd/9T6vAP>. Acesso em 22 mar. 2022.
- HIRSCH, Marianne. **La generación de la posmemoria**: escritura y cultura visual después del Holocausto. Tradução de Pilar Cáceres Casillas. 2. ed. Madri: Carpe Noctem: 2021.
- HOAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss eletrônico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- IGEL, Regina. **Imigrantes judeus/ escritores brasileiros**: o componente judaico na literatura brasileira. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- JAFFE, Noemi. **O que os cegos estão sonhando?** Com o diário de Lili Jaffe (1944-1945). São Paulo: Editora 34, 2012.
- KAFKA, Franz. **O processo**. Tradução de Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- KAIMOTI, Ana Paula Macedo Cartapatti. “K relato de uma busca”, de Kucinski, e “Reflexos do Baile”, de Callado: autoritarismo e violência na literatura brasileira. **Moara**, Belém, n. 59, p. 64-86, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/1ORRtG>. Acesso em 19 jan. 2022.
- KALINOSKI, Sandra de Fátima. A experiência traumática e o luto inconcluso em K. relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *In*: UMBACH, Rosani Úrsula Ketzner; CALEGARI, Lizandro Carlos; VIVIAN, Ilse Mari da Rosa (org.). **Literatura, exclusão e resistência**. Jundiaí: Paco, 2020. p. 55-77.
- KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.
- KOSHIYAMA, Alice Mitika. Jornalismo, ficção e memória no Brasil: um olhar sobre os desaparecidos da ditadura de 1964. **Alterjor**, São Paulo, ano 7, v. 2, ed. 14, jul./dez. 2016. Disponível em <https://is.gd/nZatVt>. Acesso em 22 abr. 2022.
- KUCINSKI, Bernardo. **Petróleo**: contratos de risco e dependência. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- KUCINSKI, Bernardo. **O que são multinacionais**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KUCINSKI, Bernardo. **Abertura**: a história de uma crise. São Paulo: Brasil Debates, 1982.
- KUCINSKI, Bernardo. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- KUCINSKI, Bernardo. **As cartas ácidas da campanha de Lula de 1998**. São Paulo: Ateliê, 2000.
- KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. São Paulo: Contexto, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual**: ensaios sobre o colapso da razão ética. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

KUCINSKI, Bernardo. Alguma memória. *In*: MILGRAM, Avraham (org.). **Fragmentos de memórias**. Rio de Janeiro: Imago, 2010. p. 187-198.

KUCINSKI, Bernardo. Mataram o presidente. *In*: **Jornal ABCD Maior**. Edições 257, 259, 261, 263, 265, 267, 269, 271 e 273. São Bernardo do Campo, 26 out. 2010 a 22 dez. 2010.

KUCINSKI, Bernardo. **K**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KUCINSKI, Bernardo. **Alice**: não mais que de repente. Rio de Janeiro: Rocco, 2014a.

KUCINSKI, Bernardo. **Cartas a Lula**: o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil. São Paulo: Edições de Janeiro, 2014b.

KUCINSKI, Bernardo. **K.**: relato de uma busca. 3. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2014c.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naify, 2014d.

KUCINSKI, Bernardo. **Imigrantes e mascates**. Ilustrações de Maria Eugênia. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016a.

KUCINSKI, Bernardo. **Os visitantes**: novela. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

KUCINSKI, Bernardo. **Pretérito imperfeito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2018.

KUCINSKI, Bernardo. **A nova ordem**. São Paulo: Alameda, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Júlia**: nos campos conflagrados do Senhor. São Paulo: Alameda, 2020a.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. *In*: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). **Minorias silenciadas**: história da censura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2020b. p. 533-551.

KUCINSKI, Bernardo. **A cicatriz e outras histórias**: (quase) todos os contos de B. Kucinski. São Paulo: Alameda, 2021a.

KUCINSKI, Bernardo. Cinquenta anos de *Pau de arara*: uma entrevista com Bernardo Kucinski. **Sures**: Arte, repressão e resistências nas ditaduras militares do Cone Sul. Entrevista concedida a Weverson Dadalto. *Foz do Iguaçu*, v. 1, n. 16, p. 86-91, 2021b. Disponível em <https://is.gd/HUGg85>. Acesso em 20 abr. 2022.

KUCINSKI, Bernardo. **O colapso da nova ordem**: conforme relatado nas *Crônicas do Fim do Mundo*. São Paulo: Alameda, 2022a.

KUCINSKI, Bernardo. **K**. Ed. esp. TAG. São Paulo: Companhia das Letras, 2022b.

KUCINSKI, Bernardo. **O congresso dos desaparecidos**. São Paulo: Alameda, 2023.

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A ditadura da dívida**. São Paulo: Brasiliense, 1987.



- KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **The debt squads: the US, the banks and Latin America**. London: Zed Books, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **Brazil: carnival of the oppressed**. London: Latin America Bureau, 1995.
- KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue; WAINWRIGHT, Hilary. **Politics transformed: Lula and the Workers' Party in Brazil**. London: Latin America Bureau, 2003.
- KUCINSKI, Bernardo *et al.* **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- KUCINSKI, Bernardo; LEDOGAR, Robert J. **Fome de lucros**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- KUCINSKI, Bernardo; LIMA, Venício A. de. **Diálogos da perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- KUCINSKI, Bernardo; TRONCA, Ítalo. **Pau de arara: a violência militar no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- KUCINSKI, Meir. **Imigrantes, mascates & doutores**. Organização, seleção e revisão de tradução de Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz. Tradução de Genha Migdal *et al.* Cotia: Ateliê, 2002.
- KUCINSKI, Meir. Autobiografia. **Arquivo Maaravi: Revista digital de estudos judaicos da UFMG**, Belo Horizonte, v. 13, n. 24, p. 256-260, 2019. Disponível em <https://is.gd/bAcFD2>. Acesso em 31 mar. 2023.
- LAGE, Claudia. **O corpo interminável**. Rio de Janeiro: Record, 2019.
- LAUB, Michel. **Diário da queda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LEAL, Beatriz. **Mulheres que mordem**. Rio de Janeiro: Motor; Ímã, 2015.
- LEHNEN, Leila. A memória como empresa: os empresários da memória em K., de Bernardo Kucinski. **Nonada**, Porto Alegre, vol. 1, n. 22, maio/set. 2014. Disponível em <https://is.gd/99p4k3>. Acesso em 06 mai. 2022.
- LEVI, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- LEVI, Primo. **Os afogados e os sobreviventes: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- LIBANIO, João Batista. **Cenários da Igreja**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"**. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant. Tradução das teses benjaminianas de Jeanne Marie Gagnebin. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARCONDES, Thaís Sant'Anna. O Brasil não é a Europa do Holocausto: *K. Relato de uma busca* e uma nova perspectiva do Brasil durante a ditadura militar. **Espacialidades**, Natal, v. 16, n. 2, p. 173–199, 2020a. Disponível em <https://is.gd/ykp78Y>. Acesso em 28 dez. 2022.
- MARCONDES, Thaís Sant'Anna. O insólito na ficção de B. Kucinski. **Abusões**, Rio de Janeiro, n. 13, v. 13, 2020b. Disponível em <https://is.gd/rFuOQ3>. Acesso em 09 maio 2022.

MARCONDES, Thaís Sant'Anna. Tudo é invenção, mas quase tudo está acontecendo: B. Kucinski e *A nova ordem*. **Escrita**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 85-99, 2020c. Disponível em <https://is.gd/b9IawR>. Acesso em 28 dez. 2022.

MARCUZZO, Patrícia. Diálogo inconcluso: os conceitos de dialogismo e polifonia na obra de Mikhail Bakhtin. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 36, p. 2-10, jun. 2008. Disponível em <https://is.gd/x8usYu>. Acesso em 03 abr. 2023.

MARTINELLI FILHO, Nelson. **Formas de esquecer**: o estatuto de memória em contos de Bernardo Kucinski. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. São Paulo: n-1, 2017 (e-book).

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. **Teresa**, São Paulo, n. 17, p. 15-30, 2016. Disponível em <https://is.gd/CNWEng>. Acesso em 12 jan. 2022.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2021.

ORTONA, Sandro. Antissemitismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al.* 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. v. 1, p. 39-45.

PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. A escrita de si na ficção brasileira contemporânea. In: RODRIGUES-JUNIOR, Adail Sebastião; PERPÉTUA, Elzira Divina; PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão; BRANDÃO, Ruth Silviano (org.). **Memória e suas interfaces**. Vitória: Edufes, 2016.

PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. Ficção e testemunho em *K. relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. In: WERKEMA, Andréa Sirihal; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi; ARAÚJO, Nabil. **Variações sobre o romance II**. Rio de Janeiro: Makunaíma, 2018. p. 70-88

PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. Zeladora de memórias: sobre o novo romance de Bernardo Kucinski, *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*. **Cult**, São Paulo, ano 23, nº 258, p. 36-37, jun. 2020.

PADILHA [Trefzger], Fabíola Simão. A nobre arte de Bernardo Kucinski. In: KUCINSKI, Bernardo. **A cicatriz e outras histórias**: (quase) todos os contos de B. Kucinski. São Paulo: Alameda, 2021. p. 13-22.

PAIVA, Marcelo Rubens. Fantasmas da ditadura: novo romance de Bernardo Kucinski traz desaparecidos políticos mais uma vez para o centro do debate. In: **Quatro cinco um**: a revista dos livros, São Paulo, 31 mar. 2023. Disponível em <https://bit.ly/3oTg6ku>. Acesso em 08 jun. 2023.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. Como narrar o horror da ditadura civil-militar brasileira? uma leitura de *K.: relato de uma busca*, de B. Kucinski. **Miscelânea**, Assis, v. 28, p. 193-212, jul./dez. 2020. Disponível em <https://is.gd/RQWCGI>. Acesso em 12 jan. 2022.

PEREIRA, Helena Bonito Couto; ROCHA, Fernanda Reis da. O discurso irônico em narrativas curtas de Bernardo Kucinski. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 65, p. 1-12, 2022. Disponível em <https://is.gd/RZ0uON>. Acesso em 04 abr. 2022.

PILLA, Maria. **Volto semana que vem**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

POLARI [de Alverga], Alex. **Inventário de cicatrizes**. Rio de Janeiro; São Paulo: Comitê Brasileiro pela Anistia; Teatro Ruth Escobar, 1978.

PORTO, Ana Paula Teixeira. Literatura, memória e resistência em *K.: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. In: GOMES, Gínia Maria (org.). **Alteridades em trânsito: estética e representação na narrativa brasileira do século XXI**. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. p. 164-181.

POSTAY, Leandra. Violência de Estado e de gênero em três contos de Bernardo Kucinski. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 61, p. 1-12, 2020. Disponível em <https://is.gd/BJoKUH>. Acesso em 12 jan. 2022.

PRADO, Patrícia Martins Alves do; ARAÚJO, Fernanda Nunes de; SOUZA, Karla Nunes de. Discurso político em *A nova ordem*, de Bernardo Kucinski. **Interfaces**, Guarapuava, vol. 12, n. 4, p. 104-115, 2021. Disponível em <https://is.gd/4b6PMM>. Acesso em 20 jan. 2022.

RAGO, Margareth. Nos bastidores da imigração: o tráfico das escravas brancas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 145-180, ago./set. 1989. Disponível em <https://is.gd/L7B2Tp>. Acesso em 27 fev. 2023.

REZENDE, Maria Valéria. **Outros cantos**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.

RIBEIRO, João Ubaldo. **A gente se acostuma a tudo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François *et al.* Campinas: Unicamp, 2007.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. **Tempo social**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 113-128, 1990. Disponível em <http://bit.ly/3JwDj3a>. Acesso em 26 jul. 2023.

ROCHA, Edinael Sanches. “Para que serve um filho desses?”: breve leitura de *Pretérito imperfeito*, de Bernardo Kucinski. **Ide**, São Paulo, v. 41, n. 67-68, p. 137-148, jan./dez. 2019. Disponível em <https://is.gd/y6nUZY>. Acesso em 08 mar. 2022.

RODRIGUES, André Luis. Vestígios inapagáveis: a busca pelos desaparecidos políticos na ficção de B. Kucinski. **Remate de Males**, Campinas, v. 41, n. 2, p. 314-336, 2021. Disponível em <https://is.gd/payhAB>. Acesso em 10 maio 2022.

RULFO, Juan. **Pedro Páramo**. 7. ed. Tradução de Eric Nepomuceno. Rio de Janeiro: José Olympio, 2022.

RUSSO, Vincenzo. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre *K.: relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 50, p. 35-46, jan./abr. 2017. Disponível em <https://is.gd/6HoJco>. Acesso em 12 jan. 2022.

SAFATLE, Vladimir. Do uso da violência contra o Estado ilegal. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 237-252.

SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André du Rap). **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 31, p. 284-303, jul./dez. 2012. Disponível em <https://is.gd/B7YIA1>. Acesso em 19 jul. 2022.

SALGUEIRO, Wilberth. **Poesia brasileira: violência e testemunho, humor e resistência**. Vitória: Edufes, 2017.

SANSEVERINO, Antônio Marcos Vieira. A questão do realismo em *K.*, de Bernardo Kucinski: o sequestro da vida cotidiana no regime de exceção. *In*: GOMES, Gínia Maria (org.). **Mobilidade e resistência na literatura brasileira contemporânea**. Porto Alegre: Polifonia, 2020. p. 123-139.

SANT'ANNA, Affonso Romano. **Melhores poemas**. Seleção de Miguel Sanches Neto. 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2012.

SANTOS, Cristina Napp dos; FONSECA, Claudia Lorena. O entre-lugar dos desaparecidos políticos em *K*. Relato de uma busca e Você vai voltar pra mim e outros contos, de Bernardo Kucinski. **Caderno de Letras**, Pelotas, n. 30, p. 143-158, jan./abr. 2018. Disponível em <https://is.gd/TGRi4X>. Acesso em 17 jan. 2022.

SCARAMUCCI, Marianna. Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em *K.: relato de uma busca*. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 60, p. 1-14, 2020. Disponível em <https://is.gd/izIlmw>. Acesso em 13 jan. 2022.

SCARAMUCCI, Marianna. Desaparecidos vivos e filiação feminina em *Júlia*, de Bernardo Kucinski. **Moara**, Belém, n. 59, p. 106-127, ago./dez. 2021. Disponível em <https://is.gd/8Nrrqe>. Acesso em 20 jan. 2022.

SCARAMUCCI, Marianna. **Narrações da ditadura**: por uma ecologia das memórias. Brasília: Carolina, 2022.

SCHIMENECK, Antônio. A barbárie como regra da ditadura: mentiras, enganos e corrupção em *K. – Relato de uma busca*. **Nau Literária**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 1-10, maio/ago. 2022. Disponível em <https://is.gd/LRB4no>. Acesso em 21 mar. 2023.

SCHWANTES, Cíntia; CELESTINO, Graciane Cristina M.; SANTOS, Júlio Edstrom S. Imigrantes e mascates de B. Kucinski: uma reflexão sobre a gravidade dos problemas de migração e refúgio na atualidade. **Água Viva**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2020. Disponível em <https://is.gd/FfNWPY>. Acesso em 21 fev. 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *In*: NESTROVSKI, Arthur; \_\_\_\_\_ (org.). **Catástrofe e representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação da questão: a literatura do trauma. *In*: \_\_\_\_\_ (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003a.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o “real”. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003b.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. *In*: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória, literatura**: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Unicamp, 2003c.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura da Shoah no Brasil. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 123-135, 2007. Disponível em <https://is.gd/lFI0Tc>. Acesso em 02 jan. 2023.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A atualidade de Walter Benjamin e Theodor Adorno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 13-34, jan./jun. 2014. Disponível em <https://is.gd/SVAJ8w>. Acesso em 13 jan. 2022.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **O local da diferença**: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Pensando o tempo na Nova Ordem**: sobre as verdades da ficção e a nova organização do pessimismo. Palestra ministrada no XVI Congresso Internacional da ABRALIC, Universidade de Brasília, 15-19 jul. 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Unicamp, 2022.

SERENIKI, Adriana; VITAL, Maria Aparecida Barbato Frazão. A doença de Alzheimer: aspectos fisiopatológicos e farmacológicos. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 30, 2008. Disponível em <https://is.gd/saod53>. Acesso em 24 abr. 2023.

SÓFOCLES. Antígona. *In*: SÓFOCLES. **A trilogia tebana**: Édipo rei, Édipo em Colono, Antígona. Tradução de Mário da Gama Cury. Rio de Janeiro: Zahar, 1990. p. 199-260.

SORGI, Amanda Machado; GARNICA, Vitor Gabriel; GOMES, Sergio Alves. Ditadura militar e justiça de transição no Brasil: uma análise a partir de “K, o relato de uma busca”, de Bernardo Kucinski. **Vereadas**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 82-109, jan./jun. 2022. Disponível em <https://is.gd/Q4cGOu>. Acesso em 29 dez. 2022.

STALLONI, Yves. **Os gêneros literários**. Tradução e notas de Flávia Nascimento. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2014.

STOPPINO, Mario. Autoritarismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al.* 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000a. v. 1, p. 94-104.

STOPPINO, Mario. Ditadura. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al.* 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000b. v. 1, p. 368-379.

STOPPINO, Mario. Totalitarismo. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al.* 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000c. v. 2, p. 1247-1259.

STOPPINO, Mario. Violência. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Tradução de Carmen C. Varrialle *et al.* 5. ed. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000d. v. 2, p. 1291-1298.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 253-298.

TELES, Janaína de Almeida. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *In*: SELIGMANN, Márcio; GINZBURG, Jaime; HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Escritas da violência**: representações da violência na

história e na cultura contemporâneas da América Latina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. p. 109-118.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. *In: Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Alameda, 2017. p. 211-240.

TIERRA, Pedro [Hamilton Pereira da Silva]. **Poemas do povo da noite**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. Tradução de Maria Clara Correa Castello. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **As estruturas narrativas**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

VECCHI, Roberto. O passado subtraído da desapareição forçada: Araguaia como palimpsesto. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**, Brasília, n. 43, p. 133-149, jan./jun. 2014. Disponível em <https://is.gd/5AIdhn>. Acesso em 13 jan. 2022.

VIANA, Gilney Amorim; CIPRIANO, Perly. **Fome de liberdade**: a luta dos presos políticos pela Anistia. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

WALDMAN, Berta. Uma história concisa do Holocausto na literatura brasileira. **Arquivo Maaravi**: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, p. 1-33, nov. 2019. Disponível em <https://is.gd/IFTqzZ>. Acesso em 16 jan. 2023.

XAVIER, Joelma Rezende. De memória, trauma e ficção: um olhar sobre a narrativa de Bernardo Kucinski. **Literatura e autoritarismo**, Santa Maria, n. 16, p. 88-103, 2016. Disponível em <https://is.gd/fMkVYd>. Acesso em 29 dez. 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **Violência**: seis reflexões laterais. Tradução de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo, 2014.

